

ECONOMIA DOS CONFLITOS SOCIAIS

João Bernardo

Primeira edição São Paulo: Cortez, 1991

Segunda edição São Paulo: Expressão Popular, 2009

Esta versão em pdf tem alterações mínimas relativamente à segunda edição

Índice

- Prefácio (da primeira edição), por Maurício Tragtenberg 5
- Notas para a leitura de *Economia dos Conflitos Sociais* (da segunda edição), por Ricardo Antunes 9
- Prefácio à primeira edição 19
1. Mais-valia 22
 - 1.1. A mais-valia como capacidade de ação 22
 - 1.2. Kant: o eu-em-relação como ação intelectual 27
 - 1.3. Fichte: a ação intelectual do nós como criação da realidade 42
 - 1.4. Schelling: a contradição como ação para o divino 47
 - 1.5. Jacobi: a vontade como ação extrafilosófica — a fé 53
 - 1.6. Marx: a ação como práxis 58
 - 1.7. A contradição como luta de classes 69
 2. Mais-valia relativa e mais-valia absoluta 73
 - 2.1. Mais-valia relativa: 1º) a reprodução da força de trabalho 73
 - 2.2. Mais-valia relativa: 2º) a produção de força de trabalho 90
 - 2.3. Mais-valia absoluta 113
 - 2.4. Articulação entre a mais-valia relativa e a mais-valia absoluta 124
 - 2.5. Taxa de lucro 149
 - 2.6. Crises 157
 3. Integração econômica 170
 - 3.1. Condições Gerais de Produção e Unidades de Produção Particularizadas 170
 - 3.2. Estado Restrito e Estado Amplo 176
 - 3.3. Trabalho produtivo 198
 - 3.4. Trabalho improdutivo: os capitalistas como produto 207
 - 3.5. Classe burguesa e classe dos gestores 218
 4. Repartição da mais-valia 235
 - 4.1. Concorrência na produção 235
 - 4.2. Desigualdade na repartição da mais valia 245
 5. Dinheiro 252
 - 5.1. Função do dinheiro 252
 - 5.2. Tipos de dinheiro 262

5.3. Operações do dinheiro	283
6. Reprodução em escala ampliada do capital	302
6.1. Reprodução extensiva do capital	302
6.2. Reprodução intensiva do capital	319
7. Economia dos processos revolucionários	327
7.1. Marxismo ortodoxo e marxismo heterodoxo	327
7.2. Relações sociais novas	334
7.3. Desenvolvimento das relações sociais novas	351
7.4. Colapso das relações sociais novas	358
7.5. Ciclos longos da mais-valia relativa	369
Nota sobre a ausência de uma bibliografia	390
Posfácio à segunda edição	393

Prefácio (da primeira edição)

por Maurício Tragtenberg

1

Na *Economia dos Conflitos Sociais*, João Bernardo mostra claramente que o modelo da mais-valia emerge da luta de classes como modelo aberto que se baseia na força de trabalho capaz de ação e na luta de classes como forma estrutural desta ação contraditória. Contrariamente a isso, as teorias econômicas legitimadoras do capitalismo apelam para o conceito de “equilíbrio econômico”.

No processo da luta de classes, o capital tanto emprega a repressão quanto uma política de ceder limitadamente às reivindicações dos trabalhadores, como forma de se antecipar a futuros conflitos.

A burguesia tanto recorre à exploração da mais-valia absoluta, quanto mantém uma ditadura autoritária que fecha os sindicatos impedindo o surgimento de profissionais da “negociação”, prende trabalhadores e fecha os canais políticos de participação social. Como mostra o autor, essa não é a única técnica de manutenção da dominação e da exploração. A burguesia pode recorrer a mecanismos “participativos”, cedendo em parte às reivindicações operárias, porém antecipando-se a elas mediante o aumento da exploração do trabalho através da mais-valia relativa.

O Estado Restrito participaria do esquema de exploração da mais-valia absoluta e o Estado Amplo, segundo João Bernardo, é concomitante à exploração da mais-valia relativa.

Sob o título “marxismo ortodoxo e marxismo heterodoxo” discute ele o marxismo que centra sua análise no desenvolvimento das forças produtivas e o marxismo que centra sua análise nas relações sociais.

O marxismo das forças produtivas partia do privilégio concedido por Marx ao mercado, onde só aí o produto adquiriria caráter social, surgindo a articulação capitalismo, mercado concorrencial e arbitrariedade econômica; ao mesmo tempo Marx valorizava o planejamento existente no interior das fábricas, pelo que haveria a desorganização do mercado em oposição à organização fabril, sendo esta a porta de entrada para o socialismo.

O problema é que o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo e suas formas de organização não obedecem a princípios de neutralidade técnica, mas sim, à

exploração da mais-valia. Cada modo de produção produz sua tecnologia. Atrás desta tese, do desenvolvimento das forças produtivas, atuou uma classe de gestores da produção em que o marxismo das forças produtivas tornou-se uma ideologia de reorganização do capitalismo.

2

Num momento de contra-ofensiva neoliberal vinculada a legitimar a hegemonia capitalista, sua obra constitui leitura obrigatória de todos aqueles para quem antes dos fatos existem argumentos: os fatos não falam por si mesmos. A *Economia dos Conflitos Sociais* tem o mesmo valor para a análise marxista que a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* de Hegel teve para o idealismo alemão do século XIX.

A *Economia dos Conflitos Sociais* concentra uma “suma metodológica” em que, através da análise do universo de discurso de pensadores como Kant, Fichte, Schelling e Jacobi, o autor estuda a mais-valia: como capacidade de ação a partir de Kant, que vê o mundo centrado no “eu-em-relação”, como ação intelectual, em Fichte, no qual a ação intelectual do nós é fundante da criação da realidade; em Schelling, em que a contradição tem como vetor o divino, e finalmente em Jacobi, no qual a vontade como ação extrafilosófica pela fé funda o real.

Neste contexto, o autor situa a importância de Marx como criador da ação entendida como práxis, base de uma teoria da ação radical e inovadora. Mostra como em Marx a ação não era pensada enquanto um processo intelectual, mas sim uma práxis concomitantemente material e social. É o carácter material da prática que leva a pensá-la como social. Sob o capitalismo, cada processo de produção diz respeito aos trabalhadores enquanto coletivo, pois ele não pode ser isolado dos demais e os produtos que resultam de um processo de trabalho só existem como capital enquanto vivificados pelos processos em seqüência. Daí o carácter social da prática dos trabalhadores constituir um contínuo no tempo e abranger a totalidade dos trabalhadores, enquanto força coletiva global, embora diversificada. Por isso, segundo o autor, conceber a prática como social num sistema em que existe uma pluralidade de processos de trabalho específicos e interdependentes implica num todo estruturado com mecanismos de causalidade complexos, em que o todo é mais do que a mera justaposição das partes.

Marx, segundo o autor, agregou virtualidades novas à concepção hegeliana da alienação, transformando as teorias da ação numa teoria da práxis, através da reformulação da teoria da alienação e atribuindo centralidade à capacidade de ação através da força de trabalho.

Para Marx, a alienação transcorre no universo criado pela mais-valia, na qual a exploração da mais-valia relativa converte a força de trabalho em apêndice do capital, fazendo

crescer a massa de capital ante os trabalhadores, agravando sua miséria. Ressalta o autor não se tratar da miséria absoluta e sim de uma definição relativa de miséria social porque se define através da articulação do coletivo operário que produz a mais-valia e a classe que dela se apropria, na forma camuflada de sobretrabalho, taxa de juros e renda da terra.

Se para Marx a força de trabalho se constitui numa medida básica da formação do valor, somente ela produz e reproduz a vida social. Essa é uma concepção vinculada ao modelo da mais-valia como um modelo de antagonismo social, que decorre da constatação da existência de uma sociedade dividida em classes, com interesses diversificados, em que a razão histórica de uma das classes é elegida como o único elemento capaz de agir.

É a existência da contradição que permeia o modelo da mais-valia, em que a ação da força de trabalho institui a equivalência, na qual o tempo de trabalho determina o valor da força de trabalho como valor do *output*. Para Marx, nota o autor, a exploração não se constitui num "roubo" mas é a regra geral da sociedade capitalista, em que na reciprocidade da equivalência vigora também o modelo da exploração.

O valor de uso da força de trabalho — para o autor —, na sua capacidade de incorporação do tempo de trabalho, implanta o conflito pela defasagem entre os tempos de trabalho incorporados. A defasagem se dá na medida em que, sob o capitalismo, os trabalhadores perdem o controle sobre o processo de trabalho e sobre o destino do que foi produzido. A contradição da mais-valia é uma contradição interna, da qual resultam as classes sociais, definidas em função desta contradição básica.

O capitalismo, considerando o alto custo social da repressão direta, recorre a inovações tecnológicas para o aumento da produtividade, isto é, da exploração do trabalho. Daí a importância da exploração da mais-valia relativa, que tem como complemento a emergência de ideologias conciliatórias, de "participacionismo", "co-gestão", em que se afirma a vitória dos exploradores do trabalho. Emerge então uma burocracia sindical, um sindicalismo de negociação, em que os capitalistas procuram "antecipar" os conflitos mediante "concessões" secundárias para resguardar o essencial: seu controle sobre os meios de produção, a tecnologia, a organização do trabalho; elaboram "doutrinas" a respeito, para garantir a legitimidade patronal no processo capitalista. Isto faz com que o Estado Restrito, emergente no período da acumulação primitiva do capital, imediatamente repressivo, ceda lugar ao Estado Amplo, que desenvolve políticas sociais de integração da mão-de-obra no sistema, acentuando a exploração da mais-valia relativa.

A resposta operária a esse integracionismo, que se articula internacionalmente, tem sido a auto-organização independente a partir do local de trabalho.

Em contrapartida, permanece a contradição fundamental, que opõe trabalhadores ao capital, à medida que estes lutam contra o mesmo, em que o agente dá passagem a um novo sistema econômico — não são as forças produtivas, mas serão os trabalhadores em luta. Daí João Bernardo definir a corrente que acentua o antagonismo acima como o marxismo das relações de produção.

Na economia revolucionária diferente da economia de submissão em que funciona a disciplina do trabalhador pela máquina e organismos administrativos no interior da fábrica, aparece o trabalhador como sujeito coletivo num processo de luta.

Por um processo coletivo de luta, o trabalhador rompe com a disciplina fabril criando estruturas horizontais, conselhos, comissões — essas sim constituem o elemento revolucionário, pois significam no ato a implantação de relações comunistas entre seus membros.

O comunismo não é algo a atingir; decorre da auto-organização da mão-de-obra através de estruturas horizontais que rompem com o verticalismo dominante nas unidades produtivas. É aí que se criam relações sociais novas, incompatíveis com a disciplina fabril tradicional e precursoras de relações sociais comunistas, ou seja, da auto-organização do trabalhador a partir da unidade produtiva superando o verticalismo, a hierarquia e a fragmentação que o capital procura eternizar no seu seio.

Ao longo de suas páginas, encontrará o leitor problematizados o tema do capital, do Estado, da exploração da mais-valia relativa e da resposta operária ao capital.

Notas para a leitura de *Economia dos Conflitos Sociais* (da segunda edição)

por Ricardo Antunes

Economia dos Conflitos Sociais é um livro para ser lido e estudado por todos aqueles que lutam contra o capitalismo e pela construção de um outro *modo de produção e de vida* que signifique uma ruptura frontal com o sistema destrutivo vigente. Seu núcleo central trata da análise do “modelo de produção da mais-valia” e sua articulação direta e decisiva com a luta de classes, a confrontação entre capital e trabalho, que tanto visa, por um lado, a preservação do sistema de exploração como querem os capitalistas, quanto, em seu pólo oposto, pelos trabalhadores que lutam por sua superação.

Seria muito difícil fazer um resumo das principais teses de João Bernardo. Trata-se de um livro por excelência polêmico, da primeira à última parte, provocativo, gerador de um conjunto de teses incomuns, especialmente dentro do marxismo, sendo um convite à leitura para todos que querem entender pontos ainda obscuros que conformam a dominação do capital e que, por isso, não se tornaram prisioneiros do dogmatismo que trava a reflexão. Ele fora anteriormente publicado no Brasil pela Editora Cortez em 1991. Ganha agora nova edição pela Editora Expressão Popular.

João Bernardo é um autor português muito conhecido no Brasil, que tem uma vastíssima obra intelectual*. Nada acadêmico, fez toda sua produção *fora* da universidade, inserindo-se na linhagem do marxismo heterodoxo, *devedor*, mas também *crítico* de Marx.

No Brasil, talvez aquele que lhe seja mais próximo tenha sido Maurício Tragtenberg, sociólogo falecido precocemente em 1998, um incansável crítico do poder e defensor dos trabalhadores em *todas* as situações. Tragtenberg, que nos faz tanta falta nos dias de hoje, talvez tenha sido, se minha memória não falha, o primeiro e melhor apresentador de João Bernardo no Brasil.

Economia dos Conflitos Sociais é um livro de síntese de algumas das principais teses de

* Dentre seus principais livros lembramos: *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista* (1975); *Marx Crítico de Marx. Epistemologia, Classes Sociais e Tecnologia em “O Capital”*, 3 vols. (1977); *Capital, Sindicatos, Gestores* (1987); *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, Séculos V-XV*, 3 vols. (1995, 1997, 2002); *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores* (2000); *Labirintos do Fascismo* (2003); *Democracia Totalitária. Teoria e Prática da Empresa Soberana* (2004) e *Capitalismo Sindical* (em parceria com Luciano Pereira) (2008).

João Bernardo. Uma vista pelo sumário da obra é suficiente para mostrar sua força, abrangência, coragem e ousadia: a mais-valia (absoluta e relativa), a luta de classes, a mais-valia como capacidade de ação e a crítica ao subjetivismo, Marx e a práxis social, a taxa de lucro, as crises, os ciclos, o Estado Restrito e Amplo, o trabalho produtivo e improdutivo, a burguesia e os gestores, as formas desiguais na repartição da mais-valia, o dinheiro, a reprodução ampliada do capital, o marxismo ortodoxo e heterodoxo, os processos revolucionários e as novas relações sociais. Tudo isso dá uma idéia ao leitor da complexidade e do tamanho da empreitada que vai realizar ao debruçar-se sobre este livro.

O livro principia com uma sólida defesa da teoria da práxis social e uma crítica forte ao subjetivismo que recusa a força material e social da vida real. Em suas palavras:

Marx não se limitou [...] a conceber a força de trabalho como capacidade de ação, mas remeteu toda a dinâmica real ao exercício dessa capacidade de trabalho. Foi no confronto com esta tese que pude estabelecer, como o fiz, o grande vazio na filosofia de Kant e nas dos seus contemporâneos e herdeiros, qualquer deles incapaz de pensar uma prática do homem sobre a realidade material exterior. Mas, ao resolver esse vazio, Marx procedeu a uma transformação profunda na concepção de ação, de conseqüências ideológicas sem precedentes. [...] Marx passou a conceber a ação como práxis, ou seja, como uma prática simultaneamente material e social. A ruptura de Marx e de Engels com a crítica dos jovens hegelianos consubstanciou-se nesta concepção da ação enquanto práxis.

Seu ponto central, então, começa com o *modelo da mais-valia*, solo estruturante da totalidade das ações sociais na produção capitalista. Isto porque, segundo o autor, no capitalismo, a disputa pelo tempo de trabalho é a questão vital e decisiva e *o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é sempre menor do que o tempo de trabalho que a força de trabalho é capaz de despende no processo de produção.*

Este diferencial, apropriado pelo capital, torna o *modelo de produção da mais-valia* o ponto nodal de toda a teoria que se pretenda crítica em relação ao capitalismo. E o *modelo de produção da mais-valia* é, em si mesmo, o núcleo constituinte da luta de classes, uma vez que a exploração da força de trabalho *é a regra geral de toda a sociedade capitalista.*

Contrariamente a toda mistificação que se desenvolveu nas últimas décadas, através de formulações que teorizaram sobre a perda do sentido do trabalho e acerca da perda de importância da teoria do valor e da mais-valia, este livro é um antídoto poderoso contra esse conjunto de teses equivocadas que procuraram desconstruir no *plano teórico* aquilo que é

decisivo no plano real.

João Bernardo, ao contrário, destaca o papel central da força de trabalho e, conseqüentemente, da teoria da mais-valia e seu corolário, a luta de classes. Como a *mais-valia* é uma *relação social*, ela expressa a polarização crescente entre a força de trabalho, de um lado, e o capital que se apropria dela, de outro.

Num pólo tem-se, então, a força de trabalho subordinada ao capital, sendo que o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é voltado para sua reprodução, através do consumo de bens materiais e serviços que a remuneração recebida pelos trabalhadores lhes permite. No outro, tem-se a apropriação do produto pelo capital: o produto que a força de trabalho incorpora, esse tempo de trabalho excedente pertence ao capital, e o assalariamento cria um círculo vicioso ao permitir que a força de trabalho torne-se, além de produtora, também consumidora. Desprovida da possibilidade de se formar e se reproduzir de modo *independente e depossuída* do controle do produto que ela própria criou, a força de trabalho encontra-se alijada do *controle* e da *organização* do processo de produção.

Uma vez que as classes sociais definem-se por seu papel central na produção da mais-valia, os capitalistas não se apropriam somente do resultado do trabalho, mas fundamentalmente do *direito ao uso da força de trabalho*. Embora sejam os trabalhadores que “executam os raciocínios e os gestos necessários à produção, [...] os capitalistas lhes retiram o controle sobre essa ação, integrando-a no processo produtivo em geral e subordinando-a aos seus requisitos”.

Aqui aflora o papel da gestão capitalista do processo de trabalho, outro tema que merece um tratamento original e mesmo pioneiro no livro:

é o campo a partir do qual incessantemente se renova o desapossamento da força de trabalho nos dois pólos da produção de mais-valia. Só a força de trabalho é capaz de articular ambos esses pólos, mas é desprovida de qualquer controle sobre o processo dessa articulação — é este o âmago da problemática da mais-valia.

Se, por um lado, essa subordinação e sujeição estão presentes na lógica da produção da mais-valia, os contra-movimentos do trabalho, suas formas de organização, os boicotes e as sabotagens, as lutas de resistência, greves, rebeliões, são parte do que João Bernardo desenvolve como sendo a *economia dos processos revolucionários*, quando a sujeição que é comandada pelo capital através das formas diferenciadas da mais-valia absoluta e relativa é contraditada pela rebeldia, contestação e confrontação. Há uma contradição, no cerne da vida social, entre o que o autor denomina de *economia da submissão* e de *economia da revolução*.

Tanto na mais-valia relativa quanto na mais-valia absoluta, diz o autor, o sobretrabalho apropriado pelo capitalista é maior do que o trabalho necessário para a reprodução do operário. Na mais-valia relativa o aumento se verifica sem a ampliação dos limites da jornada e sem diminuição dos insumos e materiais (que o autor denomina *inputs*) incorporados na força de trabalho, enquanto que na mais-valia absoluta o acréscimo se obtém ou através do aumento do tempo de trabalho, ou mediante a diminuição dos materiais incorporados na força de trabalho, ou ainda por uma articulação destes dois processos. Por isso, na mais-valia absoluta, o aumento da exploração não traz aumento de produtividade, enquanto na mais-valia relativa o ganho de produtividade é decisivo. Mas, dadas as diferenciações nas formas da mais-valia (absoluta e relativa) estas lutas têm significados diferenciados.

O autor explora, a partir daí, a tese de que esses modos distintos de exploração são assimilados/incorporados/reprimidos pelo capital de modo também diferenciado e por isso pode aumentar ou diminuir a longevidade do sistema capitalista.

Isto significa que, nas lutas dos trabalhadores que inicialmente não visam a abolição do sistema, mas somente a redução da diferença entre os extremos do processo da mais-valia (dados pela produção e reprodução da força de trabalho), manifestam-se duas formas predominantes de lutas: aquelas que procuram aumentar os insumos incorporados na força de trabalho, ou aquelas outras que procuram reduzir o tempo de trabalho despendido no processo de produção. Estas duas modalidades de luta articulam-se e mesclam-se freqüentemente quando, por exemplo, lutam por melhores condições de trabalho; mas, segundo o autor, distinguem-se “na análise porque dão lugar a processos econômicos distintos”.

Por isso, para João Bernardo, as lutas sociais entre as classes são centrais para uma melhor compreensão do desenvolvimento do capitalismo, seus ritmos e dinâmicas. Se, por um lado, ele analisa as formas diferenciadas de assimilação e/ou repressão dessas lutas desencadeadas pela força de trabalho contra o capital (desencadeadas no âmbito ora da mais-valia relativa ora da mais-valia absoluta), por outro demonstra também que, como os modos de produção não são e nunca foram eternos, são as classes exploradoras em suas lutas sociais que fazem mudar os modos de produção, intensificando suas crises, gerando novos modos de produção. Em suas palavras:

[...] ninguém ignora que várias vezes ao longo da história do capitalismo enormes massas de trabalhadores colocaram de forma prática e generalizada a questão da ruptura deste modo de produção e do aparecimento de um novo.

Convivem, portanto, contraditoriamente, tanto a *economia da submissão*, quanto a *economia da revolução*. E foi por causa dessa duplicidade contraditória que, segundo o autor, desenvolveu-se no marxismo ao longo de várias décadas — em verdade ao longo de todo o século XX, prolongando-se para o XXI — duas conhecidas correntes distintas e mesmo antagônicas: o *marxismo das forças produtivas* e o *marxismo das relações de produção*. E aqui novamente João Bernardo toma clara posição pela segunda linhagem.

Vamos, então, apresentá-las de modo resumido. Começemos pela primeira tese.

O *marxismo das forças produtivas* sustenta-se nas formulações que afirmam que

aquilo que de mais específico o capitalismo apresentaria foi assimilado ao mercado livre-concorrencial, e o sistema de organização das empresas, as técnicas de gestão, a disciplina da força de trabalho, a maquinaria, embora nascidos e criados no capitalismo, fundamentariam a sua ultrapassagem e conteriam em germe as características do futuro modo de produção. [...] Deste tipo de teses resulta o mito da inocência da máquina. A tecnologia poderia ser um lugar de lutas sociais, mas sem que ela mesma fosse elemento constitutivo das lutas.

Essa leitura do marxismo seria, então, responsável em última instância pela exclusão da questão da mais-valia, uma vez que não faz a crítica aprofundada dos mecanismos causadores da extração do valor, da produção da mais-valia e dos mecanismos de funcionamento da exploração do trabalho. Partilham das teses que defendem a *neutralidade da técnica* e o *caráter central do desenvolvimento das forças produtivas* como o elemento fundamental para a construção do socialismo, desconsiderando que tanto a *técnica* quanto o conjunto das *forças produtivas* são partes constitutivas do sistema capitalista, *expressão material e direta das relações sociais do capital*.

Nas palavras de João Bernardo

as técnicas de gestão, os tipos de disciplina no trabalho, a maquinaria, nas suas sucessivas remodelações, têm como objetivo aumentar o tempo de sobretrabalho e reduzir o do trabalho necessário. Estas forças produtivas não são neutras, porque constituem a própria forma material e social como o processo de produção ocorre enquanto produção de mais-valia e como dessa mais-valia os trabalhadores são despossuídos.

E, lembra ainda o autor, nenhum modo de produção que nasceu em ruptura com o anterior preservou o sistema de forças produtivas existentes no modo de produção anterior.

Aqui o livro faz aflorar com força a sua coerência em relação à tese central que defende:

se o *marxismo das forças produtivas* reduz a significação e a importância da mais-valia na crítica ao capital, o *marxismo das relações de produção* encontra na crítica da mais-valia o seu ponto central e, por isso, concebe o modo de produção e suas forças produtivas como relações sociais capitalistas fundadas na exploração da força de trabalho e na extração da mais-valia. São as *relações sociais de produção capitalistas* que plasmam as *forças produtivas* e não o contrário. E, sendo as *relações sociais de produção* estruturadas a partir da mais-valia, as lutas de classes tornam-se fundamentais, tanto para a manutenção quanto para a ruptura do sistema.

E, como:

apenas enquanto lutam contra a exploração que os trabalhadores afirmam o seu antagonismo a este sistema econômico, o agente da passagem ao novo modo de produção serão os explorados em luta. Em resumo, é na contradição fundamental que atravessa as relações sociais de produção e que constitui a classe trabalhadora, em conflito contra o capital, como base da passagem ao socialismo, que esta corrente do marxismo encontra resposta à problemática que agora nos ocupa. Por isso lhe chamo, simplificarmente, marxismo das relações de produção.

O desafio está, então, na compreensão de qual é a classe que controla a produção, o processo de trabalho, a organização da vida e da economia: são os gestores em nome dos trabalhadores ou são os “trabalhadores livremente associados”, para recordar Marx?

É exatamente por esta questão central que, segundo João Bernardo, o antagonismo entre as duas grandes concepções do marxismo acima referidas — o *marxismo das forças produtivas* e o *marxismo das relações de produção* — é também manifestação da oposição prática entre a *classe dos trabalhadores* e a *classe dos gestores*. Se este talvez possa ser indicado como o núcleo central que está presente em todo o livro, *o seu fio condutor*, há inúmeras outras teses apresentadas que são ricas e evadas de conseqüências teóricas e práticas. Aqui vamos mencionar apenas mais duas outras teses que têm enorme interesse e atualidade, preservando sempre o caráter polêmico que marca todo o livro.

Um dos pontos de maior destaque trata da estrutura das classes dominantes e diz respeito à bifurcação, dentro da classe capitalista, entre o que João Bernardo denomina como *classe burguesa* e *classe dos gestores*. A classe burguesa é definida a partir de um enfoque descentralizado, isto é, em *função de cada unidade econômica em seu microcosmo*. A *classe dos gestores*, ao contrário, tem uma alçada mais universalizante e é definida em função *das unidades econômicas em relação ao processo global*. Ambas se apropriam da mais-valia, ambas

controlam e organizam os processos de trabalho, ambas garantem o sistema de exploração e têm uma posição antagônica em relação à classe trabalhadora.

Mas a *classe burguesa* e a *classe dos gestores* se diferenciam em vários aspectos: 1) pelas funções que desempenham no modo de produção; 2) pelas superestruturas jurídicas e ideológicas que lhes correspondem; 3) pelas suas diferentes origens históricas; 4) por seus diferentes desenvolvimentos históricos. Enquanto a classe burguesa organiza processos particularizados visando sua reprodução no plano mais microcômico, a classe dos gestores organiza estes processos particularizados articulando-os com o funcionamento econômico global e transnacional. Deve-se acrescentar ainda que, para o autor, a classe dos gestores pode pretender assumir a forma de uma classe aparentemente não-capitalista, mas isso se dá apenas em sua aparência. O exemplo da ex-URSS pode ser bastante esclarecedor e é frequentemente evocado por João Bernardo.

O outro ponto diz respeito à diferenciação apresentada entre Estado Amplo e Estado Restrito e que é central nas teses presentes no livro, uma vez que reconfiguram os mecanismos, as formas e as engrenagens da dominação. O primeiro, o Estado Amplo, é constituído pela totalidade dos mecanismos responsáveis pela extração da mais-valia, isto é, por aqueles processos que asseguram aos capitalistas a reprodução da exploração, incluindo, portanto, todos aqueles que, no mundo da produção e da fábrica, garantem a subordinação hierárquica e estrutural do trabalho ao capital.

O Estado Restrito é aquele que expressa o sistema de poderes classicamente definidos, como o poder civil, militar, judiciário e seus aparatos repressivos tradicionais. E é exatamente pela limitação do Estado Restrito que João Bernardo recorre a uma noção ampliada de Estado para dar conta da dominação capitalista de nosso dias.

Naturalmente, quando se considera o Estado globalmente, deve-se considerar a integralidade da superestrutura política que resulta da articulação entre o Estado Amplo e o Estado Restrito. Como no mundo capitalista atual o Estado Amplo se sobrepõe ao Estado Restrito, ele abarca também o poder nas empresas, os capitalistas que se convertem em *legisladores, superintendentes, juizes*.

em suma, constituem um quarto poder inteiramente concentrado e absoluto, que os teóricos dos três poderes clássicos no sistema constitucional têm sistematicamente esquecido, ou talvez preferido omitir.

Foi contra esta leitura restritiva do Estado que Adam Smith considerava que, ao lado do

poder político (civil e militar), dever-se-ia acrescentar também o poder de mando e controle na exploração da força de trabalho nas empresas. É por isso que, ainda segundo João Bernardo, as funções capitalistas no espaço produtivo aparecem, para os trabalhadores, sob a forma coercitiva, despótica, policial e judicial. É a este aparelho, tão vasto quanto o é o leque que compreende as classes dominantes, que o autor denomina Estado Amplo.

Poderíamos prosseguir nas teses que são desenvolvidas ao longo deste livro profundamente crítico, polêmico e atual. Mas penso que já foi dito o bastante, o suficiente para incentivar e provocar a sua leitura e o seu estudo.

Agradeço a Rita Delgado ter encontrado tempo para ler o manuscrito e paciência para formular críticas e sugestões.

Quando estava este livro numa versão ainda não definitiva, alguns capítulos inspiraram a série de seminários e palestras que realizei no Brasil, durante os meses de outubro e novembro de 1988, no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte; no Curso de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; no Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo; no Departamento de Política da Pontifícia Universidade Católica, em São Paulo; no Curso de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; no Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da mesma universidade.

Os debates que invariavelmente se seguiram permitiram-me reformular varias questões, desenvolver outras e completar algumas mais. Sem a oportunidade destas discussões, o livro não seria — para bem ou para mal — aquilo que é. Por isso o dedico a todos os que as tornaram possíveis e aos que nelas participaram.

“Quando se fechou num recipiente de vidro a fêmea prenha de crias, viu-se que as devorava logo à medida que iam nascendo; apenas uma escapou à destruição geral, refugiando-se no dorso da progenitora; e em breve vingou a causa das irmãs, matando-a por seu turno.”

Oliver Goldsmith, *A History of the Earth, and Animated Nature*

Prefácio à primeira edição

A história é por vezes mais rápida do que as edições. E ainda bem. Recordando este livro, nem há dois anos terminado de escrever, vejo como tanta coisa mudou, remetendo o manuscrito para outra época, outro mundo.

Mas teriam afinal as transformações sido assim tão súbitas? O que sobretudo se alterou foi a percepção que o grande público e, inevitavelmente, os órgãos de informação têm dos países do Leste europeu e da União Soviética. Não é isso que dá ao livro o gosto de antiquado, ao contrário. As mudanças operadas confirmam o que escrevi, a tal ponto que seria desnecessário hoje demonstrar algumas das teses, visíveis entretanto na realidade cotidiana. E, se as reformas econômicas relegaram para o passado situações que descrevo como atuais, a análise em nada fica prejudicada, pois a conduzi na perspectiva do processo histórico, e o funcionamento ontem das sociedades da Europa oriental é decisivo para compreendermos os problemas de agora. Quanto a estes, remeto o leitor para o meu livro *Crise da Economia Soviética* (Coimbra, Fora do Texto, 1990). Aqui, sobre o que as evidências atuais mostram, nada vale a pena acrescentar. Merece um pouco de atenção o que essas evidências ocultam.

A rapidez, até a precipitação, dos acontecimentos recentes contribui para fazer esquecer o substrato de transformações de longa duração que os tornou possíveis. Só por demagogia, os novos dirigentes surgidos no Leste europeu fingem tomar à letra a cartilha dos anteriores, não menos demagógica também. Não se trata de desenvolver hoje a livre-empresa contra o socialismo do passado. Nem o capitalismo de uns é livre-concorrencial, nem deixara de ser capitalista a economia dos outros. Ambos os blocos constituíam as alternativas possíveis no interior de um quadro capitalista comum. E o pêndulo que agora oscila para um lado movera-se antes em sentido contrário. Na década de 1930, foi a planificação central soviética que influenciou profundamente a economia dos demais países. E, porque estes levaram a experiência mais longe do que se conseguiu no Leste europeu, a planificação descentralizada, assentada nas grandes companhias transnacionais, pode atualmente encarregar-se da organização global da economia mundial.

No capítulo final, afirmo que o movimento autônomo dos trabalhadores entrou desde o início da década de 1980 numa fase de refluxo de longa duração e tudo o que agora está sucedendo, na forma como ocorre, confirma esta análise. Só enormes pressões populares têm obrigado as figuras políticas do Leste europeu a se moverem, com uma rapidez muito superior à

que pretendiam ou mesmo julgavam possível. Não só dirigentes de tradição stalinista foram obrigados a adequar-se às novas condições, mas também políticos de oposição até há pouco isolados, tantas vezes ineptos, sempre roídos de rivalidades, viram-se forçados a unir-se e a governar em conjunto. Mas esta afirmação de força dos trabalhadores tem sido afinal uma manifestação de fraqueza porque, com exceções como a da grande vaga de greves na União Soviética em meados de 1989, limitam-se a pressionar a reorganização do capitalismo. A situação de refluxo não se caracteriza pela ausência de conflitos sociais. Pretendi ao longo deste livro mostrar como a contraditoriedade social é permanente. Mas é também multiforme e, tal como já vêm se processando há um ano nos países do Leste europeu, as lutas são facilmente recuperáveis pelo capitalismo. Movimentos descentralizados, característicos do presente ciclo longo da mais-valia relativa, não puderam por isso ser contidos nem assimilados pelas burocracias stalinistas centralizadoras, apenas pelas burocracias descentralizadas, ou pluricentradas, que agora se instalam. Portanto estes movimentos de massas servem para ativar o capitalismo, precipitá-lo num novo estágio de desenvolvimento e, na perspectiva da classe trabalhadora, continua o quadro de refluxo.

Mas criar-se-ão daqui em diante, estão desde já criadas, as condições para ultrapassar a mais grave das limitações que levou à repetida derrota das ofensivas anteriores dos trabalhadores. A ausência de internacionalismo será cada vez mais difícil num mundo que as grandes empresas se encarregam de unificar economicamente. Nem nos iludamos com os atuais surtos de nacionalismo ou, mais exatamente, de sub-nacionalismo. Rompendo a unidade estabelecida de países europeus, fragmentando a União Soviética como ameaçam repartir ao meio a Tchecoslováquia, estilhaçam já a Iugoslávia, dividem a Romênia, eles não devem ser entendidos como reforço das nações. São, ao contrário, a sua fraqueza. Lembremo-nos das independências africanas. Foi porque não conseguiram desenvolver-se no quadro do pan-africanismo e se realizaram na forma fragmentada de uma multiplicidade de países rivais, que as companhias transnacionais mais facilmente puderam consolidar a sua hegemonia nesse continente. A pluralidade de fronteiras é um fator de dispersão e é precisamente tal ausência de coesão que importa ao capital transnacional, para tecer as redes que unem os estabelecimentos nos vários países e articular, em cada um deles, os pólos de desenvolvimento e a manutenção de vastas áreas estagnadas. É isto que hoje começa a se passar no Leste europeu.

Os gestores das transnacionais têm uma estratégia a longo prazo — a de unificar a organização econômica sem, com isso unificarem a força de trabalho, a de fragmentar, ou até individualizar, a mão-de-obra. E a estratégia a longo prazo da classe trabalhadora será de

desenvolver as suas formas básicas de inter-relacionamento social contra a dispersão a que a querem condenar, utilizando o quadro das novas tecnologias para sobre ele internacionalizar as relações de classe. Será assim que se prepararão, no período atual de refluxo, as condições da luta ofensiva que inaugurará o próximo ciclo longo da mais-valia relativa.

Mas sobre isto não esperemos encontrar notícia nem rastro nos órgãos da grande informação, atentos apenas ao que se passa à superfície e conhecedores somente do que já traga um rótulo ideológico. E, na esfera das ideologias — nem é esta a menos profunda das transformações operadas no Leste europeu —, a classe trabalhadora pode hoje começar de novo, como vinha a ser inadiavelmente urgente. Dispõe de uma pesada herança ideológica, reduzida agora a fragmentos, inexistente já como corpos coesos de doutrina. Tanto melhor. Apenas a disputa entre modelos capitalistas alternativos dava vida à ideologia de cada um dos blocos, na oposição ao outro. Será ao mesmo tempo que os trabalhadores, contra a estratégia gestorial de fragmentação da força de trabalho, implantarem as formas do seu inter-relacionamento social básico, que desenvolverão também os postulados e as grandes linhas em que a próxima ofensiva há de ser concebida. E é ao prever esse futuro que sinto este livro datado. Irremediavelmente, porque as doutrinas tradicionais apenas acabaram de morrer e mal se esboça o novo quadro ideológico. Só disponho de conceitos forjados em outra época, em outras lutas. Perante as oportunidades que se antevêm, gostaria de saltar o espaço, de não ter os pés presos no antigo. Parece-me este livro uma expressão, espero que o epílogo, de uma fase que se encerra. Gostaria que fosse uma ponte.

março de 1991

1. Mais-valia

1.1. A mais-valia como capacidade de ação

No centro de qualquer teoria crítica do capitalismo, encontra-se o modelo da produção de mais-valia, possível de resumir na fórmula:

O tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é menor do que o tempo de trabalho que a força de trabalho é capaz de despende no processo de produção.

Antes de desenvolver este modelo nas suas virtualidades, que constituem os mecanismos do que correntemente se denomina Economia, convém refletir sobre a sua forma lógica e os princípios teóricos que o fundamentam. A estrutura do modelo da mais-valia é a de uma relação social, entendida como movimento de tensão entre dois pólos. Num extremo temos a submissão da força de trabalho ao capital: o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é a formação e a reprodução dessa força de trabalho, mediante o consumo de bens materiais e serviços permitido pelo montante da remuneração recebida; só na seqüência do assalariamento pode a força de trabalho incorporar em si tempo de trabalho mediante o consumo de bens. No outro extremo temos a apropriação pelo capital do produto do processo de produção: o produto em que a força de trabalho incorpora tempo de trabalho é-lhe socialmente alheio, pertence ao capital, que começou por assalariá-la; e o assalariamento surge assim como a possibilidade de reproduzir o modelo, permitindo à força de trabalho consumir algo do que produziu, para poder produzir de novo.

É neste movimento de tensão que defino as classes sociais. A sociologia académica concebe as classes de maneira estática, ou mediante critérios decorrentes da repartição dos rendimentos, como estratos de consumidores indiferenciados na forma comum do dinheiro recebido e, portanto, só distinguíveis quantitativamente; ou como grupos culturais, definidos em função dos comportamentos ou em função das formas de consciência assumidas por cada pessoa relativamente à sua própria situação. Mas a categoria económica dos rendimentos serve apenas para confundir, na ilusão de uma forma comum, a realidade social de situações distintas, ou opostas. E tanto os comportamentos como a autoconsciência constituem aspectos circunstanciais, a cada momento alterados e, afinal, acessórios, que nunca adquirem validade

por si só, mas apenas quando comparados com outros termos de referência, os quais conferem às formas ideológicas a sua verdadeira função e significado. As classes sociais definem-se por ocuparem, neste modelo da produção da mais-valia, os pólos de uma oposição recíproca.

Entre os dois pólos, que representam os dois aspectos do capital, o começo e a conclusão do seu processo cíclico, ocorre o movimento que os articula e os faz viver: a ação da força de trabalho, a sua capacidade de trabalhar. E a força de trabalho é a única capaz de articular estes termos numa relação e de lhes conferir, assim, existência social. Porém, despossuída, num extremo, da possibilidade de se formar e se reproduzir independentemente e despossuída, no outro extremo, do controle do produto que criou, a força de trabalho encontra-se desprovida também de qualquer possibilidade de organizar o processo de produção. Os capitalistas não adquirem apenas o resultado do trabalho, mas fundamentalmente o direito ao uso da força de trabalho, o que implica serem eles que organizam esse uso, organizam e administram o processo produtivo. E este é o quadro em que ocorre o tipo específico de acidente de trabalho característico do capitalismo. São os trabalhadores os que executam os raciocínios e os gestos necessários à produção, mas a todo momento os capitalistas lhes retiram o controle sobre essa ação, integrando-a no processo produtivo em geral e subordinando-a aos seus requisitos. O acidente é um dos resultados possíveis da cisão entre os trabalhadores e a organização do processo de trabalho, e esta cisão constitui o elemento central na relação da mais-valia. A administração capitalista do processo de trabalho é o campo a partir do qual incessantemente se renova o desapossamento da força de trabalho nos dois pólos da produção de mais-valia. Só a força de trabalho é capaz de articular ambos esses pólos, mas é desprovida de qualquer controle sobre o processo dessa articulação — é este o âmago da problemática da mais-valia.

O capital variável, isto é, a fração do capital total destinada ao assalariamento, só constitui capital enquanto representa a possibilidade, ainda não efetivada, de adquirir a capacidade de usar a força de trabalho. Uma vez, porém, consumado o assalariamento, o capital variável desaparece, ele não participa na constituição do valor dos novos bens a serem produzidos e é então que a força de trabalho assalariada entra em cena, enquanto capaz de trabalhar, isto é, de incorporar tempo de trabalho em produtos. E esta relação social que converte uma dada grandeza de limites previamente definidos, o montante do capital variável, numa grandeza de antemão indefinida, mas sempre possível de ser superior à primeira, o tempo de trabalho que os assalariados são capazes de despende. É esta relação que constitui a mais-valia e que sustenta o capital e todos os seus mecanismos, Karl Marx deixou esta problemática

absolutamente clara na própria terminologia que criou. Para ele, o capital variável é variável precisamente porque é a única fração do capital que dá lugar à criação de novo valor, variando por aí de dimensão a massa do capital total. E, se ousasse dizer aqui em três linhas o que precisaria de um longo livro para ser explicado, afirmaria então que a mais-valia constitui, no capitalismo, a entropia negativa. É ela a fonte dos ganhos de energia, que permite a expansão da sociedade existente, e não o seu declínio; a obsessão de tantas correntes doutrinárias pelo problema da entropia revela a preocupação com a ameaça de suspensão da mais-valia, a conversão ideológica do que para elas seria uma catástrofe social numa catástrofe natural. Sendo o caráter expansionista da mais-valia resultado da sua existência enquanto relação, o capital não é um conjunto de objetos. A substância do capital, a substância do valor, é o tempo de trabalho, que não constitui algo de materializado, que não é ainda o produto do trabalho, mas precisamente o trabalho no seu decurso, a força de trabalho enquanto capacidade de trabalho em realização. Só a compreensão prévia do mecanismo da mais-valia permite compreender o valor. Definir o valor de um produto como o tempo de trabalho nele incorporado é, portanto, defini-lo como o resultado do trabalho em ação.

Todas as relações sociais são sociais porque são institucionalizadas, o que significa que surgem na vida cotidiana como um dado adquirido, de forma que cada um dos seus processos aparece enquanto necessidade decorrente do anterior e condição para o seguinte. Assalariar-se a força de trabalho e, portanto, se retira dela a capacidade de consumo independente dos produtos, precisamente com o objetivo de fazê-la produzir; e é privada do controle sobre o produto criado precisamente com o objetivo de assalariá-la de novo; e é afastada da organização do processo de trabalho precisamente para ser mantida em desapossamento em ambos os termos da relação e se reproduzir como produtora assalariada. Os processos de produção da mais-valia pressupõem-se e sucedem-se e, por isso, não podemos limitar-nos a concebê-los como atos isolados, mas temos de explicá-los como uma cadeia ininterrupta. Em cada um dos processos de produção particularmente considerados, são criados novos valores, e esse período de trabalho divide-se num tempo de trabalho necessário para reproduzir o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho assalariada, ou seja, correspondente ao valor do capital variável que a assalariou, e num tempo de sobretalho que a força de trabalho é capaz de despende a mais e que constitui a produção de mais-valia propriamente dita. O valor criado durante um período de trabalho se define pela totalidade do tempo de trabalho despendido durante tal período, independentemente da proporção em que se possa repartir em produção de mais-valia e reprodução do capital variável avançado; é da capacidade global de trabalho exercida pelos

trabalhadores durante esse período que resulta o novo valor. Porém, os novos produtos não são criados a partir do nada e implicam a utilização de instalações, de meios de produção e de matérias-primas produzidos em períodos anteriores. Sucede, assim, que a força de trabalho, ao mesmo tempo que produz um novo valor, conserva a porção gasta do valor das matérias-primas e dos meios de produção e instalações. Ainda aqui, a terminologia criada por Marx é elucidativa, pois a este valor meramente conservado denomina capital constante. Não se trata de qualquer conservação material de elementos, mas da sua manutenção nas mesmas relações sociais em que se inseriam. O processo de produção é um processo de transformação e, na generalidade dos casos, o produto apresenta uma forma diferente da maquinaria, utensílios ou matérias-primas empregados em sua fabricação. Não é o aspecto material que um produto mantém pela sua inserção num novo processo de trabalho, mas o valor, quer dizer, a sua função numa relação dada. De onde se conclui que o tempo de trabalho incorporado num dado produto é sempre superior ao tempo de trabalho efetivado durante o período em que se fabrica tal produto. O valor de um produto se divide na porção criada durante o período de sua fabricação e que, como disse, se reparte internamente em mais-valia e numa parte que reproduz o capital variável, e numa outra porção, que conserva o valor do capital constante despendido, mantendo o valor da parte gasta de produtos criados durante processos de produção anteriores. É assim que, no modelo da mais-valia, cada período produtivo se liga indissociavelmente aos que o precederam. Sob o ponto de vista temporal do processo de trabalho, ambos aspectos se sobrepõem: não é necessário qualquer esforço adicional para conservar o valor do capital constante empregado durante um dado período, sendo o próprio trabalho de criação de novos valores que, por si, conserva o valor antigo. O mesmo trabalho que, graças ao seu caráter genérico, cria um valor novo, não pode deixar de se exercer ao mesmo tempo que um dado trabalho específico, utilizando de maneira adequada meios de produção e matérias-primas já existentes e, portanto, conservando no novo produto o valor dos materiais consumidos. São dois aspectos do mesmo ato de trabalho, inseparáveis e simultâneos. Sob o ponto de vista, porém, do valor do produto, os dois aspectos se justapõem, visto que à fração constituída pelo novo valor se adiciona a porção conservada do capital constante. E, porque produtos fabricados num dado período irão ser incorporados, enquanto matérias-primas ou meios de produção ou instalações, em processos de trabalho de períodos posteriores, o mecanismo renova-se sempre.

Como a conservação do valor do capital constante depende exclusivamente do seu uso na criação de novos valores, a questão crucial é a da sobreposição e simultaneidade de ambos os aspectos no processo de trabalho. Em cada período de produção particularmente

considerado, vimos que é a ação da força de trabalho que sustenta o capital enquanto relação social. Podemos agora entender que, ao longo da reprodução dos processos de trabalho, é esta capacidade de ação que conserva o capital enquanto ele próprio, que impede que os seus produtos materializados se reduzam a meras coisas sem significado social e os mantêm inseridos na relação produtora de mais-valia. Neste modelo, toda a reprodução do capital — o que quer dizer: a própria existência do capitalismo — depende exclusivamente da ação da força de trabalho que se efetiva em cada momento. Um elemento material, fruto de um qualquer período de produção passado, representa ou simboliza o capital apenas enquanto se suponha a renovação da capacidade de dispêndio de tempo de trabalho por parte da força de trabalho. Esta dialética do trabalho atual, do trabalho no momento do seu decurso, vivificando os elementos materializados que restam do passado histórico do capitalismo, constitui o fundamento lógico do modelo da mais-valia. Os elementos representativos do capital constante são trabalho morto enquanto permanecerem exteriores ao elemento ativo das relações sociais, enquanto a força de trabalho em ação não os inserir de novo no processo de produção da mais-valia. O mecanismo da exploração, sinónimo do trabalho vivo no seu processo, mantém como capital toda a sociedade e todos os elementos materiais que a corporalizam. A vivificação permanente da enorme massa de capital pela renovada ação da força de trabalho torna-se, com a dinâmica histórica, uma necessidade sempre mais compulsiva: o aumento da produtividade, sinónimo do desenvolvimento do capitalismo, consiste, em cada processo produtivo particularmente considerado, no acréscimo dos elementos do capital morto relativamente à força de trabalho, tendendo nestes termos a acentuar-se a diferença entre o tempo de trabalho efetivado durante um dado período e o valor do produto global resultante. Quanto mais esta defasagem se verifica, mais crucial se torna para a reprodução do capital a permanente renovação do valor da massa crescente de meios de produção e de matérias-primas produzidas, mediante a sua utilização em novos processos de trabalho. Todos os mecanismos do capital requerem a passagem do trabalho morto pelo trabalho vivo, que lhe conserva o valor e lhe dá novo alento. Assim, no centro do capitalismo, sustentando-o como relação social em reprodução, encontra-se a força de trabalho entendida enquanto capacidade de ação.

Uma teoria da ação não era novidade no tempo de Marx e a problemática filosófica suscitada na sequência da obra de Kant pode resumir-se, afinal, à reformulação de uma teoria da ação e aos seus múltiplos desenvolvimentos. Novidade e, muito mais do que isso, profunda ruptura era pensar a força de trabalho como sujeito dessa ação, definindo portanto a ação ou, pelo menos, o seu fundamento como a ação própria dos trabalhadores, a capacidade de trabalho

produtivo, a capacidade de produzir mais-valia. Há um único modo de nos apercebermos da dimensão de tão colossal ruptura, e é colocarmos esta teoria do trabalho enquanto capacidade de ação contra a teia ideológica das teorias da ação vigentes na época em que Marx primeiro formulou o modelo da mais-valia.

1.2. Kant: o eu-em-relação como ação intelectual

Desde que rompeu a fusão ideológica entre o homem e a natureza, deparou a civilização europeia com o problema permanente de revolver essa separação. Até então, no quadro das concepções teológicas medievais, o prevaecimento das teorias da intenção divina permitira pensar unificadamente a existência humana e a do mundo exterior; e os que neste contexto propunham um conhecimento da natureza especificamente experimental se inseriam na tradição alquímica, para a qual a experiência dos sentidos se conjugava com a iluminação interior, culminando na experiência mística absolutamente unificatória. E mesmo aqueles assombrosos teólogos que, no último terço do século XIII e na primeira metade do seguinte, defenderam o carácter meramente sensorial do nosso conhecimento dos objetos naturais e, assim, admitiram a possibilidade ou a necessidade do conhecimento empírico, fizeram-no porque concebiam as realidades da natureza como absolutamente particularizadas, sendo o seu inter-relacionamento exclusivamente contingente e sem que existisse uma causalidade interna à esfera natural. Decorria daqui uma atitude de ceticismo e de probabilismo perante os resultados do conhecimento sensorial. Estes teólogos deram um desenvolvimento máximo à teoria da liberdade criativa de Deus, e o seu ceticismo quanto à possibilidade de compreensão empírica é o reverso de um acentuado misticismo, assentado numa concepção da revelação entendida como absoluta iniciativa divina. A extrema liberdade de Deus explicaria o extremo particularismo das criaturas e a fé revelada garantiria a unidade de um conhecimento que a experiência sensorial jamais alcançava.

Com a Renascença, a laicização das práticas e do conceito de poder modificou profundamente este panorama filosófico. Na segunda metade do século XVI e na primeira metade do século XVII, a civilização europeia passou a considerar a natureza separadamente do homem, deixando a unidade entre ambos de aparecer como garantida. A verdade do homem não era já a mesma que a do mundo exterior e, perdido o carácter imediato de qualquer verdade da natureza, acabou por se duvidar também da verdade do homem. As grandes disputas

filosóficas destes séculos incidiram nas questões de método e nos critérios da verdade. Na dualidade resultante de tal ruptura, Galileu inaugurou uma tradição segundo a qual a verdade da natureza se encontraria precisamente no caráter objetivo desta, na sua separação do homem. Considerava secundárias e irrelevantes para a definição da realidade física aquelas qualidades que, em seu entender, constituíam o efeito do movimento dos corpos sobre as mentes; e às qualidades que denominava primárias, considerava-as reais, porque constitutivas da natureza e independentes da mente humana. A ruptura de Galileu com a tradição aristotélica não consistiu apenas na negação do geocentrismo, mas ainda na afirmação de que os modelos matemáticos seriam a própria expressão da realidade física. As qualidades primárias, objetivamente naturais, seriam todas elas quantitativas, de maneira que a natureza foi entendida por Galileu e pelos seus continuadores como um vasto mecanismo cujo funcionamento real obedeceria às leis da matemática e cuja verdade, portanto, a análise matemática permitiria desvendar. Esta corrente filia-se na tradição empirista de um conhecimento baseado na observação sensorial da natureza exterior. Desenvolveu-se ao mesmo tempo outra corrente, racionalista, fundamentada na observação pelo homem da sua própria mente. Tal introspecção pretendia também obedecer a leis rigorosamente matemáticas, não na aceção quantitativa, mas quanto à definição clara e distinta dos conceitos e ao tipo de relacionamento a estabelecer entre eles. Era um método algébrico, ou geométrico, que esta corrente de iniciativa cartesiana propunha para o novo raciocínio filosófico. E também aqui se manteve a dualidade do homem e da natureza porque, se Descartes partia da indubitabilidade da existência do eu, entendido como a mente do indivíduo, fazia-o em confronto com a existência distinta da matéria. Para o conhecimento desta, propôs o modelo mecanicista, de inspiração galileana. Embora afirmasse a unidade dos tipos de conhecimento, pelo emprego, em todos eles, do método matemático, Descartes com efeito distinguia-os ao aplicar diferentemente esse método. Foi talvez este filósofo quem melhor expressou a separação entre o homem e a natureza, não só ao postular a dualidade substancial entre o pensamento da mente e a extensão material tridimensional, mas ainda ao propor, para cada um destes campos, diferentes aplicações do método matemático. A matemática aparecia, então, como a linguagem do entendimento comum a ambas as grandes correntes filosóficas, explicando no empirismo as operações da matéria e regrando, no racionalismo, as do espírito. Mas tanto numa tendência como na outra a experimentação, procurando relacionar a natureza e um indivíduo que dela estava radicalmente separado, podia apenas aparecer como a reunificação de elementos originariamente distintos. Por isso, ou se secundarizava a validade do sujeito humano relativamente ao objeto natural, cuja verdade existiria por si própria, como sucedia com os empiristas; ou se tornava a verdade dos objetos naturais acessória da prévia

definição de uma verdade tida por fundamental, que era a da existência do sujeito pensante, como acontecia com os racionalistas.

Apenas Isaac Newton concebeu um vasto quadro que permitiria resolver esta dualidade de origem. A noção de ação a distância implicada na teoria da gravitação universal, as atrações e repulsões resultavam na sua obra de uma poderosa influência da tradição platônica e hermética, do alquimismo e da magia, que Newton combinava com as concepções mecanicistas e atomistas defendidas por certos empiristas. O conceito de força representou para Newton a conciliação daquelas duas grandes tendências de pensamento. Mas os filósofos e a generalidade dos cientistas continentais que primeiro haviam recusado a idéia de ação a distância, em nome do empirismo mecanicista, quando passaram a aceitar a teoria da gravidade reduziram-na a esses mesmos postulados empiristas, amputando-a de tudo o mais. Fracassou assim o ensaio newtoniano de unificação do homem com a natureza. A afirmação da exterioridade do eu relativamente à natureza era o pano de fundo da problemática com que Kant se defrontou.

Para esse confronto, Kant destacou no panorama filosófico de então as duas correntes que, partindo ambas da cisão inicial entre o indivíduo e a natureza, procuravam superá-la de modos distintos. Uma dessas correntes situava-se no desenvolvimento da tradição empirista e encontrava os seus principais expoentes nas filosofias de Locke e de David Hume e nas do iluminismo francês. A outra, no direto desenvolvimento do racionalismo cartesiano, compunha-se dos sistemas de Spinoza e de Leibniz. Kant referiu-se também freqüentemente, neste seu método antinômico, à oposição entre o empirismo e o idealismo berkeleyano. Porém Berkeley recusava qualquer subjetividade ao conhecimento. Para ele, o real era a mente tendo idéias, as quais resultariam de sensações impostas regular e ordenadamente a partir do exterior, pela mente de Deus. Este sistema filosófico absolutiza de tal modo as impressões sensoriais, que resulta como que um empirismo sem objeto material exterior. Por isso, não foi a oposição entre o empirismo idealista de Berkeley e o empirismo materialista de Locke e de Hume que serviu de fundamento à constituição do sistema kantiano, mas o confronto de Locke e Hume com Spinoza e Leibniz.

O empirismo, tanto dos filósofos britânicos como dos franceses, encerrava-se com a reafirmação da particularidade dos elementos. Partindo da problemática geral que estabelecia o eu e, portanto, a natureza como entidades originariamente autônomas, como coisas, o empirismo as unificava no processo de conhecimento, fazendo prevalecer o caráter supostamente ativo das impressões sensoriais provenientes do exterior sobre o caráter

supostamente passivo da sua recepção pela mente. Desta passividade do eu perante a natureza resultava, porém, o completo fracionamento do mundo exterior, conforme a multiplicidade das experiências sensíveis do homem. Assim, uma unificação entre a natureza e o homem com base no apagamento deste frente às impressões recebidas pelos sentidos implicava, afinal, a concepção do particularismo e da fragmentação do mundo exterior e, por conseguinte, da própria individualização do homem. Fazendo as coisas prevalecerem sobre as relações, os filósofos empiristas mantinham-se alheios a qualquer esforço de superação da ruptura entre o homem e a natureza.

A outra das correntes renovava, no interior daquela problemática comum, uma tradição que antes existira apenas sob forma mística. Para Spinoza e Leibniz tratava-se de pensar a união dos elementos. Spinoza criticava o particularismo empirista e ao próprio Descartes, em cuja imediata continuação se inseria, censurava a dualidade estabelecida entre a mente e a matéria e a transcendência atribuída a Deus; e também Leibniz criticou nos cartesianos a completa separação que supunham entre mente e matéria, defendendo ao contrário, a sua união e concordância. A individualização dos elementos é o termo inaugural do processo de constituição das filosofias spinozista e leibniziana, embora não o seja na forma de exposição adotada por Spinoza, que apresenta a união dos elementos como uma constante. Por outras palavras, foi aquela a problemática que suscitou estes sistemas, embora ela não presidisse sempre à sua ordenação para o público. Era do conhecimento que resultaria a anulação da separação entre o eu e o mundo exterior, porque Spinoza e Leibniz concebiam um conhecimento racional, e não sensorial como os empiristas. O modelo da compreensão não era aqui a pluralidade das sensações, mas o princípio unificatário constituído pela capacidade pensante. E, embora fosse a Deus que estes filósofos remetiam tal capacidade unificatória, ela não era mais, como sempre, do que a divinização do processo humano de pensamento. Tratava-se de um tipo de conhecimento que unificava o campo experiencial, não se limitando a hierarquizá-lo e a tornar metodologicamente rigorosas experiências particulares. A divisão da natureza pela absolutização das sensações, opunham a união pela razão unificatória. Enquanto para o empirismo o processo de conhecimento era a ação de múltiplas coisas sobre outras e, assim, um aspecto da fisiologia das sensações, nos sistemas de Spinoza e Leibniz o conhecimento é uma relação totalizante e é esta o objeto filosófico. A compreensão da atividade racional era entendida, antes de mais nada, como um autoconhecimento e este seria o conhecimento da relação do indivíduo com o todo e, portanto, do todo enquanto relação. Daí a dificuldade tida por esta corrente para pensar a existência de elementos, enquanto tais, no todo em que se unem. Para o misticismo ateu de

Spinoza, os elementos não apareciam como entidades distintas, mas apenas como atributos e modos de uma substância única, de maneira que o que se manifestasse num dos elementos encontraria correspondência nos demais. Leibniz, ao discordar da existência de uma substância única, parecia afirmar um maior grau de individualidade dos elementos; mas, na verdade, a sua diferenciação recíproca vem somente de cada um refletir a todo segundo uma perspectiva própria; e, se cada elemento é expressão do todo, entre eles deve então necessariamente existir uma inteira harmonia, que os faz exprimir mediatamente as mudanças recíprocas. Em ambos os casos era o caráter de emanção do todo que definia os elementos, porque o objeto de conhecimento era remetido para o ato de conhecer.

A ruptura de Kant assumiu a forma de uma síntese entre as duas grandes correntes que melhor exprimiam as diferentes virtualidades dessa problemática com que se defrontava. A dúvida metódica cartesiana, certeza de si, surgida na cisão entre a exclusividade do eu e a natureza enquanto exterior, foi transformada por Kant na regra do ordenamento das filosofias existentes. Aquilo de que agora metodicamente se duvida não é a natureza experimentada e o sujeito experimentador, mas os sistemas filosóficos anteriores, ordenados em pares de opostos, de cujo jogo recíproco iria surgir a verdade nova. A antinomia kantiana filia-se expressamente na dúvida metódica cartesiana e, mantendo-lhe os objetivos anticéticos, transforma-a, no entanto, por completo. Apresentando assim a constituição da sua filosofia como lição de didatismo — pois não incidia o cartesianismo precisamente sobre o método? —, Kant propôs aos dogmatismos uma alternativa não-cética. O ceticismo seria a atitude de todos quantos meramente concebiam a oposição entre as duas grandes correntes filosóficas da época, sem conseguirem, no entanto, ultrapassar a problemática que lhes era comum. O objetivo de Kant: converter a antinomia, de processo de negação das respostas existentes, em método de produção de novas questões, ou seja, ultrapassar a crítica pelo criticismo. Muito atenta à legitimação de todos os seus passos, a filosofia kantiana começou por extrair da sua própria forma de constituição uma atitude moral perante a vida, a conciliação pela superação dos antagonismos enquanto base de uma nova síntese e radical negação de todo o ceticismo.

A síntese não incidiu tanto nos resultados a que chegara cada uma das grandes correntes filosóficas como, sobretudo, nas suas metodologias próprias. A síntese que importa considerar no kantismo verifica-se entre a experiência e a razão. A experiência prevalecera na forma sensorialista do conhecimento, que havia levado à absolutização, enquanto coisas, daquilo que suscita as sensações. E a corrente de Spinoza e Leibniz, embora pressupusesse o campo originário da experiência, já que a sua problemática resultava precisamente da necessidade de

unir elementos particularizados, unificara-os, no entanto, só pela capacidade pensante do eu e, portanto, em direto alheamento da experiência. A razão unificante, ou reunificante, e a sensibilidade experiencial fragmentária foram tomadas por Kant como termos antinômicos. Tinham em comum a problemática do conhecimento enquanto objeto específico, resultante da cisão entre o eu e a natureza, mas separava-os a diversidade dos processos atribuídos ao conhecimento.

A síntese kantiana consistiu na aplicação de um destes métodos ao outro, abrindo à experiência um campo novo: o do processo unificador da razão. Com tais virtualidades, a forma de experiência que prevalece nesta síntese é a experimentação. Até então a experimentação fora aplicada exclusivamente pelo eu isolado à natureza; e fora-o numa forma secundarizada que a tornava, na corrente empirista, mera reformulação do predomínio da experiência sensorial fragmentada e, na corrente spinozo-leibniziana, assimilável ao particularismo dos sentidos e alheia, por isso, ao princípio unificante da razão. Kant mudou o estatuto da experiência, assimilando-a ao modelo da experimentação, e abriu-lhe ao mesmo tempo uma problemática nova, fazendo-a incidir na razão unificante. Foi sobretudo na primeira edição da *Crítica da Razão Pura* que sublinhou a comunidade entre o método experimental no conhecimento da natureza e a metodologia proposta para a abordagem da razão, mas penso que as remodelações operadas na segunda edição em nada diminuíram a importância desta questão, que decorre da própria estrutura do criticismo. Foi possível a Kant não restringir o objeto da experimentação à natureza ou, por outras palavras, pôde assimilar a experiência à experimentação, porque compreendeu que a especificidade do método experimental consiste em não seguir o percurso natural mas sim em reconstituir o objeto natural consoante um percurso próprio ao intelecto. A autonomia do método experimental relativamente ao processo da natureza é, para compreender a síntese kantiana, uma constatação básica.

Se o percurso da experimentação decalcasse o da natureza e se, portanto, estivesse inteiramente subordinado à atividade do objeto natural, então caberia à razão um papel meramente passivo. Ao contrário, da autonomia do percurso experimental resulta necessariamente o papel ativo da razão. Senão, sendo o resultado da experimentação o mesmo que o do processo natural, de onde viria a diferença de percursos? É porque a razão constitui um princípio ativo, a par do objeto natural, que ela pode ser também objeto da experimentação. E, aplicada a este campo novo, a experimentação se desenvolve em introspecção. A crítica ao "indiferentismo" e sua superação resultaram, na síntese das correntes filosóficas antinômicas, do estabelecimento da unidade do conhecimento mediante a aplicação do método experimental,

tido como comprovado pelas ciências da natureza, ao conhecimento interior do eu. Não se tratou, como com a introspecção cartesiana, de procurar um fundamento decisivo onde assentar toda a dedução filosófica, mas de conhecer a razão e marcar-lhe os limites. O objetivo da filosofia transcendental era a definição, pela rigorosa introspecção, dos princípios existentes na razão. Daqui resultou o carácter ativo da lógica transcendental, que a distingue da lógica geral. Nesta, os conceitos são posteriores às representações, resultando como que de uma média dos objetos representados, ao passo que o carácter ativo da lógica kantiana a fez partir dos conceitos puros para as representações.

Afirmar quanto à experimentação, e pela experimentação, o carácter ativo da razão é, por isso mesmo, postular o carácter ativo do eu cognoscente. Com o que quero dizer que o eu se afirma ativo no processo de conhecimento, enquanto eu-a-conhecer. E, sendo essa atividade no processo de conhecimento que lhe permite tornar-se objeto da experimentação, esta, enquanto introspecção, é a única com legitimidade para estabelecer os limites do conhecimento. Aqui o transcendentalismo torna-se crítico e a crítica, afirmando não só os limites como as possibilidades, pretende evitar o ceticismo sem cair no dogmatismo. Porém, se os limites experimentais do conhecimento se estabelecem introspectivamente, então esses limites são os do próprio eu cognoscente. A aplicação da experimentação ao campo da razão tornou-o dominante no processo de conhecimento. E porque, no conhecimento do mundo exterior, o eu cognoscente se põe a si próprio, ao repor o fenómeno natural num percurso distinto do da natureza, que o eu cognoscente ocupa o lugar central na filosofia kantiana. Fundamentada na existência prévia da introspecção, toda a experimentação assume o papel ativo de realização — intelectual, e não prática — pois a reconstrução do objeto natural deve-se à iniciativa da razão e pressupõe os seus princípios e os seus limites. Pela introspecção, pretendeu o transcendentalismo ultrapassar a experiência (síntese com o racionalismo) sem negá-la dogmaticamente (síntese com o empirismo). A unidade do todo não tem já lugar em alheamento da experimentação, mas a partir desta, mais além.

Enquanto se limitara ao mundo natural, a experimentação era reservada ao não-eu, reproduzindo assim a cisão entre o indivíduo e a natureza. Ao desenvolvê-la num novo tipo de introspecção, Kant negou essa cisão, pois, tornando-se ambos objeto da experimentação, o eu e o mundo exterior redefinem-se como relacionados. Neste sentido são muito elucidativas as observações de Kant a propósito do *cogito ergo sum* cartesiano: o *a priori* do sujeito, que é *a priori* de algo, é apresentado como demonstração suficiente da existência real dos objetos. Kant afirma, contra Descartes, que o eu só se conhece como existente se relacionado com os objetos;

só na atividade de síntese o eu tem consciência da sua identidade. O “penso, logo existo” é o “penso” algo. O eu para Kant existe sempre numa relação — intelectual, e não prática — com os objetos. Daqui em diante os *a priori* da razão definem-se como o próprio princípio ativo da experimentação e, assim, o eu cognoscente como o princípio ativo na relação entre o eu e o mundo exterior. Kant conservou o dualismo cartesiano da mente e da matéria, mas ultrapassando-o pelo papel ativo conferido ao eu no conhecimento da natureza. E pela atividade desse eu, é que a sua existência se estabelece numa relação de conhecimento com os objetos, recusando-se assim à problemática tradicional, pois que se parte agora do relacionamento entre o indivíduo e o mundo exterior. O eu do kantismo não é o eu do empirismo, sensorialmente passivo e fragmentado na multiplicidade dos elementos; nem o eu de Spinoza e Leibniz, modelo de união dos elementos do todo, mas inativo nesse resumo a si dos elementos. Surge-nos na filosofia de Kant um eu-em-relação, ativo pelo processo de conhecimento.

Se, para Kant, a experimentação recria os objetos, criando o fenômeno enquanto unidade, isso resulta do caráter unificador do processo autônomo do eu nessa experimentação. É o princípio ativo da razão que constitui a unidade básica e que permite uma visão unificada do mundo fenomenal. A unidade é a integração da pluralidade objetiva nos apriorismos do conhecimento do sujeito. Embora reconhecesse que sem a reprodução regular da realidade exterior seria impossível uma constância das representações e a visão unificada não poderia ter lugar, Kant considerou decisivo o caráter unificante do movimento de apreensão. O princípio ativo da razão, os princípios apriorísticos, puros, que cabe à crítica estabelecer, constituem inatamente a consciência como uma unidade que precede os dados das intuições e que torna possíveis as representações num quadro sintético. A unidade da percepção transcendental é o princípio *a priori* de todos os conceitos. É a identidade do ato de apreensão que permite conceber a identidade do eu na diversidade das representações e que, ao mesmo tempo que reafirma as representações como diversidades, coloca o eu numa relação absolutamente necessária com o mundo exterior. Das filosofias de Spinoza e de Leibniz conservou Kant o princípio da unidade do todo; mas trata-se de uma unidade subjetiva, conforme a que Leibniz teria entendido (ver Jacobi). Os princípios unificadores apriorísticos implicam o que Kant denominava: caráter “arquitetônico” da razão. Na primeira edição da *Crítica da Razão Pura*, a arquitetura da razão serviu sobretudo para acentuar o caráter unificador do conhecimento; mas, na segunda edição, numa exposição mais elaborada e que atinge mais diretamente o centro da questão, Kant mostrou como a razão arquitetônica permite, além da identidade das representações, a sua diversidade. Precisamente na simultaneidade dessa diversidade e da

unificação nela possível, mostram os princípios puros *a priori* à sua função unificatória. Contra a problemática anterior, a unificação da diversidade não consistia já numa união *a posteriori* de elementos originariamente cindidos, mas passou a constituir um princípio geral, prévio a todos os fenômenos.

Ao fundamentar a relação de conhecimento num princípio unificador apriorístico, Kant retomou de forma nova um sistema místico de causalidade que inspirara a cultura da Reforma e que persistia também em várias correntes significativas na área da Igreja de Roma, e o qual Spinoza e Leibniz haviam laicizado, dando-lhe um aspecto filosófico e uma estrutura lógica. Onde vigoravam as normas mais estritas da Contra-Reforma, prevalecia um sistema de causalidade caracterizado simultaneamente pela exterioridade da causa com relação ao efeito e pela linearidade das cadeias de causas e efeitos sucessivos. Encontravam aqui uma expressão lógica, a fragmentação e a coisificação empiristas e até uma boa parte do dedutivismo matemático racionalista. A Reforma retomou um outro sistema de causalidade: de uma causa fundamental, central, concebida como um princípio interior e, portanto, uno e unificatório, os efeitos decorrem, não já em sucessões lineares, mas numa disposição concêntrica, enquanto emanção do princípio fundamental. A uma causalidade exteriorizada, opunha-se uma causalidade em que o efeito era entendido como expressão. Entre estes dois grandes sistemas, repartiu-se a cultura europeia pós-trentina. A pintura e escultura, ao urbanismo, à música barroca baseados nos efeitos cênicos e, portanto, na exterioridade da relação causal, opunham-se a pintura, a arquitetura e a música em que os efeitos se resumiam estritamente à própria estrutura da obra, que supunha por isso um princípio causal interior. Klingsor contra Parsifal. Decisivo foi o fato de não se terem repartido estas concepções em áreas culturais homogeneamente definidas. A Igreja nacional anglicana destacava-se ideologicamente do protestantismo em que formalmente se integrava, assim como o catolicismo francês obedecia sobretudo a interesses de Estado que o distanciavam do papado. Bastava o enorme bloco constituído no centro da Europa por estas duas ambíguas Igrejas nacionais para impedir qualquer traçado claro de fronteiras ideológicas. O deísmo e a defesa de uma religião natural, se correspondiam por um lado à progressiva laicização, certamente, por outro, cobriam a necessidade sentida em ambos os países de conciliar as duas grandes correntes do cristianismo europeu. E até nas próprias pátrias da mais ativa Contra-Reforma desenvolveram-se, em oposição à exterioridade da cultura barroca reinante, correntes da unificação interior e de emanção expressiva. Lembremo-nos do gênio de Caravaggio e mesmo de certas obras de Zubarán. Por isso, se compreende que este sistema de causalidade interna tenha estruturado a filosofia do judeu heterodoxo Baruch de Spinoza e a do

agente diplomático Gottfried Wilhelm Leibniz, que tão constantemente se esforçou pela unificação das várias correntes do protestantismo e pela reunificação das duas grandes Igrejas cristãs do Ocidente.

O empirismo eliminou as especificidades pela comparação *a posteriori* das experiências, definindo então uma causa média, de modo que a necessidade do princípio da causalidade não surgia como um *a priori*, mas apenas da repetição experiencial. Este é um dos temas mais frequentes nas críticas de Kant a Hume, pois a mera repetição das experiências empíricas não poderia sugerir a necessidade universal inerente, no kantismo, ao conceito de causa. Esta necessidade apodíctica da causa resultava, para Kant, dos princípios apriorísticos do eu cognoscente e, por isso mesmo, não pode a causa permanecer exterior aos efeitos. Mas não se trata também da versão spinozista ou leibniziana do modelo da causalidade interior. Spinoza e Leibniz resolviam a originária cisão entre o homem e a natureza numa forma de união que tinha como condição absoluta a redução do mundo exterior ao modelo do eu, negando-se assim à natureza a sua exterioridade; o modelo dessa união consistia na redução do processo de conhecimento à razão, em alheamento da atividade sensorial. Assim, no tipo de causalidade em que estas filosofias funcionavam, os efeitos reduziam-se na causa e nela anulavam a sua especificidade; o princípio causal interior tinha aí a forma de uma simples expressão nos seus efeitos. Kant afirmou também que o efeito não é meramente acrescentado à causa, mas é por ela produzido e dela deriva. Porém, no campo transcendental e não-dogmático em que se situou, esta concepção significa que, apesar de produzidos pela causa, os efeitos não são entendidos como mera emanção. Os princípios apodícticos existem para o exterior de si, num sistema complexo em que, se por um lado se reproduzem a si próprios, trata-se por outro lado de uma relação causal objetiva. Concebeu assim um modelo de causalidade inovador, uma vez mais pela aplicação da corrente spinozo-leibniziana à corrente empirista. Uma filosofia que se baseia na concepção de um eu cognoscente, intelectualmente relacional, apenas pode funcionar num modelo em que a causa fundamental interior enquanto princípio apodíctico do eu consiste, não numa forma de expressão, mas numa forma de relação imediata, afirmando-se só na medida em que se relaciona com o exterior. Trata-se de uma relação do eu com a realidade empírica, segundo os princípios íntimos do eu; simultânea reprodução do eu, numa forma de causalidade interna, e afirmação do eu-em-relação, pois só nessa relação o eu se reproduz e só nela tem sentido. Em suma, se a abstração causal kantiana se distinguiu da empirista pelo seu carácter apriorístico e ativo, distinguiu-se da spinozo-leibniziana por ser relacional e não-redutora, abrindo o caminho, no modelo geral da causalidade interior, a formas de causalidade e de abstração

orgânicas e estruturais, e não já imanentes.

Contra a concepção do princípio da unidade enquanto redução do todo ao eu, Kant manteve a afirmação fundamental do empirismo: a existência real do mundo exterior. Porém, como o eu-em-relação reproduz os seus princípios apriorísticos, ou seja, como é um eu que se reproduz nessa relação, nem se trata de uma relação com a natureza (empirismo), nem de uma relação final do eu consigo mesmo (spinozo-leibnizianismo). É o eu em relação com o fenômeno. Por isso Jacobi pôde definir a ruptura kantiana na tese de que só conhecemos o que produzimos, quer dizer, que o objeto do conhecimento o é só para o sujeito e que, enquanto objeto fenomenal, decorre das formas apriorísticas do conhecimento. O conceito de fenômeno ocupa um dos lugares centrais na filosofia de Kant, exprimindo simultaneamente o caráter relacional do eu e a existência absoluta do mundo exterior. Mas exprime ainda a dominância do eu na relação de conhecimento, pois o fenômeno é a reprodução do eu *sobre* a existência do mundo exterior. Daqui decorre imediatamente uma consequência da maior importância.

Refiro-me à coisa em-si. O objeto que se conhece é objeto de conhecimento, o que quer dizer que é objeto numa relação em que o eu se reproduz, e não é o objeto absoluto. A relação de conhecimento é a produção de um objeto para o sujeito. Na sua realidade absoluta de objeto exterior, este não existe para o sujeito, mas em-si, quer dizer, numa existência do objeto para o objeto. A coisa em-si é um dos resultados culminantes da síntese kantiana, decorrendo da aplicação do princípio spinozo-leibniziano de unidade sobre a afirmação empirista da realidade exterior absoluta.

Kant reformulou assim e transformou a velha problemática da verdade por detrás das aparências, da substância e dos acidentes. Para ele, é a matéria dos fenômenos o que corresponde à sensação, e a forma é o que permite a essa diversidade ser coordenada. A antiga dicotomia entre o que aparece e o que é resolve-se na síntese entre a atividade do eu cognoscente e a realidade absoluta do mundo exterior. É exatamente isto que Kant afirmava ao estabelecer que, como a coordenação necessária das sensações não pode consistir em sensações, a forma é *a priori* e a matéria é *a posteriori*; a forma é a ação do eu e a matéria resulta da existência de uma realidade exterior absoluta, sem ser, porém, essa realidade absoluta. Definia-se, assim, a substantividade das formas *a priori* do conhecimento; mas, como não há fenômenos sem realidade exterior absoluta, eles, embora accidentais relativamente aos princípios *a priori* do eu cognoscente, supõem também a existência absoluta das coisas em-si.

Condição da unidade da diversidade sensorial, as formas constituem o caráter

arquitetônico da razão, a ação do eu cognoscente para a sua reprodução no processo de conhecimento. E a homogeneidade das formas puras da intuição sensível que lhes permite preencherem aprioristicamente todas as condições de existência sensível de todos os fenômenos possíveis. A homogeneidade do espaço e do tempo decorre do caráter arquitetônico de uma razão que integra o campo experiencial no princípio ativo do eu cognoscente. Enquanto forma pura da intuição sensível interna, o tempo é concebido como substância, como o elemento da permanência, não servindo para pensar as transformações. Kant foi claro a este respeito num dos pontos centrais da primeira edição da *Crítica da Razão Pura*, quando converteu o “penso, logo existo” em “penso, logo existe o exterior a mim”, transformando o eu em um eu-em-relação. Kant argumentava então que a existência do eu é temporal e, como a determinação no tempo pressupõe a permanência e como essa permanência não pode existir no eu, pois só pela permanência o eu enquanto determinação no tempo pode existir, deduzia que a existência temporal do eu é somente possível numa permanência objetiva exterior, que não seja mera representação. Na versão proposta na segunda edição, Kant insistiu sobretudo na tese pela qual uma representação implica algo de permanente que é distinto dessa representação. O tempo é, pois, afirmado substancialmente e, enquanto acidentes, os fenômenos são remetidos para a homogeneidade do tempo como princípio *a priori*. O próprio Kant sublinhou o caráter tradicional desta concepção de um tempo homogêneo que reduz a mudança à aparência, pretendendo inovar apenas no emprego da demonstração transcendental, onde, até então, haveriam falhado as tentativas de demonstração dogmática. A prova transcendental da tese que define o objeto como o permanente no fenômeno e que reduz o mutável aos modos de existência do objeto consiste em afirmar que a mudança não diz respeito ao próprio tempo, mas aos fenômenos no tempo, senão seria necessária a existência de outros tempos para medir aquelas mudanças. A permanência constitui, no kantismo, o substrato da mudança. O que permanece não é a coisa em-si, exterior à relação com o eu e, portanto, exterior ao tempo enquanto forma pura da intuição sensível interna, “mas a maneira como nos representamos, a existência das coisas no mundo fenomenal”. Foi, no entanto, a afirmação da realidade absoluta da coisa em-si que levou Kant a esta concepção da permanência no mundo fenomenal. Na segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, Kant alterou parcialmente a redação, fugindo à referência ao “objeto” e substituindo-lhe a menção de uma persistência quantitativa da substância do fenômeno em todas as suas mudanças. Mas, além de obter uma maior coerência terminológica, as concepções não se alteraram, continuando a secundarizar-se a mudança relativamente ao real dos fenômenos e à inalterabilidade do tempo. O tempo homogêneo torna a mudança ilusória.

Desta incapacidade de pensar a transformação, resulta uma concepção passiva da antinomia — que não é uma contradição interna. Para Kant, algo só pode ser e não ser ao longo do tempo, e não simultaneamente, como sucederia se concebesse a inserção no mesmo momento em movimentos de relação opostos. Não pensando a contradição, o kantismo não pode, por isso, ter uma dinâmica estrutural.

Estes problemas culminam na extremação da coisa em-si: o eu em-si. Se tivermos em conta o papel dominante do sujeito na concepção reacional do conhecimento, poderemos afirmar que a coisa em-si é sobretudo o eu em-si. O eu em-si é o sujeito que não é objeto para o sujeito, o sujeito que não se produz como fenômeno para si próprio, o que implica que só uma parte do eu seja internamente afetada pela atividade do eu. Vimos atrás que, ao tornar a razão objeto da experimentação, Kant ultrapassara a concepção de uma passividade do eu nas experiências, defendida pelos empiristas, e passara a definir o eu como o agente ativo da experimentação. Podemos verificar agora que esse papel ativo não é total e que é ambíguo. Enquanto se reproduz a si próprio no processo de conhecimento, o eu é ativo; mas, enquanto não se produz como fenômeno para si próprio, o eu é passivo, tanto mais passivo quanto o é perante si mesmo. Esta ambigüidade encontra-se no próprio âmago do problema da coisa em-si.

A coexistência no kantismo de um modelo de atividade e de um modelo de passividade do eu decorre, ainda, da aspiração sintetizadora desta filosofia. E da ambigüidade no estatuto do eu resulta uma duplicidade no modelo do processo de conhecimento: os princípios puros *a priori* existem antes de qualquer experiência, mas não se realizam sem a experiência sensorial, nem antes dela; o que implica que, na definição geral do processo cognitivo, os princípios apodícticos tenham a primazia. Ao mesmo tempo, porém, na descrição de cada conhecimento particular, a ordem se inverte e a sensibilidade, correspondente à receptividade do espírito, que é um aspecto passivo, tem a prioridade sobre o entendimento que, na produção de representações, corresponde ao aspecto ativo do eu cognoscente. Inverte-se, assim, a ordem dos intervenientes, entre o processo geral e os processos particulares de conhecimento.

Essa inversão, com a coexistência de ambos os modelos, torna a figura da mediação indispensável para a coerência do sistema filosófico. E a mediação é necessária também ao kantismo para tentar resolver os paradoxos resultantes de uma concepção de tempo incapaz de pensar as transformações. Assim, o recurso à mediação decorre da problemática da coisa em-si e do seu culminar no eu em-si. A mediação indica, afinal, a ausência no kantismo da figura da contradição, o caráter não-dinâmico desta filosofia. Mas não é paradoxal, então, que um sistema cuja ruptura com a problemática da época consistiu precisamente na atribuição de um papel

ativo ao eu na relação de conhecimento seja ao mesmo tempo desprovido de uma estrutura dinâmica?

Ao transportar para o eu cognoscente o princípio da unidade do todo, Kant inovou, concebendo-o como um princípio ativo, como resultado da tensão permanente do eu-em-relação. Ousarei dizer essas palavras? Elas não foram escritas por Kant, mas não será certo que transparecem claramente, deixando antever o futuro de toda a nova filosofia que com ele se inaugurou? Direi, pois: para Kant a unidade existe no *a priori* como ação. Mas este é o campo aberto pela sua filosofia, e não ainda a letra do que escreveu. A relação em que constituiu o processo de conhecimento não é plena: afirmar a existência da coisa em-si, do eu em-si faz com que a relação implique o sujeito e o objeto apenas exteriormente a cada um deles — enquanto fenômenos. Por isso no preciso momento em que ultrapassava a tradição de Spinoza e Leibniz, transformando a unificação do todo de passiva em ativa, Kant permanecia prisioneiro do empirismo, deixando o em-si escapar à relação. Se a problemática do em-si reside no ponto fulcral em que Kant inaugurou a concepção relacional e ativa do conhecimento, é ela igualmente que limita as potencialidades dessa concepção.

Os vazios de uma filosofia não residem no que ela não viu. Para o mundo ideológico, o que não é visto não existe. Um vazio ideológico é aquilo que fica expresso, sem nunca ter sido dito; é o que o autor não consegue proferir nunca para si próprio, nem por si próprio — mas é dito pelos outros. A visão que os outros filósofos tiveram da obra de Kant, que é a visão da diferença entre a filosofia de cada um deles e a de Kant, define-lhe as contradições e, pelo jogo destas, os vazios. As contradições do kantismo são a relação entre a obra de Kant e a dos filósofos que lhe sucederam.

A realidade do mundo exterior, simultânea à existência do sujeito e nela pressuposta, é objeto para o sujeito enquanto objeto fenomenal, ou seja, objeto do conhecimento; em cada conhecimento particular, porém, o sujeito perde a prioridade e é então o seu aspecto passivo que sobressai. Sobre esta duplicidade no modelo do processo de conhecimento, como há pouco lhe chamei, pairam os paradoxos suscitados pela existência absoluta, face a face, do eu e do mundo exterior, cada um com um em-si irredutível à relação. Nestas contradições, o vazio: qual a ação prática do sujeito sobre o mundo material? E como se relaciona com essa ação o processo de conhecimento? Já enunciável na *Crítica da Razão Pura*, é na *Crítica da Razão Prática* que os contornos deste vazio melhor se delimitam. A liberdade, no kantismo, é a causalidade do eu em-si para o eu, sendo este o sujeito enquanto objeto para o sujeito; no mundo fenomenal, ao contrário, reina a necessidade, que rege os objetos enquanto objetos para o sujeito. Como a

forma pura das leis morais, sendo anterior aos objetos empíricos da vontade, é uma forma, não é por isso sujeita à causalidade natural. Neste modelo duplo, a necessidade é outro nome dado às leis sobre as quais incide o processo de conhecimento possível, e a liberdade demarca aquele campo vazio — onde outros irão pensar a relação prática entre o eu e o mundo exterior. Para que este vazio desapareça, será necessário que o princípio de atividade do eu se transforme, passando-se da epistemologia à prática. A vontade a que a razão prática se refere diz respeito a uma realização não-material, que permanece num plano estritamente mental. E, quando a razão prática incide sobre as coisas em-si, essa relação não afeta o processo de conhecimento, quer dizer, a razão pura permanece alheia a tal relação. É a restrição da vontade ao plano mental e a cisão absoluta entre a faculdade de vontade e a faculdade de conhecimento que permitiram a Kant a manutenção deste modelo duplo em que o eu ativo pode ser epistemológico sem ser prático ou, quando parece ser prático, mantém-se a epistemologia alheia a esse aspecto eventual. Se o kantismo concebe os objetos como objeto de conhecimento, não os concebe enquanto objeto de uma prática e só é capaz de conceber o sujeito, além de agente do conhecimento, enquanto objeto de uma ação externa ou de si mesmo enquanto exterior. Nos termos estritos deste sistema filosófico é impossível estabelecer pontos comuns entre os reinos da necessidade e da liberdade, pois a distinção é absoluta entre o fenômeno e o em-si. Abria-se aos herdeiros de Kant a multiplicidade das respostas possíveis à problemática da relação prática entre o sujeito e o mundo exterior.

Se esse é o vazio de Kant na corrente encetada pelo empirismo, outro se desenha na tradição spinozo-leibniziana. Ao reduzirem os elementos a mera expressão de um princípio unificador imanente, estes dois filósofos não pensavam formas de relação entre o todo enquanto unidade e a diversidade dos seus elementos. Kant transpôs a problemática da unidade do todo para o campo do realismo experiencial; e a afirmação da realidade absoluta das coisas impede a redução da realidade fenomenal a mera emanção do eu cognoscente, surgindo assim a nova questão da relação entre os elementos e o todo. Em vários locais da *Crítica da Razão Pura* se passa perto deste problema. Escrevia Kant que o particular se distingue do universal precisamente porque contém mais do que é pensado no universal, ao passo que, no sistema de Leibniz, aquilo que não está contido no universal não o está também nos conceitos particulares. Deste modo o concreto é, para Kant, o particular, enquanto para Spinoza e Leibniz seria o geral enquanto todo. Na mesma linha de pensamento, ao definir, mais adiante, a sua posição perante a doutrina platônica, Kant afirmava que a inimitabilidade real da idéia, a sua não-representação em qualquer fenômeno, deve-se à sua singularidade. Mas a problemática da relação dos

elementos no todo não é aqui colocada, nem resolvida. Mais adiante, perto já do final da obra, Kant propôs, partindo do caráter arquitetônico da razão, um modelo do desenvolvimento dos sistemas ideológicos baseado na concepção central da unidade das suas partes, e não por adições externas, independentes do conjunto. Defendeu, na continuação, uma pedagogia de tipo pestalozziano, na qual os estudantes reinventem os sistemas partindo da sua idéia central, em vez de lhes memorizarem as partes. Trata-se agora de uma concepção de tipo spinozista do todo, surgindo os elementos como emanção de um princípio central. Igualmente, escreveu no prefácio à primeira edição que, se o princípio da razão pura for incapaz de resolver um só problema filosófico, é todo o sistema que tomba por terra, o que se deve ao seu caráter absolutamente sintético: "Uma tão perfeita unidade". Ao vermos a mesma tese repetida no prefácio à *Crítica da Razão Prática*, torna-se claro que este modelo da identidade dos elementos no todo se aplica ao sistema ideológico que estuda o processo de conhecimento, e não ao próprio entendimento, e tal restrição limita as conclusões a tirar. Pode se concluir que em lado algum Kant abordou expressamente uma problemática que, no entanto, está subjacente a toda a sua filosofia. É este o segundo grande vazio.

Ambos se sintetizam num ponto comum. Disse já que o eu em-si constitui o cerne da questão da coisa em-si. Vimos também como o eu enquanto modelo do todo constitui o princípio imanente na concepção spinozo-leibniziana. A ação prática material, e não meramente epistemológica, entre o sujeito e o objeto, bem como a simultânea afirmação da particularidade e da relação entre o eu e o mundo exterior são as duas questões que delimitam aqueles vazios. A relação entre o eu e o eu é o ponto em que ambas as questões se sintetizam. Num dos casos trata-se da ação entre um sujeito e outro sujeito enquanto objeto; no outro, trata-se de pensar o eu em relação com o mundo exterior enquanto eu em relação com os eu exteriores. Mas esta não é já a filosofia de Kant, e sim a face que para ela voltam os seus contemporâneos e sobretudo os seus herdeiros.

1.3. Fichte: a ação intelectual do nós como criação da realidade

Fichte respondeu à problemática suscitada pelos vazios do kantismo desenvolvendo essa filosofia a partir do seu ponto central, da concepção relacional do conhecimento, e desenvolveu-a mediante a aplicação a essa relação do próprio movimento que faz dela um processo. Kant estabelecia a relação entre o sujeito e o objeto pela reprodução do sujeito no

objeto, tornando-o objeto fenomenal. Nessa forma de relação reside o embrião da concepção de processo. Fichte foi aplicar à filosofia kantiana os mecanismos dessa própria filosofia, e a sua solução consiste em extremar o caráter relacional da relação, desenvolvendo a forma processual, ou seja, desenvolvendo o modelo do conhecimento pela reprodução do sujeito. Enquanto em Kant a apodicticidade da verdade, as formas puras apriorísticas do conhecimento eram a condição para que o eu se afirmasse a si próprio na relação de conhecimento, Fichte desenvolveu a auto-afirmação do eu até estabelecer a verdade como fim desse processo auto-afirmativo. Para Fichte, o movimento de reposição do sujeito é o objeto de conhecimento.

Mas em que resulta, então, a síntese kantiana, que na reprodução do eu no processo de conhecimento afirmava simultaneamente a exterioridade do objeto desse conhecimento e, assim, o seu caráter relacional? Fichte não negou essa síntese, como nenhum dos grandes herdeiros de Kant o fez, mas repô-la no interior do movimento processual único a que resumiu todo o kantismo. Criticou Kant pela utilização de três absolutos: a experiência sensorial fenomenológica, o eu em-si, a síntese *post-factum* dos outros dois absolutos. A síntese fichteana é o único absoluto e nela se produzem os termos sintetizados. O conhecimento continua a ser relacional, porque resulta da união de termos opostos, mas agora todas as oposições são internas e produzidas internamente. O conhecimento, em Fichte, é o movimento entre termos que só são opostos nesse movimento, que esse movimento estabelece como opostos e que nele encontram a sua união. É o movimento da vida, onde se destrói a facticidade dos termos e a possibilidade da sua definição substantiva. Enquanto a concepção relacional de Kant unia termos preexistentes, Fichte, pelo desenvolvimento da figura lógica do processo, tornou o movimento de união com o absoluto anterior aos termos, que só nele existem e cujas oposições só nele assumem significado. Por isso Fichte pôde converter a antinomia kantiana, que era exclusivamente *post-factum*, numa verdadeira contradição. O processo do eu não é um fato — é um movimento. A síntese realizada por Kant foi, assim, transposta por Fichte para níveis ainda superiores, pois a filosofia fichteana sintetiza a partir de si própria, acentuando deste modo a ruptura com as filosofias pré-kantianas e desenvolvendo o caráter ativo do eu. Mas não restem dúvidas de que se trata de uma síntese. Fichte criticou o caráter factício e substantivo do idealismo, que se limita a se afirmar a si próprio, e preferia o ponto de vista realista, porque este deixa subsistir uma dualidade, a qual permite a síntese. O absoluto é o movimento do eu entre a unidade e a unidade-disjunção. A unidade-disjunção é o ponto de vista realista, a unidade simples é o ponto de vista idealista; o ponto de vista da existência da realidade material e o ponto de vista da afirmação subjetiva do eu são termos que o eu absoluto une em seu processo

e que, sem esse movimento, não teriam qualquer significado. Trata-se, portanto, da produção dos termos no próprio movimento de síntese. Fichte chamou-lhe “síntese genética”. Essa síntese é o processo do eu no conhecimento.

O processo do eu constitui-se num duplo percurso: um processo de ascensão à verdade que nesse processo se produz; e de produção da realidade a partir dessa verdade. Na sua fase ascendente esse percurso é o conhecimento; na sua fase descendente ele constitui a fenomenologia.

A verdade absoluta, que é o eu no seu movimento, é evidente — pois não é ela o próprio processo de pensamento? Fichte desenvolveu o caráter anti-substantivo da filosofia de Kant, definindo a verdade como um modelo, e não como um conteúdo. Dos dois critérios kantianos de verdade (o negativo: adequação ao objeto; o positivo: adequação às leis do pensamento), é o positivo que se mantém, mas não já enquanto adequação do conhecimento a leis apriorísticas do pensamento, e sim como adequação do processo de conhecimento ao processo de pensamento em que ele, afinal, consiste. A verdade pode agora aparecer *a posteriori* porque ela é o próprio processo da sua produção. E neste processo, em que a reposição do eu é a produção da verdade, a coisa em-si é eliminada.

Como pode, porém, Fichte afirmar a unicidade da verdade, se ela resulta de um processo individual? Não há dúvidas quanto à individualidade desse processo, pois, enquanto processo, é idêntico ao indivíduo. O eu existe no movimento de síntese genética, de tal forma que a aprendizagem da verdade não é mais do que a livre produção do eu — por isso fez Fichte a apologia da pedagogia de Pestalozzi, que pressupõe o papel ativo do discípulo e a criação por ele da verdade. Essa verdade é um saber puro, que existe em si e para si, sem objeto. Como pode então a individualidade do processo do eu resultar numa unicidade da verdade, a qual não é mais do que aquele processo? Se Fichte se limitasse a resolver a questão afirmando que o processo do eu era o mesmo em todas as individualidades, não ultrapassaria aqui o kantismo. Mas ele desenvolveu essa constatação dinamicamente, como um novo movimento na inesgotável construção da síntese. O processo do eu, em que este se afirma e se repõe, é simultaneamente um processo de negação do eu, pela identidade deste processo com os das outras individualidades, o que leva à negação da individualidade nessa identidade. O absoluto é a unidade ser-consciência e na produção dessa unidade o eu se anula, se funde no absoluto. Se o movimento do eu é único, se nesse movimento, que marcaria o ponto extremo da sua individualidade, o eu se nega precisamente em virtude da unicidade da forma do seu processo, então a síntese genética, ao mesmo tempo que constitui a evidência da verdade absoluta,

resulta na negação do eu enquanto individualidade exterior ao absoluto e na afirmação do “nós interior a si”. Trata-se da extremação do egoísmo até ao ponto em que ele se torna inultrapassável, o que leva então à sua renúncia e à integração do homem no todo. E neste “nós interior a si” que os “eu” se fundem no absoluto do nós; e nessa fusão a verdade é única e evidente.

Ao resolver desta maneira a questão, Fichte empregou um modelo de todo de tipo expressivo. Trata-se de uma unidade-totalidade em que os elementos, ao se afirmarem, se negam como elementos e afirmam assim o todo. Nesta resolução de um dos vazios da filosofia kantiana, Fichte não retomou, porém, o modelo de todo de tipo expressivo de Spinoza e Leibniz. A expressividade do todo nos elementos é, em Fichte, inteiramente ativa, e não já passiva, como sucedia nas doutrinas daqueles dois filósofos. Foi o desenvolvimento do conceito de processo que permitiu a Fichte transpor o modelo de expressão nos elementos de um princípio causal interno ao todo, para um campo onde é o processo dos elementos que os nega e que assim neles afirma o todo.

Afirmar o meu eu é negar-me e fundir-me no absoluto, na atividade, na vida. A este ser absoluto nada é exterior. Mas enquanto, para Kant, o carácter auto-interno do eu era o eu em-si, a concepção fichteana de processo, eliminando o eu no nós, recusou as derradeiras tradições da definição substantiva dos seres, ultrapassando o eu em-si. Para Fichte, o absoluto é o processo que, ao ultrapassar o eu em-si, ultrapassa a coisa em-si na produção da verdade. O em-si kantiano é negado pela construtibilidade da verdade e do absoluto.

A partir deste ponto de fusão do saber absoluto, em que os “eu” se negam no nós e a verdade se produz, o espírito recria a realidade, não já facticiamente, mas relacionalmente, na síntese genética que constitui o processo. É esta a fenomenologia, a face descendente do percurso do espírito. A partir da verdade absoluta, as coisas deixam de ser vistas facticiamente, na sua elementaridade desorganizada, e são vistas na unidade criada. Se a verdade é *a posteriori* no movimento ascendente do eu no processo de conhecimento, a partir daí, no processo descendente do nós, a verdade é *a priori*; para o mundo dos fenômenos a verdade é um *a priori*. É o “por si” do absoluto que une estes dois percursos do espírito. A ascensão do eu ao nós forma a vontade, que é a consciência do dever ser. Esta vontade autofundamentada, vontade do ser pela consciência do dever ser, é a liberdade. A liberdade para Fichte não é a indecisão entre várias vias, é a decisão da vontade, causa de si própria. Fichte definia assim a liberdade do homem na mesma tradição em que Spinoza definira a de Deus, o que não surpreende, pois o eu fichteano é o modelo do absoluto, já que não coexiste com ele, mas anula-

se nele no próprio processo da sua afirmação. Mas como, contrariamente à de Spinoza, a unidade-totalidade fichteana é ativa, a liberdade tem agora o seu fundamento na vontade. A consciência do dever ser produz imagens novas, das quais resultará um mundo novo. A vontade é a adequação da realidade fenomenal às idéias *a priori*, num modelo em que cada parte do fenômeno exprime o todo, o todo infinito do ser absoluto e o todo finito do mundo fenomenal. As duas faces do pensamento se encontram, assim, unificadas: a vida divina, o “nós interior a si”, nunca parando perante o aspecto factício dos elementos, desenvolve-se sempre no dever ser, que, uma vez sendo, de novo deve ser, e assim eternamente, num processo contínuo que leva a história a não ser cíclica (o eterno terrestre é a fusão do cidadão no nós do povo), constituindo a vontade a realização deste ideal.

Nesta perspectiva, Hegel deve ser entendido como o continuador direto da filosofia fichteana, limitando-se a dar ao desenvolvimento lógico inerente à concepção de processo as características também de um desenvolvimento temporal. No hegelianismo, tal como na obra de Fichte, os termos apenas são opostos na, e pela, relação em que se encontram; mas, projetada no tempo, a síntese genética foi transformada por Hegel num processo dialético, a contradição historicizou-se. O autodesenvolvimento do espírito absoluto é assim o desenvolvimento do universo, é a história do mundo; e por isso, como a razão é constitutiva deste processo, Hegel pôde afirmar a realidade do racional. Mas a matéria é apenas uma manifestação dessa atividade mental. Os grandes temas filosóficos de Fichte e, mais ainda, o seu conceito de processo foram conservados por Hegel, que projetou para a história o absoluto. Não foi tanto uma nova visão que se abriu, mas um vasto campo de estudo oferecido a uma perspectiva que encontrava a origem na crítica fichteana do kantismo.

Negando o em-si, Fichte pôde enfrentar a problemática da relação prática, e não meramente epistemológica, entre o homem e o mundo exterior. O processo que produz a verdade absoluta produz a realidade objetiva, que daquela decorre. A fenomenologia constitui, portanto, uma tentativa para resolver o outro dos vazios da filosofia kantiana. Para alguns filósofos contemporâneos de Fichte, porém, e para certos dos que se lhe seguiram, o problema fora assim apenas deslocado, abrindo-se um novo vazio: a filosofia fichteana não estabelece qualquer relação entre dois níveis da realidade, o da realidade material existente e o da realidade objetiva que encontra na verdade absoluta o seu *a priori*.

1.4. Schelling: a contradição como ação para o divino

Schelling enfrentou o vazio definido na filosofia fichteana, criticando-lhe o caráter subjetivo que conferia ao absoluto, pois, tal como Kant, Fichte reduzia a unidade à consciência, não vendo o subjetivo na natureza. Seria pela reformulação da concepção fichteana de processo que Schelling haveria de desenvolver uma nova síntese. O homem, afirmou Schelling, separou-se primeiro do mundo exterior e separou-se em seguida de si próprio. Afirmando a realidade dos dois níveis distintos, da natureza e do espírito, e tomando-a como ponto de partida, há que estabelecer as relações do homem com esses níveis e deles entre si. Para isso, Schelling concebia a oposição entre os níveis como relacional, quero dizer, eles se relacionam como opostos e se opõem enquanto relacionados — unificando-se assim. Não era este, porém, o modelo de Fichte? Seria se a realidade material fosse subsumida ao processo do espírito. No entanto, desde o início Schelling definiu, sem deixar lugar a dúvidas, o caráter positivo e físico da realidade exterior.

Separado da natureza e, portanto, separado de si próprio, o homem é colocado numa oposição. Resulta daqui que parte do homem age e parte reflete. A ação é dirigida à realidade material, penetrando-a, e é ela que permite ao pensamento anular a coisa em-si. Mas o que é essa eliminação da coisa em-si senão a reunificação do homem com a natureza e, mediante a verdade assim alcançada, consigo próprio? O homem percorre, pois, uma tensão que vai da sua separação até a sua unificação. Na lógica de Schelling, se a separação é possível, é porque na união ela existia já; e, se a união é possível, é porque a união existia na separação. Deste modo o processo, que na versão fichteana e, depois, na sua historicização hegeliana assumia a forma de uma gênese de sucessivas polaridades, foi concebido por Schelling como o movimento permanente entre dois pólos, que se repõem um no outro. Se na separação, pelo movimento da ação e do pensamento, o homem se une com o mundo exterior e com a verdade do eu, isso para Schelling apenas é possível porque tal união existe já dentro de nós, numa comunidade primitiva. Seria a origem comum da ordem de sucessão dos fenômenos na natureza e da ordem da sua sucessão no espírito que tornaria possível a união entre a subjetividade do eu e a objetividade do mundo. Trata-se de uma correspondência originária entre a necessidade objetiva e a necessidade subjetiva. Quando se elimina tudo o que faz parte das representações do mundo objetivo, o que resta não é a coisa em-si, mas o eu. A oposição, no eu, do finito e do infinito, a sua comunidade primitiva e a expressão dessa comunidade na oposição daqueles termos, reproduz o seu movimento em correspondentes oposições. É o movimento que permite pensar

como elementos a natureza e o espírito, e que permite pensá-los como um todo nesse movimento. O absoluto totaliza assim como idênticas três unidades: a essência (subjetividade) a revestir uma forma (objetividade); forma resolvendo-se em essência; e a união destas duas unidades. É a cópula, a necessidade original e absoluta que une o finito ao infinito, que faz com que o infinito o seja verdadeiramente, não se limitando a ser uma mera negação do finito; mas, como o finito se une com o infinito, ele é a expressão do infinito. Entre a natureza existente no subjetivo e o ideal que existe na natureza, entre os termos opostos que são opostos e que nessa oposição se exprimem um ao outro, a cópula é a indiferença. A indiferença é a identidade nascida da oposição.

A especificidade que constitui o fulcro da filosofia de Schelling pode ser mais bem entendida se opomos esta concepção à da harmonia preestabelecida de Leibniz. A harmonia preestabelecida residia, para Leibniz, num terceiro princípio: o material era considerado como mera representação do espiritual e era no espiritual que o espiritual e o material se associavam. A esta concepção opôs Schelling a de um absoluto que não é um terceiro princípio, mas a identidade pura do ideal e do real. A união entre o subjetivo e o objetivo não tem lugar fora, mas dentro, do eu. Não se trata de uma passagem do infinito ao finito, e sim da união primitiva do finito e do infinito no eu. As representações se apresentam no eu em sucessão, o que demonstra a nossa finitude; mas essa sucessão é infinita, demonstrando que emana de um ser que une o finito e o infinito. Spinoza, além de unir o pensamento e a extensão no princípio da substância, deduzia o finito a partir do infinito, colocando assim o infinito fora do eu e pensando um eu passivo. Leibniz encaminhou-se para a superação deste ponto de vista, partindo da individualidade e situando o infinito no eu. Mas o jovem Schelling ultrapassa tudo isto e, desenvolvendo a figura lógica do processo, nega inteiramente qualquer caráter passivo do eu, ao afirmar a união individual do subjetivo e do objetivo e ao definir a identidade resultante como uma articulação inelutável de oposições, que se exprimem reciprocamente.

Esta concepção de processo supõe um modelo do todo de tipo expressivo. No todo constituído pela sua unidade de opostos, cada um dos termos se exprime imediatamente no outro. Tal como em Fichte, também aqui esta expressividade é inteiramente ativa, distinguindo-se da expressão passiva do todo nos elementos que se encontrava em Spinoza e Leibniz. Mas, com Fichte, é no desenvolvimento do processo inicial do eu que o todo gera os elementos, enquanto a concepção schellinguiana de todo, pela posterioridade do movimento processual, confere aos elementos um valor objetivo, ao mesmo tempo que pelo processo os define como reciprocamente idênticos. Os elementos, para Schelling, são reais porque decorrem de uma

relação necessária no todo. Cada organização é um todo, que tem a sua razão em si mesmo e não na nossa análise-síntese; os elementos do todo não existem em função do eu, mas numa relação necessária neles próprios. É este o caráter objetivo dos elementos em relação no todo.

Daí as críticas de Fichte, acusando Schelling de não conceber o processo como um absoluto *a priori* e de desenvolvê-lo como uma síntese *post-factum* entre o sujeito e o objeto. Entre um e outro, não via Fichte que pudesse existir para Schelling senão a indiferença da razão, definida substantivamente — alienadamente, como um é — e não geneticamente, como um ser ativo. Mas, se Schelling postulou a materialidade real da natureza a par da realidade do espírito e recusou assim a síntese da filosofia fichteana, bem como a dialética hegeliana da razão histórica, foi para desenvolver a figura lógica de processo numa concepção nova de ação. A unificação dos termos pela sua oposição relacional significa, para Schelling, que um existe no outro, e não numa mera expressividade estática, pois o próprio movimento de união apenas é possível porque existia já na separação, tal como a separação pode ocorrer porque existia na união. Cada termo exprime dinamicamente o outro porque, ao repô-lo, unindo-se assim com ele, supõe a separação. Precisamente porque concebia uma expressividade imediata dos termos opostos, o jovem Schelling negou qualquer terceiro princípio e afirmou o absoluto como a identidade resultante nesse movimento. O movimento ocorre dentro do eu, mas não é, como em Fichte, um exclusivo processo do eu, em que tanto o movimento de união como os seus termos unidos e separados constituíam o processo do eu na sua realização. Para Schelling, a positividade do processo relativamente aos termos e a existência positiva dos termos conferem à figura do processo um novo sentido, o de contradição. O processo aparece, agora, como o próprio movimento da contraditoriedade e, situado no interior do eu, afirma a cópula como princípio de ação. A contradição é a ação.

Nesta contradição que une os termos opostos idênticos, a ação, permitindo ao pensamento a anulação da coisa em-si, leva à re-união entre o homem e o mundo exterior. A ação é, para Schelling, a liberdade. A liberdade é o processo que, no afastamento, leva à re-união: colocar as representações em questão, interrogarmo-nos sobre a validade da disjunção, é elevarmo-nos acima das representações, o que significa sermos livres relativamente a elas e, para o sujeito, possuir as raízes da sua existência. Esta interrogação sobre o conjunto dos fenômenos permite a re-união entre o espírito e a matéria. Enquanto interrogação, trata-se da indeterminação do eu como livre: nem sujeito, nem objeto — ação, e não passividade. Contrariamente às ciências empíricas, a filosofia transcendental não tem como ponto de partida um ser, mas um ato. Cria o seu objeto, o eu, e por isso a ação é liberdade. O conhecimento só

pode constituir, portanto, o processo de um indivíduo ativo e livre e de novo aqui encontramos a pedagogia de Pestalozzi, campo ideológico comum às várias linhas desta teia filosófica. O eu cria-se na passagem do ideal ao real e do real ao ideal; e essa passagem, na indiferença, é a ação na liberdade. A ação é, pois, a própria forma de relação no absoluto. O absoluto é a ação contraditória. Em ruptura com Fichte, dizia Schelling que não basta afirmar a atividade como a realidade; é preciso conceber a realidade como atividade. A liberdade existe no sujeito e na natureza porque é a própria forma da ação, o próprio movimento dos elementos no todo. A produção é a ação sujeito-objeto. Mas não se trata de uma oposição estática, que anularia o produto. Em cada movimento, o produto é aniquilado e se reproduz. Não é um ser, mas um devir, uma criação constante. Enquanto objeto, a natureza é o intermediário entre ela própria e o nada. A criação não é senão ação.

Por este processo contraditório de união, ou re-união, do sujeito e do objeto, Schelling pensou a relação dupla entre o homem e a natureza: a relação de percepção, que o movimento do eu ultrapassa pela produção do absoluto, e a relação de criação. Mas que ação é esta, como responde ela ao vazio apontado nos outros filósofos, ao problema da relação com o mundo material? E vamos ver que Schelling, que tão radicalmente postulava o caráter positivo da realidade exterior e que a partir daí desenvolveu uma concepção nova de processo, no exato momento em que parecia poder enfrentar esse vazio, recua perante o abismo, ou ignora-o. E a ação não é endereçada à realidade material, nem mantida sequer, na esfera intelectual do eu, mas espiritualizada e remetida para a imagem fantasmagórica do homem, para a divindade.

Schelling definiu o seu idealismo numa relação em que se opõem, sem prioridade recíproca, o idealismo relativo e o realismo. Do idealismo relativo para o realismo há o movimento da filosofia transcendental, enquanto do realismo para o idealismo relativo se desenha o movimento das ciências da natureza. O ponto desta unificação constitui o centro do eu como atuante e pensante. A união inconsciente do consciente é o mundo natural. No mundo natural existe ação, vida, porque é também união do subjetivo e do objetivo, mas é uma ação inconsciente. No eu é uma união consciente do consciente e do inconsciente. Quando essa consciência visa ao exterior, é a estética; quando visa ao interior, é a filosofia — ou, numa versão posterior, a filosofia une o caráter objetivo da arte ao caráter da religião. Por isso, contra o caráter não-unificante da filosofia reflexiva, Schelling pôde proceder ao elogio das velhas mitologias, afirmando que a intuição pura e a imaginação criadora descobriram sempre o princípio da unidade orgânica do mundo. A síntese schellinguiana prolonga-se pela história, vai mais longe do que as épocas em que Fichte procurara encontrar as origens do “nós” germânico,

salta por cima do racionalismo, da reflexão analisante e disjuntora, e estabelece a união entre a união presente do objetivo e do subjetivo e a união primitiva, dos alvares da história conhecida, intuitiva e simbólica.

Não se trata, como em Fichte, de um processo linear, decorrente do apriorismo da síntese. A síntese *post-factum* entre termos estabelecidos levou Schelling a uma concepção cíclica de processo. Causa e efeito de si próprio, o todo volta sempre a si mesmo. A substância é negada e proclamada como sendo o que não deve ser; mas ela contém o que deve ser. A causa (causa: porque não existe para si, e só em função da ação, exigida necessariamente pela infinitude da substância) é a mediação, a potência que faz surgir o que deve ser do que não deve ser. E o deve ser é causa e efeito. É no processo contraditório entre os termos opostos que se definem estas três unidades, cuja unidade recíproca é o absoluto. Esta é a dialética da produção da matéria e da necessária re-unificação posterior. O ser, que não é devir, é, relativamente a Deus, o não-existente. Só existe para Deus, e não para si. Mas esta situação contém a necessidade da sua ultrapassagem. Deus só é livre perante o ser se o entregar ao devir. Mas o Filho fez-se homem para necessariamente de novo subir ao Pai. No fim desse devir, o ser se conhece: existe para si e dentro de si. O movimento que une a contraditoriedade de todos estes passos, o processo, é Deus: para que o objeto seja sujeito de si, é preciso que exista antes como vontade. Deus é o que pode começar: é ato, é vontade. Deus nega para se afirmar; e para essa afirmação é preciso haver aquilo que nega: vontade, liberdade. Liberdade incondicionada, pois a vontade não resulta, em Deus, da relação com algo. Para que a cópula possa unificar a totalidade, é preciso que o uno seja já um total. Nesta fusão da totalidade e da identidade reside a origem das coisas. O absoluto é o desejo de si. Passagem do absoluto como desejo ao desejo do absoluto: vistas em si próprias, as formas do desejo de si são múltiplas. Elas constituem os fenômenos. Mas as formas do desejo encontram-se unidas no processo desse desejo. Não é o absoluto que se diferencia. Diferencia-se aquilo em que o absoluto se objetiva. Do absoluto só surge o absoluto. De Deus só surgem as idéias. Só o absoluto, para Schelling, é real; as coisas não o são. Do absoluto aos fenômenos, às coisas, não pode, pois, haver senão um salto. A fenomenologia schellinguiana é a forma de pensar esse salto no interior do todo, quero dizer, a concepção de um modelo do todo em que se processa uma efetiva cisão dentro de uma necessária unidade. Será esse salto a ação sobre o material? Qual o percurso do absoluto?

Deus coloca o começo do tempo a partir de fora do tempo. O tempo é subjetivo, interior a cada coisa, por isso o começo é exterior ao tempo, residindo ainda no absoluto. O começo é um salto. Objetivação da forma, num reflexo objetivo que continua impregnado pela essência

absoluta; daí, a independência e igualdade deste objeto relativamente ao primeiro absoluto. Mas este objeto só é absoluto se pode apreender-se a si (absolutamente livre na necessidade absoluta) e, deste modo, separa-se do absoluto e da sua necessidade, perdendo simultaneamente a sua liberdade absoluta: passa a submeter-se a uma necessidade finita, não absoluta. E, então, o não-real, quer dizer, para Schelling, o material — não-real porque não existe em-si para si, e dele só surgem idéias que refletem essa não-realidade, essa finitude. Trata-se de um verdadeiro corte com o absoluto: a possibilidade da queda reside na liberdade, isto é, na impregnação do finito pelo infinito, naquilo que é ainda absoluto; mas a razão dessa queda reside no que a sofre, naquele que é já independente, que já não é absoluto. Na sua eternidade, o homem é necessidade (conhecimento); na sua temporalidade, ele é liberdade (ação). O homem é criado fora do tempo, no absoluto; mas, determinando-se, realiza-se no tempo. O ato por que se determina reside ainda na eternidade. E unem-se, assim, a liberdade e a necessidade. Deus confunde-se com a sua condição, por isso é absoluto. Mas a condição do homem lhe é exterior. O mal, no homem, é a separação entre a individualidade e a participação no absoluto; mas o percurso dessa separação é ainda a necessidade da sua união. A forma objetiva-se, mas a essencialidade do absoluto transmite-se ao seu reflexo objetivo; é a impregnação do finito pelo infinito. E temos aqui, após a produção dos fenômenos, o movimento da sua re-unificação. Porque tinha do processo uma concepção cíclica, Schelling pôde pensá-lo como teleológico. A criação tem, para ele, uma finalidade, que é a união do bem com o bem original, deixando o mal como irrealidade (irreal, porque já não unido-oposto ao bem; o mal não tem realidade em si, só a assumindo por oposição).

O desenvolvimento que levou das obras do jovem Schelling até a mais tardia exposição do sistema deve ser entendido como o próprio desenvolvimento interno desta filosofia. Schelling, que partira da separação do homem relativamente à natureza, da disjunção entre o sujeito e o objeto, chegou assim, no termo deste movimento, ao completar do ciclo. Ou da espiral? Mas não é na ação contraditória do homem sobre a natureza que a unificação se processa. É em Deus que ele a projetou, sendo assim, de todos estes filósofos, o que propôs a concepção de ação mais rarefeita. Por isso denunciava aqueles que, quando não conseguem realizar a re-unificação em Deus, a realizam no Estado, como fizeram Kant e os jacobinos, aviltando-se até, no desenvolvimento lógico desta perversão, a procurar a re-unificação no despotismo do Estado autárquico, como Fichte. Schelling era coerente. A re-unificação que proclamava não é material; só pode existir no próprio movimento circular, em Deus. É, pois, impossível um Estado ideal. Daí que, no fim da vida, ele se tivesse posto ao serviço do Estado existente para melhor atacar o

radicalismo liberal da esquerda hegeliana, que buscava a realização do Estado ideal. Para Schelling, a única unidade é a do princípio interior.

É aqui, perante Schelling e contra ele, que a linhagem que vai de Fichte até a esquerda hegeliana encontra o seu lugar. Mas é tão sabida a ruptura com que se distinguiu do hegelianismo a problemática inaugurada por Marx e por Engels ou, pelo menos, é tão repetidamente afirmada, que me parece mais interessante terminar a análise destes desenvolvimentos de uma teoria da ação com a obra de um filósofo bem menos conhecido e, certamente, dos mais marginais.

1.5. Jacobi: a vontade como ação extrafilosófica — a fé

A respeito da obra de Kant, também Jacobi sublinhava a primacial importância do conhecimento como processo. E, uma vez mais, a afirmação de que só podemos conhecer o que produzimos como conhecível levanta o problema da relação entre conhecimento e realidade, entre sujeito e objeto, entre mundo intelectual e mundo material.

Para Jacobi, a grande novidade de Spinoza consistira na introdução do conceito de causa imanente: fundamento, ou princípio, que conserva a sua identidade no efeito e nos permite pensar o todo como globalidade à qual nada é exterior, afastando assim a problemática da criação a partir do nada e da causa inicial. Mas Spinoza não pensara ainda os elementos no todo e Leibniz, mediante a concepção da harmonia preestabelecida, que, aliás, encontra-se já implícita no spinozismo, procurara pensar o todo nos seus elementos, sem o conseguir, porém. É isso que Jacobi pretendeu fazer e, para tanto, mantendo o modelo spinozista, voltou-se para a outra das grandes correntes filosóficas com que o kantismo se defrontara. Jacobi, que acusava Fichte de ter escamoteado o material sob a forma de exposição do espiritual, afirmava a realidade positiva do mundo exterior.

A realidade positiva do mundo exterior começa por ser assimilada à realidade positiva de Deus. Deus não é produzido no movimento do eu, nem se limita sequer a uma pura interioridade. Ele é, para Jacobi, real e positivamente exterior ao homem. É a esta esfera do divino que atribui o *a priori*, o qual portanto, e contrariamente ao que sucedia no kantismo, não se dirige ao conhecimento dos fenômenos e respeita somente a realidade de Deus. Por outro lado, paralelamente à realidade divina, afirmava Jacobi a realidade fenomenal, aquela que pode ser

por nós conhecida. Se o conhecimento é um processo, é a partir desse processo que os fenômenos se definem. O processo de conhecimento implica continuidade, a qual decorre da sua generalidade, isto é, da possibilidade de o conhecimento comparar além da distinção. O homem não consegue apreender empiricamente o concreto, afirmando por isso apenas a realidade objetiva do que é idêntico para todos os sentidos. É esta a generalidade da realidade que pensamos. Esta generalidade e abstração são o fundamento da linguagem, mas o processo aqui se inverte, pois a linguagem, a partir da generalidade do pensamento, precede a análise. Trata-se, agora, de outro tipo de análise, que não decorre do concreto real e que produz outro tipo de distinções, a análise do mundo dos fenômenos. Compreendemos o que produzimos como compreensível, por isso só compreendemos o que criamos na esfera da linguagem. É esta redução do infinito da qualidade ao finito da quantidade que constitui o processo de conhecimento. Mas que diferença, aqui, relativamente a Fichte! A realidade absoluta não é, para Jacobi, criação do processo de conhecimento, mas precisamente o que escapa a esse processo de conhecimento. Daí a coisa em-si enquanto limite do conhecimento; e, ao mantê-la, Jacobi destacava-se dos herdeiros de Kant. E daí, também, o sentido que atribui à realidade de Deus, a qual é a realidade do mundo exterior, desse mundo que se afirma sem o eu.

Jacobi — e a partir daqui começa a surgir-nos a sua profunda originalidade — não procurou sintetizar as duas grandes tradições filosóficas, mas as manteve a par, afirmando-as nesse paralelismo. O todo spinozo-leibniziano de um lado, do outro a realidade material e positiva dos elementos. A possibilidade de síntese não se encontrava para Jacobi em nenhum destes campos, nem surgia a partir deles, por isso Fichte, que tudo, conhecimento e produção da realidade, reduzia na ação intelectual, pôde acusá-lo de negar a filosofia. Como articulou então Jacobi aqueles campos filosóficos? Chegado ao que parece ser o máximo de um paradoxo, Jacobi inverteu o spinozismo, procedendo ao que denominou, nas suas conversas com Lessing, de “salto mortal”. Salto mortal, negação da filosofia — é então um salto para fora da filosofia? Pois não será a última das teses de Marx *Sobre Feuerbach* uma negação da filosofia? Encontraremos em Jacobi a concepção de uma ação sobre o mundo material que negue decisivamente a esfera especulativa em que as teorias da ação se encerravam?

Spinoza unia o pensamento e a extensão na substância, num modelo que seria efetivamente materialista, pois o pensamento teria a extensão como único objeto. Da inversão deste modelo, portanto, da rearticulação dos seus componentes, resultou a sua transformação. Jacobi colocou na base do modelo, não já a extensão, mas o pensamento e, passando a extensão a emanar do pensamento, unem-se ambos sem que para isso seja preciso recorrer à

categoria da substância. A unidade sujeito-objeto, que no modelo de Spinoza se realizara na substância, passou a compreender-se na emanação do pensamento. A extensão aparece assim como verdadeiramente produzida pelo pensamento. Idealismo transcendental? Assim seria, se Jacobi tivesse afirmado a identidade entre este processo que vai do pensamento à extensão e o processo de conhecimento por parte do sujeito individual. Vimos que não o fez. Por isso o modelo jacobiano do todo constitui, quando se afirma a problemática do concreto, a dualidade da existência do eu enquanto elemento e enquanto expressão do todo. Esta dualidade existe apenas para o eu: a idéia da individualidade do elemento é simultânea do elemento e não existe para a totalidade divina independentemente do momento de existência do elemento individual. A extensão que é produzida pelo pensamento é aquele mundo que o homem não produz e que, por isso, não pode conhecer. Mediante aquela inversão do modelo, a extensão materialista que atribuía a Spinoza passa a encontrar-se investida, verdadeiramente, da divindade. Mantida assim, da maneira mais radical e completa, esta dualidade, a re-unificação sujeito-objeto terá lugar em um nível superior. A fé é a possibilidade de articulação de tal dualismo.

O *a priori* kantiano foi desenvolvido por Jacobi no sentido da fé, simultânea negação da prova racional da coisa em-si e afirmação apodíctica do *a priori*. Enquanto a certeza imediata era, para Kant, a forma superior do conhecimento dos fenômenos, ela é, com Jacobi, diretamente dirigida para Deus e constitui o conhecimento específico de que Deus é possível. O *a priori* transforma-se, assim, em revelação, num inesperado desenvolvimento do conceito de fundamento imanente.

A problemática da relação dos elementos no todo constitui, para Jacobi, a problemática da união dos homens em Deus. Essa união realiza-se em dois níveis. No nível fenomenal da nossa existência material, é pelos desejos que a fusão se efetua. O desejo *a priori*, ou forma pura do desejo, é o instinto de conservação (de conservação da natureza de que é desejo). É aí que a natureza de um homem é partilhada por todos, negando-se a individualidade humana. É a existência mediatizada do eu, a relação da existência com a coexistência. Este instinto de conservação, negação da individualidade e afirmação da comunidade natural dos homens, é o fundamento do amor natural da justiça, é a sociabilidade. Mas acima dos desejos existe a vontade, e dela aqueles decorrem. Atividade autônoma pura, a vontade é a afirmação da individualidade do homem, a existência não-mediatizada do eu, a não-relação com os outros homens. Consciente, esta vontade pura não pode ser conhecida, pois só se concebe o que é mediatizado; ela não é, pois, concebível na sua possibilidade, e só na sua realidade. Esta vontade, atividade autônoma pura, é o amor puro e, assim, é a tensão para Deus. Numa teoria

da vontade, a fé não é mais pensada como Deus *no* homem, mas como o homem *para* Deus. E aqui, de novo, o homem partilha, pelo amor puro, a comum vontade dos outros humanos, na fusão superior em Deus. Não se trata, agora, da existência de um homem mediatizada pelos outros homens, mas da tensão, pelo amor puro, para a totalidade de Deus. Daí a intuição, que é o amor puro no entendimento. A unidade nesta relação vontade-desejo é a determinação de um sujeito enquanto concreto, é a liberdade. A necessidade é a não-determinação concreta, a negação do indivíduo enquanto concreto, a sua mera mediatização nos outros, residindo por isso nos desejos. A liberdade é a independência da vontade relativamente aos desejos, a tensão vontade-desejos a partir do pólo vontade. Em suma, a liberdade é a repartição do homem entre duas partilhas, a do amor puro e a do amor natural, mas a partir do pólo da primeira. Este amor puro e a liberdade que dele decorre por oposição à existência natural do homem são o contraponto da fé, a esta subordinado. A fé e a vontade estão em Jacobi intimamente ligadas; são o elemento de união da dualidade. Não se trata já de um processo epistemológico do homem consigo mesmo, produzindo aí Deus e a realidade fenomenal. Trata-se de uma tensão não-epistemológica do homem enquanto indivíduo para Deus, mediante a fé, e de uma relação epistemológica do homem com as coisas, mediante a existência mediatizada do homem pelos outros homens. É este o “salto mortal” de Jacobi, que sintetiza o esforço da sua obra.

Pensando a existência fenomenal do homem como mediatizada pelos outros homens, Jacobi colocou o problema das instituições, que até Hegel seria novo no campo das filosofias do todo e decorrente de uma tradição iluminista. A partir daí pôde afirmar a historicidade dos sistemas filosóficos. Jacobi fazia decorrer dos objetos as representações e, destas, as tendências e inclinações, que fundamentam os atos e, por aí, os princípios do conhecimento e a sua globalidade sistemática. A realidade material aparece assim como prévia ao mundo das idéias e sua condição, e a prática como determinante da filosofia. São os atos que se definem como anteriores à filosofia, é a história que é anterior à maneira de pensar, numa seqüência que vai das instituições à história, entendida como atuação coletiva, e desta à filosofia de um povo. Reafirmada a plenitude material deste modelo de existências mediatizadas dos homens nas instituições que os determinam e que são expressas na sua maneira de pensar, de novo Jacobi salta para o outro dos níveis, o da realidade individual do homem pelo amor puro. Só as instituições à imagem de Deus permitem a fusão dos homens na intuição de Deus. A autoridade é, para o antigo ministro Friedrich Heinrich Jacobi, a instituição que permite a intuição coletiva de Deus e é o individualismo que corrói essa instituição. A disciplina é prévia ao conhecimento, pois a unificação em Deus não reside no entendimento, que apenas conhece o que produz, e sim na

vontade. É a vontade que deve guiar o entendimento. Mas saltemos de novo do mundo da fé para aquela peculiar fenomenologia de Jacobi: vemos agora por que a ação é prévia ao conhecimento, por que a história institucional é anterior às idéias da história. É que a intuição da revelação resulta da vontade, e a vontade é o *a priori*.

E assim, pela fé e pela vontade, esta negação da filosofia não implicou um salto para a ação sobre o mundo material, mas uma projeção para o divino. É decisivo, porém, que o movimento de relação com Deus fosse extrafilosófico. A ação em Jacobi é ainda especulativa, sobretudo espiritual. Mas ao mesmo tempo é negadora da filosofia, refutando-lhe a sistematicidade. De Athanasius de Alexandria até Jacobi, poder-se-ia sem dúvida trançar uma linhagem de pensadores com suficiente coragem intelectual para conceberem a fé como uma atitude subjetiva extrafilosófica, para não pretenderem conciliar a fé com os processos e os limites da razão e, ao contrário, apresentarem como destino último do homem essa ultrapassagem da razão pela fé, aquele "salto mortal". A afirmação da dualidade de Deus e dos fenômenos materiais rompe com a concepção kantiana da arquitetura da razão e com as sínteses elaboradas pelos herdeiros do kantismo. A união da dualidade não reside no processo intelectual, não existe no eu e no seu movimento, mas define-se na fé e na vontade, enquanto processo exterior a cada indivíduo e que constitui o próprio movimento da sua relação no todo. Não poderão encontrar o seu reflexo em Jacobi aqueles que, mais tarde, de uma forma ou outra começaram a negar a centralidade do sujeito na história? A permanente reafirmação da dualidade levou Jacobi, particularmente nas suas críticas a Fichte, a propor uma concepção internamente pluralizada do todo, afirmando que a *totalidade* é uma mera palavra. Chegava-se assim, no momento em que se começavam a produzir as fronteiras de um outro campo ideológico, aos limites do inédito.

Porque as individualidades se fundem no amor puro, pode se pensar a existência material do homem como não-individualizada, como mediada pelos outros homens. E assim a relação homem-coisa, que para Kant e os seus continuadores era uma relação epistemológica, foi concebida por Jacobi mediante uma relação homem-homens, abrindo-se um vasto campo em que puderam refletir aqueles que mais tarde haveriam de conceber a ação material como uma prática social. A liberdade era, desde Kant, tema crucial na filosofia germânica, que mediante esse conceito pretendia sobretudo pensar a individualidade do eu na produção, em si, do princípio divino, ou seja, a autonomia possível na fusão entre o sujeito e o objeto. E haveria também de ser pela individualização da liberdade que as correntes irracionistas iriam conceber as suas filosofias da vontade. Porém o mundo fenomenal enquanto existência do homem

mediatizada pelos outros homens não dará à problemática da liberdade uma outra acepção? Não poderão encontrar em Jacobi um caminho aberto àqueles que, mais tarde, derem à liberdade um conteúdo social materialmente real?

1.6. Marx: a ação como práxis

Era essa a teia filosófica, tecida pela miríade de versões possíveis das teorias da ação, com que Marx se defrontou. Era esse o horizonte de onde partiu e contra ele foi desenvolver uma teoria de ação radical e criticamente inovadora.

Reduzido à estrutura formal, o modelo da mais-valia consiste na articulação de dois pólos, ambos constituídos por tempo de trabalho, sendo a força de trabalho o elemento articulador. Para compreendermos as suas implicações sob o ponto de vista de uma teoria da ação, devemos começar por observar que não é o trabalho a ser referido, o que significa que não se consideram aqui os resultados da ação dos trabalhadores, mas a própria ação. Não se trata de comparação entre produtos, estática e *a posteriori*, da comparação entre o valor dos bens de subsistência dos trabalhadores e o valor dos produtos materiais que fabricaram ou dos serviços que prestaram. O objetivo de comparação são tempos de trabalho, o que significa: força de trabalho em processo de ação. O tempo de trabalho é a duração do exercício, pela força de trabalho, dessa capacidade que a caracteriza, a capacidade de trabalhar. E, assim, vemos que o modelo da mais-valia articula dois exercícios efetivos da força de trabalho mediante um elemento de relação, que é a capacidade de trabalho dessa força. Marx, contraditório quanto a tantos aspectos fundamentais das suas teorias, não deixou aqui, porém, lugar para a menor dúvida, insistindo na afirmação de que, com o pagamento do salário, o capitalista não adquire o trabalho, mas o uso da força de trabalho, durante um dado período. Por isso ele sublinhava que a força de trabalho conta como valor apenas no avanço de capital; quando, porém, o capital entra verdadeiramente em função, esse valor da força de trabalho é substituído pela própria força de trabalho. Durante o processo de produção, a força de trabalho, enquanto força viva e operante, toma o lugar do capital variável avançado, por isso esse capital variável não entra na formação do novo valor resultante do ato de produção. O novo valor é inteiramente criado pela força de trabalho em ação. A mais-valia resulta precisamente desse efeito útil específico da força de trabalho, de ser capaz de desenvolver um tempo de trabalho superior ao incorporado nos produtos que consumiu. E esses produtos não têm qualquer significado econômico numa forma

estática, mas apenas numa dupla forma dinâmica: enquanto resultado de uma força de trabalho em ação, no processo pelo qual foram produzidos; e enquanto condição para um novo processo de ação da força de trabalho em que se incorporam, ou seja, enquanto se convertem na própria forma física e psíquica da força de trabalho em ação. Esta dupla perspectiva dinâmica não se restringe aos bens consumidos pelos trabalhadores e, como disse já no início desta seção, engloba a totalidade dos objetos econômicos. Para que o trabalho morto, resultante de processos produtivos anteriores, continue a existir como capital, é necessário que seja vivificado pela passagem por um novo processo de produção. É deste contato com o trabalho vivo, ou seja, com a força de trabalho em ação, que exclusivamente depende a conservação do tempo de trabalho despendido na fabricação desses produtos resultantes de processos anteriores e, portanto, a sua incorporação no valor do novo produto. Em suma, Marx não só considerou todo o trabalho e os frutos do trabalho sob a perspectiva exclusiva da força de trabalho em funcionamento efetivo, como lhe conferiu um lugar ao mesmo tempo central e essencial na reprodução da estrutura social. Para Marx, o capital não é uma massa de objetos, mas a relação social de produção de mais-valia e, assim, o capital só pode ser entendido como um processo permanente. O centro e essência do capitalismo é o renovado exercício, por parte da força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar.

Marx não se limitou, portanto, a conceber a força de trabalho como capacidade de ação, mas remeteu toda a dinâmica real ao exercício dessa capacidade de trabalho. Foi no confronto com esta tese que pude estabelecer, como o fiz, o grande vazio na filosofia de Kant e nas dos seus contemporâneos e herdeiros, qualquer deles incapaz de pensar uma prática do homem sobre a realidade material exterior. Mas, ao resolver esse vazio, Marx procedeu a uma transformação profunda na concepção de *ação*, de conseqüências ideológicas sem precedentes. A ação deixou de ser pensada como um processo intelectual e, pelo menos no seu movimento inicial, interior ao eu e, de qualquer modo, inteiramente redutível ao modelo do eu. Marx passou a conceber a ação como práxis, ou seja, como uma prática simultaneamente material e social. A ruptura de Marx e de Engels com a crítica dos jovens hegelianos consubstanciou-se nesta concepção da ação enquanto práxis. E o que fizeram prolixamente ao longo de *A Sagrada Família*, criticando a entronização da ação como ação intelectual. E na mesma perspectiva haveriam de romper com Feuerbach, que, embora sublinhasse a importância da matéria, considerava-a de maneira abstrata, e não como produto da atividade humana.

Conceber a ação como uma prática material era algo sem precedentes. A produção material propriamente dita constituía uma esfera que a ideologia tomava sempre como um

pressuposto e refletir sobre ela, dizer o que até então fora apenas implícito, correspondia a pôr em dúvida a automaticidade dos seus mecanismos. Os filósofos podiam pensar a inelutabilidade do mundo real enquanto objeto de conhecimento, desde que a produção prática do mundo real prosseguisse sem obstáculos e, portanto, desde que essa produção não se impusesse como problema próprio; a redução da ação a processos mentais baseia-se na escamoteação da ação enquanto processo prático de produção material. E o valor de ruptura assumido pela concepção de práxis é hoje tão grande como o foi há um século e meio, precisamente porque esse ocultar da prática material continua a presidir não apenas as concepções acadêmicas, mas até a ideologia mais difusa e absolutamente imperante na vida cotidiana, aquela em que se estrutura a linguagem e nela se exprime. Pois não dizemos nós, qualquer de nós, que Eiffel “construiu” a sua torre, quando ele não fez outra coisa senão conceber um desenho que, ou nem sequer traçou detalhadamente no papel ou, quando muito, apenas ajudaria a riscar? Não assenta a nossa linguagem corrente precisamente na anulação ideológica da prática material? — Como se pensar a obra fosse bastante para ela aparecer feita!

“Quem construiu Tebas, a das sete portas?

Nos livros ficaram os nomes dos reis.

Arrastaram os reis os blocos de pedra?”

Assim inicia Brecht as “Questões levantadas por um operário que lê”. A relação desta ideologia tradicional para com o trabalho material é a mesma que a do público para com o que se passa por detrás do palco. Para quem está na platéia, a magia da peça depende de não ver os mecanismos do artifício que a torna por momentos num sucedâneo do mundo real. Esta anulação ideológica da prática material resulta da sua completa desvalorização social e a exprime. Não se reconhece a força de trabalho em qualquer ação como categoria conceitual, porque os trabalhadores não assumem nenhuma posição de poder na sociedade. E, quando a prática material se apresenta na esfera ideológica como uma categoria própria, ou, mais ainda, como a categoria absolutamente central e fundamental, isso significa então que os trabalhadores reivindicam apoderar-se da totalidade do movimento social. É esta inversão das hierarquias que se exprime na transformação da ação epistemológica em ação prática, na conversão da ação em práxis. Por isso, se convém recordar os prévios desenvolvimentos operados pela filosofia alemã para compreendermos a teoria da práxis; não podemos entendê-la senão na sua ruptura com essa filosofia.

O caráter material da prática implica que seja também pensada como social. Se na época contemporânea pode-se ainda encontrar restos de uma produção individualizada, elas

não se integram no capitalismo propriamente dito. No sistema capitalista, cada processo de produção diz sempre respeito ao coletivo de trabalhadores, porque nenhum desses processos pode ser particularizado e isolado dos demais. Em primeiro lugar, e como já disse, os produtos resultantes de um processo de trabalho só funcionam como capital enquanto forem vivificados pelos processos seguintes, de modo que os processos de trabalho constituem um contínuo temporal, projetando-se o caráter da prática ao longo das gerações. Em segundo lugar, e como terei numerosas ocasiões de mostrar no decurso deste livro, cada processo de produção depende social e tecnicamente de muitos outros, por tal forma que um bloqueio num dado processo particular repercute-se em bloqueios ou restrições de âmbito mais geral. Deste conjunto de fatores resulta que o caráter social da prática abarca a totalidade dos trabalhadores, que constituem, portanto, uma força de trabalho global e coletiva, embora internamente diversificada. É possível referir-se à situação de trabalhadores individuais ou grupos de trabalhadores, mas apenas em função da força de trabalho enquanto coletivo. Uma força de trabalho no capitalismo não pode tornar efetiva a sua capacidade de trabalhar a não ser pela cooperação com outras forças de trabalho, o que implica a sua existência coletiva e diretamente social. E assim a práxis que pelo seu caráter material nega a aceção epistemológica até aí atribuída à ação, pelo seu caráter social nega a redução da ação ao modelo do eu. Isto permite à teoria da práxis abrir o caminho para a resolução do outro dos grandes problemas suscitados nas filosofias de Kant e dos seus contemporâneos e herdeiros, o da relação dos elementos no todo. A expressividade do todo nos seus elementos é a forma causal de uma redução ao modelo do eu. Conceber a prática como social num sistema em que, porém, existe uma pluralidade de processos de trabalho específicos, relacionados e interdependentes, implica um modelo do todo estruturado, com mecanismos de causalidade complexos, pelos quais da ação do todo não resulta a mera expressividade nos elementos. O leitor terá oportunidade de acompanhar, ao longo das seções seguintes, uma tentativa de aplicação de um modelo deste tipo, o que será mais elucidativo do que defini-lo agora de maneira meramente abstrata.

A inovação profunda representada pela teoria da práxis não acarretou apenas a negação de toda a tradição ideológica anterior. Implicou também uma ruptura no interior do processo ideológico do próprio Marx, que se manifesta de maneira particularmente clara nos hoje célebres *Manuscritos Parisienses* de 1844. Marx inspirou-se na concepção hegeliana de alienação, no que ela continha de separação e de relação hostil com o separado, e deu-lhe virtualidades inteiramente novas, transformando-a por completo. Os trabalhadores encontram-se separados do produto do trabalho, que os defronta como uma força adversa, porque no interior da própria

atividade produtiva a alienação tem lugar. O capital, escreveu aí Marx, é este “poder de governar” o ato de trabalho e os seus produtos; e a alienação dos trabalhadores relativamente ao processo de trabalho, a “alienação de si”, constitui o fundamento da sua alienação relativamente aos frutos do trabalho, a “alienação da coisa”. A tripla cisão da mais-valia, com cuja análise iniciiei esta seção, encontra-se já textualmente expressa na teoria da alienação do jovem Marx. Por isso ele pôde desde então identificar a alienação, enquanto perda de si próprio, com a exploração, enquanto apropriação alheia do cindido. Nessa relação se definem as classes sociais e, na seqüência da análise, Marx identificou alienação e capital. O núcleo fundamental da obra dita econômica de Karl Marx vem, portanto, na seqüência direta da ruptura operada num campo dito filosófico. A transformação das teorias da ação numa teoria da práxis teve como efeito ideológico imediato a remodelação da teoria da alienação. E exclusivamente a esta luz que devemos entender o lugar central ocupado no marxismo pela capacidade de ação da força de trabalho. A mais-valia não é senão um outro nome dado à alienação e esta sinonímia deixou, aliás, traços claros na passagem do Livro I de *O Capital* da versão alemã para a francesa. E o desenvolvimento posterior da análise da mais-valia só veio reforçar a identidade de ambos os conceitos, conferindo à alienação novas virtualidades. A intensificação da extorsão da mais-valia na forma da mais-valia relativa aprofunda a conversão da força de trabalho em apêndice do capital, avoluma a massa de capital que se ergue contra os trabalhadores e agrava, assim, a sua miséria. É esta a coloração teórica exata da problemática da miséria crescente. Não se trata de uma definição absoluta de pobreza material, de qualquer afirmação de um decréscimo dos rendimentos *per capita*. Trata-se de uma definição relativa de miséria social. Relativa porque não se estabelece para trabalhadores isoladamente considerados, mas na inelutável articulação entre os que produzem mais-valia e os que dela se apoderam; e social porque apenas nesse processo coletivo se pode contrapor, à massa crescente de capital, a força de trabalho em declínio proporcionalmente a essa massa. Este tema da cisão interna e do desapossamento, primeiro formulado por Marx com o conceito de alienação, é retomado depois, enquanto lei do próprio desenvolvimento dinâmico da produção de mais-valia.

Entendamos bem que não se tratava, para Marx nem para Engels, de admitir a ação da força de trabalho como uma entre várias. A força de trabalho era concebida como única capaz de uma ação criadora no sistema capitalista, a única que faz existir o capital e que, por conseguinte, fundamenta toda a sociedade e lhe dá significado. Este caráter absolutamente exclusivo da força de trabalho enquanto ação decorria, para Marx, do caráter específico e único do seu valor de uso. De todas as mercadorias existentes, afirmava ele, a força de trabalho é a única capaz de

despender mais tempo de trabalho do que aquele que nela se incorpora e, assim, é a única capaz de produzir mais-valia, de fundamentar o capital e a sociedade contemporânea. De onde resulta, porém, a definição deste exclusivismo? Não se poderia dizer o mesmo de qualquer outro fator de produção? São tantos os estudiosos da história das teorias econômicas que pretendem encontrar em Adam Smith e em Ricardo as raízes da concepção do valor como tempo de trabalho incorporado, que valerá a pena analisar com certo cuidado as teses destes dois economistas clássicos, para melhor fazer sobressair a ruptura marxista.

Num curso dado na Universidade de Glasgow, e de que apenas restou cópia das anotações feitas por um aluno em 1763, Adam Smith considerara o valor de um produto como sendo definido pelo dos bens necessários para manter os trabalhadores que o fabricavam, durante o tempo para isso requerido. Não se trata aqui, portanto, de determinar o valor do produto pelo tempo de trabalho nele incorporado mas, ao contrário, mediante o valor incorporado nos trabalhadores.

Ao publicar, 13 anos mais tarde, a primeira edição da obra que o celebrizaria, Adam Smith apresentou uma definição remodelada do valor, segundo a perspectiva desenvolvimentista que passara a inspirá-lo. Não reportava já o valor a um processo de produção encerrado, mas aos futuros. No capítulo V do Livro I de *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, o valor de uma mercadoria é definido pela quantidade de trabalho que ela, direta ou indiretamente, é capaz de comprar; duas mercadorias teriam o mesmo valor e, portanto, se equivaleriam nas trocas se ambas permitissem aos seus proprietários a aquisição de idênticas quantidades de trabalho, pressupondo-se a igual qualificação desses trabalhos. Adam Smith avaliava, assim, a riqueza pela possibilidade de dominar o trabalho alheio. E não se trata apenas de um ponto de vista importante social e epistemologicamente, mas sem outras repercussões no cálculo econômico. O capítulo VI do Livro 1 especifica que o valor de uma mercadoria não corresponde somente ao trabalho que ela custou a produzir, devendo partes adicionais corresponder ao lucro esperado pelo capitalista e à renda que cabe ao proprietário fundiário. E a este conjunto de componentes que equivale para Adam Smith o valor de uma mercadoria, o qual seria portanto determinado, não pelo trabalho como *input*, mas pela quantidade de trabalho que o capitalista pode futuramente assalariar mediante essa mercadoria. Nada é mais estranho à teoria do valor de Smith do que a idéia de defini-lo mediante o trabalho incorporado, como se comprova pela argumentação com que, no final do Livro II, defendeu a tese de que seria a agricultura o ramo onde o trabalho produtivo acrescentaria mais valor ao produto anual: enquanto nas manufaturas apenas operaria o trabalho humano, sem que ocorresse aí qualquer

ação da natureza, na agricultura, ao contrário, o trabalho humano seria multiplicado pelas forças naturais, as quais não implicam nenhum custo, mas cujo produto teria valor, do mesmo modo que o do trabalhador. Bastante mais à frente, no capítulo IX do Livro IV, quando critica aos fisiocratas a apologia da agricultura contra a indústria, já a posição de Adam Smith se modificará, mas sem que retire então quaisquer novas ilações quanto à questão do valor. A este respeito, as teses com que atribui à atividade agrícola um caráter mais benéfico e produtivo do que a manufatureira eram de longo fôlego, pois encontravam-se já embrionariamente nas anotações de 1763 do curso em Glasgow. Por isso pôde Adam Smith, naquele final do Livro II da sua obra maior, considerar que na agricultura os trabalhadores produtivos não seriam apenas os humanos, mas também o gado de trabalho, que, além de reproduzir um valor igual ao do capital que os emprega e de permitir o lucro do patrão, acresceria mais ainda esse valor, possibilitando a renda fundiária.

Numa das notas que introduziu na sua edição da *Wealth of Nations*, McCulloch levou esta última tese de Smith ao desenvolvimento lógico, observando que o que afirmara a respeito da agricultura se aplica inteiramente à indústria, onde a maquinaria constitui uma forma de aproveitamento das forças naturais. Tais teses surgiram, portanto, e desenvolveram-se num contexto ideológico em que a produtividade do trabalho era dissociada do esforço humano e considerada como muito mais ampla do que este. Não pode existir nada de mais estranho às doutrinas de Adam Smith e dos seus continuadores do que a concepção de força de trabalho e de valor que se encontra na obra de Marx.

O sistema econômico de Smith não se centra na prática do trabalhador durante o processo de trabalho, mas na do capitalista durante a organização e a administração dos processos produtivos. São os capitalistas enquanto assalariadores que essa doutrina econômica reflete, ao definir o valor de uma mercadoria enquanto a quantidade de força de trabalho que, mediante ela, o seu proprietário pode controlar. E por isso não há qualquer oposição fundamental entre a teoria do valor de Smith e as teorias marginalistas posteriores, que tantos leitores apressados imaginam ser antagônicas. No capítulo V do Livro I da *Wealth of Nations*, Smith estabeleceu uma equivalência entre a quantidade de trabalho que a posse de uma dada mercadoria permite ao seu proprietário obter e a fadiga e canseira que essa posse lhe evita, invocando aqui, portanto, não o trabalho dos produtores como *input*, mas precisamente a ausência de trabalho do proprietário. Ou seja, a desutilidade marginal é, para Smith, o outro critério possível na definição do valor. Foi a este quadro metapsicológico, de um subjetivismo supra-histórico e supra-social, fundamento das posteriores doutrinas econômicas marginalistas,

que Smith recorreu para afirmar a invariabilidade do valor do trabalho. O dispêndio de uma idêntica quantidade de trabalho, em qualquer época ou situação, implicaria sempre a mesma porção de conforto negativo. Seria esta constante desutilidade, e não quaisquer *inputs* da força de trabalho, a determinar ao trabalho o mesmo invariável valor. Estamos aqui nos antípodas daquela concepção de valor que resulta do modelo da mais-valia, como Marx observou em nota logo no primeiro capítulo do Livro I de *O Capital*, ainda que estivesse nessa sua crítica incerto quanto às implicações da análise conduzida por Smith em termos de desutilidade.

Neste quadro do capítulo V do Livro I, em que postulava a invariância do valor do trabalho e em que explicava o valor das mercadorias pela quantidade de trabalho de que permitem o assalariamento, Adam Smith deduzia que seria tanto mais constante o valor de uma mercadoria quanto mais ela ocupasse, nas várias épocas e situações, uma mesma percentagem no consumo total dos trabalhadores, pois com ela se poderia assim adquirir uma mesma quantidade de trabalho. Os cereais pareciam-lhe ser o bem que de mais perto corresponderia a este requisito, de modo que a relação de uma mercadoria qualquer para com os cereais exprimiria, em termos genéricos, a sua relação para com o trabalho. As implicações desta tese foram desenvolvidas ainda no Livro IV. Aí Adam Smith afirmou que o preço em dinheiro dos cereais regula o preço em dinheiro das demais mercadorias, na medida em que regula o preço do trabalho, pois tendo sempre o trabalhador de adquirir os cereais necessários à subsistência familiar, variações no preço do cereal implicariam variações no custo do trabalho. Além disso, o preço monetário dos cereais regularia também o preço de todos os outros componentes do produto bruto da terra, os quais se manteriam sempre para com o cereal numa dada proporção, regulando, portanto, o preço das matérias-primas das manufaturas. Esta alegada rigidez das proporções em que o cereal participa na subsistência dos trabalhadores só pôde ser posta no mesmo nível da rigidez com que participa no *output* agrário total porque o trabalho humano e as forças naturais eram considerados por Adam Smith no mesmo plano. Os cereais seriam, assim, a única mercadoria para a qual as variações de preço são apenas nominais, e não reais, servindo de padrão de comparação para o valor de todas as demais mercadorias.

David Ricardo rejeitou esta função atribuída ao milho porque propôs outro critério para a definição do valor. No capítulo VI do Livro I da *Wealth of Nations*, Smith considerara que num estágio social primitivo, quando o produtor do produto era o seu apropriador — e unicamente nesse caso —, o critério do valor enquanto quantidade de trabalho que um dado bem permite adquirir equivalia ao da quantidade de trabalho incorporada nesse bem. Logo no capítulo I do seu *On the Principles of Political Economy and Taxation*, Ricardo afirmou que esse critério

primitivo deveria ser também aplicado ao regime econômico moderno, considerado mesmo como uma contradição de Smith o emprego daquela definição dupla de valor. Mas a crítica não tem razão de ser, pois Smith diferenciara historicamente os critérios. Para ele o fundamental era a dinâmica das relações sociais, por isso partiu do ponto de vista do crescimento econômico, preocupando-se com o novo trabalho que, em cada estágio, os capitalistas poderiam adquirir para inaugurar o estágio seguinte, e foi este o quadro em que definiu o valor. Ricardo, com uma perspectiva conservadora, interessou-se, por seu turno, apenas pela formulação estática dos modelos econômicos, o que explica o quadro em que propõe a sua definição de valor. Para Ricardo, o critério dos valores dos bens é o da quantidade dos trabalhos realizados na sua produção e, nesta referência ao valor-trabalho, limitou-se exclusivamente à esfera dos produtos já produzidos. Nem se abriu, como fizera Adam Smith, ao problema do crescimento econômico de um estágio de bens já produzidos para o estágio seguinte; nem, como Marx haveria de fazer, ao problema do processo da produção dos bens. O conceito ricardiano de valor-trabalho parte do resultado como algo de adquirido, enquanto o conceito marxista de valor-tempo de trabalho desvenda o processo de produção, e esta diferença de perspectiva é crucial. Ter em conta o produto a partir apenas do momento em que ele surge produzido e considerar, assim, a produção como algo de implícito e, portanto, incontestável é conceber a economia fundamentalmente como uma relação de coisas. Por isso Ricardo preocupa-se tanto com a distribuição dos rendimentos, ou seja, dos resultados da produção, e não com a análise dos próprios processos produtivos que fundamentam a economia. O modelo de valor que ele propôs oculta a problemática da exploração, ao passo que o defendido por Marx parte precisamente dessa problemática. Não podiam estes modelos ser mais opostos.

E ainda o são porque Ricardo não afirmava que o valor de um bem equivalesse exclusivamente à quantidade de trabalho realizado para produzi-lo; além do trabalho, o valor incluiria o lucro, que era considerado exterior a esse trabalho, como algo que lhe é adicionado. Ricardo foi particularmente claro a este respeito nas notas críticas que em 1820 redigiu acerca dos *Principles of Political Economy*, de Malthus, e que só muito mais tarde seriam publicadas, esclarecendo também a questão um ano depois, na terceira edição dos seus próprios *Principles*, na 6ª seção do capítulo I. Afirmou então que são os valores relativos de cada mercadoria a dependerem das quantidades relativas de trabalho empregadas na sua produção; as quantidades de trabalho determinariam o valor relativo das mercadorias e não o montante total de valor de cada uma. Ou seja, os valores totais não seriam equivalentes aos trabalhos realizados; apenas os valores relativos seriam proporcionais às quantidades de tais trabalhos.

Assim, também para David Ricardo, não era o trabalho a única fonte do valor. Muitos comentadores, entre os quais Marx, não se apercebem inteiramente de que, quando Ricardo afirmava a proporcionalidade dos valores relativos das mercadorias às quantidades relativas de trabalho, a insistência nesse caráter proporcional e meramente relativo decorria da concepção de que o trabalho não seria a única fonte do valor. E esta opinião foi expressa mais claramente ainda na sua carta a McCulloch, de 13 de junho de 1820, que encerra a confissão de que, se fosse escrever de novo o primeiro capítulo dos *Principles*, talvez afirmasse que o valor relativo das mercadorias é regulado por dois fatores, não só pelas quantidades relativas de trabalho realizadas, mas também pela taxa de lucro. A mesma intenção inspirou as cartas que menos de um mês antes de morrer, a 15 de agosto de 1823, escreveu a Malthus e, a 21 de agosto, a McCulloch.

Foi dentro de uma ótica estritamente limitada aos bens já produzidos e em que os trabalhos realizados definiriam apenas valores relativos que Ricardo propôs, contra Adam Smith, o seu próprio padrão invariável do valor. Nas primeira e segunda edições dos *Principles*, o final da 1ª seção do capítulo I indicava a conveniência de se descobrir uma mercadoria que através dos tempos requeresse, para ser produzida, exatamente a mesma quantidade de trabalho; o valor desta mercadoria seria invariável e ela serviria de padrão para avaliar as variações das restantes. Como tal mercadoria é desconhecida, afirmava Ricardo que a utilidade deste modelo era meramente teórica, limitando-se a constituir um padrão ideal. E sabida a repercussão desta tese sobre a obra de Sraffa. Abandonou-a Ricardo na edição posterior, mas nem por isso a invariabilidade de um padrão deixava de ser o problema principal desta seção na terceira edição e Ricardo voltava ao assunto no capítulo XX, retomando, aliás, aí a concepção expressa nas edições precedentes. Além disso, num texto que durante mais de um século se manteve inédito e que foi escrito no final da sua vida, dois anos depois de publicada a terceira edição dos *Principles*, regressou Ricardo em termos semelhantes à questão do padrão ideal. Na continuação do capítulo I, pretendeu solucionar o problema referindo as variações no valor relativo das mercadorias, e não nos seus valores absolutos. E pôde assim, na 6ª seção deste capítulo e no final do VII, abordar a questão de uma medida invariável do valor que permitisse determinações absolutas. Perante a inexistência de uma mercadoria que correspondesse a tal padrão, afirmava que a que dele mais se aproximaria seria o ouro, por na sua produção variar menos a quantidade de trabalho necessário e, acessoriamente, porque nela se empregariam trabalho e bens de capital numa proporção idêntica à média estabelecida na produção das demais mercadorias. E no texto publicado postumamente, há pouco referido, retomou, sem a

alterar, esta solução. Como toda a problemática do valor tinha, para Ricardo, o objetivo de analisar as trocas entre mercadorias já produzidas, e não o de analisar a produção no seu processo, ele pôde, do mesmo modo afinal que Smith, acabar por encontrar para o valor-trabalho o substituto num bem já fabricado. E era tanto mais cômodo encontrá-lo no ouro, quanto abria assim caminho a uma passagem fácil da esfera dos valores para os preços! Mas não teria esta vantagem prática sido a verdadeira razão da escolha do metal precioso para a função de padrão invariável, em vez das razões teóricas enunciadas nos *Principles*? Mais de uma dezena de anos antes da primeira edição desta obra, num panfleto que conheceu quatro edições entre 1810 e 1811, o salto é óbvio da função monetária do ouro e da prata para a sua função como medida aproximada dos valores.

Assim como a profunda ruptura implicada pela conversão das teorias da ação em teoria da práxis deve ser entendida no seu recíproco confronto, também é no contraste com as teorias do valor de Smith e de Ricardo que podem perceber-se as implicações de uma concepção que fundamenta na capacidade atuante da força de trabalho toda a criatividade social. Tomar como objeto de análise, não um mundo de produtos já produzidos, mas os atos encadeados da sua produção é passar do trabalho, entendido enquanto mero resultado, para o tempo de trabalho, enquanto conceito do trabalho como processo. Só o tempo de trabalho tem validade, no modelo da mais-valia, porque não é no produto materializado, mas apenas no decurso da sua elaboração, que podemos entender a tripla cisão que na mais-valia se consubstancia. A exploração capitalista consiste na cisão operada entre o trabalho necessário e o sobretrabalho, e essa é uma cisão no interior do tempo de trabalho despendido durante o processo produtivo. É porque a produção se entende como uma exploração que é analisada enquanto cisão; e é para poder analisá-la como cisão que precisamos passar do conceito de trabalho para o de tempo de trabalho, já que no produto final se confundem os resultados do trabalho necessário e os do sobretrabalho, apenas distinguíveis na ótica da produção enquanto processo. Quero dizer assim que o modelo da mais-valia justifica a teoria do valor-tempo de trabalho, enquanto único instrumento conceitual que lhe é adequado.

Deste modo se confere à ação da força de trabalho a exclusividade da criatividade social. Se o tempo de trabalho é o critério do valor, só a força de trabalho é produtora de valor, apenas ela produz e reproduz a vida social. Por isso a afirmação do caráter absolutamente único da força de trabalho enquanto ação decorre de um nível muito mais profundo e fundamental do que o nível meramente dedutivo em que o próprio Marx pretendeu apresentar essa tese. Trata-se de uma concepção teórica exigida pelo modelo da mais-valia e, como este é um modelo de

antagonismo social, essa concepção decorre de uma opção social, diretamente prática. É porque, numa sociedade de interesses cindidos e repartida em grupos opostos, escolhe-se a razão histórica de um desses grupos, que ele pode ser erigido em único capaz de ação. É a partir daqui que as construções ideológicas decorrem. E este campo, enquanto axioma, não resulta de qualquer dedução, mas é diretamente expressivo de uma opção prática. A posição social da força de trabalho tomada como axioma é, aqui, o *a priori*. Mas não se trata de um *a priori* intelectual, epistemológico. Na teoria da práxis, o *a priori* é absolutamente extra-ideológico, é imediatamente prático, constitui a opção numa sociedade de antagonismos. Assim a teoria do valor resulta de um *a priori* prático e o modelo da mais-valia, enquanto centro de toda a crítica da economia, constitui a expressão mais imediata desse *a priori*.

Não foi esta, porém, a fundamentação que Marx invocou para a sua tese e é a partir daqui, a partir deste desenvolvimento da teoria da práxis, que os caminhos deste livro se separam da ortodoxia de *O Capital*. Porque Karl Marx, ao mesmo tempo que irrefutavelmente fundamentou numa opção prática pela posição social dos trabalhadores a atribuição à força de trabalho do exclusivo da ação, pretendeu apresentar esta concepção como justificável por deduções meramente intelectuais, encobrando assim aquele *a priori* prático. Ao longo dos volumes de *Marx Crítico de Marx*, analisei com suficiente detalhe esta contradição fundamental na sua obra, não me parece por isso necessário voltar agora ao assunto. Bastará dizer que, em meu entender, é uma forma de ambigüidade na demarcação social entre trabalhadores e gestores que determina aquela oscilação e contradição na obra de Marx. Neste livro, porém, não é essa obra que me interessa considerar, e sim novos desenvolvimentos possíveis a partir daquele ponto de ruptura a que Marx levou a concepção da força de trabalho como capacidade de ação.

1.7. A contradição como luta de classes

Uma teoria cujo axioma fundamental resulta imediatamente de uma opção prática supõe a contraditoriedade em que se divide o todo social. Optar é escolher uma parte da sociedade contra a outra e, a partir daí, tomá-la como critério último. Ou a sociedade é tida por homogênea e portanto, não podendo nós selecionarmos uma das suas frações à exclusão das demais, ela resulta ideologicamente neutra, sustentando como *a priori* essa mesma neutralidade; ou, se a sociedade sustenta como *a priori* a razão de um dos seus elementos constitutivos, isto implica

que se considere o todo social repartido em posições opostas. E, assim, a transformação do conceito de ação no conceito de uma prática material e social acarreta a transformação do conceito de contradição, que passa a ser uma contradição social localizada no processo de produção. Afirmando o meio como produto dos homens e reconhecendo que o meio forma os homens, a teoria da práxis conclui que os homens se produzem e transformam a eles próprios, o que implica que esta atividade humana seja considerada como contraditória. A teoria da práxis é uma teoria da contraditoriedade do inter-relacionamento social.

É a forma da contradição que preside à estrutura do modelo da mais-valia. Por um lado, em ambos os seus termos se respeita o princípio da equivalência: o tempo de trabalho determina tanto o valor da força de trabalho como o valor do *output*. Marx insistiu sempre na importância teórica de se admitir como respeitada na troca essa equivalência, tanto mais que em inúmeros casos práticos a regra é violada e o trabalhador recebe um salário representativo de um valor inferior ao da sua força de trabalho. Ao rejeitar, neste modelo teórico, tais casos práticos e ao atentar apenas numa situação média a longo prazo em que o princípio da equivalência prevaleça, Marx anulou quaisquer possibilidades de solução reformista do conflito. A exploração não aparece aqui como “um roubo”, como a violação de uma norma que, porém, presidisse ao resto da sociedade, de tal modo que não fosse necessário sair do quadro social existente para corrigir a exploração. Ao contrário, é a regra geral de toda a sociedade capitalista, na reciprocidade da equivalência, que vigora também no modelo da exploração. A solução do mistério reside na especificidade do valor de uso da força de trabalho, nessa sua capacidade de fazer com que os equivalentes, os tempos de trabalho incorporados, sejam quantitativamente diferentes em cada um dos termos da relação. É a ação da força de trabalho que ao mesmo tempo institui a equivalência, pela incorporação do tempo de trabalho, e implanta o conflito, pela defasagem entre os tempos de trabalho incorporados. Esta defasagem exprime a privação em que a força de trabalho se encontra relativamente ao controle do processo de trabalho, do destino do produto e do seu consumo. A ação da força de trabalho no capitalismo pressupõe e reproduz a polarização social entre os que permanentemente perdem o controle da forma de produção do excedente e da sua apropriação e os que delas se apoderam. Assim definida, a contradição da mais-valia não opõe termos exteriores e capazes de uma existência em isolamento recíproco, mas termos que apenas têm significado na relação constituída pela força de trabalho em ação. Neste modelo, a contradição não é uma antinomia, mas uma contradição interna, uma relação que cria e permanentemente reproduz os seus pólos opostos. As classes sociais são os termos que se definem nessa, e em função dessa, contradição. Enquanto termos

de relações contraditórias, os elementos do todo só existem em decorrência desse todo; mas, porque são reciprocamente contraditórios, não constituem qualquer forma de expressividade de todo. O modelo da contradição interna implica o modelo de um todo estruturado.

A contradição consiste aqui na articulação de termos opostos mediante a força de trabalho entendida como capacidade de ação. Ora, o fato de a força de trabalho ser capaz de despender no processo de produção um tempo de trabalho superior ao nela incorporado não quer dizer que o faça e, se o fizer, não implica nunca o grau exato em que pode fazê-lo. Os trabalhadores recorrem às formas mais estritamente individualistas e passivas do desinteresse, do absenteísmo, do alcoolismo ou da dependência de entorpecentes; recorrem à forma mais ativa da sabotagem individual; recorrem às várias gradações da ação coletiva, desde a diminuição em conjunto do ritmo de trabalho até a ruptura radical da disciplina de fábrica e a organização do processo produtivo consoante outros moldes e critérios. Estas formas de resistência e de revolta, tão variadas e complexas, diferenciam-se num aspecto crucial, o dos desenvolvimentos de tipo diferente, ou até oposto, a que dão lugar, como analisarei com certo detalhe na última seção. Mas todas têm em comum a origem: a contradição em que consiste o processo da mais-valia, articulada por uma capacidade, previamente indeterminada, de dispêndio de tempo de trabalho. E têm em comum uma consequência imediata: a redução do tempo de trabalho incorporado. Por isso deve afirmar-se, como regra sem exceção, que não há organização capitalista do processo de trabalho que não tome em conta estas formas de resistência e de revolta e que não se destine a eliminá-las ou a assimilá-las. É nesta perspectiva multimoda, e não apenas sob uma ou outra forma selecionada, que deve se entender a luta de classes. Vemos, portanto, que a ação que relaciona e sustenta os dois pólos do processo da mais-valia, a força de trabalho como capacidade de ação, constitui ao mesmo tempo a luta de classes. A luta de classes transpõe a figura lógica da contradição para o campo da prática social e material. A práxis é aquele “ser capaz de” e a luta de classes aparece, assim, como o cerne da práxis. A luta de classes é o resultado inelutável, permanente, do fato de a força de trabalho ser capaz de despender tempo de trabalho, sem que seja, porém, possível vinculá-la a um *quantum* predeterminado. Por isso os resultados do processo de exploração são irregulares, em grande parte imprevisíveis, fluidos.

Desta contradição fulcral resulta que o modelo da mais-valia é um modelo aberto e, como todos os mecanismos econômicos da sociedade contemporânea são, ou formas de mais-valia, ou seus aspectos subsidiários, conclui-se que uma teoria crítica da economia capitalista só pode basear-se num modelo aberto, estruturalmente desequilibrado. É essa uma teoria que

supõe a força de trabalho como capacidade de ação e a luta de classes como a forma estrutural desta ação contraditória. As teorias econômicas capitalistas, quaisquer que sejam as escolas de pensamento de que resultem, têm em comum a suposição do equilíbrio. Admitem-no umas como uma constante no conjunto, uma média de desequilíbrios parcelares; admitem outras que essa média se forma no conjunto ao longo do tempo, de maneira que as crises são encaradas sob o ponto de vista do estabelecimento de um novo limiar de equilíbrio — em qualquer caso, por diferentes que esses modelos de equilíbrio sejam, são sempre eles que estão subjacentes à teoria econômica capitalista. Ao longo do resto deste livro pretendo, ao contrário, mostrar como é possível delinear, em traços forçosamente muito gerais, um modelo global do capitalismo e do seu desenvolvimento que assente no pressuposto do permanente desequilíbrio.

2. Mais-valia relativa e mais-valia absoluta

2.1. Mais-valia relativa: 1º) a reprodução da força de trabalho

A luta de classes, na forma genérica e variada como a defini, articula, por parte dos trabalhadores, um certo número de anseios, tanto reivindicações formuladas quanto pressões de imediato exercidas, com a forma de organização como essas pressões se executam e como se formulam as reivindicações. Todas as lutas têm um objetivo e uma forma de organização. Pouco importa, para o tipo de análise que prossigo, que tantas vezes esses objetivos sejam pouco conscientes. Não são os mecanismos das representações psicológicas que aqui interessam, apenas as atuações práticas e os seus resultados. Todas as lutas se caracterizam também por uma ou outra forma de organização e o individualismo mais passivo é uma forma de organização, como o é o coletivismo mais radical. Estes dois aspectos, o do conteúdo da luta, ou seja, as pressões e reivindicações, e o das suas formas organizacionais, são inseparáveis mas, ao mesmo tempo, não devem confundir-se; se não existe uma reivindicação que não tenha uma forma de organização, o certo é que qualquer reivindicação é suscetível de variadas formas organizativas. Procurarei na última seção mostrar como do processo de desenvolvimento do segundo aspecto acaba por depender o conteúdo real assumido pelo primeiro. Até lá, porém, são as implicações resultantes do primeiro destes aspectos que pretendo analisar, ainda independentemente das formas organizativas como os trabalhadores procuram passar os seus anseios à prática.

Todos esses anseios são determinados pela contradição em que se constitui a produção de mais-valia e têm, por isso, uma finalidade única, a de diminuir ou anular a defasagem existente entre os dois pólos daquele processo. Isto significa que — pelo menos na sua formulação inicial, quando não se pretende a abolição do capitalismo, mas tão-somente a redução da defasagem entre os extremos inicial e final do processo da mais-valia — existem dois grandes tipos de reivindicação ou pressão: a) o que procura aumentar os *inputs* incorporados na força de trabalho; b) o que procura reduzir o tempo de trabalho despendido no processo de produção. São estas as duas únicas vias para se reduzir a defasagem. Claro que, na grande parte dos casos concretos, os dois tipos de reivindicação conjugam-se, quer porque ambos se contem entre a soma de reclamações dos trabalhadores, quer porque se fundem quando, por

exemplo, são exigidas melhores condições de trabalho; mas devem distinguir-se na análise porque dão lugar a processos econômicos distintos.

Pelo fato de nenhum dos anseios possível de exprimir pela força de trabalho se apresentar isoladamente de uma forma de organização, quaisquer que sejam as reivindicações, elas são acompanhadas por efeitos práticos. É precisamente na capacidade de dispêndio de tempo de trabalho que tais efeitos incidem. O trabalhador que se embebeda ou se droga diminui a intensidade e a constância do seu esforço, ou seja, executa no mesmo período de trabalho um menor número total de gestos e raciocínios e uma maior proporção de gestos e raciocínios errados. Ao mesmo resultado chega qualquer trabalhador que procure simplesmente atenuar o esforço a que é obrigado, mesmo que não recorra à transformação em paraíso artificial dos seus anseios mais gerais. Do mesmo modo, o trabalhador que sabota uma máquina sabe que está bloqueando, assim, a linha de produção e, portanto, abrandando o ritmo da produção e diminuindo o tempo de trabalho efetivamente trabalhado. É certamente elucidativo considerar que na França, enquanto em 1875 ocorria um dos últimos casos de destruição generalizada de máquinas, com o mesmo caráter da praticada anteriormente pelos *luddites* ingleses, típica de uma contestação por trabalhadores formados ainda em sistemas pré-capitalistas de trabalho, praticamente ao mesmo tempo, em 1869, registrava-se o primeiro caso de destruição seletiva de máquinas; era uma nova geração de força de trabalho, já formada no capitalismo e conhecedora dos segredos do maquinismo e das novas possibilidades de contestação, que conseguia assim, com um reduzido número de sabotagens em pontos nevrálgicos, paralisar todo um complexo produtivo, neste caso em apoio de uma greve que se havia desencadeado. E escusado será mostrar também como as greves, em qualquer das suas formas, têm como efeito prático imediato a diminuição ou a suspensão do dispêndio de tempo de trabalho. Isto significa que, quer as reivindicações formuladas sejam de tipo *a*, quer de tipo *b*, os seus efeitos práticos imediatos são de tipo *b*. A forma clássica da greve por um aumento salarial, por exemplo, constitui uma reivindicação de tipo *a* com um efeito imediato de tipo *b*. Apenas num caso, quando os trabalhadores se apropriam ilegalmente de bens pertencentes à empresa, para os consumirem diretamente ou os venderem e empregar no consumo o dinheiro ganho, estão desencadeando efeitos práticos imediatos de tipo *a*. Este gênero de ações, porém, parece ser menos freqüente do que as que incidem na redução do tempo de trabalho despendido e são estas últimas que têm implicações mais consideráveis para a continuidade do processo de produção, sendo portanto as mais importantes. Além do que, sempre que o trabalhador se apropria ilegalmente de matérias-primas que transforma durante as suas horas de trabalho para depois vender, com os efeitos

práticos de tipo *a* está a articular outros de tipo *b*. Creio, por isso, que as conseqüências imediatas mais significativas resultantes do conjunto das variadíssimas formas de luta a que recorrem os trabalhadores consistem na redução do dispêndio de tempo de trabalho.

Os capitalistas podem negar-se a satisfazer as reivindicações dos trabalhadores e reprimir e procurar impedir as suas pressões. Os custos marginais da repressão são, porém, muito elevados, porque a luta de classes é um processo suscitado permanentemente pela produção de mais-valia. As greves podem ser esmagadas sangrentamente, os trabalhadores perseguidos e as suas instituições dissolvidas e limitadas à ação possível na clandestinidade, as vanguardas de momento podem ser chacinadas, a tortura instituída como prática usual, a tal ponto que o terror físico do presente se torne maior do que o horror da exploração. Tudo isso pode ser feito sem custos muito mais elevados do que os habitualmente decorrentes das forças repressivas e qualquer país dispõe de um complexo de forças repressivas capaz de fazê-lo. Não é depois de ocorrido um golpe militar que as novas autoridades encetam um programa de criação de um aparelho de repressão para, após o recrutamento, armamento e subsequente treino, passarem então a reprimir; ao contrário, o golpe militar mais não é do que a conversão brusca de uma capacidade repressiva já existente, embora não utilizada plenamente, na sua utilização plena. Ora, os custos dessa operação não são muito sensíveis. As forças policiais e militares são pagas, quer reprimam ativamente, quer se limitem a exhibir-se nas esquinas das ruas e nos portões das empresas; as munições tanto se gastam disparadas contra manifestantes como nos campos de treino; e o exercício mais freqüente da tortura nem traz maiores despesas em instalações, nem significativos acréscimos salariais para os policiais ou militares que dela se encarregam. O problema surge para o capitalismo precisamente quando as reivindicações e pressões dos trabalhadores, reprimidas e impedidas de se manifestarem em formas concentradas, passam a exercer-se de forma difusa.

Quando o trabalhador se desinteressa, quando finge trabalhar mas trabalha menos, quando sabota — a partir de então a repressão, para ser eficaz, não poderia convergir apenas no ataque a contestações pontuais e na tortura e prisão de uma minoria de pessoas, mas teria de se multiplicar em formas redobradas de vigilância do processo de trabalho. É aqui que os custos começam a ser incomportáveis para os capitalistas. Para fiscalizar os trabalhadores no processo de trabalho, não basta saber reprimir, é necessário também conhecer os gestos e raciocínios de trabalho e a sua intensidade requerida, o que implicaria despesas acrescidas de formação. E este aumento de custos incidiria num pessoal repressivo em aumento também, no acréscimo do número de contramestres e de todo o tipo de fiscais. Assim, quanto maior fosse a

quantidade destes vigilantes relativamente à quantidade de força de trabalho, tanto mais se agravariam os custos, tornando-se finalmente insuportáveis para o capital. Por isso as formas absolutas de repressão, para terem plena eficácia, só podem ser utilizadas pontualmente, nunca enquanto estratégia geral e permanente. Forças repressivas eficazes servem aos capitalistas sobretudo para ser visíveis, daí a imagem tão popular das duplas de policiais que passeiam pelas ruas “sem fazer nada”. O que eles fazem é precisamente isso — mostrar-se. Estas forças repressivas destinam-se a manter presentes na população trabalhadora a possibilidade de em qualquer momento poderem ser ativadas e, assim, marcam os limites da contestação admitida. E os períodos de ativação das forças repressivas e de repressão aberta e sistemática servem para impedir a ultrapassagem de tais limites, ou para marcar novos. Para os capitalistas, o problema mais premente e constante é o da resposta a dar às reivindicações processadas no interior daqueles limites, e com efeito é dentro deles que ocorre a esmagadora maioria, por vezes mesmo a totalidade, das reivindicações. Aqui a repressão aberta e sistemática nem é eficaz, nem rentável. A única estratégia eficaz para os capitalistas a longo prazo e, em cada momento, relativamente à generalidade da força de trabalho é a da cedência às reivindicações e às pressões dos trabalhadores. A repressão aberta não pode então ser um objetivo último, mas sempre uma função da estratégia de cessões. São os mecanismos desta estratégia que vou começar por analisar, deixando para outro capítulo desta seção a análise dos efeitos econômicos resultantes do emprego exclusivo de mecanismos de repressão. O leitor não deve, por isso, esquecer que tudo o que escrevo neste capítulo refere-se unicamente aos casos em que a estratégia de cedência é possível para os capitalistas.

Começemos por analisar o mecanismo da cedência dos capitalistas às reivindicações de tipo *a*. O tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é definido, em média, como tempo de trabalho necessário. Trata-se, porém, de uma necessidade social e histórica, que não corresponde a qualquer estado fisiológico imutável. É certo que, se o consumo de subsistências descer além de uma certa relação entre a pessoa e a atividade por ela exercida, a morte é o inevitável resultado. Acima desse limiar fisiológico, o que em cada época, em cada região, é considerado consumo necessário depende de convenções sociais, e estas são estabelecidas mediante pressões e lutas permanentes. Porém, e é esta a questão central, a força de trabalho reclama um dado *input* em bens materiais e institucionais (ou seja, serviços) sem se preocupar nunca com as implicações desse *input* em termos de valor. São apenas os efeitos úteis desses bens que importam à força de trabalho, a sua eficácia na reconstituição da força de energia despendida. Assim, se os trabalhadores reivindicarem um acréscimo da sua capacidade de

consumo, a satisfação desta exigência apenas reduzirá a mais-valia produzida se esse aumento de *input* em bens, implicar um aumento de *input* em valor, de que resulta o aumento do valor da força de trabalho que incorpora tal *input*. Neste caso, mantendo-se inalterado o tempo de trabalho, aumenta a parte do valor criado que se destina a reproduzir o capital variável avançado, ou seja, que reproduz esse valor aumentado da força de trabalho e diminui, portanto, a parte de sobretrabalho, a mais-valia.

Neste contexto, o mecanismo da cedência pelos capitalistas às reivindicações de tipo *a* é o apresentado a seguir. 1º) O aumento do *input* em bens materiais e serviços acarreta efetivamente um aumento do *input* em valor, com o conseqüente acréscimo do valor da força de trabalho e redução da mais-valia. 2º) Os capitalistas assim atingidos começam por procurar reduzir as novas despesas, dispensando progressivamente uma parte da força de trabalho e tentando compensar o aumento das remunerações de cada trabalhador com um decréscimo da massa global de remunerações. Deste modo, tende a diminuir o número de trabalhadores com relação aos elementos do capital constante. Isto é possível porque, ao mesmo tempo, 3º) mediante o controle que exercem sobre o processo de produção, os capitalistas introduzem modificações nos instrumentos e ou nos métodos de trabalho, com o objetivo de aumentar a produtividade. 4º) Qualquer aumento de produtividade significa que a mesma quantidade de força de trabalho, no mesmo tempo de trabalho, produz um maior volume de *output*. Mantendo-se constante o tempo de trabalho despendido, mantém-se constante o novo valor criado durante esse período e, assim, a massa de *output* aumenta sem que aumente o novo valor que incorpora. Como o acréscimo do volume global de *output* consiste então na multiplicação das unidades produzidas no mesmo tempo de trabalho, isto significa que cada uma dessas unidades mais numerosas incorpora uma menor fração do valor novo criado. 5º) Atingindo todos os ramos onde ocorre inicialmente um acréscimo do valor da força de trabalho, estas modificações tanto são introduzidas nos processos que fabricam diretamente os bens de consumo dos trabalhadores, como naqueles que contribuem indiretamente para tal fabricação. Quando o *output* produzido em condições de maior produtividade é constituído por bens materiais ou serviços consumidos pelos trabalhadores, resulta deste mecanismo que o consumo de unidades de *output* fisicamente consideradas pode aumentar sem que aumente o valor incorporado na força de trabalho consumidora, pois que diminui o valor de cada uma das unidades consumidas. E, mesmo que esse *output* não seja diretamente consumido pela força de trabalho, o decréscimo do valor das suas unidades terá efeitos mais ou menos indiretos sobre a fabricação daqueles bens e serviços que a força de trabalho consome, acarretando a diminuição do seu valor. Em

conclusão, o mecanismo da resposta capitalista às reivindicações de tipo *a* consiste em fazer com que o tempo de trabalho incorporado nas unidades dos bens de consumo dos trabalhadores se reduza mais do que aumenta o seu consumo físico. É este o modo pelo qual o nível de consumo que em cada época e região é considerado necessário se define, social e historicamente, como um resultado de lutas e não em virtude do estágio técnico, nem das características dos produtos existentes. Ao contrário, esse estágio e essas características é que, como consequência dos mecanismos de acréscimo da produtividade, resultam das pressões sociais.

Qual o efeito econômico deste mecanismo? A sua fase terminal consiste na redução do valor da força de trabalho, sempre que o tempo de trabalho incorporado nos bens e serviços consumidos na sua reprodução diminuir mais do que aumentar o consumo em termos de unidades físicas. Este declínio do valor da força de trabalho não tem quaisquer efeitos quanto ao novo valor resultante da atividade dos trabalhadores no subsequente processo de produção; o novo valor depende — uma vez mais o repito — do tempo de trabalho despendido, e não do incorporado na força de trabalho. Onde esses efeitos incidem é na repartição interna do novo valor criado. Sendo menor o valor da força de trabalho, é menor a porção de novo valor que se destina a reconstituir o capital variável avançado e é, portanto, maior a porção restante, a mais-valia. Nestes parâmetros, os capitalistas podem crescer o consumo físico da força de trabalho, desde que o façam a uma taxa inferior à do decréscimo de valor das unidades de bens consumidas e, por conseguinte, inferior ao acréscimo de mais-valia obtido. É este o mecanismo que faz com que os trabalhadores, precisamente quando aumentam o seu consumo físico, diminuam relativamente o valor da sua força de trabalho e agravem a exploração a que se sujeitam. Trata-se de um dos mecanismos fulcrais de mais-valia relativa, que é o cerne do desenvolvimento do capitalismo, o seu fator dinâmico.

Os capitalistas de empresas produtoras de bens de consumo corrente encontram-se numa contradição entre a sua situação de exploradores da força de trabalho, a quem interessa que os trabalhadores recebam baixas remunerações, e a sua situação de vendedores desses produtos, interessando-lhes então que os trabalhadores gozem de elevado poder de compra. Aquele mecanismo da mais-valia relativa constitui uma forma de resolução desta contradição, ao mesmo tempo ampliando o mercado de consumo e acentuando a exploração. E como, quanto mais amplo for o mercado, em tanto maior escala poderá a produção ser organizada e, portanto, tanto mais aumentará a produtividade, os efeitos do mecanismo reforçam-se.

O que sucede, porém, quando as reivindicações e pressões dos trabalhadores visam

reduzir o dispêndio de tempo de trabalho e, de qualquer modo, o que sucede com os efeitos práticos das reivindicações de qualquer tipo, que incidem na capacidade de despende tempo de trabalho? Isto leva-me a analisar o mecanismo de cedência dos capitalistas às reivindicações de tipo *b*.

Mantendo-se inalterados os métodos e instrumentos de trabalho, a diminuição do tempo de trabalho leva a uma diminuição do volume do *output*. Os capitalistas, porém, na medida em que controlam e gerem o processo de trabalho, e, portanto, detêm a iniciativa da sua alteração, podem responder a essa redução introduzindo instrumentos e métodos que permitam maior produtividade e que, deste modo, aumentem a massa de *output* quando o tempo de trabalho diminui. Trata-se de um mecanismo similar ao do terceiro estágio na resposta às reivindicações de tipo *a*; só que, agora, não tem lugar a questão da hierarquia dos setores de produção em que tais inovações se introduzem, não estando imediatamente em causa o problema do consumo dos trabalhadores. Assim, é a resposta capitalista às pressões para a redução da jornada e para a redução do tempo de trabalho efetivamente despendido no interior do horário estabelecido, adicionando-se à resposta às reivindicações de tipo *a*, que leva à introdução das inovações na maquinaria e dos novos sistemas de trabalho. E é este processo de aumento da produtividade que serve, aos capitalistas, de padrão para avaliarem qual o tipo de progresso que consideram positivo e recusarem as demais alternativas de transformação histórica. No capitalismo, as lutas sociais não pautam apenas o desenvolvimento da tecnologia e o seu ritmo; elas impõem também a definição do sentido desse desenvolvimento, aparecendo o progresso como sinônimo de aumento da produtividade.

Não há, porém, maquinaria que não pressuponha e exija um sistema de organização do trabalho. A organização deliberada dos processos de trabalho como um sistema, e não como uma seqüência de gestos improvisados pelo trabalhador, não se iniciou apenas nos fins do século XIX. Entre os próprios inventores que criaram a primeira geração de máquinas da indústria capitalista, contam-se aqueles que não concebiam os novos mecanismos independentemente de novas formas de organização do trabalho. Despossuída de qualquer controle sobre o processo de trabalho, a força de trabalho não domina o sistema mecânico e, ao contrário, é por ele dominada, sendo a maquinaria que impõe o ritmo da atividade. Não é pelo fato de não ser palpável que uma forma de organização do trabalho, isto é, uma forma de disciplina de empresa, é menos real do que as máquinas e as instalações. Todos estes fatores se integram na tecnologia e um não tem qualquer validade sem o outro. Assim, quanto maior é o desenvolvimento da tecnologia capitalista, o que significa, como vimos, quanto mais progride a

produtividade, mais amplo se torna o escopo da organização do trabalho e mais sistematicamente esta se desenvolve; de onde resulta a crescente dependência dos trabalhadores relativamente ao sistema tecnológico e, portanto, o desenvolvimento das condições de exploração. As doutrinas de organização do trabalho não são mais do que a teorização deste processo, a reflexão sistemática sobre um dos aspectos centrais da mais-valia relativa. Por outro lado, o aumento da produtividade implicou o recurso crescente, no processo de produção, aos resultados da investigação científica. Depois, progressivamente, foi a própria investigação que se integrou no processo produtivo, de forma que hoje a criação científica, nos seus objetivos, no seu ritmo, até no peso relativo das disciplinas em que se reparte, encontra-se completamente subordinada às necessidades decorrentes do processo de produção. Perdeu a validade o mito do intelectual na torre de marfim, da ciência pairando acima da sociedade, e a elaboração científica apresenta-se agora como o que é: uma das funções do capital. Assim, neste processo de desenvolvimento da produtividade, o sistema tecnológico, ao mesmo tempo que assimila cada vez mais a força de trabalho e a sujeita mais drasticamente aos condicionalismos da exploração, integra também absolutamente a elite científica e demais intelectuais entre os capitalistas.

Marx indicou, no início do capítulo V do Livro III de *O Capital*, vários tipos de economias de capital constante decorrentes dos processos de aumento da produtividade, num modelo descritivo que me parece continuar válido, com algumas pequenas adaptações e um acréscimo.

1. *Economias de utilização, mediante economias de escala*, o que pressupõe uma maior cooperação da força de trabalho, quer se reúna fisicamente um maior número de trabalhadores numa mesma unidade de produção, quer estes se mantenham mais ou menos repartidos, mas que se inter-relacionam no processo de trabalho por formas eletrônicas de comunicação cada vez mais estreitas. Aliás, um dos aspectos das novas tecnologias eletrônicas é o aumento de flexibilidade da força de trabalho, a sua capacidade de rodar entre funções profissionais distintas. O capitalismo se beneficia deste modo, porque ultrapassa as sempre possíveis deficiências episódicas na oferta de força de trabalho num dado setor profissional, recorrendo a trabalhadores com especialidades originariamente diferentes. Não só os trabalhadores vêm assim diminuídas as suas oportunidades de jogar com a escassez e a rigidez setoriais para apoiar as suas reivindicações, como a rotação entre funções acentua o caráter coletivo da força de trabalho em cada unidade de produção, lucrando os capitalistas com o aumento de produtividade resultante. E também a difusão do trabalho a tempo parcial deve ser entendida como uma flexibilização ao nível dos grandes agregados, reforçando a cooperação, com as

conseqüentes economias de escala. É curioso considerar que Marx insistiu repetidamente, em *O Capital*, nos benefícios extraídos pelos capitalistas do aumento da cooperação da força de trabalho, sem no entanto citar a este respeito uma só vez sequer o nome de Proudhon, para quem residiria precisamente aqui o segredo da exploração capitalista. Numa obra em que são tão abundantes as referências, este silêncio é mais uma demonstração dos métodos de polêmica que Marx empregava contra as outras correntes socialistas; e a lacuna é tanto mais gritante quanto, em *A Sagrada Família*, no final do capítulo IV, Marx reconheceu quanto a esta questão, a prioridade absoluta de Proudhon. Mas não é isto que me interessa aqui sublinhar, e sim que este tipo de economia resulta sobretudo da introdução de novos sistemas de trabalho.

2. *Economias resultantes do aperfeiçoamento dos utensílios.* Embora a introdução deste segundo tipo de economia repercuta sobre a organização do trabalho, ele incide aqui sobretudo nos elementos materiais, podendo dividir-se nos elementos seguintes: 2a. aproveitamento mais produtivo das matérias-primas habitualmente empregadas, ou seja, diminuição do desperdício; 2b. introdução de aperfeiçoamentos permitindo um aumento da produtividade com os meios de produção já instalados; 2c. economias resultantes da utilização de novas matérias-primas; 2d. economias resultantes da utilização de novos meios de produção; 2e. economias resultantes da redução dos *stocks*, mediante o emprego de sistemas de computadorização que relacionam uma dada unidade de produção ou com o mercado de consumo particular ou com os estabelecimentos que, nas fases anteriores da cadeia produtiva, fabricam os *inputs* daquela unidade de produção e com os estabelecimentos que, nas fases posteriores da cadeia produtiva, utilizam o seu *output*; assim, ao longo de uma cadeia de processos de produção, tanto o volume do *output* quanto as características específicas dos bens produzidos, bem como o ritmo da sua produção, adaptam-se ao volume da procura e às modificações nos critérios específicos e no ritmo do consumo no estágio seguinte; a adoção de técnicas de computadorização na maquinaria e nos sistemas de armazenagem permite refinar a administração dos grandes fluxos de materiais, reduzindo os estoques a um mínimo. E podemos agora entender cabalmente que o único fundamento das economias de escala é constituído pelo aumento da cooperação da força de trabalho, e não por qualquer acréscimo no volume de bens idênticos. Neste sistema 2e, as linhas de produção, tornando-se mais flexíveis, variam os tipos de bens produzidos, diminuindo assim, pelo menos relativamente, o número de bens de cada tipo; as economias de escala resultam aqui do aumento da cooperação decorrente da flexibilização da força de trabalho, que é a condição social que sustenta essa variedade na produção e a sua adequação ao tipo e ao ritmo da procura no estágio seguinte.

De ambos tipos de economias decorre uma redução do período de produção do capital, adequando-o por isso à diminuição do tempo de trabalho.

3. *Economias resultantes da redução do tempo de circulação do capital*, o que contribui para a redução do tempo global de rotação do capital, diminuindo, portanto, relativamente o capital investido e diminuindo o valor relativo de capital constante a ser conservado na massa de novos produtos.

O aumento da produtividade destina-se a responder a uma redução do tempo de trabalho despendido e, portanto, a uma redução do valor global produzido. Por si só e de imediato não vai afetar a divisão do valor criado em trabalho necessário e sobretrabalho nem, portanto, ter repercussões sobre a mais-valia. Não pretendo agora analisar o novo valor criado pela ação da força de trabalho durante um dado processo de produção, mas refletir sobre problemas inerentes à conservação do valor incorporado em *inputs*, os quais resultaram, enquanto *output*, de processos de fabricação anteriores. Tudo o que de imediato sucede é que o capitalismo, em resposta a uma redução do tempo de trabalho, consegue fazer manter ou aumentar o número de unidades de *output* produzidas, o que significa, em qualquer dos casos, que o valor de cada unidade diminui, embora em menor ou maior grau; e isto implica que tais unidades, ao entrarem como *input* em outros processos de fabricação, constituindo assim um elemento do seu capital constante, transmitem ao novo produto uma fração de valor menor do que sucederia no caso de o sistema mais produtivo não ter começado a vigorar. Sempre que o *output* dos ramos de produção que sofreram um aumento de produtividade não se destina imediatamente a ser consumido pelos trabalhadores, mas vai servir, enquanto instalações ou meios de produção ou matérias-primas a processos de fabricação subseqüentes, resulta uma diminuição do valor conservado nestes processos. O mesmo tempo de trabalho acrescenta aos produtos a mesma soma de valor novo, mas conserva e transmite somas diferentes de valor dos elementos de capital constante empregados, conforme a produtividade com que eles forem fabricados. Em conclusão, os efeitos de um aumento da produtividade não se esgotam no processo de fabricação que os inaugurou, mas transmitem-se na precisa medida em que as unidades produzidas tiverem o seu valor conservado enquanto parte do valor final de outros produtos. É por isso que toda a produtividade é exclusivamente, em última análise, produtividade da força de trabalho. A economia acadêmica, porque pretende negar aos trabalhadores o seu papel único de criadores do valor, calcula taxas de produtividade também relativamente aos outros “fatores de produção”. O processo em cadeia mediante o qual se transmitem os aumentos da produtividade reduz, ao contrário, todo este desenvolvimento à produtividade da força de

trabalho.

Sob o ponto de vista estrito do processo de fabricação em que ocorre um aumento do *output* produzido em igual tempo de trabalho, o que equivale a dizer, a produção de um mesmo volume de *output* em menos tempo de trabalho, resulta uma diminuição da parte relativa de trabalho vivo por comparação com o trabalho morto e, portanto, no valor global do produto final aumenta o peso relativo da fração de valor correspondente aos elementos consumidos do capital constante. Assim, se o aumento da produtividade se limitasse a processos de fabricação isolados, dele resultaria a crescente diminuição relativa da fração de valor implicada nesse aumento da produtividade, ou seja, o novo valor criado. E deste modo os efeitos do desenvolvimento da produtividade tenderiam a diminuir marginalmente. O fato de tal não suceder deve-se ao mecanismo pelo qual o aumento da produtividade num dado processo de fabricação se repercute em cadeia sobre todos os outros processos que consomem o produto fabricado no primeiro, e assim sucessivamente. Mediante este mecanismo diminui relativamente, em cada processo de produção, a fração do valor conservado de capital constante; o que significa que se acentuam os efeitos do aumento da produtividade. Quando o produto final consiste em bens consumidos pela força de trabalho, então convergem os efeitos deste mecanismo com os que descrevi a respeito da recuperação capitalista das reivindicações de tipo *a*: o valor dos *inputs* da força de trabalho diminui porque aumenta o número de unidades produzidas com igual tempo de trabalho e, portanto, diminui a parte do valor novo criado em cada unidade; ao mesmo tempo diminui também o valor dos elementos do capital constante utilizados na fabricação dessa unidade. Estes mecanismos acentuam reciprocamente os seus efeitos, acelerando assim e aprofundando o processo da mais-valia relativa em tudo que diz respeito à reprodução da força de trabalho em exercício.

Numa ótica mundial, referente à globalidade dos processos produtivos, esta conjugação dos mecanismos da mais-valia relativa implica a diminuição, pelo menos relativamente, da quantidade de força de trabalho empregada na produção das subsistências necessárias à totalidade da força de trabalho, sendo este declínio particularmente acentuado no setor agrícola. A partir do momento em que se torna capitalista, a agricultura estrutura-se como qualquer setor de produção, conforme a dinâmica imposta pelo desenvolvimento da mais-valia; embora também diga respeito à produção de matérias-primas e apesar de o peso do setor de alimentos tender a diminuir no interior do leque de produtos consumidos pelos trabalhadores à medida que esse consumo se amplifica, a produção agrícola teve uma importância dominante nos processos da mais-valia relativa, e esta importância ainda hoje se mantém em grande medida. Assim, foi no

setor agrícola que se atingiram algumas das mais espetaculares taxas de crescimento da produtividade. E nos últimos anos a engenharia genética, desenvolvendo técnicas laboratoriais de produção em massa de plantas, inaugurou um novo surto de produtividade neste setor e, ao libertá-lo do cultivo do solo, acabará por lhe dar o estatuto de qualquer outro ramo industrial. Ao mesmo tempo que ocorre a diminuição relativa do número de trabalhadores empregado no setor das substâncias, aumenta, obviamente, a quantidade dos que ficam disponíveis para trabalhar em outros ramos de produção. Ora, como o acréscimo da produtividade é um processo que percorre toda a economia, este aumento da oferta relativa de trabalhadores implica a inauguração de uma quantidade crescente de novos tipos de fabricação. O aumento da produtividade no setor que produz os bens de consumo dos trabalhadores constitui, portanto, um mecanismo que, liberando força de trabalho e mais-valia, permite a reprodução alargada da economia. E, quanto mais alargadamente se reproduzir a economia em geral, tanto maior será a taxa de aumento da produtividade na fabricação dos bens de consumo dos trabalhadores. Uma vez mais, estes mecanismos, ao se articularem, se acentuam reciprocamente.

Desta análise conclui-se, portanto, que a luta de classes, as reivindicações e pressões dos trabalhadores e a resposta dos capitalistas, constitui o elemento motor do desenvolvimento econômico. Das lutas sociais não resultam apenas os efeitos mais espetaculares, quando multidões de trabalhadores se erguem numa revolta conjunta e a consciência dos exploradores é atravessada pela noção da caducidade deste modo de produção. São essas as grandes epopéias e a elas em geral se resume a história dos conflitos de classes — falsificando-os assim e impedindo a compreensão dos seus mecanismos fundamentais. Para a análise que aqui prossigo, a questão decisiva é a da variedade das formas assumidas pela luta de classes, de onde se conclui que os seus efeitos vigoram mesmo quando a deflagração do conflito é evitada, ou seja, vigoram pela própria absorção desses efeitos. Páginas atrás, no início deste capítulo, escrevi que aos capitalistas apenas é possível, como estratégia eficaz, a cedência geral e a longo prazo às reivindicações e pressões dos trabalhadores. O pleno significado desta afirmação pode agora ser entendido. E que tais cessões não representam para o capitalismo um recuo, mas um avanço. Por isso o reformismo é a estratégia mais perigosa do capital e são as ideologias conciliatórias, não as doutrinas totalitárias, que exprimem as situações de maior força social dos capitalistas. O que o reformismo denomina “conciliação” ou “dissolução” das classes constitui um processo específico de vitória dos exploradores nas lutas sociais, mediante os mecanismos de desenvolvimento da produtividade que permitem, ao mesmo tempo, aumentar os *inputs* incorporados na força de trabalho e aumentar a mais-valia que lhe é extorquida. A

categoria sociológica das “classes médias”, desempenhando o papel central nas ideologias que concebem a conciliação e a dissolução das classes, é o resultado e a expressão deste processo, pelo qual boa parte dos trabalhadores considera que “ganha mais” e prevê como verossímil que “vá ganhar mais”. O quantitativo monetário coberto pela categoria jurídica do salário é o elemento comum que serve para definir as “classes médias”, ocultando o radical antagonismo de funções que diferencia as remunerações recebidas: para a força de trabalho, ser remunerada é a condição da sua reprodução enquanto força de trabalho; para os capitalistas que recebem todos ou parte dos seus rendimentos pessoais como salário, o fundamental é que eles detêm o controle sobre o capital, assegurando assim a sua capacidade de explorar os trabalhadores. Longe de confundir ou dissolver as classes, as “classes médias” reproduzem, ao contrário, a sua relação antagônica. Mas, na medida em que apresentam o aumento dos *inputs* incorporados na força de trabalho como um aumento “do que se ganha”, convertem o reforço da mais-valia numa aparente ascensão social. E freqüentemente citada a frase de Marx, que afirma que, quanto mais uma classe dominante integra as pessoas mais destacadas da classe dominada, tanto mais sólida e perigosa é a sua opressão. Neste caso, não ocorre qualquer integração, pois a mais-valia relativa reproduz e agrava a condição dos explorados, e não a ultrapassa. Mas o capitalismo obtêm — pelo menos temporariamente — efeitos em grande parte coincidentes, graças a essa aparência de mobilidade social ascendente. Ilude-se por isso completamente aquele radicalismo ingênuo que imagina, antes de uma luta deflagrar, que nunca os capitalistas terão interesse em ceder. E ilude-se duplamente, porque se engana assim quanto ao sentido do reformismo, que toma por uma forma demagógica, por uma máscara política encobrendo orientações de sentido oposto, quando na verdade é exatamente aquilo que aparenta ser: a estratégia do desenvolvimento que, mediante os mecanismos da mais-valia relativa, transforma as cessões do capital em reprodução em escala ampliada da exploração.

É esse um aspecto decisivo para a compreensão da luta de classes e que permite defini-la como uma lei tendencial. A propósito da questão da baixa tendencial da taxa de lucro, no capítulo XIV do Livro III de *O Capital*, Marx definiu como lei tendencial aquela cuja realização se depara com influências contrárias, que contrabalançam os seus efeitos, enfraquecendo-os ou suprimindo-os. A esta definição acrescento que tais influências são elas próprias determinadas por essa lei, de modo que, sem a lei, as contra-ações não existiriam, nem sem essa lei seriam essas contra-ações. A lei de tendência, em suma, determina a realização de si própria mediante os seus efeitos inversos. Assim, mesmo nos momentos em que mais aparente é a calma social e em que o capitalismo proclama o fim dos conflitos e, por aí, a extinção das classes, são ainda as

lutas sociais a condição subjacente de todo esse processo que permite a sua absorção. As lutas de classes são o elemento motor permanente e fundamental porque é em função delas que se define a estratégia da mais-valia relativa, cuja consequência é a de absorver os efeitos da luta. Pretendo, então, afirmar que tudo o que os trabalhadores conseguem com as suas lutas, com as reivindicações que formulam e as pressões a que recorrem, é aumentar a extorsão de mais-valia e reproduzir em escala ampliada o capital? De modo algum. Mas, como preveni logo ao abrir o capítulo, é este somente o aspecto que estou agora a analisar e continuarei a fazê-lo nos capítulos seguintes. Desde que as pressões e reivindicações da força de trabalho sejam estudadas separadamente das suas formas de organização, como por enquanto o faço, não podemos senão analisar a economia da submissão, ou seja, os mecanismos do capital. Abordarei finalmente, na última seção, a economia da revolução.

O mecanismo da mais-valia relativa, que assenta na incorporação de um valor decrescente na força de trabalho, articula, com os processos em que essa força de trabalho vai operar, toda a multiplicidade de processos de que resulta, indireta ou diretamente, o aumento da produtividade na fabricação dos *inputs* da força de trabalho. No caso de uma reivindicação específica formulada por um dado grupo específico de trabalhadores, a sua recuperação por parte dos capitalistas atingidos não pode, portanto, limitar-se ao processo de produção em que esses trabalhadores laboram, abrangendo processos decorrentes de outros trabalhadores e de outros capitalistas. Basta esta abordagem inicial para revelar que o capitalismo opera apenas como uma relação globalizada, embora internamente diferenciada, entre o conjunto dos trabalhadores e o conjunto dos capitalistas. E o prosseguimento da luta de classes, arrastando a expansão dos mecanismos da mais-valia relativa, determina uma globalização crescente da economia, estreitando as relações de classe que unem entre si a força de trabalho e as que inter-relacionam os capitalistas. Por isso, e contrariamente ao que fez Marx, a abordagem do capitalismo não deve obedecer ao modelo de uma empresa particularizada, devendo desde o início partir da globalização das relações econômicas. Os mecanismos da mais-valia relativa só devem ser apresentados em termos de linhas de produção reciprocamente integradas e não, como sucede em *O Capital*, como uma multiplicidade de relações, reciprocamente particularizadas, entre grupos isolados de trabalhadores e capitalistas. Vemos assim que, no modelo que aqui apresento, a globalização econômica se verifica antes de tudo, e fundamentalmente, no nível dos processos de produção. Como se define para um fenômeno um caráter social desde que passe a ocorrer em inter-relação com outros, esse caráter social é assumido pelos próprios processos de produção ao se integrarem reciprocamente, antes mesmo

de darem origem aos produtos e antes, portanto, de qualquer concorrência mercantil. Deste novo ponto de partida na abordagem do capitalismo resultará um conjunto de conclusões em parte muito diferentes das extraídas por Marx e com implicações práticas bem distintas também. Ao longo desta seção e das duas seguintes, procurarei mostrar quais os principais mecanismos pelos quais opera a globalização das relações econômicas, mas convém desde já insistir que a mera análise dos processos da mais-valia relativa permite entender a existência dessas relações globalizadas, antes ainda de termos compreendido o seu funcionamento.

Se as relações se processam fundamentalmente entre classes globalizadas, então os mecanismos da mais-valia relativa não se limitam a responder *a posteriori* e localizadamente a reivindicações e pressões especificamente consideradas. Não ocorre aqui uma sucessão discreta de cadeias bem definidas de causa a efeito, de uma dada luta a uma dada situação de mais-valia relativa. Há um *continuum* de lutas, de que decorre um processo contínuo de mais-valia relativa, procurando os capitalistas se anteciparem aos conflitos e ter em conta, em qualquer momento de um processo de produção, a eventual necessidade de recuperação de uma qualquer reivindicação que venha a surgir. E não se trata apenas de uma antecipação temporal, mas também de uma influência a distância, pois o deflagrar de uma luta num dado local faz com que capitalistas em outros locais se antecipem a lutas idênticas ou afins que possam aí vir a ocorrer. Assim, mesmo quando a força de trabalho luta dividida, resultam, mediante os mecanismos da mais-valia relativa, efeitos econômicos globalizantes. A globalização das relações econômicas projeta-se temporal e espacialmente.

É este um dos contextos que permite explicar a crescente burocratização sindical. A partir do momento em que os trabalhadores delegam as negociações com o patronato a elementos que não controlam bem de perto e que não substituem logo que têm razões para desconfiar deles ou logo que têm motivos para estar insatisfeitos com eles, então os trabalhadores estão produzindo uma camada de profissionais especializados na gestão dos conflitos. Quanto mais estes elementos reforçarem a sua autonomia relativamente à força de trabalho, mais o seu campo de interferência se alargará e passarão a gerir, não só as lutas e as negociações, mas as próprias reivindicações a apresentar. Este desenvolvimento da burocracia sindical corresponde inteiramente ao desenvolvimento do processo mediante o qual os capitalistas procuram, em vez de responder a lutas já desencadeadas, antecipar-se à sua própria deflagração. Nestas questões, uma cronologia pode apenas se esboçar em termos muito genéricos, sujeita a bom número de exceções e a movimentos contraditórios ao longo do tempo. No entanto, o sentido geral da evolução dos regimes de mais-valia relativa parece-me ter sido o

de uma passagem das concessões efetuadas a conjuntos de trabalhadores em luta aberta para concessões realizadas no decurso de negociações entre a burocracia sindical e o patronato e, posteriormente, a passagem destas concessões negociais para a própria antecipação às reivindicações, nomeadamente através da indexação dos aumentos salariais aos acréscimos na produtividade. É esta a fase que hoje começamos a atravessar. Tanto o patronato quanto a burocracia sindical procuram, deste modo, prevenir a deflagração de conflitos envolvendo um coletivo de força de trabalho, os quais podem desenvolver as suas formas de luta, como mostrarei na última seção, até porem social e materialmente em causa a continuidade do capitalismo. Para que os mecanismos de incremento da produtividade possam funcionar plenamente, é necessário que a generalidade das lutas dos trabalhadores tenha formas passivas ou individualizadas, que não ultrapassem o limite marcado para as reivindicações nem se desviem da orientação que o capitalismo lhes procura imprimir; e é necessário que as forças repressivas mantenham uma presença de fundo, destinada a marcar os limites e eventualmente a recordá-los. Sempre que os burocratas sindicais gerem uma luta coletiva, ou quando têm de apelar para formas coletivas de luta para reforçar a sua posição negocial nas conversações com o patronato, apesar de procurarem conter o radicalismo da força de trabalho em limites estreitos, correm o risco de o verem extravasá-los, o que traria para eles o desagradável inconveniente de ser posta em causa a sua preponderância. E, para o patronato, a cedência a reivindicações formuladas pelos trabalhadores, sobretudo se formuladas conjuntamente em luta declarada, tem o inconveniente de poder ser encarada como uma fraqueza, enquanto que a antecipação às reivindicações se apresenta como um ato normal de gestão. Graças a esta conjugação de interesses, a burocracia sindical colabora ativamente com o patronato na prevenção dos conflitos e na definição das concessões antecipadas, passando os sindicatos burocratizados a ser, não apenas meros organizadores de reivindicações, mas sobretudo verdadeiros administradores da utilização capitalista da força de trabalho.

Hoje, a distinção entre sindicatos independentes que depois se burocratizaram, sindicatos de empresa diretamente fundados sob a égide do patronato e qualquer das várias formas assumidas nas empresas pelo departamento pessoal refere-se exclusivamente às origens e ao processo de desenvolvimento histórico. As diferenças que restam são ideológicas, expressando o passado e não a prática atual. E os conflitos que por vezes opõem estas instituições servem para determinar qual delas constituirá a base sobre qual todas se vão fundir. Nos tempos que correm, a fusão operou-se já numa função exclusiva e comum: a de, juntamente com o patronato restante, organizarem o desenvolvimento da mais-valia relativa de maneira a

prevenir a eclosão de conflitos e até a poupar a necessidade de sessões de negociação formalizadas. A burocracia sindical tornou-se, assim, parte integrante de organização do processo de exploração e, por isso, inclui-se plenamente entre os capitalistas. Neste contexto, o declínio do número de filiados, que os sindicatos têm sofrido nos últimos anos em vários dos países mais industrializados, não tem repercussões significativas. Todos os trabalhadores estão sob a alçada do sindicato a partir do momento em que o poder deste se conjuga com o do patronato. Explicam-se assim, não só as formas de co-gestão, mas também os casos em que a burocracia sindical se torna proprietária jurídica de capital, como mostrei num livro há algum tempo publicado, e em que nas fricções com o resto do patronato recorre a formas de pressão econômica exclusivamente intracapitalista, evitando a mobilização dos trabalhadores.

Em suma, a estratégia de cedência por parte dos capitalistas, que tem o seu fundamento na mais-valia relativa, deve ser sobretudo entendida como uma estratégia de antecipação e prevenção dos conflitos, mais do que da sua recuperação depois de desencadeados. Quanto mais globalizadas são as relações entre as classes, mais os mecanismos da produtividade podem ocorrer como um processo contínuo e, portanto, tanto mais os capitalistas podem tentar antecipar-se às reivindicações da força de trabalho. Essa antecipação é a condição da estabilidade social e é ela apenas que permite o planeamento. A capacidade planificatória de que os capitalistas, no Oriente como no Ocidente, tanto se gabam, tem como condição a sua capacidade de executar a estratégia da cedência, de maneira que organizam a produção, não já em resposta a lutas específicas passadas ou presentes, mas na previsão das reivindicações e pressões consideradas como mais prováveis. Uma elevada taxa de crescimento econômico não é mais do que a expressão estatística de um rápido ritmo de antecipação à ocorrência de conflitos e até à efetivação explícita de reivindicações. Este mecanismo de recuperação contínua de lutas futuras é, porém, para os capitalistas, um objetivo utópico. A mais-valia relativa é, enquanto mais-valia, um processo de contradição permanente e cada novo estágio a que se chega, cada novo sistema tecnológico, implica novas reivindicações e pressões, num processo sempre renovado. Mas repito que estou, por enquanto, apenas a analisar os mecanismos capitalistas de recuperação das lutas, e não ainda a capacidade demonstrada pelos trabalhadores de pôrem em causa este modo de produção. E, como a réplica capitalista a cada nova onda de lutas é ainda o desenvolvimento da mais-valia relativa, a globalização expande-se e o caráter contínuo do processo acentua-se.

Decorre daqui uma conclusão muito importante: se se limitassem a uma multiplicidade de cadeias particularizadas, então os mecanismos da mais-valia relativa nunca iriam além do

âmbito da reprodução da força de trabalho já constituída. Com efeito, é a força de trabalho formada e operacional que luta ou ameaça lutar, em resumo, que exerce várias formas de pressão, com as conseqüências econômicas descritas. Se se limitassem a recuperar e absorver *a posteriori* conflitos particulares, os mecanismos da mais-valia relativa apenas afetariam o processo de reprodução de uma força de trabalho já formada; mas, se constituem um *continuum* que se adianta à eclosão de lutas particulares, então os mecanismos de desvalorização relativa da força de trabalho só podem prosseguir essa antecipação se operarem num âmbito global, ultrapassando a esfera da reconstituição de uma força de trabalho já existente e atingindo a da própria produção de nova força de trabalho. Vejamos como a criação de sucessivas gerações de trabalhadores e a sua posterior conversão em força de trabalho efetivamente operacional pode constituir um outro tipo de mecanismo da mais-valia relativa.

2.2. Mais-valia relativa: 2º) a produção de força de trabalho

A força de trabalho não é produzida exteriormente ao capitalismo, num âmbito privado. Ela é um produto capitalista, produzido no capitalismo. Este é um dos aspectos em que o modelo que aqui apresento mais diverge do de Karl Marx, para quem a produção da força de trabalho seria exterior aos mecanismos do capitalismo. Para apresentá-la assim Marx teve, porém, de analisar particularizadamente a relação entre os trabalhadores e o capital; sempre que, em várias passagens da sua maior obra, concebeu de maneira globalizada a relação entre as classes, foi levado a considerar a produção da força de trabalho como interna ao capitalismo, embora sem indicar nunca quais os mecanismos que tornariam esse processo possível. Como é precisamente a concepção de uma relação globalizada entre as classes que fundamenta este livro, passarei a desenvolver o modelo de uma produção capitalista de força de trabalho. Note-se que, também para a economia acadêmica apologética do atual regime econômico, a produção de força de trabalho se insere no capitalismo, com a característica, porém, de considerar que a mercadoria força de trabalho seria produzida pelo trabalhador enquanto capitalista, vendendo-a em seguida no mercado aos outros capitalistas, os proprietários dos meios de produção. No meu modelo, ao contrário, é enquanto trabalhador explorado que o trabalhador produz força de trabalho e esta, enquanto produto, incorpora o tempo de trabalho despendido pelos seus produtores e, portanto, incorpora mais-valia. Trata-se de uma produção de trabalhadores por meio de trabalhadores. Quais os mecanismos deste processo de produção?

A produção de força de trabalho conjuga três tipos de articulação: 1. o local de produção, que tanto pode ser *a)* o âmbito doméstico, como *b)* o de instituições especializadas, ou ainda *c)* o meio social em geral, nomeadamente o enquadramento urbano; 2. a forma de produção, que tanto pode ser *a)* imediata, pela educação, como *b)* mediata, pelo fornecimento de bens de consumo: alojamento, alimentos, vestuário etc.; 3. o pagamento da força de trabalho produtora, que tanto pode efetuar-se *a)* mediante o salário familiar em dinheiro como *b)* mediante remuneração em gêneros. Vou em seguida analisar separadamente cada um destes três tipos de articulação.

Os trabalhadores não estão, aparentemente, sempre a trabalhar. O dia ou, talvez mais exatamente, a semana divide-se num período de atividade física mais intensa e num período de sono mais ócio. O que caracteriza este último período é o fato de nela a força de trabalho não existir imediatamente como produtora, mas sobretudo como consumidora. O ócio e o sono são absolutamente necessários à reconstituição física da força de trabalho, devendo por isso ser entendidos como *inputs*, exatamente no mesmo nível dos outros bens de consumo e, tal como estes, suscetíveis apenas de uma definição social e histórica. Dormir, o faz o homem desde que existe e descansar também. Mas dorme-se sobre a terra nua ou numa cama? E com que recato, com que isolamento do meio exterior? Nenhum dos atos ditos naturais se cumpre por si só, imediatamente; realizam-se sempre mediante um enquadramento institucional e é por aí que se definem histórica e socialmente. A realização do ócio e do sono, enquanto *input* da força de trabalho, faz parte da sua reprodução e se insere por isso nos mecanismos da mais-valia relativa, sendo por estes inteiramente determinada. Mas além deste período da vida de cada trabalhador há um outro, em que existe direta e imediatamente como produtor. E é aqui que se torna necessário ter em conta que a ação da força de trabalho na produção capitalista não se esgota a partir do momento em que sai às portas da empresa. No âmbito doméstico, os trabalhadores continuam a proceder a dois tipos de processos produtivos: um deles é eventualmente, sobretudo para as mulheres, o trabalho ativamente destinado à reprodução da força de trabalho, isto é, à sua reprodução enquanto trabalhadores já formados. Não é este que me interessa agora, e sim um outro, o da produção de força de trabalho, ou seja, a produção por trabalhadores de novas gerações de trabalhadores. Assim, a repartição do dispêndio de tempo de trabalho entre dois locais, o âmbito doméstico e o âmbito de empresa, corresponde aqui à produção de dois tipos distintos de produto, o produto força de trabalho e os produtos não-força de trabalho. Esta distinção não é, porém, absoluta.

Grande parte da produção de força de trabalho que não for realizada no âmbito

doméstico o será em instituições especializadas. Juridicamente, os estabelecimentos de ensino geral não se distinguem no capitalismo conforme as classes sociais que os freqüentam. Uma primeira distinção prática opera-se quando existem instituições de ensino técnico exclusivamente destinadas a habilitar futura força de trabalho. E, nos demais casos, mediante a elevação dos custos de acesso, a elite capitalista consegue sempre reservar estabelecimentos para a educação dos seus filhos, em todas as faixas etárias. Além do que, o controle dos sistemas de exame e dos critérios de aprovação, pelas referências culturais e de comportamento que requerem, privilegia os filhos dos capitalistas, saídos precisamente do meio em que tais referências vigoram. Assim, não é apenas um processo de seleção ao longo dos anos que se institui, mas a própria divisão de cada um dos grupos de educandos num subgrupo que obedece à imagem exigida para futuros capitalistas e em outro, constituído por elementos que se revelam como força de trabalho em criação. As fronteiras entre ambos não são impermeáveis, precisamente porque não é absoluta a separação pessoal entre as classes, que não são castas. Recordemos a já evocada frase de Marx, sintetizando o que todos os estrategistas capitalistas sempre souberam: quanto mais intensa for a mobilidade social ascendente, tanto mais forte será a classe dominante. O decisivo é que as distinções operem em termos gerais e separem sempre o que, sem isso, outros fatores poderiam tender a confundir.

Sob o ponto de vista da força de trabalho produtora, estas instituições especializadas constituem empresas. Neste caso, o dispêndio de tempo de trabalho entre o âmbito da empresa e o âmbito doméstico não corresponde aqui a *outputs* distintos, pois o produto é o mesmo, a nova força de trabalho. A única distinção possível é a de que, no âmbito doméstico, estes trabalhadores produzem como força de trabalho apenas os seus próprios filhos, enquanto nas instituições especializadas produzem os filhos dos outros (acrescidos eventualmente dos seus próprios).

Aparentemente, o horário de trabalho nas empresas, quer instituições especializadas de produção de força de trabalho, quer produtoras de outros tipos de *output*, seria estabelecido rigorosamente, a partir do jogo de forças entre um coletivo de trabalhadores e os capitalistas, ao passo que no trabalho doméstico de criação de força de trabalho seria impossível fixar tanto horários-limite, como o grau de intensidade do trabalho executado. Na verdade, a distinção é muito menos sensível. O rigor com que se cumprem os horários de trabalho nas empresas é muito menor do que as estatísticas indicam e a imposição de horas extraordinárias ou a suspensão do trabalho permite aos capitalistas uma certa adequação do horário estabelecido aos fluxos da procura do *output*, ou da oferta de *inputs*; enquanto, por seu lado, os trabalhadores

recorrem a inúmeras formas práticas de pressão, a uma habilidade acumulada secularmente e sempre inovada, para a seu modo adaptarem o horário de trabalho e os ritmos convencionados. Também a aleatoriedade do horário e da intensidade do trabalho na esfera doméstica é menor do que à primeira vista se possa imaginar. Quanto mais a mãe, e não apenas o pai, trabalharem em empresas e quanto mais as filhas, e não só os filhos, forem formados em instituições especializadas, tanto menor será o tempo disponível, no interior de cada família, para a execução própria de trabalho doméstico. Por outro lado, quanto mais difundida for a contratação de serviços para a execução de tarefas caseiras e quanto mais freqüente for a aquisição de máquinas para essa execução e a compra de bens de consumo já fabricados, tanto menor será a concentração de trabalho na esfera doméstica. A generalização da arquitetura e do *design* ditos funcionalistas constitui a etapa crucial no desenvolvimento deste processo. Conceber a habitação, com tudo o que lhe diz respeito, como “uma máquina de habitar” é aumentar a produtividade do trabalho doméstico e, portanto, liberar energias que podem passar a ser absorvidas pelo trabalho em empresas. Em conclusão, é a conjugação variável entre ambos os locais de dispêndio de tempo de trabalho que contribui para esta regulação indireta do horário e da intensidade do trabalho.

Há, ainda, uma terceira esfera que participa na produção da força de trabalho e que, pela sua amplitude, não pode ser aqui objeto senão de uma referência muito resumida. Quanto mais o capitalismo se desenvolve e, com ele, a tecnologia industrial, mais este modo de produção se destaca da plurimilenária cultura rural que o precedeu. Assim, a integração no meio social industrializado, e especialmente nos seus centros, as metrópoles urbanas, tem por si só um decisivo papel formador para a jovem força de trabalho. Numa conhecida passagem do seu mais célebre romance, quando o inspetor Gletkin justifica ao prisioneiro Rubachov a inevitabilidade da repressão em massa para inserir rapidamente na atividade industrial uma mão-de-obra que até então conhecera apenas as tarefas rurais e o seu ritmo, Koestler permite-nos entender a insubstituível função do enquadramento urbano. A ortogonalidade das arquiteturas e da urbanização e a ocorrência simultânea de ritmos diferentes e defasados são dois aspectos de importância primordial na formação das mentalidades e das habilidades adequadas à tecnologia industrial. Basta recordar que recentemente, quando o capitalismo precisou aumentar maciçamente a oferta de mão-de-obra apta a laborar com as novas técnicas eletrônicas, não se limitou a ministrar cursos de formação nem a introduzir o computador na escola. Difundiu-o maciçamente no meio urbano, a um ponto tal que os jogos, de mecânicos que eram, passaram a ser eletrônicos e qualquer criança educada nas cidades de hoje, pelo mero fato de brincar, torna-

se mais capaz de entender o manejo de computadores do que um adulto instruído. Assim, no ócio extradoméstico e mesmo durante os próprios períodos em que transita entre a esfera da família e a das instituições formadoras especializadas, a futura força de trabalho vai paulatinamente recebendo um adiestramento manual e psíquico insubstituível.

Relativamente às outras duas esferas, porém, esta distingue-se porque nem a ocupa um pessoal especializado na formação de força de trabalho, nem a atividade que nela ocorre se relaciona exclusivamente com a produção ou reprodução da força de trabalho. Trata-se de uma esfera com importância formativa fundamental, mas constituída por aspectos apenas de elementos que, nos demais aspectos, decorrem de campos econômicos diferentes.

O segundo dos tipos de articulação mencionados tem uma importância decisiva para a compreensão de todo este processo. Tal como na fabricação de qualquer outro gênero de *output*, também aqui a força de trabalho produtora, ao mesmo tempo que produz um novo valor, conserva a porção gasta do valor dos elementos do capital constante empregados na criação e formação da nova força de trabalho. Habitações e edifícios escolares, vestuário e alimentos, instrumentos de ensino, tudo isso são as instalações, meios de produção e matérias-primas empregados na produção de cada nova geração de trabalhadores. Ora, este é o único setor em que o produto é material e fisicamente comparável ao produtor — ambos força de trabalho — e, por isso, os mecanismos da mais-valia relativa incidem com a sua máxima potência em bens de consumo que, ao mesmo tempo, constituem a totalidade dos *inputs* da força de trabalho-produtora e uma boa parte dos da força de trabalho-produto. Muitas vezes, não é tecnicamente viável distinguir entre os bens de consumo que se destinam à reprodução de trabalhadores já formados e os que vão inserir-se na produção de nova força de trabalho; ambos obedecem, então, à conjunção dos mecanismos de aumento da produtividade, como se se tratasse exclusivamente de bens destinados à reprodução da força de trabalho já em exercício. Assim, todas as formas mediatas de produção de novas gerações de trabalhadores, pelo emprego de bens de consumo que constituem, em termos econômicos, elementos do capital constante deste setor e que são sujeitos a processos de aumento acentuado da produtividade, tendem a incorporar na força de trabalho produzida um valor-conservado em acentuada diminuição. É o contrário o que se passa com o novo valor criado pela força de trabalho produtora em ação, isto é, pela forma imediata de produção das novas gerações. A produção mediata não ocorre isoladamente, mas apenas como uma base da produção imediata e é nesta que tem lugar o processo da mais-valia, de que as novas gerações em formação constituem o suporte. Se a produção de força de trabalho é interna ao capitalismo, ela consiste, então, numa produção de

mais-valia, o que significa que o tempo de trabalho incorporado de novo na formação da força de trabalho-produto deve ser superior ao incorporado na formação da força de trabalho-produtora. É o dispêndio direto de tempo de trabalho no âmbito doméstico e no das instituições especializadas, criando um novo valor superior ao incorporado na força de trabalho produtora, que transforma o vestuário, a escola, os objetos de ócio, em novos trabalhadores, os quais incorporam em si, enquanto *output*, a mais-valia resultante do processo que os formou. E, como os produtores estão sujeitos aos mecanismos da mais-valia relativa, é crescente o sobretrabalho incorporado na força de trabalho produzida.

Para que o processo da mais-valia não se restrinja a um ato único, mas se reproduza com continuidade, é necessário que os trabalhadores possam incorporar em si parte dos valores globalmente produzidos, ou seja, é necessário que recebam bens de consumo, ou a possibilidade adquiri-los, como pagamento por parte do capitalista. Assumindo a forma monetária, o salário deve entender-se sempre como familiar e coletivo. Nele está indiscriminada a divisão entre locais de produção, cobrindo tanto o dispêndio de tempo de trabalho na empresa como na esfera doméstica. No caso de vários elementos da mesma família se assalariarem em empresas, o salário familiar é constituído pela soma dessas remunerações individuais. E, nos casos em que existam tipos de remuneração diretamente incidentes no âmbito doméstico, como os abonos de família, por exemplo, o seu montante inclui-se no salário familiar. Por isso o trabalho doméstico gasto na produção de força de trabalho é remunerado pela participação do trabalhador doméstico no salário familiar. A mulher doméstica de um marido assalariado numa empresa é uma trabalhadora também, laborando em tempo integral no âmbito doméstico na produção (e reprodução) da força de trabalho, enquanto o marido reparte o seu período produtivo entre a empresa e a esfera doméstica. A produção de força de trabalho surge assim desde o início e completamente inserida nos processos do assalariamento.

Existem duas alternativas para sustentar o recurso às instituições especializadas na produção de força de trabalho: ou estas são pagas pelos usuários e, então, o salário familiar em dinheiro é mais elevado, para cobrir tais despesas. Ou o seu funcionamento é aparentemente gratuito e, neste caso, o salário familiar em dinheiro pode ser mais reduzido; quando uma instituição opera em aparente gratuidade, trata-se realmente do fornecimento em gêneros de uma parte do salário familiar, igual às despesas dos capitalistas com essa instituição a dividir pelo número de famílias assalariadas que a ela recorrem. Não existe de antemão nenhum motivo para considerar que uma destas formas acarrete uma exploração mais pesada do que a outra. O recebimento pelo trabalhador de um salário em gêneros corresponde à unificação de duas

operações distintas, sendo a primeira a compra do uso da força de trabalho por parte do capitalista e sendo a segunda a compra de bens de subsistência por parte do trabalhador. Com a junção destas duas operações num momento único, o capitalista reduz o período de circulação do capital, com os efeitos já indicados. E talvez, ao fornecer diretamente os gêneros, consiga o capitalista fazê-los equivaler a um preço superior ao praticado em média no mercado para o mesmo tipo de bens, o que representaria uma exploração acrescida do trabalhador assim remunerado. Mas depende da luta dos trabalhadores que essas vantagens se efetivem ou não para o capitalista e formas agravadas de exploração podem ocorrer com salários predominantemente em dinheiro, assim como se pode lutar pelo aumento real das prestações em gêneros. Os mecanismos da luta e da mais-valia relativa funcionam num caso como no outro e os aspectos específicos são em cada um meramente técnicos, não determinando por si só o grau relativo de exploração. Não é sob este ponto de vista que pode explicar-se a conjugação do salário em dinheiro com prestações salariais em gêneros, mas apenas pela concentração e centralização do capital.

Numa época em que a grande parte do capital se repartia por empresas de pequenas dimensões, a maior parte destas não tinha capacidade para prestar serviços específicos de formação da nova força de trabalho. Só as empresas de maior importância podiam fazê-lo mas, quanto a estas, surgiam os problemas resultantes de uma dupla defasagem. Em primeiro lugar, a eventual disparidade entre o período da duração prevista de uma dada empresa e o tempo que demorava a formar uma nova geração de trabalhadores. Os capitalistas de uma empresa não tinham qualquer interesse em sustentar serviços de produção de força de trabalho se não estivessem seguros de que a empresa existiria ainda quando essa força estivesse prestes a converter-se em trabalhadores efetivos. Se se tratasse de uma situação em que a generalidade das empresas prestasse esse tipo de serviços, então o problema não teria qualquer razão de ser, pois todas se beneficiariam indiscriminadamente da força de trabalho assim produzida. Quando, porém, apenas um pequeno número de empresas podia fornecer este tipo específico de salário em gêneros, era necessário então que os capitalistas estivessem certos de que a continuidade dessas suas empresas ultrapassava os ciclos de formação de cada nova geração de força de trabalho. Mas tornava-se imperioso também que estivessem seguros de um outro aspecto, resultante de uma segunda defasagem: entre a área coberta pela atividade produtiva da empresa e a eventual mobilidade da força de trabalho. Alguns capitalistas podiam prever uma duração secular para as suas empresas, mas não iriam remunerar parcialmente os seus trabalhadores mediante este tipo de prestações se não tivessem a certeza de que a nova força

de trabalho, logo depois de formada, não se iria deslocar para outra região. Por isso, quando ocorria o fornecimento de serviços de produção ou formação da força de trabalho, ele era sempre acompanhado por entraves à mobilidade dos trabalhadores, quer vinculando hereditariamente à empresa as famílias que recorriam a esse tipo de serviços, quer aproveitando-se de condicionalismos geográficos como, por exemplo, aldeias afastadas das vias de comunicação e em que a esmagadora maioria da população se dedicava tradicionalmente ao mesmo ramo de atividade. Mas estes eram porém, numa época em que o capital se repartia sobretudo por pequenas empresas, os casos excepcionais. Assim, prevalecia então — quanto ao ponto de vista que estou agora a considerar, o da produção de força de trabalho o salário familiar em dinheiro, que garantia aos capitalistas a reciprocidade no aproveitamento das novas gerações de trabalhadores. E isto significava que a maior parte das instituições especializadas na formação da força de trabalho, não sendo criada por empresas particulares, devia-se à iniciativa do aparelho econômico especificamente centralizador, o Estado. Contrariamente ao que tantas vezes se pretende, vemos assim que a intervenção do Estado na vida econômica não resulta de quaisquer desenvolvimentos tardios do capitalismo, mas verifica-se desde os primórdios deste modo de produção, sendo até a ação desse aparelho de Estado tradicional tanto mais importante, quanto mais fragmentado era o capital. Terei várias oportunidades de regressar a este problema, na continuação do livro, mas convém desde já chamar a atenção para o fato de a ação econômica do Estado não ser apenas coeva do aparecimento do capitalismo, mas verificar-se num ponto absolutamente crucial do desenvolvimento econômico, como é o da produção da força de trabalho.

O desenvolvimento do modo de produção, acarretando a concentração e centralização crescentes do capital, implica a progressiva redução daquelas duas defasagens. As empresas mais importantes estão asseguradas de uma vida, não eterna, mas tão duradoura quanto a do próprio capital. Neste nível, não há praticamente fechamento de empresas; apenas, e quando muito, de unidades produtivas. O fechamento é substituído, nos países onde perduram formas particularizadas de propriedade, pela transferência de um dado conjunto econômico de umas para outras unidades de propriedade, ou pela sua repartição entre várias. Além disso, a questão da mobilidade geográfica da força de trabalho torna-se indiferente, pois, se grandes empresas perdem trabalhadores formados em suas próprias instituições especializadas em proveito de grandes empresas situadas em outras regiões, ganham também com a possível mobilidade em sentido contrário. Assim, quanto mais considerável for a porção do capital a ser repartido por um número cada vez mais diminuto de grandes empresas, tanto mais estas poderão fornecer

serviços específicos de formação de força de trabalho, diminuindo correspondentemente a parte em dinheiro do salário familiar. O desenvolvimento do capitalismo arrasta as condições para que a relação entre as classes seja cada vez mais globalizada, contrariando outras tendências à particularização interna em grupos e camadas específicas. Esse crescimento relativo da parte do salário constituída pelo fornecimento de serviços de formação de força de trabalho torna-se mais moderado sempre que ocorre uma dualidade pela qual, a par das empresas de grandes dimensões, continua a existir uma importante quantidade de pequeníssimas empresas, economicamente subsidiárias e obedecendo às formas clássicas de propriedade particular. Isto leva a que se mantenha para o aparelho de Estado tradicional um lugar importante na criação das instituições especializadas de produção de força de trabalho, em paralelo com a sua criação também pelas grandes empresas. Deste modo, ocorrem formas complexas de combinação do salário em dinheiro com prestações em gêneros, ou seja, no caso que aqui interessa, em serviços. Em sistemas, porém, nos quais a concentração e a centralização do capital se repercutiram plenamente na reorganização das formas de propriedade, de modo que as pequenas empresas economicamente subsidiárias não existem já sob a forma jurídica da propriedade independente, torna-se máximo o papel das grandes empresas na prestação dos serviços de produção da força de trabalho. Podem assim fundir-se inteiramente a ação tradicional e a ação destas grandes empresas na criação e manutenção de tais serviços; e a parte relativa ocupada no salário familiar pelas prestações em gêneros-serviços torna-se bastante considerável. Na realidade, a parte do salário familiar em dinheiro não pode nunca desaparecer, devido à necessidade de efetuar poupanças para, em primeiro lugar, adequar o fluxo de recebimento do salário ao fluxo de aquisição de bens, e, segundo lugar, precaver situações de doença ou desemprego. Ora, é o dinheiro, e não os gêneros, que constitui a forma mais adequada à poupança. O que deve por isso analisar-se, neste terceiro tipo de articulação, é o peso relativo de cada parte componente, sem presumir a eliminação de qualquer delas. E nestes parâmetros a luta de classes, conjugada com os mecanismos da mais-valia relativa, fará com que qualquer proporção entre ambas as formas salariais possa corresponder a graus menos ou mais acentuados de exploração.

Até aqui venho referindo cada nova geração de força de trabalho em criação como um conjunto. Porém, em tudo o que diz respeito à mais-valia relativa, o número de unidades do conjunto é um fator decisivo. O aumento da produtividade consiste em despender o mesmo tempo de trabalho enquanto se acresce o número de unidades do *output*, mantendo-se, portanto, constante o novo valor global criado, ao mesmo tempo que se diminui o de cada uma das

unidades componentes do produto. A taxa de crescimento demográfica é precisamente a medida da produtividade na criação de força de trabalho e são os seus mecanismos que convém agora analisar. Nas épocas e regiões em que o capitalismo for capaz de dar grande desenvolvimento ao processo da mais-valia relativa, será, por isso, capaz de garantir uma significativa taxa de crescimento dos salários em termos materiais, com um duplo efeito combinado. Por um lado, o aumento da produtividade libera força de trabalho em cada ramo de produção, permitindo assim a abertura de novos ramos; e, enquanto o número de trabalhadores se revela excedente nos setores onde se verifica o aumento da produtividade, no âmbito da economia globalmente considerada esse acréscimo significa a redução do volume da força de trabalho relativamente ao volume dos elementos do capital constante e, portanto, também a diminuição da procura capitalista de trabalhadores em comparação com o aumento do número de bens produzidos. Este contexto é absolutamente contrário a qualquer crescimento demográfico significativo e condiciona as famílias de trabalhadores a não procriarem mais filhos do que aqueles que aceitará uma procura de emprego cuja tendência é visivelmente para o declínio relativo. Por outro lado, numa situação de aumento dos salários materialmente considerados, o interesse de cada família trabalhadora é, além de procurar aumentar marginalmente a remuneração familiar mediante o emprego em empresas, não só do pai, como da mãe, o de limitar o número de filhos. Como o salário familiar é ganho apenas pelos membros da família que trabalham em empresas, e como o seu acréscimo com abonos etc., é menos do que proporcional ao acréscimo de necessidades acarretado pelo aumento do número de filhos, interessa às famílias de trabalhadores limitar esse número, de forma a poderem gozar efetivamente o aumento permitido pelo acréscimo material do salário familiar. Estes efeitos conjugam-se e reforçam-se mutuamente, de maneira a ser tanto do interesse dos capitalistas como das famílias trabalhadoras a redução da procriação de futuros trabalhadores. A mais-valia relativa, ou seja, o desenvolvimento capitalista, acarreta assim, primeiro, o declínio da taxa de crescimento demográfico e, em seguida, a sua estabilização em números muito baixos. Neste contexto, ao aumento da produtividade na fabricação de bens e serviços corresponde uma estagnação ou retrocesso da produtividade na procriação de força de trabalho. Portanto a força de trabalho-produtora não se limita aqui a incorporar no conjunto da força de trabalho-produto um valor superior ao que em si incorpora, mas o faz mesmo em cada um dos indivíduos produzidos, particularmente considerado.

A partir do momento em que o capitalismo, pela repetição dos mecanismos da mais-valia relativa, atingiu um nível de acumulação suficiente para garantir a taxa de crescimento dos

salários materialmente considerados que arrasta consigo a estabilidade demográfica, passou a reforçar esse tempo de trabalho incorporado em cada um dos trabalhadores-*output*, mediante o aumento do período de formação de cada nova geração de força de trabalho e a complexificação do trabalho-produtor das novas gerações. Aliás, os automatismos econômicos, se são a causa última deste processo e o enquadram, de modo algum dispensam outras formas de intervenção por parte do Estado e das empresas. Desenvolveu-se um aparelho legislativo e repressivo destinado a encaminhar obrigatoriamente os jovens para as instituições especializadas de formação da força de trabalho e a excluir do assalariamento, pelo menos nos seus termos médios e usuais, a força de trabalho que não disponha do grau de formação considerado legalmente como mínimo. Ao mesmo tempo, o Estado e as grandes empresas lançam campanhas de planejamento familiar e manipulam os mecanismos econômicos de maneira a reforçar a tendência ao declínio e, depois, à estagnação da taxa de crescimento demográfico. Verifica-se, assim, que no capitalismo desenvolvido, quero dizer, nas situações de pleno desenvolvimento da mais-valia relativa, todas as tendências convergem num mesmo resultado: aumentar o valor de cada indivíduo componente da nova geração de força de trabalho, mediante a estagnação da produtividade demográfica e mediante o aumento do período de escolaridade e a complexificação do trabalho dos formadores das novas gerações.

Mas não se trata aqui, como nos demais setores, de produzir bens diferentes do produtor; produtor e produto são do mesmo gênero, ambos força de trabalho. Assim, incorporar mais tempo de trabalho na formação de cada unidade produzida do que o incorporado na formação de cada unidade produtora é produzir um *output* diferente-do-mesmo-gênero, ou seja, uma força de trabalho mais complexa. Karl Marx definiu o trabalho complexo como aquele cujo valor de uso consiste na capacidade, relativamente ao trabalho simples, de despende em período igual uma quantidade superior de tempo de trabalho; e é esta definição que sigo neste texto. O exercício de trabalho complexo durante um dado período constitui, pois, um múltiplo do trabalho simples despendido ao longo de um período equivalente. Marx não sugeriu, porém, em *O Capital* qualquer forma prática de reduzir um tipo de trabalho ao outro, nem esboçou sequer nenhuma indicação nesse sentido. No modelo que aqui proponho, a relação entre os trabalhos simples e complexo constitui um processo dinâmico, projetado ao longo de gerações sucessivas, de maneira que aquele tipo de trabalho que é complexo para a geração anterior é, para a geração seguinte, em que cada um dos indivíduos incorpora um maior tempo de trabalho, um trabalho simples. Mas será possível conceber um método de mensuração que reduza estatisticamente um desses tipos de trabalho ao outro, quer dizer, será possível avaliar com

rigor, em função de um padrão comum, diferentes graus de complexidade do trabalho?

Nas condições atuais, só o grande capital teria possibilidade de proporcionar a resposta a esse problema, procedendo a experiências em enorme escala, que abarcassem vastos conjuntos de trabalhadores, internamente diversificados, num estudo rigoroso garantido pela cooperação de biólogos, psicólogos e especialistas da organização do trabalho. Mas compreende-se facilmente que não tenha interesse em fazê-lo. No quadro do capitalismo, a cooperação entre aqueles três ramos profissionais limita-se à ergonomia, com o objetivo exclusivo de conceber a maquinaria e os conjuntos de máquinas e instalações de maneira a melhor integrarem o trabalhador, ou estudar as remodelações a introduzir para que essa integração tenha lugar, reduzindo os desajustamentos físicos e psicológicos e, portanto, aumentando a produtividade. Trata-se de um dos aspectos da crescente sujeição dos trabalhadores ao processo mecânico de trabalho e da tendência geral para o desenvolvimento da mais-valia relativa. Apenas na União Soviética, de 1918 a 1921, durante o período chamado de Comunismo de Guerra, esboçaram-se algumas sugestões no sentido de definir uma unidade de tempo de trabalho ou, como depois se designou mais correntemente, unidade de trabalho, para certos especialistas convertível na caloria, enquanto unidade de energia, e que permitiria a exata quantificação do trabalho simples e dos vários graus de trabalho complexo. Os dirigentes bolcheviques superestimavam nessa época a capacidade centralizadora do aparelho de Estado clássico, julgando que o desenvolvimento da concentração de capital, que se esforçavam por acelerar o mais possível, eliminaria a multiplicidade de pólos econômicos secundários e se realizaria num pólo único. Preparavam-se então para inaugurar um sistema em que as empresas não se relacionariam como unidades distintas e em que, portanto, o dinheiro — ou pelo menos a forma monetária clássica — haveria de desaparecer. Para se desenvolver uma contabilidade que não se assentasse nas tradicionais unidades monetárias, alguns especialistas bolcheviques propuseram essa unidade de trabalho como base do futuro dinheiro escritural. Tratava-se, portanto, de uma concepção exclusivamente decorrente do desenvolvimento do capitalismo de Estado, e não de qualquer reivindicação pela força de trabalho da sua ação criativa única. Tanto assim o era que, na unidade de trabalho, alguns autores referiam-se conjuntamente à energia humana e à mecânica e, ao mesmo tempo, outros especialistas propunham para a mesma função unidades de energia, naturalizando o processo de trabalho e confundindo numa mesma categoria a ação do trabalhador e o funcionamento da maquinaria. Contra as propostas revolucionárias de avaliação da produção segundo critérios de utilidade social, estes especialistas bolcheviques propunham critérios decorrentes de formas extremas de naturalização

da lei do valor no capitalismo. Afinal, o aparelho de Estado bolchevique não conseguiu centralizar a economia a curto prazo e, quando uma década mais tarde começou a fazê-lo, persistiu a pluralidade de pólos de centralização do capital, de modo que as remodelações introduzidas na emissão monetária não foram acompanhadas de qualquer mudança drástica nos termos de referência do dinheiro. Aquelas propostas permaneceram como episódios à margem da história, com o interesse sobretudo de deixar bem patente a ausência de solução prática para a questão da relação entre o trabalho complexo e o simples.

Em termos gerais, a força de trabalho capaz de desenvolver, no mesmo período, trabalho mais complexo é aquela que é mais adestrada, tanto na capacidade de execução manual como na intelectual, em combinações várias. Parece-me mesmo que, desde que em vastas áreas o capitalismo começou a obedecer ao ritmo cada vez mais acelerado da mais-valia relativa, a crescente qualificação da força de trabalho caracteriza-se pela seguinte sucessão de etapas: primeiro, tratava-se de formar a força de trabalho de maneira a torná-la capaz de operações manuais sempre mais qualificadas: entendo aqui *qualificação*, como não pode deixar de ser, no sentido estritamente capitalista do termo, ou seja, como capacidade de executar as novas tarefas requeridas pela tecnologia industrial. Depois, progressivamente, enquanto esse crescente adestramento manual era obtido, foram sendo aumentadas as qualificações intelectuais dos trabalhadores, de maneira a que os capitalistas pudessem explorar, não só o seu esforço físico, mas também a capacidade de raciocínio. E a etapa que hoje atravessamos caracteriza-se precisamente pela insistência no aumento das qualificações intelectuais da força de trabalho em formação. É este o agente do progresso técnico no capitalismo. Não é a força de trabalho que adquire novas capacidades para poder lidar com uma maquinaria mais complexa. A relação causal é a inversa: porque este sistema de produção de força de trabalho determina a formação de cada indivíduo da nova geração com um tempo de trabalho superior ao que formou cada um na geração precedente, os novos trabalhadores são capazes de um trabalho mais complexo e, portanto, o capitalismo cria também maquinaria mais complexa. A tecnologia constitui sempre a realização de relações sociais. Por isso o mesmo processo que, ao lado dos *inputs*, aumenta a complexidade da força de trabalho e, portanto, aumenta o tempo de trabalho despendido durante idêntica jornada, multiplica mais ainda, pelo acréscimo de produtividade que o sustenta, o número de elementos do *output*. E assim este mecanismo de desenvolvimento da complexidade da força de trabalho não é contraditório, antes constitui o próprio fundamento do processo de declínio do valor incorporado em cada uma das unidades do produto total.

E chegou, agora, a altura de reformular o que venho dizendo. Referi-me a gerações,

sem definir este termo, que usualmente sustenta tão grandes confusões. Geração, na sua acepção biológica, tem sentido unicamente para cada pessoa, individualmente considerada, medir o decurso da sua vida. Mas, como a cada instante por todo o mundo vão nascendo crianças, uma geração, enquanto coletivo, não é suscetível de qualquer definição biológica. No caso da força de trabalho, considero como uma geração a que resulta de uma mesma tecnologia formativa; quando me refiro à defasagem de gerações, quero dizer que se passou de um para outro método na formação da força de trabalho; e, quanto mais rápida for a alteração destes métodos, portanto, quanto mais acelerado for o processo técnico, tanto mais rapidamente também se sucederão as gerações. Em suma, é no contexto do aumento das qualificações de cada jovem futuro trabalhador, relativamente à força de trabalho anterior, que aqui defino gerações.

Este modelo, pelo qual cada indivíduo de uma nova geração de força de trabalho recebe, na sua formação, qualificações superiores às dos indivíduos da geração precedente, é contrário às teses defendidas por vários críticos do capitalismo, na esteira nomeadamente de Harry Braverman, no seu conhecido livro *Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do Trabalho no Século XX*, onde se afirma que o capitalismo acarretaria a forçosa desqualificação da força de trabalho. Porém, e se tivermos em conta que as qualificações dos trabalhadores num dado sistema económico não são aquelas que alguns de nós gostaríamos que eles tivessem, mas exclusivamente as que decorrem das necessidades definidas pelo sistema económico — apenas neste sentido pode-se empregar a palavra *qualificações* —, os argumentos a que Braverman recorre para justificar a sua tese padecem de três erros básicos, que na minha opinião a invalidam. Em primeiro lugar, em vez de comparar as qualificações de uma dada geração da força de trabalho com as de gerações anteriores inteiramente incluídas no período de vigência do capitalismo, Braverman compara-as com hipotéticas qualificações de trabalhadores formados num sistema artesanal predominantemente pré-capitalista. Nem vou demorar-me agora com o fato de ser um mito esse tão apregoado conhecimento do processo de produção que caracterizaria todos os artesãos. Desde muito cedo que, na Idade Média, os mestres e a elite dos aprendizes se distanciaram de grande parte das operações manuais; e a misérrima arraia-miúda, condenada às tarefas mais simples e fragmentadas, ignorava completamente os processos globais de produção enquanto conjunto. E esta dicotomia social se agravou ao longo dos séculos seguintes. Seria sem dúvida muito interessante desvendar a razão por que os mitos acerca do artesanato, a visão lírica da situação imediatamente anterior ao início do capitalismo, têm encontrado tanta simpatia entre tendências ideológicas variadas, desde críticos marxistas e

anarquistas da sociedade contemporânea, até correntes capitalistas, como uma faceta do fascismo hitleriano ou, hoje, a ecologia. Mas não é agora a oportunidade para estudar a questão. Bastará indicar que a história do capitalismo é já suficientemente longa para que possamos comparar a qualificação de sucessivas gerações de trabalhadores no interior deste modo de produção, sem invocar padrões pré-capitalistas. Só assim poderemos avaliar o problema em causa.

Em segundo lugar, Braverman compara as qualificações requeridas a dadas especialidades profissionais de que agora se encarrega a força de trabalho explorada com as qualificações que profissões do mesmo nome exigiam numa fase anterior, quando aqueles que as executavam se incluíam ainda entre os capitalistas. Analisarei em outro capítulo a questão da passagem de certas especialidades profissionais do âmbito dos capitalistas para o dos trabalhadores explorados. Importa aqui apenas chamar a atenção para o fato de que novamente Braverman ilude a comparação entre sucessivas gerações de produtores de mais-valia, quando é ela que constitui o único campo de argumentação válido para o problema em discussão.

Em terceiro lugar, Braverman invoca o fato de ser cada vez menor o tempo de aprendizagem das várias especialidades profissionais, para sustentar assim, que teriam diminuído as qualificações exigidas para cada uma. Mas essa aprendizagem a que se refere é apenas aquela a que se sujeitam os trabalhadores já formados, para se habituarem ao manuseio de uma ou outra máquina ou tipo de maquinismo. Ora, as novas qualificações que cada geração aprende durante a sua formação não dizem respeito a um dado trabalho em particular, mas a tipos genéricos de trabalho e ao quadro mental e de comportamento que os possibilita, constituindo um vasto conjunto no qual se deixam em aberto as múltiplas especialidades profissionais. A base permanente da educação dos trabalhadores é a habituação à obediência e a formas coletivas de disciplina. Num primeiro estágio, essa educação tinha por objetivo antes contribuir para a submissão da força de trabalho do que lhe proporcionar quaisquer aptidões específicas. Era a época em que Adam Smith observava, na sua obra célebre, que os trabalhadores aprendiam a trabalhar com a própria prática e que, por isso, a função da instrução era integrá-los na disciplina social coletiva, de que os separaria a atividade profissional especializada e restritiva. Foi com o desenvolvimento da mais-valia relativa que a educação popular passou a desempenhar também um papel essencial no acréscimo das qualificações profissionais. Neste sentido, a crescente cooperação da força de trabalho confere uma importância sempre maior ao caráter genérico da formação escolar dos jovens trabalhadores, suplementada por formações profissionais específicas. Mas é a educação genérica que, em

primeiro lugar, constitui o quadro que permite a aquisição de aptidões especializadas e, em segundo lugar, facilita a mobilidade interprofissional. Quanto mais desenvolvida for a mais-valia relativa e, portanto, mais estreita for a cooperação da força de trabalho e mais acentuada a sua flexibilidade funcional, ou seja, a capacidade de rodar entre especialidades distintas, tanto menos tempo levará para se adequar *in loco* a cada uma delas. No contexto do capitalismo desenvolvido, a redução do tempo necessário aos trabalhadores já formados para aprender um dado tipo particular de trabalho não é critério que permita denegrir o grau de qualificação genérica por eles obtido durante o processo da sua formação. Julgo, em suma, não haver qualquer possibilidade de fugir à conclusão: em um sistema de mais-valia relativa, as qualificações dos indivíduos componentes de cada nova geração da força de trabalho são superiores às dos componentes da geração anterior, que os produzem.

Posta assim a questão, são visíveis os limites que se deparam com o trabalho doméstico na produção das novas gerações de trabalhadores. Como pode essa força de trabalho produtora formar uma força de trabalho com mais capacidades, capacidades mais complexas, do que as dela própria? O trabalho doméstico na formação de novas gerações de trabalhadores vê, por isso, o seu papel cada vez mais reduzido, em favor das instituições especializadas. Em cada geração, o capitalismo dá um treino especial a um setor reduzido da força de trabalho, capaz assim de um trabalho particularmente complexo, que é o de formar em instituições especializadas os jovens futuros trabalhadores. O aumento de tempo de trabalho incorporado em cada indivíduo da nova geração não resulta apenas do prolongamento do período da escolaridade, mas também do fato de nesses estabelecimentos os profissionais serem capazes de um trabalho cada vez mais complexo. É este o critério para avaliar quais os períodos e as regiões em que a produção de força de trabalho se desenvolve plenamente segundo os mecanismos da mais-valia relativa: são aqueles em que mais se precipita a defasagem entre ambos os locais de produção da força de trabalho, em que mais se reduz a função doméstica e mais aumenta a das instituições especializadas.

A longo prazo, a continuação deste mecanismo implica a permanente dissolução da família de trabalhadores em situação de mais-valia relativa. Formados cada vez mais em conjunto, os jovens são, assim, mais filhos da classe do que de famílias particularmente consideradas e é nestes termos que deve ser entendida a difusão de uma cultura específica da juventude ou, mais exatamente, de sucessivas culturas distintas, característica cada uma delas de cada geração de jovens. Esse fenômeno absolutamente novo começou a desenvolver-se desde as primeiras décadas do século XX nos Estados Unidos, onde pela primeira vez os

mecanismos da mais-valia relativa atingiram novos limiares. Basta ler Scott Fitzgerald ou a admirável *An American Tragedy*, de Theodore Dreiser, para nos depararmos com as primeiras formas de uma cultura juvenil, que se desenvolveria depois na Europa, após a II Guerra Mundial, e que se alastra hoje a todas as regiões onde vigorem os mecanismos da mais-valia relativa. O fato de cada geração assumir uma cultura própria implica a sua distinção relativamente à geração anterior. Quando reinava a produção artesanal, os pais eram o repositório do saber e apareciam como o modelo a imitar; e a aprendizagem, ou se fazia no quadro familiar ou, se era outro o mestre, o aprendiz reproduzia para com ele as relações de obediência filial. O capitalismo desde o início rompeu este quadro mas, enquanto não era muito sensível a diferença entre o tempo de trabalho incorporado em cada indivíduo da nova geração e o incorporado nos da precedente, a autoridade doméstica não se encontrava seriamente comprometida. Nos períodos e nas regiões, porém, em que se aceleraram os mecanismos de formação dos trabalhadores, precipitaram-se os conflitos de gerações, que além disso mudaram de fisionomia. Quanto mais restrito é o papel da atividade doméstica na formação da nova força de trabalho, tanto mais a geração dos pais é desprezada pela dos filhos, porque é esta agora quem sabe mais. As duas filhas de Lear — se esse mito de soberanos pudesse projetar-se para o que se passa entre os trabalhadores — já não perseguiriam hoje o pai para se apoderarem da herança real. Desprezam-lhe agora o reino e cada velho monarca, se o pode ser para os que no seu tempo nasceram, não é na geração seguinte que encontrará nem súditos, nem invejas. E o bezerro terminaria em paz os seus dias se, para matá-lo, o pai esperasse o regresso do filho pródigo, que não volta mais. A grande parte das parábolas ilustrativas das relações entre gerações, que a cultura tradicional nos legou, perderam a aplicação neste processo de produção de trabalhadores por meio de trabalhadores. Por isso os conflitos entre gerações não constituem uma negação das classes, como tantas vezes se pretende, mas são precisamente um dos resultados da recuperação pelo capitalismo da luta de classes fundamental.

Chegados a este ponto, e anulada assim qualquer exterioridade da produção de força de trabalho relativamente ao capitalismo, que resta então da concepção marxista que entende a força de trabalho como uma mercadoria? A noção de *mercadoria* parece implicar uma certa independência, uma certa particularização. Penso que, na acepção dada por Karl Marx, *mercadoria* poderia ser definida como: produto de um trabalho privado, a partir do momento em que inicia a sua conversão em social. Para Marx, porém, por razões que expus criticamente em livros anteriores e a que, por isso, não vou voltar agora, apenas mediante o mercado livre-concorrencial se assumiria o caráter social que caracteriza a mercadoria. Ora, no modelo que

aqui apresento, em que ocorre a completa integração da produção de força de trabalho no capital, os trabalhadores não oferecem no mercado a sua mercadoria, o valor de uso da sua força de trabalho, porque desde o início os capitalistas já a detêm. A condição de trabalhadores assumida a cada nova geração é fixada de antemão. Ela é uma condenação. No final dos anos de 1970 e na década seguinte e hoje ainda, tantas milhares de mãos anônimas escreveram pelas paredes de Paris “*metro, boulot, dodo*”, viajar entre a casa e o emprego, trabalhar, dormir — o circuito fechado que constitui o padrão capitalista para a vida de qualquer trabalhador, a integração durante 24 horas por dia nos processos do capital. O ato do assalariamento não assinala a inauguração da apropriação capitalista do uso da força de trabalho; ao contrário o assalariamento ocorre porque o conjunto dos capitalistas detinha já previamente o direito de usar o conjunto da força de trabalho, porque o processo de produção dessa força de trabalho fizera-se como processo capitalista, em que o *output* pertence portanto, por direito, ao capital. O salário é a condição para a reprodução desse processo de apropriação, e não o seu fundamento. Aliás, são flagrantes as contradições de Marx a este respeito pois, ao mesmo tempo que defendia a exterioridade da produção da força de trabalho relativamente ao capital, escrevia repetidamente que os trabalhadores são “forçados a vender voluntariamente a sua força de trabalho”, o que é uma fórmula que se enquadra perfeitamente no modelo que aqui proponho. Este modelo implica que a esfera da compra e venda — neste caso, compra e venda do uso da força de trabalho — não se autonomize relativamente à esfera da produção. O salário que o trabalhador recebe para produzir e reproduzir força de trabalho constitui a própria forma como o capital a produz e a reproduz. Por isso não há também neste modelo qualquer lugar para um “consumo individual” do trabalhador, como pretendia Marx. Se a força de trabalho é produzida e reproduzida internamente ao capitalismo, todos os elementos desse processo são internos ao capital e, por isso, quando dizem respeito ao consumo constituem consumo produtivo. No modelo que aqui proponho, portanto, o caráter social dos processos de produção estabelece-se diretamente no nível desses processos, e não na esfera *a posteriori* de um mercado. Terei várias outras oportunidades ao longo do livro para desenvolver este assunto, relativamente à produção de bens em geral, mostrando então que deste modelo se extraem implicações práticas opostas às do modelo de mercadorias de *O Capital*. Mas convém deixar desde já como ponto assente que é este processo de produção da força de trabalho a constituir a base e o fundamento que permitem repensar a concepção de mercadoria para a produção de todos os outros tipos de bens. Em meu entender, o conceito de *mercadoria* refere-se apenas à repartição do *output* entre várias empresas ou processos de produção particularizados. Um dado grupo de bens define-se como *mercadoria* quando ocorre a necessidade da sua distribuição intercapitalista e o *mercado* define-

se como o mecanismo dessa interna repartição interna ao capital. Quanto aos trabalhadores, o que os capitalistas amavelmente denominam “liberdade de trabalho” consiste no ajustamento, entre as várias empresas, da força de trabalho produzida e reproduzida. Quanto maiores forem a defasagem temporal entre os períodos de duração previstos da generalidade das empresas e o período de formação de uma nova geração de trabalhadores e a defasagem espacial entre a área coberta pela atividade produtiva de cada empresa e o grau de fixação da força de trabalho, tanto mais a força de trabalho, depois de produzida, terá de ser repartida entre os capitalistas que a vão usar e, portanto, tanto mais funcionará como mercadoria.

Assim, se a força de trabalho é produzida internamente ao capitalismo e se o seu caráter de mercadoria, tal como o defini, é apenas acessório, o que distingue o trabalho no capitalismo do trabalho escravo? A escravidão ocorria por um tempo ilimitado ou, se tivermos em conta a eventualidade da manumissão, por um tempo indefinido, enquanto juridicamente o assalariamento se processa por prazos claramente limitados. Porém isto significa apenas que a relação do trabalhador no capitalismo pode estabelecer-se com uma ou outra empresa, obrigando-se em princípio a trabalhar somente para uma dada empresa no período coberto pelo contrato de assalariamento, enquanto a situação de trabalhador, de produtor de mais-valia, é definitiva, se pomos de lado o pequeno número de casos de ascensão social. Tanto para o escravo como para o trabalhador no capitalismo, é o caráter de ilimitada condenação que prevalece. Também quanto à remuneração existem certas semelhanças. O escravo era remunerado exclusivamente em gêneros ou, quando ocorria o direito ao pecúlio, em gêneros e dinheiro. Mas na globalidade da força de trabalho escrava era o pagamento em gêneros que de longe predominava, daí que, dadas as dificuldades de armazenamento e conservação e a ausência de habitação autônoma, os períodos de seu recebimento fossem curtos, pautados em grande parte pelo ciclo das refeições. O salário no capitalismo tem um componente em dinheiro muito mais considerável e parece-me ser sobretudo por aqui que, como mostrarei na quinta seção, pode-se distinguir entre ambos os sistemas de exploração. Agora, no entanto, importa sublinhar que, se pelo fato de ser pago em dinheiro o salário obedece a períodos mais longos, em ambos os casos a remuneração constitui a própria forma como a força de trabalho é produzida e reproduzida. E, no entanto, as diferenças entre o trabalho escravo e o trabalho no capitalismo são patentes, a organização interna da atividade e a tecnologia correspondem a estruturas distintas, os mecanismos fundamentais da exploração são outros também. Nem creio que tenha qualquer validade a tese de Pierre Dockès no seu *La Libération Médiévale*, para quem a conversão de qualquer forma de trabalho em trabalho escravo seria a tendência primordial e

imane de todas as classes dominantes, em todos os modos de produção. Isto equivaleria a, no capitalismo, considerar a mais-valia absoluta, e não a relativa, como o tipo de exploração de mais perto correspondente aos interesses do capital, quando vemos, ao contrário, que é a mais-valia relativa que explica a dinâmica deste modo de produção e sua ampliação e reforço. A questão fica assim de pé e não creio que haja condições para ser resolvida no estado atual dos estudos históricos. Só após uma profunda reanálise da produção escravista, em toda a diversidade de formas que articulou, poder-se-á talvez redefinir a diferença entre o escravo e o trabalhador no capitalismo.

A produção de mais-valia não oferece para o capitalista qualquer interesse se não se realiza a mais-valia. É uma concepção muito freqüente a que apresenta essa realização como consistindo na venda do produto. Na verdade, se todos os produtos fossem vendidos e utilizados no consumo individual dos capitalistas, inclusive os meios de produção, que poderiam, por exemplo, ornamentar os salões privados depois de terem passado pelo talento de César ou pelo gênio maior de Tinguely, então a reprodução do processo produtivo ficaria condenada. Extinguir-se-ia não só a possibilidade de uma mais-valia futura, mas ainda a existência da mais-valia passada, já que o valor desta pode conservar-se apenas se vivificado pela inclusão em novos processos de trabalho. Em conclusão, de todas essas vendas resultaria, em vez de uma realização da mais-valia, a sua mais completa e absoluta irrealização. Se ultrapassarmos os mitos do mercado e a conseqüente particularização das relações econômicas e sociais e se partirmos da sua globalização, como faço ao longo deste livro, definiremos então a realização da mais-valia como a sua passagem por novos ciclos de produção de nova mais-valia. Logo no início do primeiro capítulo, quando comentava o modelo da mais-valia, mostrei que ela não podia ser produzida isoladamente e que o encadeamento dos seus ciclos implicava o emprego de instalações, de meios de produção e de matérias-primas produzidos em ciclos anteriores, conservando-se assim o seu valor. A realização da mais-valia é esta possibilidade de vivificação do trabalho morto pelo trabalho vivo; e só da mais-valia assim processada pode se dizer que foi realizada. A mais-valia realiza-se na reprodução dos ciclos do capital. Realizar mais-valia é produzir mais mais-valia.

No caso específico da força de trabalho, a sua realização consiste na passagem de *output* para *input*. A força de trabalho, que até então fora suporte de mais-valia, é transformada no agente de produção de mais-valia, reproduzindo assim o processo. É a partir de então que ocorre uma forma de desvalorização da força de trabalho, distinta da que diz respeito apenas à reprodução da força de trabalho já constituída e que desempenha um papel central entre os

mecanismos da mais-valia relativa.

Ao definir-se o valor como tempo de trabalho incorporado num produto, não se supõe uma definição reificada. O valor só se mantém enquanto o produto se integra no processo de produção, em novos ciclos produtivos. O valor não é algo inerente a um bem material ou a um serviço útil, mas o resultado de uma relação social, enquanto ela vigorar. Por isso o valor de um dado bem ou serviço é o tempo de trabalho médio incorporado nos seus congêneres, qualquer que seja o tempo de trabalho incorporado em um congênere em particular. Se a produtividade aumenta e no período em que antes se produzia uma dada quantidade de bens passa a produzir-se o dobro, o tempo de trabalho incorporado em cada um diminui pela metade, diminuindo o valor do produto de acordo com a proporção nele ocupada por esse valor novamente criado. E isto não ocorre apenas quanto ao *output* fabricado pelo novo processo, mas quanto a todos os outros bens ou serviços do mesmo tipo, tanto os que continuarem a ser produzidos pelo processo antigo, como os já existentes. Em resumo, a introdução de uma técnica mais produtiva desvaloriza correspondentemente os elementos produzidos pelas técnicas menos produtivas.

Algo de comparável sucede quanto à força de trabalho no quadro da mais-valia relativa, apesar de a tendência aí ser para a estagnação da produtividade na procriação de força de trabalho. Vimos que, na formação de cada nova geração de trabalhadores, têm um papel crescente os estabelecimentos especializados, onde trabalha uma força de trabalho capaz de uma atividade sempre mais complexa. As sucessivas gerações são formadas mediante um trabalho cada vez mais complexo e é este o aspecto agora decisivo. A última geração a entrar no processo de trabalho incorpora na formação dos seus filhos mais tempo de trabalho do que o incorporado na sua própria formação, o que significa que está a produzir uma força de trabalho mais qualificada do que a sua. Assim, quando esta geração dos filhos entrar por seu turno no processo de trabalho, irá, por esse fato, desvalorizar a geração dos pais, bem como todas as outras em cadeia, que passam então a encontrar-se comparativamente menos qualificadas. Num estágio em que iniciam a atividade trabalhadores dotados de uma força de trabalho mais complexa, seria necessário já menos tempo de trabalho para produzir trabalhadores dotados de uma força de trabalho de complexidade equivalente à produzida nos estágios anteriores. Ou seja, se as gerações formadas em estágios tecnológicos anteriores tivessem sido produzidas no estágio seguinte, necessitariam de menos tempo de trabalho para adquirir as qualificações que possuem. O que quer dizer que cada geração de trabalhadores é desvalorizada quando a nova geração formada efetiva a passagem de *output* para *input*. Cada força de trabalho *output*

aumenta de valor relativamente às gerações que a precederam, apenas para perder valor após a passagem a *input*.

Reproduzir a força de trabalho é, então, mantê-la nessa desvalorização. Os processos reais são mais complexos, porque freqüentemente os capitalistas organizam cursos de formação profissional para parte dos trabalhadores já em exercício, fazendo-o sempre que as necessidades de emprego resultantes da inauguração de novos estágios tecnológicos são superiores ao número de novos trabalhadores formados em função de tais estágios. Nesses casos, os trabalhadores que seguem os cursos conjugam com a situação de força de trabalho-*input* uma situação acessória de força de trabalho-*output*. Minoram assim a desvalorização a que se sujeitam, sem contudo inverterem o processo, pois o caráter específico e particularizado dos cursos profissionais destinados aos trabalhadores adultos não pode competir com o quadro formativo mais geral em que se insere a nova geração de força de trabalho. Para os capitalistas, esta forma de controlar o ritmo de desvalorização da força de trabalho, podendo diminuir a diferença entre a geração em formação e aquelas já em exercício, corresponde ao próprio ritmo geral de desenvolvimento da mais-valia relativa. Como disse, o ritmo em que aumenta a qualificação dos trabalhadores, ou seja, o ritmo da defasagem entre gerações, não é biológico, não é regularmente pautado por espaços de um certo número de anos; segue o desenvolvimento da mais-valia relativa e, conforme este for mais ou menos acelerado, também as gerações se sucederão com maior ou menor rapidez e serão mais ou menos profundas as diferenças entre elas.

Pelo menos intuitivamente, mas com uma intuição coletiva, social, e não individual, a força de trabalho em formação pressente a desvalorização que a espera. Daí a sua reação generalizada de recusa da escola, de alheamento à instrução a que a querem obrigar, numa sabotagem de aprendizagem que tem como função restringir o seu aumento de qualificações e, assim, diminuir a margem de desvalorização de que os capitalistas hão de se beneficiar. Retomando a crítica a Braverman, a freqüente vacuidade do ensino, que este autor denuncia em abono da sua tese da degradação da competência dos trabalhadores, resulta, ao contrário, de uma luta de tantos elementos da força de trabalho em formação. E, se o capitalismo consegue facilmente recuperar os efeitos dessa luta, pois também os jovens não se beneficiam se se desqualificam a si próprios, o fato de fazê-lo representa claramente uma contestação. É este um outro aspecto das culturas da adolescência. A ambígua divisão dos jovens, entre a integração numa geração mais qualificada do que a dos seus pais e a sabotagem desta qualificação como forma de combater a desvalorização iminente, explica o misto de arrogância e de passividade, de

orgulho pelo que se é e de recusa em saber sê-lo. E a fugacidade desta situação explica também a intensidade com que a adolescência é vivida. Ela aparece como a idade de ouro, em que os jovens se confirmam como melhores do que os pais e em que não começaram ainda a ser degradados pela geração dos filhos. É preciso gozar depressa esses breves anos, antes de entrar nas décadas da submissão e do declínio.

Mas o conflito de gerações tem uma outra face ainda. A força de trabalho já instalada no processo produtivo procura proteger-se da desvalorização acrescida a que a sujeita a entrada de novas gerações no processo de trabalho. Não são aqui os múltiplos rituais de iniciação, os códigos para veteranos, os vexames que podem surtir algum efeito. Mas, mediante formas de resistência coletiva, os trabalhadores mais antigos conseguem impor freqüentemente, nos ramos de produção já estabelecidos, defasagens salariais em prejuízo dos trabalhadores mais jovens. Esta aparente vitória — vitória de uma falta de solidariedade de classe — é uma verdadeira derrota. Os trabalhadores mais antigos julgam que melhoraram a sua situação real apenas porque conseguiram aumentar os seus salários relativamente aos dos mais jovens, quando o que com efeito conseguiram foi precipitar a desvalorização dessa nova geração de força de trabalho e, assim, acelerar a desvalorização do conjunto da força de trabalho em exercício. A melhoria da posição dos trabalhadores não pode ser aferida com relação a outros trabalhadores, mas apenas com relação à produção de mais-valia. Este conflito entre gerações de trabalhadores agrava, com efeito, a exploração a que todos se sujeitam e constitui, portanto, mais um dos mecanismos que levam à produção em escala ampliada do capital.

Com tudo isso, porém, não disse ainda o fundamental para se compreenderem os efeitos da desvalorização da força de trabalho. Os trabalhadores das antigas gerações perdem valor, mas não perdem aptidões — ou, pelo menos, não as perdem se os capitalistas as utilizarem. E aqui nos deparamos uma vez mais com o caráter específico da força de trabalho, relativamente à de todos os outros bens. Quanto a estes, um *output* desvalorizado representa apenas um menor valor que servirá de *input* aos novos produtos em que se incorporar, acarretando-lhes assim uma diminuição de valor. Para a força de trabalho, a questão é inteiramente diferente porque ela é a criadora de valor. A desvalorização que sofre em nada afeta a sua capacidade de despender tempo de trabalho. Ora, a última geração a acabar de ser desvalorizada é, simultaneamente, a que contém capacidades de trabalho mais complexo relativamente às precedentes e, como o trabalho complexo equivale a uma maior quantidade de trabalho simples e representa, portanto, um trabalho mais concentrado, representa também um maior tempo de trabalho possível de despender em igual período. Cada nova geração é, pois,

capaz de despende no processo de produção mais tempo de trabalho do que o é a geração precedente. Temos aqui a outra face dos mecanismos da mais-valia relativa que analisei no capítulo anterior. Aqueles mecanismos atuavam mediante a incorporação de um menor tempo de trabalho na força de trabalho já formada; o mecanismo que estou agora a analisar atua mediante o aumento do tempo de trabalho que, num mesmo período, a força de trabalho é capaz de despende.

Estes dois mecanismos articulam-se pelo fato de que, apesar de obter o uso de maiores aptidões de trabalho, o capital vai depois remunerá-las enquanto capacidades diminuídas comparativamente. A força de trabalho que sofreu esta desvalorização passa a ter o seu valor definido apenas pelo valor dos produtos necessários à sua reprodução. Trata-se, em suma, de um duplo processo de desvalorização: mediante a entrada em operação de novas gerações de força de trabalho e mediante o aumento de produtividade na fabricação dos *inputs* de bens e serviços consumidos na reprodução da força de trabalho. E, como o processo de desvalorização repercute por todas as sucessivas gerações de trabalhadores à medida que cada nova geração entra em exercício, a cada ciclo mais se acentua o peso da parte ocupada pela reprodução da força de trabalho. A articulação dos dois mecanismos obedece assim à fórmula seguinte: a cada novo ciclo que ocorrer, o tempo de trabalho que foi diretamente incorporado na força de trabalho durante o período da sua formação será o denominador de uma fração em que o numerador são os valores sucessivamente diminuídos dos bens de subsistência. É este valor que é remunerado pelo salário. E é esta articulação entre a reforçada desvalorização da força de trabalho e o reforço das suas capacidades de trabalho que constitui o fulcro dos mecanismos da mais-valia relativa.

2.3 Mais-valia absoluta

Comecei por analisar a capacidade que o capitalismo possui de assimilar e recuperar as pressões e as reivindicações dos trabalhadores porque é essa a única estratégia que lhe é eficaz, globalmente e a longo prazo, dela decorrendo toda a sua dinâmica. É a mais-valia relativa que garante a reprodução alargada do capital, a expansão do modo de produção. O que não significa, porém, que seja essa a forma de atuação constante do capitalismo, em todos os períodos, regiões e situações. Ao contrário, a desigual repartição da mais-valia entre os capitalistas, cujos mecanismos analisarei na quarta seção, explica que sejam tão variadas as

suas possibilidades de resposta às reivindicações dos trabalhadores. Mesmo que aos capitalistas de uma dada região, ou de dados ramos de produção, convenha assimilar as lutas no processo da mais-valia relativa, não poderão fazê-lo se não se beneficiarem de um suficiente ritmo de acumulação do capital, que condiciona a produtividade e quaisquer remodelações tecnológicas. Os capitalistas desfavorecidos na repartição da mais-valia têm dificuldade em prosseguir uma estratégia de recuperação das lutas, ou estão mesmo impedidos de fazê-lo, ficando-lhes aberta apenas a via da repressão declarada, do confronto sistemático. Neste contexto, a burocratização das instituições sindicais é travada porque as negociações com o patronato não prosseguem, ou não chegam sequer a encetar-se. Recorrer exclusivamente a uma estratégia de repressão implica a desarticulação de todas as organizações de trabalhadores, a sua ilegalização, a perseguição dos seus membros, mantendo-se nessa situação o carácter radical do sindicalismo. Mesmo que se desenvolva então uma camada de profissionais na gestão das lutas, não participa com o patronato na antecipação das reivindicações e, por conseguinte, não se converte em organizadora da utilização da força de trabalho. Para que a repressão continue a vigorar como mecanismo exclusivo de relacionamento entre capitalistas e trabalhadores, é necessário que quaisquer contestações coletivas sejam repetidamente derrotadas, que qualquer reivindicação individual mais radical seja severamente reprimida, em suma, que as lutas sejam desorganizadas ou, pelo menos, abafadas. Desta repetição das derrotas nos confrontos abertos com o capital e de um clima constante de ameaças e punições, resultam os mecanismos da mais-valia absoluta.

Tanto na mais-valia relativa como na absoluta, o sobretrabalho cresce relativamente ao trabalho necessário, diminuindo portanto a fração da jornada de trabalho em que se produz o equivalente das subsistências incorporadas na força de trabalho. Na mais-valia relativa, porém, mediante os processos analisados, obtém-se esse resultado sem aumento dos limites da jornada e sem diminuição dos *inputs* materiais incorporados na força de trabalho; ao passo que a mais-valia absoluta, imposta a grupos de trabalhadores derrotados e desmoralizados, é conseguida mediante o aumento de tempo de trabalho despendido, ou mediante a diminuição dos *inputs* materiais incorporados na força de trabalho, ou por qualquer conjugação de ambos os processos. Pela mais-valia relativa, aumenta-se indiretamente o período de criação do novo valor que está para além do tempo de trabalho necessário e, na mais-valia absoluta, esse período é aumentado diretamente.

Sob o ponto de vista da dinâmica do processo de produção, a principal diferença entre ambos os tipos de mais-valia diz respeito à organização dos sistemas de trabalho. Quando a

mais-valia aumenta porque aumenta o tempo de trabalho despendido, então o *output* acresce-se apenas porque com mais trabalho se produziram mais unidades, e o valor de cada uma se mantém inalterado — no caso até de não aumentar, se com o excesso de fadiga não diminuir a eficácia marginal do trabalho executado. Isto significa que, pelo processo da mais-valia absoluta, a exploração agrava-se sem que aumente a produtividade. Os capitalistas limitam-se a obrigar os trabalhadores a laborar durante mais tempo com aqueles mesmos meios de produção e obedecendo ao mesmo sistema de trabalho. Este quadro de estagnação tecnológica característico da mais-valia absoluta vai permitir-nos distinguir entre dois tipos de aumento de tempo de trabalho despendido, que Karl Marx no geral confundia ou, pelo menos, não diferenciava sistematicamente. Por um lado, temos a passagem ao trabalho complexo, o qual equivale a um múltiplo do trabalho simples executado durante idêntico período e que, portanto, constitui um acréscimo do tempo de trabalho despendido, ou seja, do valor incorporado. Mas, como esta passagem do trabalho de simples a complexo ocorre apenas mediante um processo de desenvolvimento tecnológico, o acréscimo do valor incorporado conjuga-se com o aumento global da produtividade, de maneira a diminuir o valor de cada unidade de *output* produzida. São mesmo as novas qualificações resultantes da formação de uma capacidade de trabalho complexa que justificam as inovações tecnológicas determinantes de um acréscimo da produtividade e que permitem trabalhar eficazmente com elas. Mas temos, por outro lado, as formas simples do mero trabalho mais intensivo. Trata-se de, mantendo a força de trabalho com idênticas qualificações e, portanto, capaz apenas do mesmo trabalho simples, diminuir o que Marx chamava a “porosidade” entre as operações e os gestos do trabalhador, aumentando por conseguinte o número de gestos de trabalho num mesmo período. Este acréscimo da intensidade corresponde a um verdadeiro aumento do tempo de trabalho real e, portanto, a um acréscimo do valor incorporado. Ora, como este tipo de intensificação ocorre no contexto de um sistema tecnológico inalterado, do volume do *output* corresponde o aumento do seu valor e, assim, a manutenção do valor de cada unidade fabricada e a estagnação da produtividade, isto se não tomarmos em conta o fato de que, na grande parte dos casos, a intensificação do exercício da força de trabalho aumenta-lhe o desgaste, diminuindo portanto a sua produtividade marginal, o que leva a que o aumento do tempo de trabalho despendido, quer dizer, do novo valor incorporado, seja mais do que proporcional ao acréscimo do volume do *output*, com o resultado último de aumentar o valor de cada unidade fabricada. Em suma, a intensificação do trabalho simples é absolutamente equivalente, nos seus pressupostos e efeitos, ao prolongamento da jornada de trabalho. Num caso, temos o aumento do tempo de trabalho efetivamente despendido, pelo aumento da sua densidade, mantendo-se constantes os limites

extremos; no outro caso, o aumento do tempo de trabalho despendido resulta do prolongamento dos seus limites extremos, mantendo-se constante a densidade. Note-se que este acréscimo dos limites extremos é obtido tanto pelo aumento do horário diário de trabalho como pela diminuição dos dias de repouso. Em conclusão, sempre que o aumento do tempo de trabalho despendido corresponde a um aumento do trabalho simples, quer pela aceleração da sua execução, quer pelo seu prolongamento, o acréscimo do valor incorporado não é contrabalançado por qualquer progresso da produtividade. É neste quadro de estagnação dos sistemas de trabalho e da tecnologia que operam os mecanismos da mais-valia absoluta.

Não ocorre neste regime qualquer processo de aumento da produtividade que permita aos capitalistas assimilar aquelas formas de luta que a mera repressão é incapaz de reduzir. E a sucessão de derrotas e um clima de ameaças permanentes suscitam o desinteresse da força de trabalho, a apatia, com todas as suas manifestações periféricas, como alcoolismo e o absentéismo, que só comprometem ainda mais a produtividade. A repressão, a única arma a que os capitalistas podem recorrer na estratégia da mais-valia absoluta, é absolutamente ineficaz para resolver este tipo de problemas e, quanto maior for a frequência do seu emprego, tanto mais a produtividade declinará, num círculo vicioso.

Esta estagnação geral da produtividade repercute-se no conjunto dos processos produtivos, pois as unidades fabricadas que vão servir de *input* nas fases seguintes da cadeia de produção continuam a incorporar um valor idêntico, ou até superior nos casos em que a repressão e o aumento do tempo de trabalho provocarem a queda da produtividade. Por isso não podem os capitalistas, em sistema de mais-valia absoluta, diminuir o valor dos bens e serviços consumidos pela força de trabalho a não ser mediante redução da própria quantidade desses *inputs*. Trata-se de uma verdadeira inversão dos mecanismos que analisei a respeito da mais-valia relativa. No contexto de estagnação tecnológica característico de mais-valia absoluta, os capitalistas exercem pressão permanente para que se diminua o consumo real dos trabalhadores, tendendo assim a baixar sempre o nível de consumo que em cada momento se considera necessário. O limiar do mínimo fisiológico aparece então aos capitalistas, neste sistema, como a terra de promessa a que desejam conduzir os trabalhadores e surge a estes como a ameaça constante e, tantas vezes, como a vida cotidiana. O declínio do nível de consumo aceito socialmente como necessário é a expressão patente de uma derrota repetida e generalizada de vastos conjuntos de trabalhadores na luta contra o capital.

Na realidade, a remuneração da força de trabalho em sistema de mais-valia absoluta desce freqüentemente abaixo do limiar fisiologicamente possível. Não só as crises de fome

aguda, mas ainda a deficiência crônica de determinados componentes alimentares, sem os quais o organismo fornece apenas um rendimento deficiente, mesmo que a morte não sobrevenha a curto prazo. Josué de Castro estimou em 2/3 da população mundial o número dos que sofrem desta fome crônica e até o relatório anual do Banco Mundial, cujos redatores avaliam as carências alheias por critérios muito diferentes dos que empregam para as suas próprias, calculou em 1982 em mais de 1/5 da população do globo, ou seja, cerca de um bilhão de pessoas, o número daqueles que se encontram em situação de pobreza absoluta. Nem sequer a proporção é muito diferente em alguns dos países tecnologicamente mais avançados. Apesar de a economia globalmente considerada obedecer aí aos processos da mais-valia relativa, existem áreas e ramos onde predomina a mais-valia absoluta, o que explica que nos Estados Unidos, segundo dados oficiais, na primeira metade da presente década a parte da população total abaixo do limiar da pobreza tenha oscilado entre os 13% e os 15%, sendo a percentagem sensivelmente idêntica no Reino Unido. E, segundo o Institute of Social Research da Universidade de Michigan, 1/4 da população estadunidense teria experimentado, durante períodos variáveis, essa situação de pobreza, ao longo da década de 1969 a 1978. É claro que são diferentes entre si os estados de fome num país onde predomina a mais-valia relativa e em outro onde domina a mais-valia absoluta; tais estados são comparáveis apenas em função, cada um deles, da sociedade em que se enquadram. Em maior ou menor grau, porém, a população sujeita a formas de deficiência alimentar crônica torna-se incapaz de dar o pleno rendimento, físico e mental, de que é capaz um organismo bem nutrido. Não só é inferior o seu esforço de trabalho, mas também, sendo mais vulnerável à doença, pratica mais frequentemente o absentismo, todos fatores que contribuem para reforçar a estagnação ou até o declínio da produtividade. Além disso, quanto mais graves forem as carências alimentares da população trabalhadora, maior será a sua apatia e, portanto, mais fácil e duravelmente será derrotada nos confrontos sociais, o que facilita por seu turno a manutenção das formas sistemáticas de repressão, agravando a situação de mais-valia absoluta. Os processos biológicos da fome e da apatia dela resultante não podem, por conseguinte, entender-se independentemente do contexto social.

Quando as remunerações são inferiores ao que é socialmente aceito como mínimo ou mais baixas até do que o limite fisiologicamente possível, os trabalhadores são obrigados a angariar o sustento mediante o desenvolvimento de formas de trabalho exteriores ao capitalismo e que podem ser classificadas como arcaicas. Enquanto um ou mais membros da família trabalham em empresas, os demais no âmbito familiar e com técnicas tradicionais o fazem no

que são eventualmente ajudados pelos parentes assalariados, após terem terminado a jornada de trabalho na empresa. Pretende-se, assim, ou cultivar alimentos diretamente para a família, ou produzir bens ou serviços para vender e, com o dinheiro obtido, completar o salário familiar. Ainda no final do século XIX e no início do século XX, em alguns dos mais importantes centros de concentração industrial, era normal que a grande parte das famílias trabalhadoras produzisse diretamente uma percentagem considerável dos alimentos que consumia, em hortas próprias e pela criação de animais domésticos. E é hoje essa a situação corrente nos países ou regiões onde for determinante a mais-valia absoluta. Quanto mais baixas são as remunerações, tanto mais frequente é o recurso a esta estratégia de sobrevivência. Em vastíssimas áreas do globo, a subsistência da força de trabalho, apesar de não ultrapassar os limites mínimos, só parcialmente é assegurada pela remuneração recebida dos capitalistas, devendo-se no restante ao esforço suplementar dos trabalhadores assalariados, ao trabalho dos outros membros das suas famílias e ainda a um enorme número de outras famílias que aparecem como produtores exclusivamente extracapitalistas, recorrendo toda esta mão-de-obra a métodos inteiramente obsoletos. Assim, quanto mais se desenvolvem as formas arcaicas de produção no âmbito de famílias em que parte dos membros trabalha em empresas, tanto maior é o número daquelas outras famílias em que a totalidade dos membros se dedica exclusivamente a esse tipo de atividade. E, quanto mais amplo é este setor, tanto mais ele sustenta uma rede de distribuição própria, com formas mercantis pré-capitalistas que permitem a umas famílias a aquisição dos magros excedentes produzidos por outras. Mantém-se assim, em sistema de mais-valia absoluta, uma enorme reserva social extracapitalista.

Na Europa, nos alvares do capitalismo, ou, mais tarde, em outras regiões, quando este modo de produção aí se iniciou, também grande parte das subsistências era produzida num quadro familiar e empregando técnicas arcaicas; e os capitalistas tiveram de conjugar a repressão ativa com a manipulação dos mecanismos económicos para obrigar a força de trabalho a inserir-se nas relações do capital, para forçá-la a obter subsistência mediante o assalariamento. Marx apresentou detalhadamente este processo na oitava seção do Livro I de *O Capital*, ao abordar a acumulação capitalista primitiva. E, se em parte discordo do quadro cronológico em que conduziu a análise, parecendo-me ter antecipado demasiado, com os conseqüentes anacronismos, julgo-a por outro lado exata quanto à necessidade em que se encontrava o capitalismo, no início da sua expansão, de fazer recuar ou até eliminar a produção tradicional de subsistências. Depois, porém, a situação tornou-se inteiramente diferente. A partir do momento em que o capitalismo passou a dominar o conjunto da vida social, este setor arcaico

encontra-se cercado: é controlado pelo mercado capitalista do lado da procura de *inputs* materiais de tipo moderno, nos raros casos em que a eles recorra. É controlado também pelo lado da oferta do seu *output*: ou este é adquirido por trabalhadores no quadro de relações mercantis de tipo pré-capitalista e, nesse caso, tal procura decorre, em última instância, do montante das remunerações pagas pelos capitalistas; ou os produtos agrícolas e agropecuários resultantes do setor arcaico são oferecidos, pelo menos parcialmente, na rede de distribuição capitalista, tanto no mercado interno como para exportação, ficando assim esse setor na dependência dos mecanismos de um mercado global que não domina e sobre os quais não tem possibilidade sequer de influir. Aliás, em sistema de mais-valia absoluta, quanto maior for a soma que as famílias dedicadas a estas atividades tradicionais obtiverem na venda para o mercado capitalista, tanto mais baixos podem ser mantidos os salários, perpetuando-se o sistema. O setor arcaico é controlado ainda pelo lado da oferta de trabalho, funcionando como uma reserva passiva do capitalismo. Conforme as necessidades da produção nas empresas levarem à expansão ou à contração do assalariamento e conforme o montante das remunerações for maior ou menor, assim se dedicará à produção familiar de subsistência um menor ou maior número de indivíduos e de horas de trabalho. Em suma, se este setor recorre a formas pré-capitalistas de produção e de mercado, isso não significa que cronologicamente ou, pelo menos, na sua dinâmica própria continue o sistema social anterior ao capitalismo. Tal sistema social poderia estar em declínio, ou até ter desaparecido, que as formas de exploração decorrentes da mais-valia absoluta necessariamente o expandem ou fazem-no renascer, mas em novos moldes agora. Nada nesta produção familiar e arcaica pode, atualmente, pôr em risco o capitalismo, que a domina por completo e dela necessita como válvula de escape, mecanismo regulador destinado a permitir a sobrevivência de uma força de trabalho que o capital não consegue, por si, inteiramente assegurar. Numa situação de plena expansão da mais-valia relativa, a produção extracapitalista de subsistência é desincentivada e, para certos casos, proibida; e com tanta mais eficácia quanto são os próprios trabalhadores a não ter interesse nela. Porém, quanto maior for numa dada economia o componente de mais-valia absoluta, mais esta válvula de escape se abrirá. A produção artesanal poderá assim ser tolerada, por vezes proibida legalmente mas aceita na prática ou poderá até, em todos os casos em que predomine a mais-valia absoluta, ser estimulada pelo capitalismo e legalmente reconhecida. Mas não se trata então daquela forma de produção pequeno-burguesa que aparece classicamente nas análises marxistas como destinada a desenvolver-se em produção capitalista, mediante a ampliação do seu âmbito e pela recorrência a uma força de trabalho assalariada. O setor familiar arcaico não tem qualquer possibilidade de crescimento autônomo. A enorme reserva social extracapitalista que se torna

necessário manter em sistema de mais-valia absoluta representa apenas, afinal, a incapacidade de o capitalismo se expandir quando a produtividade é estagnante.

Esta situação não se limita, porém, a ser um resultado da mais-valia absoluta, mas ela própria exerce efeitos sobre esse regime de exploração. Se, sob o ponto de vista dos *inputs* consumidos pelas famílias de trabalhadores, abaixo de um certo nível, quanto menos forem os originados pela remuneração salarial, tanto mais serão os resultantes da produção familiar arcaica; sob o ponto de vista dos períodos de trabalho do assalariado, não há compensação, mas acumulação. A não ser nos casos de desemprego, que analisarei noutro capítulo desta seção, o aumento da produção arcaica por parte do assalariado faz-se para além da jornada de trabalho nas empresas e esta, em sistema de mais-valia absoluta, caracteriza-se por horários prolongados e/ou por regimes de grande intensidade no esforço de trabalho. A produção no âmbito familiar aumenta, assim, em detrimento do ócio e do sono que constituem, como já disse, um *input* absolutamente indispensável à reconstituição da força de trabalho. De onde se conclui que estes trabalhadores só podem suprir a diminuição de um certo tipo de bens necessários ao seu consumo mediante um processo que tem como efeito inelutável reduzir outro tipo de *inputs*. A produção arcaica conseguirá talvez assegurar a sobrevivência física da força de trabalho, mas não evitará nunca o seu desgaste acrescido e, portanto, a deterioração da sua capacidade de despender tempo de trabalho. E é aqui que os efeitos se fazem sentir no processo de produção capitalista, pois este declínio da capacidade de trabalho só pode acentuar mais a estagnação da produtividade nas empresas e, portanto, reforçar os mecanismos da mais-valia absoluta. Além disso, quanto maior for a participação dos trabalhadores assalariados na atividade rural das suas famílias, tanto mais freqüentes serão os casos de absenteísmo nas épocas de pico do trabalho agrícola, com redobrados efeitos negativos sobre a produtividade nas empresas.

A excessiva fadiga a que estão sempre sujeitos estes trabalhadores assalariados repercute, por seu turno, na baixíssima produtividade que caracteriza a produção tradicional de subsistência no quadro familiar. E como todos os demais indivíduos que se dedicam a essa atividade fazem-no unicamente porque se encontram no limiar da pobreza, ou abaixo dele, a debilidade física, o desgaste e a irregularidade provocados pelas doenças são aqui a regra geral, impedindo o setor de ultrapassar fraquíssimos níveis de produtividade. A situação é agravada ainda porque estas famílias, em constante luta pela sobrevivência, são manifestamente incapazes de adquirir instrumentos modernos, que permitissem poupar o esforço físico e aumentar a produtividade do trabalho. O arcaísmo das técnicas empregadas no quadro familiar não poderá ser abandonado enquanto essas economias permanecerem inseridas num contexto

geral de mais-valia absoluta.

E a baixíssima produtividade na produção tradicional de alimentos reforça, por seu turno, o regime de mais-valia absoluta, pois bloqueia qualquer diminuição do valor incorporado nos *inputs* consumidos pela força de trabalho, a qual seria uma das condições básicas para o desenvolvimento da mais-valia relativa. A expansão capitalista requer, em cada país, a modernização do mundo rural, mas não, como tantos economistas afirmam, para que o aumento dos rendimentos disponíveis entre os camponeses permita aumentar o consumo de produtos industriais. Para isso, basta que o *output* industrial de tais países se dirija para o mercado externo. A modernização da economia rural, o aumento da sua produtividade, é indispensável para diminuir o valor dos bens incorporados na força de trabalho e para que, portanto, possa aumentar a exploração pela forma da mais-valia relativa, a única que permite ao capitalismo uma elevada taxa de acumulação e de desenvolvimento.

Nestes círculos viciosos da mais-valia absoluta, que mutuamente se reforçam, reproduz-se uma situação em que o elevadíssimo número de braços dedicados ao cultivo tradicional consegue apenas obter escassas colheitas. Por comparação com o que se passa nas empresas agrícolas inseridas na mais-valia relativa, trata-se de um colossal subaproveitamento das capacidades disponíveis. É este tipo de casos que os neomalthusianos interpretam como devidos a um excedente populacional, que ultrapassaria possibilidades de produção alimentar supostamente limitadas. É por demais sabido que na tese de Malthus se concebia uma tendência ao crescimento geométrico da população, contrariado e impedido pelo crescimento, que se julgava apenas aritmético, da produção agrícola. Numerosos especialistas inspiram-se nessa tese para procurarem justificar o contraste entre a baixa produtividade da produção agrícola arcaica e o elevado volume de mão-de-obra que aí se ocupa. Procurei, ao contrário, mostrar que a explicação do problema não é demográfica, mas exclusivamente social. Numa situação de mais-valia relativa, o aumento da exploração permitiria ao capital uma taxa de expansão que absorveria grande número desses cultivadores, deixando na agricultura uma força de trabalho relativamente reduzida e disposta de meios de produção, quer utensílios mecânicos, quer fertilizantes, quer obras de irrigação e outras, que suscitariam enormes aumentos da produtividade. Disse já, num capítulo anterior, que a mais-valia relativa leva as taxas de produtividade agrícola a atingirem crescimentos espetaculares. E o potencial é muitíssimo maior do que aquilo que está hoje posto em prática. Em primeiro lugar, existem plantas de elevado valor nutritivo a cuja domesticação até agora não se procedeu. Em segundo lugar, como observou Josué de Castro, quanto à fauna e à flora marinhas está-se ainda numa época de mera

recolha, comparável àquela que ultrapassamos, nos solos emersos, desde o início da agricultura. Em terceiro lugar, e talvez mais importante, a engenharia genética permitirá futuramente uma produção de plantas independente do cultivo do solo e das suas limitações. Os obstáculos que se erguem à alimentação da população em regime de mais-valia absoluta não se devem, pois, a quaisquer pretensos limites naturais nem técnicos. Resultam apenas dos círculos viciosos da baixa produtividade. Não é sob este ponto de vista, mas sob um outro, que os problemas demográficos são relevantes neste regime de exploração.

Numa situação geral, quer dizer, numa região mais ou menos vasta e num período prolongado, em que sejam exclusivos ou predominem os mecanismos da mais-valia absoluta, qual o modelo a que obedece a produção das novas gerações de força de trabalho? Por um lado, a baixa produtividade reinante implica um elevado coeficiente na relação entre o volume da força de trabalho e o volume dos elementos do capital constante e, assim, uma forte procura capitalista de mão-de-obra. O subemprego é *sub* no ponto de vista da baixa produtividade alcançada mas, precisamente por isso, é *sobre* no ponto de vista da elevada procura de força de trabalho. Este estímulo ao crescimento demográfico é inteiramente correspondido pelo lado das famílias de trabalhadores. Do declínio real das remunerações, resulta uma irresistível pressão para que os pais assalariem os filhos em empresas logo que o corpo o permita e para que procriem um grande número de filhos que possam vir a encontrar-se rapidamente nessa situação. Espera-se, deste modo, que da adição de remunerações de miséria resulte uma melhoria marginal para cada um dos membros da família. Na realidade, porém, trata-se de uma corrida de velocidade entre duas tendências: a que leva o salário familiar médio a adequar-se ao número médio de elementos assalariados em cada família; e a que leva as famílias com um número de elementos assalariados superior à média a gozarem de salários familiares marginalmente superiores. Ora, a segunda tendência tem como um dos efeitos o reajustamento da primeira, o que obriga ao reforço da segunda, mediante o aumento do número de filhos e o encurtamento do período prévio ao seu assalariamento, numa espiral que se auto-agrava. Além disso, a importância assumida pela produção arcaica de subsistência leva a que se procure aumentar o número de braços disponível no quadro familiar; e tanto mais quanto, nesta situação de declínio da produtividade marginal, para elevar-se o *output* é necessário um aumento cada vez maior do volume da força de trabalho. É deste modo que a generalização da mais-valia absoluta, implicando a estagnação tecnológica, a difícil reprodução em escala ampliada do capital e a miséria material dos trabalhadores, determina também elevadas taxas de crescimento demográfico.

Se o modelo malthusiano falha pelo lado da produção dos alimentos, vemos agora que é igualmente errado do lado populacional, pois não é a elevação dos salários reais, mas, ao contrário, o seu declínio, que acelera o movimento demográfico. Ignoro em que medida seja exata a tese de Josué de Castro, afirmando que a sujeição continuada a uma alimentação deficitária, especialmente a carência parcial de proteínas animais, ativa as funções sexuais, e, por conseguinte, leva ao crescimento demográfico. Nos seres humanos, porém, os aspectos ditos naturais, os especificamente biológicos, nunca se efetivam diretamente, mas sempre mediante as estruturas sociais vigentes. E estas tanto podem reforçar a sua ação, como reprimi-la ou contrariá-la. Não me parece, portanto, que a variação nas taxas de crescimento populacional possa ser entendida em um nível estritamente biológico. Ela é inteiramente condicionada pelos mecanismos da exploração da força de trabalho. E a mais-valia absoluta, ao determinar simultaneamente o forte aumento da população e a generalização do trabalho infantil, determina por isso também a escassa longevidade média, pois o assalariamento prematuro desgasta rapidamente as energias e o faz tanto mais quanto a organização do trabalho neste regime de exploração implica precisamente a deterioração das capacidades do trabalhador. A composição da população mundial reflete, assim, a repartição mundial da mais-valia entre os capitalistas.

Deste modelo demográfico e social resulta que, em primeiro lugar, o caráter prematuro do trabalho juvenil e a sua freqüência limitam o período destinado à formação da força de trabalho. Em segundo lugar, quanto mais importante é a fração ocupada pelas formas arcaicas na obtenção dos bens de subsistência, tanto mais se reduz o trabalho em âmbito doméstico dedicado à educação dos jovens; e, dadas as dificuldades de acumulação verificadas no sistema de mais-valia absoluta, os capitalistas estão longe de poder compensar aquela redução com o desenvolvimento de instituições especializadas na formação de força de trabalho; desta conjugação de fatores decorre que é nula ou mínima a defasagem entre o tempo de trabalho incorporado nos jovens trabalhadores e o incorporado nos progenitores. Em terceiro lugar, como esta situação ocorre num contexto de elevado crescimento demográfico, se o tempo de trabalho despendido na formação da força de trabalho enquanto conjunto não aumenta, ou aumenta apenas muito escassamente, o incorporado na formação de cada um dos indivíduos do conjunto estagna ou até diminui. Os jovens trabalhadores não são, portanto, capazes de um trabalho mais complexo, o que acarreta uma dupla consequência: por um lado, os capitalistas não podem se beneficiar dos mecanismos de desvalorização da força de trabalho após a sua passagem de *output a input*; por outro lado, capazes somente de um trabalho pouco qualificado, os novos

trabalhadores que entram no processo de trabalho podem sustentar apenas a exploração conforme a mais-valia absoluta, prolongando-se assim a estagnação tecnológica e confirmando-se, uma vez mais, que é a qualificação da força de trabalho o agente motor do progresso técnico. Para a mais-valia absoluta, a organização do trabalho é um dado, e não um objeto de inovação. Estas duas conseqüências articulam-se num desenvolvimento único: o reforço do sistema da mais-valia absoluta. Deste modo, numa região cujos capitalistas se encontram desfavorecidos na repartição da mais-valia e dispendo de uma baixa taxa de acumulação do capital e que, por isso, são incapazes de assimilar e recuperar as lutas dos trabalhadores e têm a repressão como estratégia única, perpetua-se o sistema de mais-valia absoluta e a conseqüente situação de atraso.

Se, neste sistema, os jovens trabalhadores não se distinguem dos pais por uma maior qualificação das capacidades de trabalho, então a autoridade doméstica permanece intocável e o quadro familiar continua a prevalecer como modelo de organização. Ao mesmo tempo, porém, a drástica redução do período anterior ao assalariamento e a utilização da mão-de-obra infantil para a produção arcaica de subsistência levam os jovens a atingir muito cedo a maturidade social, trabalhando como adultos com um corpo de criança mal desenvolvida. Daí que rapidamente as unidades familiares se cindam e até, em casos extremos, antes de o assalariamento do jovem se ter efetuado, ou quando mal se inicia — resultando a disseminação dos menores abandonados. Se se trata de um paradoxo social, ele não é por isso menos real. Nas regiões onde a família atinge os paroxismos da miséria e onde os pais são incapazes de formar os filhos ou sequer de os proteger, a estrutura familiar enquanto quadro de referência permanece mais forte. Esta contradição entre a crise das famílias reais e a entronização do mito familiar é inteiramente explicável pelos mecanismos da mais-valia absoluta e é ela que converte a moral familiar em hipocrisia moral.

2.4. Articulação entre a mais-valia relativa e a mais-valia absoluta

Os modelos da mais-valia relativa e da mais-valia absoluta não operam nunca na forma isolada como até aqui os analisei, mas articulam-se em múltiplas combinações. Nem os trabalhadores se têm apresentando até agora como uma classe homogênea — muito longe disso — nem os capitalistas têm atuado também como um bloco indiferenciado, o que significa que os conflitos sociais vêm a se caracterizar pela sua variedade e, sobretudo, pela diversidade dos

resultados. Os trabalhadores não lutam todos ao mesmo tempo, nem da mesma maneira e com igual vigor; quanto aos capitalistas, a desigualdade na repartição da mais-valia permite a uns desencadear plenamente os mecanismos de assimilação e recuperação das lutas, enquanto a outros não deixa qualquer recurso senão o da repressão sistemática. Uma teoria econômica baseada apenas na mais-valia relativa constitui uma perfeita utopia, que expressa os anseios mais profundos dos capitalistas e é formulada somente em épocas de desenvolvimento acelerado e de rápida assimilação dos conflitos. É uma crítica da economia baseada apenas na mais-valia absoluta exprime os anseios de um revolucionarismo ingênuo, cujas intenções são tão boas como é limitado o seu campo de atividade e que, por isso não ultrapassa uma visão fragmentária do modo de produção, condenando-se à ineficácia. Qualquer tentativa de explicação de cada uma das situações concretas existentes no mundo em que vivemos tem de articular, de uma forma específica, os mecanismos da mais-valia relativa e os da absoluta.

A forma mais estreita dessa articulação ocorre no interior de um mesmo processo de produção. Quando a formação de uma nova geração de força de trabalho a faz atingir um grau superior de complexidade, fundamentando a passagem a outro estágio tecnológico, os capitalistas reorganizam o processo de trabalho e sistematizam de maneira diferente as suas operações. Procuram assim aumentar a eficácia de cada um dos raciocínios e gestos do trabalhador, com a conseqüente redução do esforço gasto para atingir igual efeito material. É este o enquadramento organizacional do aumento da produtividade e daqui resulta que pode diminuir o tempo de trabalho total despendido, quer pela redução dos limites da jornada, quer pela redução da sua densidade, ou por qualquer combinação de ambas as formas. Trata-se, nestes termos, de um processo exclusivamente decorrente da mais-valia relativa. Porém, depois de a nova organização do trabalho ter-se generalizado, ou mesmo enquanto está a difundir-se, os capitalistas tentam obrigar os trabalhadores a aumentar o número desses gestos e operações mais eficazes, até preencherem a jornada com um esforço de densidade igual à do sistema anterior, ou mesmo superior. É este o contexto que explica a adoção do salário por peça produzida. Enquanto consiste num aumento da intensidade do trabalho, este mecanismo decorre da mais-valia absoluta; mas, como se trata de um acréscimo da intensidade em operações mais produtivas e inseridas em formas de trabalho mais complexo, a mais-valia absoluta é aqui inteiramente inseparável da relativa. E a continuidade ou, ao contrário, o declínio da combatividade dos trabalhadores e é também a heterogeneidade das disposições para a luta que explicam a variabilidade com que ambos mecanismos se conjugam nos casos reais.

Se deslocarmos um pouco o ponto de vista, poderemos analisar uma forma de

articulação menos estreita do que a anterior, ocorrendo no âmbito de uma esfera econômica, quer seja um país ou um ramo de produção. Quando, por uma norma legal ou um contrato de trabalho, os capitalistas acedem à redução dos limites da jornada, isso deve-se em geral à luta ativa de uma parte apenas dos trabalhadores abrangidos pelas novas disposições. Para estes, a redução será efetiva e os capitalistas só poderão recuperá-la mediante os mecanismos de aumento da produtividade. Aos restantes, porém, não se vão distribuir benesses que não foram diretamente conquistadas e, então, o encurtamento do horário é contrabalançado pela imposição de um aumento da intensidade. Em suma, a questão da redução do tempo de trabalho despendido, que como já disse é um aspecto crucial de grande parte das reivindicações dos trabalhadores e constitui um efeito prático das pressões que acompanham qualquer tipo de reivindicação, aparece como um dos principais campos de articulação entre os mecanismos da mais-valia relativa e os da absoluta. O estabelecimento legal ou contratual de uma jornada mais curta é uma forma de homogeneizar em nível estritamente jurídico uma força de trabalho heterogênea em nível econômico e social. A definição do horário-limite possibilita a organização efetiva dos processos de trabalho consoante a mecanismos econômicos distintos: ou mediante formas de trabalho mais complexo e, em geral, mediante o acréscimo da produtividade, o que se insere nos mecanismos da mais-valia relativa; ou mediante a intensificação do esforço despendido, o que decorre da mais-valia absoluta. Pode assumir deste modo uma aparência de igualdade social aquilo que, na realidade, é heterogêneo e diversificado.

Encontram-se também outros tipos de articulação entre ambos os regimes de exploração no interior de cada esfera econômica. Procurei em outro capítulo mostrar como o desenvolvimento tecnológico resulta do processo pelo qual uma nova geração de trabalhadores é mais qualificada do que as anteriores, capaz, portanto, de um tipo de organização mais complexo e implicando nova maquinaria. O que significa que as gerações antigas são relegadas para trabalhos que, por comparação com o novo, aparecem como mais simples e, portanto, são mais sujeitos à inclusão nos mecanismos da mais-valia absoluta. Em conclusão, o próprio processo da mais-valia relativa na produção de força de trabalho implica a permanente remissão de amplos setores de trabalhadores para sistemas em que facilmente pode vigorar a mais-valia absoluta. É a esta luz que deve ser apreciado um modelo proposto por Marx e segundo o qual o emprego de maquinaria mais produtiva em certos ramos de indústria, permitindo diminuir a mão-de-obra nestes ramos, destaca-a para outros, onde suscita, portanto, a superabundância de força de trabalho; em resultado disso, declina aí o nível salarial e, assim, na ausência de pressões para que os capitalistas desses ramos introduzam nova maquinaria, reforça-se a sua

integração no regime de mais-valia absoluta. Parece-me que o modelo assume pleno significado se projetado diacronicamente, enquanto elemento do processo em que se articula a produção de uma nova geração capaz de trabalho mais complexo com a desvalorização das gerações anteriores. Esta articulação sustenta ainda uma outra.

É ela que explica a existência concomitante e combinada de diferentes estágios tecnológicos no interior de um mesmo conjunto de processos produtivos. Temos então a forma clássica pela qual as maiores empresas, as mais modernas tecnologicamente, organizam-se recorrendo preferencialmente aos mecanismos da mais-valia relativa, enquanto a mais-valia absoluta prevalece em grande número de pequenas empresas que, tecnologicamente retardatárias, estão para com as primeiras em posição de subcontratantes. Não quero com isto dizer que, em todas as subcontratantes, a produtividade esteja condenada à estagnação. Sucede com muita frequência que, quando se inauguram novos ramos de produção, as pequenas empresas detenham por algum tempo a tecnologia de ponta, enquanto o processo de concentração não faz sentir os seus efeitos e enquanto as grandes empresas, já estabelecidas em outros ramos, não consideram os novos caminhos suficientemente desbravados para poderem, sem risco, investir nos tipos de tecnologia que se confirmarem como os mais adequados. Portanto, nos ramos de produção tecnologicamente maduros e, a prazo, em todos os que se forem iniciando, são as maiores empresas que reúnem as condições para um desenvolvimento máximo da produtividade e ampliam assim o seu controle sobre a generalidade da economia; por isso subordinam a si uma percentagem crescente de pequenas empresas que, explicitamente ou na prática, tomam a forma de subcontratantes. Entre estas há graus variados de atraso tecnológico, mas para todas a regra é a de que a mais-valia absoluta tem, ou tende a ter, um peso muito superior ao que possui nos sistemas de exploração vigentes nas maiores empresas. Essa conjugação de ambos os regimes no interior de processos produtivos integrados repercute em vários níveis.

Em primeiro lugar, e por efeito de mecanismos que analisarei na quarta seção, os capitalistas das maiores empresas são beneficiados na repartição da mais-valia, relativamente aos das pequenas empresas subcontratantes. Assim, estes últimos têm capacidades mais reduzidas de assimilação e recuperação das lutas.

Em segundo lugar, a força de trabalho que trabalhar em um e outro tipo de empresas é separada por formas organizacionais distintas, quer ficando enquadrada por sindicatos diferentes, quer reservando-se às grandes empresas a organização sindical e sendo os demais trabalhadores deixados à margem de qualquer sindicalização própria. Esta situação decorre de

uma dualidade nos mecanismos reivindicativos. O enquadramento pela burocracia sindical constitui, como vimos, uma forma de acelerar a antecipação dos capitalistas às reivindicações dos trabalhadores, enquanto nas empresas menores e tecnologicamente mais atrasadas o patronato resiste às pressões, que não se encontra apto a converter em mais-valia relativa, e portanto o ambiente é mais acentuadamente repressivo.

Em terceiro lugar, o processo de concentração do capital, apesar de seguir os limites traçados por este tipo de divisão, vigorando sobretudo entre as maiores empresas, deixa as pequenas unidades subcontratantes numa independência apenas formal. Trata-se de uma particularização meramente jurídica da propriedade, pois as pequenas empresas estão inteiramente cercadas pelas grandes, quer quanto à obtenção dos *inputs* de que necessitam, quer quanto ao mercado para o seu *output*, ou constituído exclusivamente pelas grandes empresas para as quais laboram por contrato, ou por estas dominado. Como se explica, então, que esse absoluto controle econômico não se converta em integração no nível da propriedade, de tal modo que até freqüentemente em capitalismo de Estado tidos por integrais, as empresas subcontratantes funcionam com uma elevada margem de independência quanto à propriedade formal do capital? Qual a razão para a barreira assim erguida à concentração? Nas empresas subcontratantes, os mecanismos da mais-valia absoluta são muito mais importantes do que nas grandes empresas, as mais produtivas, onde vigora sobretudo a mais-valia relativa. É esta que permite uma ampla acumulação do capital, com a conseqüente concentração. Assim, ao mesmo tempo que a mais-valia absoluta é incapaz de sustentar em seu nível qualquer significativo processo de concentração, o processo de concentração resultante da mais-valia relativa afasta-se de uma área que só teria como efeito travar o seu ritmo de crescimento. A força de trabalho mais qualificada, aquela que é explorada continuamente, que é menos sujeita ao desemprego e a perder as suas aptidões com a inatividade, é mantida nas grandes empresas. E as oscilações bruscas no número de assalariados são, tanto quanto possível, passadas para as subcontratantes, as primeiras a despedir nas épocas de retração e as primeiras a empregar nas fases expansionais. De tal modo que, quando o processo de desenvolvimento tecnológico leva alguns departamentos de grandes empresas a tornarem-se arcaicos ou, pelo menos, a ficarem afastados das inovações de ponta, freqüentemente recebem uma identidade jurídica própria, entrando para com a empresa a que haviam pertencido numa relação de subcontratantes. Assim, não só o processo formal de concentração incide sobretudo na área da mais-valia relativa como, para operar mais velozmente, repele as unidades econômicas em que prevalecem, ou tendem a prevalecer, os mecanismos da mais-valia absoluta.

Deste modo parece que, em quarto lugar, a existência de ambos regimes de exploração está condenada a reproduzir-se, presidindo uma divisão geográfica mundial em diferentes tipos de *output*. Nos primeiros estágios de desenvolvimento da produtividade, bastou o aumento extensivo da produção de matérias-primas para satisfazer a procura acrescida por parte da indústria e da força de trabalho; e as economias sucessivamente introduzidas no transporte e processamento das matérias-primas eram suficientes para aumentar a produtividade neste, que decorria, portanto, diretamente, de inovações iniciadas nos ramos industriais. Neste contexto, as pressões exercidas para o aumento do volume de produção das matérias-primas puderam ser satisfeitas mediante processos apenas extensivos, com uma força de trabalho sujeita à mais-valia absoluta. E, assim, a articulação entre as grandes áreas em que prevalecia cada um dos regimes de exploração reproduzia-se numa articulação entre áreas predominantemente industriais e outras quase exclusivamente agrárias e extrativas. Tal articulação fundamentou desde o início uma conjugação econômica estreita, operada não só através do mercado, mas também mediante o relacionamento direto entre unidades de produção. Algumas empresas, que combinavam unidades produtivas organizadas consoante cada um dos tipos de mais-valia, implantaram, nas zonas agrárias e extrativas, estabelecimentos onde a exploração obedecia à mais-valia absoluta. Era uma forma de mundialização dos investimentos que atingia apenas montantes muito reduzidos neste período de colonialismo clássico, quando a produção de matérias-primas não requeria qualquer alta produtividade. Mas o importante, independentemente do seu volume, era próprio fato de existirem.

A partir de certa altura, o desenvolvimento da produtividade nas áreas mais industrializadas começou a exercer sobre a procura de matérias-primas pressões a que os processos meramente extensivos foram incapazes de responder. Em primeiro lugar, constituindo os alimentos uma parte muito importante do consumo total dos trabalhadores, o desenvolvimento da mais-valia relativa pressiona pelo aumento da produtividade nas matérias-primas alimentares. Em segundo lugar, o processo geral da produtividade implica que, no valor de cada unidade do *output*, decline a fração de novo tempo de trabalho incorporado e decline também a fração mantida do valor das instalações e maquinaria empregadas, tendendo por conseguinte a aumentar a fração restante, correspondente ao valor das matérias-primas incorporadas. Exercem-se, assim, sobre esta última parcela pressões crescentes, de maneira que o aumento da produtividade na extração e processamento das matérias-primas tornou-se uma condição decisiva para a aceleração da produtividade em geral. Em terceiro lugar, o aumento global da produtividade implica, apesar de todas as economias possíveis na utilização de matérias-primas,

um acréscimo no volume do seu consumo; e os processos meramente extensivos deixam, a partir de certa altura, de poder assegurar o necessário crescimento do *output*.

Estas pressões ocasionam os seguintes mecanismos: *a)* aumento dos investimentos em países ou regiões exclusiva ou preponderantemente produtores de matérias-primas, destinados a remodelar os processos de cultivo ou extração, de maneira a torná-los mais intensivos; *b)* aumento dos investimentos nos ramos produtores de matérias-primas nos países mais industrializados, ou abertura aí desses ramos; *c)* investimentos nos países mais industrializados, destinados a iniciar a fabricação de sintéticos, ou aumento de dos investimentos já existentes nesse ramo; *d)* remodelações tecnológicas que reduzam o *input* de matérias-primas necessário a cada unidade de *output*.

Como estes quatro mecanismos são desencadeados ao mesmo tempo e atuam conjuntamente, é indispensável comparar-lhes os ritmos. Os mecanismos *b*, *c* e *d* caracterizam-se por ocorrer nas áreas mais industrializadas, onde prevalece a mais-valia relativa e as taxas de produtividade são as mais elevadas, por isso a sua introdução exige apenas pequenas remodelações setoriais. Desde o início que, dos investimentos de tipo *b*, resultam unidades produtivas onde a qualificação do trabalho e o ritmo de crescimento da produtividade podem ser de uma ordem semelhante à que se verifica no setor industrial. E os tipos de investimentos *c* e *d* incidem na produção industrial propriamente dita e, portanto, beneficiam-se da qualificação da força de trabalho e do ritmo de produtividade que caracterizam esse setor nas áreas de mais-valia relativa. Ao contrário, num país, ou numa vasta área, em que a mais-valia absoluta seja praticamente exclusiva, qualquer acréscimo de produtividade em unidades particulares de produção requer uma reestruturação profunda de âmbito geral, incluindo a formação de força de trabalho capaz de um desempenho de maior complexidade, o que é uma operação muito difícil e morosa num contexto em que os jovens trabalhadores perpetuam a estagnação tecnológica dos que os precederam. Assim, a defasagem entre o elevadíssimo montante dos investimentos necessários e os lucros esperados é particularmente sensível nas áreas preponderantemente exportadoras de matérias-primas. E, como é precisamente aqui que o lucro é menor, em virtude do sistema de mais-valia absoluta, conclui-se que se torna necessária uma acumulação proporcionalmente maior de capital precisamente onde ela é mais difícil. Este conjunto de razões leva a que os investimentos de tipo *b*, *c* e *d* possam começar a fazer sentir os seus efeitos muito antes de estar em pleno funcionamento o processo dos investimentos de tipo *a*. E a defasagem temporal surge, por sua vez, efeitos que a agravam.

Se, apesar de todas as dificuldades enunciadas, tiver sido possível iniciar investimentos

de tipo *a*, ainda estes não estarão inteiramente operacionais ou, por vezes, mal os projetos terão saído dos gabinetes de estudo, e já se hão de sentir as repercussões dos outros três tipos de investimento. Os de tipo *d* diminuem relativamente a procura de matérias-primas e, se esse resultado não desmobiliza os investimentos *b* e *c*, cuja efetivação é rápida, repercute plenamente sobre os investimentos *a*. Assim, a definição de qual a margem de remodelações tecnológicas necessárias para reduzir o *input* de matérias-primas por unidade de *output* tem geralmente em conta a grande parte do acréscimo de produção já efetivado pelos investimentos *b* e *c* e destina-se sobretudo a dispensar aumentos futuros de produção, entre os quais se inclui a totalidade dos previstos pelos investimentos *a*. Ao mesmo tempo, os investimentos de tipo *b*, permitindo nos países industrializados aumentar a produção própria de matérias-primas, e os de tipo *c*, possibilitando-lhes a substituição de matérias-primas naturais, dão-lhes a possibilidade de diminuir relativamente a importação de matérias-primas. E, como as que produzem se devem a processos de superior produtividade, têm grande capacidade concorrencial e são cada vez mais exportadas. Em resultado de tudo isto, reduz-se a importação de matérias-primas originárias dos países menos industrializados, precisamente na altura em que se procurava aí aumentar a capacidade produtora e exportadora. Esta defasagem de ritmos leva, na grande parte dos casos, a que as novas instalações decorrentes dos investimentos de tipo *a*, ou não cheguem a concluir-se, ou trabalhem com um aproveitamento mínimo das suas capacidades, do que advêm funestas conseqüências econômicas. E este é um processo que ciclicamente se repete e se agrava. Assim, se os países predominantemente exportadores de matérias-primas se mantêm vinculados ao mesmo tipo de *output*, os países mais industrializados põem eficazmente em causa a repartição geográfica das especializações — mas unicamente no que diz respeito à sua área própria. Os países onde se originava já a esmagadora maioria das exportações de produtos industriais passam a exportar também uma fração crescente, em certos ramos até majoritária, das matérias-primas, tanto alimentares como destinadas à indústria. Esta modificação da especialização mundial por tipos de *output* implica que os capitalistas das áreas exclusiva ou predominantemente agrárias e extrativas sejam ultrapassados no seu próprio terreno.

Parece, uma vez mais, confirmar-se a condenação à estagnação econômica das vastas áreas onde predomina o regime absoluto de exploração. Uma via de ultrapassagem do bloqueio poderia dever-se à ação das transnacionais, ou seja, empresas com sede num país e que estabelecem em outro filiais ou, pelo menos, que obtêm aí uma participação no capital de empresas locais, de modo a se assegurarem de um controle efetivo sobre a sua administração. Pela capacidade de concentração e de reprodução em escala ampliada, as grandes empresas

transnacionais assumem a condução nos mecanismos da produtividade e, por isso, contam-se entre as que primeiro sentem a necessidade da passagem da fase extensiva à intensiva na produção de matérias-primas. Ora, as filiais das transnacionais se beneficiam de boa parte dos efeitos das condições econômicas gerais existentes na região onde se radica a empresa-sede, a qual se inclui na área de mais-valia relativa. Por isso os investimentos de tipo *a*, quando ocorrem no âmbito de uma empresa transnacional, não requerem uma reestruturação tão profunda e geral como a exigida se esse tipo de investimentos é da iniciativa de empresas meramente locais. Invertem-se, relativamente às filiais das transnacionais, os mecanismos que dificultam os investimentos de tipo *a* aos capitalistas autóctones. Enquanto para estes a acumulação de capital é difícil, ao mesmo tempo que lhes seria necessário acumular um enorme montante, para as transnacionais, ao contrário, sendo relativamente menor o volume de capital necessário para aumentar a produtividade destas suas filiais, é incomparavelmente superior o capital acumulado de que dispõem. A partir das filiais das transnacionais desenvolvem-se, portanto, nos países ou em vastas regiões onde prevalece a mais-valia absoluta, pólos de mais-valia relativa. Mas qual a sua possibilidade de generalização, de maneira a propagarem o arranque da produtividade à globalidade da economia do país ou da região?

As filiais organizadas segundo a mais-valia relativa tendem, em virtude da sua produtividade crescente, a polarizar mais capitais do que força de trabalho. Verifica-se, com efeito, que os investimentos locais são atraídos por estas filiais em um ritmo superior ao daquele em que elas reinvestem os seus lucros. Por outro lado, o aumento da produtividade implica a redução do emprego relativamente ao volume produzido e à maquinaria e instalações utilizadas. Enquanto os investimentos devidos às filiais das transnacionais não se multiplicarem além do seu âmbito restrito, no qual eventualmente se incluem também algumas empresas locais subcontratantes, estes pólos de mais-valia relativa não exercem suficientes pressões no nível da procura global de força de trabalho, que reproduz por isso a cisão entre os trabalhadores que decorrem de cada um dos regimes de exploração. Os trabalhadores sujeitos à mais-valia absoluta podem continuar, assim, com um tipo de lutas que perpetua o fundamento social da estagnação da produtividade. E o bloqueio reproduz-se por este lado.

Nas vastas áreas onde prevalece a mais-valia absoluta, aquele número reduzido de empresas que, mais ou menos, se desenvolve conforme a mais-valia relativa depara com um obstáculo fundamental, resultante da fraquíssima produtividade com que aí se cultiva a grande parte das subsistências da força de trabalho. Uma das vias que se oferece, então, para aumentar a exploração consiste na manipulação dos mecanismos econômicos de maneira a fazer baixar

os preços agrícolas, pelo menos relativamente aos industriais, diminuindo assim o preço dos *inputs* alimentares. No nível da globalidade da economia desses países, esta orientação acarreta, no entanto, dois sérios inconvenientes. Em primeiro lugar, são aí raras as grandes propriedades agrícolas que seguem um processo de aumento da produtividade, que lhes permita responder positivamente ao declínio dos preços fixados para as unidades do *output*. Quanto à esmagadora maioria do setor rural, onde a produção ocorre no âmbito familiar e segundo formas arcaicas, a reação à queda dos preços consiste na redução da oferta mercantil, aumentando relativamente a parte destinada ao autoconsumo e agravando-se a estagnação da agricultura. Perante esta crise na produção de excedentes comercializáveis, resta aos capitalistas a alternativa de importar alimentos a partir dos países onde a produtividade agrícola conseguiu as mais fortes taxas de crescimento e cujo *output* atinge, por isso mesmo, enormes volumes. Entre a força de trabalho das áreas importadoras, porém, só a inserida em empresas onde prevalece, ou tende a prevalecer, a mais-valia relativa tem possibilidade de adquirir subsistências importadas do exterior. Os demais trabalhadores, que são a maior parte, recorrem à esfera do cultivo familiar precisamente porque o montante das suas remunerações não lhes permite obter de outro modo os elementos do consumo social ou fisiologicamente necessários; não tendo acesso aos alimentos importados, a retração do resto da produção familiar local atinge-os duramente. Daí resulta, em escala mundial, o monstruoso paradoxo em que, ao lado de volumes cada vez maiores de excedentes agrícolas, resultantes de elevada produtividade no cultivo, prolifera a fome aguda, resultante de uma redução dos excedentes comercializáveis do cultivo familiar e de níveis de remuneração que não permitem atingir os mercados importadores. Este contraste entre a plethora e a carência é uma forma da articulação entre a mais-valia relativa e a absoluta. E, assim, pode verificar-se o segundo dos inconvenientes suscitado pela fixação de baixos preços ao *output* de uma agricultura arcaica e de fraquíssima produtividade: não se alcançam os efeitos de multiplicador, generalizáveis a toda economia, que ocorreriam se essa redução — pelo menos relativa — dos preços de bens de consumo corrente ocorresse em sistema de mais-valia relativa.

Perante esta situação de bloqueio, tem-se recorrido a outra alternativa, distinguível da anterior porque, antes de tudo, não resulta da iniciativa dos capitalistas nas áreas de mais-valia absoluta, mas dos sediados nos maiores pólos mundiais de desenvolvimento da produtividade. É a partir daí que têm sido induzidas técnicas inovadoras em áreas retardatárias. Já na época clássica do colonialismo, a investigação agrônômica conduzida pelas metrópoles criara novas variedades de plantas, mais resistentes e capazes de um *output* mais abundante; o

desenvolvimento da mais-valia relativa nas economias metropolitanas passara a exigir, a montante, a obtenção de matérias-primas agrícolas em condições mais produtivas também. Agora, nas últimas décadas, os principais centros mundiais de mais-valia relativa, em conjugação com centros secundários situados em países onde predomina a mais-valia absoluta, têm introduzido aí formas técnicas inovadoras que se caracterizam, pelo menos numa fase inicial, por deixarem intacta a estrutura social que é a própria causadora daquele bloqueio. Tais técnicas incidem, em primeiro lugar, na produção de alimentos, pela criação de novas variedades de cereais, sobretudo de trigo, arroz e milho, mais resistentes à doença e rendendo maiores colheitas; pela introdução de novos tipos de fertilizante; pelo desenvolvimento de uma infraestrutura de irrigação e drenagem; pela difusão de novos instrumentos e processos de cultivo; pela introdução de inseticidas, pesticidas e herbicidas. Em segundo lugar, são também introduzidas novas técnicas nos sistemas de trabalho doméstico, por exemplo divulgando formas de cozinha e aquecimento que poupem lenha. Nos países ditos subdesenvolvidos, cerca de 4/5 da madeira cortada destinam-se à combustão, de modo que uma poupança neste setor diminuirá o desbravamento florestal, conservando-se assim melhor os solos, com o conseqüente aumento da produtividade agrícola. Em terceiro lugar, induzem-se técnicas na produção de força de trabalho, divulgando-se novas formas de controle da natalidade.

Com este conjunto de medidas pretende-se aumentar a produção agrícola local, levando à diminuição do preço das subsistências incorporadas na generalidade da força de trabalho e, portanto, ao aumento da exploração. Mas procura-se ao mesmo tempo manter intactas as estruturas sociais arcaicas. Pelo que diz respeito às classes dominantes, em sistema de mais-valia absoluta a estratégia repressiva baseia-se numa aliança dos capitalistas com as elites tradicionais. No que toca aos trabalhadores, o setor rural constitui nestes países uma reserva de mão-de-obra, que permite a sua rápida expansão ou contração, segundo as necessidades econômicas. Seria necessária uma colossal taxa de crescimento, simultânea em toda a economia, para absorver o número de trabalhadores expelido pela agricultura se esta começasse rápida e maciçamente a adotar as formas produtivas que se encontram nas plantações capitalistas modernas. E tanto mais que os ramos onde é possível uma maior taxa de crescimento, sendo os mais produtivos, são precisamente os que requerem uma mão-de-obra relativamente menos numerosa. Por isso, em vez de tomarem como critério o aumento do volume da produção relativamente ao número de trabalhadores, os capitalistas sediados nos principais centros econômicos preocupam-se com o seu acréscimo apenas em relação à área cultivada. É este o quadro que inspira as inovações técnicas introduzidas. Mantém-se a estrutura

familiar arcaica e, com ela, a plethora de mão-de-obra rural e, por uma curiosa inversão da sua própria terminologia, os capitalistas modernizadores denominam “produtivo” este sistema que só aumenta o volume da produção mediante o recurso a um montante crescente de *inputs* materiais mais caros e mediante a ampliação da área cultivada. Mas, se falam de “aumento da produtividade” a respeito de um sistema que mantém as enormes proporções da força de trabalho rural, fazem-no porque as famílias camponesas, inseridas numa estrutura social pré-capitalista, valorizam o produto independentemente do número de horas de trabalho que custou a produzir e o aumento marginal do esforço despendido é praticado gratuitamente. Quando não se contabiliza o tempo de trabalho familiar, mas apenas o de eventuais assalariados, todas essas horas de trabalho são na verdade escamoteadas quando da venda do *output* no mercado capitalista. É esta situação, típica do regime de produção arcaica de sobrevivência, que o capitalismo mais moderno aproveita e pretende manter, na medida em que difunde técnicas que aumentam os rendimentos do solo, sem dispensar força de trabalho. Do mesmo modo, as campanhas de controle da natalidade realizadas em países onde prevalece a mais-valia absoluta não se destinam a reduzir drasticamente a taxa de crescimento demográfico, mas a mantê-la em limites que evitem surtos de fome aguda. Procura-se apenas evitar a existência de estômagos inúteis, de pessoas que sejam suficientemente vivas para se alimentar, mas demasiado fracas para trabalhar. Nem podia ser outra a ambição, em sociedades que exigem a plethora de força de trabalho para a produção de um volume tão reduzido de subsistências. A única forma efetiva de fazer declinar e, depois, estagnar a taxa de crescimento populacional é a elevação do nível geral das remunerações, ou seja, precisamente o desenvolvimento da mais-valia relativa.

Mediante aquelas técnicas induzidas, os capitalistas procuram, em suma, ultrapassar o bloqueio em que se encontram nesses países as empresas mais produtivas. Contrariamente à primeira das alternativas descritas, nesta a redução dos preços agrícolas, necessária para sustentar a mais-valia relativa nos ramos tecnologicamente avançados, resulta de um aumento dos excedentes locais comercializáveis, em vez de suscitar a sua retração. Mas parece que deste modo, se reproduz e, portanto, fortalece-se a dualidade estrutural destas economias, repartidas entre um setor altamente produtivo, que pode funcionar tanto melhor quanto mais se depara com uma ampla oferta mercantil de alimentos correntes, mas cuja capacidade polarizadora se exerce mais no nível dos capitais do que da força de trabalho; e um setor de mais-valia absoluta, baseado na existência de um setor familiar arcaico que, graças a transformações meramente técnicas, pode aumentar o *output* e ser posto, assim, ao serviço das empresas mais produtivas. Ao manter-se o caráter tradicional de uma porção tão considerável

das populações locais, confirmar-se-á que, aqui também, o desenvolvimento da mais-valia relativa não contribui para assimilar os setores sujeitos ao outro regime de exploração e não os reproduz, ao contrário?

Mas será correta esta aparência ou resultará somente de circunstâncias históricas que, a prazo, serão anuladas pelo desenvolvimento do próprio processo? A indução das novas técnicas de cultivo não está já, hoje mesmo, acarretando o desenvolvimento do capitalismo nos campos e a difusão do assalariamento, com os critérios específicos de produtividade que forçosamente impõe? Mesmo em seu nível restrito, a introdução de novas técnicas não deixa de repercutir negativamente sobre aquelas famílias que se mantêm apegadas aos processos arcaicos; nomeadamente, a irrigação necessária para as novas espécies cultivadas desorganiza o sistema tradicional de repartição da água. E, como, quer as novas formas de irrigação, quer os demais *inputs* materiais, pelos seus custos elevados — relativamente às débeis capacidades aquisitivas da generalidade destas famílias — só podem ser obtidos mediante o acesso prévio a subsídios governamentais, são os elementos localmente mais influentes os favorecidos para esta remodelação técnica. Os restantes, os camponeses mais pobres e aqueles que só subsidiariamente cultivam o pedaço de terra que detêm, passam a encontrar-se duplamente concorrenciados: porque não conseguem o acesso a técnicas que lhes permitam aumentar o volume da produção; e porque a conseqüente estagnação do seu *output* ocorre numa situação em que o aumento da produção global leva a uma baixa — pelo menos relativa — dos preços. Se, em muitíssimos casos desta deterioração de estatuto, resulta o agravamento de formas tradicionais de dependência, em especial a escravidão por dívidas, em muitos outros decorre a difusão do assalariamento rural, com a liquidação de tantas famílias enquanto produtores tradicionais, ao mesmo tempo que, enquanto compradores da capacidade de uso do trabalho alheio, os camponeses mais abastados têm de recorrer de forma crescente a critérios capitalistas de produtividade. Abre-se assim um novo campo social, resultante das lutas que hão de ser desenvolvidas pela nova força de trabalho rural, inserida na mais-valia absoluta mas, por outro lado, proveniente da desagregação de um setor que tem constituído um dos mais fortes esteios desse mesmo regime de exploração. Quais as conseqüências dessas lutas e das respostas que os capitalistas lhes conseguirem dar? Da solução desta questão, resultaria a compreensão de um dos problemas centrais do nosso tempo. O que geralmente se denomina *subdesenvolvimento* consiste na reprodução da dualidade, existente em numerosos países, entre um vasto setor de mais-valia absoluta, com a sua indispensável reserva extracapitalista, e um setor minoritário de mais-valia relativa. Poderão as pressões sociais e os conflitos quebrar o

círculo vicioso desta dualidade?

Em certa medida, talvez o que sucede nos países mais industrializados permita prever a resposta. Aí existem, como é sabido, empresas agrícolas de enormes dimensões, onde labora exclusivamente força de trabalho assalariada e que se regem apenas por critérios capitalistas de produtividade. Mas o importante é que o desenvolvimento das grandes empresas não liquidou, antes parece ter reforçado, as explorações familiares. Nestes países regidos pela mais-valia relativa, o capitalismo prosseguiu, de maneira deliberada e planificada centralmente, uma política de subsídios, tarifas aduaneiras e restrições e controles variados, para criar um ambiente econômico que permitisse às pequenas explorações agrícolas familiares atingirem elevadíssimos níveis de produção por área cultivada. Quando esses países apareciam no mercado mundial como importadores líquidos de produtos agrícolas, recorriam a tarifas aduaneiras que, ao mesmo tempo que elevavam os preços internos, deprimiam os preços médios no mercado internacional; quando aparecem como exportadores líquidos de produtos agrícolas, recorrem à redução da área cultivada ou a quaisquer outras formas de limitação da oferta, de modo a elevar os preços no mercado mundial. De uma maneira ou outra, o resultado foi o mesmo: uma subida de preços que tornou rentável às pequenas explorações o recurso às mais modernas tecnologias, aumentando consideravelmente o *output* por área. É preciso ter em conta que os preços agrícolas só se elevaram relativamente aos praticados no mercado mundial; no mercado interno de cada um destes países ou grupos de países, esses preços não evoluíram desfavoravelmente em relação aos dos produtos industriais e, ao alcançar-se um volume superior de produção por área, estimularam-se os mecanismos da mais-valia relativa. Conseguiu-se, deste modo, organizar uma fase transitória mediante a qual o declínio relativo do setor agrário nas economias mais industrializadas não resultou de qualquer redução absoluta do seu *output*, como tão freqüentemente sucede nas áreas onde predomina a mais-valia absoluta. Esse declínio resultou de uma fortíssima expansão da produção agrária, que permitiu a progressiva transferência de recursos desse setor para os demais, sem que daí adviessem efeitos econômicos negativos. Países que eram importadores líquidos de produtos agrícolas tornaram-se, em duas décadas desta política, importantes exportadores. E assim as técnicas de cultivo adotadas passaram a ser rentáveis mesmo em face dos preços praticados no mercado internacional. Chegou-se então à situação em que o enorme aumento de produção agrária, articulado com um forte crescimento geral nestas economias mais industrializadas, permitiu a redução, não apenas relativa, mas absoluta, da mão-de-obra rural, diminuindo o número de famílias camponesas e, nestas, diminuindo o número de membros que se dedicam às atividades agrárias. E a partir desse

momento que o aumento do *output* por hectare se converte, verdadeiramente, em aumento da produtividade. Mas qual a mola real deste processo?

Decisivo é o fato de esta estratégia econômica ter incidido não apenas, nem sobretudo, nas grandes empresas agrícolas que movimentam uma força de trabalho assalariada, mas em explorações familiares, deliberada e planificadamente preservadas pelos centros de decisão capitalistas, e que, ou não recorriam ao assalariamento, ou o faziam apenas auxiliariamente. Nestas condições, o tempo de trabalho da mão-de-obra familiar não é contabilizado, o que significa que foi sobreutilizando as suas próprias capacidades que estas famílias camponesas conseguiram impulsionar a transição para formas de agricultura altamente produtivas. Mesmo este desenvolvimento e generalização do sistema de mais-valia relativa exigiu, portanto, a íntima conjugação com um método decorrente da mais-valia absoluta. E essa articulação parece ser tanto mais indispensável quanto, sem ela, outros países não se têm relevado capazes de atingir os mesmos elevados níveis de produtividade agrária. E vemos assim que na China, onde se caminhava para a ultrapassagem das unidades familiares de cultivo e para a generalização de um assalariamento rural ao serviço de uma economia de Estado, têm nos últimos anos sido introduzidas reformas que restabelecem a família como o quadro fundamental das atividades rurais. Mais elucidativo ainda é o exemplo da União Soviética, onde há mais de meio século o assalariamento passara a constituir a forma exclusiva de trabalho em todas as culturas extensivas, mas que recentemente depara com medidas que se esforçam por conferir ao trabalho familiar um papel novo e ampliado. Parece, em suma, que uma passagem rápida para níveis superiores de produtividade rural não pode ser conseguida apenas num sistema de assalariamento em massa, tendo que se recorrer às formas de mais-valia absoluta implicadas no trabalho familiar, mesmo que para o suscitar e estimular seja necessário reestruturar o sistema de propriedade.

Nenhuma experiência passada é suficiente para definir evoluções futuras. Mas a visível necessidade desta articulação entre ambos os regimes de exploração, até em áreas de predomínio da mais-valia relativa, mostra que o recurso ao quadro familiar nos países menos industrializados para aumentar aí o *output* agrário não constituirá, por si só, um obstáculo à ultrapassagem da dualidade entre o setor mais moderno e o arcaico. Não devemos confundir o desenvolvimento da mais-valia relativa e a superação da referida dualidade com uma eliminação do regime da mais-valia absoluta. Até agora, a regra sem exceção tem sido a da articulação entre ambos os sistemas de exploração e, se a dualidade foi anulada, em todos os países mais industrializados, no âmbito dos mecanismos conjuntos da economia, ela deixou, no entanto,

traços bem visíveis, e parece que enquistados, nessas variantes em grande escala dos antigos guetos.

Os guetos modernos ocupam vastas extensões, bairros ou conjuntos de bairros, até regiões, freqüentemente habitados por uma população de origem e tradições culturais diferentes das dos naturais do país e homogeneamente integrada em processos de mais-valia absoluta. Quando, nas zonas de maior industrialização, sucessivas gerações de trabalhadores são formadas de modo a exercerem uma atividade cada vez mais qualificada, capaz de sustentar o desenvolvimento da produtividade, os ramos que se organizam ainda em moldes de mais-valia absoluta deparam com verdadeiras crises de emprego. Suscitam então migrações a partir de países ou de vastas regiões onde a força de trabalho seja menos qualificada. Para quem assim se desloca, o trabalho em ramos que, apesar de retardatários, inserem-se num contexto de progresso tecnológico, suscita geralmente uma efetiva aquisição de novas qualificações, pelo que, na sua perspectiva, aproximou-se das formas de mais-valia relativa. Na perspectiva, porém, da economia global dos países altamente industrializados, os ramos de produção sustentados por imigrantes são caracterizadamente de mais-valia absoluta e, assim, um processo que parecia conduzir a uma atenuação das diferenciações acaba por reproduzir a articulação entre ambos os regimes de exploração. Por outro lado, os guetos de imigrantes surtem também efeitos bloqueadores nos países ou regiões de origem. Ao remeterem para os familiares parte do que ganham, os trabalhadores emigrados contribuem para que se possa, nas áreas de mais-valia absoluta, sobreviver com remunerações de miséria e, por isso, ajudam a perpetuar as estruturas sociais locais. Nesta mesma perspectiva devem ser interpretadas as formas extremas de mais-valia absoluta extorquida durante o trabalho forçado dos prisioneiros, o que não sucede apenas em alguns dos países mais industrializados da esfera de influência soviética e na China. Também nos Estados Unidos e nas outras nações tecnologicamente avançadas da sua área econômica se recorre extensivamente à exploração dos presos que, nas condições de repressão constante e de ausência de mobilidade a que estão sujeitos, têm uma capacidade negocial mínima e recebem, portanto, remunerações insignificantes. No nível dos conjuntos econômicos globais onde se situam, estes guetos surtem numerosos efeitos de bloqueio, reduzindo o ritmo da reprodução em escala ampliada do capital.

E tanto mais erguem também obstáculos parciais ao processo de produção das novas gerações de força de trabalho. Nos estabelecimentos de ensino, os jovens nascidos e criados em vastos guetos não assimilam a instrução nem as formas de comportamento que são facilmente aprendidas pelas filhas e filhos de famílias trabalhadoras inseridas de há muito na

mais-valia relativa. Os guetos reproduzem-se assim, no interior das instituições de ensino, mediante os irredutíveis do insucesso escolar, que vão servir de vanguarda aos movimentos de sabotagem da aprendizagem desencadeados pelos jovens oriundos da esfera da mais-valia relativa. Nesta luta, conjugam-se estreitamente os elementos decorrentes de ambos os regimes de exploração. E, quando os filhos dos guetos deixarem a escola, irão, por sua vez, renovar a força de trabalho desprovida de qualificações que sustenta a mais-valia absoluta. Aqueles críticos do capitalismo que se mostram incapazes de entender os mecanismos de desenvolvimento da produtividade citam freqüentemente a percentagem dos que completam os longos anos de escolaridade obrigatória sem serem capazes sequer de ler uma frase simples, como prova de que o capitalismo acarretaria sempre a desqualificação dos trabalhadores. Ao contrário, é apenas uma demonstração de que, até hoje, o desenvolvimento da mais-valia relativa, mesmo nos seus casos extremos, não deixou nunca de se conjugar com a manutenção de áreas de mais-valia absoluta.

A análise do mundo real tem de levar em conta a articulação entre ambos os regimes de exploração. Pode até definir-se a especificidade de cada situação concreta como resultante de uma combinação peculiar entre os dois tipos de mais-valia. Algumas lutas ou reivindicações isoladamente consideradas podem encontrar, do lado dos capitalistas, uma resposta inteiramente conciliatória ou exclusivamente repressiva. Mas basta que a análise se amplie um pouco, abrangendo um conjunto de contestações ou projetando-se ao longo do tempo, para que a regra seja a de uma combinação entre conciliação e repressão. A seqüência dos conflitos sociais defronta-se com diferentes pesos específicos assumidos pelas duas grandes estratégias do capital, que nunca até agora deixaram de se articular, fundamentando assim as combinações específicas entre os dois tipos de mais-valia. A questão crucial é, portanto, saber em que medida as lutas dos trabalhadores e as suas reivindicações pressionarão a reproduzir-se a dualidade dos sistemas de exploração ou, ao contrário, levarão à sua ultrapassagem. Se, na sua articulação, a mais-valia relativa e a absoluta se repartirem por grandes áreas geográficas, onde cada uma detenha a hegemonia e isole, ou como que enquiste, as formas decorrentes do outro tipo de exploração, então as lutas dos trabalhadores inseridos em cada um dos sistemas prosseguirão em isolamento recíproco e não de reproduzir a clivagem econômico-geográfica. Se, porém, forem desenvolvidos outros tipos de articulação entre ambos os regimes de mais-valia, de maneira que se interpenetrem nas mesmas regiões, nas mesmas cidades, até nas mesmas áreas sociais, então os trabalhadores decorrentes dos dois sistemas de exploração se unirão em lutas comuns e poderão assim avançar com reivindicações e pressões que levem a uma

interpenetração cada vez mais estreita de ambos os sistemas, ultrapassando a dualidade geoeconômica e acabando a mais-valia absoluta por ser integrada no desenvolvimento genérico da mais-valia relativa. Julgo ser este o verdadeiro dilema.

A unificação de lutas entre vários grupos de trabalhadores depende de uma pluralidade de fatores, mas, de todos, um destaca-se como condição necessária. Apenas mediante a percepção da comum situação de explorador é possível reivindicar e combater enquanto coletivo. Assim, os mais importantes problemas sociais decorrem da percepção que os trabalhadores inseridos num sistema de exploração têm da situação dos inseridos no outro. De que maneira cada um destes grandes grupos avalia o grau de exploração a que o outro está sujeito?

Em cada momento, o grau de exploração depende das lutas, mas o que de antemão pode ser estabelecido são as condições que, para os capitalistas, a facilitam ou a dificultam. Definindo a exploração como a relação entre o tempo de sobretrabalho e o tempo do trabalho necessário ou, em termos de valor, como a relação entre a mais-valia e o equivalente ao capital variável avançado, então são os mecanismos da mais-valia relativa que criam permanentemente condições que tornam mais fácil o agravamento da exploração. Os limites à redução do nível de consumo da força de trabalho, ou à extensão da jornada, ou à intensificação do número de operações de trabalho no interior de um dado sistema organizacional são atingidos muito mais rapidamente do que os limites da mais-valia relativa. Esta é até, a bem dizer, ilimitada, pois o desenvolvimento da produtividade pode ir sempre diminuindo o valor dos *inputs* incorporados pela força de trabalho no processo da sua reprodução, de modo que o tempo dedicado ao trabalho necessário vai constituindo uma fração cada vez menor e, por conseguinte, aumenta sempre o tempo de sobretrabalho. E o que se verifica no nível da reprodução da força de trabalho sucede também no nível de sua produção, pois em sistema de mais-valia absoluta é mínima ou até nula, a desvalorização da força de trabalho quando passa do período formativo para o do assalariamento, restringindo-se assim o montante de mais-valia que os capitalistas são capazes de se apropriar. Em conclusão, os trabalhadores inseridos nos mecanismos da mais-valia relativa enfrentam condições que tornam mais fácil aos capitalistas agravar a taxa de exploração, enquanto os trabalhadores sujeitos à mais-valia absoluta deparam com condições em que a taxa de exploração é, em princípio, mais limitada.

Por isso são os setores organizados conforme a mais-valia relativa que sustentam a reprodução em escala ampliada do capital. Numa área geográfica ou num ramo de produção em que prevaleça a mais-valia absoluta, sendo reduzida a taxa de exploração, a acumulação do

capital é insuficiente para gerar qualquer ritmo de crescimento significativo. A questão fundamental para o desenvolvimento de uma economia não é a do volume de capital disponível, mas a da taxa de lucro que o seu investimento proporciona. As dificuldades não provêm, pois, do montante de capital possível de reunir localmente ou de obter do exterior, mas da estrutura social do país onde o investimento ocorre. Numa sociedade em que forem apenas, ou sobretudo, absolutas as formas de mais-valia, as classes dominantes conseguem ganhos mais consideráveis na prática da usura e com sistemas arcaicos de comércio do que investindo no setor capitalista. E, numa sociedade onde a dualidade permaneça inultrapassada, onde os pólos da mais-valia relativa não se expandam e continuem rodeados pela área da mais-valia absoluta, os lucros gerados naquelas empresas mais produtivas não encontram aplicação rentável no resto da economia e, por esse motivo, são em parte remetidos para o exterior, precisamente para países onde a hegemonia cabe à mais-valia relativa. Numerosíssimos economistas pretendem que é esta drenagem de capitais, a partir das áreas economicamente mais atrasadas e em direção àquelas onde impera maior produtividade, a causa das situações de atraso e de dualidade. Afirimo aqui exatamente o contrário. Os setores menos produtivos não o são porque deles tenha fugido uma parte substancial do capital que geraram. A ordem dos fatores é a inversa e é porque as condições de exploração em mais-valia absoluta não garantem uma suficiente taxa de reprodução do capital que esse regime não atraia sequer a totalidade dos lucros que nele se originam. Como são as condições sociais reinantes nestes países que levam à drenagem para o estrangeiro de boa parte dos lucros, é para as classes dominantes locais que deveriam antes de tudo apontar o dedo acusador os economistas desenvolvimentistas — e o fariam se não fossem, na maioria dos casos, filhos dessas mesmas classes dominantes.

De igual modo, o que as estatísticas assinalam como uma maior disparidade entre os rendimentos pessoais auferidos pelos capitalistas e pelos trabalhadores nas áreas dominadas pela mais-valia absoluta, comparativamente com o que se passa naquelas onde prevalece a mais-valia relativa, indica apenas o fato de uma boa parte do capital, quando não dispõe de aplicações suficientemente lucrativas, ser imediatamente consumido pelos capitalistas, e não investido. Contrariamente à visão que a estatística oficial difunde, a fortuna de um capitalista não reside, sobretudo, no rendimento de que se apropria pessoalmente, mas na capacidade que tem de participar na superintendência dos processos de trabalho, no controle sobre o produto final e sobre a renovação dos ciclos produtivos e na aplicação do capital gerado. Para um capitalista, a opção ou, mais exatamente, a imposição do meio social circundante é entre o consumo individual da mais-valia, que não reproduz a sua posição nos ciclos econômicos, e o

reinvestimento da mais-valia, que renova as possibilidades de exploração e, assim, reproduz e reforça o estatuto de classe. A taxa de exploração mede-se relativamente à mais-valia total produzida, e não à fração consumida individualmente pelos capitalistas. Senão, cairíamos no absurdo de avaliar a exploração sem considerar o capital, que decorre da parte investida dos lucros. Nas regiões e nos ramos onde a mais-valia absoluta domina, a maior desigualdade nos rendimentos consumidos não serve para calcular o grau de exploração, mas apenas o grau de não-reinvestimento do lucro, que não regressa aos ciclos do processo de produção porque estes não lhe permitem uma reprodução suficiente. E é porque a mais-valia relativa facilita o agravamento da taxa de exploração que pode aí ser menor a percentagem dos lucros dedicada ao rendimento pessoal dos capitalistas e acelerar-se a reprodução em escala ampliada do capital. É esta a conjugação desses três fatores.

Porém, ao mesmo tempo que podemos supor, em princípio, que a mais-valia relativa implica uma maior taxa de exploração do que a absoluta, não devemos esquecer que a situação material dos trabalhadores inseridos nos mecanismos da mais-valia absoluta é incomparavelmente pior do que a dos incluídos no outro regime de exploração. São duas questões distintas e que nunca devem ser confundidas. Se o aumento da produtividade leva à diminuição do valor dos bens e serviços incorporados na reprodução de cada trabalhador, então o consumo material desses *inputs* pode aumentar ao mesmo tempo que o seu valor se reduz e, por isso, aumenta a mais-valia extorquida. Do mesmo modo, o acréscimo de tempo de trabalho gasto na formação de cada futuro trabalhador, em sistema de mais-valia relativa, vai constituir precisamente a condição para a sua desvalorização, à medida que as gerações seguintes forem começando a trabalhar. Assim, para quem esteja sujeito aos mecanismos da mais-valia relativa, o aumento material do consumo é um elemento do mesmo processo que leva ao agravamento da taxa de exploração ou, pelo menos, facilita-o. A mais-valia relativa exacerba a miséria social, aquela que se mede, não em termos do consumo material, mas em termos de valor — os únicos que interessam aos capitalistas.

Apesar de desprovida de qualquer fundamento racional, a confusão entre o nível material de consumo e o grau de exploração resulta inevitavelmente das situações em que os trabalhadores inseridos em cada um dos regimes de mais-valia lutam em isolamento recíproco. Esta divisão interna à força de trabalho se verificará tanto mais facilmente quanto cada um dos sistemas de exploração hegemoneize grandes áreas, criando-se blocos geoeconômicos que acentuam o distanciamento entre as lutas. Apenas a prática em comum permite a compreensão dos problemas alheios e, separados pelos regimes de produção, só se conjugarem as suas lutas

poderão entender-se ambos os grupos de trabalhadores. Se não o fizerem, mantêm e agravam o alheamento em que reciprocamente se encontram e que tem a expressão mais concentrada na confusão entre o consumo, estimado em termos materiais, e a exploração, medida em termos de valor.

O mecanismo que converte a satisfação de reivindicações numa taxa de exploração superior àquela de que sofrem os trabalhadores que são repetidamente derrotados e vegetam na mais abjeta miséria física tem constituído uma importante forma de ocultamento do capital. A força de trabalho inserida no regime de mais-valia absoluta, considerando-se mais explorada apenas porque se vê materialmente miserável, supõe um estatuto de privilégio aos explorados de acordo com os processos da mais-valia relativa. Criou-se, assim, o mito da “aristocracia do proletariado”. Os que confundem com o consumo em valor o consumo material julgam que um acréscimo deste corresponderia a uma diminuição da exploração e, como ao mesmo tempo constataam o grau superior de acumulação do capital nos setores mais produtivos, concluem que os trabalhadores inseridos nestes setores partilhariam os lucros com os capitalistas; afirmam, assim, que ambos apareceriam em posição de exploradores perante os trabalhadores sujeitos à mais-valia absoluta. Os partidários desta tese possuem uma curiosa concepção dos mecanismos do capital. Ao mesmo tempo que consideram que os trabalhadores em mais-valia absoluta são os mais — ou os únicos — explorados, afirmam que os capitalistas sediados nos países mais industrializados mantêm aí o elevado nível de consumo *material* graças a capitais que retiram da área de mais-valia absoluta, precisamente daquela onde a taxa de exploração seria alegadamente superior. De um sistema de reprodução pelo investimento, o capitalismo ficaria assim transformado num regime de esbanjamento, de *potlatch*! Se fosse efetivamente superior a taxa de exploração praticada sobre os trabalhadores sujeitos à mais-valia absoluta, por que razão a grande parte dos investimentos das transnacionais se dirige para a área onde é hegemônica a mais-valia relativa? E por que razão, quando esses investimentos externos diretos incidem nos países ditos “subdesenvolvidos”, não procuram os ramos de trabalho-intensivos típicos da mais-valia absoluta, onde teriam ampla oportunidade de aproveitar o nível pretensamente superior de exploração, mas são, ao contrário, canalizados para os ramos onde é mais elevado o montante de elementos de capital constante por trabalhador? E por que razão é cada vez maior a produção de sintéticos nos países mais industrializados, para substituir matérias-primas naturais produzidas nas áreas de mais-valia absoluta em condições reputadas de superior exploração? Nem os paradoxos teóricos, porém, nem as insuficiências empíricas, são eficazes para pôr em causa uma corrente ideológica cuja força vem apenas das

ambigüidades práticas. E, embora inteiramente ilusória no que diz respeito à análise dos mecanismos econômicos, esta confusão entre consumo material e exploração reflete situações bem reais.

A dualidade geoeconômica da força de trabalho suscita ainda, tanto na escala de países ou regiões como na de ramos de produção tecnologicamente retardatários, outras formas de ambigüidade, que vão desde a confusão pontual de interesses até verdadeiras alianças, entre os trabalhadores sujeitos à mais-valia absoluta e os capitalistas, locais ou setoriais. Estes são obviamente desfavorecidos na repartição da mais-valia em benefício dos que, por comandarem os mecanismos da produtividade, desfrutam de uma elevada acumulação e concentração do capital. Foi assim que nasceu e se tem mantido o mito fascista das “nações proletárias”, internacionalizado depois nas suas variantes terceiro-mundistas. As teses acerca da Itália enquanto “nação proletária”, primeiro formuladas por Enrico Corradini no final da primeira década do século XX e inteiramente assimiladas em seguida pela doutrina oficial mussoliniana, constituem o recíproco das da “aristocracia do proletariado”. A forma como nas últimas décadas se operou o processo de descolonização, pelo triunfo da conciliação nacionalista de interesses sociais radicalmente antagônicos, constituiu uma das mais profundas derrotas orgânicas dos trabalhadores, interrompendo a sua constituição como uma classe efetiva em escala mundial. Este processo explica-se apenas pela cisão geoeconômica entre as forças de trabalho exploradas num e no outro sistema de mais-valia, com a conseqüente sujeição dos seus interesses aos capitalistas de cada um dos lados. Escrevi, quando analisei o regime de mais-valia absoluta, que a repressão sistemática era aí a estratégia dos capitalistas. Na verdade, porém, nenhuma classe dominante pode manter o seu poder se baseada unicamente na repressão. Podemos ver agora como as ambigüidades suscitadas pela dualidade geoeconômica permitem aos capitalistas da área da mais-valia absoluta articular os seus interesses com as ilusões dos trabalhadores. É este o quadro que explica a permanente repartição da vida política desses países, e até a sua pendular oscilação, entre as demagogias do populismo e a cruel realidade de repressão. Com efeito, a miséria material, não só da maior parte dos trabalhadores das “nações proletárias”, mas igualmente dos que atuam nos ramos menos produtivos incluídos em países tecnologicamente avançados, é uma conseqüência da sua exploração pelos capitalistas dessas mesmas nações ou ramos de produção. Porque a forma de exploração a que estão sujeitos não permite uma acumulação rápida do capital, os capitalistas que a encabeçam aparecem inferiorizados relativamente aos seus congêneres dos setores onde é acelerado o desenvolvimento da produtividade. Na realidade dos mecanismos econômicos, não há aqui

qualquer conciliação de interesses, mas o mesmo e fundamental antagonismo entre trabalhadores e capitalistas,

E, como não existe nas relações sociais cisão ou hostilidade que não produza o seu recíproco, também nas áreas hegemônicas pela mais-valia relativa os trabalhadores tendem a atribuir uma conotação positiva à melhoria da sua situação material. Confundem então o acréscimo da remuneração medido em bens materiais com um aumento em valor, sem se aperceberem de que é precisamente por eles próprios ganharem mais em termos materiais que os capitalistas lucram mais em termos de valor. Esta ambigüidade fundamenta todas as ideologias mediante as quais os capitalistas procuram — e tantas vezes conseguem — fazer crer aos trabalhadores que estes se beneficiam do desenvolvimento econômico. A metáfora do bolo, que tem de crescer para poder ser repartido, ilude a questão fundamental, que é a de que não se fala aqui os mesmos termos. Em sistema de mais-valia relativa, os trabalhadores só comerão uma fatia maior porque ela incorpora um tempo de trabalho menor. Mas, enquanto se mantiverem os fundamentos sociais desta ambigüidade, reproduzir-se-ão formas de conciliação de interesses entre capitalistas e trabalhadores na área de mais-valia relativa que corresponderão às existentes na outra área de exploração e as agravarão.

A cisão que assim se desenvolve entre a força de trabalho explorada conforme cada um dos regimes é um fator importantíssimo do seu enfraquecimento enquanto classe em nível mundial, prejudicando decisivamente a capacidade de generalizar e radicalizar as lutas e, portanto reforçando a posição dos capitalistas. Esta situação não resulta de qualquer demagogia, isto é, de um conjunto de causas decorrente em um nível meramente ideológico. As ilusões dos trabalhadores que confundem a indigência com uma maior exploração e o consumo material com a prosperidade econômica exprimem diretamente a situação social em que se encontram. Quando conquistam o acesso aos mecanismos centrais do capital, o que é exatamente o mesmo que dizer, quando radicalizam as lutas e as generalizam em um âmbito cada vez mais vasto, a contradição fundamental com os capitalistas revela-se em toda sua extensão, tornando-se por isso mesmo evidente a identidade de interesses entre a força de trabalho inserida em cada um dos regimes da mais-valia. É então, e só então, que as ambigüidades se destroem e que se revela a multiplicidade de facetas da exploração e da miséria. Em cidades africanas, quer no Norte do continente, no Egito, na Tunísia, na Argélia, quer no Sul, na Zâmbia, por exemplo, ou, em casos ocorridos enquanto revejo o manuscrito, nas capitais do Benim e do Sudão, políticas de recessão econômica, de contenção salarial e de aumento dos preços dos bens de subsistência básica, que os governos desses países várias vezes procuraram implantar em

estreita conjugação com os meios financeiros internacionais, foram repetidamente postas em causa e eficazmente derrotadas pela revolta conjunta dos trabalhadores urbanos. Muitos, a grande maioria, decorrem certamente do regime de mais-valia absoluta; mas creio que o eixo organizativo destes movimentos, a sua espinha dorsal, tem-se devido àqueles trabalhadores explorados segundo a mais-valia relativa e que, por isso, dispõem tradicionalmente de formas organizativas próprias. Em todos os casos em que, pelo menos na última década, este tipo de contestação se desencadeou, tem-se revelado imbatível. Nem a pleora de trabalhadores subempregados se limita então à vulcânica irrupção de uma violência sem freio, mas de curto fôlego e desprovida de objetivos precisos; nem a percentagem reduzida de trabalhadores inscritos no setor mais produtivo se limita a pressões recuperáveis graças à burocratização das instituições reivindicativas. O sentido organizativo e de orientação estratégica de uns e o radicalismo de ação dos outros têm, em todos estes casos, feito recuar os governos e impedido a aplicação das medidas graves, por vezes mesmo têm obrigado as classes dominantes a introduzir consideráveis alterações no regime político. O sucesso destes movimentos vem de conjugarem, numa prática de luta comum, as experiências de cada um dos grandes setores da força de trabalho, ultrapassando assim efetivamente a sua decisão.

Mas estes movimentos têm sido breves e, além disso, nunca até hoje incluíram ao mesmo tempo a totalidade dos trabalhadores de uma vasta área, de um conjunto de países. E a própria cedência dos governos desencadeia mecanismos desmobilizadores e recuperadores, que analisarei na última seção. Para além dos seus efeitos, a grande importância deste tipo de lutas decorre do caminho que apontam. Elas serão tanto mais freqüentes e efetivas quanto a dualidade geoeconômica for ultrapassada por uma interpenetração mais estreita de ambos os regimes de exploração, de maneira que seja fisicamente mais fácil, ou pelo menos possível, que a expansão do movimento reivindicativo de um dos setores da força de trabalho extravase os seus limites e mobilize o outro setor, articulando-se então num conflito comum. Não é certamente a condição suficiente necessária, que a dualidade de regimes de exploração não se reproduza numa dualidade de áreas geográficas, mas, pela multiplicação dos pólos de mais-valia relativa, dê lugar à sua maior interpenetração e, portanto, a contatos sociais mais freqüentes e regulares entre ambos os setores da força de trabalho. Nesta perspectiva, o mecanismo crucial consiste nos investimentos das transnacionais. Quanto mais o desenvolvimento e a radicalização de lutas nos centros de mais-valia relativa vier a erguer obstáculos ao prosseguimento desse regime de exploração, tanto mais as grandes empresas hão de orientar investimentos para outras áreas onde tais limites não se façam ainda sentir e, assim, multiplicarão em áreas de mais-valia

absoluta centros de mais-valia relativa. E, quanto mais a repetição de lutas nas áreas de mais-valia absoluta acentuar a ineficácia econômica da mera estratégia de repressão, tanto mais fortes serão as pressões para o desenvolvimento da produtividade ou, pelo menos, mais agudamente a sua necessidade se fará sentir. Poderemos supor, assim, que os mecanismos inerentes ao desenvolvimento dos conflitos em cada uma das áreas levem os investimentos externos diretos a converter a dualidade geoeconômica numa interpenetração de setores? Mas esta é uma tendência que, se ocorrer, apenas surtirá efeitos num longo prazo. Para já, e certamente durante muito tempo, na vida corrente é a fragmentação das lutas e o seu isolamento que prevalecem e, por isso, os trabalhadores não têm ultrapassado a heterogeneidade que os divide. Afinal, as ilusões e ambigüidades, ao refletirem-se em ambos os setores da força de trabalho, exprimem por aí novamente a necessária articulação entre os dois tipos de mais-valia.

Este quadro geral das cisões entre trabalhadores em nível mundial verifica-se em qualquer esfera mais restrita. Trata-se de duas tendências contraditórias, que se reproduzem e se sobrepõem numa pluralidade de âmbitos: a tensão pela qual os trabalhadores se unificam enquanto classe e aquela que os heterogeneiza e os cinde se conjugarão sempre, em movimentos vários, enquanto no capitalismo se articularem ambos os tipos de mais-valia. Daqui resulta a grande diversidade de estatutos sociais no interior da força de trabalho, os quais, enquanto grupos específicos, procuram definir-se por oposição recíproca e portanto, inevitavelmente, assimilando-se aos capitalistas. É isto que explica o fenómeno que poderei talvez classificar como ascensão social imaginária e que é muitíssimo mais corrente do que o da ascensão real. Os capitalistas procuram confundi-los, para apresentarem este último como se fosse tão freqüente como o primeiro, acenando assim aos trabalhadores com o paraíso do capital como prêmio obrigatório da traição de classe. De novo o mundo das ilusões é a expressão direta de uma realidade social bem diferente. Esta ascensão faz-se apenas pelo imaginário dos gestos e dos símbolos exteriores, numa palavra, pela moda. Os trabalhadores copiam então os padrões que julgam ser os dos capitalistas — quando ao mesmo tempo eles deixam de sê-lo, pois na moda articula-se inevitavelmente a imitação entre classes com a diferenciação de classes. É um permanente movimento sem fim de estratos sociais de trabalhadores que imitam a aparência de capitalistas, apenas para estes se reafirmarem como tais redistinguindo-se semiologicamente dos trabalhadores e de novo se encetar o mesmo processo.

E a moda é também indissociável da cultura de gerações, porque a afirmação do grupo etário como grupo de classe não se separa da sua diversificação pelos dois regimes de

exploração. Os jovens trabalhadores em sistema de mais-valia relativa podem assim imaginar o acréscimo de qualificações de que são providos, enquanto nova geração em formação, como se constituísse uma ascensão aos padrões de comportamento dos jovens capitalistas. De tal modo que a obra de Dreiser e as de Scott Fitzgerald, que atrás me vieram à memória quando referi aos primeiros grandes desenvolvimentos de uma cultura de gerações, não podem deixar de ser agora recordadas a propósito das ambigüidades da moda.

Desta permanente reprodução da heterogeneidade no interior da força de trabalho, resulta a restrição do número de trabalhadores capazes, em cada momento, de desenvolver a luta contra o capital até formas mais extremas e radicais. Resulta, portanto, a fragmentação das lutas e o seu isolamento, com as inevitáveis conseqüências: no sistema em que predomina a mais-valia relativa, a sua mais fácil assimilação e recuperação; no sistema onde prevalece a mais-valia absoluta, a sua mais eficiente repressão e contenção. Em qualquer dos casos, o resultado consiste no reforço do capital e na reprodução de cada um dos tipos de mais-valia e, portanto, da sua articulação — de onde, por sua vez, resulta a heterogeneidade no interior da força de trabalho e o recomeço de todo o processo. Mostrei atrás, a propósito da mais-valia relativa, como a luta de classes vigora mesmo pela absorção dos seus efeitos. Procurei mostrar agora, quanto à problemática da articulação entre ambos os regimes de exploração, que a luta de classes explica também aquelas situações em que, devido à heterogeneidade da força de trabalho estabelecem-se relações ambíguas entre explorados e capitalistas.

2.5. Taxa de lucro

A mais-valia é uma relação que se define no trabalho vivo, ou seja, no trabalho despendido de novo em cada ato de produção. Este trabalho novo, porém, opera apenas mediante a reelaboração de produtos de tempos de trabalho anteriormente gastos, ou seja, o exercício do trabalho vivo acarreta simultaneamente a conservação do valor de parte do trabalho morto. Define-se, assim, uma dupla relação: a taxa de mais-valia, ou taxa de exploração, que é a relação entre a mais-valia e o capital variável avançado; e a taxa de lucro, que é a relação entre a mais-valia e a soma do capital variável com o constante, ou seja, entre a mais-valia e a totalidade do capital avançado. Para os trabalhadores, é a primeira destas relações a que mais imediatamente interessa. É ela que mede a exploração e, portanto, situa a classe dos trabalhadores no confronto com os capitalistas e permite avaliar a posição relativa dos grupos de

trabalhadores, conforme os graus de exploração a que se sujeitam. Para os capitalistas, porém, que avançam não só o capital variável, mas ainda o constante, a taxa de mais-valia apenas importa mediante os efeitos que exerce sobre a taxa de lucro. A exploração é o motor de toda a vida econômica e, por isso mesmo, é em função da globalidade dos aspectos da economia que deve ser avaliada a eficácia da taxa de exploração.

Os mecanismos da mais-valia relativa, os únicos que, como vimos, podem incessantemente crescer a taxa de mais-valia, operam mediante o desenvolvimento da produtividade. Se consideramos um estágio tecnológico como já dado, é possível, dentro desses limites, obter um aumento da produtividade graças à mera reorganização do sistema de trabalho, sem precisar de mais máquinas nem de nova maquinaria. Neste caso, o volume material das instalações e meios de produção mantém-se inalterado, o número de trabalhadores também, e a produtividade aumenta. Porém o maior número de *output* obtido implica — na medida em que se mantenha o mesmo estágio tecnológico — um acréscimo da massa de matérias-primas empregada, ou seja, têm de aumentar certos elementos do trabalho morto relativamente ao vivo, atenuando, ainda que parcialmente, os resultados antes definidos. As possibilidades de desenvolvimento da produtividade se processar dentro dos limites de um estágio tecnológico já dado esgotam-se, por isso, mais ou menos rapidamente e, a prazo, os mecanismos da mais-valia relativa exigem a abertura de novos estágios. Estes se caracterizam, em comparação com cada um dos anteriores, pelo aumento da massa dos elementos empregados de capital constante. Para que se obtenha um maior volume de *output* em idêntico tempo de trabalho, é em geral necessário que o trabalho vivo mova uma massa crescente de trabalho morto. É certo que pode suceder, e freqüentemente sucede, que o emprego de novas tecnologias em certos ramos de produção diminua o volume dos elementos de capital constante aí empregados. Quando isso acontece, porém, trata-se de um aspecto da mobilização de capacidades materiais drenadas para o desenvolvimento da produção globalmente considerada, mediante a abertura de ramos novos. O emprego de uma massa crescente de elementos do capital constante verifica-se sem exceção para o conjunto econômico global e só não constitui uma regra sempre válida para cada ramo de produção particularmente considerado, porque a economia se expande pela proliferação destes ramos. A relação entre, por um lado, o volume das instalações, da maquinaria e da matéria-prima e, por outro, o número de indivíduos que com elas trabalham, Marx chamou de composição técnica do capital. O desenvolvimento da produtividade acarreta, portanto, o aumento da taxa expressa na composição técnica.

É este precisamente o local de uma contradição, cuja análise tem uma importância

decisiva para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo. A capacidade de reprodução em escala ampliada do capital depende da taxa de mais-valia e são os progressos da produtividade que fazem com que esta taxa aumente. O aumento da produtividade, porém, implica uma massa crescente de elementos do capital constante com referência ao número de trabalhadores, o que significa que o sobretabalho despendido entra em relação com um volume cada vez maior de elementos do trabalho morto. Ora, só o trabalho vivo pode, ao mesmo tempo que conserva o valor de parte do trabalho morto, produzir um valor novo, do qual uma fração é a mais-valia. Se a composição técnica do capital corresponder ao que Karl Marx denominou composição-valor, isto é, se a relação entre o volume das instalações, meios de produção e matérias-primas, por um lado e, por outro, o número de trabalhadores, for idêntica à relação entre os tempos de trabalho incorporados nesses elementos e, portanto, à relação entre o capital constante e o capital variável avançados, então diminuirá a taxa de lucro. O aumento da produtividade implicaria, neste caso, o permanente crescimento relativo da fração constante de capital, de maneira que, por maior que fosse o acréscimo do sobretabalho relativamente ao tempo de trabalho necessário, a mais-valia produzida acabaria por se encontrar em declínio proporcionalmente ao capital global, constante e variável, avançado. Referindo-se a este tipo de casos, no capítulo XIV do Livro III de *O Capital*, Marx mostrou com toda a clareza que tal declínio da taxa de lucro não ocorreria devido a qualquer diminuição da produtividade do trabalho, mas precisamente em virtude do acréscimo dessa produtividade. Seriam os mesmos mecanismos da mais-valia relativa, que levam ao aumento da mais-valia relativamente ao capital variável avançado, que ocasionariam o crescimento mais rápido ainda do capital constante e, portanto, a queda da mais-valia relativamente ao capital global. Ora, como só a mais-valia pode reproduzir o capital, pode manter-lhe e ampliar-lhe o valor, a diminuição da taxa de lucro implicaria o decréscimo da capacidade de reprodução em escala ampliada do capital. Toda a vida econômica converge no processo de exploração, medido pela taxa de mais-valia; mas a eficácia da exploração é avaliada, para os capitalistas, pelo grau em que assegura a reprodução em escala ampliada do capital global, ou seja, pela taxa de lucro.

Nestes termos estritos, o desenvolvimento da produtividade, que é o próprio eixo do desenvolvimento capitalista, tenderia a fazer baixar a taxa de lucro. Os mecanismos do aumento da produtividade não se aplicam, porém, aos processos de produção isoladamente considerados, mas sempre às linhas de produção; e, quanto maior a produtividade, mais longas e imbricadas se tornam as linhas de produção. De maneira que, se os elementos do capital constante aumentam em volume, eles próprios, enquanto *output*, beneficiam-se da produtividade

acrescida e cada um deles diminui em valor. Em suma, o desenvolvimento da produtividade, ao mesmo tempo que leva ao acréscimo da massa de elementos do capital constante, determina a sua diminuição em valor. A relação entre a composição técnica e a composição-valor é, portanto, variável e contraditória. Na tensão resultante constitui-se outra relação, que Karl Marx denominou de composição orgânica do capital. Marx insistiu em *O Capital*, no capítulo XXV da versão francesa do Livro I e no capítulo VIII do Livro III, no fato de a composição orgânica refletir a composição-valor enquanto dependente da composição técnica, exprimindo assim dinamicamente as alterações sofridas na composição-valor em função de variações na composição técnica. Colocada a questão deste modo, o decisivo é que a definição genérica dos mecanismos da produtividade não permite, por si só, prever em que medida a redução do valor de cada um dos elementos do capital constante compensará o seu aumento em quantidade. Tudo o que desde o início se pode afirmar é que esta contradição pressiona poderosamente os capitalistas a aumentarem de tal modo a produtividade, que o agravamento da composição técnica seja mais do que compensado pelo declínio da composição-valor; e, como esse acréscimo da produtividade é o fator que suscita esta contradição, são cada vez maiores as pressões que ela exerce e, ao mesmo tempo, é mais forte também a necessidade de superá-la, num processo sem fim — ou melhor, que apenas terminará com o fim do capitalismo. Foi a propósito deste problema que Karl Marx definiu a lei tendencial, como já atrás referi. Teremos assim, na reformulação que proponho, que o aumento da composição técnica do capital, ao mesmo tempo que pressiona pelo aumento da sua composição-valor, pressiona também pela diminuição da composição-valor, sendo a composição orgânica, em cada caso, o resultado desta tensão contraditória. A própria tendência à baixa da taxa de lucro desencadeia mecanismos que em menor ou maior grau a contrabalançam, de modo que esta lei tendencial vigora, tanto diretamente como mediante a determinação de efeitos contrários.

A forma mais genérica e, a prazo, de importância decisiva para obter a diminuição da composição orgânica consiste no desenvolvimento da produtividade no setor que fabrica meios e matérias de produção. Pelo mesmo processo que leva à diminuição do valor dos *inputs* incorporados na força de trabalho e, portanto, ao aumento da mais-valia, obtém-se a diminuição do valor dos elementos do capital constante, com as conseqüentes pressões pela baixa da composição orgânica do capital e, portanto, pela subida da taxa de lucro. A curto prazo pode se chegar ao mesmo resultado mediante uma ampliação da esfera do comércio externo, que permitirá obter a um preço inferior elementos necessários às operações da produção. Porém este efeito tende em breve a anular-se pelo estabelecimento de novos valores médios, o que

suscita duas ordens de conseqüências: um novo aumento do âmbito do comércio externo; e a aceleração do desenvolvimento da produtividade, que incorpore na estrutura produtiva de cada região aqueles resultados que o comércio permite obter apenas mediante o relacionamento entre regiões. Assim, pela sua própria ação os efeitos resultantes do comércio externo são progressivamente transferidos para o interior de linhas de produção cada vez mais amplas e integradas, devendo então ser analisados neste nível. Confirma-se, em suma, o papel central que os mecanismos de desenvolvimento da produtividade, responsáveis pela pressão em favor da baixa da taxa de lucro, desempenham simultaneamente na pressão pelo aumento da taxa de lucro. Aqui, porém, deve distinguir-se entre os elementos componentes do capital constante.

O acréscimo da produtividade diminui a parte do valor das instalações e da maquinaria conservada em cada unidade do *output*, ao mesmo tempo que reduz também a parte do novo tempo de trabalho incorporada em cada uma dessas unidades, tendendo portanto a aumentar a parte relativa correspondente à conservação do valor das matérias-primas empregadas. Exercem-se, assim, fortes pressões para aumentar a produtividade na produção das matérias-primas. Ora, é naquelas vastas regiões onde a mais-valia absoluta prevalece que, sendo menor o desenvolvimento industrial, o setor rural e o extrativo ocupam a maior porção da economia; e, como é precisamente aí que sobretudo residem os principais bloqueios à produtividade, resulta que, em nível mundial, a produção em geral cresce a uma velocidade superior à da produção de matérias-primas naturais, com a conseqüente tendência ao aumento do preço destas e, portanto, a pressão pela baixa da taxa de lucro. É nesta fase que, perante a impossibilidade de ultrapassar a curto prazo a situação social responsável pela vigência da mais-valia absoluta em tão vastas áreas, torna-se necessário ao capitalismo proceder tanto à transferência da produção de matérias-primas para as áreas onde prevalece a mais-valia relativa, como desenvolver a substituição industrial de matérias-primas, de maneira que à sua produção natural suceda a produção sintética. São processos deste tipo que, ao longo do tempo, têm-se verificado para sucessivas matérias-primas e para frações cada vez mais consideráveis de cada uma das matérias-primas empregadas. Deste modo, os ritmos da produtividade industrial passam a reger a produção de matérias-primas, tal como a dos demais meios de produção, o que novamente confirma a função central desempenhada por estes mecanismos. Talvez possa também admitir-se como uma das formas de contrariar a baixa da taxa de lucro a abertura de novos ramos de produção, que durante uma fase inicial necessitam de menos capital constante, até virem progressivamente a sofrer a mesma tendência geral ao agravamento da composição técnica. Nesse estágio inicial, parece-me estarem hoje alguns dos novos tipos de serviços. Finalmente,

tudo o que contribuir para diminuir os custos de circulação capital, bem como o período dessa circulação, reduzirá correspondentemente o montante de capital avançado e, por conseguinte, aumentará a taxa de lucro. São estas as principais formas como os mecanismos da produtividade convertem a baixa da taxa de lucro numa lei tendencial, que opera também pela determinação de efeitos contrários. Sem que existissem as pressões pela baixa da taxa de lucro, os capitalistas não desencadeariam estes mecanismos e, portanto, se ocorre um aumento da taxa de lucro, isso se deve à existência de tensões fundamentais para a sua baixa.

Karl Marx sempre considerou que, no funcionamento desta lei tendencial, o aumento da composição técnica do capital seria superior ao aumento da sua composição-valor, sem que porém esta última pudesse verdadeiramente diminuir. Os mecanismos da produtividade não conseguiriam mais do que defasar os ritmos do acréscimo de ambos os tipos de composição do capital, atenuando e adiando as suas conseqüências últimas, mas sem que na realidade as invertessem por longos períodos. Assim, em qualquer perspectiva superior ao curto prazo, a composição orgânica do capital se agravaria, residindo as dúvidas unicamente no grau e na velocidade desse aumento e, portanto, da diminuição da taxa de lucro. Creio que Marx, talvez pela época em que escreveu, certamente também em virtude de contradições e limitações estruturais da sua obra, subestimou seriamente a capacidade de expansão da produtividade capitalista. O pleno funcionamento dos processos da mais-valia relativa tem como efeito o aumento simultâneo de ambas as taxas. A taxa de lucro pode aumentar porque, ao mesmo tempo que o desenvolvimento da produtividade leva à diminuição do valor dos elementos do capital constante, a mais-valia relativa, de que essa produtividade acrescida constitui um mecanismo central, leva ao forte acréscimo da massa de mais-valia produzida e à redução do valor incorporado na força de trabalho; assim, simultaneamente aumenta o numerador e diminuem os componentes do denominador, com o conseqüente aumento da taxa. Neste caso, a lei tendencial da baixa da taxa de lucro vigora inversamente mediante a defasagem seguinte: o aumento da taxa de mais-valia é superior ao aumento da taxa de lucro. Este processo, se se desenvolve com suficiente amplitude, pode criar até o contexto favorável a uma política de redobradas concessões salariais. Indiquei, no primeiro capítulo desta seção, que a taxa de aumento do consumo material da força de trabalho tem como limite a taxa de diminuição do valor dos bens e serviços consumidos, de maneira que esta última terá de ser maior do que a outra. Porém, um rápido acréscimo da produtividade na fabricação dos elementos do capital constante poderá fazer com que a sua diminuição em termos de valor seja superior à diminuição do capital variável necessário para assalariar a força de trabalho. Será assim possível aos capitalistas

acentuar o caráter reformista da sua política, aumentando os salários sem porem com isso em perigo a taxa de lucro. O declínio do valor dos elementos do capital constante é, portanto, o segundo dos limites ao aumento do consumo material dos trabalhadores, podendo levar a um acréscimo da taxa de lucro mesmo numa situação em que se reduza a taxa de mais-valia. A este respeito é sugestivo das suas limitações, ou contradições, que Karl Marx não só considerasse que pelos mecanismos da mais-valia absoluta se podia aumentar a taxa de lucro, como tivesse mesmo atribuído uma tão grande importância a esse processo. Ele parece julgar que a composição orgânica no regime de mais-valia relativa ultrapassaria sempre a existente no quadro da mais-valia absoluta. Isso sucede incontestavelmente com a composição técnica, pois é ela que mede o grau de desenvolvimento do capitalismo. Mas a este sistema econômico não interessa um aumento da taxa de lucro que resulte de uma redução material dos elementos de capital constante empregados; apenas lhe importa o que resultar do desenvolvimento da produtividade, necessário à mais-valia relativa, mediante o qual, o acréscimo material dos elementos de capital constante se conjuga com o seu declínio relativo em termos de valor. A diminuição do volume material dos meios de produção pode implicar, aritmeticamente, o aumento da taxa de lucro, mas, com certeza, os seus efeitos econômicos e sociais seriam o colapso deste modo de produção! E, como o valor depende do ritmo da produtividade, a estagnação característica das áreas onde predomina a mais-valia absoluta significa precisamente que, apesar da baixa composição técnica, a composição em termos de valor pode ser relativamente elevada. Além disso, sem condições para poder reduzir drasticamente o valor dos bens e serviços incorporados na força de trabalho, o capitalismo nessas áreas não se beneficia de uma taxa de exploração que compense os problemas surgidos com o denominador na taxa de lucro. Num quadro de estagnação geral da produtividade, em que prevaleça, por conseguinte a mais-valia absoluta, um capital variável elevado relativamente ao constante é desfavorável aos capitalistas, porque constitui o sintoma de uma baixa taxa de exploração. Ao contrário, desde que prevaleça a dinâmica da mais-valia relativa, os mecanismos da produtividade podem levar a que o declínio do valor dos elementos do capital constante seja maior ainda do que o dos bens consumidos pela força de trabalho, resultando então a situação em que o acréscimo da taxa de lucro ultrapassa o da taxa de mais-valia.

Para que estes objetivos, porém, sejam alcançados, não basta que o capitalismo se reproduza em escala ampliada; é necessário que o ritmo desse desenvolvimento seja crescente e que a acumulação de capital seja cada vez mais considerável. O aumento da composição técnica num dado ramo de produção implica a redução relativa do emprego de força de trabalho

nesse ramo e, portanto, o acréscimo do número de trabalhadores disponíveis nos ramos já existentes ou na abertura de novos. Ora, como os mecanismos de aumento da produtividade que contrabalançam o agravamento da composição técnica requerem novas linhas de produto nos ramos já estabelecidos, bem como o aparecimento de outros, sucede que estes efeitos podem sustentar-se reciprocamente e em cadeia, permitindo a reprodução em escala ampliada em vastas dimensões e, assim, o aumento da taxa de lucro. Para que um processo deste tipo se mantenha, é, porém, necessário que o desenvolvimento da produtividade exija um aumento da produção a um ritmo tal que assegure o pleno emprego, sendo dado que em sistema de mais-valia relativa o volume de *output* é cada vez maior relativamente ao número de trabalhadores empregados. Marx indicou muito claramente que a composição orgânica determina o nível de procura da força de trabalho, contribuindo assim para demonstrar o caráter histórico das leis demográficas. São o tipo e o grau de defasagem que o capitalismo consegue ou não manter entre, a composição técnica e a composição-valor que garantem, ou não, a possibilidade de desencadear um processo de mais-valia relativa que ao mesmo tempo sustente uma elevação da taxa de lucro.

O problema é assim, em última análise, o dos ritmos da mais-valia relativa. Quando uma inovação se generaliza e torna-se de uso corrente, os seus efeitos relativos deixam de operar. A mais-valia relativa o é por comparação com o estágio anterior e, quando o sistema que inaugurou ocupa toda a cena, termina um ciclo. O mesmo sucede com o processo de formação da força de trabalho, para o qual é historicamente mutável a definição de trabalho complexo. A entrada em atividade de uma nova geração encerra o ciclo aberto pela formação da anterior. Tanto o ritmo em que estes ciclos se sucedem, como o grau de defasagem entre eles são pautados pela luta de classes, pelo desencadeamento das pressões e reivindicações dos trabalhadores e pela capacidade por parte dos capitalistas de as assimilar e recuperar. Quanto mais, em resposta às lutas, os ciclos se sucederem rapidamente e quanto maior for a sua defasagem, tanto mais veloz e ampla será a reprodução em escala ampliada do capital e, assim, mais efetivas serão as possibilidades de aumentar a taxa de lucro. Na realidade, articulam-se aqui dois tipos de ciclo, cuja distinção será só plenamente entendida em função da análise que hei de prosseguir no último capítulo. Mas desde já posso avançar a tese de que a classe trabalhadora, na relação contraditória com os capitalistas, vai transformando a sua própria estrutura orgânica, modificando não só o modo como apresenta as reivindicações fundamentais, mas também a maneira como procura passá-las à prática e as pressões que para isso exerce. Reciprocamente, evolui tanto a forma capitalista de assimilação das lutas como os efeitos sociais

dessa recuperação, modificando-se a organização dos processos de trabalho e os sistemas pedagógicos. A história deste modo de produção aparece como uma sucessão de fases, que se distinguem porque em cada uma a relação contraditória dos trabalhadores com os capitalistas obedece a um modelo específico. Cada fase constitui um estágio orgânico, de duração pluridecenal, em que um dado tipo de conflito e de recuperação dos conflitos sustenta instituições e uma estrutura social próprias. A sucessão destes estágios correspondem ciclos longos da mais-valia relativa. Com eles se articulam, e a eles se sobrepõem, os ciclos curtos, resultantes da resposta capitalista mais imediata às reivindicações mais prementes.

Quanto mais rapidamente os ciclos se sucederem, tanto mais acelerado será o desenvolvimento tecnológico e, portanto, mais se abreviará o período de vida rentável de cada geração de meios de produção. É neste contexto que o capitalismo expande até as 24 horas por dia o tempo de funcionamento das máquinas e aproveita ao máximo as instalações mediante economias de escala, para daí tirar todo proveito enquanto esse sistema tecnológico não for tornado absoluto. Na medida, porém, em que o grau de concentração do capital o permita, os capitalistas pretendem planificar a entrada em vigor das inovações, de modo que, só no fim da sua vida material, uma dada geração tecnológica seja substituída pela seguinte. Mas para isso é necessário que a luta de classes esteja inteiramente absorvida de antemão. Em definitivo, é sempre da luta de classes que depende o ritmo da mais-valia relativa e, portanto, da reprodução em escala ampliada do capital. Só a rápida sucessão destes ciclos permite que o aumento da taxa de mais-valia seja acompanhado por um acréscimo da taxa de lucro.

2.6. Crises

Obtém-se o desenvolvimento econômico quando o aumento da produtividade faz baixar o valor dos elementos do capital constante e quando os mecanismos da mais-valia relativa, ou seja, essa mesma produtividade, levam ao acréscimo da exploração, de modo tal que aumente a taxa de lucro. Para que resulte, porém, uma situação de equilíbrio em desenvolvimento, é necessário que estes efeitos se repitam e, para isso, a reprodução do capital tem de se fazer com uma amplitude cada vez maior. Os próprios mecanismos que tornam possível crescer a taxa de lucro aumentam a composição técnica e criam, portanto, condições que agravam a pressão pela futura baixa dessa taxa de lucro; assim, a cada novo estágio é necessário que o declínio do valor dos elementos do capital constante e o aumento da mais-valia se exerçam em

escala superior, visto que as pressões que devem contrariar são crescentes também. No capitalismo, o desenvolvimento equilibrado pode figurar-se apenas por uma espiral cujo raio aumenta cada vez mais velozmente.

O volume do *output* é determinado, em cada estágio desta espiral, pela escala da produção nesse estágio, e não pelo consumo preexistente. Nestes termos genéricos, o consumo é uma mera função da produção e deve ser por ela suscitado. Quanto maior é o ritmo do crescimento econômico, quanto mais a espiral se amplia, mais necessário se torna assegurar as condições para que possa se operar a necessária defasagem temporal entre a produção e o consumo final do produto. Aumenta assim de importância o papel desempenhado pelos atacadistas e intermediários, que vão permitir a continuidade do aumento da produção, mesmo que esta não repercuta de imediato num correspondente acréscimo das vendas finais. E, ao tornar-se mais vasto o campo aberto à atividade destes agentes, maior é também a possibilidade de não-realização de parte dos valores produzidos, ou seja, a sua exclusão dos futuros ciclos produtivos e, portanto, a ausência de revivificação de parte do trabalho morto pelo trabalho vivo. Na verdade, mesmo em situação de equilíbrio na reprodução em escala ampliada do capital, em que o aumento da taxa dessa reprodução tem de ser crescente, ele é variável conforme o ramo e não segue, no conjunto, uma curva isenta de desvios. Até em períodos de expansão econômica há lugar para a não-realização de parte do *output*, a qual é, aliás, uma condição de maleabilidade do sistema. Não se trata de um sintoma, nem sequer de um indício precursor de crise, mas da margem necessária à manutenção do equilíbrio em desenvolvimento.

Esta mesma maleabilidade faz sentir também os seus efeitos sobre a força de trabalho. O aumento da composição do capital determina a tendência à queda da procura relativa de força de trabalho. Em situação de mais-valia relativa, apenas o rápido crescimento da taxa de acumulação do capital pode garantir o aumento, ou mesmo só a estabilidade, do volume de emprego. Assim, a sobrepopulação não resulta de uma relação qualquer entre o capital total e a população trabalhadora total, mas de relações, internas ao capital, entre as suas frações variável e constante e entre a mais-valia e a soma do capital variável com o constante. O capitalismo, que determina a oferta da força de trabalho mediante a formação de cada nova geração de trabalhadores enquanto suporte de mais-valia, determina, portanto, também a procura da força de trabalho. As leis demográficas, como Karl Marx convincentemente explicou, não são naturais, mas históricas. Se o aumento crescente da taxa de reprodução do capital não se efetua em um ritmo perfeitamente regular, então é o próprio equilíbrio do desenvolvimento econômico que requer uma margem de desemprego, aumentando quando o crescimento abrandando, diminuindo

quando se acelera. Marx denominou muito expressivamente esta margem como um “exército industrial de reserva”. Chamar-lhe-ei aqui desempregados temporários, para salientar o fato de que a sua manutenção em desemprego num dado estágio destina-se apenas a permitir a eventual aceleração do desenvolvimento econômico em estágios posteriores. Não se trata, neste caso também, de indício ou prenúncio de crise, mas dos próprios mecanismos de um desenvolvimento equilibrado.

Convém, antes de prosseguir, deixar esclarecido o que poderia ser uma fonte de dúvida. Em cada um dos países inseridos na área de predomínio da mais-valia relativa, o desemprego assume ou uma forma preferencialmente explícita, sendo a força de trabalho que ele atinge expelida das empresas e passando a receber um subsídio equivalente a uma fração do salário anterior; ou uma forma sobretudo camuflada, existindo no interior das empresas ou de alguns dos seus departamentos, um número de trabalhadores excedente, o que leva as remunerações de cada um, porque direta ou indiretamente ligadas à produtividade, a corresponderem a uma fração do que seria, no outro caso, as dos trabalhadores empregados, mas sendo superiores aos subsídios de desemprego. Nomeadamente, nos regimes que tiverem abolido a particularização da propriedade e onde a administração econômica é altamente centralizada, cada empresa não possui uma autonomia de decisão que permita expelir os trabalhadores de momento excedentes, os quais permanecem, como desempregados ocultos, no interior do universo empresarial. Onde predomina, porém, o caráter particular da propriedade e onde é bastante descentralizada a administração da economia, a independência das empresas leva-as a expulsar os trabalhadores supranumerários, colocando-os em situação explícita de desemprego. O que os capitalistas contabilizam como custos em cada uma destas situações não será certamente muito diferente; remunerações médias mais baixas num caso corresponderão, no outro, à média entre salários mais elevados e subsídios de desemprego inferiores. E, se se pode argumentar que a manutenção em funções de trabalhadores excedentes atenua as pressões pelo aumento da produtividade, é possível invocar em sentido contrário o fato de que, quanto mais tempo um trabalhador passa fora das empresas, tanto mais capacidades práticas de trabalho perde e mais se desabilita da estrita disciplina do capital. Por isso o prevaecimento de qualquer destas formas não resulta de uma opção tomada pelo patronato, mas do grau de centralização com que se planifica a reprodução do capital. E hoje, assim como na URSS e nos outros países mais industrializados da sua esfera de influência, manifesta-se uma tendência crescente para converter em desemprego explícito pelo menos parte do camuflado, quando não é esta mesmo já a prática corrente; também nos países mais industrializados na órbita estadunidense uma

porção significativa, embora minoritária, dos desempregados temporários mantém-se oculta no interior das empresas. Assim, quando mencionar o desemprego, será a ambas as formas que estarei me referindo.

Para compreender o desenvolvimento econômico equilibrado, nas suas possibilidades e nos seus limites, é necessário ainda ter em conta a diversidade dos circuitos que, mediante a realização dos valores, convertem o *output* em *input* de outro processo de produção. Mencionei atrás que a expansão da mais-valia relativa permite aos capitalistas resolver a contradição entre a sua faceta de vendedores de bens de consumo corrente, para quem interessa que os trabalhadores tenham elevado poder de compra, e a de adquiridores do uso de força de trabalho, para quem importa que os trabalhadores recebam baixas remunerações. Porém, quanto mais o capitalismo se desenvolver, ou seja, quanto mais o aumento da produtividade fizer funcionar os mecanismos da mais-valia relativa, tanto menor proporcionalmente será, em termos de valor, o mercado final para os bens de consumo da força de trabalho, tornando-se assim cada vez menos significativos, para os capitalistas, os efeitos decorrentes daquele tipo de resolução. Sob o ponto de vista da realização do *output* em novo *input*, a questão fundamental e de importância crescente decorre da capacidade de compra das empresas, determinada pela mais-valia mediante a taxa de lucro, e não da capacidade de compra dos trabalhadores, determinada pelo capital variável. O desenvolvimento da produtividade implica que a taxa de crescimento do volume do *output* seja cada vez maior relativamente à taxa de crescimento do seu valor; mas esta última aumenta e o faz até em um ritmo elevado. Neste contexto, a relação decisiva estabelece-se entre o acréscimo de valor decorrente do aumento de *output*, por um lado e, por outro, o aumento das capacidades aquisitivas da globalidade do capital, ou seja, o aumento da taxa de lucro. É neste quadro que o agravamento de tensões pode suscitar uma crise. Já Marx, na parte final da quarta alínea do capítulo XX, no Livro II da sua obra maior, observara que, se o aumento da capacidade de consumo dos trabalhadores pudesse resolver as crises, como alguns pretendiam, e continuam, aliás, a pretender — curiosamente entre os próprios marxistas —, então estas não seriam sempre precedidas por um período em que a força de trabalho obtém efetivamente uma porção maior dos bens de consumo produzidos; Marx comentava que essas épocas de prosperidade, em vez de afastar as crises, ao contrário as preparam e as anunciam. Para a realização do *output* global, a eficácia do mercado de consumo dos trabalhadores é secundária e cada vez menor. Quanto mais aumenta a composição do capital, tanto maior é o montante dos elementos do capital constante produzidos e mais imperativa se torna a sua aquisição para reproduzir em escala ampliada os ciclos produtivos. E este consumo das

empresas, ou seja, os investimentos, pode efetivar-se apenas pelo recurso à mais-valia. São esses os limites impostos pela taxa de lucro à reprodução do capital.

Neste contexto, em que a reprodução do capital se efetua em uma escala sempre mais ampla, é cada vez menor a margem para declínios pontuais no ritmo de aumento da taxa de lucro que não acarretem repercussões globais. Quanto mais acelerada é a reprodução e quanto mais se amplia de ciclo para ciclo, tanto menos possibilidades se oferecem para uma realização de valores que seja apenas parcial. E assim se chega a uma situação de esclerose, não pela estagnação, mas pelo seu exato contrário, pela velocidade crescente. O equilíbrio dinâmico torna-se cada vez mais precário, as suas margens sempre mais estreitas. O sistema econômico é então cada vez menos capaz de absorver as defasagens e os choques e, portanto, fatores de importância decrescente têm repercussões sempre mais graves. Em regra, o acontecimento que suscita uma crise não tem medida comum comparativamente à gravidade dos efeitos desencadeados. Os ideólogos do capitalismo, porém, na impossibilidade de conceberem como fundamentalmente contraditório o sistema que os sustenta, não podem apresentar a crise como o mero ponto de precipitação das contradições gerais e, por isso, responsabilizam o pequeno episódio por todas as catástrofes que se lhe seguem. É este o motivo das mais disparatadas teorias, que atingem afinal um resultado contrário ao que pretendiam, pois exagera a fragilidade de um sistema quem afirma que ele caiu em derrocada perante um obstáculo de somenos importância, acusando ainda de irracionalidade os capitalistas que não conseguiram evitar esse obstáculo. Por isso a questão das crises não se conta entre as que os ideólogos do capital mais gostem de versar. Na verdade, as crises não têm causas próprias. Uma crise não é senão o agravamento do funcionamento de um sistema contraditório e as suas causas não diferem de todas as contradições do próprio sistema. Não me parece, portanto, que possa ter lugar uma teoria geral das crises. É possível enunciar *a priori* as condições contraditórias de funcionamento do sistema; e podem descrever-se *a posteriori* os fatores que, em cada caso, precipitaram cada uma das crises verificadas. A sua eclosão, porém, é sempre diferente conforme as circunstâncias, conforme o estágio de desenvolvimento global do capitalismo. Não há um modelo geral de crise, não havendo assim lugar, na sucessão dos ciclos econômicos, para qualquer regularidade que se repita a longo prazo; e por isso podem as flutuações variar de perfil e a sua amplitude tornar-se maior ou menor, sem que daí se deduza o grau de gravidade da crise que se seguirá. Apenas existe um modelo das contradições gerais do capitalismo e das condições da sua precipitação.

A crise é declarada quando o aumento da taxa de lucro se revela insuficiente num

momento tal da reprodução do capital em que sejam já estreitíssimas as margens de equilíbrio. Os efeitos amplificam-se com o desequilíbrio resultante, precipitando-se a crise e, em consequência da sua eclosão, ocorre uma queda drástica da taxa de lucro. As empresas tornam-se incapazes de adquirir grande parte do *output* já produzido e existente no mercado, do que resulta a diminuição do âmbito dos processos produtivos, tanto porque o volume invendável pressiona pela redução do novo *output*, como porque o decréscimo no consumo de meios de produção e matérias-primas leva ao declínio das capacidades produtivas. A retração dos investimentos não é uma consequência da queda da taxa de lucro, mas a própria expressão dessa queda. Da redução da produção resulta o desemprego e, portanto, baixa o salário familiar, visto que, em sistema de desemprego oculto, diminui a remuneração média e, no outro sistema, um trabalhador desempregado, ou recebe um subsídio inferior ao nível habitual do seu salário, ou não recebe até qualquer subsídio. Conseqüentemente, entra em crise também o mercado de bens de consumo corrente. Em conclusão, e na seqüência do que há pouco afirmei, o campo fundamental em que a crise se manifesta é o das relações de produtor a consumidor estabelecidas entre empresas; e só acessoriamente se manifesta no nível do mercado de consumo particular. A crise desencadeia-se e os seus mecanismos operam na esfera da produção. Uma vez mais verificamos o caráter subordinado do mercado.

Uma diminuição da taxa de lucro significa a incapacidade de o capitalismo se reproduzir com o mesmo ritmo e amplitude. Mas a sua queda brusca e drástica, como sucede nas crises, implica uma verdadeira retração do capital. Torna-se, assim, cada vez mais difícil assimilar e recuperar as perdas, travando-se os mecanismos que determinam o desenvolvimento da produtividade e sem os quais a taxa de mais-valia diminui. Como o declínio da produtividade implica, ao mesmo tempo, o aumento do valor dos elementos do capital constante, a crise nos mecanismos da mais-valia atua simultaneamente sobre o numerador e o denominador da taxa de lucro, precipitando-lhe mais ainda a queda. Parece, portanto, que o deflagrar da crise desencadeia um processo que permanentemente a agrava. O que faz então parar este processo e o inverte?

Até certo ponto, o auto-agravamento da crise constitui uma auto-resolução, pela desvalorização de capital que inelutavelmente acarreta. Essa desvalorização manifesta-se em dois aspectos. Em primeiro lugar, podemos considerar a desvalorização dos elementos do capital constante. Todo *output* que não for usado em posteriores processos produtivos deixa de conservar o valor. Só retrabalhado por uma força de trabalho em exercício é que um produto já elaborado mantém o valor, que não é outra coisa senão a participação nas relações sociais

criadoras da mais-valia; se, com o desenvolvimento da produtividade, dados bens ou serviços são produzidos com menos tempo de trabalho, os produtos idênticos resultantes de um estágio de inferior produtividade não mantêm o seu valor de origem, mas conservam apenas um valor igual ao incorporado nos resultantes do maior grau de produtividade. Assim, todo o desenvolvimento do capitalismo, não só pela margem de não-realizações necessária a um crescimento equilibrado, mas também pelos próprios mecanismos de aumento da produtividade, implica desvalorizações de capital. O que sob este ponto de vista, porém, diferencia as crises é o caráter maciço e genérico assumido pela desvalorização. Ela não atinge apenas as empresas prejudicadas na concorrência pelo aumento da produtividade, nem cada uma das empresas existentes apenas em momentos diferentes no tempo. Atinge todas as empresas simultaneamente, embora em graus diversos. A desvalorização assume aqui, em grande escala, a forma de uma verdadeira destruição de elementos do capital constante. Numa crise, muitas instalações e maquinaria deixam definitivamente de ser usadas, desaparecendo, portanto, da esfera econômica. E o mesmo sucede com as matérias-primas que se deterioram em estoque ou são de qualquer modo aniquiladas para evitar que se prolonguem os custos de armazenamento. Na União Soviética e nos outros países da sua esfera econômica, são as colossais proporções assumidas pelo armazenamento e, em vários períodos, o seu crescimento a uma taxa muito superior à do aumento do *output* que implicam a completa desvalorização de grande parte desses bens em estoque, que não será nunca reinserida nos ciclos da produção. A principal diferença, relativamente aos países da esfera econômica estadunidense, é a de que, enquanto em uns as crises se manifestam em formas sobretudo explícitas, nos outros são camufladas por estatísticas que apresentam uma elevada taxa de crescimento do *output*, ocultando, porém, o armazenamento improdutivo que liquida economicamente boa parte dos bens. Este holocausto, acrescido pela desvalorização em menor grau de outros elementos de produção, temporariamente inutilizados, pressiona pela redução do capital constante. Quando essa desvalorização mais do que compensa o aumento de valor dos novos elementos do capital constante, que devido à crise são produzidos em condições menos produtivas, então o capital constante reduz-se, contribuindo por aí para o aumento da taxa de lucro.

Esta desvalorização, implicando a subatividade de muitos processos produtivos e a inatividade dos restantes, acarreta o brusco aumento do desemprego, apesar de o declínio da produtividade que se verifica nas situações de crise requerer um número de trabalhadores proporcionalmente maior do que seria necessário a uma economia em crescimento. Por isso a observação desprevenida da percentagem de desempregados pode levar até a subestimação da

profundidade de uma crise. É este o segundo dos aspectos mencionados, a desvalorização da força de trabalho, ou seja, a desvalorização dos elementos decorrentes do capital variável. Não se trata aqui daquele desemprego temporário exigido pela margem de maleabilidade que permite à reprodução acelerada do capital processar-se em condições de equilíbrio. Da situação de crise resultam formas de desemprego definitivo, ou a muito longo prazo. Quando ocorrem num sistema explícito, um grande número de trabalhadores é expelido do âmbito das empresas; quando o sistema é camuflado, os trabalhadores excedentes são remetidos, no interior das empresas, para postos inteiramente marginais, onde não lhes é dada para executar qualquer atividade digna desse nome e que constituem becos sem saída profissional. Num caso como no outro, a condenação a uma prolongada inatividade, pelo menos em relação ao que haviam sido as especialidades de cada um destes trabalhadores agora desempregados, implica uma destruição das suas capacidades, pelo não uso. O grau de complexidade com que a força de trabalho é capaz de operar é determinado pela sua formação, mas não é um dado adquirido e apenas se mantém enquanto for renovado pelo exercício. Quando o período de desemprego se prolonga, esquecem-se as aptidões e na mesma medida a força de trabalho desvaloriza-se. A difusão do trabalho em tempo parcial pode de certa maneira atenuar tal desvalorização. Mas como este género de atividade se verifica sobretudo para ramos profissionais menos qualificados, o fato de um trabalhador começar a assalariar-se em tempo parcial é ele próprio uma forma de desvalorização.

O desemprego definitivo ou a longo prazo atinge sobretudo os dois extremos etários. Para as gerações mais idosas, qualquer desemprego a longo prazo torna-se definitivo e constitui uma antecipação da reforma. Eram elas, de qualquer modo, as gerações mais desvalorizadas, e a irremissível condenação ao desemprego não faz senão confirmá-las nessa situação. O desemprego a longo prazo atinge também a força de trabalho menos qualificada, a que predominantemente se insere na mais-valia absoluta. Talvez mais problemático possa à primeira vista parecer o alastramento deste tipo de desemprego entre as camadas mais jovens. É isso, na verdade, que dá à situação características de crise. O declínio da produtividade implica a estagnação do desenvolvimento tecnológico e, por conseguinte, a não-utilização da geração capaz de um trabalho mais complexo. São exatamente as mesmas razões que levam a diminuir, ou até a parar, o ritmo dos surtos de inovação que deixam inocupada a camada etária que haveria de constituir o suporte social de tais inovações. Este contexto explica a facilidade com que as camadas etárias médias obtêm a aparente vitória que constitui o fato de, num mercado de trabalho em redução, gozarem de uma menor percentagem de desempregados. Noutro

capítulo desta seção mostrei uma das faces do conflito de gerações, pela qual a força de trabalho já instalada nos processos produtivos consegue com frequência impor defasagens salariais em detrimento dos trabalhadores mais jovens, precipitando assim a desvalorização do conjunto da força de trabalho em atividade. Em situação de crise, temos outro aspecto do mesmo fenômeno. Para desvalorizar as antigas gerações, o que importa é que cada nova geração, quando acabada de se formar, seja capaz de um trabalho mais complexo, independentemente de ir de imediato executá-lo ou de estagnar e regredir no desemprego; e, não o executando, mais depressa perde capacidades, desvaloriza-se mais velozmente e, afinal, arrasta a mais rápida desvalorização da globalidade da força de trabalho. De novo confirmamos que a aparente vitória obtida por um grupo de trabalhadores sobre o outro apenas constitui uma derrota de todos eles perante os capitalistas.

O desemprego definitivo ou a longo prazo tem ainda outro tipo de repercussão. Quanto mais importante for o componente de mais-valia relativa que se mantiver em situação de crise, tanto menor será a redução que o desemprego camuflado determina na remuneração média e, quanto ao desemprego explícito, tanto mais sistemática será a atribuição de subsídios e tanto maior será o montante de cada um. Os subsídios e as reformas devem ser integrados na remuneração, de maneira a defini-la como a soma de todos os salários, subsídios e reformas recebidos, a dividir pelo período de tempo efetivamente trabalhado em empresas. O subsídio de desemprego inclui-se, portanto, no salário familiar. Quanto mais importante for o componente de mais-valia absoluta que se desenvolve em situação de crise, tanto mais baixarão as remunerações no desemprego oculto ou tanto menos freqüente e de inferior montante será o subsídio de desemprego, até ser nulo. Ora, quanto menor for a remuneração ou o subsídio, mais se generalizará o recurso ao trabalho no âmbito familiar, quer artesanal, quer de cultivo ou prestação de serviços de tipo tradicional, para assegurar o sustento do desempregado e dos familiares que dele dependam. Nas áreas onde o capitalismo atingir maior desenvolvimento, não serão tanto estas formas arcaicas que irão se difundir, mas sobretudo pequenas empresas que se aproveitam da miséria iminente dos trabalhadores para sujeitá-los a situações de mais-valia absoluta, tão extremas que desafiam até a própria legalidade. Expande-se assim o que por eufemismo tem recebido o nome de setor paralelo. Porém, mesmo em situação de crise, a produtividade capitalista é incomparavelmente mais elevada do que a daquelas formas arcaicas de trabalho e, por seu turno, a produtividade das empresas decorrentes da mais-valia relativa não se compara também com as do setor paralelo. E, como é o sistema capitalista e, neste, as maiores empresas quem dita as condições praticadas no mercado, um período de trabalho

empregado no âmbito familiar com técnicas tradicionais ou no setor paralelo rende menos do que o montante de salário obtido por igual período de trabalho numa grande empresa, de onde resulta que é superior o desgaste físico e mental de quem tenha de recorrer àquelas formas para manter o mesmo nível de consumo. Em conclusão: o caráter muito menos qualificado do trabalho executado familiarmente ou no setor paralelo, implicando o não-uso de trabalho das capacidades mais complexas, acarreta a desvalorização desta força de trabalho; ele poderá ser menos drástica do que a que atinge os desempregados porque, apesar de tudo, estes trabalhadores continuam a exercer certas capacidades mínimas; mas o fato de, ao trabalharem no âmbito familiar e no setor paralelo, estarem sujeitos a um maior desgaste determina, afinal, uma redobrada desvalorização.

Quanto maior for a remuneração no desemprego oculto ou o subsídio no explícito, tanto menos se farão sentir as pressões para recorrer ao setor paralelo e a formas arcaicas de produção e maior será a disponibilidade para participar, no âmbito doméstico, na formação dos futuros trabalhadores. Como, porém, nesta situação em que mais importante se revela o componente de mais-valia relativa, a atividade doméstica na produção da nova força de trabalho é cada vez mais acessória, também aqui estes desempregados são não-utilizados em alto grau, quer dizer, são inutilizados, o que implica a sua efetiva desvalorização.

Assim, ao mesmo tempo que o declínio da produtividade aumenta o valor dos bens de consumo dos trabalhadores, o que contribuiria para crescer o capital variável se o nível e o volume de consumo se mantivessem, essa pressão é mais do que compensada por duas outras: o desemprego maciço, que reduz drasticamente o montante global que é necessário avançar enquanto capital variável; e a desvalorização da força de trabalho, que acentua essa redução. No entanto, a diminuição do montante do capital variável não reproduziria, nestas condições de crise, a tendência ao aumento da composição orgânica e, assim, a incapacidade para superar a queda da taxa de lucro? Temos de verificar o que sucede no outro dos componentes dessa taxa, que é, aliás, o seu fator decisivo.

A desvalorização do capital, na sua dupla forma de desvalorização dos elementos do capital constante e de desvalorização da força de trabalho, decorre de uma crise nos mecanismos da mais-valia relativa mas, ao mesmo tempo, cria as condições para que se desenvolva o recurso à mais-valia absoluta. Mesmo nas situações de reprodução em escala ampliada, a mais-valia relativa até agora tem-se articulado sempre, como vimos, com a absoluta. Em situação de crise, quando o processo da mais-valia relativa opera com dificuldade e em âmbitos mais reduzidos, um conjunto de circunstâncias pressiona os trabalhadores a sujeitar-se

à expansão da mais-valia absoluta de que o setor paralelo constitui o caso extremo. Sob o ponto de vista das lutas sociais, temos aqui um aparente paradoxo. Enquanto os mecanismos da produtividade surtem todos os seus efeitos, as lutas resultam freqüentemente, para os trabalhadores, no aumento do nível de consumo material e na redução dos limites da jornada de trabalho, que são encarados como vitórias imediatas. Recordo que, ao longo destas páginas e até à seção final, é a economia de submissão que analiso, sem abordar ainda a forma como nas suas lutas os trabalhadores podem desenvolver uma radical alternativa ao modo de produção capitalista. Por isso aquelas satisfações econômicas são vitórias aparentes, verdadeiras derrotas na perspectiva do aumento da mais-valia relativa. Quando a crise se desencadeia e só dificilmente atuam os mecanismos de assimilação das reivindicações e pressões, os trabalhadores passam a considerar como derrota a ausência de uma satisfação imediata das exigências econômicas. É a própria ocorrência da crise a ser sentida como uma derrota, porque com ela deixa de verificar-se a pronta resposta capitalista às pressões pelo aumento do consumo e pela redução da jornada. E é aqui que reside o paradoxo, pois, na situação anterior, a força de trabalho — sob o ponto de vista exclusivo em que estou agora a analisar as lutas de classes — não era menos vencida. Apenas mudaram os mecanismos da derrota e ao sistema dissimulado em que consiste a mais-valia relativa a crise substitui, em grande parte, o recurso a formas de exploração muito mais sensíveis materialmente, que são as da mais-valia absoluta. Enquanto, porém, na sua maior parte as lutas dos trabalhadores se tiverem limitado aos aspectos mais superficiais, àqueles a que o capitalismo pode responder com o próprio desenvolvimento econômico, sem terem posto em causa o fulcro da exploração, enquanto tal tiver sucedido, serão vencidos e desmoralizados que os trabalhadores enfrentarão a situação de crise. Neste contexto, o desemprego maciço e prolongado repercute em formas agravadas de derrotismo e de particularização individualista. Não se trata apenas do fato de os desempregados, pela forte concorrência que exercem no mercado de trabalho, poderem pressionar pela baixa das remunerações e, portanto, do nível de consumo material dos trabalhadores ativos. Mais grave ainda é a ameaça que o desemprego a longo prazo faz pairar sobre toda a classe dos trabalhadores, acarretando a desvalorização da força de trabalho que lhe foi submetida. Assim, ao mesmo tempo que as camadas etárias médias, proporcionalmente mais imunes a este tipo de situação esforçam-se por fazer o grosso do desemprego recair sobre as camadas etárias extremas, predispõem-se por isso mesmo a aceitar remunerações mais baixas e, em geral, uma sucessão de piores condições de trabalho. Ficam deste modo criadas condições que permitem aos capitalistas introduzir formas de mais-valia absoluta na exploração de grande parte dos trabalhadores antes sujeitos exclusiva ou preferencialmente aos processos da mais-valia relativa.

Há, porém, uma diferença radical entre as economias que se têm sempre organizado majoritariamente pela mais-valia absoluta e aquelas outras que se estruturam mediante os mecanismos da mais-valia relativa e que só em virtude de uma crise se vêem obrigadas a expandir formas de mais-valia absoluta. Para as primeiras não tem qualquer sentido falar de crise, pois na estagnação em que se encontram não há lugar para tal tipo de processos. Enquanto as outras, quando recorrem episodicamente à extensão de formas de mais-valia absoluta, fazem-no no contexto de um elevado nível médio da produtividade, apesar de a taxa de crescimento desta estar em crise. Reúnem, por isso, todas as condições para um rápido reatar do desenvolvimento acelerado: dispõem de uma força de trabalho capaz de uma atividade complexa e uma nova geração em formação que poderá executar um trabalho de complexidade superior; assim como detêm um conjunto de meios de produção sofisticados, já instalados e prontos para funcionar, ou melhor, já experimentados e conhecidos pelo uso anterior. Não faltam, portanto, nem o agente social nem as condições materiais da reprodução acelerada do capital. Tudo o que falta é uma conveniente taxa de lucro e, logo que a desvalorização dos elementos de produção acarretar uma suficiente redução do capital constante, ao mesmo tempo que a desvalorização da força de trabalho e a difusão de formas de mais-valia absoluta permitirem retomar a taxa de exploração, a taxa de lucro atingirá um nível que poderá de novo desencadear o crescimento acelerado. Para uma economia estruturada pelos mecanismos da mais-valia relativa, o *take off* é imediato, desde que aumente o suficiente a massa de mais-valia proporcionada pelos métodos absolutos de exploração. Quando a estrutura econômica genérica resulta dos mecanismos da produtividade e os incorpora, uma temporária extensão da mais-valia absoluta assegura o agravamento da exploração necessário para que se reinicie em seguida o processo de mais-valia relativa. Enquanto uma economia estruturada majoritariamente pela mais-valia absoluta não consegue um nível de acumulação suficiente para formar uma força de trabalho capaz de executar uma atividade complexa, nem para adquirir o vasto sistema de elementos de produção necessário a um aumento acelerado da produtividade; e tudo isto são requisitos sem os quais nenhum mecanismo de mais-valia relativa pode arrancar. Não há, pois, confusão possível entre a situação de uma economia que a crise obriga a expandir formas de mais-valia absoluta e a de outra economia que sempre se regeu majoritariamente por essas formas. A crise pode definir-se, portanto, como uma readaptação da taxa de lucro. Trata-se de uma rápida descida de estágio econômico, para de novo se recomeçar a reprodução em escala ampliada, com uma taxa de lucro superior.

A conjunção da desvalorização maciça de capital com o posterior recomeço da sua

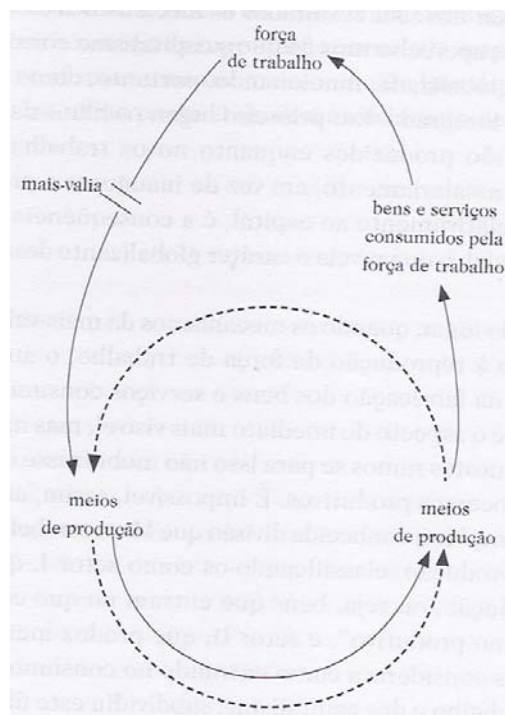
reprodução em escala ampliada, ou seja, a articulação entre a crise e a subsequente recuperação, implica que se antecipe o momento final do estágio tecnológico em vigor quando a crise eclodiu. Mostrarei na quarta seção como o processo normal de desenvolvimento tecnológico capitalista faz com que um novo estágio comece a difundir-se antes de que tenham chegado ao fim material da sua existência todos os meios de produção decorrentes do anterior; a introdução de cada novo estágio acarreta sempre um grau de desvalorização dos elementos mais antiquados do capital constante em funcionamento. A crise difere deste processo normal porque generaliza e amplifica a desvalorização. Assim, a crise cria em princípio condições para que, logo que a taxa de lucro permita retomar a mais-valia relativa, rapidamente surja e se difunda um novo estágio tecnológico, radicalmente inovador porque depara com uma menor inércia das condições materiais existentes, as quais em boa parte foram inutilizadas ou suspenderam a participação nos processos produtivos. Porém, quanto maior for a concentração do capital, tanto mais a sucessão dos estágios tecnológicos poderá ser planejada, de modo a minimizar a desvalorização dos meios de produção decorrentes do estágio anterior e que funcionem nas grandes empresas por onde se inicie a difusão das novas tecnologias. É esta a regra geral em situação de desenvolvimento normal, desde que o ritmo das lutas dos trabalhadores o permita. Ora, entrando a combatividade em acentuado refluxo com o eclodir da crise e diminuindo, portanto, por esse lado, as pressões para a aceleração dos mecanismos da mais-valia relativa, pode afirmar-se que, quanto maior for a concentração de capital, tanto mais se prolongará, durante a crise, a situação de desvalorização dos elementos do capital constante, para maximizar o aproveitamento daqueles em uso, protelando-se o início da nova onda tecnológica e adiando, portanto, o recomeço da reprodução em escala ampliada do capital. Podemos confirmar, uma vez mais, como é a luta de classes a definir os limites ao ritmo possível do desenvolvimento econômico.

3. Integração econômica

3.1. Condições Gerais de Produção e Unidades de Produção Particularizadas

Basta analisar nos seus resultados os mecanismos da mais-valia relativa para nos apercebermos de que o capitalismo consiste numa relação social globalizada, funcionando, portanto, como um sistema econômico integrado. Em primeiro lugar, os filhos das famílias trabalhadoras são produzidos enquanto novos trabalhadores, de maneira que o assalariamento, em vez de inaugurar o processo de dependência relativamente ao capital, é a consequência da prévia condenação social, o que revela o caráter globalizante deste sistema econômico.

Em segundo lugar, quando os mecanismos da mais-valia relativa dizem respeito à reprodução da força de trabalho, o aumento da produtividade na fabricação dos bens e serviços consumidos pelos trabalhadores é o aspecto de imediato mais visível, mas não poderia fazer-se sentir nestes ramos se para isso não mobilizasse o conjunto dos demais processos produtivos. É impossível, assim, aceitar sem profundas alterações a conhecida divisão que Marx estabeleceu entre os ramos de produção, classificando-os como setor I, que produz meios de produção, ou seja, bens que entram no que considerava como “consumo produtivo”, e setor II, que produz meios de consumo, os quais considerava como entrando no consumo individual da força de trabalho e dos capitalistas; subdividiu este último setor em setor IIa, onde se produzem os meios do consumo necessário, consumidos pela força de trabalho e que entram também parcialmente no consumo dos capitalistas, e setor IIb, referente à produção de meios de consumo de luxo, os quais se restringem ao consumo dos capitalistas. Mais adiante, em outro capítulo desta seção, terei oportunidade de criticar as concepções subjacentes à integração no capitalismo do setor IIb. No momento, será suficiente sublinhar que os processos produtivos incluídos por Karl Marx em IIa não constituem verdadeiramente um setor, mas apenas a etapa final de linhas de produção reciprocamente integradas. As unidades onde se fabricam os bens de consumo dos trabalhadores são o termo de referência último dos mecanismos de aumento de produtividade e não podem, nem por um momento sequer, analisar-se independentemente da produção de meios de produção, assim como esta consumidos pela força de trabalho. Um esquema muito simplificado dos ciclos produtivos apresentar-se-ia assim:



Aqui, a distinção entre os meios de produção e os bens consumidos pela força de trabalho não fundamenta a existência de setores separados, mas resulta apenas da distinção entre os mecanismos gerais da produção e o critério último a que devem obedecer.

O fato de o aumento da produtividade na fabricação dos bens e serviços consumidos pela força de trabalho significar o declínio do número de trabalhadores relativamente à massa desse *output* implica remodelações tecnológicas na fabricação dos *inputs* desses bens de consumo e assim sucessivamente. É, portanto, um dos aspectos de um processo global, pelo qual o aumento da produtividade em qualquer estágio requer ramos cada vez mais diversificados e linhas cada vez mais complexas nos processos de produção a montante, de que resulta o aumento do volume do *output* total e da diversidade dos produtos que o constituem. É inseparável a diminuição da taxa tempo de trabalho/volume do *output* numa dada unidade de fabricação da ampliação do leque de *inputs* consumidos e, portanto, da diminuição da referida taxa nas demais unidades produtivas e da multiplicação dos processos de fabricação. Karl Marx forneceu, aliás, indicações neste sentido, no último capítulo do Livro II de *O Capital*, ao escrever que, para se passar da reprodução simples à reprodução em escala ampliada é necessário que o setor I fabrique menos elementos de capital constante para o setor II e mais para o próprio setor I, acrescentando que essa transição é facilitada pelo fato de certos meios de produção servirem a ambos os setores. Mas, paradoxalmente, Marx manteve-se aqui no interior da divisão em setores, enquanto me parece que análises deste tipo podem apenas ser desenvolvidas em outro modelo de articulação.

No modelo econômico empregado por Karl Marx, existe uma única empresa, reproduzível quando necessário numa multiplicidade de outras absolutamente similares, de modo que nesta operação de decalque não há lugar para se conceber qualquer relação estruturada entre empresas reciprocamente diferenciadas. É porque assimilou assim as unidades produtivas que Marx pôde particularizá-las e não as apresentar, portanto, num sistema integrado. No modelo que proponho, ao contrário, a integração econômica pressupõe a diferenciação recíproca dos processos produtivos. A hierarquização é a forma como esta integração se realiza. O lugar dominante cabe aos processos que surtem o maior número de efeitos tecnológicos em cadeia e o leque mais vasto desses efeitos, porque o seu *output* serve de *input* ao maior número de outros processos. O aumento da produtividade num dos processos produtivos dominantes constitui, portanto, uma condição necessária para que tal aumento ocorra num número muito elevado dos restantes, pelo que são eles as condições fundamentais para a integração econômica global. Se se concentra nestes processos fundamentais o grosso das remodelações tecnológicas, a sua difusão acelera-se e amplia o campo das suas repercussões. É a partir daí que as inovações melhor se propagam a toda a economia, de maneira que os custos da reorganização da fabricação são muitíssimo menores do que seriam se o aumento geral da produtividade se tivesse devido à soma das reorganizações de cada uma das unidades produtivas particularmente consideradas. A estes processos fundamentais, necessários à integração das unidades econômicas no nível da própria atividade produtora, chamo Condições Gerais de Produção (CGP).

Não se deve entender aqui produção num sentido meramente técnico, mas em toda a sua amplitude social. As CGP não se limitam ao que geralmente se denomina “infra-estruturas”, mas cobrem todo o campo da tecnologia; que defino como aquele em que as relações sociais de produção se articulam com a sua realização material. As técnicas são esta realização estritamente material e na tecnologia concebe-se a articulação das técnicas com a sociedade. É nesta perspectiva que proponho o conceito de CGP. Precisamente porque se relacionam com o mais elevado número de unidades produtivas, cada unidade incluída nas CGP depende, por seu turno, de outras também classificadas como CGP. Àquelas unidades que não desempenham qualquer função de CGP, denomino Unidades de Produção Particularizadas (UPP)*. Considero-as particularizadas porque, servindo o seu *output* de *input* a um número reduzido de outros

* Em livros e artigos anteriores chamei-lhes Unidades de Produção Última. Altero aqui a terminologia, mantendo de resto todas as características do conceito, porque me parece que a antiga denominação poderia induzir em erro. Estas unidades de produção não se localizam apenas, nem preferencialmente, no último estágio da linha de produção de qualquer bem ou serviço. O que importa sublinhar é o seu caráter particularizado, por oposição ao caráter geral das CGP.

processos, não desempenham funções básicas nem centrais na propagação dos aumentos de produtividade. Enquanto as CGP iniciam a generalidade das remodelações tecnológicas e dão aos seus efeitos o âmbito mais vasto possível, cada UPP limita-se a veicular tais efeitos ao longo da linha de produção em que diretamente se insere, e dessa apenas.

Em qualquer dos seus estágios históricos e das suas formas de existência, o capitalismo exige a integração-diversificação que resulta na articulação CGP/UPP. Não ocorreu qualquer evolução de uma fase mítica de “livre-concorrência”, em que todas as unidades produtivas funcionassem numa completa particularização recíproca, para uma fase de integração. A integração caracteriza o capitalismo desde o início, pois sem ela não se processariam os mecanismos da mais-valia relativa, responsáveis pelo próprio desenvolvimento do modo de produção. São as formas de articulação CGP/UPP que mudam com a evolução económica e, em cada etapa histórica, de região para região. Um estudo das transformações do capitalismo e da sua diversidade regional teria de tomar em conta a diferente incidência dos investimentos em um ou outro tipo de CGP e a forma específica como as CGP se vão articulando com as UPP, ou seja, os vários processos de propagação das remodelações tecnológicas e do aumento da produtividade. A análise de cada ciclo de reprodução em escala ampliada do capital teria de mostrar qual ou quais as CGP que fundamentam aí os mecanismos dessa reprodução. Porém, toda esta variedade histórica e regional existe enquanto formas de integração-diversificação. E, como me mantenho neste livro em um nível de generalidade que exclui o estudo de desenvolvimentos históricos específicos, interessa-me agora proceder apenas a uma descrição tipológica das CGP. O paradigma resultante marca, creio, os limites formais das variantes até hoje ocorridas. Assim, defino os seguintes tipos de CGP:

a) Condições gerais da produção e da reprodução da força de trabalho. Incluo aqui as creches e os estabelecimentos de ensino destinados à formação das novas gerações de trabalhadores, bem como as condições várias de existência das famílias de trabalhadores. Têm uma importância especial as infra-estruturas sanitárias e os hospitais. E, como o meio social em geral e, nomeadamente, o quadro urbano são decisivos para a formação da força de trabalho, aqui se insere o urbanismo, em sentido muito lato.

b) Condições gerais da realização social da exploração. Incluo aqui as condições para que o processo de trabalho ocorra enquanto processo de produção de mais-valia, isto é, para que os trabalhadores sejam despossuídos da possibilidade de reproduzir e formar independentemente a força de trabalho e sejam despossuídos do produto criado, sendo, portanto, afastados também da organização do processo de trabalho. Para que este complexo

resultado se assegure, as duas condições mais amplas são o urbanismo e as instituições repressivas.

Qualquer tipo de urbanismo capitalista, pela simultânea separação social dos *habitats* e integração social das vias de comunicação, ao mesmo tempo reflete e condiciona a simultânea cisão e articulação sociais que ocorrem no processo da mais-valia. Trata-se de uma condição fundamental, tanto para a produção da força de trabalho, como para as demais formas de produção da mais-valia.

Quanto às instituições repressivas, é necessário não esquecer que elas não diminuem de importância pelo desenvolvimento dos mecanismos da mais-valia relativa. Sob este ponto de vista, a distinção entre a mais-valia absoluta e a relativa consiste na alternativa entre a intervenção generalizada das forças repressivas desde o primeiro momento dos conflitos, para travá-los a todo custo, e a sua presença enquanto pano de fundo social, para enquadrar as reivindicações e tentar assegurar o sentido em que poderão ser assimiladas e recuperadas. A política capitalista de concessões não é qualquer uma, mas apenas a de concessões que têm por objetivo estimular a mais-valia relativa. Neste contexto, a função das forças de repressão é sobretudo a de, pela sua própria presença, marcar os limites além dos quais as concessões se converterão em violência aberta. Nos termos da mais-valia relativa, a repressão dá lugar à fiscalização e pode por isso afirmar-se que, quanto mais rapidamente o capitalismo se desenvolve, tanto mais vasta e tentacular é essa fiscalização. E, da aplicação a este setor dos mecanismos da produtividade, resulta que a vigilância se torna cada vez mais indireta, quer dizer, os agentes repressivos estão cada vez menos em contato pessoal com a força de trabalho, fiscalizando-a sobretudo mediante o emprego de meios técnicos. Podemos a partir daqui entender a estreita conjugação entre as formas repressivas e o urbanismo. A vigilância indireta requer a configuração especial da arquitetura e mesmo toda uma paisagem urbana, tal como, já no seu tempo, a reconstrução de Paris sob a orientação de Haussmann tivera entre os objetivos principais a adoção de novas técnicas no combate às insurreições. De tudo isto resulta a aparente contradição do reformismo e das democracias: o observar-se um pouco mais fundo além da camada visível de liberdade, que é a expressão afirmativa da estratégia de concessões, logo se descobre a sua expressão negativa, o crescente aparelho fiscalizador com que procura assegurar-se a canalização das concessões pelos mecanismos da mais-valia relativa. Por isso, tudo o que nestes tipos de economia reforça o papel social das forças repressivas, tanto militares como paramilitares, é uma condição para a reprodução em escala cada vez mais ampliada do capital. Nomeadamente, a fabricação e a acumulação de armamentos, mesmo que nunca sejam

utilizados na repressão direta da força de trabalho, ou que nem se destinem sequer a ser empregados, como é hoje o caso com as armas nucleares, contribui de maneira decisiva para reforçar socialmente as instituições repressivas e, portanto, integra-se neste tipo de CGP.

c) Condições gerais da operatividade do processo de trabalho. São as condições para que o processo de trabalho, definido como processo de exploração, possa ocorrer materialmente. A exploração requer meios tecnológicos que, ao mesmo tempo que realizam o afastamento dos trabalhadores relativamente à administração da produção, põem à disposição dos capitalistas as formas de efetivarem essa administração. Incluo aqui fundamentalmente dois tipos de condições. Em primeiro lugar, os centros de investigação e de pesquisa, tanto teórica como aplicada, mediante os quais os capitalistas realizam e reproduzem o seu controle sobre a tecnologia empregada, dela excluindo os trabalhadores. Em segundo lugar, as várias formas de captação, veiculação e armazenamento de informações, que conferem aos capitalistas o controle dos mecanismos de decisão e lhes permitem impor à força de trabalho os limites estritos em que pode expressar opiniões ou tomar decisões relativamente aos processos de fabricação.

d) Condições gerais da operacionalidade das unidades de produção. Incluo aqui a generalidade das denominadas infra-estruturas, nomeadamente as redes de produção e distribuição de energia; as redes de comunicação e transporte; os sistemas de canalização para fornecimento de água e para escoamento de detritos e, em geral, da coleta de lixo; a criação, ou preparação, ou acondicionamento dos espaços ou suportes físicos, ou do ambiente, onde se instalam processos de produção.

e) Condições gerais da operatividade do mercado. Incluo aqui os sistemas de veiculação, cruzamento e comparação de informações que permitem o estabelecimento de relações entre produtores e consumidores; incluo também outro aspecto das chamadas infra-estruturas, nomeadamente no que diz respeito às redes de transporte; e, para todos os produtos cujo consumo não for imediato, as necessárias instalações de armazenagem podem considerar-se decorrentes deste tipo de CGP desde que, como freqüentemente sucede, sejam comuns ao *output* de várias linhas de produção.

f) Condições gerais da realização social do mercado. Incluo aqui o caráter genérico da publicidade, pelo qual ela não constitui apenas um estímulo ao consumo de determinados bens específicos produzidos por algumas empresas, mas sobretudo condiciona um certo estilo de vida, a aquisição de um certo leque de bens ou até o consumo em geral. É importante ter em conta que o caráter genérico da publicidade é um dos componentes da instrução.

Basta esta descrição para verificarmos que um mesmo tipo de estabelecimento pode suportar vários tipos de CGP. A classificação que proponho diz respeito a uma divisão de funções e não de unidades fisicamente consideradas e, muito menos ainda, de unidades de propriedade. Quando um mesmo estabelecimento sustenta vários tipos de CGP, os mecanismos econômicos que o regem resultam da articulação dessas funções; e a evolução do peso relativo de cada uma irá se refletir nas características a assumir pelo estabelecimento referido. Este é um problema que apenas posso esboçar enquanto me limito à abordagem genérica e formal das CGP. Numa análise histórica, porém, a questão teria implicações consideráveis.

Um outro aspecto surge na perspectiva histórica com interesse decisivo. Cada crise ocorre, no nível das CGP, mediante o bloqueio daqueles tipos de condições que nesse estágio desempenham um papel fulcral, sendo aí sobretudo que incide a queda dos investimentos, a qual exprime a crise e a precipita; esse bloqueio amplifica o declínio da produtividade e suscita, portanto, uma desvalorização ainda mais maciça do capital. E a recuperação de uma crise opera-se pela incidência dos investimentos em CGP de tipo distinto das que haviam se revelado como cruciais no ciclo anterior, ou em formas novas no interior dos mesmos tipos, fundamentando assim uma outra etapa tecnológica, que a partir daí se expande aos demais processos produtivos.

3.2. Estado Restrito e Estado Amplo

A superestrutura política correspondente ao modelo de integração econômica que proponho tem de exprimir, ao mesmo tempo que essa integração, a hierarquização dos seus componentes. E o seu desenvolvimento e a sua diversidade regional têm de corresponder às várias formas como historicamente se vem realizando a articulação CGP/UPP.

O nível do político é o Estado entendido como aparelho de poder das classes dominantes. Sob o ponto de vista dos trabalhadores, esse aparelho inclui as empresas. No interior de cada empresa, os capitalistas são legisladores, superintendem as decisões tomadas, são juízes das infrações cometidas, em suma, constituem um quarto poder inteiramente concentrado e absoluto, que os teóricos dos três poderes clássicos no sistema constitucional têm sistematicamente esquecido, ou talvez preferido omitir. E, no entanto, a lucidez de Adam Smith permitira-lhe já colocar ao lado do poder político, tanto civil como militar, o poder de comandar e

usar o trabalho alheio. Trata-se da capacidade de organizar o processo produtivo e, portanto, de organizar a força de trabalho e de lhe impor uma disciplina. Nem se pense que os cortes salariais ou, em última instância, a demissão são os únicos recursos punitivos à disposição dos capitalistas nas empresas. Ao escolher uma tecnologia de preferência a outra, o patronato tem de antemão um conhecimento exato do número médio de acidentes de trabalho, incluindo os fatais, que a sua decisão irá causar. Estes mutilados físicos, estes mentalmente arruinados, estes mortos são vitimados para que uma dada disciplina seja imposta nos processos produtivos e aí continue a prevalecer. Governante, legislador, polícia, juiz e carrasco — é esta a multiplicidade de funções do capitalista no interior da empresa. A este aparelho, tão lato quanto o são as classes dominantes, chamo *Estado Amplo*. O Estado A é constituído pelos mecanismos da produção de mais-valia, ou seja, por aqueles processos que asseguram aos capitalistas a reprodução da exploração. Os parâmetros da organização do Estado A definem-se pelos limites da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa; a sua história é a dos ciclos sucessivos da mais-valia relativa; e a diferença entre os sistemas de organização do Estado A nas várias épocas e regiões é a diferença entre os tipos de extorsão da mais-valia.

Apenas sob o estrito ponto de vista das relações entre capitalistas, o Estado pôde se reduzir ao sistema de poderes classicamente definido, a que chamo aqui *Estado Restrito*. Os parâmetros da organização do Estado R definem-se pelos casos-limites da acumulação de capital sob forma absolutamente centralizada, e temos então a ditadura interna aos capitalistas, ou sob forma dispersa, isto é, quando existe uma pluralidade de pólos de acumulação, e temos então a democracia interna aos capitalistas. A organização do Estado R depende, em suma, do processo de constituição das classes capitalistas.

O Estado globalmente considerado, a integralidade da superestrutura política, resulta da articulação entre o Estado A e o Estado R. Numa perspectiva a longo prazo e em traços muitíssimo gerais, podemos admitir que, quanto mais reduzidas forem as possibilidades de extorsão da mais-valia na sua forma relativa e, portanto, quanto mais obstáculos se depararem à concentração do capital, menos fortes e de âmbito mais limitado serão os laços que integram reciprocamente os capitalistas. Nestas condições, é mínima a coesão entre eles, não havendo regras de jogo claramente definidas e aceitas por todos, o que diminui a possibilidade de existência de uma democracia formal e torna mais sistemático o recurso ao autoritarismo. Como, porém, a própria debilidade das relações intercapitalistas é um fator de instabilidade, ao mesmo tempo que autoritários, estes regimes são muito pouco sólidos e uma sucessão de golpes e contragolpes acaba, afinal, por constituir uma forma de rotativismo no interior das classes

dominantes. Paralelamente, a restrição da mais-valia relativa, significando a dificuldade ou a incapacidade de prosseguir uma política de concessões aos trabalhadores, implica o recurso freqüente à repressão aberta. E, inversamente, uma economia baseada na mais-valia relativa permitirá articular, com maior permissividade da política trabalhista, a democracia nas relações internas aos capitalistas, já que estes se encontram então inter-relacionados numa teia muito forte e sempre mais ampla, resultante da rápida concentração do capital, o que dá um caráter de elevada estabilidade às normas que asseguram a sua competição recíproca. Nestes termos, parece definir-se conjugações preferenciais entre a organização democrática do Estado R, a qual diz respeito às relações internas dos capitalistas, e a organização reformista do Estado A, a qual se refere às relações entre os capitalistas e a força de trabalho; e entre a organização autoritária do Estado R e a organização repressiva do Estado A.

Esta tendência não é mais, porém, do que um objetivo histórico, de modo algum pressupondo as situações originárias, nem as vias de desenvolvimento. Por isso os processos concretos apresentam uma multiplicidade de articulações, explicáveis unicamente se tivermos em conta as peculiaridades da evolução de cada sociedade. Encontram-se casos sobretudo talvez no século XIX, em que as relações decorrentes do Estado R se caracterizavam por uma elevada democraticidade ao mesmo tempo que o Estado A era ferozmente repressivo, o que corresponde a um modelo de acumulação dispersa do capital baseada numa exploração em que era muito importante o componente de mais-valia absoluta. Encontram-se também casos, nomeadamente na primeira fase da desestalinização em alguns países do Leste europeu, em que o Estado R apresentou um forte caráter ditatorial, aparecendo o Estado A como mais permissivo, de acordo com um modelo que conjugava acumulação bastante centralizada do capital com processos de exploração em que começavam a ascender os mecanismos da mais-valia relativa. Só a longo prazo podemos admitir uma tendência para a combinação sistemática da democraticidade no Estado R e da permissividade no Estado A. Até alguma vez se atingir tal sistematicidade, nunca devemos esquecer que, na diversidade dos casos concretos, a forma de democracia assumida por um Estado R que se articule com um Estado A fortemente repressivo difere da existente na articulação com um Estado A mais reformista; tal como o caráter repressivo de um Estado A se distinguirá em muitos aspectos conforme se conjugar com um Estado R autoritário ou democrático. São todas essas linhas de análise que deverão ser tomadas em conta no estudo de cada situação concreta.

Mas a importância deste problema é secundarizada quando nos apercebemos de uma outra tendência histórica, muito mais decisiva e de vastíssimas repercussões, que diz respeito à

transformação operada no peso relativo que um dos Estados vai assumindo na articulação com o outro. Na fase inicial do capitalismo, a incipiência dos mecanismos da mais-valia relativa levava a que fosse ainda reduzido o grau de integração das unidades de produção. Assim, em comparação com o que veio a ocorrer depois, as empresas encontravam-se reciprocamente particularizadas e, como são elas os elementos originariamente constitutivos do Estado A, tal situação implicava que este tipo de Estado não alcançara uma consistência interna que lhe permitisse funcionar unificadamente. Por isso a superestrutura política correspondente à centralização econômica desenvolvia-se numa instituição exterior a cada empresa propriamente dita, o Estado R, que mantinha uma relação direta, quando não mesmo exclusiva, com as CGP. Cabiam-lhe então as funções mais importantes na integração e na coordenação econômica global, sendo esta a fase em que o Estado R desempenhou o papel principal na constituição das CGP, quer tomando a iniciativa, assegurando a sua execução e encarregando-se depois do posterior controle; quer estimulando nesse sentido empresas de propriedade particular e subsidiando os seus investimentos ou, pelo menos, garantindo-os com fundos públicos. Neste último caso, tais empresas particulares, embora mantendo formalmente o nível do Estado A, a que pertenciam, entravam em relações de tipo especial com o Estado R, que nelas podia intervir na medida em que fiscalizava em última instância o funcionamento das CGP e controlava-as indiretamente.

O papel crucial desempenhado pelo Estado R na coordenação da economia durante as primeiras fases do capitalismo permite criticar as teses dos que consideram — e são a esmagadora maioria — que este modo de produção obedeceria inicialmente a um modelo livre-concorrencial e que a intervenção econômica das formas clássicas do Estado só teria começado a ocorrer em épocas tardias. Foi exatamente o contrário que se passou. A função central desempenhada pelas CGP na integração econômica requer a sua relação, no nível superestrutural, com uma instituição política centralizadora e coordenadora. Numa fase em que a dispersão interna do Estado A o fragmentava, sendo portanto impossível prosseguir no seu âmbito uma ação coordenadora, era ao Estado R que ela se devia.

E, se a indispensável integração dos processos produtivos exige sempre a coordenação no nível das superestruturas políticas, então, desde o início do capitalismo, com o mercado se articula a planificação. Planificar é prever, o que resulta fundamentalmente da centralização, ou da coordenação centralizada, dos investimentos, quer dizer, da procura de meios de produção, matérias-primas e mão-de-obra. Enquanto o capitalismo durar, o desenvolvimento da integração econômica implicará o reforço da planificação e a ampliação de seu âmbito sem acarretar

qualquer superação do mercado, mas apenas formas de mercado planificado. Por isso pode o grau de previsão ser maior e as flutuações econômicas atenuarem-se, sem que isso evite nunca as crises. Flutuações e crise distinguem-se e a profundidade de uma crise não decorre da amplitude das oscilações que a precederam. Em suma, a ação coordenadora do nível político na economia e a planificação do mercado não surgiram apenas graças a desenvolvimentos tardios do capitalismo e muito menos são aspectos contraditórios com este modo de produção, mas constituem precisamente um dos seus eixos de continuidade.

O prosseguimento da luta de classes implica uma mais estreita colaboração intercapitalista para a assimilação e recuperação dos conflitos, ou seja, o reforço das instituições centralizadoras. E esta centralização ocorre mediante os mesmos mecanismos de aumento da produtividade que vão consolidando o inter-relacionamento das empresas no nível dos próprios processos de produção. Podemos hoje verificar que a concentração do capital não tem sido polarizada, como esperavam os teóricos marxistas do século XIX e dos princípios do século XX, nem por um centro único, nem por dois centros divididos por insanáveis contradições. A acumulação em escala mundial tem-se efetuado em torno de uma pluralidade de pólos principais, interligados numa rede de malhas cada vez mais estreitas e complementados por uma multiplicidade de pólos que, embora importantes, são secundários em comparação com os primeiros. E assim o desenvolvimento da mais-valia relativa, sinônimo do desenvolvimento do capitalismo, determina a crescente consistência interna do Estado A. Portanto a luta de classes, motor da mais-valia relativa, acarretando o reforço da integração econômica das empresas, permite-lhes prosseguir a centralização política na sua esfera própria. Quanto mais estreito o relacionamento recíproco dos pólos de acumulação do capital, tanto maior é a coesão estabelecida entre os capitalistas; por isso, quanto mais consistente se revela o Estado A, tanto mais capaz é de um funcionamento unificado, passando a desenvolver-se no seu âmbito as instituições políticas centralizadoras e coordenadoras economia. É o que vem sucedendo desde o final do século XIX e a luta de classes, que sustenta este processo, pauta o ritmo da remodelação fundamental das instituições estatais. Em conclusão, a superestrutura política evolui no sentido do reforço do Estado A e das suas funções centralizadoras, com a conseqüente redução da esfera de poder do Estado R e o enfraquecimento das suas instituições.

A partir de então as empresas, enquanto elemento componente do Estado A, passaram a manifestar cada vez mais claramente as características de um aparelho de poder. Não confundamos. Desde o início do capitalismo, os mecanismos de extorsão da mais-valia constituem simultaneamente uma forma de exercício do poder sobre a classe dos trabalhadores,

mas, enquanto o Estado R se ocupa dos aspectos cruciais da esfera política, as empresas enquanto órgãos estatais puderem manter-se mais despercebidas; à medida, porém, que o Estado A foi assumindo funções de centralização e de coordenação da economia, a ação das empresas enquanto aparelho global de poder tornou-se notória, servindo assim a evolução posterior, como tantas vezes acontece, para revelar um fenômeno que desde muito antes vinha ocorrendo. Os patrões sempre recorreram ao serviço pessoal repressivo, que seriam por vezes os próprios contramestres, mas que, em outros casos, eram capangas ou testas-de-ferro. E nas grandes empresas, mesmo numa fase inicial, sobretudo em minas e plantações, era regra que se empregassem verdadeiros exércitos particulares. Rapidamente, a especialização se difundiu neste setor. Da história do capitalismo estadunidense na segunda metade do século XIX, é indissociável o nome de Allan Pinkerton, antigo sindicalista que fundou aquela que viria a ser a maior agência de polícia privada, reputada entre outras coisas pela repressão às organizações trabalhistas e pelo ataque a greves, com um sangrento cortejo de vítimas, executadas pela lei ou abatidas privadamente. Esta tendência, ao prosseguir, adequou-se à evolução dos conflitos sociais e hoje o pessoal das agências de segurança especializadas, excluindo, portanto, os que são empregados diretamente pelas empresas, atinge nos Estados Unidos cerca do dobro do número de policiais e congêneres a serviço do Estado R, com um orçamento quase duplo também. Nos últimos anos tem-se manifestado ainda, em vários países, uma tendência para entregar a empresas particulares a construção e administração de prisões. Ao mesmo tempo que uma percentagem cada vez maior das instituições repressivas se coloca na dependência direta do Estado A, aumenta drasticamente o número dos que são visados pela sua atuação. Nos Estados Unidos ou, mais exatamente, em alguns Estados desse país, o patronato tem ultimamente recorrido com crescente frequência ao polígrafo, ou detector de mentiras. Embora, segundo vários especialistas, a exatidão dos resultados obtidos por este aparelho seja mais do que duvidosa, o principal efeito não é o de assinalar uma eventual mentira, mas o de convencer as pessoas de que o teste funciona e, amedrontando-as assim, fazê-las confessar infrações às normas da empresa. Com este conjunto de formas repressivas, querem os capitalistas detectar furtos cometidos pelo pessoal e falsificações nos certificados de habilitações entregues, mas também, mais genericamente, averiguar as posições políticas e sindicais, os antecedentes criminais, os hábitos sexuais, o consumo de álcool ou entorpecentes, recorrendo ainda, para este último fim, a cães policiais e a testes de urina. Deste modo, pretende selecionar-se um conjunto de trabalhadores altamente produtivos, o que mostra que as novas técnicas de repressão se inserem na orientação geral de recuperação e assimilação dos conflitos sociais. E fazem-no duplamente porque, pelo menos nos Estados Unidos, o uso de testes e inquéritos pelo

patronato, que se tornara muito freqüente durante a década de 1950, declinou sensivelmente nos 20 anos seguintes, quando a reativação das lutas por parte dos trabalhadores estadunidenses generalizou as críticas e os ataques a alguns dos aspectos mais notórios do capitalismo. Só na década de 1980, quando circunstâncias várias levaram esse movimento de contestação a perder o fôlego, a realização de testes pelas empresas de novo vem a alcançar enorme difusão.

A parafernália repressiva do Estado A é mais vasta ainda. Desde sempre que no capitalismo a regulamentação do processo de trabalho se tem desdobrado numa constelação de normas de caráter moral, visando o comportamento da mão-de-obra no exterior da empresa, e que pouco a pouco foram abrangendo aspectos cada vez mais variados até se codificarem em preceitos formais de ética, cujo cumprimento é considerado obrigatório para o pessoal da empresa que os promulga. Afinal, não existe uma tecnologia sem uma dada organização das atividades e do comportamento genéricos. E já os primeiros teóricos dos processos de trabalho e de administração se preocupavam com a conduta exterior dos trabalhadores. O capitalismo reconhece assim implicitamente que na sua esfera se inclui a produção familiar de força de trabalho e que nenhum aspecto da vida dos trabalhadores pode deixar de ter repercussões sobre a produtividade. Contrariamente à demagogia oficial de cada um dos grandes blocos em que o mundo hoje se reparte, que pretende considerar como totalitários apenas os regimes vigentes em alguns dos países do bloco adverso, é esta tentativa de padronização de toda vida dos trabalhadores o único significado possível do conceito de *totalitarismo*.

E o é tanto mais quanto os capitalistas procuram passar de mera fiscalização dos comportamentos exteriores para o controle dos próprios processos psíquicos dos trabalhadores. É uma hipocrisia freqüente, na área de influência estadunidense, a de fazer crer que apenas na URSS e nos países da sua esfera os hospitais psiquiátricos são utilizados para a repressão dos dissidentes. A realidade histórica é muito diferente e, mesmo deixando de lado os 14 anos de internamento no asilo de loucos de Charenton sofridos pelo marquês de Sade durante o regime napoleônico, temos os quatro meses de prisão num hospital psiquiátrico a que a tão liberal monarquia de Louis-Philippe, na França, condenou Daumier, um dos mais importantes inovadores nas artes plásticas do século XIX e acerbo crítico social. E uma das figuras inquestionavelmente importantes da literatura no século XX, o estadunidense Ezra Pound, que pelo menos desde o início da década de 1930 defendeu ativamente o regime mussoliniano e durante a II Guerra Mundial, em Roma, colaborou com centenas de palestras na propaganda radiofônica do fascismo, depois de preso em 1945 pelas tropas aliadas foi condenado nos Estados Unidos a 12 anos de internamento num hospital psiquiátrico. Do mesmo modo que o

stalinismo, a democracia revelou-se incapaz de considerar os motivos políticos deste opositor, atribuindo o tribunal a uma inexistente loucura as suas idéias e práticas fascistas. A importância destes casos e de tantos outros mais notórios ocorridos na Europa do Leste vem sobretudo da celebridade das vítimas. Mas, com a ampliação dos poderes do Estado A, algo de novo acontece. No totalitarismo da empresa não se trata já de internar *a posteriori* o contestatário num asilo de loucos, mas de estender *a priori* as fronteiras da instituição psiquiátrica a toda a força de trabalho. É esta a função do uso sistemático de testes de personalidade e das múltiplas formas de análise psicológica a que os trabalhadores têm de se sujeitar quando procuram emprego e depois, repetidamente, ao longo do período de assalariamento. Deste modo, a instituição psiquiátrica é assimilada pelas empresas, das quais se torna um dos departamentos. E a economia acadêmica consagrou o processo ao pressupor a “racionalidade” dos agentes econômicos. Esta racionalidade pretensamente universal e alheia à história é a imposta a cada estágio do capitalismo e, assim, o homem racional é, para o economista, aquele que plenamente se integre no capitalismo da época. Qualquer contestação ao sistema surge, portanto, como irracional, ou mesmo anti-racional. O hospital psiquiátrico é o indispensável recíproco dos postulados econômicos acadêmicos.

Procurando ampliar a sua área de controle e aprofundá-la, o Estado A converteu-se igualmente num produtor sistemático de ideologia. Como escreveu Maurício Tragtenberg em *Administração, Poder e Ideologia*, a “empresa é também aparelho ideológico”. Ao mesmo tempo que, dos grandes meios de comunicação, dos filmes de cinema e de televisão, é excluída a atividade dos trabalhadores, mostrados apenas na sua faceta de consumidores, as grandes empresas editam incontáveis publicações periódicas destinadas à doutrinação do pessoal e lançam campanhas de publicidade, visando, não a venda de produtos, mas a difusão de teses políticas e sociais. Já há várias décadas que hinos e rituais próprios de cada grande empresa têm vindo a completar os uniformes característicos, exprimindo-se assim num complexo semiológico a divisão da classe trabalhadora, sem a qual nem se recupera as lutas sociais, nem se desenvolve o poder do Estado A. E, nos últimos anos, esta produção de símbolos tem-se ampliado, não pretendendo já as maiores empresas atingir apenas a sua mão-de-obra, mas também o público em geral. Vestuário e utensílios de consumo corrente ostentam em enormes letras o nome de uma companhia ou exibem inconfundíveis logotipos, de modo que as bandeiras de cada país, enquanto símbolo da divisão nacional da classe trabalhadora na época em que prevalecera o Estado R, são hoje, quando o Estado A se reforça, substituídas no plano afetivo pelos emblemas empresariais. Neste contexto estético, o tradicional realismo socialista perde a

alguma eficácia propagandística que alguma vez pudesse ter tido e apenas Hans Haacke surge atualmente como um artista capaz de abordar criticamente as estruturas de poder do Estado A.

O marco principal neste longo processo histórico, que assinala o começo de decisiva preponderância do Estado A na sua articulação com o outro tipo de Estado, é constituído pelo aparecimento do corporativismo. De certo modo, enquanto corrente ideológica e programática, o corporativismo é contemporâneo da própria gênese do capitalismo. Mas refiro-me aqui apenas ao corporativismo enquanto forma prática de organização política, que se define pela articulação de três elementos: *a)* aparelho tradicional de poder, ou seja, o conjunto das instituições legislativa, executiva e judicial, que compõem o Estado R; *b)* associações de capitalistas, ou quaisquer formas de agrupamento de empresas em que prepondera o grande capital; *c)* instituições encarregadas diretamente da organização da força de trabalho e do mercado de trabalho, ou seja, sempre que tais funções não são assumidas exclusivamente pelas próprias administrações das empresas, os sindicatos burocratizados. O segundo e o terceiro componente integram o Estado A, tendo o terceiro um papel subordinado relativamente ao segundo, já que se refere apenas a um dos aspectos da assimilação dos conflitos sociais, e não ao processo global da sua recuperação. Só as administrações das empresas podem encabeçar na sua globalidade os mecanismos da produtividade, por isso lhes cabe no Estado A o lugar central. Na segunda metade do século XIX, no reduzido mundo capitalista de então, surgiram os primeiros esboços do sistema corporativo, assinalando que o Estado A assumira diretamente funções coordenadoras. Numa perspectiva histórica a longo prazo, desprezando tantas variantes e formas peculiares de realização, verificou-se um duplo processo.

Por um lado, os órgãos do Estado R que, pelas suas funções de coordenação económica, mais diretamente se inseriam na tripla articulação corporativa destacaram-se progressivamente das demais instituições decorrentes desse tipo tradicional de Estado e ao mesmo tempo estabeleceram relações sempre mais estreitas com os elementos do Estado A. As direções dos órgãos económicos e administrativos saídos do Estado R passaram a ser escolhidas sobretudo pelo método da cooptação, autonomizando-se por isso relativamente aos ministérios e ao parlamento, o que as identificou com as formas organizativas do Estado A, facilitando os contatos. Clubes sociais e associações de interesses económicos oferecem para tais relações um quadro discreto e com garantias de continuidade, e a alternância das mesmas pessoas em funções em uns e outros órgãos cimeta-lhes a solidariedade. Observadores que se colocam na perspectiva exclusiva do Estado R afirmam tratar-se da privatização de setores que eram entendidos como públicos. Na verdade, o processo é distinto. Trata-se da paulatina

passagem desses órgãos de um para outro aparelho de Estado. Por isso a etiqueta formal que uma dada instituição ostente num certo momento pode não ser importante e refletir a sua origem, não o sentido da evolução. Quando alguma instituição que se situava na esfera das formas tradicionais de poder é privatizada, isso significa apenas que o Estado R reduziu o seu âmbito, em benefício do Estado A. O que quer dizer que o sufrágio se secundariza relativamente à cooptação. Foi esta, aliás, a razão de fundo a permitir que o voto, legalmente restrito às classes dominantes enquanto o Estado R prevaleceu, pudesse universalizar-se à medida que os aspectos mais decisivos do poder eram assegurados pelas instâncias cooptadas do Estado A. O direito ao sufrágio começou, em alguns países, a estender-se à generalidade da população masculina nos meados do século XIX e às mulheres no final desse século e no início do século XX, num processo que apenas se concluiria, no conjunto dos principais países industrializados, na década de 1920. Todos puderam passar a votar porque, evidentemente as instituições eleitas tinham uma ação cada vez menos importante. Por isso não tardou que uma elevada percentagem de abstenções fosse o complemento inseparável do direito ao voto. Um direito inútil tende a não ser usado e, quanto mais declina o poder do Estado R, maiores são as taxas de abstenção eleitoral. Como, ao mesmo tempo, é uma prática corrente a dos subsídios patronais e sindicais a partidos e candidatos concorrentes ao sufrágio, completa-se o cerco efetuado pelo Estado A ao Estado R. Na tripla articulação corporativa, os órgãos que continuam vinculados ao Estado R tendem a reproduzir o seu âmbito e a autonomia de decisão, assemelhando-se a um quisto no tecido social vivo que é o do Estado A.

Um segundo processo é o que acentua a subordinação dos sindicatos burocratizados às direções das empresas. Não se trata apenas de prosseguirem em comum a recuperação dos conflitos sociais, mediante a mais-valia relativa. O aspecto aqui mais significativo consiste na própria hierarquização que leva o sindicalismo burocratizado a assumir cada vez mais a forma de sindicalismo de empresa. Assim, ao mesmo tempo que o desenvolvimento do Estado A constitui o eixo das transformações sofridas pelo corporativismo, no interior deste Estado A em expansão é o sistema de administração das empresas, especificamente das maiores, que fornece o padrão seguido pelas direções sindicais burocratizadas. As grandes empresas surgem como o fator de homogeneização do Estado A e o esteio da evolução da superestrutura política.

Quanto a esta questão, porém, a diversidade das formas históricas de realização e a variedade regional tornam insuficiente o enunciado de um eixo único de evolução a longo prazo e requer-se uma análise mais detalhada. O desenvolvimento leninista-staliniano da Revolução Russa de 1917 veio introduzir no processo geral uma nova via de transformação. Por um lado,

foi tão forte a necessidade de uma acumulação centralizada de capital, sobretudo durante os dois primeiros planos quinquenais, que o Estado R se tornou absolutamente ditatorial. Não restou lugar para órgãos eleitos — e foi certamente esta, no nível das aparências imediatas, a diferença mais marcante entre as formas de corporativismo até então usuais e o sistema político staliniano. O declínio geral do sufrágio foi, neste caso específico, radicalmente solucionado pela sua supressão e, mesmo nas esferas marginais para onde o relegaram, passou a funcionar apenas como confirmação de uma prévia cooptação. O modelo da cooptação, característico do Estado A, começou aqui a presidir à totalidade das instituições de ambos os tipos de aparelho de poder. Por outro lado, como foi esta precisamente uma variante em que o caráter ditatorial do Estado R se combinava com o caráter fortemente repressivo do Estado A, os sindicatos burocratizados fundiram-se inteiramente, tanto com as direções das empresas, como com as instituições originárias do Estado R. A articulação entre os três componentes, que caracterizava o corporativismo, deu lugar, na variante leninista-staliniana, a uma verdadeira fusão.

Como prevaleceu esta orientação no interior do processo socialmente tão contraditório que foi o da Revolução Russa de 1917? Ao longo desse ano as ambições populares centraram-se em dois objetivos indissociáveis: a paz e a terra. Sem pôr fim à participação na I Guerra Mundial não podiam os camponeses regressar às aldeias e apoderar-se das terras dos senhores; e sem conceder a terra aos camponeses, ou legalizar as expropriações espontâneas, não podia nenhum regime encarar as conseqüências sociais da paz. Enquanto, de fevereiro a outubro, os sucessivos governos se imobilizavam nestas contradições, a massa rural, que durante os anos de guerra fora fardada e enviada para morrer e matar no fronte, não esperou. As linhas desagregaram-se com a deserção em massa e o partido bolchevique, defensor das palavras-de-ordem da Terra e da Paz, reenquadrou os camponeses desertores e manteve o enquadramento de muitos prisioneiros de guerra, então libertados, soldados estrangeiros que aderiam à revolução. Durante a longa guerra civil que pouco depois se iniciou, e perante a dissolução do operariado industrial urbano em virtude do completo colapso da produção fabril, o poder revolucionário conjugou uma instituição autoritária e fortemente hierarquizada, o partido bolchevique, com uma outra não menos hierarquizada e autoritária, o novo Exército Vermelho, que teve como origem precisamente aquele reenquadramento militar dos desertores. Não há movimento social sem um quadro organizativo e é este que lhe determina a dinâmica e o sentido da evolução. As formas sociais resultantes da luta dos trabalhadores industriais haviam se extinguido na Rússia quando o operariado se dispersou e se dissolveu na guerra civil, para ser assimilado num exército de base camponesa e direção bolchevique. Uma década mais tarde, era

maciçamente criada uma nova força de trabalho industrial, em resultado de dois processos estreitamente conjugados: ao mesmo tempo que a estatização da agricultura deslocava colossais massas de mão-de-obra para o setor industrial, a absoluta centralização política e econômica permitia a inauguração de um enorme número de unidades fabris, muitas delas gigantescas. A mais forte e ampla instituição social era constituída pelo aparelho político-militar surgido na revolução e que a guerra civil desenvolvera e, assim, a disciplina capitalista de fábrica pôde ser imposta pelas autoridades como a forma única de enquadramento dos trabalhadores. Desde então, a classe dominante na URSS se tem sustentado graças àquela recriação completa de um operariado industrial, no interior do prevalecente quadro social. O exército, que na cronologia histórica foi precisamente a primeira instituição com direção cooptada a existir no interior do Estado R, serviu de fio condutor ao desenvolvimento leninista-staliniano da Revolução Russa, como serviria depois, e sem exceções, na versão legal ou na guerrilheira, a todos os processos revolucionários que seguiram idêntica orientação. Desde o momento em que irrompeu como força histórica, o leninismo opera, portanto, a fusão entre a instituição do Estado R, onde jamais o sufrágio ocorreu, e a cooptação, enquanto princípio organizativo do Estado A. Todos os movimentos triunfantes o são porque corporizam as formas sociais mais gerais a que têm de dar lugar.

A variante soviética parecia então ter acelerado a história, concluindo um processo que, nos complicados equilíbrios e coexistências de corporativismo, apresentava-se enredado em contradições e bloqueios sem fim. Enquanto a URSS atingia espetaculares taxas de crescimento econômico, o resto do mundo arrastava-se desde 1929 numa crise profunda e para a qual não surgia solução; o Estado R mostrava-se decisivamente ultrapassado, incapaz de tomar qualquer das drásticas medidas necessárias, e o Estado A não tinha ainda a força suficiente para assumir a plenitude do poder. Na década de 1929 a 1939, a coexistência de instituições neste corporativismo tradicional não foi senão um equilíbrio de fraquezas. Daí o caráter transitório que tão acentuadamente marca esse período, por comparação com a nova era inaugurada na URSS. E foi esta mesma a consciência que os líderes soviéticos tiveram da sua prática, reivindicando-se de ter concluído em pouco tempo o que nas outras orientações políticas a custo se esboçava. O mundo capitalista passou então a repartir-se em duas áreas: numa, o Estado A reforçava lentamente a sua capacidade coordenadora, no contexto da tripla articulação corporativa e em coexistência com os órgãos eleitos do Estado R; na outra, vigorava sem rivais o resultado de uma fusão institucional obediente aos sistemas organizativos prevalecentes no Estado A.

Desenvolvimentos recentes mostraram, porém, que fora uma ilusão considerar o modelo

soviético como a meta histórica da evolução do corporativismo. Podemos hoje verificar que o leninismo-stalinismo constituiu um outro percurso para chegar a uma nova situação, diferente da que caracterizara o período dos dois primeiros planos quinquenais e idênticos àquela a que desde os finais da II Guerra Mundial tem conduzido a evolução do corporativismo tradicional. Orientações que pareciam divergentes convergiram, afinal, num objetivo histórico novo.

Na área de domínio da URSS e acessoriamente na China, em primeiro lugar o desenvolvimento do processo de exploração tem obrigado a recorrer com cada vez maior insistência ou, pelo menos, maior urgência a mecanismos de mais-valia relativa, o que implica certa permissividade e uma mais sistemática conciliação dos conflitos sociais. Em segundo lugar, o desenvolvimento da acumulação do capital tornou caduco o sistema da absoluta centralização, necessário apenas numa fase de arranque brusco. A concentração passou a ser polarizada por alguns centros principais, complementados por um maior número de pólos secundários, constituindo tudo uma rede de malhas cada vez mais apertadas. O absoluto autoritarismo interno à classe dominante teve assim de evoluir para uma maior democraticidade nas relações intercapitalistas, de modo a tornar politicamente operacional um sistema económico pluricentrado. Não há aqui lugar para as formas clássicas de democracia porque as instituições eleitas do Estado R haviam sido abolidas e o que dele restara fundira-se com o Estado A. Depois dessa fusão, não penso que possa já voltar-se atrás. Muito recentemente, enquanto escrevo e revejo este livro [refiro-me à primeira edição], chegam notícias da extensão do sufrágio na URSS, na Hungria, na Polónia. As medidas da administração de Gorbatchev, porém, não têm em vista a ressurreição das formas clássicas de partidos eleitorais, mas a revitalização do plebiscito quanto a dirigentes previamente cooptados, num contexto em que essa seleção interna do pessoal político se realiza mais dispersamente. Na Hungria foi autorizada a constituição de partidos na sua forma clássica, embora não tivesse ainda sido permitida a sua apresentação em eleições, mas a população trabalhadora parece bastante indiferente a estas medidas e mostra-se mais interessada pelas reformas internas das instituições centrais do Estado A, ou seja, das empresas. E na Polónia assiste-se à tentativa, por parte dos governantes, de encaminhar para o beco sem saída do eleitoralismo uma organização sindical que surgira da luta nas empresas e apenas nesse campo tem conseguido manter uma força certa. Afinal, será a forma como os trabalhadores nestes países orientarão daqui em diante as suas reivindicações e lutas que há de mostrar em que medida haverá ou não lugar para uma competição pluripartidária. Tanto quanto a previsão é possível, porém, a experiência das últimas décadas na área política soviética mostra ter-se chegado a uma situação nova de reequilíbrio, resultante da maior autonomia assumida

pelos elementos que haviam sido fundidos num corpo institucional único: o partido; a administração central e as várias administrações regionais; o exército; as direções das grandes empresas ou, mais exatamente, de grandes complexos combinados de produção; as direções sindicais. Com as inevitáveis fases de aceleração e de estabilização, é um processo deste tipo que tem ocorrido na URSS e nos países do Leste europeu desde meados de 1953 e na China na última década. As peripécias são numerosas, mas penso ser este o quadro geral que as explica. O crescente equilíbrio entre os principais pólos de acumulação consiste em que cada um deles assume um maior âmbito de iniciativa, de modo que, sem se pôr em causa a fusão institucional, haja uma maior maleabilidade na articulação dos elementos componentes. Trata-se, afinal, da maturidade do regime.

Para um resultado similar têm evoluído, desde o final da II Guerra Mundial, os países mais industrializados da área de domínio estadunidense. A progressiva redução da capacidade de intervenção dos órgãos eleitos do Estado R converteu-os em meras fachadas, que ao mesmo tempo ocultam a vacuidade do edifício e o fato de os centros de decisão terem passado a encontrar-se em outros lugares. Daí a completa desideologização dos partidos políticos, que não representam já alternativas distintas, pois as instituições para que concorrem mal têm funcionamento próprio. Este contexto explica como foi possível, mesmo durante a guerra, a desestruturação ideológica do corporativismo fascista pelos teóricos das democracias ocidentais. Recuperaram-se os temas do fascismo enquanto técnica de organização da sociedade e da política porque, graças à ação da censura, foram isolados do sistema doutrinário global que invocavam como fundamento. Quanto mais generalizada se tornasse a ignorância do que havia sido o corporativismo fascista, mais facilmente as democracias poderiam retomar os seus elementos e reorganizá-los. Foi o que sucedeu e esta reestruturação técnica alheada de qualquer sistematicidade doutrinária, ao mesmo tempo que resultava da desideologização da política, contribuiu para acentuá-la. Por seu turno, quanto mais vaga for a definição ideológica de um partido, menor será o controle que pode exercer sobre os membros do governo e do parlamento nele filiados, o que mais suscetíveis os torna de caírem na órbita do Estado A. E os crescentes níveis de abstenção eleitoral são a expressão deste processo do lado popular. Não só é inútil votar em candidatos para instituições cujo poder se tornou oco, como é impossível diferenciar concorrentes que nenhuma sistematicidade de idéias separa e nenhuma prática efetiva distingue.

Assim, o corporativismo tradicional caminhou insensível e paulatinamente para a liquidação de fato, se bem que não de direito, dos órgãos eleitos do Estado R e deu origem a

uma situação nova, em que praticamente toda a cena é ocupada por um corporativismo baseado no Estado A, que não tem já de coexistir com quaisquer significativos aparelhos de poder a ele exteriores. O Estado A acabou por fundir em si as instituições de direção cooptada originárias do Estado R e que cortaram agora na prática o cordão umbilical, se bem que ocasionalmente possam ainda manter, por tradição, o nome de família. E ao mesmo tempo progride a homogeneização interna do Estado A, de maneira que o sindicalismo burocratizado aparece cada vez mais como um sindicalismo de empresa. Desta evolução conjunta está resultando uma fusão institucional, mas em termos tais que se tem garantido aos elementos componentes um considerável âmbito de iniciativa, atingindo-se uma situação de equilíbrio recíproco e de maleabilidade. Só quem se deixa iludir pelas formas históricas assumidas pelos desenvolvimentos passados e quem confunda a hostilidade verbal resultante de uma concorrência na acumulação do capital com qualquer efetiva diferenciação de regimes pode ignorar a atual e crescente similaridade das superestruturas políticas na área soviética e na estadunidense.

Na área que, até há mais ou menos tempo, foi colonizada ou semicolonizada e onde a mais-valia absoluta prevalece ou, pelo menos, constituiu um pesado obstáculo ao aumento da produtividade, o caráter rudimentar em grande parte assumido pelo sistema de exploração pareceria, à primeira vista, limitar fortemente a capacidade de exercício do poder pelo Estado A. Quanto menos a produtividade se desenvolve, mais restrita se mantém a esfera de autoridade das empresas e mais tênue é a sua integração econômica recíproca, o que implica a fraqueza externa e interna do Estado A. Ao mesmo tempo, em virtude da pequena dimensão destas economias e dos seus mercados de exportação, apenas quando uma empresa ou um número muito pequeno de empresas produzem com exclusividade um dado bem, consegue-se economias de escala, o que obriga o arranque econômico de um país incluído nesta área, para obter condições mínimas de sucesso, a um elevado grau de centralização inicial na acumulação do capital. Parecia, portanto, que o aparelho tradicional de Estado poderia reforçar-se assumindo funções de centralizador e de proprietário de capitais. Pois, perante a reduzida integração dos elementos do Estado A, não caberia ao Estado R esse papel centralizador? Da conjugação destas situações resultaria, à primeira vista, a importância do Estado R. Porém as regiões que encetam tardiamente um processo de desenvolvimento do capitalismo não repetem localmente o percurso das outras, mas inserem-se desde logo na etapa que lhes é contemporânea. Cada país ou região integra-se no capitalismo no estágio geral em que este se encontra. Assim, também nesta área a tendência prevalecente reduziu o poder do Estado R.

Em primeiro lugar, os órgãos eleitos ou não chegam nunca a desenvolver-se ou, quando existem, não passam de uma farsa. Aquelas instituições do Estado R que aumentam de importância com a acumulação centralizada do capital obedecem ao modelo da cooptação e freqüentemente decorrem do aparelho militar.

Com as condições de elevada produtividade e concentração que hoje caracterizam o capitalismo em escala mundial, a acumulação num âmbito nacional é insuficiente para sustentar o arranque econômico. A reprodução em escala ampliada exige a importação de capital. Quando se processa sob a forma de empréstimos externos, saem reforçados os organismos cooptados do Estado R, que canalizam esses empréstimos e em parte superintendem a sua repartição no interior do país. Mas a integração dos processos produtivos ultrapassou há muito as fronteiras nacionais e, nas últimas décadas, o movimento decisivo tem sido o da transnacionalização das próprias empresas. Embora a porção mais considerável do capital importado continue a consistir em empréstimos, uma percentagem significativa e com repercussões muito mais amplas do que os meros números dão a entender é constituída pelos investimentos externos diretos, ou seja, pelo estabelecimento, por parte de uma empresa com sede num país, de filiais em outro país ou pelo menos, uma tomada de participação que assegure uma influência decisiva na administração de empresas locais. É este o segundo fator de redução do poder do Estado R nos países desta área. Quando é muito débil a taxa de acumulação devida aos capitalistas autóctones, as filiais das empresas transnacionais surgem como o pólo congregador do Estado A. Com elas se articulam, numa comunidade de interesses cada vez mais estreitas: empresas locais, tanto particulares como do setor público, desejosas de utilizar a tecnologia avançada controlada mundialmente pelas grandes transnacionais; empresas locais que estabelecem relações de subcontratação com as filiais das transnacionais e que ficam, por conseguinte, sob o seu controle econômico; elementos das classes dominantes autóctones que investem nas filiais das transnacionais. Aliás, quando sabemos que estas filiais atraem os capitais locais em um ritmo superior àquele a que reinvestem os seus lucros, compreendemos que a sua capacidade polarizadora da economia do país onde se estabelecem ultrapassa em muito o mero relacionamento com outras unidades produtivas. Ao encabeçarem deste modo o desenvolvimento local da mais-valia relativa, as filiais das transnacionais tendem a assimilar socialmente a força de trabalho ocupada nos ramos mais produtivos e também a das subcontratantes, e procuram neutralizá-la. Em suma, as condições autóctones de debilidade verificadas no Estado A destes países alteram-se substancialmente por ação das transnacionais. Já no século XIX e nos inícios do século XX o capital estrangeiro organizava grandes plantações

ou construía ferrovias e canais em torno dos quais adquiria verdadeiros direitos de soberania, rivalizando com os Estados tradicionais autóctones ou sendo mesmo, tantas vezes, mais forte do que eles. Mas o fator novo e de importância decisiva é o estreito relacionamento estabelecido nas últimas décadas entre o capitalismo local e as filiais das maiores empresas mundiais. É este talvez o ponto de maior contraditoriedade no processo de evolução do corporativismo, pois que o poder assumido nestes países pelas instituições cooptadas oriundas do Estado R depara com a crescente influência das transnacionais, empresas que em tantos casos são economicamente mais fortes do que o conjunto econômico-político autóctone.

Onde a mais-valia absoluta prevalece, não existem CGP adequadas ao rápido desenvolvimento da mais-valia relativa, nem a sua criação pode dever-se aos aparelhos de Estado locais, que se encontram dependentes de cada base econômica nacional. As empresas transnacionais que desenvolvem CGP permitem o funcionamento das suas filiais nestas áreas, o que reforça ainda o seu papel polarizador. Frequentemente ultrapassam até com esta ação o âmbito restrito dos ramos de produção em que estão estabelecidas as filiais. Vimos como uma das formas de articulação de ambos os tipos de mais-valia se deve à iniciativa de capitalistas sediados nos grandes centros econômicos mundiais e que a partir daí induzem técnicas inovadoras em países onde prevalece a mais-valia absoluta. Importantes fundações ligadas a alguns dos maiores grupos transnacionais tiveram, ainda no decurso da II Guerra Mundial, um papel decisivo nessa instigação de novas técnicas, mas é sobretudo a partir da década de 1960 que o processo se amplia duplamente, integrando um maior número de fundações privadas e de organismos internacionais e multiplicando as áreas especializadas de pesquisa no setor agropecuário e demográfico. Deste modo, o grande capital procura, a partir dos centros mais produtivos, resolver, ou contornar, o bloqueio ao desenvolvimento econômico em numerosos países e, ao fazê-lo, ultrapassa os Estados R locais. Vários setores da economia de cada um destes países passam a estar ligados mais estreitamente com os grandes centros mundiais do que com os seus centros nacionais e, assim, o Estado R encontra-se cercado pela ação multimoda das transnacionais.

Essa contradição entre o caráter localizado dos Estados R e a crescente importância de um Estado A que supera as fronteiras tem a sua expressão ideológica no chamado "antiimperialismo", que constitui, portanto, uma problemática exclusivamente interna às estruturas de poder capitalistas, sem em nada afetar diretamente a situação da força de trabalho enquanto explorada. Os resultados históricos têm demonstrado ser esta contradição a própria forma da articulação, nesta área, dos componentes do corporativismo; a disputa em torno do

tema do imperialismo revela-se, para cada um dos lados em litígio, como um meio de assegurar a posição de predomínio no interior de uma plataforma institucional comum. E é assim que, ao mesmo tempo que os capitalismo autóctones se vão unificando em redor dos pólos de concentração que são as filiais das transnacionais, tem-se estreitado também o relacionamento das transnacionais, enquanto representantes e condutoras do Estado A, com os órgãos do Estado R. Nos países em que o débil desenvolvimento econômico mais obstáculos cria à rede administrativa necessária para sustentar os aparelhos clássicos de poder, são muitas vezes os portos a principal, ou até a única, fonte segura de receitas governamentais. Pois é precisamente aí que, hoje, empresas transnacionais especializadas na administração aduaneira são contratadas para verificar a qualidade, quantidade e preço dos bens importados e sucede mesmo que juntem a estas funções a da colaboração na cobrança das taxas alfandegárias, ultrapassando as administrações autóctones. E conhecem-se casos de países que contratam empresas estrangeiras, especializadas em contabilidade e na administração financeira, para assegurar esses serviços na esfera do Estado R, com poderes de controle de tal modo vastos que podem mesmo vetar despesas decididas por ministros. São estas as formas extremas de um processo pelo qual, na área onde prevalece a mais-valia absoluta, o Estado A assimila instituições até então decorrentes do Estado R, mantendo, no entanto, um certo âmbito de autonomia cada um dos elementos do poder.

Pelo lado do Estado R, cuja função centralizadora parecia inicialmente reforçar-se, os países desta área refletem em grande medida o percurso histórico seguido na área da URSS e na China; pelo lado das transnacionais, enquanto elemento mais expressivo do Estado A, refletem a situação que caracteriza hoje o conjunto dos países mais industrializados da esfera estadunidense. Na convergência que opera entre ambas as vias de evolução, a área de predomínio da mais-valia absoluta revela, talvez melhor do que qualquer das outras, a superestrutura política que está em vias de se generalizar em todo o globo: no contexto dos sistemas organizativos característicos do Estado A, operou-se uma fusão de instituições em que cada uma mantém uma margem de iniciativa, com a conseqüente maleabilidade nos equilíbrios atingidos.

Denomino este estágio de evolução, que começa a caracterizar hoje em comum todas as áreas: neocorporativismo informal. *Corporativismo* porque, na seqüência do tradicional, articula instituições originariamente decorrentes de ambos os tipos de Estado. *Neo* porque essa articulação passou a assumir a nova forma de uma fusão, sob a égide das maiores empresas componentes do Estado A e dos princípios organizativos nelas consubstanciados e em prático

alheamento do que resta dos órgãos eleitos do Estado R. E *informal* porque as regras deste sistema de poder, os mecanismos do seu funcionamento, embora rigorosas, são meramente práticas, não sendo objeto de nenhuma codificação pública.

É muito elevada a rotação dos dirigentes entre as múltiplas instituições neocorporativas e numerosos são os que ocupam simultaneamente cargos em várias delas. Para a coordenação, o debate e a tomada de decisões bastam, por isso, os canais do relacionamento pessoal. Quanto maior for o desenvolvimento da mais-valia relativa e, por conseguinte, quanto mais se estreitar a integração econômica, tanto mais fácil e operante será o contato pessoal entre os detentores do poder e maior será a informalidade no funcionamento do Estado, em detrimento dos mecanismos constitucionalmente estabelecidos. É este contexto que explica a nova importância dos clubes sociais, dos *lobbies*, dos convênios a portas fechadas e de tantas outras reuniões de perfil dificilmente definível por quais os detentores de poder se relacionam à medida das necessidades. Será esta informalidade o alvo das transformações futuras? Pode com efeito admitir-se que o caráter informal se deva ao estágio ainda incipiente do neocorporativismo, ao fato de apenas agora nele se esboçar a unificação política mundial. Mas pode presumir-se também que, relegado o sufrágio à insignificância, os não-capitalistas permanecerão tão afastados de qualquer intervenção ritual nos mecanismos do poder como a força de trabalho está excluída da organização das operações no Estado A. É para esta última opinião que me inclino. E, se assim for, a informalidade da nova superestrutura política se manterá como uma das suas características mais duradouras. Não é, aliás, o que nas últimas décadas têm conceituado os ideólogos do capitalismo? A democracia deixou de ser definida como *demos + kratos*, o ideal do governo pelo povo, para receber a nova aceção de um jogo de poderes que se contrabalançam, sem que se levante o problema do acesso a cada um desses poderes. Fica assim excluída a participação popular da definição da democracia. Por isso a liberdade deixa de ser entendida por estes novos ideólogos como a capacidade de intervenção nos mecanismos de Estado e passa a ser explicitamente apresentada como uma função da possibilidade de escolha por parte do consumidor, defrontado com um leque cada vez mais amplo de produtos de uso corrente. Está-se deste modo apenas conceituando o processo mediante o qual se produz num tempo de trabalho decrescente um crescente volume material de *inputs* da força de trabalho. Em condições de desenvolvimento da mais-valia relativa, os ideólogos do capital definem a liberdade, afinal, como o reforço da exploração.

Vemos, em conclusão, que foi multiforme o processo histórico que levou à unificação mundial da superestrutura política. A concepção tradicional de *capitalismo de Estado*, que tantos

autores partilham e que eu segui até há alguns anos, reflete apenas a experiência da evolução da URSS, dos países da sua esfera de influência e da China. E, de maneira crítica ou elogiosa, vem na seqüência do leninismo, que considerava o corporativismo tradicional incapaz de uma via própria de desenvolvimento e proclamava o regime soviético como a única meta possível das transformações corporativas. Hoje, ao vermos que foram diferentes os percursos históricos, que significado podemos atribuir ao capitalismo *de Estado*? Penso que este conceito exprime a integração dos aparelhos de poder num organismo unificado e a crescente função coordenadora e centralizadora, determinada pelo estreitamento da integração econômica.

É esta afinal, uma vez mais, a linha de desenvolvimento fundamental. Na tentativa de assimilar e recuperar as reivindicações da força de trabalho, os capitalistas, mediante os mecanismos da mais-valia relativa, reforçam o inter-relacionamento das empresas e, portanto, ao mesmo tempo, aumentam a consistência interna e a capacidade de ação unificada do Estado A e integram supranacionalmente os processos de produção. A passagem da preponderância do Estado R para a do Estado A foi o mais decisivo fator de integração mundial, visto que as grandes empresas, que encabeçam o Estado A, são as que mais diretamente ultrapassam as fronteiras dos países. Por isso as empresas transnacionais tornaram-se o principal elemento motor do neocorporativismo, assumindo hoje o lugar de vanguarda na remodelação da superestrutura política. Se considerarmos como uma primeira fase a do predomínio do Estado R, a segunda foi inaugurada com o prevalecimento do Estado A e dos seus modelos organizativos e a terceira fase, que começamos hoje percorrer, consiste na transnacionalização do Estado A.

A breve história desta terceira fase certifica-nos que a supranacionalização do neocorporativismo acentuou ainda a redução da área de poder do Estado R. Desde a terceira década do século XX que, a partir dos Estados R, têm sido criados órgãos internacionais. Como, porém, esta esfera não encontra uma correspondência direta nos governos, naturalmente restritos às fronteiras nacionais, é muito fácil a autonomização dos organismos internacionais. Aqueles em que o componente do sufrágio é relativamente forte e que, portanto, conservam vínculos governamentais têm perdido eficácia ou não chegaram nunca a adquiri-la. Os restantes, que são a grande maioria, encontram na supranacionalidade a garantia de uma certa autonomia, tendo então as empresas transnacionais como interlocutores privilegiados. A integração mundial não resulta de uma soma de integrações nacionais, mas processa-se precisamente mediante a ultrapassagem das fronteiras dos países. E este processo arrasta mesmo as instituições cooptadas originárias do Estado R que, tendo-se inicialmente destacado em nível nacional, transnacionalizam-se em seguida, relacionando-se com outros elementos internacionalizados do

Estado A. Do mesmo modo, os sindicatos burocráticos, convertendo-se em sindicalismo de empresa, tendem a acompanhar a rede de relações estabelecida pelas transnacionais, o que constitui outro fator de ultrapassagem dos Estados R, tanto no país de exportação dos investimentos diretos como no país importador. E note-se desde já que este processo, se prosseguir sem que venha a ser eficazmente contrariado pela unificação dos trabalhadores enquanto classe, reproduzirá em nível supranacional a cisão entre a força de trabalho sujeita a um e a outro tipo de mais-valia e contribuirá, assim, para agravá-la.

Na fase atual, as contradições entre o Estado A e o que resta do Estado R propriamente dito reproduzem-se, portanto, na contradição entre a superação das fronteiras e o nacionalismo. Apesar de a grande parte dos seus principais administradores ser originária dos países onde se situam as sedes, as transnacionais não constituem um veículo para a extensão da soberania dos governos desses países. O que tantas vezes se interpreta como sendo um governo que usa as transnacionais na sua política externa é, na realidade, o inverso e são freqüentemente estas grandes empresas que, utilizando-se de órgãos do Estado R para a execução das suas estratégias mundiais, colocam-nos sob a sua alçada. Por outro lado, numerosos exemplos mostram que, assim como se verificam contradições entre as transnacionais e os Estados R nos países onde se implantam as filiais, elas surgem também onde as sedes estão estabelecidas. Os tribunais estadunidenses e, por vezes, de outros países, como a República Federal Alemã, revelam uma tendência crescente para intervir em atos econômicos que, mesmo praticados fora de fronteiras e por empresas com sede no exterior, tenham repercussões diretas no país onde esse tribunal se situa. Tem sido também defendida pelos meios governamentais estadunidenses a teoria de que qualquer empresa em que pelo menos um quarto do capital for, direta ou indiretamente, controlado por acionistas dos Estados Unidos estará sujeita à lei deste país, mesmo que nele não desenvolva a sua atividade. Mediante multas, boicotes econômicos e retaliações várias os tribunais estadunidenses procuram impor na prática estes pontos de vista, suscitando então o contra-ataque dos governos de outros países industrializados. Ora, este fogo cruzado está em direta contradição com os interesses das transnacionais, cuja capacidade de ação desapareceria se os governos de cada país pudessem estender sobre os restantes a área da sua jurisdição! Vários teóricos terceiro-mundistas entendem a transnacionalização da economia como uma exportação da hegemonia dos países do *centro*, conjugada com a conversão das burguesias nacionais dos países da *periferia* em burguesias compradoras. Entendo, ao contrário, que este processo representa uma internacionalização dos capitalistas, tanto contra as posições nacionalistas existentes nos países onde se estabelecem as sedes,

como contra as verificadas nos países que recebem as filiais. Afinal, o que destes conflitos tem sobretudo resultado são conciliações e acordos, muitas vezes informais, que constituem talvez uma das bases para o desenvolvimento de uma futura legalidade capitalista supranacional.

E é essa informalidade na resolução dos problemas a outra das características que continua a vigorar nesta incipiente fase de transnacionalização. Milhares de organismos internacionais não-governamentais estabelecem uma rede de contatos permanentes, na qual se inserem também as grandes empresas e as instituições cooptadas saídas do Estado R. E, quanto mais desenvolvidos são os mecanismos da produtividade num dado país, tanto mais os seus capitalistas participam nestes contatos. Daqueles organismos, uma parte muito grande e em elevado crescimento relativo tem como objetivo a constituição de CGP em escala mundial, mais, entretanto, no nível da organização e da conjugação de esforços do que da sua produção propriamente dita. E uma multiplicidade de reuniões periódicas e conferências a portas fechadas reúne informalmente administradores de grandes empresas, chefes militares, sindicalistas, políticos profissionais, chefes de grandes administrações públicas e de serviços policiais ou de espionagem, jornalistas e acadêmicos, por vezes até, como sucede desde 1957 com as Pugwash Conferences on Science and World Affairs, juntando elementos oriundos de países tanto da OTAN como do Pacto de Varsóvia, como dos chamados não-alinhados. Mesmo enquanto os discursos para uso público agravam as tensões internacionais, ou isso pretendem fazer crer, nestas reuniões tomam-se iniciativas e se estabelecem em traços gerais projetos que tantas vezes servirão depois de base para os acordos oficiais. A esfera supranacional favorece, com efeito, a informalidade dos contatos, já que não existe aí qualquer tradição constitucional nem qualquer demagogia de participação popular a que seja necessário fazer sequer simbólicas concessões.

O neocorporativismo informal, que constitui a regra do desenvolvimento em cada país e em cada grande área econômico-social, reproduz-se na esfera supranacional, num processo de fusão de que as grandes empresas transnacionais são o elemento mais dinâmico e o mais apto por isso a conduzi-lo. Não é estaticamente que pode avaliar-se a importância de cada um dos elementos em jogo, mas apenas analisando as tendências de evolução e definindo quais as instituições em expansão e, sobretudo, as que surtem maior gama de repercussões. Esta perspectiva dinâmica permite afirmar que cabe hoje às transnacionais o papel motor na síntese mundial das superestruturas políticas, na constituição informal em escala supranacional de um neocorporativismo, como aliás alguns lúcidos ideólogos do capitalismo vem insistindo desde a década de 1960.

3.3. Trabalho produtivo

No capitalismo, a distinção entre os que participam e os que não participam no controle das instituições de ambos os tipos de Estado sobrepõe-se exatamente à distinção entre os apropriadores da mais-valia e os seus produtores. E esta demarcação que é pensada pela distinção entre o trabalho improdutivo e o trabalho produtivo.

Sempre que procedeu à definição simples destes conceitos, Karl Marx o fez rigorosamente e de maneira que, à primeira vista, não poderia prestar-se a confusões: são produtivos aqueles trabalhadores que produzem mais-valia. O caráter produtivo de um trabalho é função dos mecanismos que sustentam e reproduzem o modo de produção, ou seja, no caso do capitalismo, dos mecanismos da produção da mais-valia. É este o único critério. Apesar da simplicidade de definição, Marx esteve longe, porém, de a ter seguido sempre e, ao admitir simultaneamente outros critérios, enredou-se em teses contraditórias e paradoxais. Nas mesmas contradições se tem enleado a grande parte dos discípulos. É muito difundida entre várias correntes marxistas a definição que considera como improdutivo aqueles trabalhadores inseridos em processos cujo *output* não regresse, enquanto *input*, aos ciclos de produção; e também na obra de Marx podem encontrar-se algumas afirmações neste sentido. O trabalho produtivo se classificaria, então, não como o produtor de mais-valia, mas como o produtor dos *inputs* dos processos de produção. Ora, esta segunda definição não corresponde teoricamente à primeira e, muito mais importante do que isso, decorre de posições práticas opostas.

Como sublinhei em capítulos anteriores, a produção de mais-valia deve distinguir-se da sua realização. É certo que, sendo todas as relações sociais relações institucionalizadas, cada produtor de mais-valia é um elo de uma cadeia, no qual a força de trabalho, ao mesmo tempo que cria um novo valor, revivifica valores produzidos em atos precedentes, conservando-os assim. Nesta sucessão de ciclos, o trabalho produtivo é aquele que, precisamente por ser uma ação criadora atual, reproduz as relações sociais em que haviam sido criados os elementos que servem de *input* ao presente processo de produção e, ao mantê-los inseridos nessas relações, conserva-os como valores. O trabalho produtivo não pode, portanto, definir-se como o produtor dos *inputs* de futuros processos de produção, mas como aquele que incorpora o *output* de processos anteriores. Não é sob o ponto de vista da sua produção, mas da sua realização, que devem ser analisados os problemas decorrentes da inserção do *output* de um processo produtivo, como *input*, num novo processo. Sem tal realização, extinguir-se-ia a possibilidade da mais-valia futura e, portanto, a própria existência da mais-valia passada. Mas isso significa que é

precisamente na produção de mais-valia que se realiza a mais-valia anteriormente criada. Na dinâmica dos ciclos da produção, o trabalho produtivo define-se em cada momento presente e na sua relação com os anteriores; o problema da realização da mais-valia define-se na possibilidade da relação de um momento presente com os futuros. O trabalho produtivo é trabalho vivo atual, que cria e revivifica valores; a realização da mais-valia decorre da materialização de um trabalho morto enquanto *output* e do problema da sua posterior revivificação. Por isso não importa, para a classificação de dados trabalhadores como produtivos, o lugar eventualmente ocupado pelo *output* em posteriores ciclos de produção. O trabalho produtivo, em conclusão, não deve definir-se como o que sustenta o consumo produtivo, quer dizer, cujo *output* se há de reinserir em novos ciclos de produção, pois o que o caracteriza não é a forma como os capitalistas gastam a mais-valia de que já se apropriaram, mas precisamente o processo pelo qual em cada momento estão a ganhá-la. Procurei mostrar na primeira seção que o modelo da mais-valia, enquanto fulcro de uma crítica econômica baseada nos conflitos sociais, resulta de um *a priori* prático, tal como sucede, aliás, com os axiomas de qualquer teoria. O objetivo último da crítica é o de encontrar, implícitos num sistema ideológico, os princípios que o fundamentam e de reduzi-los, então, às posições e aos interesses práticos que os suscitaram e neles se refletem. Definir o trabalho produtivo pelas vicissitudes por que passa o *output* é ocultar o ato de produção de mais-valia, o único que precisamente pode revalorizar o trabalho morto, e apresentar a materialização de um produto em alheamento dos mecanismos da exploração, ou seja, sob o meu ponto de vista, é anular o trabalho vivo no trabalho morto, eliminar a prática pela reificação do seu produto. É uma das tantas variantes do tecnicismo que impera em todas as correntes da economia acadêmica. Ao contrário, ao afirmar aqui a produção de mais-valia como critério único para a definição do trabalho produtivo, estou realçando aquela prática que, em meu entender, constitui o fundamento de toda a sociedade.

Curiosamente, porém, o modelo de integração econômica que apresento inclui na reprodução dos ciclos produtivos a mais vasta gama de produtos, considerando que, fora dos períodos de crise, a generalidade dos *outputs* regressa enquanto *input* aos posteriores processos de produção. Ao inserir nos mecanismos capitalistas a totalidade da vida do trabalhador, definindo a produção de força de trabalho como produção de mais-valia, e ao considerar de modo tão amplo as CGP, acabo por admitir que, em princípio, o *output* do trabalho produtivo destina-se a servir de *input* aos futuros trabalhos produtivos. O que significa que o trabalho produtivo, enquanto suscetível de obedecer às pressões — mesmo se bloqueadas — para o aumento da produtividade, pressupõe que a conversão do seu *output* em *input* seja

função, em última instância, direta ou indiretamente, do consumo da força de trabalho, quer dizer, seja função dos mecanismos da mais-valia. Por isso discordo completamente de uma significativa corrente marxista contemporânea que exclui a fabricação de armamentos da reprodução dos ciclos produtivos. Pretende essa tese que todas as instalações, maquinarias e matérias-primas incluídas no ramo de armazenamentos não se contariam entre os elementos do capital constante, reduzindo-se assim a fração ocupada por esta categoria no capital global, com o conseqüente aumento da taxa de lucro; sob esse ponto de vista, a forma mais importante como os capitalistas se oporiam à descida tendencial da taxa de lucro consistiria na expansão de um setor, que os defensores desta tese denominam setor III, definido pelo fato de o seu *output* não regressar enquanto *input* aos ciclos produtivos, ou seja, do setor do armamento, completado acessoriamente pelo dos artigos de luxo consumidos pelos capitalistas. O problema da tendência ao declínio da taxa de lucro seria, nestes termos, resolvido pelos capitalistas exteriormente aos conflitos sociais ocorridos nos processos de produção, exteriormente aos mecanismos da mais-valia. Apesar de se situarem à esquerda no leque político clássico, estes economistas, tal como a ortodoxia dominante no marxismo, não atribuem ao modelo da exploração, com a sua inerente contraditoriedade social, o lugar central na teoria do modo de produção. Por agora, porém, o que sobretudo me interessa, se relacionarmos esta tese com aquela que considera como improditivos os trabalhadores em ramos cujo *output* não sirva de *input* aos novos ciclos de produção, é o problema da classificação da fabricação de armamento que assume hoje uma importância tão considerável e em expansão. O relatório anual para 1984 do Banco Mundial calculou que as despesas militares em todo o mundo, em dólares constantes de 1982, duplicaram ao longo dos 20 anos anteriores, passando de 300 bilhões a mais de 600 bilhões de dólares; e que essas despesas no conjunto dos países chamados subdesenvolvidos quadruplicaram, entretanto, subindo de 30 bilhões de dólares para quase 140 bilhões. Bastariam as colossais dimensões alcançadas para tornar imperativa a resolução do problema.

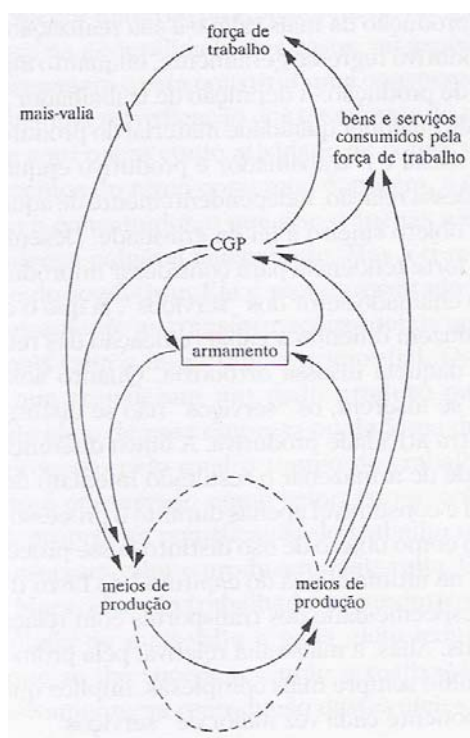
Se a fabricação de armamentos fosse excluída da reprodução dos ciclos produtivos, ou seja, na perspectiva do desenvolvimento capitalista, se não fosse suscetível de se sujeitar às pressões — mesmo que bloqueadas — da mais-valia relativa, como se justificaria então que obedeça exatamente aos mesmos critérios de aumento da produtividade que regem os demais setores? No modelo que proponho, este ramo inclui-se entre as CGP de tipo *b*. É certo que a parte mais considerável do armamento, tanto em termos de custos como de volume, apresenta-se formalmente destinada aos conflitos exteriores, e não aos confrontos internos e à fiscalização de classe. Porém, em primeiro lugar, a manutenção de um estado permanente de conflito

potencial entre grupos de nações ou, talvez mais exatamente, na atual fase de integração supranacional, o convencimento público de que essa ameaça bélica existiria realmente constitui uma forma de, em cada país, as classes se agruparem em torno de uma pretensa defesa nacional. Diminuem, assim, as lutas sociais, o que é o pressuposto do isolamento daquelas que, apesar disso, eclodem e da sua mais fácil assimilação ou repressão. Como desde cedo preveniu o primeiro e o maior de todos os revolucionários modernos, o lucidíssimo Marat, o implacável Amigo do Povo, a preocupação com a guerra exterior leva, no interior de cada país, ao esquecimento das clivagens entre as classes. E, como o armamento de que cada bloco dispõe é, em quantidade e qualidade, justificação suficiente para que o adversário o supere, o mecanismo de corrida às armas se auto-acelera e os seus efeitos de integração social tendem, portanto, a acentuar-se. Em segundo lugar quanto maiores e mais sofisticadas são as encomendas de material de guerra, tanto mais estreitas se tornam as relações do aparelho militar com as empresas e, portanto, tanto mais se reforça a função social das forças armadas, aumentando por aí o seu papel no enquadramento repressivo. Isto contribui para explicar que, historicamente, tivessem sido um dos primeiros órgãos do Estado R a relacionar-se com o Estado A, destacando-se e autonomizando-se nesse processo. As forças armadas foram uma instituição decisiva no imediato pré-corporativismo e na evolução corporativa. Elas, que haviam assegurado sempre a firmeza do Estado R, convertem-se progressivamente no esqueleto do próprio Estado A em grande número de países, no que correntemente se tem chamado o complexo militar-industrial. Em fases anteriores do capitalismo, quando uma crise social se precipitava, os militares afastavam o aparelho civil do Estado R, dissolviam o parlamento e ocupavam os ministérios. Agora, como mostra a repetida experiência das duas últimas décadas, tanto na área estadunidense, no Chile, quanto na área soviética, na Polônia, antes de assumirem a supremacia na totalidade do aparelho de poder as forças armadas, em momentos de agudização dos conflitos sociais, começam por ocupar a direção das grandes empresas. O que confirma a tendência a acentuar-se o caráter diretamente econômico das funções de enquadramento repressivo desempenhadas pelo aparelho militar.

Por outro lado, quanto mais sofisticado for o material bélico encomendado, tanto mais sustentará uma investigação teórica e aplicada, com as conseqüentes repercussões sobre os demais ramos de produção. Neste ponto de vista, a fabricação de armamento inclui-se entre as CGP de tipo *c*. E, quanto mais operacionais forem as forças militares, tanto maiores serão as suas capacidades de recepção, comunicação e armazenamento de informações e de deslocação de pessoas e material, o que as leva a desempenhar um papel nas CGP de tipo *c*, *d* e *e*. Além

disso, a disciplina militar constitui uma forma extrema da disciplina de empresa e até da ordem social em geral e o desenvolvimento tecnológico das forças armadas implica, com frequência, que se ministre um suplemento de formação aos jovens recrutas que terão a seu cargo material sofisticado, participando assim o aparelho militar nas CGP de tipo *a* que visam à instrução das novas gerações de força de trabalho.

Deve ter-se ainda em conta que muitas, senão a totalidade das linhas de produção de armamento partilham vários, ou até a grande parte, dos estágios com a produção de outros tipos de *output*. Assim, e para nos exprimirmos com exatidão, não existe um setor de armamentos, porque estes se integram, junto com muitos outros componentes, em vários tipos de CGP e porque a sua fabricação se relaciona com a de outros bens. Por todas estas razões, o aparelho militar é suscetível de obedecer aos processos da mais-valia relativa e de se reger pelos critérios gerais de aumento da produtividade. Sob a ótica da fabricação de armamentos, será o seguinte o esquema dos ciclos produtivos.



Os equilíbrios *a posteriori* entre os setores I e II, que Marx tão laboriosamente calculou nos seus modelos da reprodução simples e em escala ampliada, podem ser pensados de maneira bem mais realista e com uma margem de flexibilidade muito maior se se têm em conta as possibilidades de expansão e retração da fabricação de armamentos. Ao inscrever-se nos ciclos produtivos, este ramo distingue-se, portanto, radicalmente da produção de bens de consumo de luxo, que analisarei no capítulo seguinte. Não há motivo para a definição de um

qualquer setor III. Todos os ramos até aqui mencionados dão lugar ao trabalho produtivo e os ciclos em que se inscrevem são reprodutores do capital. Enquanto um dado processo se relacionar, direta ou indiretamente, mediante a articulação CGP/UPP, com a fabricação dos bens de consumo dos trabalhadores, é suscetível de se inserir nos mecanismos da produtividade e, por conseguinte, na reprodução em escala ampliada do capital.

Podemos nestes termos compreender, a partir da necessária distinção entre a produção da mais-valia e a sua realização, que o *output* do trabalho produtivo regresse geralmente, enquanto *input*, aos subseqüentes ciclos de produção. A definição de trabalhador produtivo não pode decorrer de qualquer qualidade material do produto. A mais-valia é uma relação social e o trabalhador é produtivo enquanto se insere num dos pólos dessa relação, independentemente de aquilo que produz ser ou não um objeto sujeito à lei da gravidade. Desenha-se entre os marxistas uma forte tendência para considerar improdutivo todos os que operam no chamado setor dos serviços, já que o caráter imaterial do que produzem dificulta a cabal reificação das relações sociais, tão do agrado daquela insossa ortodoxia. Quanto aos mecanismos sociais em que se inserem, os serviços não se distinguem, porém, de qualquer outra atividade produtiva. A única diferença diz respeito à impossibilidade de armazenar o resultado imediato desse trabalho. O seu efeito útil é consumível apenas durante o processo da produção, não perdurando como objeto de uso distinto desse processo, tal como Marx observou, na última alínea do capítulo I do Livro II de *O Capital*, a propósito da especificidade dos transportes com relação aos outros ramos industriais. Aliás, a mais-valia relativa, pela promoção de capacidades de trabalho sempre mais complexas, implica que a economia tenha um componente cada vez maior de serviços.

São este contexto e este sentido de evolução do capitalismo que permitem criticar a demarcação a que Marx procedeu entre o setor industrial e o comercial a respeito do problema do trabalho produtivo. A produção de mais-valia deve entender-se como uma cadeia, desde o início da feitura de um dado bem até a sua colocação à disposição de um consumidor. O produto A não é apenas o produto material A, mas é esse produto nas circunstâncias x, o qual é diferente do produto em circunstâncias y. O ramo dos transportes, que Karl Marx integrava entre aqueles onde ocorre trabalho produtivo, é um dos que procede à transformação do produto Ax em Ay. E os bens transportados não são apenas coisas e pessoas estas interessando-nos agora unicamente enquanto força de trabalho —, mas também informações, as quais, se bem que não dispensem um suporte material, são imateriais. Ora, os bens podem circular socialmente sem se moverem fisicamente. Tanto o transporte quanto o comércio reúnem produtor e consumidor. Aliás, se o transporte não se limita ao aspecto material da transferência, também o comércio não

se resume, na generalidade dos casos, ao aspecto social, pois implica armazenagem e esta constitui uma conservação do valor no tempo, ou seja, uma revivificação dos elementos do trabalho morto pelo vivo, que aqui opera como atividade de conservação material. A função específica do ramo comercial é, porém, a de transferir os produtos para o consumidor, o que por si apenas não lhes acarreta qualquer mudança palpável fisicamente. Mas a transformação não deixa por isso de se efetivar. Ela é social, resultado de um serviço. Ora, são precisamente as transformações sociais que assumem no modelo da mais-valia a importância primordial. Os trabalhadores comerciais, que transferem um dado produto para o consumo produtivo, seja ele o de uma empresa ou da força de trabalho, participam no processo pelo qual o tempo de trabalho incorporado nesse produto é conservado como valor, isto é, colaboram com a sua atividade própria na revivificação do trabalho materializado e, portanto, conservam valor e produzem mais-valia. Contrariamente à opinião de Marx, eles são trabalhadores produtivos. Se não existe produção isolada de mais-valia e cada ciclo exige os anteriores e supõe os que se lhe sucedem, então a realização da mais-valia ocorre exclusivamente na reprodução destes ciclos. É na produção de mais-valia que a mais-valia anteriormente produzida é realizada. Foi a sua incapacidade de perceber a produção como um processo integrado que levou Marx a excluir os trabalhadores comerciais do trabalho produtivo. No modelo que aqui apresento, e como indiquei já num capítulo anterior, a inclusão do assalariamento na esfera da produção e reprodução da força de trabalho determina que, em nível global, a compra e venda não se autonomizem relativamente à esfera da produção de bens.

Refiro-me agora apenas àquela atividade comercial que assegura o consumo produtivo das empresas e da força de trabalho e que constitui o comércio capitalista, onde os trabalhadores vão sendo organizados segundo as mesmas formas que simultaneamente se encontram em toda a indústria. Quanto aos muitos estabelecimentos comerciais em que prevalece o sistema familiar, quer os empregados sejam ou não parentes do patrão, constituem reminiscências de uma economia artesanal e o seu número tende a decrescer ou, pelo menos, a importância a declinar à medida que o capitalismo se desenvolve. Analisarei em outra seção a absorção deste comércio de estrutura familiar pelo de tipo capitalista; e mostrarei no próximo capítulo como a atividade comercial pré-capitalista deve subsistir no mercado de bens de luxo destinados ao consumo individual dos capitalistas. Evidentemente, os empregados desses estabelecimentos de estrutura familiar não são produtivos ou, mais exatamente, o problema não se coloca a seu respeito, pois a definição do trabalho produtivo como produtor de mais-valia só tem sentido no âmbito exclusivo do capitalismo.

A integração vertical dos processos econômicos na reprodução dos ciclos do capital, que me leva a considerar como produtivos os trabalhadores comerciais, vai-se estreitando cada vez mais com o desenvolvimento do capitalismo. Os mecanismos da produtividade determinam a produção em massa, o que exige, geralmente, uma venda inicial por grosso e a conseqüente cadeia de unidades comerciais intermediárias, que adequam o volume e o ritmo da produção aos dos consumos produtivos. Como em qualquer outro processo de concentração vertical, a cadeia tanto pode ser dominada por um dos extremos (a empresa industrial apropriando-se da série de empresas comercializadoras ou controlando-a), como pelo outro (empresas que conjugam o comércio atacadista com o varejista controlando a produção dos bens vendidos, o que tem ocorrido com freqüência a partir do mercado de bens consumidos pela força de trabalho). Quando, a propósito da mais-valia relativa, mencionei as economias de capital constante resultantes da redução dos estoques, o processo descrito só pode ser entendido cabalmente no quadro desta integração vertical, reforçando a assimilação do comércio pela atividade produtiva em geral. No capitalismo, em conclusão, o comércio não é autônomo dos ramos de transporte, armazenamento e distribuição; e estes tendem a inserir-se de maneira cada vez mais estreita nos próprios ramos da produção. Assim, uma esfera da circulação especificamente definida não se encontra onde Karl Marx a situou, no campo do comércio; o processo da circulação é apenas o processo de repartição intracapitalista da mais-valia, tal como analisarei na seção seguinte.

Mas o modelo que proponho parece, afinal, deixar o problema sem solução. Se o trabalho produtivo não se diferencia pelos ramos de atividade onde ocorre, nem pelas características materiais do produto, como se distingue então? Teoricamente, pode parecer suficiente afirmar que é produtivo o trabalho produtor de mais-valia, mas na prática levanta-se o problema de saber se uma dada atividade específica produz, ou não, mais-valia. Qual o critério que permite definir essa produção pela observação empírica, nos casos concretos? Foi recorrendo a um modelo do processo econômico globalmente integrado que pude definir o trabalho produtivo. Ora, se se trata de uma economia integrada, onde não existe, portanto, produção isolada de mais-valia, o trabalho produtivo obedece às pressões para o aumento da produtividade, em sistema de mais-valia relativa, ou para o aumento da intensidade do trabalho e/ou extensão da jornada de trabalho, em sistema de mais-valia absoluta. São a organização do trabalho, os seus ritmos, os tipos de disciplina impostos que permitem distinguir empiricamente o trabalho produtivo da atividade improdutivo. São estes os aspectos que devemos observar se quisermos passar da definição abstrata de produtor da mais-valia para sua definição prática imediata. Numa unidade de produção, veremos que há uns que dispõem de muito tempo e que

outros, a maior parte, não dispõem de qualquer tempo, pois convertem-no todo em tempo de trabalho. Como tão argutamente observou um autor anticapitalista húngaro, Miklós Haraszti, num livro notável traduzido em francês sob o título *Salaires aux Pièces. Ouvrier dans un Pays de l'Est*:

"[...] os empregados [administrativos] executam tarefas mais fáceis e trabalham menos e menos intensamente do que os operários [...] e a cafeteira a fervilhar nos escritórios simboliza a sua participação no poder, por mais limitada que seja. [...] O empregado que despreocupadamente faz esperar um assalariado que ganha por peça produzida, apesar de este lutar incessantemente contra o tempo, pode invocar numerosas desculpas, mas ninguém o acreditará. Para o operário que trabalha na linha de montagem e cuja utilização do tempo não lhe permite em caso nenhum perder a cadência, o empregado dos escritórios é o típico parasita. O emprego de tempo dos dirigentes e a intensidade do seu trabalho nunca são postos em questão: não existe nenhum critério que se lhes aplique [...]. E o trabalho dos subalternos que se mede e se avalia."

E podemos assim compreender empiricamente quem, despossuído do tempo, transforma-o em valor e em mais-valia e quem fica com o tempo para si. Ou seja, quem é o trabalhador produtivo e quem é o improdutivo.

Uma comparação deste tipo, entre duas formas de atividade contemporâneas e ocorrendo lado a lado, pode ser complementada por outra, igualmente elucidativa. Sempre que, no desenvolvimento histórico do capitalismo, um setor profissional deixa de se incluir entre os que controlam a produção de mais-valia e dela se apropriam e passa a contar-se entre os que a produzem, as formas de organização da sua atividade alteram-se drasticamente. É o que sucede quando, com o processo da mais-valia relativa, o trabalho cada vez mais complexo que as sucessivas gerações são capazes de executar as leva a encarregar-se de profissões que antes superintendiam a vida econômica e que, a partir do momento em que são integradas pela força de trabalho, reduzem-se a meras funções de execução, absolutamente desprovidas de qualquer capacidade de enquadramento ou controle. A rápida mudança que então tem lugar nesses setores, na organização e na disciplina, no ritmo que lhe é imposto na tecnologia com que se processa, resulta numa diferença abissal. É essa uma manifestação empírica da distinção entre o trabalho improdutivo e o produtivo. Transformações hoje em curso permitem um exemplo esclarecedor. Recordemos aqueles velhos estabelecimentos onde, separados do resto do casarão por portas de vidro fosco, existiam lado a lado dois gabinetes, o do patrão e o do guarda-livros e da secretária ou do amanuense, pessoas de confiança, sabendo os segredos do negócio e que participavam na administração da empresa. A organização administrativa

complicou-se, os seus funcionários multiplicaram-se, mas a estrutura desse tipo de atividade permaneceu durante muito tempo substancialmente a mesma. E era a ela, na Hungria da década de 1970, que se referia Miklós Haraszti na passagem que citei. Mas recentemente, nos países mais industrializados da esfera estadunidense e, há menos tempo ainda, nos da órbita soviética, generalizaram-se profundas modificações no sistema de trabalho e nos ritmos impostos nos escritórios da administração das empresas, acompanhadas por uma remodelação completa resultante da difusão da informática, de maneira a identificar a atividade nesse setor com a que se prossegue nos ramos de produção tradicionais. Foi uma verdadeira conversão social, a sofrida por este pessoal de escritórios, que deixou de ter nos velhos amanuenses e guarda-livros os antepassados profissionais e passou a encontrar na força de trabalho restante o modelo da sua nova situação. Comparar o que era essa profissão com o que passou a ser após tão profundas remodelações permite distinguir concretamente a atividade improdutiva da produtiva.

3.4. Trabalho improdutivo: os capitalistas como produto

O modelo da mais-valia mostra-nos que a força de trabalho se encontra privada, num dos extremos, da capacidade de se formar e se reproduzir de maneira independente e, no outro, da capacidade de controlar o produto criado. Por isso os capitalistas podem, ao mesmo tempo que se apropriam do produto, controlar e organizar o processo de sua fabricação. A cisão verificada em ambos os pólos da exploração, sem a qual não ocorreria produção de mais-valia e, portanto, não existiria o próprio capitalismo, implica que sejam os capitalistas os organizadores do processo de trabalho. São, por isso, um elemento social da reprodução do sistema e sem eles o modo de produção não seria o que é. Este carácter operacional dos capitalistas não os classifica, porém, como produtores, mas precisamente como não-produtores. Eles são indispensáveis ao capitalismo, mas não lhes cabe a produção e a reprodução do capital, que resulta apenas da ação da força de trabalho. Se os trabalhadores produtivos se definem por produzir mais-valia, os capitalistas definem-se como apropriadores da mais-valia produzida por outrem. Só pode, por isso, entender-se a remuneração dos capitalistas como resultado da divisão da mais-valia apropriada numa parte reinvestida e em outra que é consumida individualmente. As remunerações que cabem aos organizadores do processo de trabalho constituem mais-valia retirada dos ciclos da produção e aqueles que a recebem e a consomem são capitalistas, cuja especificidade consiste em encarregar-se de perto de tal organização. É

certo que, enquanto operam com capital constante, os capitalistas procuram reduzir os custos dessa utilização. Mas a redução deve-se exclusivamente à ação do trabalho produtivo. A diminuição dos custos da organização da força de trabalho e do controle do processo de trabalho resulta do aumento da produtividade dos trabalhadores, não se devendo aos capitalistas que os organizam e controlam. A rentabilização da atividade improdutivo é uma das funções do trabalho produtivo.

Se apenas a produtividade da força de trabalho explica a rentabilização do capital com que operam os capitalistas, então o seu caráter de improdutivo só pode ser definido a partir da apropriação da mais-valia, ou seja, a partir dos mecanismos como eles se formam e se reproduzem e da articulação entre a mais-valia que assim consomem e a reinvestida. O consumo dos capitalistas enquanto personificação do capital é o investimento e esse é um consumo produtivo; o consumo dos capitalistas enquanto pessoas é o consumo improdutivo. Sob o ponto de vista da reprodução dos ciclos econômicos, a mais-valia consumida individualmente pelos capitalistas equipara-se à mais-valia não-realizada — o que, notemo-lo de passagem, constitui uma nova demonstração do caráter meramente acessório do mercado. Assim, não podendo definir-se como produtivos, resta aos capitalistas definirem-se como produto. É enquanto produto que o improdutivo se distingue positivamente do trabalhador produtivo.

Aceitando este ponto de partida, todo o resto da análise decorre de um aspecto crucial. Os capitalistas, tanto para a reprodução da sua existência como para a formação de sucessores, consomem, por um lado, bens de consumo correntes, que são incorporados também pela força de trabalho e, por outro lado, consomem bens de luxo, de cuja aquisição têm a exclusividade. Quanto aos primeiros, o consumo dos capitalistas distingue-se do dos trabalhadores por ser improdutivo. Mas esta distinção diz respeito só ao tipo de atividade de quem consome o produto e não ao consumo propriamente dito. Se a diferença fosse apenas esta, então os capitalistas, enquanto produto, resultariam dos mesmos mecanismos da produtividade ou da intensidade do trabalho que formam e reproduzem as gerações de trabalhadores. Porém, se um dado produto — neste caso, os capitalistas enquanto produto — não é produzido em função do aumento, imediato ou mediato, da taxa de mais-valia, então a sua produção não obedece aos mecanismos de aumento da produtividade ou da intensidade do trabalho, quer dizer, não se inclui nos processos do capitalismo. A formação dos capitalistas só obedece aos mecanismos do capital enquanto ocorre em linhas de produção que se relacionam com a fabricação de *inputs* da força de trabalho. Mas o processo de produção de dados bens exclui-se, a partir de certo estágio, de qualquer relação com o setor de consumo dos trabalhadores, reservando-se ao dos capitalistas;

e, além disso, existem linhas de produção cujo *output*, em todos os estágios, destina-se integralmente ao consumo capitalista. É exclusivamente a esta conjugação de estágios e processos, restritos ao consumo dos capitalistas, que diz respeito o modelo proposto neste capítulo. Quando, a partir de um dado estágio, uma linha de produção deixa de se relacionar, direta ou indiretamente, com a produção dos *inputs* da força de trabalho, ou quando toda uma linha de produção se exclui globalmente desse setor, cessam a partir daí as pressões para a organização de acordo com os mecanismos da produtividade. Os ramos que satisfazem o consumo exclusivamente capitalista caracterizam-se por não obedecer às pressões para o aumento da produtividade ou para a intensificação do trabalho e é isso que os distingue dos que decorrem do consumo produtivo, tanto do das empresas como do dos trabalhadores. Uma parte, maior ou menor, do consumo é comum; mas, a partir do momento em que é especificamente capitalista — e repito que só este nos deve aqui interessar —, tal consumo torna-se exterior ao funcionamento do capital. A classe trabalhadora encontra o seu equivalente no capital variável, mas os capitalistas não constituem um elemento do capital constante. Em conclusão, pelo fato de não serem produtivos, os capitalistas não podem definir-se, enquanto produto, como produto capitalista.

Os capitalistas definem-se como um elemento operacionalmente indispensável ao capitalismo; enquanto produto, porém, concluímos que eles não resultam da produção capitalista. Por isso levam uma dupla existência econômica.

O fato de a formação dos capitalistas não obedecer aos mecanismos da produtividade ou da intensificação do trabalho significa que ele não se deve à ação da classe trabalhadora, que apenas pode laborar segundo esses critérios. Basta que o sistema de trabalho seja outro para definir que a mão-de-obra não se insere no capitalismo. A formação dos capitalistas, a partir da fase em que se destaca das demais linhas de produção e passa a resultar de um consumo específico, deve-se exclusivamente a formas não-capitalistas de produção. Torna-se aqui necessário distinguir três tipos.

Em primeiro lugar, temos aqueles empreendimentos pré-capitalistas, geralmente de caráter familiar, tanto produtores de bens agrícolas ou artesanais como dedicados a serviços comerciais e operando para um mercado constituído essencialmente por força de trabalho. São cada vez mais concorrenciados pelo capitalismo, pois o consumo dos trabalhadores obedece aos mecanismos da produtividade e a produção artesanal é muitíssimo menos produtiva. Só porque trabalham durante jornadas muito longas e com um enorme desgaste físico, que no entanto não contabilizam, podem estes artesãos manter a sua posição no mercado. E apenas

conseguirão fazê-lo enquanto o componente de mais-valia absoluta no sistema econômico for suficientemente forte para retardar as pressões da produtividade. A partir de certo ponto, porém, a concorrência capitalista é imbatível e este tipo de empreendimentos declina ou até desaparece. É o que tem sucedido em grande escala nos países ou áreas onde a mais-valia relativa mais se desenvolveu e onde, por conseguinte, mais se aceleraram os mecanismos da produtividade.

Em segundo lugar, temos aquele tipo de atividades arcaicas a que a classe trabalhadora é obrigada a recorrer fora do período do assalariamento, para assegurar a sobrevivência sempre que a remuneração desce além do limite socialmente considerado como mínimo. Por vezes, esta atividade não entra sequer nos circuitos do mercado, pois destina-se à obtenção direta de alimentos. Nos outros casos, a subsistência é obtida mediante o dinheiro conseguido com as vendas de bens ou serviços e, então, se elas ocorrerem sobretudo no mercado de consumo produtivo, o trabalho de tipo arcaico sofrerá plenamente a concorrência capitalista. Aqui, porém, ao mesmo tempo que o capitalismo tende à absorção dessas atividades, os trabalhadores são obrigados a prosseguir-las em virtude das pressões da mais-valia absoluta. Por isso este setor pode manter-se, ou até aumentar.

Em terceiro lugar, temos o setor artesanal encarregado da formação dos capitalistas e cuja existência e desenvolvimento obedecem a regras muito diferentes das que regem os dois tipos anteriores. Produzindo exclusivamente para o mercado de consumo individual dos capitalistas, onde não há por conseguinte lugar para os critérios da produtividade, a única concorrência que cada uma destas empresas pode sofrer vem da parte de outras do mesmo tipo. E esta é uma concorrência pela qualidade do produto, enquanto a que opera mediante os mecanismos da produtividade consiste na competição pela redução do tempo de trabalho incorporado em cada unidade de *output*. Assim, este setor artesanal terá o lugar assegurado, ou irá até se expandir, se aumentar o volume de mais-valia despendido pelos capitalistas no seu consumo individual.

Portanto, no modelo que proponho, a mais-valia que os capitalistas retiram dos ciclos produtivos, não a reproduzindo como capital e destinando-a ao consumo particular, não é consumida diretamente. É distribuída pelos capitalistas aos artesãos daquele terceiro setor e são eles quem, em troca, vão produzir os capitalistas, isto é, produzir bens e serviços reservados aos capitalistas. Apenas mediante o consumo destes produtos ocorre o consumo improdutivo dos capitalistas, o qual é, assim, um consumo mediato. Por seu turno, este tipo de trabalhadores artesanais despende na aquisição de produtos a mais-valia que os capitalistas lhe distribuíram e que, a partir desse momento, fica convertida em meros rendimentos. Conforme o nível de

recursos de que dispõem esses artesãos, ou adquirem bens originariamente destinados ao consumo da força de trabalho, ou podem comprá-los a colegas do mesmo setor. Quando ocorre o primeiro caso, o que é freqüente, não se deve daí deduzir que estes trabalhadores artesanais sejam formados segundo os critérios da produtividade capitalista. Basta estarem integrados numa organização tradicional do trabalho, absolutamente alheia ao modelo da mais-valia e, por isso, exterior ao capitalismo, para serem definidos como improdutivos sob o ponto de vista deste sistema econômico. Quando, através do mercado, os artesãos consomem bens e serviços produzidos em função do consumo da força de trabalho, tudo o que sucede é que tais produtos saem da reprodução dos ciclos do capital. O consumo individual capitalista é realizado, em suma, pelo conjunto social dos capitalistas e daqueles artesãos improdutivos que laboram exclusivamente para eles. Esta visão do problema insere-se, aliás, numa certa tradição de economistas, que consideravam como inseparável dos capitalistas uma chusma de plebeus improdutivos, deles inteiramente dependentes.

Assim, nos circuitos de produção e de comercialização, mantém-se o lugar para toda uma série de estabelecimentos de tipo pré-capitalista, regidos pelo sistema artesanal; ou para formas mistas, em que um mesmo estabelecimento sustenta a produção ou a venda de bens e serviços destinados ao consumo produtivo e obedecendo, portanto, aos mecanismos capitalistas da produtividade, e ao mesmo tempo de bens e serviços destinados ao consumo capitalista individual e fruto de trabalho improdutivo. A distinção física entre ambos os tipos de estabelecimento pode ser completa, por exemplo, nos casos em que os capitalistas consomem alimentos resultantes de processos tradicionais e preparados em restaurantes onde é o trabalho artesanal que prevalece; ou quando vestem roupa feita por medida por alfaiates artesãos. Por seu turno, a força de trabalho pode consumir alimentos produzidos consoante os mecanismos da produtividade e, cada vez mais, confeccionados em cantinas e restaurantes *fast food*; e vestir roupa feita em série. No campo do lazer, a demarcação entre os processos de produção é particularmente flagrante, talvez porque este tipo de *output* assuma uma importância tão considerável na formação dos capitalistas. As artes visuais, em especial o cinema, bem como a música e a literatura consumidas pela força de trabalho obedecem inteiramente, na sua produção, aos mecanismos da produtividade. São produtos capitalistas, que nada se diferenciam economicamente de quaisquer outros. Por sua vez, as formas artísticas preferencial ou exclusivamente consumidas pelos capitalistas são de feitura estritamente artesanal. Em outro tipo de casos, porém, é sobre uma base física comum que a distinção se opera suplementarmente. É o que sucede, por exemplo, naqueles transportes públicos em que, além

do serviço básico partilhado por todos os passageiros e que se rege pelos critérios da produtividade, são propostos ainda serviços prestados conforme o sistema artesanal e reservados ao consumo dos capitalistas. Tal como já afirmei a propósito de problemas de outro gênero, não podemos esperar que a divisão física entre os estabelecimentos decalque a sua distinção fundamental, mas é esta última que determina as transformações e a evolução sofridas pelas instalações materiais.

Completo assim a crítica à definição de um pretenso setor III, que iniciei no capítulo anterior, ao analisar os problemas relativos à fabricação de armamentos. E pode também compreender-se que não existe qualquer fundamento para integrar num mesmo setor II, como fez Karl Marx, o consumo da força de trabalho e o dos capitalistas, pois o que classifiquei como setor IIb decorre de mecanismos econômicos inteiramente distintos do setor IIa. Em suma, no modelo que aqui proponho, não tem razão de ser a categoria marxista de *consumo individual*, porque o consumo da força de trabalho inscreve-se no consumo produtivo e o consumo específico dos capitalistas, excluído dos mecanismos da mais-valia, é exterior ao capitalismo.

Se, sob o ponto de vista da reprodução dos ciclos econômicos, o consumo pessoal dos capitalistas equivale à não-realização de mais-valia, então a expansão desse consumo pessoal desempenha um papel significativo nos períodos de crise, contribuindo para a desvalorização maciça do capital. Quanto maior for a porção de mais-valia destinada ao rendimento capitalista individual, tanto menor será a porção que se reinveste, o que liquida uma parte crescente de capital. Por isso as crises, como o seu cortejo de dificuldades ou até de miséria para a força de trabalho, são uma época de redobrado luxo para os capitalistas individualmente considerados.

Da dupla existência econômica dos capitalistas resulta uma profunda dualidade. Eles criam em torno de si uma aura exterior às representações ideológicas estritamente capitalistas, visto que as formas mais imediatas de produzir o que especificamente consomem e, portanto, de se formarem a eles próprios são exteriores ao capital. Isto explica que desde a gênese deste modo de produção os revivalismos* tenham sido uma constante no mundo ideológico dos capitalistas. E no dos trabalhadores? Não é o seu gosto tão revivalista como o do patronato? Sem dúvida, mas é a partir do pólo capitalista que são introduzidos os temas do revivalismo e passam então a ser refletidos pelos outros grupos sociais, enquanto derem coesão à sociedade.

* *Revivalismo*: o dicionário de Aurélio, que consulto na edição de 1986, não registra a palavra, como o não faz também o de Cândido de Figueiredo, numa edição que reproduz a de 1949, e é igualmente silencioso o de Moraes, na sua décima edição. Trata-se, no entanto, de um vocábulo indispensável, sem o qual é impossível referir a estética desde os finais do século 18, pelo que julgo este anglicismo inteiramente justificado. Aliás, usa-o José-Augusto França em *A arte em Portugal no século XIX* (Lisboa, Bertrand, 1966). O revivalismo constitui um misto de réplica, de pastiche e de reelaboração de um ou mais estilos de épocas anteriores, separada ou conjuntamente.

Pretendo agora indicar apenas a razão por que coube aos capitalistas esta iniciativa e, quanto ao resto, não é aqui o lugar para uma teoria da estética. Os capitalistas pensam a sociedade capitalista — a qual determina a sua existência social e onde são operacionalmente indispensáveis através de um véu pré-capitalista — que representa os mecanismos da sua formação individual mais imediata. Os revivalismos constituem a articulação ideológica e, portanto, estética entre formas pré-capitalistas e capitalistas; constituem ao mesmo tempo, e inseparavelmente, o olhar lançado por formas capitalistas sobre formas pré-capitalistas e o percurso inverso desse olhar. Em raros momentos de profunda crise social, quando a ascensão de certos estratos das classes dominantes se encontra bloqueada pela exclusividade com que outros se apegam ao poder, a camada que ardentemente deseja prevalecer revela-se partidária de uma drástica diminuição do consumo improdutivo, o que significaria, afinal, a redução do âmbito dos processos de formação individual dos capitalistas e, assim, a redução numérica ou até a eliminação física dos estratos bloqueadores. Só nessas alturas se proclama a necessidade de reduzir ou anular a fabricação artesanal destinada ao consumo especificamente capitalista e é concebida então uma nova estética para os produtos de luxo, que permita sua fabricação segundo os mecanismos da produtividade e que ao mesmo tempo os exprima. O *design* e a arquitetura funcionalistas, que têm como razão de ser o acréscimo da produtividade doméstica das famílias trabalhadoras e o aumento da produtividade na fabricação dos *inputs* da força de trabalho, passam a presidir a essa nova estética do consumo capitalista, embora processando matérias-primas mais dispendiosas e elaborando outros tipos de produtos. Esta atitude de ruptura leva as camadas capitalistas bloqueadas na sua ascensão a pensar diretamente a sociedade industrial, anulando a aura revivalista. Não se trata, porém, de um processo prático generalizado, mas sobretudo ideológico, um programa estético. Não se inauguram mecanismos novos de formação individual da totalidade dos capitalistas, apenas se procede a experiências fragmentárias que, por isso mesmo, condenadas a não ultrapassar um manifesto artístico, revelam-se como um projeto utópico. Porque, desde que essa camada social ascenda efetivamente e, como pretendia, secundarize ou elimine as que a bloqueavam, não deixa então de se formar e reproduzir mediante processos de fabricação também artesanais, pré-capitalistas, de novo suscitando o revivalismo. É isto que explica as promessas frustradas do purismo formal. Se o estrato capitalista em ascensão conseguir superar rapidamente os obstáculos que outros lhe opõem, como aconteceu na União Soviética na década de 1920 e na Alemanha entre Weimar e o nazismo, então os ataques ao revivalismo por parte de uma estética industrial serão de pouca duração. Ao movimento inaugurado na Rússia soviética pelos Vkhutemas e continuado alguns anos mais tarde nos Vkhutein, depressa sucedeu a estética stalinista, misto de

revivalismo clássico e de um peculiar revivalismo gótico subjacente à utilização de formas pós-expressionistas; assim como à Bauhaus se sucedeu o revivalismo nazi, mais estritamente acadêmico. Quando, porém, a camada capitalista em ascensão só lentamente se assegurou das posições dominantes, circunscrevendo aos poucos a camada que a bloqueava, sem eliminações maciças nem sequer cortes radicais, num processo que demorou algumas décadas, como aconteceu nos Estados Unidos e em alguns dos outros países mais industrializados da sua esfera de influência, então o programa estético modernista e industrial do *International Style* pôde ser mais duradouro. Apenas na década de 1970 parece ter perdido o fôlego, para ser suplantado pelo revivalismo tardio do pós-modernismo.

Mas a produção de capitalistas não ocorre unicamente pelos mecanismos até agora analisados. Deve-se ainda aos próprios capitalistas. Os artesãos criam bens, ou encarregam-se do estágio último na fabricação de bens, reservados ao consumo capitalista, mas são incapazes de dar aos jovens das classes dominantes o necessário *savoir-faire*, que os eduque como futuros organizadores do processo de trabalho e apropriadores do produto. Este *savoir-faire*, que é um saber-explorar, não pode ser conferido senão pelos que já detêm a prática da exploração, ou seja, pelos capitalistas adultos. Também aqui se articula a formação no âmbito doméstico com a prosseguida em instituições especializadas. Como os capitalistas, porém, nem são trabalhadores produtivos, nem suportam em si mais-valia, a sua formação por outros capitalistas não obedece aos mecanismos da desvalorização das gerações formadoras e da qualificação relativa da última geração em formação. Por isso, contrariamente ao que sucede na produção da força de trabalho, o âmbito doméstico tende a manter grande importância no processo de formação de capitalistas e assegura-se da exclusividade de um tipo fundamental de instrução: a do comportamento dos jovens enquanto membros da elite. Quanto às instituições especializadas, a formação dos jovens capitalistas distingue-se das novas gerações de trabalhadores ou completamente, ou suplementarmente. Durante o período da escolaridade obrigatória, os futuros capitalistas podem receber o ensino em estabelecimentos especiais, com preços suficientemente elevados para afastar os futuros trabalhadores; podem também, se freqüentam as escolas comuns, complementar a instrução recorrendo a aulas particulares. Na formação globalmente recebida, são os cursos universitários ou, mais freqüentemente, os anos de ensino posteriores à escolaridade obrigatória que distinguem em termos gerais a produção de capitalistas da produção de força de trabalho. Nesta perspectiva, e quanto às universidades, não devemos confundir o seu caráter de centros de investigação e pesquisa, que decorre das CGP de tipo *c*, com a função formadora de capitalistas, que se exclui dos ciclos de reprodução do capital. Cada

uma destas facetas sofre evoluções distintas, daí as tensões no interior da instituição universitária, acrescidas ainda quando a formação de uma força de trabalho capaz de atividades sempre mais complexas a leva a ingressar na universidade. Cria-se, então, ou uma nova camada de escolas superiores, rigorosamente seletivas, ou universidades privadas com preços de matrícula muito elevado, que se reservam à formação dos jovens capitalistas.

Não obedecendo a produção de capitalistas aos mecanismos da mais-valia, as relações entre as camadas etárias das classes dominantes diferem profundamente das que se observam entre as gerações de força de trabalho. Ao desprezo pelos mais velhos, que caracteriza os jovens trabalhadores nas áreas de grande desenvolvimento da produtividade, opõe-se da parte dos jovens capitalistas um misto de respeito pelo saber-explorar adquirido pelos pais e avós e de cobiça pela posição de domínio que estes ainda se reservam. Goneril e Regan, filhas de Lear, só depois de lhe terem aprendido a majestade dos gestos podem desejar reino; e, se perseguem o pai, não é porque o desdenhem, mas precisamente porque o respeitam como rei e, por isso, não querem adiar o momento da sucessão. As filhas não pretendem negar o nome e a tradição do velho monarca mas, ao contrário, prolongá-los. Todo o conflito etário especificamente intracapitalista tem como fundamento esta continuação da tradição familiar, que nos dá o segredo da “boa educação” dos jovens capitalistas, se comparada com a “má educação” dos filhos de trabalhadores. Com efeito, estes termos, utilizados exclusivamente pelos adultos, significam apenas: respeito pelos mais velhos. A deferência resulta da continuidade social que é garantida a cada família capitalista pela apropriação da mais-valia e pelo controle dos processos de trabalho. E a herança é a supra-estrutura jurídica adequada a tal continuidade, tanto a herança formal, em que se lega a propriedade de uma dada fração do capital; como a herança informal, em que é o estatuto social a ser transmitido, com tudo o que lhe cabe. Esta distinção das relações intrafamiliares entre as famílias de trabalhadores em situação de mais-valia relativa e as famílias capitalistas limita, em última instância, a possibilidade de efetuar o que atrás denominei como ascensão social imaginária. A determinação última dos comportamentos cabe aos estatutos de classe.

É nos termos extremos em que até aqui o expus que a construção de um modelo deve basear-se. Com a condição, porém, de o resultado permitir a análise dos casos intermédios, que constituem a esmagadora maioria das situações reais. E preciso nomeadamente ter em conta: a) a hierarquia de fortunas existente entre os capitalistas; b) a mobilidade social interna aos capitalistas, entre esses vários níveis de rendimentos; c) a demarcação de comportamentos entre as camadas de trabalhadores com maiores remunerações e o estrato capitalista

correspondente ao nível de fortuna inferior.

Reduzido à forma estrita em que o descrevi, o consumo especificamente capitalista limita-se às camadas de fortuna superiores. Quanto menor for a quantidade de mais-valia de que uma família capitalista puder se apropriar, menor terá de ser a porção que destina ao consumo individual, pois é prioritária a disposição de uma fração suficiente para, uma vez reinvestida, assegurar a reprodução em escala amplificada do capital; nestes casos, tanto maior deverá ser o consumo de produtos originariamente destinados à força de trabalho. No termo inferior da escala encontramos, então, um pequeno capitalista, um desses patrões-trabalhadores, cujo consumo apenas se diferenciará do da força de trabalho por possuir uma gravata pintada a mão — motivo de legítimo orgulho, objeto único onde consubstancia toda a sua existência social de capitalista. Ah, a importância dos domingos para a diferenciação última dos comportamentos de classe!

Quanto ao segundo dos aspectos, não me interessa agora aquela mobilidade que resulta da capacidade de um capitalista se apropriar, durante o processo de exploração, de uma fração crescente de mais-valia e melhorar assim a posição relativa, no confronto com os seus pares. Alternativa ou suplementarmente a esta forma de ascensão existe outra, que ocorre mediante o processo de formação dos jovens capitalistas. Sempre que boa parte da mais-valia destinada às despesas pessoais for canalizada, não para o consumo imediato dos adultos, mas para dar aos jovens uma educação superior àquela que os pais receberam e, portanto, para lhes assegurar um lugar mais elevado nas hierarquias intercapitalistas, então o papel da formação doméstica diminuirá relativamente. Recebendo de instituições especializadas o grosso da instrução e, sobretudo, os aspectos decisivos para a promoção social, esses jovens capitalistas são levados a amesquinhar o grau de formação inferior dos seus pais, abrindo-se aqui o lugar para formas de conflito etário aparentemente similares às que, em situação de mais-valia relativa, levam cada nova geração de força de trabalho a desprezar as anteriores. É este o fundamento social das ambigüidades interclassistas da moda e da cultura juvenis. Mas a semelhança é meramente formal, pois, enquanto na formação de cada nova geração de trabalhadores em sistema de estabilidade demográfica se incorpora mais valor do que na formação da anterior, a defasagem entre camadas etárias capitalistas em mobilidade ascendente diz respeito apenas à possibilidade de se apropriarem de um volume superior de mais-valia. A detenção de mais-valia e a capacidade de intervenção na organização dos processos econômicos são aqui um forte elemento de continuidade entre as gerações capitalistas, o que atenua a conflituosidade destes jovens em ascensão. Não se trata tanto de hostilidade ou desprezo, como de um menor grau de respeito.

Vejamos o terceiro dos problemas mencionados. Quanto mais acelerado for o funcionamento dos mecanismos da mais-valia relativa, tanto mais depressa se acentuará a defasagem entre o nível de consumo da força de trabalho historicamente aceito como médio e aquele de que conseguem dispor os trabalhadores mais bem remunerados. Estes podem começar assim a adquirir certos produtos de luxo menos dispendiosos, alguns bens e serviços que, apesar de destinados ao consumo capitalista, possuam um reduzido componente artesanal. Como se articulam com estes casos os de capitalistas situados nas camadas inferiores de rendimentos e que são, por isso, obrigados a adquirir uma elevada percentagem de produtos inicialmente destinados ao consumo dos trabalhadores, resulta a possibilidade de alguns trabalhadores consumirem mais produtos com componentes de luxo do que o fazem certos capitalistas. Assim, em cada momento a linha de demarcação social afigura-se fluida, confusa, impossível de definir empiricamente com rigor. Ah, a importância dos domingos para a ambigüidade dos comportamentos de classe! Na realidade, porém, a demarcação não deixa de ser rigorosa, desde que não pretendamos estabelecê-la estaticamente, em cada momento, mas de forma dinâmica. Aquelas oscilações servem de indicador empírico e, por vezes, de sinal de alarme para os capitalistas. Quando ameaça tornar-se sistemático o maior consumo de produtos com componente de luxo por parte dos trabalhadores com salários mais elevados, do que por parte do escalão inferior dos capitalistas, então toca o sinal e as classes dominantes procuram desacelerar os mecanismos da mais-valia relativa. Da luta social resultante podem decorrer duas soluções: ou os capitalistas conseguem impor à camada mais bem remunerada da força de trabalho uma redução dos níveis superiores de consumo e, portanto, mantém-se idêntico o consumo historicamente considerado como médio; ou os trabalhadores conseguem preservar esse movimento ascensional do seu consumo, impondo, portanto, a elevação do nível admitido historicamente como médio. Neste último caso, ao serem acolhidos no consumo convencionalmente aceito como próprio da força de trabalho, aqueles tipos de produto que haviam até então possuído um componente de luxo começam a ser produzidos segundo os mecanismos da produtividade. Podem manter, e certamente manterão durante uma fase inicial, semelhanças formais com os anteriores, os que incorporavam o componente artesanal; mas resultam agora inteiramente da produção capitalista e destinam-se ao consumo produtivo. É assim que o setor da produção artesanal de luxo continuamente se reorganiza. Em qualquer das duas soluções, a ambigüidade da moda acaba por se resolver no sentido de uma redemarcação social. Afinal, os domingos sempre são importantes para a diferenciação última dos comportamentos de classe!

3.5. Classe burguesa e classe dos gestores

O sistema de integração hierarquizada dos processos produtivos, com a superestrutura política que lhe corresponde, pressupõe que no interior do grupo social dos capitalistas se distingam a particularização e a integração. De cada um destes aspectos fundamentais decorre uma classe capitalista: a classe burguesa e a classe dos gestores. Defino a burguesia em função do funcionamento de cada unidade econômica enquanto unidade particularizada. Defino os gestores em função do funcionamento das unidades econômicas enquanto unidades em relação com o processo global. Ambas são classes capitalistas porque se apropriam da mais-valia e controlam e organizam os processos de trabalho. Encontram-se, assim, do mesmo lado na exploração, em comum antagonismo com a classe dos trabalhadores. As classes sociais não são passíveis de definições substantivas, mas apenas relacionais. A classe dos trabalhadores o é por ser explorada e organizada de uma dada forma, o que pressupõe a existência de outros que controlam o processo de produção da mais-valia e o exploram. E reciprocamente. O caráter socialmente contraditório da mais-valia implica a oposição de classes e o relacionamento das classes opostas, o que significa, em suma, que cada classe se define no confronto com as restantes. É pela sua comum oposição à força de trabalho que burguesia e gestores se classificam como capitalistas. E é pela oposição-relação que entre si estabelecem que se definem como classes capitalistas distintas. É esta a questão que vou passar agora a analisar.

A classe burguesa e a classe dos gestores distinguem-se: a) pelas funções que desempenham no modo de produção e, por conseguinte; b) pelas superestruturas jurídicas e ideológicas que lhes correspondem; c) pelas suas diferentes origens históricas; d) pelos seus diferentes desenvolvimentos históricos.

Quanto às funções desempenhadas, não devemos conceber os burgueses como meros apropriadores inativos da mais-valia. Eles são ainda organizadores de processos econômicos O que os caracteriza é organizarem processos particularizados e fazerem-no de modo a que essa particularização se reproduza. Ao passo que os gestores organizam processos decorrentes do funcionamento econômico global e da relação de cada unidade econômica com tal com tal funcionamento. A integração na globalidade ocorre tanto no nível da organização da força de trabalho e do mercado de trabalho, de que se encarregam mais diretamente os departamentos de pessoal nas empresas e os gestores que dirigem os sindicatos burocratizados; como no nível da organização material dos processos produtivos; como no nível da organização do mercado dos produtos. Em suma, na terminologia que emprego ao longo deste livro, a organização dos

processos de trabalho e dos demais aspectos da vida econômica não é sinônimo de gestão. A gestão caracteriza aqui apenas a organização de atividades em função do seu caráter integrado.

A divisão entre as esferas de ação da burguesia e dos gestores não corresponde à distinção entre as UPP e as CGP, nem à distinção entre o Estado A e o Estado R. É certo que as UPP foram inicialmente o campo privilegiado da classe burguesa, porque se caracterizam por um mais reduzido âmbito de integração econômica, já que o seu *output* serve de *input* a um limitado número de processos produtivos. Por isso é nas UPP que mais tardia e mais atenuadamente os efeitos da crescente concentração começaram a fazer-se sentir. Durante muito tempo foram — e são em boa parte ainda hoje — os burgueses a deter a propriedade e o controle sobre as UPP e a organizar aí os processos de trabalho, precisamente em função do caráter particularizado de tais unidades econômicas. Mas esta preponderância burguesa não significa que não existisse, desde o início, lugar para os gestores. A particularização de modo algum implica qualquer completo isolamento; significa apenas, como defini no início desta seção, que cada unidade econômica veicula os aumentos de produtividade exclusivamente ao longo da linha de produção em que diretamente se insere. O funcionamento do capitalismo supõe sempre uma integração global, de que apenas o grau e o âmbito são suscetíveis de variar. Por isso, mesmo no estágio inicial do modo de produção, qualquer UPP devia entrar em relação com outras e com CGP. É nesse relacionamento que as UPP têm também oferecido um campo de existência à classe dos gestores. Em suma, a burguesia pode organizar as UPP em função do seu caráter particularizado e os gestores organizam-nas em função dos seus aspectos integrados. Conforme o estágio de evolução da concentração capitalista e o grau de integração recíproca das UPP, assim nelas prevalecerá um ou outro destes aspectos e uma ou outra destas classes sociais. As CGP têm sempre sido, por seu lado, um campo privilegiado de existência dos gestores, em virtude da posição que lhes cabe no inter-relacionamento dos processos econômicos. Enquanto decorrentes de outras CGP, porém, cada uma é suscetível de funcionar com um certo grau de particularização, embora sem poder comparar-se ao que caracteriza as UPP, não só por ser muito menor, mas, sobretudo, porque desde o início é secundarizado pelo aspecto integrativo. Mas fica assim aberto o lugar, nas CGP, para uma eventual existência subalternizada da classe burguesa.

Quanto à esfera ocupada por cada uma destas classes capitalistas nos aparelhos de poder, a regra é a mesma: as instituições que desempenham um papel centralizador constituem um campo de existência dos gestores e aquelas que correspondem a uma maior particularização suportam a burguesia. Durante os estágios iniciais do capitalismo, quando cabiam ao Estado R

as principais funções coordenadoras, ele constituiu um suporte privilegiado da classe gestorial. Nessa época, as unidades constitutivas do Estado A funcionavam ainda com um elevado grau de particularização recíproca, por isso era a burguesia quem, na generalidade deste tipo de Estado, detinha a hegemonia; e então podia a partir daí afirmar a sua superioridade sobre o conjunto econômico-político e, portanto, subordinar o Estado R aos seus interesses sociais. Assim, os gestores executavam as funções centralizadoras num contexto institucional dominado pela burguesia. A evolução já descrita dos aparelhos de poder, à medida que se foi acentuando a integração econômica, permitiu ao Estado A assumir um crescente papel coordenador, reforçando-se por conseguinte enquanto campo de existência dos gestores e nele se secundarizando a burguesia.

Decorrendo os gestores das formas mais integradas e centralizadas dos processos econômicos e decorrendo a burguesia das suas formas mais particularizadas, cada uma destas classes exprime a sua situação em diferentes projetos de organização da totalidade social. São estes mecanismos de amplificação que caracterizam as superestruturas jurídica e ideológica. O caráter particularizado e a mais reduzida integração recíproca que se verifica nas unidades econômicas onde a classe burguesa prevalece foi por esta projetado nas formas privadas de propriedade do capital. Cada burguês, ou cada família burguesa, tem a propriedade de fração de capital, quer empresas, quer partes em empresas claramente demarcadas, de antemão definidas e, por isso, transmissíveis na sua particularidade. Esta forma de propriedade privada constitui a realidade jurídica. A partir daí a burguesia projeta a necessária ficção jurídica. Ela é necessária para conferir homogeneidade às ideologias com que encara a totalidade da vida socioeconômica; e é fictícia porque a realidade econômica é um campo de práticas contraditórias, não sendo por isso homogênea. Esta ficção jurídica consiste na conversão da propriedade privada do capital numa concepção segundo a qual a parte de mais-valia de que um burguês se apropria seria exclusivamente decorrente da fração de capital possuída privadamente. Por isso cada burguês considera-se implicado apenas pelo que se passa no âmbito da sua apropriação e lhe é alheia a noção de uma responsabilidade social mais ampla. Os mecanismos integradores fazem, porém, com que seja absolutamente impossível circunscrever a exploração da força de trabalho aos limites de cada unidade econômica. O burguês proprietário de uma empresa não explora apenas a mão-de-obra que diretamente assalaria e cuja atividade superintende; ele apropria-se de mais-valia produzida pela generalidade da força de trabalho. Na seção seguinte analisarei esta questão. Interessa-me agora apenas chamar a atenção para o fato de aquela forma jurídica se converter em ficção

quando pretende servir de regra aos mecanismos de exploração. Mas é nestas ficções que cada classe social vive, projetando a especificidade da sua posição prática contraditória em modelo ideológico global.

A classe gestorial, porque se relaciona com a integração das unidades econômicas no processo global e com a coordenação dessas articulações, desenvolveu formas integradas de propriedade do capital, que não é particularizada individualmente, mas unificada por grupos mais ou menos numerosos de gestores que, assim, detêm enquanto coletivo empresas, conjuntos de empresas ou até a totalidade da economia num país. É pela relação estabelecida com os centros de integração que os gestores se apropriam coletivamente do capital e, por isso, são as hierarquias definidas nessa relação que marcam o lugar ocupado por cada um na repartição da mais-valia globalmente apropriada. Assim, o que um gestor transmite por herança, sob o ponto de vista da detenção de capital, é um estatuto social, uma rede de contatos e solidariedades, da qual resulta uma posição específica na organização da vida econômica e na exploração dos trabalhadores. A realidade jurídica aqui é o caráter coletivo assumido, no interior da classe dos gestores, pela propriedade do capital. A ficção jurídica consiste em projetar essa forma de propriedade coletiva de classe em propriedade universal — o que significaria, em não-propriedade —, identificando-se o sistema remuneratório dos gestores com o dos não-proprietários de capital, ou seja, com o assalariamento da força de trabalho. A forma jurídica do salário é transformada em ficção jurídica quando passa a incluir a mais-valia de que cada gestor se apropria em virtude da sua relação com as instituições de coordenação econômica e de centralização política. Esta ficção amplifica ideologicamente a oposição entre os gestores e a burguesia e, por conseguinte, supõe uma aproximação ambígua entre gestores e trabalhadores. Um pouco mais adiante voltarei rapidamente a este assunto e abordá-lo-ei depois, com certo detalhe, na última seção. Para o momento, basta indicar que os mecanismos econômicos diferenciam em absoluto a remuneração dos gestores e os salários da força de trabalho e revelam ser a primeira um elemento componente da mais-valia apropriada.

As remunerações dos gestores não obedecem aos mecanismos que regem os *inputs* da força de trabalho. Quanto à estrutura dessas remunerações, se tomamos como exemplo o total recebido por cada um dos membros da elite da classe, no qual se conjuga o maior número de parcelas, encontramos as seguintes: o ordenado propriamente dito, que é o vencimento declarado; suplementos obtidos a vários títulos; seguros e pensões de reforma de elevado montante; múltiplas regalias em gêneros, nomeadamente a possibilidade de dispor de certos bens de luxo, aquilo a que no Brasil se chama mordomias. Nos países onde a classe burguesa

mantém ainda uma ativa presença empresarial, outros elementos se adicionam às remunerações dos gestores superiores: ações da empresa, recebidas em termos privilegiados; empréstimos concedidos a juros baixíssimos pela própria empresa; prêmios, por vezes de montante muito elevado, recebidos pelos principais gestores de uma empresa se a eventual aquisição por outra implicar a sua demissão. É claro que varia muito de caso para caso, e para uma mesma pessoa ao longo dos anos, a percentagem ocupada por parcela na remuneração total. E, à medida que descemos na hierarquia gestorial reduz-se o montante do vencimento declarado e, simultaneamente, o das outras benesses, podendo algumas até deixar de ocorrer. Em todos os casos, porém, julgo ser regra que as parcelas complementares ao ordenado propriamente dito constituam uma porção muito considerável, quando não mesmo a maior, no total da remuneração, que mostra assim ter por objetivo garantir ao gestor a sua imediata integração entre os capitalistas. Além disso, a importância das parcelas que visam atenuar os efeitos de eventuais percalços na vida profissional ou até pessoal revela que se pretende assegurar a continuidade da posição social que cada gestor ocupa. Em segundo lugar, e tanto quanto os dados disponíveis permitem apreciar, o montante das remunerações depende estreitamente do total de mais-valia acumulado por empresa. Os elementos sistematicamente recolhidos pela *Business Week* para os Estados Unidos mostram que as variações nos lucros contabilizados se fazem sentir nas remunerações dos mais altos gestores, mas na generalidade dos países a correlação parece ser sobretudo estreita entre essas remunerações e a dimensão da empresa. Por um lado, quanto maior ela for, tanto melhor uma empresa planifica a elevação a longo prazo dos seus lucros médios, acabando o critério da dimensão por ser, nesta perspectiva, um critério de lucros acumulados. Por outro lado, se os títulos de cada gestor à repartição da mais-valia decorrem da sua relação com as formas mais concentradas de poder, os que exercem a atividade nas principais instituições do Estado A encontram-se por isso em situação privilegiada relativamente aos demais elementos da classe. Em suma, os gestores, tal como os burgueses, embora por formas jurídicas diferentes, apropriam-se de mais-valia extorquida.

A diferença entre as formas jurídicas de apropriação do capital por cada uma das classes capitalistas repercute nos seus programas ideológicos mais genéricos. A classe burguesa exprime o fracionamento e a privatização dessa propriedade mediante o mito do mercado livre-concorrencial, um tipo de mercado apenas definível *a posteriori*, pela entrada em relação de unidades econômicas definidas *a priori* como inteiramente independentes. Daí resultam as múltiplas variantes da curiosa moral que concebe o bem geral como efeito das simultâneas operações dos egoísmos particulares. O individualismo e a boa consciência dos

burgueses encontram aí o seu fundamento e a livre-concorrência desmascara-se, portanto, como uma ideologia moral, não correspondendo a qualquer mecanismo de funcionamento da economia. Esta projeção das superestruturas jurídicas para a esfera das ficções econômicas constitui uma forma de validação ideológica. Não é outra a função do modelo da livre-concorrência e por isso tem a burguesia de continuar a empregá-lo, mesmo numa época como a atual, inteiramente oligopolista, e apesar de a dinâmica histórica ter sido exatamente a oposta aos pressupostos livre-concorrenciais; com efeito, desde o início que o capitalismo não prescinde de um grau de integração das unidades econômicas e, portanto, de um componente planificatório. Para os gestores, ao contrário, o caráter coletivo da sua apropriação do capital repercute na forma como concebem a planificação. Claro está que a planificação não é um mito; corresponde ao funcionamento das instituições integradas e centralizadoras. Mas, para amplificarem ideologicamente a integração econômica, cujo desenvolvimento constitui o seu próprio fundamento enquanto classe, os gestores apresentam a planificação como se fosse um fenômeno inovador, que eles tivessem inaugurado apenas na época em que conseguiram a hegemonia. E, para exaltarem a sua oposição à classe burguesa, a qual concebe sempre o mercado como livre-concorrencial, os gestores convertem ideologicamente à planificação, denegação efetiva do mito da livre-concorrência, em negação mítica do próprio mercado. Nestes termos, a planificação é um mito porque ela consiste precisamente no mercado planificado. A planificação não ultrapassa nem põe em causa o mercado e, ao contrário, constitui a própria forma do seu desenvolvimento. O quadro mercantil conserva-se porque se mantém a heterogeneidade das unidades econômicas, em virtude da multiplicidade de pólos de concentração do capital; e esse mercado é planificado, porque as unidades econômicas funcionam em integração recíproca. Quanto mais a integração se estreitar, quanto mais a classe gestorial afirmar o seu poder, tanto mais as formas tradicionais de concorrências serão ultrapassadas pela planificação do mercado. É esta a linha de evolução que os gestores ideologicamente transformam, mitificando-a. Nas circunstâncias concretas, raramente as concepções aparecem de maneira tão simplificada e assim como, em grande parte dos casos, a classe burguesa e a gestorial se articulam, também o mito da livre-concorrência e a planificação mítica se combinam e recombinaem numa infinidade de ideologias. Mas creio que entre essas duas formas extremas se inscreve o paradigma das alternativas possíveis.

A distinção de funções entre a classe burguesa e a classe dos gestores vem na seqüência dos diferentes processos históricos em que cada uma se inscreve. Uma das contribuições decisivas para a formação da burguesia consistiu no *putting-out system*, pelo qual

grandes negociantes forneciam matérias-primas a trabalhadores em áreas rurais que, com os seus próprios instrumentos de produção e a troco de uma forma de salário, convertiam-nas em produto acabado ou semi-acabado, entregue em seguida ao mesmo negociante-empregador. Assim, progressivamente, estes negociantes transformaram-se em empresários capitalistas, a mão-de-obra converteu-se em força de trabalho do capital, criaram-se as bases da grande indústria e da nova tecnologia, ao mesmo tempo que se proletarizava a sociedade agrária, minando-se os fundamentos da economia pré-capitalista. Enquanto a burguesia encontra a origem neste tipo de parcelização das unidades de produção, os gestores formaram-se a partir de instituições onde os poderes se concentravam, nomeadamente a burocracia de corte, dos grandes soberanos e príncipes, e a burocracia dos governos das cidades, devendo estas então serem consideradas, em face do campesinato, grandes senhores coletivos. Foram estas burocracias que orientaram a edificação das primeiras condições gerais que permitiram ao *putting-out system* e a outras formas embrionariamente empresariais converter-se em empresas capitalistas propriamente ditas. Devem-se à ação destes protogestores as formas de integração necessárias ao desenvolvimento capitalista das novas unidades produtivas.

O fator decisivo é, porém, o de que a diferente origem histórica das duas classes não resultou numa fusão nem numa convergência mas, ao contrário, deu lugar a processos de desenvolvimento distintos e, finalmente, divergentes.

A mais-valia relativa, que é o motor do crescimento deste modo de produção, implica o reforço da colaboração intercapitalista para assimilar e recuperar reivindicações dos trabalhadores, e estreita, assim, a inter-relação das unidades económicas. Quais as conseqüências desta evolução para o peso relativo das classes burguesas e gestorial? Se o aumento da produtividade leva à diminuição do valor das unidades do *output*, pode se pensar que, barateando os elementos do capital constante, a entrada em funções de pequenos capitais ficaria facilitada e que, do acréscimo da produtividade, resultaria uma maior concorrência. Na realidade, é o inverso que se passa, visto que a produtividade exige o aumento da concentração de força de trabalho e da composição técnica do capital, ou seja, o aumento da escala dos processos de produção e, portanto, do volume mínimo de capital que se torna necessário avançar. Não se trata de um crescimento linear do grau de concentração. A medida que se agravam as pressões sobre a taxa de lucro, eleva-se a quantidade mínima de capital necessária para assegurar uma reprodução em escala ampliada; e a desvalorização maciça acarretada a cada crise permite, quando a recuperação económica se inicia, que diminua o volume mínimo necessário de capital. Como, porém, de um ciclo para o seguinte a concentração média vai

umentando, torna-se cada vez menor a facilitação relativa da concorrência posterior às crises. Graficamente, este movimento teria a forma de sucessivos *loops*, ao longo de uma linha ascendente e sendo o arco de cada novo *loop* menor do que o anterior. Em conclusão, o aumento da concorrência do início de um novo ciclo significa apenas um abrandamento no interior de um movimento geral de reforço da concentração.

O acréscimo da concentração não implica que os pequenos capitais individuais fiquem inoperantes, o que os anularia enquanto capital. Mas, rapidamente se atingiram níveis de concentração que ultrapassaram as capacidades de qualquer capital individual ou familiar, por maior que fosse, e não decorreram muitas décadas para irem igualmente além das possibilidades oferecidas pelas sociedades entre pequenos números de capitalistas. Os processos produtivos puderam a partir de então continuar a concentrar-se graças somente à mobilização da generalidade indeterminada dos capitais mediante os sistemas financeiros, que considero aqui em todas as suas formas, incluindo tanto as operações de crédito propriamente ditas como as sociedades por ações. A coleção completa destas formas encontra-se hoje apenas, como é bem sabido, nos países exteriores à esfera de influência soviética e veremos que, através do funcionamento dos sistemas financeiros, convergiram os processos sociais de ambas as grandes áreas capitalistas, a privada e a de Estado. Os mecanismos de financiamento têm uma importância fundamental na concentração econômica, recolhendo capitais dispersos e centralizando-os num número reduzido de pontos para, a partir daí, organizar-se o investimento das enormes massas de capital reunidas. Um desses locais de captação e centralização dos pequenos capitais dispersos é a própria administração das grandes empresas, quando procede à emissão e à venda pública de ações. As grandes empresas, na área de influência estadunidense, têm freqüentemente muitos milhares de acionistas, que por vezes ultrapassam mesmo o milhão. Em outros casos, as ações são vendidas a instituições bancárias e estas, que atraíram e centralizaram os pequenos capitais depositantes, os canalizam, mediante a aquisição das ações, para o investimento nas empresas. E ao mesmo objetivo se chega quando os capitais recolhidos pelos bancos são fornecidos às empresas, não através do mercado de títulos, mas sob a forma de crédito. Em outros casos, ainda são as instituições seguradoras, que incluem tanto as companhias de seguros como, em vários países, os fundos de pensões, que captam pequenos capitais e os aplicam na compra de ações. Deste modo, entre os pequenos investidores particulares e a aplicação efetiva dos capitais investidos erguem-se uma ou mais barreiras institucionais. Quando as ações são vendidas diretamente ao público, é a direção da empresa que se coloca entre os investidores e o controle do capital. Nos demais casos, adiciona-

se a essa barreira uma outra, constituída pelas administrações das instituições bancárias ou das seguradoras; e o mesmo sucede, evidentemente, nas operações de crédito bancário. A tendência parece ser no sentido da multiplicação destes obstáculos, pois, pelo menos em alguns dos países mais industrializados da esfera estadunidense, a percentagem do valor total das ações detida pelas instituições seguradoras é hoje maior do que a que está em posse de particulares e continua a crescer num ritmo superior. Não só as barreiras se multiplicam, como formam uma rede cada vez mais complexa, já que não existe nunca uma correspondência exclusiva entre determinada instituição financeira e determinada empresa; cada banco, cada companhia seguradora, cada fundo de pensões detém ao mesmo tempo ações em grande número de empresas e permanentemente varia as que são objeto destes investimentos. E o mesmo se passa com as operações de crédito.

Se os mecanismos financeiros se desenvolvem precisamente porque os investimentos individualizados haviam se tornado absolutamente insuficientes, compreende-se que os administradores das instituições financeiras não sejam proprietários privados do capital que mobilizam, mas controlem capitais que — continuando sempre a referir-me, após 1917, às economias exteriores à órbita soviética — são propriedade privada alheia. Desde sempre que as direções dos bancos aplicam os depósitos sem qualquer consulta prévia aos depositantes e as direções das instituições seguradoras decidem a aquisição e a transação de ações em completa ignorância dos que contribuem para os fundos assim empregados. Em idêntica situação está nas últimas décadas a maior parte, e uma parte crescente, dos diretores das grandes empresas, que possuem apenas escassíssima percentagem das ações, e geralmente obtida enquanto parcela das remunerações anuais; de maneira que o uso cada vez mais corrente entre as grandes empresas é o de escolher administradores independentemente de não possuírem qualquer fração, mesmo mínima, do seu capital. Sucedeu que inicialmente os fundadores de sociedades por ações, responsáveis pela grande parte dos primeiros investimentos, mantivessem o controle da administração e por vezes conseguissem mesmo passá-lo aos descendentes. Mas as necessidades da concentração, obrigando à oferta pública de uma quantidade crescente de ações, levaram geralmente à progressiva diluição da parte de capital detida pelos herdeiros do fundador, de tal modo que hoje o controle familiar das maiores empresas é uma raridade em vias de extinção. A administração de uma grande sociedade por ações está em regra imune às pressões dos acionistas e, sem exceção, às dos pequenos acionistas, que são afinal os proprietários nominais da grande parte do capital investido. E concluímos, assim, que o processo de concentração econômica, levando à centralização de um volume crescente de pequenos

capitais dispersos e, portanto, à proliferação de barreiras entre o investimento e a sua aplicação efetiva, tornou-se sinônimo de um processo de dispersão da propriedade privada do capital. São aqueles que centralizam os capitais alheios quem passa a controlá-los. Ora, é esta precisamente uma definição da atividade gestorial. Ao drenarem para um pequeno número de centros os capitalistas dispersos, os mecanismos financeiros substituem a soma de capitais privados individuais por um verdadeiro capital geral e coletivo. E, como são os gestores que ocupam este campo crucial de integração e de centralização econômica, são eles que desenvolvem uma capacidade de controle do capital independente da sua apropriação privada, visto serem eles, e não os proprietários nominais, quem orienta os investimentos. Os gestores aparecem assim como os verdadeiros representantes do capital associado. Quando se torna independente da propriedade privada, o controle passa a caber à classe dos proprietários coletivos, de capital.

Dizer que “o controle se separou da propriedade” é hoje um lugar-comum, mas não se trata por isso de uma idéia menos errada. Aqueles que o afirmam operam, elogiosa ou criticamente, na ficção jurídica promovida pelos gestores, que convertem a sua forma coletiva de propriedade do capital numa mítica não-propriedade. O controle não substituiu a propriedade. Enquanto expressão da atividade integradora e coordenadora, o controle é o veículo para a transformação de um dado tipo de propriedade, a propriedade privada do capital, numa de outro tipo, a propriedade coletiva do capital. É este, em conclusão, um dos processos por que os gestores aumentam o âmbito da sua apropriação coletiva. E foi assim que, para além das distinções aparentes nas formas jurídicas, convergiram as linhas de evolução das classes capitalistas na esfera estadunidense e na soviética.

Nos países membros do Comecon e na China, a propriedade de todos ou dos principais meios de produção é formalmente atribuída ao Estado. Mas, como um proprietário não pode ser uma abstração, na ausência de qualquer controle exercido sobre o Estado pela generalidade da população, os meios de produção são apropriados pela minoria que controla os aparelhos de poder. É assim, diretamente, uma apropriação coletiva por parte da classe gestorial. No seu interior, porém, definem-se múltiplos subgrupos, em paralelismo ou reciprocamente hierarquizados. Existem instituições centrais e outras regionais, instituições administrativas e outras que desempenham diretamente funções empresariais e, na prática, são os grupos de gestores que controlam cada instituição que se apropria coletivamente do capital. Mas, se esta situação pode parecer bastante simples na área soviética, os processos são mais complexos na esfera de influência estadunidense, o que obriga a analisá-los com maior detalhe para verificar como se chegou aí a um idêntico resultado.

Se o desenvolvimento dos mecanismos financeiros resulta da crescente concentração, isso significa que ao mesmo tempo acentua a integração recíproca das unidades de produção. É necessário ter sempre presente a regra básica, há pouco enunciada, pela qual a concentração é sinônimo da dispersão da propriedade privada do capital. A concentração é um processo econômico, realizável mediante uma multiplicidade de categorias jurídicas, sendo aqui meramente acessória a eventual fusão no nível da propriedade. Aliás, quando uma nova empresa tem origem no investimento conjunto de várias outras, que mantêm a personalidade própria, o que hoje sucede freqüentemente, vemos como possui um significado ambíguo a fusão no nível da propriedade. A concentração econômica só pode ser entendida em termos de heterogeneidade tecnológica e conseqüente hierarquização; e dominam o processo aquelas empresas que ocuparem os lugares-chave em cada linha de produção. Uma empresa pode, assim, controlar outras sem delas se apropriar, como sucede na relação de subcontratação, que analisarei a propósito da articulação entre ambos os tipos de mais-valia. Mas outros sistemas se encontram por exemplo, quando pequenas empresas se dedicam a serviços de manutenção dos produtos adquiridos por particulares, o que as deixa na absoluta dependência relativamente às grandes empresas fabricantes desses bens. Mesmo quando as grandes empresas preferem que o pequeno capital desbrave os novos ramos de produção que forem surgindo, e nos quais a tecnologia se reveste de um caráter ainda experimental, não devemos interpretar essa expectativa como um afastamento. Ao contrário, as grandes empresas controlam globalmente o processo, tanto mediante empréstimos avançados às pequenas firmas inovadoras, como através da criação de fundações destinadas a promover a pesquisa teórica e prática e que vão servir de CGP a esses novos ramos. E assim aqueles gestores que, na direção das grandes empresas, aparecem como verdadeiros proprietários coletivos dos pequenos capitais privados dispersos pelas ações, podem expandir mais ainda o âmbito dessa apropriação mediante o controle exercido sobre muitas outras unidades econômicas, que continuam formalmente independentes enquanto propriedade. Através dos mecanismos financeiros, os gestores consolidam a sua posição nas áreas de maior centralização de capitais e, devido à integração crescente das de produção, estendem o seu poder mesmo a UPP pequenas e de escassa importância. Este quadro de concentração resulta, afinal, do caráter hierarquizado da integração dos processos produtivos.

Aumentando o Estado A a consistência interna e unificando o seu funcionamento, foi-se transferindo progressivamente para o seu âmbito a centralização política e a coordenação da economia. A classe dos gestores, ao mesmo tempo que se torna hegemônica no interior de cada

uma das unidades constitutivas do Estado A e neste aparelho de poder globalmente considerado, reforça também a sua ascendência sobre o que de significativo possa restar do Estado R. Assiste-se presentemente, nos países industrializados da área estadunidense e também no terceiro mundo, à maciça transferência para o Estado A da propriedade de grandes empresas que, até então, haviam sido formalmente detidas pelo Estado R. Na realidade, o predomínio da classe gestorial leva essas operações, de que a demagogia eleitoral faz tão grande publicidade, a representarem, quando muito, uma tardia adequação das formas jurídicas à situação social efetiva. Os eleitores estavam tão afastados do controle e da propriedade reais dessas empresas quando eram públicas, como o estão agora os participantes nas novas sociedades por ações. O recente exemplo francês é instrutivo, pois antes de o governo de centro-direita saído das eleições de 1986 ter começado a proceder à venda das ações de numerosas empresas até então integradas no quadro de propriedade do Estado R, já o governo socialista, desde meados de 1983, as autorizara a emitir um tipo especial de ações, cotadas na bolsa e destinadas a atrair capitais exteriormente aos canais do Estado R, mas cujos detentores ficavam legalmente desprovidos do direito de voto em assembléias gerais. Qual a diferença, porém, entre esta situação e a absoluta inoperância do voto que normalmente cabe aos pequenos acionistas? A hegemonia que os gestores passaram a deter sobre a globalidade da economia e da sociedade explica que todas estas variações jurídicas sejam meramente aparentes adaptações circunstanciais de um substrato comum. As várias vias de desenvolvimento do corporativismo corresponderam às várias formas por que se tem realizado a hegemonia da classe dos gestores e, hoje, a evolução do neocorporativismo informal consagra em todo o mundo essa supremacia.

Nas fases iniciais do capitalismo, a classe dos gestores encontrava-se fragmentada por campos vários e, no interior de cada um, por instituições e unidades econômicas distintas, sem que os grupos assim formados se relacionassem reciprocamente. Tratava-se de uma classe que não se comportava, porém, como tal na prática das contradições sociais. Foram os mecanismos da mais-valia relativa, acarretando a integração econômica, que progressivamente uniram as múltiplas frações em instituições de classe comuns, de onde resultou um número reduzido de linhas de ação coletiva. Não ocorreu apenas a homogeneização gestorial a partir dos centros de captação e de canalização dos pequenos capitais, mas mesmo no interior de cada empresa tem-se processado nas últimas décadas uma crescente fusão da burocracia sindical com os demais gestores. O controle sindical da força de trabalho começa então — e esta é uma tendência hoje já prevalecente em vários países e sensível em todos os restantes — a deixar de basear-se na

filiação direta dos trabalhadores no sindicato, para resultar de acordos estabelecidos com as administrações das empresas, pelos quais estas conferem aos dirigentes sindicais autoridade sobre o conjunto da mão-de-obra. Nestas condições, as greves tendem a desencadear-se fora do quadro do sindicato e a desenvolver-se em oposição a ele; e as disputas entre as burocracias sindicais e as administrações das empresas, quando ocorrem, são preferencialmente resolvidas pelo recurso às várias formas de arbitragem. Para que ambas as partes reconheçam o árbitro como equidistante, é necessário que integrem um terreno comum e estejam suficientemente próximas para se porem de acordo na escolha de quem irá desempenhar aquela função. A tendência dos sindicatos burocráticos a converterem-se em sindicatos de empresa pode, em suma, servir fielmente de indicador do grau de homogeneidade atingido globalmente pela classe gestorial. Uma vez mais se confirma que é a recuperação e assimilação dos conflitos o eixo do desenvolvimento capitalista.

Da crescente integração dos campos de existência social dos gestores, permitindo-lhes uma atuação efetiva de classe, resultou para a burguesia, em todos os casos em que não foi aniquilada rápida e decisivamente, o seu progressivo cerco e fracionamento. Os burgueses foram suplantados na organização dos processos produtivos, na canalização e orientação dos investimentos, no controle superior do mercado de trabalho, em suma, na esfera global dos aparelhos políticos. Assim afastada dos centros de decisão, a classe burguesa fica desprovida de pólos aglutinadores, fragmenta-se e, por conseguinte, o seu comportamento torna-se cada vez mais disperso nos conflitos sociais. Substituídos pelos gestores enquanto representantes do capitalismo associado, os burgueses converteram-se em rentistas*. Esta transformação representa uma inferiorização porque, sendo o processo de trabalho o mecanismo motor de toda a sociedade, quem prevalecer no seu controle deterá a hegemonia. Por isso declinou a parte de mais-valia de que a burguesia se apropria. A partir do momento em que passam a dominar os centros vitais e, depois, a globalidade do organismo econômico, os gestores encabeçam os capitalistas na luta de classes que decide qual a porção de mais-valia reinvestida, qual a destinada ao consumo pessoal dos gestores e qual a concedida aos burgueses que, detentores exclusivamente de ações ou de capital depositado individualmente no banco, apenas recebem uma parte menor e estagnante dos lucros, sob a forma de dividendos ou de juros. Quanto mais

* *Rentista* é um galicismo, derivado de *rentier*, que significa "aquele que vive de rendimentos sem ter qualquer papel ativo na organização da economia". Na sua edição de 1986, o dicionário de Aurélio não menciona o termo, que não se encontra também na reprodução da edição de 1949 do de Cândido de Figueiredo. O enorme dicionário de Moraes, porém, na sua décima edição, registra *rentístico*, que define como relativo a renda ou rendimentos, e dá um exemplo de emprego citando Brim Camacho, igual conhecedor da língua e da economia, que escrevia "os monopólios rentísticos", na nítida aceção de parasitários.

vincada é a distinção entre a classe que se ocupa da administração das grandes empresas e aquela que detém as ações, tanto menor é a percentagem da mais-valia total distribuída como dividendos. *The Economist* de 18 de outubro de 1986, descrevendo as ações que nos últimos anos têm sido vendidas ao público por várias empresas na China, comenta que nesse país “obrigações [*bonds*] e ações [*shares*] são difíceis de distinguir. [...] Até agora a maior parte das emissões, quer se chamem ações ou obrigações, assemelham-se ao que se denomina no Ocidente obrigações”. É curioso observar que uma dezena de anos antes, em maio de 1977, num estudo sobre os rendimentos reais garantidos pelas ações nos Estados Unidos, a revista *Fortune* escrevia: “As ações [*stocks*], na sua substância econômica, são na realidade muito semelhantes às obrigações [*bonds*]”. A regra geral, independente do tipo específico de capitalismo que vigora em cada país, é a estagnação dos dividendos, ou seja, numa economia em crescimento, o declínio da sua posição relativa.

É esta a base real de um mito hoje corrente, que julga já não ser o funcionamento das grandes empresas oligopolistas determinado pela maximização dos lucros nem estarem as remunerações dos seus administradores relacionadas com os resultados econômicos obtidos. E esta tese é tanto mais divulgada quanto nela se empenha, ao mesmo tempo que a burguesia, que pretende assim apresentar a ascensão dos gestores como uma perversão das regras econômicas, a própria classe gestorial, que projeta a sua supremacia como se fosse o início de um sistema inteiramente inovador. Na realidade, porém, trata-se de um mero mito, resultante da confusão entre lucros e dividendos. Precisamente porque a burguesia foi afastada da direção das grandes empresas, podem os gestores destinar para o seu próprio consumo individual um considerável montante de mais-valia, ao mesmo tempo que diminuem a parte atribuída aos proprietários de ações; é esta a razão da divergência entre as remunerações dos gestores e os dividendos dos acionistas. E, precisamente porque são as maiores empresas que assumem um comportamento oligopolista, podem planificar no quadro de uma longa duração temporal e de uma vasta área geográfica, sacrificando assim uma eventual subida dos lucros imediatos em benefício da obtenção a longo prazo de lucros médios estáveis; além disso, o pleno desempenho das funções de centralização e de coordenação política pelas empresas tem como um dos efeitos diminuir a parte dos lucros contabilizada oficialmente, ao mesmo tempo que cria condições para que aumente a mais-valia efetivamente produzida. Da conjugação destes aspectos, resultam as formas várias como nas empresas se tem ultimamente procurado vincular a remuneração de cada gestor à sua capacidade de cumprir objetivos estabelecidos a médio prazo e inseridos numa orientação estratégica de longa duração. A oligopolização do mercado e

a simultânea ascensão social dos gestores são os fatores responsáveis pela readequação do critério dos lucros.

Desenvolvem-se, assim, no interior da apropriação capitalista, como que várias categorias de capital. As superiores pertencem a que detém o controle direto e efetivo dos processos econômicos. No início deste modo de produção coube aos burgueses chefes de empresas para, com o correr do tempo, corresponderem ao controle do capital coletivo e associado, representado pelos gestores. Era a estes que, nos estágios iniciais, atribuíam-se as categorias inferiores, que depois, quando a economia passou a funcionar de maneira global e integrada, corresponderam às frações privadas e particularizadas do capital. Com esta distinção histórica, devem articular-se outras, definidas em cada momento. Na época em que burgueses prevaleciam à frente das empresas, a hierarquização que entre elas se estabelecia, nomeadamente no relacionamento com as CGP, determinava o escalonamento de várias categorias de capital. Hoje, e além desse aspecto, que continua a vigorar, são também as hierarquias intragestoriais resultantes da relação com os diversos graus de concentração do poder que conferem a cada gestor um lugar na repartição da mais-valia, atribuindo aos níveis inferiores da classe gestorial apenas categorias inferiores de capital. Assim, qualquer análise concreta dos rendimentos de um dado estrato capitalista deverá articular, com as formas de propriedade do capital, as categorias do capital apropriado.

Em conclusão, quanto mais a economia se desenvolve e se integra, mais se consolidam os gestores, que nessa integração fundamentam precisamente a sua existência. É a classe capitalista que, contemporânea da gênese deste modo de produção, expande-se e reforça-se com o crescimento econômico, confundindo-se com ele o seu eixo de evolução. Este papel histórico dos gestores permite-nos reinterpretar, à luz da situação contemporânea, os mecanismos do funcionamento das fases anteriores deste modo de produção.

Nos termos deste modelo geral, não importa analisar os poucos casos em que o processo de hegemonia gestorial está ainda por encerrar-se, nem descrever as várias formas como foi levado a cabo e que, aliás, correspondem às diferentes vias de transformação do corporativismo inicial no neocorporativismo informal de hoje. É certo que, na ótica dos burgueses pessoalmente considerados, a sua liquidação física pelos gestores em ascensão, quando ocorreu, foi um fato capital, o fim do mundo, o fim do seu mundo. Mas a história não parece partilhar esse ponto de vista. Eliminados fisicamente pelo fuzilamento e anulados como classe de um momento para o outro pela condenação maciça aos “campos de trabalho”, ou docemente convertidos em rentistas, tem sido afinal um idêntico destino de extinção do poder econômico

que se apresenta à classe burguesa. E o mesmo sucede quando indivíduos, que a concorrência levou a falirem enquanto burgueses, assumem funções de chefia em qualquer administração ou continuam até a colaborar na organização da empresa que fora sua, mas como gestores agora, e não já proprietários privados de capital. Mais flagrantemente ainda, sucede que herdeiros do fundador de uma grande empresa, e cuja família pode, aliás, continuar a deter uma percentagem muito considerável de ações, percam paulatinamente a hegemonia na administração e passem a ocupar, quando muito, lugares que pelo seu carácter e pelo tipo de remuneração auferida não se distinguem do de qualquer outro alto gestor. Esta multimoda conversão de burgueses em gestores é ainda uma forma de definhamento da burguesia, que vai ela própria alimentar socialmente a outra classe capitalista em expansão. Por isso os gestores constituem hoje um elemento de unificação dos vários tipos de regime capitalista. E graças à sua hegemonia mundial, representando a globalidade do capital no antagonismo com uma classe trabalhadora também existente mundialmente, que podemos definir como um modo de produção único o que vigora nos países mais industrializados da área de influência estadunidense, nos da órbita soviética e no chamado terceiro mundo.

Enquanto se dispersaram por campos e instituições várias e foram por isso incapazes de um comportamento unificado, os gestores puderam confundir-se com os trabalhadores numa comum oposição à burguesia. Esta ambigüidade teve efeitos decisivos nos conflitos sociais. Foi ela que permitiu que grandes movimentos da classe dos trabalhadores, inicialmente dirigidos para a destruição do modo de produção capitalista, acabassem afinal reconvertendo-o em formas novas, acelerando assim o seu desenvolvimento e consolidando-o. Esta desesperante e para muitos inesperada evolução dos conflitos tem sido interpretada por vários teóricos como resultado de um processo interno de degenerescência. Não me parece que tenham razão. Trata-se antes de uma divergência, porque nesses confrontos se articulavam de um mesmo lado classes fundamentalmente antagônicas; e foi um processo interno, não aos trabalhadores como classe, mas a essas lutas complexas de que eles eram exclusivamente um fator. As contradições sociais desenvolvem os mecanismos da mais-valia relativa, que consolidam a classe dos gestores. Por isso estes têm podido infletir e canalizar as lutas que os reforçam e assim, ao mesmo tempo que prevalecem sobre a burguesia, de cada vez voltam a triunfar sobre os trabalhadores. Porém este mesmo processo leva, a prazo, à atenuação e à eventual liquidação de tal ambigüidade. Quanto mais os conflitos sociais se amplificam, quanto mais se aceleram os mecanismos da mais-valia relativa, quanto mais estreitamente a economia se integra, tanto mais a burguesia declina e os gestores se unificam e reforçam, até aparecerem claramente como os

representantes do capital associado e coletivo, isto é, como capitalistas globais. É daí em diante que se vai desvanecendo a ambigüidade entre a classe dos trabalhadores e a dos gestores. A etapa-chave nesta evolução situou-se entre as duas grandes guerras mundiais. Foi a partir de então que, na luta contra o capital, a força de trabalho começou progressivamente a deixar de enfrentar a burguesia para confrontar-se com os gestores. A contradição da mais-valia passou a ter como pólos ativos a classe dos trabalhadores e a classe dos gestores só a oposição prática possibilita a distinção social: só desde o momento em que a classe gestorial se comporta unificadamente nos conflitos, é possível o seu estabelecimento como objeto teórico. A definição da existência de uma classe dos gestores e a sua análise não resultam da argúcia de estudiosos, mas das lutas práticas que nas últimas décadas muitos e muitos milhões de trabalhadores têm levado a cabo nos países da esfera de influência soviética, como nos da estadunidense ou no terceiro mundo. E é porque nessas vastas lutas os gestores cada vez menos conseguem dissimular-se em formas de ambigüidade, surgindo sobretudo como objeto do antagonismo dos trabalhadores, que eles podem hoje ser definidos como uma classe capitalista e que os vários tipos contemporâneos de exploração, que os gestores encabeçam, podem ser entendidos como variantes de um modo de produção único.

4. Repartição da mais-valia

4.1. Concorrência na produção

A luta de classes tem um caráter diversificado. Os trabalhadores não lutam todos ao mesmo tempo e da mesma maneira, nem são idênticas as possibilidades de resposta de cada um dos capitalistas ou grupos de capitalistas. Algumas empresas conseguem, melhor do que outras, assimilar e recuperar as reivindicações e as pressões da sua força de trabalho. São essas as que primeiro acionam os mecanismos da mais-valia relativa e que se encontram por isso à frente dos processos de aumento da produtividade; as unidades do seu *output* passam a representar um valor menor do que o das unidades do *output* das demais. Ora, a definição de valor não é particularizada caso a caso, mas geral. O valor resulta de uma relação, social e só pode ser definido genericamente. O valor de um dado produto, num dado momento, tende a ser o valor médio despendido em sua fabricação nesse momento, na generalidade das unidades de produção, que pode ser distinto do tempo de trabalho efetivamente gasto no processo concreto de fabricação numa delas em particular. O valor tende, portanto, em primeiro lugar, a ser determinado pela produtividade média e, em segundo lugar, o valor é histórico. No final do capítulo XXIV do Livro III de *O Capital*, Karl Marx sublinhou que o valor dos produtos não é determinado pelo tempo de trabalho que a sua produção custa na origem, mas pelo que custa a sua reprodução; o que significa que o valor não se estabelece em função de métodos de produção obsoletos mas tende a definir-se em função dos mais recentes, resultantes do processo de aumento da produtividade. A definição do tempo de trabalho necessário à elaboração de um dado bem é, pois, historicamente mutável. Deste duplo caráter geral, em cada momento e ao longo do tempo, conclui-se que o valor não resulta de uma soma de trabalhos individualizados, mas do tempo de trabalho despendido por uma força social média. Nos mecanismos da produtividade, que pautam o próprio desenvolvimento do capitalismo, a força de trabalho existe como classe, e não particularizada nos seus elementos. A lei do valor consiste, assim, numa dupla determinação.

Primeira determinação da lei do valor: o valor é determinado pelo tempo de trabalho incorporado no produto.

Segunda determinação da lei do valor: o valor é determinado pelo tempo de trabalho

médio necessário à generalidade das empresas para a produção do produto.

Aquela empresa que, num dado ramo de produção, melhor consegue assimilar as reivindicações dos trabalhadores e recuperá-las num surto de produtividade, o faz introduzindo uma inovação tecnológica, ou um complexo de inovações. O processo assim desencadeado pode dividir-se em dois períodos. O primeiro, de duração variável, prolonga-se até que a nova tecnologia passe a definir o tempo de trabalho socialmente considerado necessário, ou seja, até que a generalidade das empresas abandone os antigos métodos de fabricação e copie o sistema inovador. O aumento da produtividade na empresa inovadora, implicando um decréscimo do tempo de trabalho incorporado em cada unidade do seu *output*, irá permitir-lhe, enquanto mantiver a exclusividade da nova tecnologia, vender essas unidades a um preço superior ao que corresponderia ao tempo de trabalho nelas efetivamente incorporado e, ao mesmo tempo, inferior ao das fabricadas nas outras empresas. À margem de benefício suplementar incluída nesta defasagem de preço chamo sobrelucro. Deve ter-se sempre presente que o sobrelucro não constitui diretamente uma forma de mais-valia relativa, a qual consiste num reforço da exploração em virtude do aumento da produtividade. Ora, os mecanismos do sobrelucro não atuam na esfera da extorsão da mais-valia, e sim na da sua repartição. O sobrelucro resulta da desigual repartição da mais-valia entre os capitalistas. Por outro lado, porém, os mesmos mecanismos de aumento da produtividade que garantem aos capitalistas da empresa inovadora uma posição favorável na repartição da mais-valia são componentes do desenvolvimento geral da produtividade. Por isso, o que, sob o ponto de vista das relações entre trabalhadores e capitalistas, constitui a mais-valia relativa apresenta-se, sob o ponto de vista das relações intercapitalistas, como desigual repartição da mais-valia. É o primeiro destes processos que fundamenta e explica o outro; é a heterogeneidade com que a produtividade se desenvolve que justifica a desigualdade na repartição dos frutos da exploração. E é, afinal, a heterogeneidade nas relações entre a força de trabalho e os capitalistas, de que resulta a diversidade na luta de classes, que leva à heterogeneidade das relações intercapitalistas, de que resulta a desigualdade na repartição da mais-valia. Quais os mecanismos por que essa desigualdade opera?

Conseguindo vender o *output* da sua empresa a preços menores do que os dos concorrentes, os capitalistas inovadores podem — desde que tenham capacidade de produção para tal — colocar no mercado um número de unidades que se aproxime do volume da demanda total. A tendência nestas circunstâncias será para que a demanda total se conserve idêntica em termos de valor e, portanto, aumente em volume, visto que o mesmo montante global permite a

aquisição de um maior número de unidades do produto. Daqui resulta o acréscimo do *output* da empresa mais produtiva. Como o valor tende a ser determinado pelo novo estágio da produtividade, o menor tempo de trabalho incorporado em cada unidade do *output* do estabelecimento inovador pressiona por uma correspondente diminuição de valor nas unidades de *output* similares decorrentes dos demais processos, menos produtivos. Em primeiro lugar, o valor incorporado pelas empresas retrógradas em bens já fabricados só poderá ser revivificado enquanto valor inferior, contribuindo para a tendência ao novo nível de preços. Isto significa que, pelo menos sob o ponto de vista dos capitalistas das empresas menos produtivas, uma parte do valor incorporado no seu *output* não é realizada, ou seja, esse *output* sofre uma desvalorização. Mas a desvalorização ocorre também, em segundo lugar, a partir do próprio processo do trabalho vivo. Ou os capitalistas dos estabelecimentos tecnologicamente retardatários procuram manter os preços em um nível idêntico ou muito próximo do inicial, abandonando, assim, o mercado em benefício da empresa mais produtiva e, portanto, não realizando parte da mais-valia produzida; ou, se não querem perder a sua posição no mercado, têm de baixar os preços aquém do tempo de trabalho efetivamente incorporado nas unidades do seu *output*. A regra aqui é a de que, quanto maior for a fração de valor consistindo em mais-valia, tanto mais ampla é a margem em que o preço de venda pode ser fixado acima da soma do capital variável e dos elementos utilizados do capital constante e abaixo do valor, conseguindo realizar-se um lucro. Mas esta é precisamente, pelo menos para os capitalistas das empresas menos produtivas, a margem de não realização de mais-valia. Em conclusão, o processo pelo qual os capitalistas da empresa inovadora obtém um sobrelucro e tendem a expandir o lugar que ocupam no mercado é o mesmo que o processo pelo qual se desvaloriza tanto o trabalho morto como os resultados do trabalho vivo nas empresas menos produtivas. É precisamente nesta parte de valor não aproveitada pelos capitalistas retrógrados que tem origem o sobrelucro de que se beneficiam os capitalistas inovadores.

No seu conjunto, as empresas menos produtivas são aquelas onde mais retardatário é o processo da mais-valia relativa e mais forte o componente de mais-valia absoluta, tendendo por conseguinte a ser menor a mais-valia extorquida. E acabamos de verificar que são precisamente os capitalistas destas empresas, onde é já de si inferior a taxa de mais-valia, que se deparam com mais obstáculos à realização integral do valor. A situação dos capitalistas quanto ao processo de exploração determina, em última análise, a sua posição na repartição dos frutos da exploração. A regra é a de que, nas unidades de produção em que mais limitados forem os processos da produtividade, tanto mais baixa será a taxa de mais-valia e tanto maior será a

fração desta que, inutilizada para os capitalistas retrógrados, converte-se em sobrelucro em benefício dos inovadores; reciprocamente, quanto mais alta for a taxa de exploração que estes últimos, mediante o máximo aproveitamento da produtividade, consigam impor nas suas empresas, tanto mais hão de se apoderar de uma porção da mais-valia originada nas empresas não-inovadoras. Como observa um provérbio, riqueza atrai riqueza. No capítulo em que analisei a articulação entre ambos os regimes de exploração, pretendi mostrar que o setor da mais-valia absoluta, não garantindo uma suficiente taxa de acumulação, é incapaz de atrair a totalidade do capital que nele se gera, o qual contribui assim para alimentar o setor da mais-valia relativa. Vemos agora outra faceta do mesmo processo, que reforça a convergência do valor em benefício dos capitalistas das unidades mais produtivas. Em escala mundial, a mais-valia reparte-se em prejuízo dos capitalistas cujas operações se estabelecem exclusivamente nas grandes áreas sujeitas à mais-valia absoluta. Denunciam essa desigualdade, silenciando, porém, o seu determinante básico, que são as condições de exploração. Procuram assim levar os seus trabalhadores a crer que os grandes capitalistas das principais metrópoles são os únicos responsáveis pela exploração. Nestes termos, o antiimperialismo é uma expressão política dos capitalistas sistematicamente desfavorecidos na repartição mundial da mais-valia, que reivindicam uma situação de menor desigualdade. Estas ideologias terceiro-mundistas têm uma referência real, na medida em que parte da mais-valia produzida pela força de trabalho inserida nos processos menos produtivos reverte em proveito dos capitalistas que encabeçam os sistemas de maior produtividade. A demagogia aqui consiste em obscurecer a realidade fundamental, que é a de que a desigual repartição da mais-valia pode operar unicamente porque os trabalhadores nos setores e regiões menos produtivos são explorados em sistemas promovidos precisamente por aqueles capitalistas retrógrados. Projetada numa dimensão mundial, esta situação em nada se distingue, portanto, da que ocorre em prejuízo dos capitalistas de empresas menos produtivas estabelecidas no interior das áreas de mais-valia relativa. A desigualdade na repartição da mais-valia limita-se, em suma, a acentuar os resultados decorrentes da heterogeneidade na exploração da força de trabalho; e é a exploração que determina o quadro em que a repartição da mais-valia pode fazer incidir os seus efeitos agravantes.

Se os capitalistas das empresas mais produtivas se apropriam, além dos frutos da exploração dos trabalhadores que laboram diretamente para eles, de parte dos devidos à força de trabalho de outras empresas, isso significa que ocorre uma permanente transferência de mais-valia entre unidades econômicas. E sucede também que, no processo global de

desenvolvimento da produtividade, vai sempre mudando de uns para outros estabelecimentos a primazia nas inovações. Por isso não se pode nunca afirmar que dado burguês se apropria preferencialmente da mais-valia produzida pela força de trabalho da empresa de que é proprietário; nem que dados gestores se apropriam preferencialmente da mais-valia produzida pela força de trabalho da empresa em que exercem a atividade ou que controlam. Além disso, como o capitalismo é um sistema integrado e como em cada unidade econômica podem conjugar-se, e geralmente conjugam-se, vários estágios de fabricação, o mais freqüente é que uma empresa, inovadora num desses estágios, não o seja nos outros. Assim, relativamente a cada uma das empresas que se encontram nesta dupla situação nos processos da produtividade, as transferências da mais-valia operam em sentidos opostos, o que reforça a tese que aqui proponho, de que os capitalistas não se apropriam preferencialmente da mais-valia produzida pela força de trabalho que mais diretamente superintendem. Contrariamente aos modelos de Marx, que são, aliás, contraditórios entre si, naquele que apresento, a repartição da mais-valia é sempre anterior à sua apropriação por capitalistas, ou grupos de capitalistas, particularmente considerados. E como este é um sistema econômico integrado, em que os efeitos das inovações se fazem sentir em cadeia, e não apenas nos estágios de fabricação onde se iniciam, o modelo da repartição da mais-valia deve abranger sempre a totalidade dos capitalistas. Cada classe define-se, portanto, globalmente, no ponto fulcral da exploração. Vimos que a ação da força de trabalho é globalizada enquanto classe, não consistindo numa adição de esforços individuais. E a mais-valia produzida por esse coletivo social é apropriada globalmente pela totalidade dos capitalistas, burgueses gestores. Só uma vez ocorrida esta prévia apropriação global, da qual decorre a definição de cada uma dessas classes como classe capitalista, é que vai depois processar-se a repartição da mais-valia. E ainda aqui a heterogeneidade na concorrência, que é o critério da desigualdade na repartição, é determinada pela heterogeneidade na relação globalizada entre capitalistas e trabalhadores. A estrutura da repartição, da mais-valia encontra, portanto, o fundamento do seu caráter global na estrutura globalizante da extorsão da mais-valia. É só a partir daí que, para encerrar o processo, a mais-valia repartida é finalmente apropriada por capitalistas, ou grupos de capitalistas, particularmente considerados.

O montante da desvalorização do trabalho morto e dos resultados do trabalho vivo sofrida nas empresas menos produtivas é sempre superior ao montante do sobrelucro de que se beneficiam os capitalistas inovadores. Parte da mais-valia produzida nas unidades tecnologicamente retardatárias pura e simplesmente perde-se, não se realizando para ninguém.

Assim, além de serem apenas capazes de uma inferior taxa de exploração e de aparecerem prejudicados na repartição da mais-valia, os capitalistas não-inovadores sofrem ainda a destruição de parte do seu capital. A heterogeneidade do processo de desenvolvimento da produtividade acarreta tanto a repartição desigual de mais-valia como a não-realização definitiva de parte da mais-valia produzida. Ao mesmo tempo, porém, os mecanismos da mais-valia relativa suscitam uma produção de nova mais-valia incomensuravelmente superior à fração destruída, mas disso são os capitalistas das empresas mais produtivas que se aproveitam, e não os das retardatárias. Para estes, o aumento geral da produtividade implica uma perda relativa de capital, a que se acresce a perda absoluta. Os capitalistas inovadores beneficiam-se do lugar privilegiado na repartição da mais-valia e, encontrando-se em melhores condições para aplicar os mecanismos da mais-valia relativa, conseguem ampliar a escala de reprodução do capital. São eles que encabeçam o processo de concentração. Prevendo o momento em que ficará em situação desfavorável na competição pelo aumento da produtividade, cada capitalista ou grupo de capitalistas pode tentar antecipar-se, organizando a força de trabalho em turnos sucessivos, de modo a ocupar permanentemente as instalações e os meios de produção e abreviar assim a sua utilização plena relativamente ao momento em que forem desvalorizados pela introdução de inovações em empresas concorrentes. Ou ainda procede-se ao desconto decrescente do valor das instalações e meios de produção, pelo aumento contabilístico da parte do valor destes *inputs* que se considera passada ao *output* nos primeiros tempos de uso. Mas antecipações deste tipo só acabam, afinal, por abreviar o ciclo de vida útil de cada geração de meios de produção. As pressões resultantes da concorrência pela produtividade parecem obrigar inelutavelmente as empresas retardatárias a copiar as inovações introduzidas, ou ultrapassá-las criando tecnologias ainda mais avançadas. E, para aqueles capitalistas que não o conseguirem e se apropriarem apenas de um montante de mais-valia inferior à desvalorização de capital que sofrem, restará a solução da venda do estabelecimento ou até da falência. Os capitalistas das empresas mais produtivas, que graças à taxa superior de acumulação já encabeçavam a concentração do capital, passam deste modo a ficar também no primeiro plano da sua centralização, pois a ruína dos menos produtivos leva à diminuição do número de pólos acumuladores. Trata-se de dois processos distintos, mas cujo movimento é combinado, na crescente concentração e centralização do capital. Fica para os pequenos capitais a possibilidade de encabeçarem inovações tecnológicas nos ramos novos que se forem abrindo. A partir daí, porém, os mecanismos da produtividade arrastam nesses ramos a concentração e a centralização, segundo o modelo exposto. E, como é cada vez mais estreito o controle genérico que o grande capital exerce sobre a inauguração e o aproveitamento de novas tecnologias, os ritmos da

concentração e da centralização aceleram-se.

A repartição desigual da mais-valia exerce inexoráveis pressões sobre os estabelecimentos tecnologicamente retardatários, para que introduzam nos seus processos de trabalho a inovação até então restrita à empresa pioneira. Quando essa difusão ocorre, entra-se no segundo período, definido pela generalização do novo estágio tecnológico, de maneira que o tempo de trabalho socialmente considerado necessário corresponda, num número cada vez maior de unidades de produção, ao tempo de trabalho efetivamente incorporado. Quanto mais depressa uma empresa conseguir reproduzir plenamente as inovações, tanto mais os seus capitalistas se aproveitarão da repartição desigual de mais-valia, em detrimento dos que continuarem na situação de retardatários. A heterogeneidade do processo de aumento da produtividade, porém, com a conseqüente concentração e centralização de capital que ocasiona e o fundamenta, leva a que um número crescente de pequenas e médias empresas se arraste na transição do primeiro período para o segundo, sem conseguirem nunca remodelar os sistemas de fabricação. Quanto maior for o grau de oligopolização, tanto mais os capitalistas que dirigem as grandes empresas — e que nos estágios avançados do processo de concentração são gestores — podem planificar a sucessão dos ciclos tecnológicos de maneira a evitar, nas unidades econômicas que controlam, as perdas de valor. Como, nos ramos de produção já estabelecidos, são as grandes empresas as que mais facilmente introduzem inovações e delas se aproveitam, conclui-se que o ritmo do progresso tecnológico obedece cada vez mais estritamente aos interesses e às decisões da camada superior da classe gestorial. Esta elite consegue perpetuar o seu lugar privilegiado na repartição de mais-valia. Mantendo as grandes empresas a prática exclusividade das inovações nos ramos já estabelecidos, e conquistando-a cada vez mais rapidamente nos que forem desbravados pelo pequeno capital, podem com êxito impedir a remodelação tecnológica das outras unidades de produção. As grandes empresas perpetuam, assim, em seu benefício, o sistema de preços majorados de um sobrelucro acima do tempo de trabalho efetivamente incorporado nos produtos.

Para que tal defasagem se mantenha ao longo do tempo, é necessário que aquelas empresas incapazes de competir com as maiores no terreno da produtividade o façam no dos preços. Assim, no primeiro período, a empresa inovadora vende as unidades do seu *output* a um preço superior ao que corresponderia ao tempo de trabalho nelas efetivamente incorporado, mas inferior ao dos bens similares produzidos nas outras unidades econômicas. Na seqüência deste processo, os preços praticados pelo estabelecimento inovador — ou pelo pequeno número das demais grandes empresas que copiaram a inovação —, continuando superiores ao tempo de

trabalho incorporado nos produtos a que correspondem, são idênticos ou até superiores também aos preços praticados pelas pequenas empresas, embora continuem a ser inferiores aos que corresponderiam ao tempo de trabalho efetivamente incorporado nesses produtos das empresas menos produtivas. A manutenção desta situação é possível porque, apesar de estes estabelecimentos praticarem preços mais baixos, a sua menor produtividade impede-os de aumentar o *output* e de conquistar mercado. Neste contexto, a competição no nível dos preços representa uma completa inversão da concorrência clássica. Não se destina a pressionar pela igualização dos sistemas de produção, mas resulta precisamente da intransponibilidade dos obstáculos erguidos a essa homogeneização. O que aparece agora como concorrência é, mais exatamente, a incapacidade por parte das pequenas empresas de evitar a fuga de valor em direção às maiores; portanto, a única alternativa ao fechamento e à falência, ou à incorporação num dos oligopólios, consiste na fixação de preços que, para serem iguais ou inferiores aos praticados pelos estabelecimentos mais produtivos e permitirem manter um certo lugar no mercado, têm também de ser mais baixos do que os que corresponderiam ao tempo de trabalho efetivamente incorporado nestes bens. É este o processo como se formam os preços oligopolistas e passam a dominar o mercado. Tais preços representam, em suma, a fixação de um dado número de orientações na repartição da mais-valia, que a veiculam sempre em benefício de certos grandes capitalistas e em detrimento dos restantes. Uma vez mais se confirma que o tipo de concorrência capitalista não só não se revela contraditório com a tendência à oligopolização, como até a fundamenta e desde o início que a supõe.

A transformação da concorrência, com a sua passagem do campo da produtividade para o dos preços, implica que as pequenas empresas vendam sistematicamente as unidades do seu *output* a um preço inferior ao que deveria corresponder ao tempo de trabalho nelas efetivamente incorporado. Como já indiquei, a defasagem será tanto mais possível quanto maior for a fração do tempo de trabalho constituída por mais-valia, o que leva estes capitalistas a procurar compensar a sistemática deficiência na realização com um acréscimo na exploração. Mas, como isto resulta precisamente da incapacidade de recorrerem aos mecanismos da mais-valia relativa ou, pelo menos, ao seu pleno funcionamento, a via que se lhes oferece é a da mais-valia absoluta. A partir desse momento encontram-se fixadas as posições de cada interveniente, pois, quanto maior é o componente de mais-valia absoluta, tanto menos um processo de trabalho consegue adotar as tecnologias de ponta. E uma vez mais parece poder concluir-se, através da análise dos progressos da produtividade, que o desenvolvimento da mais-valia relativa se articula com formas de mais-valia absoluta, preservando-as em vez de as eliminar. Enquanto a

concentração prossegue no nível de toda a economia, a centralização, na sua forma estritamente jurídica, passa a incidir especialmente na esfera onde opera a mais-valia relativa e as empresas em que vigora o outro tipo de exploração são sobretudo dominadas por meios econômicos indiretos.

Podemos entender agora a necessidade de manter como categoria de análise o tempo de trabalho efetivamente incorporado em cada unidade de *output*, sem deixarmos por isso de definir o valor, na sua segunda determinação, pelo tempo de trabalho socialmente necessário. É pela simultânea utilização de ambas as categorias, não anulando uma a outra, que se pode elaborar o modelo de repartição da mais-valia baseado na concorrência na esfera da produção. Quando refiro o tempo de trabalho efetivamente despendido, não aludo, nem nunca o faço neste livro, a qualquer atividade individual, que não tem cabimento no presente sistema econômico, fundado precisamente na ação da força de trabalho como coletivo; no capitalismo o conceito de *trabalhador* apenas pode referir-se à integração num conjunto social. O que pretendo agora é afirmar a simultânea existência de diversos conjuntos de trabalhadores, incluídos na classe globalmente considerada. Num processo de desenvolvimento da produtividade caracterizado pela heterogeneidade, ao mesmo tempo que as empresas mais produtivas definem o que vem a ser considerado como o tempo de trabalho necessário, subsistem e perpetuam-se outros graus de produtividade, em que se recorre a outras técnicas e a diferentes tipos de organização da mão-de-obra. Aqui se insere a problemática dos diferentes graus de exploração existentes no seio da classe trabalhadora. O tempo de trabalho que foi efetivamente despendido numa dada linha de produção, quando não redunde em benefício dos capitalistas que diretamente a controlam, não deixa por isso de ter sido extorquido àquela força de trabalho. Do mesmo modo, se o tempo de trabalho incorporado em um bem não vier a ser realizado, perderá a realidade para o conjunto dos capitalistas, mas não deixará por isso de ser muito real para a força de trabalho que já o despendeu. Só tendo isto em conta podemos avaliar as taxas de exploração a que estão sujeitos os vários grupos de trabalhadores e, como vimos, o desenvolvimento do capitalismo tem até agora mantido, ou mesmo consolidado, a diversidade dos regimes de exploração. As taxas de lucro, por seu lado, referem-se sempre ao valor tal como é definido na sua segunda determinação. Não tenho, ao longo deste capítulo, senão procurado traçar o quadro em que se articulam os movimentos das taxas de lucro com os das taxas de exploração.

O problema da articulação entre diferentes taxas de exploração decorre de uma questão fundamental: a variedade nas formas de organização reivindicativa e nas capacidades de luta da força de trabalho, que lhe tem conferido até hoje uma atuação fortemente heterogênea, da qual

resulta para o capitalismo a possibilidade de conjugar a mais-valia relativa com a absoluta. Em última análise, é porque os tipos de luta dos trabalhadores das unidades econômicas tecnologicamente retardatárias o permitem que nestas possa continuar a extorsão da mais-valia absoluta. Em muitos casos, porém, sobretudo quando empresas ou grupos de empresas menos produtivas operam em regiões economicamente muito desenvolvidas, é mais fácil que os seus trabalhadores se oponham eficazmente à extensão ou intensificação da jornada. Os capitalistas das unidades de produção retardatárias vêm-se, então, impedidos de compensar pelo reforço da mais-valia absoluta a sua situação desfavorável na repartição dos frutos da exploração e, ao mesmo tempo, torna-se-lhes mais difícil ainda ultrapassar os obstáculos que impedem o acesso às tecnologias inovadoras. Ficam condenados à falência. A repetição deste processo aumenta a centralização do capital nesta esfera e, portanto, amplia o âmbito dos mecanismos das grandes empresas, ou seja, o âmbito da mais-valia relativa. Assim, é a heterogeneidade na contradição fulcral entre as classes que condiciona os tipos de repartição da mais-valia que irão se verificar entre os capitalistas. Uma vez mais, a repartição da mais-valia remete para a sua extorsão.

Este modelo tem implicações teóricas que devem ser assinaladas. Define-se para um fenómeno um carácter social desde que ocorra em inter-relação. Para Karl Marx, a inter-relação econômica se estabeleceria no mercado; na esfera da produção, os bens apenas antecipariam o carácter social, em função de uma futura sociabilização na esfera da circulação. Porém tenho procurado mostrar como o capitalismo em desenvolvimento é impensável se não admitimos a integração dos vários processos produtivos. É aí, e não na posterior esfera do mercado, que tem lugar a competição entre capitalistas. A concorrência pela realização dos valores criados começa por se exercer, antes de tudo, nos mecanismos da produtividade, ou seja, diretamente na produção. Em primeiro lugar, como são os mecanismos da produtividade que asseguram o próprio funcionamento da mais-valia relativa, conclui-se que é imediatamente a partir do processo de exploração que ocorre a repartição entre os capitalistas da mais-valia extorquida. Em segundo lugar, como a heterogeneidade no desenvolvimento da produtividade implica bloqueios e, portanto, áreas de expansão da mais-valia absoluta; e, como a articulação entre ambos os tipos de extorsão da mais-valia sustenta importantes formas da sua repartição, conclui-se também que esta ocorre imediatamente a partir da exploração. E, em terceiro lugar, como o processo de desenvolvimento da produtividade é ele próprio o campo da concorrência intercapitalista, conclui-se que os mecanismos da produtividade constituem o fundamento dos mecanismos de repartição da mais-valia. No capitalismo, é devido à concorrência na produção que os produtos são sociabilizados no mesmo processo pelo qual são produzidos, antes portanto

de alcançarem a esfera do mercado. Esta é meramente acessória, de antemão determinada na esfera da produção e, por isso, os mecanismos da circulação são, neste modelo, constituídos fundamentalmente pela repartição intercapitalista da mais-valia, a qual decorre da concorrência na produção.

Nos modelos de Karl Marx, detecta-se claramente uma certa ambigüidade, ou indefinição, quanto ao campo de inter-relacionamento das classes sociais, que ele tanto situa na extorsão da mais-valia como na concorrência no mercado. Na forma como admito aqui a integração econômica, porém, há apenas um lugar fundamental de inter-relação social, que é o da produção e extorsão de mais-valia. Por isso pude iniciar este livro escrevendo que a produção da mais-valia se encontra no centro da vida econômica e social. As relações entre as classes estabelecem-se diretamente, e não mediante a circulação de bens já produzidos, daí que as classes se tornem coletivos em função do processo contraditório comum, podendo cada classe definir-se apenas em oposição às outras, e não substantivamente. A concorrência entre os capitalistas pela repartição da mais-valia não se compreende, em suma, separadamente da luta entre trabalhadores e capitalistas quanto à produção e extorsão da mais-valia.

4.2. Desigualdade na repartição da mais valia

A repartição da mais-valia opera-se pelos mecanismos da concorrência na produção. Como os processos produtivos se integram reciprocamente, não numa homogeneidade indiferenciada, mas numa diversidade hierarquizada, que se caracteriza fundamentalmente pela articulação entre as CGP e as UPP, conclui-se ser esta articulação crucial para explicar a repartição da mais-valia. A concorrência na produção é, nos seus aspectos decisivos, uma concorrência no relacionamento entre várias CGP e entre CGP e UPP. Quanto mais completamente uma empresa se aproveitar dos efeitos tecnológicos de uma CGP, quer porque adequa os seus próprios processos de fabricação de modo a beneficiar-se ao máximo da variedade daqueles efeitos, quer porque exclui outras desse aproveitamento, ou da sua utilização plena, quer por uma combinação destes fatores, tanto mais nela repercute o aumento geral da produtividade. Ora, as CGP definem-se precisamente por surtirem efeitos em maior número e com uma gama mais variada, o que significa que o seu cabal aproveitamento só pode ser conseguido pelas empresas que desenvolverem uma pluralidade de linhas de produção de bens e serviços, que deverão ainda ser relativamente versáteis. E isto é impossível sem um forte

grau de concentração do capital. Portanto apenas uma minoria de empresas consegue beneficiar-se plenamente da relação com as CGP. Este é o quadro de um incontável número de variantes, de todas resultando a mesma consequência geral: assim como a integração econômica se caracteriza pela diversidade hierarquizada, também o seu funcionamento e, portanto, a repartição da mais-valia têm como característica a pluralidade de situações e a hierarquia entre elas. Aquelas empresas que mais estreitamente se relacionam com dadas CGP e com as instituições políticas centralizadoras e coordenadoras dos processos econômicos são as que aparecem em primeiro plano no desenvolvimento geral da produtividade e, assim, ocupam o lugar de ponta nos mecanismos da mais-valia relativa. São, por isso, as que maior capacidade revelam para assimilar e recuperar as lutas dos trabalhadores, reproduzindo e amplificando deste modo a desigualdade da situação inicial. A hierarquia estabelecida entre as empresas em virtude do grau de aproveitamento dos efeitos tecnológicos de cada CGP implica uma idêntica hierarquia no processo de concorrência na produção e, portanto, na repartição da mais-valia. A desigualdade é, assim, uma característica estrutural da repartição da mais-valia, verificável desde o próprio início do capitalismo e que se acentua com o desenvolvimento deste modo de produção. Não se trata de oscilações em torno de um termo médio, anuláveis reciprocamente pelo seu movimento combinado. O sistema baseia-se na desigualdade, e não em movimentos compensatórios, desprovidos aqui de qualquer sentido.

Uma taxa média de lucro, enquanto nivelamento das taxas de lucro, é um mito. A relação que Marx estabelecia entre o valor e a taxa de lucro, ou seja, entre, por um lado, a soma do capital constante utilizado, do capital variável e da mais-valia e, por outro lado, a soma desse capital constante e do variável com a mais-valia finalmente atribuída, encontra o correspondente, no modelo que aqui apresento, na relação entre a primeira e a segunda determinações da lei do valor. Com uma grande diferença, porém. Nas teses que proponho, pelas quais a desigualdade e a hierarquização constituem a regra da concorrência na produção, existem permanentemente defasagens que impedem a generalização de cada estágio da produtividade e que, portanto, perpetuam os mecanismos do sobrelucro e da repartição desigual da mais-valia. Há e haverá capitalistas e grupos de capitalistas a se apropriarem de montantes de mais-valia proporcionalmente superiores aos que cabem a outros, sem que se verifique qualquer tendência para um equilíbrio final — bem ao contrário. Não existe, pois, qualquer taxa média de lucro que corresponda a uma situação real, nem sequer a um movimento tendencial. A taxa média de lucro não passa de um exercício aritmético *a posteriori*, cuja única utilidade possível será, quando muito, a de ajudar a avaliar a desigualdade real na repartição da mais-valia. Argumentava Karl

Marx, no capítulo VIII do Livro III da sua obra maior, que, se capitais com diferentes composições orgânicas produzissem a mesma mais-valia ou lucro, não se poderia então afirmar que a mais-valia e, portanto, o valor têm como origem o dispêndio de tempo de trabalho. Esta objeção não é válida para o modelo que apresento, pois concebo a mais-valia como produzida globalmente e globalmente apropriada, num primeiro movimento, pela totalidade de capital; só em seguida ocorre a repartição e, posteriormente, a apropriação final por capitalistas e grupos de capitalistas particularmente considerados. E é a esta última apenas que o argumento de Marx se refere, perdendo por aí o sentido.

No emaranhado de contradições em que consistem as suas várias teses sobre a repartição da mais-valia, Marx inclinou-se geralmente para um modelo cujo passo inicial é a apropriação por cada capitalista ou grupo de capitalistas da mais-valia produzida nas empresas que diretamente controlam, servindo os mecanismos da repartição para, num passo seguinte, corrigir essa apropriação particular inicial. A taxa média de lucro representava, pois, para Marx, não um mero termo de comparação calculado *a posteriori*, mas o resultado efetivo de um mecanismo econômico que considerava real. Na tentativa de estabelecê-la, Marx assimilou ilegitimamente a relação entre várias empresas distintas, caracterizadas por diferentes composições orgânicas, à relação entre vários departamentos técnicos de uma mesma empresa. Deste modo, anulou a condição básica para poder ocorrer qualquer repartição da mais-valia, que é a da existência simultânea de uma pluralidade de pólos de apropriação do capital; entre os departamentos de uma mesma unidade de apropriação não se coloca qualquer problema de repartição de mais-valia. Ficou assim escamoteada a exposição e análise do movimento que daria realidade ao pretense nivelamento. Marx remeteu-o para a forma geral da concorrência, que se escusou de descrever e de examinar porque constitui um lugar-comum econômico e, como tal, todos julgam saber do que se trata; e, como era aos mecanismos livre-concorrenciais que se referia, os quais são um mito sem realidade efetiva, Marx pôde então justificar um resultado inexistente recorrendo a um processo imaginário. A concorrência, afirmou Marx, levaria os capitais a mover-se para os ramos onde a composição orgânica é inferior à média e que ele considerava que iriam assegurar maiores lucros; devido a esse afluxo de capital, os lucros baixariam, até se nivelarem pelo lucro médio, correspondente ao dos ramos com uma composição orgânica média; resultaria daqui a repartição da mais-valia em função do montante de capital avançado, qualquer que fosse a composição orgânica deste. Porém, na concepção defendida por Marx, a concorrência entre capitais, que levaria à igualização das taxas de lucro, não afetaria a diferença real entre as composições orgânicas; a concorrência nivelaria os lucros

e não as composições orgânicas. Com lápis, papel e paciência é possível alinhar exemplos de ramos de produção que, com diferentes composições orgânicas e com a mesma taxa de mais-valia, obtenham, graças a diferentes defasagens dos preços relativamente aos tempos de trabalho incorporados nos produtos, uma mesma taxa de lucro. Karl Marx jamais conseguiria, no entanto, demonstrar com exemplos da vida econômica real como é que capitais afluem a um ramo com composição orgânica média, sem que as suas composições orgânicas entrem também em convergência. Além disso, o pretense movimento de capital em direção a ramos com inferior composição orgânica é absolutamente contraditório com o movimento real, pelo qual os capitais se deslocam, ou procuram deslocar-se, no sentido da maior produtividade, que pressiona pelo aumento da composição orgânica. Na concepção defendida por Marx, os ramos com baixa composição orgânica atrairiam os capitais porque seria aí que se verificariam inicialmente os maiores lucros. Desmentido na prática por todo o desenvolvimento econômico, este pressuposto constitui um novo exemplo da importância que Karl Marx atribuía à mais-valia absoluta para contrariar a baixa tendencial da taxa de lucro. Julgo ter mostrado já como os mecanismos que atenuam ou invertem essa tendência decorrem, todos eles, do aumento da produtividade em processos econômicos integrados. É para os ramos com composição orgânica superior, e não inferior, que o capital tende a afluir, porque é neles que encontra as condições de produtividade mais favoráveis para o declínio dessa mesma composição orgânica. A concepção de concorrência com que Marx tentou justificar o pretense nivelamento das taxas de lucro só pode ter lugar num modelo em que as unidades de produção sejam reciprocamente indiferenciadas, escamoteando-se a problemática da diversificação e da hierarquização na integração econômica e concebendo-se a sociabilização do produto como ocorrendo apenas na esfera da circulação. Em suma, a tese do nivelamento das taxas de lucro é mais um aspecto do mito da livre-concorrência.

A desigualdade na repartição da mais-valia é estrutural, o que significa que, sendo contemporânea do início do capitalismo, acentua-se ao longo do seu desenvolvimento. A concorrência na produção é uma faceta dos mecanismos gerais da produtividade e, assim, o agravamento da desigualdade na repartição da mais-valia constitui um dos elementos daquele complexo de efeitos que inclui o reforço da integração econômica e a crescente concentração do capital, o prevailecimento do Estado A, a hegemonia social dos gestores. Quanto maior é a concentração de capital, tanto mais plena e intensamente as grandes empresas resultantes desse movimento podem beneficiar-se dos efeitos tecnológicos das CGP com que se relacionam. Desenham-se sempre fortes pressões para levar certas CGP a reduzir os preços

daqueles bens que sirvam de *input* a um mais vasto leque de empresas, as quais, ao mesmo tempo, diversificam a sua capacidade, de maneira a aproveitarem-se deste estímulo à produtividade globalmente considerada. Escrevi há pouco que, quanto maior uma empresa fosse e mais variedade e versatilidade conseguisse nas suas linhas de produção, tanto mais plenamente se beneficiaria dos efeitos suscitados pelo relacionamento com as CGP. Ora, as economias de escala funcionam aqui e, como o montante de capital necessário diminui relativamente à medida que aumenta a intensidade do aproveitamento das CGP, as grandes empresas, que se relacionam mais estreitamente com as CGP, apesar de disporem de enormes capitais, necessitam deles num volume proporcionalmente menor do que o requerido pelas pequenas empresas que detêm capitais reduzidos e se beneficiam menos intensivamente dos efeitos das CGP. Deste modo, a desigualdade na repartição da mais-valia resultante do processo de concentração do capital agrava-se a si própria.

Além disso, o processo geral de aumento da produtividade dá às grandes empresas possibilidades crescentes para excluir as restantes da plena utilização, ou até de qualquer aproveitamento, de múltiplas CGP. Enquanto coube ao Estado R o papel mais ativo na centralização e coordenação econômicas, as CGP estavam direta ou indiretamente sob a alçada deste tipo de aparelho político. Para mantê-las e, em tantos casos, para criá-las, o Estado R cobra impostos entre a generalidade dos capitalistas. Mas, mesmo que a carga fiscal seja proporcional ao montante de capital detido por cada capitalista ou grupo de capitalistas, não o é o grau em que cada empresa pode aproveitar-se das CGP. Assim a defasagem entre os custos de financiamento das CGP e os benefícios decorrentes da sua utilização reproduzem a hierarquia intercapitalista na repartição da mais-valia e agrava-a suplementarmente. E a discrepância acentua-se ainda, pois aqueles capitalistas que mais diretamente conseguem relacionar-se com os órgãos centralizadores e coordenadores da vida econômica impõem aos restantes uma série de condições desfavoráveis. Basta, por exemplo, a autorização para instalar uma empresa em dada zona, para que ela se assegure da primazia no acesso a certas CGP. A obtenção de privilégios pode, aliás, ser mais sutil mediante a orientação da carga tributária. Se esta for distribuída com homogeneidade, mas as CGP tiverem, como têm necessariamente, uma implantação heterogênea, e desde que o sistema de preços não lhes igualice os efeitos, então sairão beneficiados os capitalistas de certos ramos e áreas, em detrimento dos outros. Em conclusão, enquanto prevalece o Estado R, é pela desigualdade na relação entre o financiamento e a utilização das CGP que sobretudo se explicam os mecanismos da desigual repartição da mais-valia.

O progressivo reforço e, depois, a hegemonia do Estado A tem permitido às grandes empresas, cada vez mais intimamente associadas entre si, o controle imediato sobre a utilização de CGP que elas próprias constroem e cujas condições de acesso regulamentam diretamente. A desigualdade na relação entre o financiamento das CGP e o seu aproveitamento passaram desde então a acrescentar-se outras formas de hierarquização. Aquelas empresas que, enquanto unidades de propriedade, englobam CGP ou mais de perto as controlam podem, mediante exigências contratuais ou pela manipulação dos termos acordados, onerar, restringir ou até bloquear o relacionamento de outras empresas com essas CGP. Ora, funcionando as CGP como um acelerador e um generalizador dos mecanismos da produtividade, se o seu acesso for dificultado a certas empresas, estas ficarão com a sua produtividade em grande medida bloqueada. Entrou-se assim no estágio em que os sobrelucros se perpetuam como preços oligopolistas e em que, na desigual repartição da mais-valia, as posições começam a fixar-se. A roda da fortuna, que antes compensava a desigualdade estrutural com uma certa variedade de condições em que sucessivamente colocava boa parte dos capitalistas, gira agora apenas para as camadas inferiores do capital. Só aí podem ainda abrir-se as perspectivas da falência, ou de uma rápida ascensão pela inauguração de novos ramos de produção. E, mesmo assim, promoções deste tipo têm limites estreitamente marcados pelo controle que as maiores empresas mantêm sobre o processo global de inovação tecnológica. As esferas do grande capital, nomeadamente da elite dos gestores, que neste estágio comanda a economia, encontram-se socialmente fixadas, detentoras perenes de uma posição de privilégio na utilização das CGP e, deste modo, orientando definitivamente em seu benefício a repartição da mais-valia. Por isso, nesta fase em que o Estado A conduz a transformação dos aparelhos políticos, a forma mais genérica de desigualdade na distribuição dos frutos da exploração passou a resultar da divisão do capital numa categoria superior, que cabe aos que diretamente administram as grandes empresas e, em geral, detêm o controle efetivo dos processos econômicos, e numa categoria inferior, constituída pelos juros pagos aos depositantes individuais e pelos dividendos atribuídos às pequenas frações particulares de capital. Foi esta, até hoje, a etapa decisiva no agravamento da desigualdade intercapitalista. E é curioso observar que, por três vezes no Livro III de *O Capital*, no fim do capítulo XIV, brevemente na alínea final do capítulo seguinte e numa passagem ainda do capítulo XXVII, Karl Marx excluiu deliberadamente as sociedades por ações do seu modelo do nivelamento, afirmando que elas não intervêm necessariamente na igualização da taxa geral de lucro. Daí concluía Marx que, encontrando-se as mais elevadas composições de capital entre as sociedades por ações, a exclusão deste tipo de sociedades contrariava a baixa da taxa de lucro. Se assim fosse, então este movimento tendencial não teria

lugar no capitalismo em desenvolvimento, no qual a multiplicação das sociedades por ações é um fator primordial! Nesta espantosíssima tese de Marx, que exclui as formas mais dinâmicas de apropriação do capital, tanto dos mecanismos do relacionamento entre capitalistas como da lei tendencial do modo de produção, está involuntariamente implícita a confissão de que o seu modelo de repartição da mais-valia não serve para analisar uma economia em desenvolvimento.

A evolução do capitalismo acentua a desigualdade na repartição da mais-valia, mas qual o critério desta desigualdade? Os mecanismos até aqui analisados poderão descrever como a mais-valia é canalizada para uns em detrimento de outros, mas isso não basta para entendermos por que são dados capitalistas ou grupos de capitalistas, particularmente considerados, e não os restantes, que ocupam o lugar de destaque nos ramos e empresas beneficiados. Obtém-se o controle dos lugares-chave na economia mediante os aparelhos de poder. É porque a repartição da mais-valia decorre da sua produção que o político se integra na esfera do econômico. Mas quais são as vias e os critérios que asseguram a um dado capitalista, ou grupo de capitalistas, o domínio político? Numa obra já publicada há mais de uma década, propus o gangsterismo como modelo dos mecanismos de controle sobre o econômico, sem querer insinuar que toda a ação política se lhe resumisse. Bem ao contrário, o campo que se oferece à criminalidade organizada não ultrapassa uma parcela diminuta dos aparelhos de poder. Mas, constituindo uma forma extremada de ação do político sobre o econômico porque, por definição, é uma economia da ilegalidade, pode servir-nos como que de lupa social, ampliando processos que na esfera política restante apenas se esboçam e permitindo, assim, examiná-los e defini-los melhor. Tantos anos passados sobre a sua apresentação, tenho de confessar que este hipotético modelo se encontra no mesmo estado em que primeiro o esbocei. Só uma vastíssima coleta de dados empíricos permitirá testá-lo e, eventualmente, assentá-lo em bases sólidas. Mas este não me parece trabalho para uma só pessoa. Muitos esboços e análises parcelares, muitas tentativas frustradas de generalização serão necessários até que surja, com o devido grau de síntese, o novo *Príncipe*, a explicar-nos as regras da utilização do político que abrem a uns poucos o acesso, no econômico, às hierarquias superiores na repartição desigual da mais-valia.

Não creio, porém, que o caráter inacabado deste modelo lhe comprometa o fundamento. O seu lugar e o perímetro estão marcados, bem como o sistema de funcionamento de vários dos seus mecanismos.

5. Dinheiro

5.1. Função do dinheiro

Fundamentando-se em um antagonismo social e desenvolvendo-se mediante a recuperação dos seus efeitos, o capitalismo é um sistema estruturalmente desequilibrado e com permanentes defasagens. A contradição inerente ao processo de exploração estabelece o quadro genérico no interior do qual se multiplicam os desequilíbrios e as irregularidades do funcionamento econômico.

Ambos os pólos da mais-valia encontram o seu valor definido pelo mesmo critério, o do tempo de trabalho incorporado. Mas a defasagem qualitativa que se opera no dispêndio de tempo de trabalho, entre a sua porção paga e a não paga, faz com que a força de trabalho, pela mesma ação com que incorpora valor, seja capaz de instaurar a defasagem quantitativa entre o seu próprio valor e o do produto. A homogeneidade teórica da esfera dos valores, resultante do emprego de um só critério de definição, tem como fundamento a defasagem prática do processo de exploração. Enganam-se, por isso, todos aqueles marxistas, e são a esmagadora maioria, que a partir da homogeneidade teórica dos valores deduzem a possibilidade de os exprimir mediante um sistema numérico único e homogêneo. Não se distinguem aqui dos demais economistas acadêmicos, para quem apenas é pertinente aquilo que é mensurável e que empregam exclusivamente sistemas de medida previamente estabelecidos. Na verdade, a questão central reside na escolha desses sistemas, que deixa implícita a sua pretensa homogeneidade. Partindo do princípio de que só é real o que puder ser medido, os economistas acadêmicos selecionam aquilo que pretendem apresentar como real mediante o emprego de sistemas de mensuração restritos, que desde o início excluem os fatores cuja realidade se procura negar ou, mais exatamente, sobre a qual se pretende até não refletir. Apesar das muitas diferenças que as separam, tanto as correntes majoritárias no marxismo como as várias outras correntes acadêmicas estão de acordo num pressuposto: o de atribuir à realidade econômica — que para os marxistas é a esfera dos valores — uma pretensa homogeneidade numérica. Pretendo mostrar que, ao contrário, precisamente porque resulta da ação de uma força de trabalho explorada, a homogeneidade teórica dos valores constitui-se em permanentes defasagens qualitativas e quantitativas.

E, como essa ação da força de trabalho é de antemão indeterminável nos seus resultados exatos, como a capacidade criativa de valor por parte dos trabalhadores, sendo inseparável de qualquer das múltiplas manifestações da luta de classes, não dá origem a quantidades fixas, então este quadro não só é estruturalmente desequilibrado mas, além disso, é aberto e sempre variável. As defasagens e o seu caráter irregular e imprevisível caracterizam o capitalismo. O desequilíbrio estrutural não é meramente sincrônico mas, pela sua imprevisibilidade, projeta-se diacronicamente.

Nesta projeção, o desenvolvimento capitalista é sinônimo da mais-valia relativa. Ora, ao mesmo tempo que permite uma quantidade crescente de novos valores, o aumento da produtividade implica a permanente desvalorização dos produtos resultantes dos estágios tecnológicos anteriores, quer se trate de bens materiais e serviços, quer da desvalorização da força de trabalho em exercício pela entrada em atividade de uma nova geração de trabalhadores mais qualificados. Apenas uma parte desta desvalorização resulta no sobrelucro de que se beneficiam os capitalistas que controlam as empresas tecnologicamente inovadoras. A parte restante implica uma perda de valores, não realizados em proveito de nenhum capitalista. Assim, os mesmos mecanismos que asseguram a criação exponencial de valor acarretam, ao mesmo tempo, perdas de valor. É por isso desprovida de fundamento a equivalência que Karl Marx tão freqüentemente estabeleceu — embora ocasionalmente compreendesse também o contrário — entre o valor do *output* total e a soma total dos preços. Se essa equivalência não tem razão de ser, perde então qualquer validade a concepção dos preços particulares como expressão, direta ou transformada, dos valores particulares; só uma correspondência global entre ambos os conjuntos poderia justificar a pretensa relação expressiva entre as parcelas componentes de um e outro. E, se é impossível conceber a multiplicação do conjunto de valores, graças à mais-valia relativa, sem ao mesmo tempo constatar as permanentes perdas de valor, então uma vez mais se conclui que a esfera dos valores não encontra expressão em qualquer sistema numérico homogêneo. Aliás, como toda a variação do valor num dado estágio tecnológico repercute sobre o dos produtos já existentes, o movimento recíproco ao da perda de valor verifica-se também. Quando, por qualquer razão natural ou econômico-social, as condições de produção de um dado bem são dificultadas e a produtividade declina, aumentando o valor de cada um dos bens daí em diante produzidos, acresce igualmente o valor atribuído aos bens do mesmo tipo resultantes das condições anteriores. Torna-se, por isso, duplamente impossível estabelecer qualquer equivalência entre o valor do *output* global e a soma total dos preços.

Além disso, a regra sem exceção é a heterogeneidade dos múltiplos processos em que

consiste o desenvolvimento geral da produtividade, pois ocorre num sistema de integração econômica diversificada e hierarquizada, dentro do qual tem lugar a concorrência intercapitalista na produção e a desigual repartição da mais-valia. Uma vez mais com o desequilíbrio sincrônico se articula o diacrônico, devido às permanentes alterações no ritmo de cada processo de produtividade e também às defasagens que entre eles se verificam.

A ocorrência de crises nada altera neste panorama. Cada crise deve ser entendida como um ponto de precipitação das contradições que o capitalismo apresenta em qualquer dos seus outros momentos. Na crise agravam-se as condições de funcionamento do sistema e as suas causas são as do próprio sistema; a sua especificidade, enquanto retração do capital, é a de generalizar a desvalorização, a qual, em âmbito mais reduzido, é um aspecto sempre indissociável do processo de aumento da produtividade. E também durante uma crise os ritmos de desvalorização não são nem regulares, nem simultâneos. As defasagens e as irregularidades que então se verificam constituem repercussões específicas dos desequilíbrios estruturais.

E porque este desequilíbrio estrutural se deve ao carácter antagónico e contraditório das relações sociais, a sua vigência em nada é determinada, ou sequer condicionada, pelo aspecto físico dos produtos económicos. Cada bem particularmente considerado, quer passe por uma série de transações, quer se mantenha na posse de um mesmo capitalista que o empregue em dado processo de fabricação, pode servir de suporte a sucessivos preços, mais altos ou mais baixos, numa seqüência de antemão imprevisível e com amplitudes de variação menos antecipáveis ainda. Nem há correspondência entre um produto resultante de um dado estágio tecnológico e os valores que posteriormente lhe possam ser atribuídos; nem entre cada um desses valores e cada um dos preços a que o produto serve de suporte. Sob este ponto de vista, o que, nos termos de Karl Marx, constitui a problemática da "transformação dos valores em preços", circunscreve-se, no modelo que aqui proponho, à passagem da esfera da extorsão da mais-valia para a esfera da sua repartição intercapitalista. Como mostrei na seção anterior, os capitalistas apoderam-se primeiro globalmente da mais-valia produzida pela totalidade da classe trabalhadora, para em seguida a repartirem entre si, até a apropriação final, por cada um, da fração que lhe corresponder. Não há, neste modelo, nenhuma relação expressiva, direta ou transformada, entre o valor de um dado bem e qualquer dos seus preços possíveis. Nego, assim, que a esfera do valor possa ser expressa por um sistema numérico homogêneo, que seria o sistema dos preços. Mas, ao fazê-lo, dou azo a um outro problema: o sistema dos preços recorre, para vigorar, ao emprego do dinheiro. As formulações marxistas clássicas que referem a "transformação dos valores em preços" analisam, na verdade, a pretensa passagem de valores

estabelecidos em termos de tempo de trabalho para os outros que tomam como padrão unidades monetárias. Ora ao negar a correspondência expressiva entre um dado valor e uma dada quantia em dinheiro, que função atribuo então à esfera monetária?

O dinheiro é — no capitalismo, e é dele só que aqui me ocupo — a condição para o funcionamento dos desequilíbrios, das defasagens e das imprevisíveis irregularidades. O dinheiro não constitui apenas, como bem definiu Keynes, um elo entre o presente e o futuro; possui essa função diacrônica porque é a condição operacional dos desequilíbrios estruturais. Montantes de dinheiro não constituem nem expressões diretas, nem transformadas ou deturpadas de valores. O dinheiro, no capitalismo, é o agente do relacionamento entre valores, em cada momento e ao longo do tempo. Os tipos de dinheiro que desde o início deste modo de produção mais rapidamente proliferaram e ampliaram o seu âmbito, até alcançarem a exclusividade, constituem a condição para que, num sistema permanentemente desequilibrado e variavelmente defasado, os valores possam relacionar-se entre si. Defino os preços como a realização monetária de dadas relações sociais, que tem por suporte os produtos. Nesta perspectiva, a problemática dos preços encontra outra razão de ser. O dinheiro não constitui, nos preços, nem um decalque, nem uma aparência dos valores. Não é cada valor que se transforma em um preço; são as relações sociais determinantes dos valores que requerem o dinheiro, na forma dos preços, para poderem conjugar-se de maneira desequilibrada e defasada.

O dinheiro também não é, como tantas vezes julga uma concepção superficial da vida econômica, o lugar das crises possíveis. Ele é uma condição operacional adequada à existência de crises, tal como permite o funcionamento de todas as formas de defasagem e de irregularidade que caracterizam qualquer momento da vida econômica. Aliás, os surtos especulativos e as catástrofes financeiras só ocorrem quando a realidade não confirma as previsões, ou seja, quando a taxa de crescimento fica muito aquém do suposto e o acréscimo da emissão monetária ultrapassa o acréscimo do *output*. Apenas por moralismo tantos economistas podem começar nessa altura a apelidar de “especulação” o que até então havia sido considerado como “mobilização útil das poupanças”. Não é a especulação que atrai capitais que, se não fossem por ela seduzidos, encontrariam emprego na reprodução em escala ampliada da economia. A ordem dos fatores é inversa. É porque, em certos momentos, os capitais não encontram outra aplicação que se lançam na especulação, a qual constitui, a curto prazo, um dos elementos da desvalorização genérica do capital.

Em suma, na articulação entre a esfera monetária e a esfera dos valores, devemos raciocinar exclusivamente em termos de séries, e não de montantes. O dinheiro não existe sobre

os valores, mas na irregularidade das relações entre eles. O emprego de dinheiro permite, mediante as séries dos preços, as defasagens e desequilíbrios entre valores contemporâneos e entre valores sucessivos, o que quer dizer que possibilita praticamente a contraditoriedade e as transformações irregulares das relações sociais que suportam essas cadeias de valores. Não é uma dada soma de unidades monetárias que se refere a um valor qualquer. Um montante monetário, ou seja, um preço, só adquire significado quando integrado numa sucessão de outros preços e quando comparado com outras cadeias de preços, nos movimentos defasados e irregulares que permanentemente alteram essas séries e as relações entre elas. O significado do dinheiro não reside em cada um dos atos do seu emprego, mas precisamente nas variações que ocorrem de ato para ato. É nelas que o dinheiro cumpre a sua função prática. Resumindo, o dinheiro, no capitalismo, só tem significado como unidade para o estabelecimento de preços; os preços não têm qualquer realidade isoladamente, mas apenas em séries; as séries de preços, na sua heterogeneidade e nas suas variações, são a condição operacional dos desequilíbrios estruturais da esfera dos valores e das relações sociais que os fundamentam. O dinheiro não exprime os valores; permite o funcionamento desequilibrado e imprevisível deste modo de produção.

A abordagem dos fenômenos monetários que aqui proponho escapa inteiramente ao dilema que tem polarizado tantos economistas, entre os que se restringem a uma economia que apelidam de "real", querendo assim significar uma esfera da qual excluem o dinheiro, considerado por isso como expressão transparente ou, no pior dos casos, uma perturbação que não haveria que apreciar nos níveis mais abstratos da análise; e aqueles para quem o dinheiro e, em geral, o fenômeno dos preços constituem um segundo nível da realidade, que deve acrescentar-se à economia "real" para se obter o quadro completo. Não partilho nenhuma destas posições. O mecanismo monetário não é acessório ou separável do resto do funcionamento econômico. O dinheiro é, no modelo que aqui apresento, precisamente a condição para que a economia possa funcionar e possa, portanto, ser real. Se só agora o refiro, isso deve-se à necessidade de analisar primeiro extensivamente os desequilíbrios estruturais do capitalismo, antes de proceder à definição do dinheiro enquanto condição para a operacionalidade desses desequilíbrios. O leitor verá nos outros capítulos desta seção, quando descrever em traços gerais as formas de funcionamento do dinheiro, como ele tem estado implícito em todos os modelos de desequilíbrio e defasagem até aqui expostos, ou seja, em toda a análise da teia de relações sociais.

E, assim, uma vez mais desloco as categorias marxistas tradicionais, como fiz já para a

mercadoria, o mercado e a concorrência. O mesmo quadro de análise, que me permitiu remeter a concorrência intercapitalista pela repartição dos frutos da exploração para o antagonismo entre trabalhadores e capitalistas pela produção e extorsão da mais-valia, permite-me agora situar a vigência do dinheiro na esfera da produção. É porque afirmo que os produtos, no capitalismo, adquirem o caráter social no próprio processo pelo qual são produzidos, que posso deslocar o dinheiro da esfera da circulação, onde tradicionalmente é analisado, para a da produção. Referindo o dinheiro ao desequilíbrio das relações sociais, reporto-o diretamente à dinâmica social, e não indiretamente, como fazem os que o consideram expressivo de relações congeladas em valores. Talvez as diatribes de Marx contra Proudhon a propósito do dinheiro se devam precisamente ao fato de este último conceber cada trabalho particular como dotado já de caráter social, pois segundo ele apenas a existência do coletivo de trabalhadores permitiria a exploração capitalista, pelas economias de escala conseguidas. Ao passo que Marx, por seu lado, reservando para a esfera da circulação a atribuição de um caráter social aos produtos, restringiu-se a uma concepção de dinheiro exclusivamente tradicional. Nesta ótica, o modelo que aqui proponho encontrar-se-ia talvez numa certa linhagem proudhoniana.

Se as relações sociais se estabelecem diretamente, e não mediante mercadorias definidas como tal na esfera da circulação, então o dinheiro, como veículo operacional dos desequilíbrios, nem é expressão de mercadorias, nem ele próprio constitui uma mercadoria. Esta concepção está nos antípodas da seguida por Karl Marx. Foi porque sociabilizou o produto exclusivamente na esfera do mercado e, por conseguinte, teve de admitir que a forma equivalente apenas pode ser preenchida por uma mercadoria, que inelutavelmente Marx concluiu, não apenas pelo caráter de mercadoria do suporte material do dinheiro, mas pelo caráter de mercadoria do próprio dinheiro. Ele considerava o papel-moeda, o dinheiro de crédito e, em suma, todas as formas de dinheiro que não tivessem a aparência do metal precioso como meros símbolos do dinheiro metálico, remetendo-os sempre para essa pretensa mercadoria-dinheiro. Julgava até que esse dinheiro presumidamente simbólico resultaria de transformações operadas historicamente a partir do dinheiro metálico, o que é factualmente errado, como talvez não se ignorasse já na época de Marx, mas bem se sabe hoje, sobretudo na seqüência das investigações de Abbott Payson Usher e de De Roover. E, ao mesmo tempo que se referia sempre com neutralidade ao dinheiro-metal precioso, a esse pretenso dinheiro-mercadoria, Marx reservava sarcasmos e expressões pejorativas para o papel-moeda, o dinheiro de crédito e as demais formas consideradas meramente simbólicas, que apresentava como algo de perverso e mesmo de fictício. Esta redução teórica do dinheiro ao dinheiro-metal precioso, assimilando uma

forma econômica ao seu suporte material, constitui da parte de Karl Marx um caso extremo de fetichismo, isto é, da materialização das relações sociais, que tão efetivamente criticou em outras passagens da sua obra. Foi levado assim àquele que, nos termos de referência do seu próprio modelo, é o mais bizarro dos paradoxos, pois ao afirmar que a função monetária constitui o valor de uso do metal precioso, este fica dotado de um caráter inato de mercadoria, sociabilizando-se imediatamente à saída da produção, enquanto os outros bens apenas o fariam no mercado. O caráter social deste pretense dinheiro-mercadoria seria assim inerente à sua forma material.

O lugar primacial inicialmente atribuído ao dinheiro-metal precioso, enquanto era considerado garantia da emissão das notas, refletiu a importância social ainda detida pela aristocracia. Dos tipos pré-capitalistas de dinheiro, o metálico, pela associação com o entesouramento, fora sempre o mais estreitamente associado à aristocracia senhorial. Enquanto o aumento da produção do ouro e da prata permitiu acompanhar o aumento do dinheiro em circulação e depois, numa fase seguinte, o mero acréscimo das reservas consideradas necessárias, estes metais preciosos puderam, sem inconvenientes práticos, continuar a desempenhar seu papel na esfera monetária. Quanto mais amplo, porém, ia sendo o desenvolvimento do capitalismo e quanto mais volumosas, por isso, eram as emissões monetárias, tanto mais reduzida se tornava a fração que no total ocupava o dinheiro metálico. Nos termos legais, a cobertura em metal precioso requerida para a emissão de notas pelos bancos centrais foi sendo progressivamente complementada por outras formas de dinheiro, como divisas estrangeiras, letras comerciais, títulos do tesouro, obrigações do governo e outros títulos. A tendência histórica foi para a redução e, depois, a abolição dos requisitos legais de reserva metálica relativamente à emissão de notas. A partir de então o fetichismo do dinheiro, partilhado não só pela generalidade dos discípulos de Marx, mas também pelas outras correntes da economia acadêmica, entrou em flagrante contradição com a prática econômica. Pretender que o metal precioso serve de garantia a uma massa monetária que ultrapassa em expoentes cada vez mais consideráveis é condenar ao absurdo o conceito de garantia. E estipular que certos tipos de dinheiro não-metálico sirvam de reserva para a emissão de dinheiro não-metálico de outro tipo é, nestes termos estritos de uma problemática da garantia, um círculo vicioso em que as várias formas de dinheiro se garantem reciprocamente. Sob o ponto de vista social, esse círculo vicioso reflete a completa ultrapassagem da aristocracia pelas classes capitalistas, que recorrem aos tipos de dinheiro que lhe são próprios; mas, como esta profunda transformação é concebida numa perspectiva fetichista, tenta-se a todo custo continuar a apresentar uma *ultima ratio*, uma forma primacial de dinheiro que servisse de cobertura e garantia às restantes. São já

poucos, hoje, os que pretendem que ela deveria consistir num ou noutro metal. Mas muitos economistas acadêmicos, que não caem em formas tão cruas de fetichismo e abandonaram o mito do dinheiro material, não deixam por isso de procurar descobrir qual dos tipos monetários capitalistas seria o fundamental e básico. Problemática sem sentido, pois se o dinheiro não exprime valores, mas torna operacional a relação entre as suas defasagens, então não é uma mercadoria que garante cobertura ao dinheiro. Quaisquer que sejam os seus tipos, o dinheiro no capitalismo adquire validade apenas porque e na medida em que se reproduz a atividade produtora de mais-valia.

Na evolução histórica deste processo, o problema de cobertura-ouro ou prata não foi mais do que uma ficção destinada a inverter ideologicamente as circunstâncias reais. O significativo não era a percentagem de papel-moeda a que devia corresponder a reserva de metais preciosos. Absolutamente decisivo foi, ao contrário, o fato de o dinheiro metálico corresponder a uma fração cada vez mais diminuta da massa total de papel-moeda e dinheiro de crédito. Era a parte restante que tinha importância e nela, pela sua capacidade multiplicadora e por ser originariamente alheio ao dinheiro metálico, coube um papel decisivo ao dinheiro de crédito. Por um lado, no processo de aumento da produtividade, o crédito decorre do desenvolvimento da integração econômica, globalizando os capitalistas que, mediante o capital assim concentrado, enfrentam cada vez mais estreitamente associados a força de trabalho; e as operações de crédito constituem também, por outro lado, mecanismos da desigual repartição da mais-valia. Se concebemos, como proponho, que a mais-valia é previamente apropriada pelo conjunto dos capitalistas, para ser depois desigualmente distribuída entre eles e só finalmente apropriada por capitalistas ou grupos de capitalistas em particular, podemos então entender a importância do crédito e a variedade dos seus efeitos. Numa única passagem de *O Capital*, no capítulo XXXVI do Livro III, Karl Marx revelou este tipo de compreensão, que nunca, porém, o inspira nas ocasiões em que retomou a questão do crédito. Alheio a qualquer modelo que globalize os capitalistas na apropriação da mais-valia, foi incapaz de elaborar uma teoria geral do crédito. As sociedades por ações são, junto com as operações de crédito propriamente ditas, elementos constitutivos dos sistemas financeiros e, assim, também escapou a Marx a importância das sociedades por ações, às quais em inúmeras passagens não confere o devido relevo, ou que nem sequer refere quando o contexto o exigiria. É certo que os mecanismos financeiros eram em grande parte incipientes na época em que ele escrevia a sua obra máxima. Mas isto não constitui justificação, pois para muitos outros fenômenos que então mal podiam aperceber-se foi de uma perspicácia sem par, analisando-os em termos que, quase um século e

meio depois, não estão ultrapassados. Ao não elaborar uma teoria geral do crédito e das sociedades por ações e ao remeter todas as formas de dinheiro ao dinheiro-metal precioso, Karl Marx estava obedecendo às exigências do seu modelo, no qual apenas mediante o mercado os produtos obtêm um caráter social e onde, portanto, deve-se considerar o dinheiro como mercadoria.

Já na época de Marx estas teorias monetárias eram inadequadas aos desenvolvimentos reais, embora a contradição não fosse então flagrante. Mas hoje é absolutamente impossível aos discípulos manter a ortodoxia no que diz respeito à redução das formas de dinheiro ao dinheiro-metal precioso, considerado como mercadoria. Nem é a pirueta teórica de Michel Aglietta, na qual é acompanhado por Lipietz, que lhes permite salvar a situação. Partem de uma distinção entre o dinheiro enquanto equivalente geral nas trocas de mercadorias e o dinheiro criado nas operações de crédito entre capitalistas, para concluir que este último, embora originário de uma relação privada, adquire caráter social ao circular depois como representante do equivalente geral. O dinheiro-mercadoria apareceria, assim, como a referência objetiva na qual teria de se converter o dinheiro de crédito. A contradição teórica parece-me flagrante, pois é precisamente quando um processo de criação de dinheiro, o crédito, refere-se à própria atividade da produção de valores, que se pretende referi-lo a um outro tipo de dinheiro, supostamente a expressão de valores já produzidos. É elucidativo o sentido para que apontam as preocupações destes economistas. Quando deparam com o trabalho em processo, recuam e é sempre aos produtos acabados, ao trabalho morto, que acabam por remeter, porque para eles a atividade na produção apenas adquire caráter social no momento em que, por intermédio dos seus produtos, alcança a esfera da circulação. E confirma-se, assim, que um quadro teórico onde não se concebe um relacionamento social na produção requer a atribuição ao dinheiro das características de mercadoria. No entanto, só através de grandes paradoxos e distorções conseguem ser desse modo concebidos os tipos de dinheiro que proliferam no mundo contemporâneo. Apenas à custa de uma profunda hipocrisia teórica e, afinal, de um sacrifício da coerência global do sistema de Marx, pode alguém afirmar-se como ortodoxo no campo marxista e, ao mesmo tempo, reconhecer na prática a existência exclusiva das formas de dinheiro hoje vigentes.

A inconsistência das teses que pretendem apresentar o dinheiro como mercadoria ou o reduzem a tal não se resume, porém, à época capitalista. Karl Marx retroprojetou a sua concepção mítica de mercado livre-concorrencial numa pretensa "produção mercantil simples" que, enquanto forma pré-capitalista, é também mera fantasia, sem qualquer existência histórica. Ora, a análise dos sistemas econômicos passados revela que o dinheiro, enquanto tal, tendia a

distinguir-se das mercadorias, pelo que a genealogia histórica do dinheiro-mercadoria em Marx é uma linhagem fictícia. Nos contextos socioeconômicos em que prevalecia o sistema de troca de presentes e o escambo, o emprego de dinheiro constituía uma possibilidade acessória; quando um dado bem servia então como dinheiro, esse suporte material podia constituir objeto de presente, de permuta ou até mesmo mercadoria, mas não ao mesmo tempo que era dinheiro, e precisamente só se não o fosse. O que caracterizava este sistema era a possibilidade de oscilação de um mesmo bem material entre duas funções econômicas radicalmente distintas: ou, por um lado, artigo de presente, de escambo ou mercadoria; ou, por outro, dinheiro.

São incontáveis os fatos que o comprovam, em múltiplas civilizações na África, na Oceania, na Ásia e na Europa. Em numerosíssimos casos, o desenvolvimento histórico acentuou a separação entre o dinheiro e o seu suporte material enquanto presente, objeto de troca ou mercadoria, introduzindo diferenciações físicas que passaram a patentear a distinção entre as funções econômicas. Sucedeu com muita freqüência que um bem correntemente preferido e que, por conseguinte, tantas vezes figurava entre os presentes e nas operações de escambo, fosse também, em virtude dessa difusão, utilizado como suporte da função dinheiro. Documentam-se então múltiplos casos de alteração de bens, tornando-os impróprios para qualquer outro uso que não fosse o monetário. Armas e instrumentos de trabalho metálicos, ao mesmo tempo utilizados nas suas funções específicas e como dinheiro, começaram progressivamente a repartir-se entre os que eram fabricados na forma usual e os que sofriam mudanças no formato, eventualmente variações acentuadas na dimensão, que os deixavam sem qualquer possibilidade de corresponder ao uso original e os reservavam para a função monetária. Nestes casos, coexistiam as armas e instrumentos que pela sua forma podiam continuar a servir na guerra ou nos ofícios produtivos e aqueles que, em virtude das modificações introduzidas, eram exclusivamente destinados a dinheiro. Aqui a matéria-prima metálica destes tipos de dinheiro podia ainda ser empregada para a fabricação de verdadeiras armas ou outros utensílios, correspondendo esta oscilação material entre a forma adulterada e o aproveitamento da matéria-prima à oscilação econômica entre a função monetária e as outras funções. Por vezes, porém, o objeto de forma adulterada difundiu-se no seu emprego monetário até outras civilizações, onde não existira previamente nenhum utensílio com uma forma correspondente. Mais sugestivos são os casos em que tipos vários de tecidos ou de entrançados, inúteis ou tornados tais, eram utilizados como dinheiro. Aqui a matéria-prima era voluntariamente deteriorada, tornando-se irrecuperável, o que impossibilitava a oscilação entre a função monetária e as outras funções; a separação material da forma dinheiro foi, nestes casos,

completa. Reveladores de um esforço talvez ainda mais considerável são os exemplos em que, mediante a seleção das espécies e manipulações várias, obtinham-se deformações em certos animais, que os marcavam como reservados para dinheiro, distinguindo-os dos congêneres. E numa civilização como a chinesa, onde as formas mercantis alcançaram tão grande desenvolvimento, encontravam-se tipos de moeda metálica figurando instrumentos e outros objetos; ou no Japão, onde certas moedas metálicas usadas como dinheiro representavam esquematicamente cestas de arroz. Vemos como nem a passagem a outros suportes materiais apagou os traços da progressiva diferenciação. Finalmente, valerá a pena recordar que a partir de Creta e de Chipre, machados duplos, com um formato que lhes retirava a possibilidade de uso material, difundiram-se no continente europeu, onde teriam talvez servido de dinheiro. Tanto assim que, já na época romana, são figurados em moedas metálicas.

É certo que nem todos os elementos preferenciais de presentes ou de escambo sofreram esse processo de diferenciação. Em muitos casos, objetos, animais e cereais continuaram na mesma forma útil a ser utilizados nos sistemas de presentes e de permutas, e nos de dinheiro. Mas penso que os casos de diferenciação referidos, pela sua grande frequência e pela generalidade com que ocorreram, são indicativos de uma fase transitória numa longa evolução, que todas as civilizações atravessariam mais cedo ou mais tarde, do momento em que atingisse suficiente regularidade o recurso ao dinheiro. Pelo menos o sentido das transformações fica indubitavelmente definido. Quando surgiu um dinheiro completamente especializado, isso ocorreu precisamente em ruptura, e não em associação, com a forma de mercadoria. O desenvolvimento histórico não produziu qualquer dinheiro-mercadoria, mas um dinheiro antimercadoria.

5.2. Tipos de dinheiro

Se o dinheiro é a condição para o funcionamento de uma economia desequilibrada e rasgada por antagonismos, então a esfera monetária não é homogênea; a sua heterogeneidade permite a operacionalidade prática das contradições sociais e, antes de tudo, daquela que é o fundamento de todas as demais. Na esfera monetária, o antagonismo entre exploradores e explorados opera uma primeira vez mediante a distinção entre os emissores de dinheiro e os que apenas são seus recebedores. A exclusividade da emissão de dinheiro cabe, no seu conjunto, às classes capitalistas, definindo-se no seu interior tipos vários de dinheiro.

As emissões originárias do Estado R caracterizam-se pela centralização. A importância que nelas assumiu inicialmente o dinheiro metálico resultou só do fato de ser uma herança do passado, uma forma em vias de extinção mas que, precisamente por esse seu caráter tradicional, parecia a muitos contemporâneos oferecer o único terreno sólido. E tanto mais se lhe apegavam ideologicamente quanto, na realidade econômica, uma importância crescente cabia à emissão de notas, progressivamente destacadas da relação obrigatória com a reserva de metal precioso. Dizer que estas notas têm um curso forçado é considerar que a cobertura ou a garantia do dinheiro residiria em qualquer tipo específico e único de bem material, e não na relação das sucessivas emissões monetárias com a continuidade da produção de mais-valia. Ao recorrer a medidas autoritárias para generalizar a aceitação das notas, o Estado R não inovou historicamente, pois, sempre que um tipo de dinheiro se difundiu enquanto eram vivas ainda as formas sociais relacionadas com os sistemas que se pretendia substituir, os responsáveis pelas emissões de tipo novo não se abstiveram de pressões e violência. Estas são sempre, afinal, aspectos inseparáveis de uma força muito mais substancial, que consiste na expansão orgânica das relações sociais. Neste caso, as notas passaram a ser comumente aceitas porque estava por detrás delas a conjugação dos principais poderes capitalistas. É esta a verdadeira e única cobertura de que dispõem.

Na realidade, embora ocorra sob a égide do Estado R, a emissão de notas resultou de privilégios oficiais obtidos por associações de capitalistas, em troca dos empréstimos que concediam aos governos. Num processo decorrido mais ou menos rapidamente, aquela que em cada país revelava-se como a mais importante de entre essas associações bancárias conseguia a exclusividade da emissão, acabando assim por se formar, tais como os conhecemos hoje, os bancos centrais habilitados a fazer imprimir as notas e a pô-las em circulação. Os bancos emissores surgem, portanto, desde a sua gênese, na articulação entre ambos os de aparelho de poder e, aliás, só em datas relativamente tardias passaram inteiramente para a propriedade formal do Estado R. Antes de 1936, apenas um pequeno número pertencia por completo ao aparelho tradicional de Estado e foi desde então e, sobretudo, a partir do final da II Guerra Mundial que essa apropriação se generalizou — precisamente quando, como veremos, a importância destas emissões diminuía decisivamente e o controle da massa monetária emitida saía até, em grande parte, da alçada do Estado R. O certo é que, criados e desenvolvidos na articulação entre ambos os tipos de aparelho estatal, os bancos centrais foram desde o início dotados de estruturas diretivas que lhes permitem proceder ao melhor dos equilíbrios entre os interesses governamentais e os dos capitalistas particulares. Mesmo nos casos em que a

nomeação da totalidade dos diretores cabe ao governo, não só ele tem de levar em conta as pressões dos principais expoentes do Estado A, como a administração empossada goza, na prática, de elevado grau de independência relativamente às orientações governamentais, mantendo-se na posição de fiel da balança entre os dois tipos de Estado. Até em países como a União Soviética e nos que seguem um idêntico sistema organizativo, o banco central evoluiu no sentido de assumir uma posição conciliatória entre as tendências mais centralizadoras, incorporadas nos organismos ministeriais, e a pluralidade de centros de concentração em que consistem as maiores empresas. É esta conjugação, e mesmo harmonização, dos interesses globais dos capitalistas que serve de garantia e de cobertura às notas; e, enquanto o ritmo de emissão corresponder à taxa de crescimento do *output* em cada país, as notas serão aceitas pelo público como aquilo que pretendem ser. Aliás, a própria forma como se manteve o mito do padrão-ouro ou antes, em certas áreas, do padrão-prata ou duplo, resultou dessa mesma articulação entre os interesses do Estado A, expressos no mercado internacional dos metais preciosos, e os do Estado R, cuja política econômica e financeira afetava os movimentos internacionais do metal precioso. Por isso não foi apenas o exército, como indiquei num capítulo anterior, a primeira das instituições que, formalmente pertencentes ao Estado R, dele paulatinamente se destacaram para se articularem com o Estado A, dando origem ao corporativismo. Desde o início que os bancos centrais se encontraram ao lado das forças armadas nesse mesmo processo histórico. Tantas vezes bastaram um exército e um banco central para, conjugados, reconverter o aparelho de Estado do capitalismo — e podemos assim ver como é ambígua a crítica feita por Karl Marx ao exército da Comuna de Paris, por ter parado às portas do Banco da França.

Um dos aspectos mais decisivos da ultrapassagem do Estado R pelo Estado A, nos termos atuais de neocorporativismo informal, é a incapacidade revelada pelas instituições internacionais originárias do âmbito governamental para manterem o controle sobre a integração transnacional das economias. Durante a segunda metade da década de 1960 foram discutidas várias propostas de reestruturação do sistema monetário estabelecido em Bretton Woods, o que aliás não impediria que as contradições deste sistema se agravassem e que ele acabasse por se desagregar em 1970-1976. Ora, é elucidativo recordar que obtiveram então uma audiência crescente entre os economistas profissionais certas propostas que visavam dotar o Fundo Monetário Internacional de um maior grau de autonomia, tornando-o capaz de criar um dinheiro próprio. Retomava-se assim o fio de uma iniciativa derrotada em Bretton Woods, quando o plano Keynes, defensor do estabelecimento de um genuíno banco central mundial, fora preterido em

favor do plano White, que limitou drasticamente a capacidade de emissão monetária do Fundo. Com a aprovação, em setembro de 1967, na reunião no Rio de Janeiro, das linhas gerais dos Direitos de Saques Especiais (DSE), que começariam a ser emitidos três anos mais tarde, o Fundo parecia reforçar decisivamente a sua capacidade de criação monetária. Trata-se de um dinheiro pleno e verdadeiro, inconvertível em ouro, que veio aumentar a massa de liquidez internacional. Mas foi precisamente esta iniciativa, a mais audaciosa tomada pelo Fundo no sentido de adquirir uma autonomia monetária, que melhor revelou as limitações a que está sujeito. Em primeiro lugar, os DSE não circulam em mercados particulares, sendo apenas usados por instituições oficiais nacionais no pagamento das dívidas entre elas geradas em resultado da intervenção oficial nos mercados cambiais. O emprego de DSE é, deste modo, uma função da necessidade ou, depois, da conveniência de manter em dadas taxas de câmbio as moedas de cada país. O que significa que, ao assumir funções de banco central internacional, o Fundo o fez exclusivamente para os bancos centrais nacionais. Esta limitação das finalidades e do âmbito de circulação dos DSE explica que, em segundo lugar, tenha-lhes sido atribuído um valor decorrente apenas do conferido às moedas emitidas por governos nacionais. A partir de meados de 1974, calcula-se a taxa de câmbio dos DSE tomando por base um conjunto de moedas de alguns países membros, cujo número tem variado e que são seleccionadas entre as mais importantes sob o ponto de vista do comércio externo. Os DSE estão, em suma, vinculados desde a criação à esfera dos Estados R, o que decididamente compromete o seu papel como dinheiro internacional. Por isso, e em terceiro lugar, os DSE não têm ultrapassado uma pequena percentagem do total das reservas monetárias internacionais detidas pelos países membros do Fundo.

Idênticas limitações caracterizam o ECU (European Currency Unit, unidade monetária europeia), moeda de reserva internacional emitida desde 1979 pela Comunidade Económica Europeia, no âmbito do Sistema Monetário Europeu. Tal como os DSE, os ECU destinam-se a financiar intervenções oficiais em mercados cambiais, mas neste caso intervenções internas ao Sistema, por parte das instituições oficiais dos países membros. E por isso também a sua taxa de câmbio decorre de um conjunto de moedas nacionais, definidas aqui pela média ponderada das moedas dos países membros do Sistema. Aliás, os ECU apresentam aspectos ainda mais retrógrados, pois, apesar da desmonetização do ouro decidida pelo Fundo em 1976, a emissão destas unidades monetárias europeias baseia-se parcialmente nos estoques oficiais de ouro dos países membros do Sistema, garantindo assim à "bárbara relíquia" um certo papel, embora passivo. Até agora as instituições decorrentes do âmbito governamental não têm, portanto,

conseguido ultrapassar as esferas nacionais com uma emissão monetária internacional autônoma.

É freqüente o argumento de que as defasagens entre as taxas de inflação em cada um dos países impediriam a emissão centralizada de uma moeda internacional. Mas bastaria, para ultrapassar esse obstáculo, que se criasse uma instituição internacional encarregada de recolher as estatísticas da inflação e de editar um índice médio mundial. Absurdo jogo de espelhos? Talvez, mas não mais do que o da definição nacional de taxas de inflação, que no interior de cada país são diferentes entre as regiões, como o são entre as áreas componentes de cada região e assim sucessivamente. O problema não é, portanto, o das diferenças entre taxas de inflação, mas unicamente o do grau de integração econômica que sustente, ou não, instituições unificadas. Não é por haver variadíssimas taxas nacionais de inflação que não existe hoje um dinheiro internacional, emitido centralizadamente e com largo escopo. É porque no processo de mundialização da economia não foram, até agora, criados organismos transnacionais unificados que, ao mesmo tempo que dessem corpo estatístico a uma fictícia taxa de inflação mundial, emitissem uma real e verdadeira moeda mundial. O problema crucial é o do tipo de aparelhos estatais que se tem desenvolvido em nível transnacional e o seu caráter pluricentrado. O futuro próximo há de revelar em que medida a criação do mercado único na Europa ocidental determinará uma unificação institucional que venha a fundamentar a emissão de uma verdadeira moeda supranacional; e essa experiência nos permitirá, então, avaliar as possibilidades de atuação que se oferecem ainda ao Fundo Monetário Internacional.

Este contexto permite pensar que não teria talvez sido uma peripécia menor o fato de o chefe da delegação estadunidense à referida reunião do Fundo em setembro de 1967, o então subsecretário para os Assuntos Monetários Internacionais, ser autor de um artigo, publicado dois anos antes, em defesa das sociedades transnacionais enquanto base para a internacionalização da economia e chamando a atenção para o papel estatal que deveriam assumir no Terceiro Mundo. A ser assim, o Fundo Monetário Internacional não seria, atualmente, tão importante pela sua atuação explícita no âmbito do conjunto dos governos nacionais, como pela sua relação informal com os principais componentes do Estado A.

O dinheiro de crédito é o mais importante dos tipos de dinheiro emanados do Estado A e, tal como as notas emitidas pelos bancos centrais, manifesta a ruptura do capitalismo relativamente às moedas metálicas cunhadas pelos poderes soberanos senhoriais. A principal distinção entre as notas e o dinheiro de crédito resulta da emissão centralizada das primeiras, enquanto o outro é emitido descentralizadamente, por qualquer unidade econômica, no decurso

de seu funcionamento normal. É por isso errado chamar-lhe dinheiro bancário, já que este tipo elementar de crédito não se restringe às instituições financeiras e faz parte das operações correntes de qualquer unidade econômica. A garantia de que o dinheiro assim emitido mantém a capacidade aquisitiva que lhe foi atribuída consiste unicamente na presumida continuidade das relações sociais vigentes; o dinheiro de crédito constitui uma antecipação da produção e realização de mais-valia e é na medida em que esta corresponder ao desejado que se valida a capacidade entretanto conferida ao dinheiro de crédito já emitido.

Desde o início do capitalismo este tipo de dinheiro, que tem como fundamento a atividade mais essencial do Estado A, inclui também emissões originárias do Estado R. Se o privilégio da emissão de notas, de onde resultou a formação dos bancos centrais, foi concedido a associações de capitalistas constituídas para efetuar empréstimos aos governos, então a criação de dinheiro de crédito surge como a outra e inseparável face da impressão de notas. Por isso, quanto mais um banco central reforçava a função de emissor de notas, tanto mais considerável era a parte das reservas dos bancos particulares que nele era depositada, o que lhe permitia ir-se encarregando das funções de redesconto e de prestamista em última instância. Constituiu-se deste modo uma estrutura de crédito muito mais ampla e elástica do que se estivesse fracionada por uma multiplicidade de bancos particulares, resultando o aumento em grande escala da capacidade de criação monetária. A emissão de notas e de dinheiro de crédito e as operações de crédito particulares e as governamentais encontram-se intimamente ligadas.

Pouco importam neste contexto as definições jurídicas formais. O fato de na União Soviética e nas outras economias de sua órbita o banco central não aparecer como o banco dos bancos, visto que detém — ou detinha até as recentíssimas reformas — a exclusividade da atividade bancária, não representa afinal, no funcionamento prático, uma concentração superior à que é obtida, nos outros países, pelo inter-relacionamento dos bancos particulares com o banco central. Mas é talvez nas economias de tipo soviético, em que a propriedade dos principais meios de produção é absolutamente centralizada, que o dinheiro de crédito pode ser estudado nas formas mais puras. Os mecanismos financeiros não servem aí para a centralização do capital, pois bastam para isso os próprios canais da propriedade gestorial integrada; o crédito funciona apenas como criador de dinheiro. Para as situações previstas na planificação central, as unidades econômicas são dotadas de fundos orçamentais; mas as flutuações sazonais na produção e nos estoques e, em geral, em qualquer situação de emergência, são financiadas graças ao crédito, aparecendo assim como exclusiva a sua função monetária. Não devemos iludir-nos, porém, com a aparente restrição, do crédito, neste tipo de sistema econômico, à

iniciativa do banco central ou de bancos de investimento colocados sob a sua estreita alçada. A margem, tanto do plano como das autorizações bancárias oficiais, as empresas entram em contato direto, que inelutavelmente incluem relações de crédito. Resolvem deste modo defasagens entre excessos de estocagem, por um lado, e escassez episódica, por outro, e o plano central tem como condição de funcionamento — inconfessada, mas reconhecida na prática — essa atuação oficiosa das empresas à sua revelia. Ainda aqui tem lugar a articulação de ambos os tipos de aparelho de Estado, pois quando o dinheiro de crédito criado nas relações diretas entre as empresas ameaça atingir um volume tal que ponha em risco a eficácia da atuação do banco central, este tem de ampliar a sua emissão de créditos. O que significa que o crédito oficial tem como um dos objetivos conter em limites considerados aceitáveis o recurso ao crédito não-oficial

O mesmo tipo de equilíbrio impera onde a concentração econômica não assumiu a forma jurídica de uma centralização absoluta da propriedade dos meios de produção. Só nos finais da década de 1920, e então apenas em alguns destes países, começaram os estatutos dos bancos centrais a fazer referências específicas ao controle do crédito. Mas, quanto mais estreitamente um banco central pretende efetivar tal controle, tanto mais surgem novas formas de crédito e instituições, nomeadamente os conglomerados, que acumulam com outras a atividade financeira e que escapam a qualquer estreita supervisão por parte dos bancos centrais. Hoje, uma dezena ou dezena e meia de grandes transnacionais conglomeram todas as funções financeiras e estão ativas simultaneamente em todos os tipos de mercado. E o grau de inter-relação que atingiram é tal que, segundo o Grupo dos Trinta, em 1982 quase metade dos depósitos internacionais dos grandes bancos estava redepositada em outros bancos internacionais. Aliás, se o dinheiro de crédito não é uma criação especificamente bancária e se qualquer empresa, na sua atividade corrente, pode criar este tipo monetário, a sua base ultrapassa então em muito qualquer possibilidade de controle por parte dos bancos centrais; e foi a transnacionalização das empresas que pressionou pela transnacionalização dos grandes bancos.

Conclui-se, em suma, que a criação de dinheiro de crédito tem, desde o início do capitalismo, um potencial superior ao da emissão de notas. E, na época atual, o dinheiro de crédito é o do tipo monetário mais importante, em qualquer país. Esta prevalência da emissão descentralizada sobre a centralizada é uma condição operacional do neocorporativismo informal.

Neste contexto, ficam frustradas as tentativas por parte do Estado R para, mediante a restrição da emissão de notas, controlar o volume de crédito de que são capazes as empresas

componentes do Estado A. Em termos gerais, a influência que os capitalistas particulares exercem sobre a determinação do volume de notas deve-se ao fato de os bancos centrais constituírem, desde o início, uma instituição articuladora de ambos os tipos de aparelho de poder. O desenvolvimento do capitalismo acentuou esta supremacia do Estado A e dotou-a de novas virtualidades. O elevadíssimo grau de concentração atingido pelas grandes transnacionais permite-lhes acumular enormes massas monetárias, que não só ultrapassam a soma de divisas estrangeiras na posse dos governos, como crescem a um ritmo mais rápido. Isto significa que se multiplicam no âmbito do Estado A os canais por onde se inter-relacionam as esferas monetárias dos vários países. Quanto mais estreitas se tem tornado a integração supranacional dos processos produtivos, tanto no interior das mesmas grandes empresas como entre elas, mais numerosas têm sido as possibilidades e mais freqüentes as ocasiões para se proceder, no âmbito privado, à movimentação a curto prazo de enormes somas de dinheiro. E as instituições decorrentes dos Estados R não puderam, nem podem, impedir estas bruscas transferências, numa época em que a integração econômica já está tão avançada e em que se constituem poderosos conglomerados, que articulam a produção de bens e serviços com a atividade financeira. Em suma, as empresas transnacionais prosseguem e fundamentam uma atividade monetária supranacional, não só pela criação de dinheiro de crédito, mas ainda pela autonomia com que são capazes de movimentar os dinheiros nacionais emitidos pelos vários bancos centrais.

Foi assim que atingiu elevadíssimas proporções o montante dos eurodólares e também, embora em menor grau, das outras eurodivisas. Estes eurodinheiros resultam do depósito bancário de moeda com denominações nacionais diferentes das do país no qual esse banco, ou agência bancária, está situado; trata-se, pois, relativamente ao país onde o depósito se efetua, de uma divisa estrangeira que não é convertida cambialmente na moeda nacional. Devem-se em parte a operações de bancos centrais, mas a responsabilidade maior, e crescente, na sua criação tem cabido à ação das empresas transnacionais. E, como o ouro-dinheiro serve ainda de base para a criação de dinheiro de crédito, a capacidade monetária daqui resultante atinge proporções colossais. Neste campo são muito controversas as definições e mais ainda as tentativas de estatística, mas, qualquer que seja o critério adotado, todos os especialistas estão de acordo em confirmar as dimensões do fenômeno, diferindo apenas na escala do seu gigantismo. Ficou assim profundamente alterada a situação em que os bancos centrais procedem à emissão de dinheiro: a procura das moedas dos principais países nem é já predominantemente originada no interior de cada um, nem é estável a curto prazo. A capacidade

dos capitalistas particulares para deterem em seu poder enormes volumes de divisas estrangeiras e para as moverem rapidamente através das fronteiras faz com que os bancos centrais deixem em absoluto de poder empregar a taxa de oferta monetária, a qual é exclusivamente estabelecida a longo prazo, para tentarem orientar uma procura de dinheiro que passou a ter fortíssimas variações a curto prazo. Se um governo pretende, contra a vontade das maiores empresas, reduzir a massa monetária, os capitalistas particulares podem deslocar um montante tal de divisas que compense a diminuição do dinheiro do referido país; ao mesmo tempo, passando a dispor de uma maior soma de divisas de denominação estrangeira, necessitam por isso de menor quantidade do dinheiro nacional, o que significa, relativamente à procura interna de dinheiro nesse país, que, declinando o seu uso, tornou-se proporcionalmente maior a massa — precisamente no momento em que o governo pretendia limitá-la. O volume de dinheiro que os bancos centrais dos principais países emitem passou a estar subordinado às pretensões das grandes empresas transnacionais, tendo os governos perdido o controle dessa emissão. Atualmente, o Estado A conquistou o domínio mesmo sobre o tipo monetário mais diretamente decorrente do Estado R.

Resultou daqui, em nível internacional, a incapacidade dos governos para manterem as taxas cambiais dentro de limites mínimos de estabilidade. Nas últimas décadas, os movimentos monetários substituíram-se ao comércio de mercadorias como o fator de alteração das taxas de câmbio. E foi este o processo geral que precipitou, em 1971, a crise do sistema estabelecido em Bretton Woods e, a partir de março de 1973, levou à instauração das taxas de câmbio flutuantes. Aliás, as condições estruturais desta transformação profunda da organização monetária internacional encontravam-se desde há muito antecipadas nas relações estabelecidas entre o Canadá e os Estados Unidos. Em 1965, cerca de 2/3 do capital da indústria canadense era detido por investidores com sede no estrangeiro; no mesmo ano capitalistas sediados nos Estados Unidos controlavam quase metade do capital investido nas manufaturas canadenses, assim como quase metade também das suas exportações tinha idêntica origem. O Canadá era, em suma, e continua a ser, um apêndice econômico do seu vizinho do Sul e, no interior desta estreita rede de investimentos diretos, haviam-se tornado possíveis movimentos a curto prazo envolvendo enormes volumes de dinheiro. As autoridades monetárias canadenses revelavam-se incapazes de contrabalançar com operações cambiais as pressões especulativas sobre a moeda do país, sustentadas por aquele fluxo considerável de investimentos externos, e por isso tiveram de abandonar o sistema das paridades fixas, e o dólar canadense foi obrigado a flutuar desde 1950 até 1962, e de 1970 em diante. A originalidade do caso do Canadá consiste na sua

precocidade, e o que a partir de 1973 passou a verificar-se no âmbito de todos os países membros do Fundo Monetário Internacional, com a instituição das taxas de câmbio flutuantes, constituiu uma generalização do modelo canadense.

Nestas circunstâncias, o monetarismo, tanto na forma tradicional como na versão moderna, friedmaniana, aparece mais insustentável do que nunca. O seu postulado básico consiste numa definição restritiva do dinheiro, que o reduz ao emitido pelo Estado R e àquele que, embora criado pelo Estado A, não escaparia idealmente ao controle governamental. No entanto, como Nicholas Kaldor explicou num notável artigo publicado na *Lloyds Bank Review* de julho de 1970 e também, mais de uma década antes, no seu depoimento perante a comissão Radcliffe, se as autoridades monetárias oficiais reduzissem a emissão de dinheiro contra os interesses dos capitalistas particulares, estes poderiam recorrer a um complexo de medidas que deixariam sem efeito as pretensões governamentais: aumentariam a velocidade da circulação monetária, o que permitiria executar as mesmas funções com uma massa; aumentariam a criação de crédito, tanto a outras empresas como a indivíduos particulares, enquanto consumidores; constituiriam associações de empresas para emitir e pôr em circulação senhas que serviriam então como substituto de notas, ou usariam para o mesmo fim os tipos de cartões existentes. Qualquer destas medidas pode ser tomada numa esfera monetária interna às fronteiras de cada país. E sem sair delas deve ainda observar-se que o multiplicador a que obedece a criação de dinheiro de crédito não é um dado fixo, sendo ele próprio suscetível de várias formas de expansão, algumas inteiramente controláveis no âmbito das empresas particulares.

A decisiva supranacionalização dos fluxos monetários veio impedir ainda mais o controle da massa de dinheiro pelas autoridades oficiais. Os casos extremos encontram-se hoje num número considerável daqueles países da esfera estadunidense que não são membros da OCDE e onde o dólar é correntemente usado como moeda paralela, não só pelo grande capital, mas por uma parte considerável do público consumidor. Em Israel, na última década, o controle da aceleradíssima subida nominal dos preços e salários apenas pôde ser feito tendo em conta a dolarização da economia, ou seja, sujeitando-se as autoridades governamentais aos limites da sua eficácia própria. E, quando se calcula que o montante de dólares em circulação paralela na Argentina, em 1986, fosse entre duas e meia a quatro vezes superior ao montante de austrais, ficam sugeridas as dimensões que o problema pode atingir; como termo histórico de comparação recorde-se que na Alemanha, em outubro de 1923, quase no auge de uma das mais vertiginosas subidas dos preços nominais, o montante de divisas estrangeiras em circulação no país parece

ter sido idêntico à importância total das notas alemãs em circulação. Talvez mais revelador ainda seja o que se passou no Panamá em 1988, quando a administração dos Estados Unidos recorreu sem êxito a enormes pressões políticas e ao boicote econômico para afastar do poder o homem forte local. Apesar de as únicas notas em uso oficial no país serem os dólares estadunidenses, o boicote suscitou apenas uma breve crise de liquidez, ultrapassada, em primeiro lugar graças aos cheques de denominações fixas com que o governo panamenho passou a pagar aos seus funcionários e que rapidamente começaram a circular como notas; e, em segundo lugar, em virtude dos pagamentos em verdadeiros dólares que continuaram a ser feitos pelas filiais de transnacionais. Qualquer análise realista das questões monetárias tem de reconhecer a capacidade dos elementos constitutivos do Estado A, não só para expandirem colossalmente a sua criação própria de dinheiro, mas para apagarem as fronteiras existentes entre uns e outros tipos monetários, pela facilidade com que se movem entre eles e os convertem reciprocamente. Por isso o Estado R, se quisesse proceder a uma redução drástica da massa monetária, perderia decisivamente o controle da sua emissão em benefício do Estado A.

É hoje tão flagrante a necessidade em que as instituições monetárias oficiais se encontram de não ultrapassar dadas situações de equilíbrio, e é tão comprovadamente em benefício do Estado A que revertem as ocasionais tentativas dos governos para afirmarem uma autoridade monetária que já não possuem, que me interrogo sobre quem pode sustentar a difusão que as teses friedmanianas conhecem nos últimos tempos. É certo que as ilusões monetaristas perduram porque nenhuma ideologia se destrói ou confirma no nível da argumentação, mas apenas da prática social de que é mera expressão. Enquanto houver uma emissão monetária do Estado R pretendendo afirmar-se contra a do Estado A, durarão os mitos monetaristas. E não de subsistir como apenas, porque qualquer tentativa de aplicação prática dos seus postulados só pode, afinal, levar ao inverso, ao reforço da capacidade de emissão do Estado A. De tal modo que para um observador exterior a dúvida surge, se em boa parte a difusão da escola friedmaniana não será hoje estimulada pelas grandes empresas, precisamente em virtude dos efeitos negativos que a execução dos seus princípios acarretaria a para as emissões oficiais. Mas poderemos creditar os administradores das maiores transnacionais com esta tática digna de Talleyrand, de promoverem para o público uma doutrina de maneira a que, sub-repticiamente, ela resulte em efeitos que lhe são contrários? Merecerão esses gestores um elogio tão grande?

O certo é que, para além destas questões ideológicas, o sistema monetário atual se

estabeleceu em termos decorrentes do neocorporativismo informal: nele articulam-se as grandes empresas transnacionais, tanto direta como indiretamente, mediante a constituição do eurodinheiro; os mais importantes bancos centrais, em grande medida autonomizados da esfera governamental e inter-relacionados cada vez mais estreitamente no âmbito do Banco de Pagamentos Internacionais; e o Fundo Monetário Internacional, também cada vez mais destacado do contexto intergovernamental em que foi criado. A supranacionalização da atividade monetária arrastou, em suma, instituições inicialmente decorrentes do Estado R para as estruturas neocorporativas, onde as transnacionais imperam, graças, neste caso, à sua função decisiva de criação monetária.

Mesmo que qualquer destes tipos de dinheiro não apareça explicitamente, no capitalismo o dinheiro está sempre presente, porque sem ele não podem funcionar as defasagens. Nenhuma das relações econômicas contemporâneas em que não se vê circular dinheiro pode ser considerada como um caso de escambo. Trata-se apenas de uma forma física específica assumida por um ou outro tipo de dinheiro e caracterizada pela ausência de suporte material próprio e autônomo. A aparente troca de bens ou serviços ou o pagamento do salário em gêneros definem-se como transações *télescopées*, ilusoriamente amalgamadas porque o dinheiro não aparece em cada caso com um suporte distinto, mas apenas sobre o suporte comum que é o livro de contabilidade ou, mais recentemente, a memória do computador. O que, portanto, caracteriza esta forma, chamada escritural, do dinheiro é o fato de o seu meio material poder ser comum aos dinheiros de qualquer tipo. E até quando as transferências de bens ocorrem no interior dos mesmos quadros de propriedade, quer dentro de uma mesma empresa, quer em obediência a movimentos estipulados por um plano central e processados entre empresas pertencentes ao governo, é sempre o dinheiro, inclusive na forma escritural, que serve para conceber, realizar, registrar e avaliar estas operações. Se por vezes o dinheiro escritural apenas confere outra forma material a um dado tipo de dinheiro já emitido, em outros casos auxilia a criação monetária.

Por isso, também o dinheiro escritural é uma condição do funcionamento das defasagens e das contradições, e as lutas pelo controle do poder e pela reorganização do aparelho de Estado exercem-se no seu âmbito, tal como vimos que sucede quando os vários tipos de dinheiro possuem um suporte específico. Em termos muito gerais, as instituições que estabelecem a compensação entre operações recíprocas, que fazem o balanço entre os bens ou serviços mutuamente transferidos ou prestados, que realizam o *clearing* entre os participantes, são quem controla o dinheiro escritural e, portanto, quem preside ao emprego ou à criação dos

tipos de dinheiro que assumem esta forma. Por isso, também aqui se detecta o mesmo desenvolvimento histórico mediante o qual, numa fase inicial, os bancos centrais, exercendo funções de câmara de compensação, conseguiam superintender o quadro geral do dinheiro escritural no sistema de critério para, num estágio seguinte, serem cada vez mais ultrapassados pelas relações estabelecidas diretamente entre as grandes empresas, que não se limitam à utilização de dinheiro escritural no seu âmbito próprio, mas podem hoje fazê-lo mediante técnicas tais que o montante não deixa traços na contabilidade registrada. Deste modo, os componentes predominantes do Estado A não só conseguem uma maior autonomia na manipulação dos vários tipos de dinheiro já emitido, como assumem mesmo um grau superior de independência na criação monetária. E o emprego crescente da eletrônica, permitindo uma mais fácil integração supranacional dos balanços e compensações, acelera a formalização escritural do dinheiro e reforça os efeitos indicados.

Nas transações internacionais, o dinheiro escritural tem tido nos últimos anos uma grande e crescente importância. O seu emprego era já há bastante tempo fundamental no comércio entre países membros do Conselho para o Auxílio Econômico Mútuo, a que no Ocidente correntemente se chama Comecon. Aí o rublo transferível é um dinheiro escritural, um coeficiente de conversão que se aplica aos preços praticados no comércio mundial, transformando-os de modo a definirem os vigentes nas transações internacionais na esfera político-econômica soviética, em independência dos preços praticados no interior de cada país membro. Porém na última década, ou década e meia, a utilização de dinheiro escritural ampliou-se em todo o mundo devido à difusão das várias formas de *counter trade*. Estes métodos comerciais são multifacetados nos seus efeitos e têm origens muito mais profundas do que a mera questão que agora me ocupa. Mas, como permitem que governos ou empresas com escassez de divisas fortes possam, apesar disso, efetuar transações internacionais e como, mediante as defasagens temporais introduzidas nos pagamentos, possibilitam a criação de crédito, sempre que nestes casos se recorre ao dinheiro escritural ele serve para auxiliar formas de criação monetária: ou enquanto dinheiro de crédito, ou pela possibilidade de, com escassas reservas, empregar um volume superior de dinheiro no comércio internacional. Nesta medida, porém, o *counter trade* proporcionava uma certa autonomia monetária a empresas ou governos de terceira ordem, o que levou as principais instituições financeiras a restabelecerem o controle. Nos últimos anos, os grandes bancos transnacionais têm aberto departamentos especializados nas operações de *counter trade* e, facilitando-as, passam inevitavelmente a canalizá-las. Ao mesmo tempo, as grandes empresas transnacionais aproveitaram a superior autonomia

monetária permitida pelo *counter trade* e tornaram-se os principais intervenientes neste gênero de operações, tendo até vindo a aumentar a sua participação. E, como os gestores destas grandes empresas são os mesmos que os dos grandes bancos transnacionais, ou estão-lhes intimamente ligados, mantêm a independência e o controle neste quadro do dinheiro escritural. Vemos assim novamente como a esfera monetária realiza a supremacia do Estado A. Condição operacional das contradições, o dinheiro é por isso também um objeto das lutas sociais.

Pretendi até agora mostrar as várias formas como as classes capitalistas realizam a sua exclusividade de emissão de dinheiro, veiculando-se, pela distinção entre aqueles que o criam e os que apenas podem recebê-lo, o antagonismo entre exploradores e explorados. Esta contradição opera uma segunda vez na esfera monetária, pela distinção entre as relações que cada tipo de dinheiro pode veicular para os seus detentores. Ao transitarmos do ponto de vista da oferta monetária para o da procura, deveremos começar pela constatação mais evidente, a de que todos, capitalistas tal como trabalhadores, são seus recebedores. O dinheiro consiste em títulos que reproduzem a categoria social de quem os recebe, mediante a capacidade que lhe é conferida de se apropriar dos objetos econômicos — tanto bens como direitos — adequados a tal categoria social. Esta é outra forma de expressar a definição do dinheiro enquanto veículo do funcionamento das relações sociais e, se assim é, então o dinheiro consiste em títulos à apropriação de objetos econômicos que podem reproduzir uma categoria social apenas enquanto ela própria, e não outra. Não há por isso nenhum tipo de títulos monetários provido de liquidez total, e apenas esferas de liquidez e âmbitos mais ou menos vastos de liquidez dentro de cada esfera. Uma vez mais constatamos a falsidade daquele pressuposto acadêmico que afirma a homogeneidade do dinheiro.

Os títulos de circulação mais genérica dão direito à apropriação de bens correntes de consumo pessoal. Quanto aos recebedores destes títulos não se distingue, na grande parte dos casos, entre os capitalistas e a força de trabalho porque, para pagarem os bens do seu consumo específico, os capitalistas fazem-no em títulos que os artesãos possam utilizar na aquisição dos elementos do seu próprio consumo, os quais, em considerável proporção, não se diferenciam dos destinados ao consumo dos trabalhadores. Ou seja, porque o consumo individual especificamente capitalista é indireto, mediado pelo trabalho improdutivo do artesanato de luxo, não se torna necessária, em princípio, qualquer distinção entre os títulos utilizados pela força de trabalho para a obtenção dos seus bens de consumo e os usados pelos capitalistas para o seu consumo próprio. Pelo fato de estes títulos de circulação genérica tanto poderem consistir em notas (e, cada vez mais acessoriamente, moedas) como em dinheiro de crédito, ou seja,

elementos decorrentes dos dois grandes tipos de dinheiro, ou qualquer forma escritural que para eles remeta, não deve julgar-se que o âmbito da sua liquidez vá além dos bens de consumo pessoal a cuja aquisição se destinam. Quanto às notas, se visam exclusivamente a obtenção de bens de consumo, então nunca ultrapassarão, de cada vez que são recebidas, um volume limitado, o que torna impossível empregá-las na aquisição direta de meios de produção ou mesmo, geralmente, em quaisquer formas indiretas de investimento; e, como a necessidade de obtenção de bens de consumo se reproduz em ciclos rápidos, é necessário gastar de cada vez a totalidade ou a maior parte do montante de notas recebido, o que impossibilita a sua acumulação e impede a passagem à condição de investidor capitalista. Vemos, portanto, que o montante relativo de um dado pagamento é um dos elementos definidores do tipo de título a que corresponde o dinheiro empregado nesse pagamento. Quanto ao dinheiro de crédito, os processos da sua criação distinguem rigorosamente entre aquele que se destina a uma circulação ampla e visa apenas a apropriação de bens de consumo pessoal e os que se inserem em outros tipos de títulos.

Contudo, sucede com alguma freqüência que, mesmo nesta esfera da aquisição de bens de consumo pessoal, circulem títulos restritos aos capitalistas. Certas notas, que no país de origem integram títulos de consumo pessoal comuns a trabalhadores e capitalistas, mas que funcionam internacionalmente como divisas fortes, podem em alguns países estrangeiros ser acessíveis apenas, ou sobretudo, a capitalistas, os únicos aí que, pela sua atividade econômica, recorrem sistematicamente às instituições cambiais. Acontece, então, que nesses países os capitalistas usem notas estrangeiras de denominação forte para adquirir artigos de luxo, próprios apenas ao seu consumo específico. Criam-se em tais casos dois tipos de mercado de bens de consumo drasticamente distintos: um destinado à obtenção de produtos de uso pessoal corrente e onde vigoram os títulos emitidos internamente e com circulação genérica: o outro reservado a bens de consumo de luxo e no qual vigoram títulos emitidos no estrangeiro e de circulação restrita. Os mercados deste segundo tipo existem, em países do Terceiro Mundo, sob a forma de mercado paralelo ou mercado negro, enquanto na União Soviética e pelo menos em alguns outros países da sua esfera econômica está legalizada a existência simultânea de ambos.

Outros títulos monetários têm a circulação restrita aos capitalistas, porque se destinam exclusivamente à apropriação de capital. Também este tipo de títulos pode consistir em notas ou em dinheiro de crédito ou em formas escriturais que a eles remetam. Quando se trata de dinheiro de crédito, como é criado durante as operações normais das empresas e das instituições financeiras, mediante os próprios mecanismos desse funcionamento, não oferece qualquer

dificuldade fazer com que apenas os que participam neste nível no sistema econômico sejam contemplados com esse tipo de títulos. E, como a sua emissão ocorre nos mesmos processos pelos quais o capital se reproduz, destinam-se diretamente à apropriação de capital. Quanto às notas, e contrariamente ao que referi há pouco, nestes títulos de circulação mais restrita o volume monetário transferido é sempre tão considerável que se torna seguro que a totalidade, com a eventual exceção de uma porção marginalmente insignificante, destina-se a veicular a reprodução do estatuto de capitalista. Deve observar-se ainda que, no caso de a unidade monetária de um dado país constituir uma divisa internacional forte, o privilégio resultante do seu uso além-fronteiras incide apenas, ou sobretudo, nos capitalistas desse país, uma vez mais porque são os únicos a poder avançar volumes monetários maciços, e as vantagens cambiais só se tornam verdadeiramente relevantes acima de dado montante.

Mesmo entre os capitalistas, porém, há barreiras institucionais que, do exterior da esfera monetária, restringem a liquidez do dinheiro. Os administradores de uma unidade de produção integrada numa unidade de propriedade mais vasta podem não dispor de autonomia para empregar qualquer montante de notas ou crédito, a que tenham acesso, na aquisição de meios de produção ou em outra forma de investimento. Necessitam, então, da autorização dos capitalistas que controlam os organismos centrais dessa unidade de propriedade e depende do tipo de planificação em vigor internamente que a autorização seja concedida ou recusada caso a caso, ou que desde o início se defina a margem de independência de que gozam os gestores de cada unidade subsidiária. Não há, sob este ponto de vista, qualquer diferença fundamental de situações entre os países da área econômica estadunidense e os da soviética. Apenas pode variar a escala das unidades de propriedade, mas mesmo a este respeito tende-se para uma convergência: na esfera dos Estados Unidos, nomeadamente através da transnacionalização das empresas, tem-se alargado muito o âmbito em que vigora este tipo de restrições à liquidez; enquanto na esfera da União Soviética vem se reconhecendo, na última década, a inevitável pluralidade dos grandes pólos de concentração, atenuando-se o caráter normativo dos planos centrais e constituindo-se vastos *Kombinate*, que em grande parte funcionam como unidades de decisão e de controle no que toca ao âmbito de emprego da liquidez.

Fica, assim, colocado o problema da veiculação das diferenciações intercapitalistas mediante a diferença entre os vários tipos de títulos cuja circulação se restringe às classes exploradoras. Nos últimos anos, e em escala internacional, a distinção entre os dois tipos de aparelho de Estado pode ser veiculada pelos DSE e pelos ECU, cujo uso se limita às instituições oficiais, no pagamento de dívidas entre elas geradas devido à sua intervenção nos mercados

cambiais. Os DSE circulam apenas entre os bancos centrais dos países membros do Fundo Monetário Internacional e os ECU entre os dos países membros do Sistema Monetário Europeu. Mas mais importantes, porque de alcance mais genérico, é a diferenciação introduzida nos títulos monetários de modo a veicularem a desigualdade na repartição intracapitalista da mais-valia. Sobretudo à medida que o crédito e a generalidade dos mecanismos financeiros foram se concentrando e a classe dos gestores assumiu a hegemonia, a distinção entre as categorias superiores e as inferiores do capital passou a demarcar-se cada vez mais rigorosamente. Esta distinção é veiculada pela emissão de uma hierarquia de títulos, capazes uns da apropriação das formas superiores de controle e que, portanto, operam a reprodução dos estratos superiores de capitalistas; e dando os outros apenas acesso àqueles níveis de participação no capital que garantem só uma percentagem inferior na mais-valia repartida.

Porém, como as relações sociais comportam defasagens e desequilíbrios, as classes não são castas e atravessam-nas processos de mobilidade. A condição operacional dessa mobilidade consiste na ausência de margens rígidas entre os vários tipos de títulos monetários. Ainda aqui são as instituições financeiras que desempenham um papel crucial, recebendo um tipo de títulos e podendo em troca fornecer títulos de outro tipo. Os mecanismos financeiros procedem a uma filtragem rigorosa nos canais de mobilidade social. A transição entre explorados e exploradores constitui, porém, a exceção, e na esmagadora maioria dos casos a mobilidade exerce-se apenas entre camadas de rendimentos no interior das classes capitalistas ou no interior da classe dos trabalhadores. Se assim é, torna-se necessário clarificar outro dos aspectos importantes no funcionamento das instituições financeiras.

Até aqui, tenho abordado as instituições financeiras na perspectiva da centralização dos capitais dispersos. Mas é sabido que elas absorvem também poupanças dos trabalhadores, ou seja, não se limitam a centralizar mais-valia, mobilizam também o seu oposto social, frações dos salários. No primeiro caso, quem coloca rendimentos em instituições bancárias recebe títulos que dão direito à apropriação de capital e, portanto, à futura detenção de mais-valia; no segundo caso, os títulos recebidos pelos depositantes dão direito à propriedade de bens de consumo, quer dizer, bens que vão permitir aos trabalhadores reproduzir-se como produtores de mais-valia. Não é por convergirem nas instituições de crédito que os diferentes tipos de títulos depositados passam a confundir-se e distinguem-se os mecanismos económicos em que se inserem. O mesmo acontece com a captação de poupanças pelas sociedades por ações. Temos aí, no topo, as categorias superiores de capital, que consistem no controle exercido sobre os aspectos centrais da organização económica. Seguem-se as categorias inferiores, constituídas,

ou por formas de propriedade dos meios de produção desprovidas de controle sobre a organização dos processos de trabalho, ou por formas de controle subordinadas hierarquicamente às das categorias superiores de capital e dotadas de uma esfera de decisão mais restrita. Mas existem ainda formas em que a propriedade — enquanto propriedade de ações — exerce-se meramente sobre o papel em que estão impressas! Elas não permitem sequer as formas de detenção, dos meios de produção típicas das categorias inferiores do capital. É analisando a estrutura das sociedades por ações, os seus regulamentos internos, a constituição das assembleias de acionistas, o número de ações necessário para nelas participar, os poderes de controle efetivos — ou a ausência deles — atribuídos às assembleias, que poderemos distinguir, em cada caso, entre as ações que constituem títulos à detenção das categorias superiores e das inferiores do capital, e entre estas e as que não fornecem qualquer acesso ao capital. Mas, então, este último tipo de ações constitui um título para a detenção de que objetos econômicos? Os depósitos bancários e as ações que não representam qualquer título à posse de capital e, portanto, à reprodução de uma situação social que se beneficie da repartição da mais-valia resultam da mobilização de poupanças dos trabalhadores. Quais as operações a que procedem as instituições financeiras com as poupanças assim captadas?

Quando, durante o período que um dado salário se destina a cobrir, uma família de trabalhadores deixa de consumir uma parte desse salário e a deposita numa instituição de crédito, ou com ela compra ações, está trocando o consumo imediato por um consumo possível a longo prazo. Para esse eventual consumo futuro, articula a periódica recepção dos juros, ou dos dividendos enquanto forma de juros, e o levantamento final do montante depositado, ou a venda das ações à cotação que então tiverem. A mobilização pelas instituições financeiras das poupanças efetuadas sobre os salários implica, em suma, a diminuição do montante disponível do salário atual e o aumento do montante previsível de salário futuro. Este processo pode ser estimulado por formas várias, enumeradas a seguir: 1. se as taxas de juro e os dividendos das ações forem manipulados de modo a elevarem-se, parecerá aos trabalhadores que, pelo fato de renunciarem ao consumo presente de uma parte de salário, essa fração se multiplica graças aos juros e dividendos. Aumentarão então a poupança e acorrerão com ela às instituições financeiras, na esperança de garantirem um consumo futuro superior ao consumo presente possível; 2. o processo anterior tem o seu complemento nas várias formas de crédito ao consumo, incluindo as vendas a prestações. Na realidade, resulta desses sistemas que o preço do bem adquirido é acrescido de juros, pelo que a disposição imediata deste bem implica uma redução a prazo do salário, relativamente ao que aconteceria se a compra se processasse de

pronto. O crédito ao consumo obriga o trabalhador a poupanças futuras e, portanto, estimula-as; 3. outra forma de incentivo resulta da manipulação dos salários. A redução dos subsídios de desemprego, dos montantes das reformas, das pensões de doença e das prestações médicas e hospitalares aparentemente gratuitas mas que, na verdade, constituem uma fração do salário paga em gêneros, tudo isso obriga as famílias dos trabalhadores, na expectativa de um eventual desemprego, perante a possibilidade de doença, na certeza de velhice, a reforçar o montante em dinheiro destinado ao previsível consumo futuro, diminuindo o do atual. Em suma, num sistema de mais-valia relativa, quanto maior for a insegurança futura que os capitalistas fizerem pairar sobre a classe trabalhadora, tanto maior será a taxa presente de poupanças; 4. numa situação em que os bens de consumo corrente, apesar de oferecidos em volume inferior à capacidade efetiva de compra por parte dos trabalhadores, sejam mantidos em preços estacionários e desde que o mercado paralelo possa ser contido dentro de limites estritos, como sucede presentemente com as economias de tipo soviético, os trabalhadores não têm outro recurso senão o de depositar em instituições bancárias a fração do salário que lhes é materialmente impossível gastar; 5. podem ser tomadas medidas compulsivas, ou seja, que não visam apenas as despesas dos trabalhadores enquanto conjunto, mas se dirigem a cada um individualmente. Em outros casos, as empresas conseguem impor a redução da parte consumível do salário dos trabalhadores que nelas laboram, convertendo a restante em ações dessas mesmas empresas. Por outro lado, os órgãos do Estado R podem descontar automaticamente uma fração do salário, convertendo-a em títulos do Tesouro ou em quaisquer outras formas de obrigações. Este sistema, porém, acentua as condições repressivas, com os inconvenientes econômicos já sobejamente analisados; 6. é por isso mais fácil aos governos a manipulação direta dos impostos. Um dos principais objetivos dos impostos é o controle, no agregado, do poder de compra dos trabalhadores, e os mecanismos financeiros convertem sem dificuldade a massa monetária coletada em poupança forçada.

O mais certo é que ocorram combinações variadas entre os tipos de medidas enunciados e penso que, no caso concreto de cada país, encontram-se apenas articulações entre várias destas formas de estímulo à poupança. Um exemplo de articulação particularmente sugestivo é o que se verifica hoje na União Soviética, com as reformas que pretendem implementar a nova linha encabeçada por Mikhail Gorbatchev. Esta economia não pode passar de um estágio superior no processo de mais-valia relativa sem aumentar consideravelmente o *output* de bens de consumo corrente; mas, se o fizer, cancelará o mecanismo 4, a que tão largamente tem recorrido. Por outro lado, desde 1956 que se abandonou um mecanismo de tipo

5, consistindo na emissão de obrigações estatais, cuja aquisição era obrigatória num montante correspondente a 10% do salário. E, como o desemprego é aí sempre camuflado o que significa a existência generalizada de formas correspondentes a um subsídio desemprego e, além disso, como é muito considerável a prestação de serviços sociais por organismos governamentais e pelas empresas, resulta a impossibilidade de recorrer aos mecanismos de tipo 3. Neste contexto, e perante a necessidade urgente de reforçar a mais-valia relativa, as medidas anunciadas por Gorbachev visam, entre outras coisas, tornar o desemprego explícito e aumentar a insegurança em que vivem os trabalhadores, de maneira a passar dos mecanismos de tipo 4 para os de tipo 3. O *trade-off* existente entre eles ajuda-nos a compreendê-los melhor.

Quaisquer que sejam as formas usadas para estimular a captação de poupanças, o resultado é em todos os casos o mesmo: se a remuneração real da força de trabalho depende da relação entre o montante de salário recebido num dado período e o período em que é despendido, então um aumento do denominador, mantendo-se constante o numerador, resulta numa diminuição da base de remuneração real. Poderá a primeira vista parecer que os mecanismos de tipo 1 levariam ao acréscimo do salário realmente disponível em cada período; como os juros e dividendos resultantes de poupanças efetuadas em períodos anteriores se somam ao salário recebido em cada período, e desde que a subida desses juros e dividendos fosse superior ao montante poupado no último período, poder-se-ia julgar que aumentaria então a base do salário real. Porém o mecanismo de que resulta um eventual aumento dos juros e dividendos é exatamente o mesmo que capta as poupanças dos trabalhadores e, por isso, quanto mais efeitos surtir por um lado, mais eles se farão sentir pelo outro. Se a taxa de juros para depósitos deste tipo e a relação dos dividendos com as cotações ultrapassarem o nível da subida aparente de preços e possibilitarem, num dado período, o aumento das remunerações recebidas, então este mesmo processo mobilizará uma porção crescente de poupanças. Pode por isso concluir-se que, em qualquer caso, o incentivo às poupanças da força de trabalho tem como efeito a redução, em cada período, da base de remuneração real. A especificação deste processo por períodos é decisiva. Na ilusória perspectiva de um movimento cumulativo a longo prazo, os salários podem parecer aumentar com os juros e dividendos. Mas é crucial analisar-se a evolução, nos períodos sucessivos, da percentagem e do montante salarial poupado, o que nos permite constatar que a base de remuneração real é sempre mantida em um nível inferior ao do salário nominalmente recebido. Ora, o valor da força de trabalho decorre do valor dos *inputs* que efetivamente incorpora, e não dos que em cada momento teria a possibilidade — não realizada de incorporar. E, como os processos de captação das poupanças vão reproduzindo

sempre, e muitas vezes amplificada, a defasagem entre o montante de valor idealmente possível de incorporar na força de trabalho e o realmente incorporado, conclui-se que estes mecanismos financeiros funcionam como veículo da redução do valor da força de trabalho, constituindo, portanto, um elemento integrante da mais-valia.

E assim as instituições financeiras, longe de confundirem a imobilização de dinheiro decorrente da centralização de capitais dispersos com a resultante de poupanças efetuadas sobre os salários, ao contrário reproduzem o antagonismo social que lhes está na origem. A função dos mecanismos financeiros não é a de assimilar ambos os grandes tipos de títulos monetários nem a de operar a transformação de um no outro, mas a de lhes manter a distinção. As instituições financeiras levam, porém, estes dois processos a convergir num resultado único. Por um lado, reunindo capitais dispersos, aceleram a concentração do capital e, portanto, aceleram o ritmo da produtividade, desenvolvendo a mais-valia relativa. Por outro, aumentando a taxa de poupança das famílias dos trabalhadores, limitam o montante de valores efetivamente incorporados na força de trabalho e, por conseguinte, limitam o próprio valor da força de trabalho e aumentam correspondentemente a mais-valia. São estas as duas faces dos sistemas financeiros no desenvolvimento do capitalismo. E é porque os resultados de ambos os processos se conjugam que os economistas apologéticos do capital se permitem confundi-los. Segundo eles, então, os trabalhadores, mediante depósitos bancários ou a aquisição de ações, emprestariam capital aos capitalistas, que em troca lhes dariam, mediante os juros ou os dividendos, uma participação nos frutos desse capital. Com efeito, não há dúvida de que, através do crédito e das sociedades por ações, as poupanças dos trabalhadores são convertidas em capital. Mas o decisivo é que essa conversão não se opera nas mãos dos trabalhadores, e sim nas dos capitalistas. É para estes que as poupanças das famílias trabalhadoras se transformam em capital, precisamente porque tais poupanças implicam a redução do valor da força de trabalho e, portanto, o reforço da exploração. Não é na esfera monetária, mas na produção de mais-valia, que a conversão se opera. Esta transformação das poupanças de uns na mais-valia dos outros é um mecanismo que Keynes, como usualmente, compreendeu com clareza e no qual assenta o seu *How to Pay for the War*. Na verdade, para os capitalistas, o acréscimo da exploração é a única maneira de pagarem, não só uma guerra, mas o que quer que seja. Assim, não são os títulos monetários dos trabalhadores que mudam de tipo, passando a veicular qualquer acesso ao capital. Ao contrário, porque as instituições financeiras mantêm idêntico o tipo de títulos em que consistem os depósitos e as ações dos trabalhadores, elas podem multiplicar quantitativamente os títulos de circulação estritamente intracapitalista, os quais

veiculam o acesso à mais-valia. As instituições financeiras, pela diferenciação que operam entre os vários tipos de títulos, veiculam o antagonismo social básico mediante o qual os trabalhadores produzem a mais-valia de que os capitalistas se apropriam. A manutenção da distinção entre estes grandes tipos monetários pode observar-se ainda mais facilmente nas economias da órbita soviética do que nas da estadunidense, pois nas primeiras o sistema bancário estabelece limites formais particularmente explícitos entre o dinheiro depositado pelos trabalhadores e os tipos de dinheiro reservados à circulação intracapitalista. O que confirma que a transformação das poupanças dos trabalhadores em mais-valia se opera institucionalmente, pelas relações sociais, e não por quaisquer confusões entre dinheiros com idêntica denominação formal. É este afinal, e como sempre, o segredo do capital.

5.3. Operações do dinheiro

Se o dinheiro é o veículo do funcionamento de relações sociais que, porque antagônicas, não se realizam senão enquanto luta de classes, então o dinheiro é uma condição operacional dessa luta. Ou mais exatamente, pois vimos que a sua emissão é exclusividade dos capitalistas, o dinheiro é uma condição operacional da luta dos capitalistas pela extorsão e apropriação da mais-valia.

Sob este ponto de vista, a função fundamental do dinheiro consiste em dissimular no salário a existência de um tempo de trabalho não pago, como Karl Marx notou numa conhecida passagem do Livro I de *O Capital*, no capítulo XIX, onde estabeleceu a distinção entre os sistemas de exploração na escravatura e no capitalismo. Para que a situação social dos capitalistas se reproduza no antagonismo da mais-valia, é necessário que eles contenham ou recuperem as lutas dos trabalhadores, em suma, que as neguem. E isso implica que seja recusada às lutas a razão de ser, que lhes seja negado o fundamento, não se reconhecendo a própria existência da exploração. Esta posição dos capitalistas nos conflitos sociais é veiculada pelo dinheiro; a negação de que o tempo de trabalho se cinda numa porção paga e em outra não paga é veiculada pela homogeneidade monetária do salário. Cada trabalhador recebe hoje, na grande parte dos casos, o salário em diferentes tipos de dinheiro, graças à generalização crescente do dinheiro de crédito, e cabe então à forma escritural a função de homogeneizar esses vários tipos monetários. A homogeneização é uma condição exigida pelo assalariamento, de maneira que, se no modelo da mais-valia é radicalmente clara a distinção entre o tempo de

trabalho necessário e o tempo de sobretrabalho, no modelo do salário a exploração é indistinguível; o dinheiro transforma a absoluta distinção entre os dois tempos de trabalho que compõem a jornada, na absoluta homogeneidade formal das unidades monetárias que compõem o salário. Por isso todos aqueles autores que, mesmo no campo marxista, pretendem analisar a situação dos trabalhadores exclusivamente no nível dos salários em dinheiro e das estatísticas a eles relativas estão, com efeito, a promover a escamoteação do antagonismo básico da exploração. Deixando supor que o tempo correspondente à sua homogeneidade própria seria um tempo único e homogêneo, o dinheiro veicula a posição social dos capitalistas na negação das lutas dos trabalhadores e, portanto, na reprodução do processo de exploração. E, enquanto os trabalhadores subordinarem a sua prática à mais-valia, pela aceitação das suas derrotas ou da recuperação das suas lutas, limitar-se-ão também à homogeneidade da forma monetária do salário para veicular o antagonismo com os capitalistas. Desde que as lutas dos trabalhadores contra o capital se mantenham dentro do quadro salarial e aceitem, portanto, o pressuposto da sua homogeneidade, elas estão condenadas ao esmagamento ou à recuperação. O dinheiro é, em suma, o véu com que o capitalismo encobre a fundamental contradição da mais-valia.

Esta função é tão importante na reprodução do capitalismo que a homogeneidade monetária salarial se projeta e se estende a toda a esfera do dinheiro. E, a partir daí, amplia mais ainda o mito da homogeneidade, de maneira que as formas ideológicas prevalentes na sociedade contemporânea constituem, afinal, reflexões sobre o dinheiro. Émile Benveniste mostrou que Aristóteles, quando julgava ter definido as categorias do ser, procedera na verdade à análise das categorias na gramática grega. E já, a propósito do sistema filosófico de Platão, observara Adam Smith, num ensaio só postumamente publicado, que, tal como muitas outras doutrinas filosóficas, parecia dever-se mais à natureza da linguagem do que à natureza das coisas. Do mesmo modo aqui, em que esta prática na esfera monetária constitui a condição operacional para que o antagonismo se reproduza como tal, sem ao mesmo tempo destruir o modo de produção, também qualquer reflexão sobre a continuidade social que não ponha em causa o capitalismo tem como base e como ponto de partida uma reflexão sobre a homogeneidade formal do dinheiro. Os sistemas ideológicos capitalistas são multimodos e exprimem articulações de infinitudes de práticas e de seqüências de práticas. Mas o quadro comum, que a todos preside, postula ou a afirmação das diferenças como meramente quantitativas, ou a possível redução de todas as distinções qualitativas a diferenças de quantidade. A concepção tantas vezes explicitada e, de resto, sempre pressuposta pelos ideólogos do capitalismo, de que apenas é real o que for suscetível de expressão numérica tem

como verdadeiro fundamento a seleção de sistemas de mensuração restritos, caracterizados pela homogeneidade. É neste quadro que pensam os comportamentos do Homem Econômico, do Homem Político e do Homem Moral, atribuindo a cada uma destas personalidades, resultantes da divisão numérica do indivíduo, a capacidade de exercer uma pluralidade de opções numa escala única gradativa. Porém, como Dostoiévski fez dizer ao personagem de *Notas de um Subterrâneo*,

“Estarão enumerados exatamente os interesses humanos? Será que não existem os que não entram em nenhuma das vossas classificações nem podem aí encontrar lugar? Porque, tanto quanto sei, os senhores estabeleceram o vosso registro dos interesses humanos segundo os números médios das estatísticas e das fórmulas econômico-científicas. Os interesses humanos, segundo os senhores, são a riqueza, a tranqüilidade, a liberdade e assim por diante; de modo que o homem que ostensivamente e com conhecimento de causa recusasse o vosso registro deveria ser considerado, na opinião dos senhores, e aliás na minha também, como um obscurantista, um louco? Não é assim? Mas eis algo de muito estranho: por que razão todos estes estatísticos, estes sábios, estes filantropos deixam constantemente de lado um certo elemento nos seus cálculos dos interesses comuns? Nem querem sequer tê-lo em conta nas suas fórmulas, falsificando-lhes assim os resultados. E, no entanto, onde está a dificuldade? Por que não completar a lista, introduzindo o elemento em questão?... Mas a dificuldade surge porque esse elemento tão particular não pode encontrar lugar em nenhuma classificação, nem inscrever-se em nenhuma lista.”

A homogeneidade numérica atribuída à sociedade e aos comportamentos humanos caracteriza afinal, e tão só, aquela função do dinheiro no capitalismo.

Condição operacional da luta dos capitalistas pela exploração da mais-valia, o dinheiro é ainda a condição da reprodução desse processo e mediante uma forma que leva ao extremo as virtualidades da homogeneização. O desenvolvimento da produtividade acarreta a defasagem que consiste na incorporação de um tempo de trabalho sempre menor em cada unidade de *output* e, simultaneamente, o desequilíbrio que consiste na desvalorização de produtos — bens materiais e serviços, e força de trabalho — decorrentes, em cada estágio, dos estágios tecnológicos anteriores. É este o contexto da mais-valia relativa, a qual, nos seus termos mais simples, leva a uma redução do valor da força de trabalho, mantendo-se idênticos ou aumentando o volume ou a qualidade dos *inputs* nela incorporados. Se os preços constituíssem uma expressão imediata dos valores, resultaria deste processo uma tendência acentuadamente deflacionária, ou seja, o desenvolvimento da mais-valia relativa determinaria a progressiva

diminuição dos preços. Parece, com efeito, que os mecanismos da produtividade permitiriam baixar o preço de cada unidade do *output* e reduzir, portanto, o montante nominal dos salários, mantendo-se constante ou aumentando a sua capacidade de compra de bens e serviços, ou seja, mantendo-se ou crescendo os salários reais. É, aliás, segundo um modelo deflacionário que Karl Marx apresentou em *O Capital* o processo da mais-valia relativa, tanto no capítulo XVII do Livro I como, no Livro III, no capítulo VI. Porém, se a operação fundamental do dinheiro consiste em obscurecer a defasagem entre o tempo de trabalho pago e o não pago mediante a homogeneidade da forma salário, então, desde que essa forma seja aceita pelos capitalistas como pelos trabalhadores, é o caráter monetário do salário, ou seja, precisamente o seu montante nominal, que prevalece. E esta forma salário é aceita pelos trabalhadores quando as reivindicações e pressões são recuperadas pelo capitalismo, quer dizer, exatamente no processo de mais-valia relativa que é agora objeto de minhas considerações. Enquanto se subordinarem ao quadro do assalariamento capitalista, os trabalhadores aceitarão o salário como dinheiro, sem referência direta aos valores para cuja aquisição constitui um título. A aceitação da forma salário implica a aceitação da sua homogeneidade e, portanto, a referência à esfera homogênea das unidades monetárias dos preços, e não à heterogeneidade de relações sociais contraditórias. O salário é dinheiro e, como dinheiro, não pode ser senão salário nominal. Keynes foi de uma grande lucidez a respeito desta questão, como de muitas outras, ao observar no início da *Teoria Geral...* que, em condições de manutenção do nível de emprego, os trabalhadores lutam contra a redução dos salários nominais em dinheiro, mas não contra uma queda dos salários reais desprovida de reflexos nos salários nominais. E mostra, bastante mais à frente no mesmo livro, que, se ocorresse uma deflação progressiva dos salários, resultaria a eliminação do dinheiro, pela anulação do seu poder de compra. Fica assim estreitamente articulada a dupla problemática da inflação salarial e da função genérica do dinheiro no capitalismo. Tal como a forma monetária do salário veicula pelo lado capitalista o antagonismo da mais-valia, servindo o dinheiro de véu para encobri-lo, também a dinâmica desse antagonismo, a permanente interação das reivindicações, da sua assimilação, das novas reivindicações surgidas, é veiculada, do lado capitalista, pela inflação salarial.

A inflação não se resume a uma subida dos preços, nem é sequer esse o aspecto que a caracteriza. Para entendermos o processo inflacionário temos de levar em conta que nele se articulam duas séries distintas. Por um lado, o aumento da produtividade constitui, para cada tipo de bens, a série descendente dos tempos de trabalho incorporados em cada unidade do *output*. Por outro lado, essa diminuição progressiva dos valores não se reflete numa série de preços

declinantes, ou que declinem na mesma proporção em que baixam os valores. O processo inflacionário caracteriza-se, em suma, pelo crescente afastamento entre a curva dos valores e a dos preços. Importa aqui exclusivamente a relação entre ambas as séries, e não a mera relação entre os preços no interior da sua série específica. O caso de uma subida vertiginosa de preços acompanhada por um declínio catastrófico da produtividade implica um grau de inflação real muito reduzido, ou negativo até; ao passo que preços estáveis, ou mesmo em diminuição, podem representar um forte grau de inflação, se forem acompanhados por uma série em que os progressos da produtividade façam diminuir drasticamente o valor das unidades do *output*. Em suma, para compreendermos a inflação, não podemos reduzir-nos à curva que exprime a série dos preços, mas temos de observar sempre a sua evolução relativamente à curva que exprime a série dos tempos de trabalho incorporados nas unidades do *output*. Quando a diferença entre ambas as curvas consiste numa série crescente, existe inflação. Aliás, mesmo em termos genéricos, o modelo tem de ser formulado com maior exatidão, pois nem os progressos da produtividade seguem um ritmo constante, nem a sua evolução é a mesma em cada ramo de produção. Assim, a diferença entre a curva dos preços e a dos efeitos da produtividade sobre os valores reflete a existência das defasagens e desequilíbrios. Distingo, portanto, desta inflação real a mera subida nominal dos preços — a qual, todavia, constitui o fenómeno que tanto a opinião corrente como as análises económicas designam como sendo a inflação. É imprescindível deixar desde já inteiramente clara esta diferença de definições, sem o que não pode ser entendido o resto do capítulo.

A partir daqui podemos interpretar os efeitos perceptíveis da inflação. O dinheiro não é um valor, nem os exprime, por isso a inflação não consiste em qualquer desvalorização do dinheiro, que resultasse da sua emissão a um ritmo superior ao da oferta de bens. A inflação inverte o processo de diminuição do tempo de trabalho incorporado em cada unidade do *output*, apresentando-o como um processo de diminuição do montante de valor possível de adquirir com um dado título monetário; o declínio do valor das unidades do *output* é refletido como um declínio das capacidades do dinheiro.

Uma vez definida a inflação, posso encetar a sua análise enquanto condição operacional da exploração em sistema de mais-valia relativa. Compara-se geralmente a evolução dos salários nominais com a dos demais preços ou, num mecanismo mais elaborado, com a evolução da produtividade, mas sendo esta então medida ilusoriamente no nível dos preços. Há países onde, durante períodos muito longos, os salários e os preços nominais mantiveram uma elevada estabilidade. Nestes casos, o grau de inflação real e, portanto, o grau de

desenvolvimento da mais-valia relativa decorrem da relação entre essas séries monetárias estáveis e as séries dos valores das unidades do *output* e serão tanto mais consideráveis quanto mais acentuado for o declínio destas últimas. O problema é o mesmo relativamente à parte dos salários eventualmente paga em gêneros. No capitalismo não há lugar para escambo, e uma situação deste tipo resulta do amálgama de duas operações distintas. Por isso o salário em gêneros é sempre exprimível na forma escritural do dinheiro e, se esses bens não são possíveis de obter de outro modo, equivale a um salário monetário em que a variação nominal ao longo do tempo seja zero. Numa situação de mais-valia relativa, a prestação salarial de gêneros em igual quantidade e de idêntica qualidade corresponde a uma incorporação na força de trabalho de um valor declinante e, por isso, sustenta a inflação. Qualquer que seja a forma de remuneração dos trabalhadores, basta que consista em salários, redutíveis portanto a uma expressão monetária, para que a desvalorização da força de trabalho mediante a desvalorização dos seus *inputs* seja encoberta pelo véu da inflação. A heterogeneidade dos preços permite múltiplas comparações e, à defasagem fundamental entre as séries dos preços dos bens e serviços destinados ao consumo dos trabalhadores e as séries dos valores, acrescem-se as defasagens existentes entre os preços e entre estes e os salários nominais. Mas esta heterogeneidade suplementar nada esclarece quanto à inflação real, nem quanto ao grau de exploração a que os trabalhadores estão sujeitos. Enquanto a análise se concentrar nas diferenças entre preços, não passará de uma só das curvas definidas. Ora, não basta comparar a evolução das séries monetárias dos salários e dos preços dos bens consumidos pela força de trabalho, mas é fundamentalmente necessário avaliar a diferença entre, por um lado, a curva do conjunto de preços e, por outro, a evolução do valor das unidades do *output*. Se a inflação consistisse apenas na subida nominal dos preços, então, a prazo, não iludiria ninguém e os trabalhadores teriam conseguido evitar o agravamento da taxa de exploração mediante o recurso às várias formas de indexação dos salários monetários, estabelecidos em função da evolução média dos preços de uma dada cesta de produtos de consumo corrente, ou em função da produtividade avaliada pelas repercussões aparentes na esfera dos preços. Mas, como a inflação não pode ser medida por comparações entre preços, todas as formas de indexação resultam apenas do véu monetário que encobre a exploração e que contribuem para torná-lo mais opaco, agravando os seus efeitos. Julga-se que se tomou o pulso à inflação e se conseguiu subjugar-la, quando precisamente se oculta o seu fundamento. O processo inflacionário tem, portanto, como conseqüência ocultar a dinâmica da relação entre os salários recebidos pelos trabalhadores e o valor dos *inputs* que estes consomem — e é exatamente essa relação que constitui o cerne da mais-valia relativa. Por isso a inflação é uma condição operacional para o desenvolvimento deste tipo de exploração.

Enquanto os trabalhadores lutarem dentro do quadro salarial, tomarão o salário por aquilo que ele aparenta ser; não ultrapassarão o ilusionismo monetário, comprometendo-se *a priori* a aceitar como um triunfo das suas reivindicações a mera subida dos salários nominais em dinheiro. Mas na verdade as variações monetárias dos salários, como as de quaisquer outros preços, nada indicam por si só quanto à inflação real. Nestas condições, a luta contra a exploração é transportada para o interior da esfera dos preços e adota os seus critérios ilusórios. A partir daí, tanto mais facilmente podem os capitalistas assimilar e recuperar os conflitos, servindo suplementarmente as variações dos preços múltiplos para confundir qualquer critério estável nas reivindicações apresentadas. Formuladas neste quadro, as reivindicações perdem completamente como ponto de referência a problemática básica, que é a desvalorização da força de trabalho, para se ocuparem exclusivamente da relação entre preços nominais. É este exatamente o contexto em que melhor podem funcionar os sindicatos burocratizados; as variações positivas dos salários em dinheiro relativamente aos demais preços, que os burocratas sindicais apresentam como se constituíssem um entrave à exploração, são a condição operacional da recuperação da luta dos trabalhadores pela mais-valia relativa. Ao mesmo tempo que veicula o funcionamento dos mecanismos da produtividade, a inflação veicula também a atuação dos sindicatos burocráticos. Mostrei repetidamente como o crescimento da produtividade explica que seja o reformismo o mais eficaz estratégia do capital. Vemos agora que a inflação salarial constitui a condição operacional dessa estratégia. O crescimento econômico, o reformismo social e a inflação dos salários são elementos indissociáveis, num tríptico que assegura ao capital a reprodução em escala ampliada.

É a inflação salarial real, encobrendo a desvalorização da força de trabalho com o acréscimo do seu poder material de compra, que implica a inflação dos preços dos bens e serviços de consumo corrente; e esta, visto que o capitalismo constitui um sistema econômico integrado, arrasta a inflação dos preços de quaisquer bens e serviços consumidos nos processos produtivos. Partindo deste substrato estrutural, muitos aspectos subsidiários podem articular-se e, se pretendemos analisar casos concretos, devemos estudar a conjugação da inflação salarial com outros mecanismos inflacionários. Mas o fulcro é a defasagem entre a série dos salários nominais e a série dos valores progressivamente declinantes incorporados na força de trabalho. Na sua obra sobre regulação e crise no capitalismo, Michel Aglietta relaciona a inflação à exploração apenas indiretamente, mediante um dos aspectos do processo geral de crescimento da produtividade, que é o da desvalorização, em cada estágio tecnológico, do *output* resultante de estágios anteriores. No modelo de Aglietta, a inflação, entendida como erosão do poder de

compra dos salários, faz com que sejam os trabalhadores que suportem o prejuízo causado aos capitalistas por aquela desvalorização; e deste modo, no âmbito próprio da esfera monetária, a inflação substituiria a exploração. Pretendo aqui, ao contrário, articulá-las num mecanismo único, mediante o qual relaciono a inflação diretamente ao ponto crucial da exploração.

Por isso são aqueles capitalistas que superintendem a organização geral do processo de trabalho quem tem a última palavra quanto à massa de dinheiro a emitir. A criação monetária é fácil, o que quer dizer que nem se emite dinheiro se para ele não há necessidade, nem deixa de se emitir quando se verificam pressões que o exigem. Desde o início do capitalismo, como vimos, os grandes capitalistas particulares têm estado intimamente ligados à constituição e à administração dos bancos centrais, precisamente aqueles entre todos os órgãos emissores que mais próximos se encontram da esfera tradicional dos governos. Por isso, estas instituições não se têm revelado menos sensíveis às necessidades decorrentes da inflação salarial do que as outras instituições criadoras de dinheiro no âmbito do Estado A. Apesar de a inflação real não se confundir com a mera subida nominal dos preços, o contexto inflacionário da mais-valia relativa sugere um dos fios condutores pelo qual pode ser analisada a história da criação monetária no capitalismo, na busca de formas que permitam lançar rapidamente em circulação massas crescentes de dinheiro. Sucessivas etapas deste processo consistiram na progressiva desmonetização do ouro, afastado primeiro em cada país da circulação interna e vendo-se em seguida restringido enquanto base monetária, substituído também por outros tipos de divisas na circulação internacional, até por fim lhe ser praticamente retirado o papel de base monetária internacional. A “bárbara relíquia” perdeu a operacionalidade porque o aumento da sua extração nem de longe podia acompanhar o aumento do volume de dinheiro exigido no moderno contexto inflacionário.

Aqueles que hoje apelam para a restauração do padrão-ouro, com a conseqüente redução drástica da massa monetária, fazem-no porque propõem a travagem das concessões salariais e o desencadeamento de uma política repressiva contra a classe trabalhadora. Demonstram assim a incapacidade de formular estratégias capitalistas em termos atuais. Igualmente ultrapassada se revela a corrente friedmaniana. Afirmam estes economistas que, como a velocidade da circulação monetária tem-se revelado bastante estável a longo prazo, torna-se possível aos governos, mediante a estabilização da taxa da sua oferta de massa monetária, controlar a longo prazo os preços e os salários nominais. A crítica teórica desta tese já foi feita por Nicholas Kaldor, no artigo referido no capítulo anterior, quando afirmou que a relativa estabilidade da velocidade de circulação do dinheiro se deve apenas ao fato de a massa

emitida ter variado, em resposta às variações na sua procura; aquela margem que possa não ser coberta pela alteração no volume monetário é suprida pelas pequenas variações a curto prazo da velocidade de circulação. Se, por absurdo, um governo pretendesse restringir a emissão monetária a seu cargo para além daquilo que um aumento na velocidade de circulação é capaz de preencher, então as empresas criariam mais crédito ou até assumiriam novas funções, emitindo sucedâneos de notas ou recorrendo às senhas e cartões existentes e aumentando-lhes a liquidez. Em qualquer época na história do capitalismo, os governos, mesmo que primeiro se opusessem ao acréscimo do volume de dinheiro, cederam finalmente às pressões da procura, para evitar que as suas emissões fossem ainda mais cabalmente ultrapassadas pelas do Estado A. E nas condições presentes, em que o Estado A detém já a iniciativa quanto a todos os tipos de dinheiro, nenhum governo pode, contra a vontade dos capitalistas que estão diretamente à frente das empresas, restringir monetariamente as concessões salariais, nem mediante o controle da massa de dinheiro que lhe cabe emitir, nem mediante os meios de que disponha para influir na criação geral de crédito. Elucidativa foi a recente experiência da Reserva Federal nos Estados Unidos quando, de 1979 a 1982, pretendeu limitar diretamente a emissão de certos tipos de dinheiro — apenas para ver multiplicar-se a criação de dinheiro de outros tipos, feita à margem das instituições oficiais tradicionais. As teses monetaristas equivalem a afirmar que, sendo as balas o motivo das mortes em batalha, o fechamento das fábricas de munições poria cobro às baixas. Num caso como no outro converte-se em causa o que não passa de mero meio técnico. Estas confusões doutrinárias não impedem, porém, os friedmanianos de ter uma clara consciência do fim a atingir. Pretendem, a partir da esfera monetária, inverter a estratégia de concessões salariais. Mas, se isso fosse possível, corresponderia a travar qualquer processo de mais-valia relativa. E chegamos assim ao fulcro da questão. A inflação não é um fenómeno monetário; ela consiste na crescente defasagem entre a série dos preços e a série dos valores das unidades do *output*. Só num contexto geral em que a mais-valia relativa não ocorresse deixaria de haver lugar para a inflação e, portanto, para a taxa de emissão monetária que ela requer, porque seria desnecessário então iludir as reivindicações dos trabalhadores quanto às variações dos valores dos bens que consomem.

A pressão inflacionária não é anulada durante as crises económicas. Como escrevi no capítulo em que abordei a questão, apenas tem sentido falar de crises a propósito de economias estruturadas de acordo com os mecanismos da mais-valia relativa; a crise é um episódico intervalo no crescimento da produtividade, e não a desarticulação desse processo. Por isso, desde que a mais-valia relativa impere numa dada economia e desde que o seu ritmo seja

suficientemente acelerado, a crise, quando surgir, acarretará uma forte taxa de aumento dos preços e salários nominais. A crise mundial da década de 1930 foi a última de que, nos países mais industrializados, resultou uma descida de preços. E mesmo assim o declínio dos investimentos e do *output* foi, pelo menos nos Estados Unidos, bastante mais acentuado do que o dos preços. De qualquer forma, esta episódica redução, ou inversão, do processo inflacionário mostra o peso que então conservava ainda em muitos setores a mais-valia absoluta e a facilidade com que os capitalistas puderam durante alguns anos ampliar o âmbito desse tipo de exploração. Sob este ponto de vista, a situação mudou decididamente após o final da última guerra mundial. As crises desde então verificadas e, sobretudo, a mais recente, que podemos considerar ter-se desencadeado em 1974, ocorreram nos países mais industrializados num contexto de absoluta hegemonia da mais-valia relativa e de fortíssima aceleração dos processos da produtividade. Assim, qualquer freagem nesses processos tem aí como consequência imediata a aceleração da subida nominal dos preços e salários. Para que os efeitos de véu da inflação não sejam postos em causa, é necessário que se mantenha a defasagem entre a curva dos valores das unidades *output* e a curva dos preços; se a produtividade estagna e, com ela, abranda o declínio do valor dos *inputs* da força de trabalho, então a defasagem só pode manter-se precipitando a subida das séries dos preços. É a esta situação que correntemente se chama estagflação. A mera subida nominal dos salários — e, por arrastamento, dos demais preços —, numa situação em que a taxa de produtividade abranda ou até estagna, representa a continuação do funcionamento social da mais-valia relativa, não obstante os impedimentos sentidos no nível do seu funcionamento econômico. E é esta precisamente a condição operacional para que os capitalistas imponham um episódico surto de mais-valia absoluta, que restaure a taxa de lucro e permita o relançamento da mais-valia relativa. Se o ilusionismo monetário pode atingir tal forma extrema, possibilitando mesmo o aumento temporário da mais-valia absoluta, isso deve-se ao fato de a inflação real dos salários ser uma condição permanente e estrutural na mais-valia relativa. É porque a inflação salarial real encobre a mais-valia relativa que a estagflação pode encobrir o recurso à mais-valia absoluta em situação de crise.

A partir do momento em que os mecanismos da mais-valia relativa se tornaram hegemônicos em escala mundial e desde que o estreitamento da integração econômica suscitou a pluralidade de formas de articulação supranacional entre ambos os regimes de exploração, então o fato de a inflação existir nas áreas de alta produtividade repercute nas de produtividade estagnante. Em estágios anteriores do capitalismo foi possível manter uma certa compartimentação das áreas econômicas. Na época contemporânea, isso tornou-se impossível.

Quanto mais integrada estiver a economia mundial, mais as lutas conduzidas pelos trabalhadores inseridos num dos tipos de exploração terão reflexos sobre a contestação trabalhista no outro. Mas, enquanto as reivindicações em ambas as áreas não se unificarem em processos de luta comuns — e até hoje isso só rarissimamente tem acontecido e nunca em escala global — tratar-se-á apenas das repercussões recíprocas de movimentos que permanecem socialmente diferenciados. Esta dialética da integrada exterioridade explica que os trabalhadores possam em geral confundir a utilidade material dos *inputs* que consomem com o seu valor, o qual é a única característica relevante nos termos do capitalismo. Analisei já, num dos capítulos da segunda seção, os efeitos sociais da confusão entre uma maior ou menor miséria material e uma menor ou maior taxa de exploração. Podemos entender agora que, quando a revolta dos trabalhadores nas áreas de predomínio da mais-valia absoluta é estimulada pela miragem da abundância material existente sob a mais-valia relativa essas reivindicações desencadeiem enormes taxas de aumento dos salários nominais e dos preços. Como no sistema de mais-valia absoluta a produtividade é estagnante, ou até declina, e como, por isso, não há lugar para ao mesmo tempo aumentar o volume do consumo da força de trabalho e diminuir o valor nela incorporado, qualquer defasagem entre a série estável, ou mesmo crescente, dos valores dos bens de consumo e a série monetária dos salários apenas é obtida mediante uma drástica subida de preços. Os capitalistas destes países estimulam a ilusão dos trabalhadores, que consiste em confundir miséria material e grau de exploração, com outra que consiste em ocultar a persistente miséria material mediante o espetacular crescimento da série nominal dos salários. Enquanto nas áreas de mais-valia relativa a inflação veicula o agravamento da exploração mediante o aumento material do consumo, nas áreas de mais-valia absoluta a subida nominal dos preços e salários veicula o agravamento da exploração mediante o aumento da miséria, constituindo a condição operacional de uma estratégia repressiva. A taxa de subida dos preços e salários nominais é tanto mais elevada quanto a estagnação ou o declínio da produtividade não permitem responder às reivindicações dos trabalhadores com a produção de um maior número de bens incorporando menos valor, restando aos capitalistas apenas a alternativa da repressão. Ao mesmo tempo, porém, nesta tela do dinheiro projeta-se a comparação entre o enorme aumento nominal dos salários na área de mais-valia absoluta e a situação dos trabalhadores integrados no outro tipo de exploração, onde a elevada inflação real permite uma taxa de subida muito menor dos salários nominais, ou até a sua estabilidade; e temos aqui a condição operacional da aliança entre explorados e exploradores estabelecida em nome do “antiimperialismo”, contra a correspondente aliança, esta em nome do “crescimento econômico”. Assim, a forma induzida de subida dos preços e salários nominais, que conduz

obrigatoriamente a taxas muito elevadas, veicula a vida política tão flagrantemente contraditória das áreas de mais-valia absoluta, onde uma estratégia repressiva permanente se conjuga com as mais amplas alianças populistas.

Deste modo, e apesar das diferenças que os distinguem, os conflitos sociais exercem, por um lado e por outro, uma efetiva influência mútua, acelerando portanto a integração econômica. E, como numa economia integrada mundialmente tende a não existir fracionamento nem compartimentação dos mercados e, no caso que agora nos interessa, dos mercados de bens de consumo corrente, tende portanto a unificar-se e a globalizar-se a área onde vigoram os títulos monetários de circulação mais genérica. Extrema-se nestas condições a contradição entre a inflação real na área de mais-valia relativa e a subida meramente nominal dos preços na área de mais-valia absoluta, exercendo-se sobre esta última pressões sempre mais fortes que obrigam a recorrentes subidas vertiginosas dos preços. E quando, como sucede especialmente na América Latina, é no interior de um mesmo país que coexiste um setor com elevadíssima produtividade e outro que obedece às formas mais retrógradas da mais-valia absoluta, então a contradição entre os dois tipos de mecanismos leva a uma permanente instabilidade monetária. É uma completa ficção, resultante apenas do funcionamento de uma instituição única para a elaboração de estatísticas, referir em cada um destes países a existência de uma taxa média de inflação nominal.

Os trabalhadores inseridos em cada regime de exploração podem, ao comparar as remunerações, confundir o problema da miséria material com o do valor dos *inputs* consumidos porque nunca, até hoje, a formação e a reprodução da força de trabalho se unificaram num só processo em escala mundial. Esta é uma das conseqüências do fracionamento dos conflitos sociais. Os padrões de valorização da força de trabalho estabelecem-se no interior de áreas econômicas, conforme o sistema de qualificação-desvalorização que em cada uma prevalece, sem que exista qualquer norma média que se imponha universalmente. Num dado país altamente industrializado e com uma produtividade em rápido crescimento, a força de trabalho é muito mais qualificada, ou seja, capaz, de um trabalho muito mais complexo, do que sucede em países predominantemente produtores de matérias-primas e com um ritmo de produtividade fraquíssimo, estagnante ou até declinante. Porém a remuneração da força de trabalho mais qualificada não toma em conta este diferencial internacional, mas apenas a evolução dos critérios internos ao seu próprio país, ou à sua área econômica, onde é decisivo o processo das sucessivas desvalorizações da força de trabalho à medida que novas gerações vão entrando em atividade. O diferencial internacional só passa a ser levado em consideração no comércio

externo. Quando o país onde a força de trabalho é pouco qualificada importa produtos provenientes de países onde o trabalho registra elevada complexidade, esses produtos são pagos pelo importador como resultantes de um trabalho muito qualificado. Deste modo, as remunerações dos trabalhadores no país exportador são determinadas apenas pelos critérios de qualificação internos a esse país, mas o preço no mercado mundial do produto exportado é definido tendo em conta a diferença de complexidade do trabalho entre o país exportador e o importador. E um processo complementar ocorre em sentido inverso. Quando os capitalistas de um país onde o trabalho é em geral pouco qualificado exportam, para um país de produtividade desenvolvida, o *output* da sua força de trabalho de qualificação superior à média, as remunerações recebidas pelos trabalhadores têm em conta que, no país onde laboram, o seu grau de qualificação é superior ao médio, enquanto o preço que os capitalistas podem exigir para o produto exportado tem de ter em atenção que ele resulta de um trabalho que, comparativamente com o executado no país importador, é de qualificação diminuta. Mesmo naquela minoria de casos em que certos trabalhadores ativos numa área onde em geral prevalece a baixa produtividade possuem, apesar disso, uma elevada qualificação, equiparável àquela de que gozam trabalhadores qualificados em países de produtividade elevada, a remuneração dos primeiros não se compara com a destes últimos. Numa área de mais-valia absoluta, o meio circundante pressiona no sentido da baixa das remunerações da força de trabalho mais qualificada que aí possa existir. O que uma vez mais mostra que as lutas, mesmo divididas, têm efeitos recíprocos e que o nível socialmente conseguido pelos trabalhadores de uma dada empresa não resulta apenas das suas reivindicações e pressões, mas depende do enquadramento genérico dos conflitos trabalhistas nesse país ou região. Assim, até nestes casos, o preço no mercado mundial do produto exportado reflete a desvalorização internacional da força de trabalho que o produziu. Em resumo, para os trabalhadores de um dado país ou região, o valor das suas remunerações resulta apenas das lutas travadas nesse contexto particular e do ritmo de produtividade aí reinante; mas os preços recebidos pelos capitalistas exportadores resultam da posição que esse país ou região ocupa com relação aos demais no contexto internacional.

Daqui decorrem enormes tensões entre as esferas monetárias de cada país. Vimos que o estreitamento da integração económica mundial tem levado na área de mais-valia absoluta, onde os mecanismos da inflação real são praticamente inoperantes, à vigência de elevadíssimas taxas de aumento nominal dos preços e salários. Ao mesmo tempo, nos países onde é acentuado o crescimento da produtividade, é possível uma forte inflação real com um pequeno

aumento dos salários nominais e dos preços, ou até com a sua estabilidade. O que significa que, nas relações comerciais entre a área de mais-valia relativa e a de mais-valia absoluta, os capitalistas estabelecidos na primeira se beneficiam de preços de exportação que são cada vez mais elevados, se traduzidos no nível de preços vigentes na outra área; e isto apesar de os preços e os salários nominais no interior da área de mais-valia relativa serem estáveis ou pouco aumentarem. Correspondentemente, os capitalistas sediados na área de mais-valia absoluta conseguem apenas preços de exportação inferiorizados, quando traduzidos no nível de preços vigente na outra área econômica, embora internamente os seus preços e salários nominais sofram taxas de crescimento elevadíssimas. E, mesmo quando ocorrem crises na área de mais-valia relativa, com o conseqüente aumento nominal dos preços e salários, as repercussões sobre a área de mais-valia absoluta têm como efeito acelerar aqui mais ainda a taxa de crescimento nominal, de maneira que se mantém, ou até se agrava, a defasagem entre as séries dos preços em ambas as áreas. O corte entre as séries de preços internas e externas funciona, portanto, em benefício dos capitalistas sediados na área de mais-valia relativa, deteriorando-se os termos de troca para os capitalistas estabelecidos na outra área de exploração. É por isso impossível que as unidades monetárias em cada uma das áreas mantenha durante muito tempo a mesma paridade recíproca. Num país onde é muito baixa a taxa de crescimento da produtividade e muito rápido o ritmo de subida dos preços, a capacidade de compra da unidade monetária sofre uma erosão incomparavelmente mais veloz do que a verificada para as unidades monetárias dos países onde a produtividade é elevada e é baixo o ritmo de subida dos preços. E, como os preços se traduzem reciprocamente mediante o comércio externo, a situação é agravada pela deterioração dos termos de troca em prejuízo dos capitalistas na área de mais-valia absoluta. O fato de as suas exportações para a área de maior produtividade atingirem no mercado mundial preços inferiores — e declinantes —, comparativamente aos conseguidos na corrente comercial em sentido contrário, implica que tenham uma menor capacidade de obtenção das divisas usadas no comércio internacional, ou seja, verifica-se a tendência à redução da capacidade aquisitiva das suas unidades monetárias nacionais, expressa nas divisas internacionalmente vigentes.

Nem se pense que a União Soviética e os demais países da sua esfera econômica estão imunes a este tipo de mecanismos. Ao contrário, o emprego do rublo transferível nas relações entre os membros do Conselho para a Auxílio Econômico Mútuo marca, de forma particularmente clara, o corte entre as esferas monetárias interna e externa. Os preços praticados no comércio entre países membros do Conselho não se baseiam nos preços internos

de cada um deles, mas nos vigentes no mercado mundial. O rublo transferível, enquanto coeficiente de conversão, limita-se a tornar menos bruscas para os que o usam, as variações de preços determinadas no mercado mundial.

O efeito obrigatório deste conjunto de mecanismos é a depreciação, camuflada ou oficialmente reconhecida, das unidades monetárias emitidas na área de baixa produtividade. A questão terminológica é aqui importante e note-se que me refiro à depreciação, e não a qualquer “desvalorização” do dinheiro. Repito que o dinheiro nem é um valor, nem o exprime. O dinheiro só vigora nos preços e estes apenas existem enquanto séries. A depreciação significa a perda de capacidade aquisitiva de uma dada unidade monetária em termos de outra unidade monetária, a qual por isso mesmo é objeto de uma apreciação. Depreciação e apreciação são as duas inseparáveis faces de uma mesma alteração na relação entre séries. Deslocada assim a problemática da inflação real e das subidas nominais de preços do âmbito interno para o internacional, vamos agora ver que a depreciação/apreciação exerce por seu turno efeitos sobre as esferas monetárias internas, de imediato porque a depreciação contribui para aumentar os preços de todos os produtos importados da outra área econômica; e a apreciação contribui para reduzi-los ou estabilizá-los. E deste modo a depreciação/apreciação vai ainda acentuar as características da situação de partida, agravando a defasagem entre as séries de preços e o desequilíbrio entre as esferas monetárias interna e externa. Eventualmente, a sucessão num país de fortes depreciações e de taxas de subida cada vez maiores dos preços e salários nominais leva à hiperinflação nominal, tendendo então para zero a capacidade aquisitiva da unidade monetária; ao fim de um período em que aumenta a criação de substitutos de notas e se reforça a emissão do Estado A relativamente à do Estado R, os governos de países atingidos pela hiperinflação nominal acabam por criar novas unidades monetárias, de paridade mais elevada, recomeçando daí em diante todo o processo.

Assim se foi progressivamente operando a diferenciação entre divisas fracas, as mais sujeitas à depreciação, e divisas fortes, relativamente às quais as outras se depreciam. Até a I Guerra Mundial só os territórios coloniais e os países semicolonizados incluíam oficialmente divisas estrangeiras nas reservas dos seus bancos emissores. No período entre as duas guerras mundiais, difundiu-se em muitos países industrializados a utilização de divisas estrangeiras como componente das reservas dos bancos centrais e verificou-se uma tendência crescente por parte destes, mesmo quando não mantinham esse tipo de reservas, para recorrer às operações cambiais e obter assim montantes substanciais de divisas estrangeiras. O acordo de Bretton Woods veio, como é sabido, consagrar a adoção das divisas então mais fortes como reserva e

meio de pagamento internacional, dando nova importância às operações cambiais dos bancos centrais. Este sistema regulamentador foi minado e, finalmente, destruído por um complexo de fatores, de que interessa aqui sublinhar dois. A crescente transnacionalização da atividade econômica fez com que deixasse de ser o dólar, eventualmente acompanhado pela libra esterlina, a única divisa forte e entronizou nessa função mais duas ou três denominações monetárias nacionais. E a crescente integração mundial das economias, processando-se mediante a divisão das lutas sociais e a diferenciação entre áreas de exploração, suscitou pressões sempre maiores para a alteração freqüente e brusca das paridades, tornando impossível a manutenção das taxas de câmbio, ou sequer a sua variação gradual. O papel destacado do dólar e a estabilidade cambial eram os dois pilares em que assentava o sistema de Bretton Woods e ambos foram postos em causa precisamente pelo desenvolvimento da mesma tendência que inicialmente os fizera surgir. Quanto mais fraca for uma divisa, quanto mais e com maior freqüência se deprecia, tanto menor será o montante de divisas fortes que se conseguirá obter. A sua degradação cambial é inelutável. Nem o recurso à forma escritural do dinheiro, no âmbito do *counter trade*, permitiu aos países com baixa produtividade contornar no comércio externo a escassez de divisas fortes, pois, como vimos, as grandes empresas transnacionais acabaram por impor o seu controle neste processo de criação de dinheiro escritural.

Não se escapa aos mecanismos da depreciação/apreciação, desde que as defasagens entre os regimes de exploração e, portanto, entre os processos de inflação real e de subida nominal dos preços operem numa economia mundialmente integrada. Quanto mais esses mecanismos se agravam e, ao mesmo tempo, quanto mais estreita se torna a integração, menor é o montante relativo de divisas fortes que os países inseridos na área de mais-valia absoluta obtém a troco das suas exportações; e mais precisam de divisas fortes para realizar as importações que de forma crescente são exigidas pelas suas economias. O recurso ao crédito externo aparece como a inevitável consequência deste dilema. E, como a situação de fundo não tem, até agora, sido ultrapassada, caem os capitalistas desses países no bem conhecido círculo vicioso do devedor, em que aos créditos necessários para preencher a deficiência de divisas fortes no comércio internacional se adicionam novos créditos, necessários para o serviço da dívida dos primeiros. Esta espiral sempre agravada caracteriza a situação que hoje se vive, mas que instituições se beneficiam de tal dependência? Sobretudo nos últimos 15 anos, a cada vez mais colossal massa de liquidez de que dispõem as grandes empresas leva à diminuição relativa dos créditos externos decorrentes das instituições oficiais e do Fundo Monetário Internacional e ao grande aumento da atividade creditícia das empresas financeiras transnacionais. Veicula-se

assim, nesta esfera monetária, a deslocação para o Estado A dos centros de poder mundial. O círculo vicioso da depreciação e do crédito externo torna a globalidade das áreas de mais-valia absoluta dependente das grandes empresas transnacionais.

Os movimentos financeiros mundiais e as defasagens que internacionalmente se operam na esfera monetária veiculam a repartição desigual da mais-valia, em benefício dos capitalistas sediados na área de mais-valia relativa e em prejuízo dos restantes. A deterioração dos termos de troca no mercado mundial sofrida pelas exportações provenientes das áreas de baixa produtividade é um dos aspectos do sobrelucro que sistematicamente beneficia os capitalistas das empresas onde a produtividade é superior. E podemos avaliar, agora, o arco de circunferência que percorri ao longo deste capítulo, partindo da análise, das operações monetárias que constituem a condição operacional da exploração da mais-valia relativa e da sua articulação com a mais-valia absoluta, e acabando por mostrar como, na defasagem entre as séries dos preços, o dinheiro veicula em escala mundial a desigual repartição da mais-valia. Assim como a repartição da mais-valia encontra o seu fundamento na produção da mais-valia, também os mecanismos do dinheiro enquanto veículo da exploração fundamentam os seus mecanismos enquanto veículo da repartição intercapitalista do lucro.

Os processos inflacionários não se limitam a veicular internacionalmente a desigual repartição da mais-valia, operando a mesma função no interior de cada país. Nos sistemas económicos pré-capitalistas, quando se interrompia o movimento de troca do dinheiro por mercadorias, resultava o entesouramento e este, dentro de certos limites, aliás bastante latos, implicava por si só uma conservação das capacidades aquisitivas, ou seja, o dinheiro amealhado garantia ao entesourador a reprodução do seu estatuto social. Atualmente, porém, o entesouramento, se se verificasse, representaria um abandono dos ciclos de reprodução do capital e, portanto, a impossibilidade de revivificar capital mediante a produção de nova mais-valia, o que teria como consequência a perda do estatuto de capitalista. Por isso o entesouramento é impensável neste modo de produção e, na sua função de reserva, foi substituído pelos mecanismos financeiros. Aquele capitalista que entregar a instituições financeiras a totalidade dos seus títulos à posse de capital retira-se pessoalmente da organização da vida económica, convertendo-se num mero rentista, e essa passividade é a característica que tem em comum com o antigo entesourador. Mas trata-se de um aspecto que apenas define o indivíduo, e não os títulos à posse de capital que, longe de terem sido afastados dos processos económicos ativos, foram ao contrário mobilizados pelo crédito ou pelas sociedades por ações e reintegrados, assim, no funcionamento do capital global. As instituições

financeiras, manipuladoras de todos os tipos de dinheiro e elas próprias emissoras de dinheiro, veiculam as relações intercapitalistas e as transformações sociais operadas nas classes capitalistas, e o fazem com frequência crescente, à medida que o desenvolvimento da produtividade pressiona pela concentração e integração. As defasagens que, no interior de cada país, verificam-se no nível do componente monetário da inflação ou da subida nominal dos preços veiculam as desigualdades intercapitalistas. Se os juros oferecidos aos tipos de depósitos bancários praticados pelos capitalistas e os dividendos daqueles tipos de ações que constituem efetivamente títulos de capital tiverem uma taxa de crescimento inferior à taxa média de aumento dos preços, então o grupo social capitalista que controla diretamente os investimentos fica beneficiado com relação aos grupos que entregaram os seus títulos às instituições financeiras.

Este mecanismo não se encontra na esfera soviética. Aí, sendo propriedade dos meios de produção, pelo menos em grande parte, comum à classe gestorial e ocorrendo formas institucionais internas destinadas a centralizar o capital que dispensam, ou subalternizam, os canais do crédito e das ações, a desigualdade intercapitalista é veiculada exclusivamente pelos diferentes âmbitos de liquidez dos títulos monetários que cada grupo tem direito a receber.

Para compreender a defasagem entre os juros e a taxa média de evolução dos preços, no vasto grupo de economias onde predomina a particularização da propriedade, é necessário ter claramente em conta que o juro não é o preço do dinheiro. O dinheiro não é uma mercadoria, não tem valor, não tem preço. Nem, numa aceção mais superficial, podem sequer registrar-se variações do juro resultantes do jogo da oferta e da procura. A procura de dinheiro é limitada pelo tipo de títulos a que cada classe ou camada social tem acesso e pelo montante desses títulos a que cada indivíduo ou família consegue ter direito. A oferta de dinheiro, porém, ou mais exatamente a sua emissão, é fácil, como procurei demonstrar. A deficiência de liquidez com que deparam os prejudicados na repartição da mais-valia, quer sejam rentistas, quer capitalistas sediados em países com baixa produtividade e onde escasseiam as divisas fortes, não resulta de uma limitação na oferta monetária. Resulta de uma limitação na sua procura, porque estes capitalistas não conseguiram conquistar o direito a uma parte mais abundante de mais-valia. E, precisamente porque as condições sociais e a situação econômica geral os obrigam a reduzir a procura de títulos monetários, a sua oferta pode ser correspondentemente diminuída — e satisfazer inteiramente a procura efetiva existente. É impossível, assim, que na inter-relação da oferta de dinheiro com a procura seja duravelmente infletida, para um lado ou outro, a curva dos pontos de interseção, pois uma variação da procura implica, imediatamente ou a curto prazo, uma correspondente variação da oferta, o que, nestes termos, levaria as variações na taxa de

juro a tenderem para zero. O caráter matematicamente nulo que resultaria, neste modelo, para as variações do juro revela a impossibilidade teórica de conceber o juro como um preço.

Os juros e dividendos atribuídos a capitalistas constituem uma porção da mais-valia, de que os detentores dos depósitos e das ações conseguem apropriar-se em virtude do seu jogo de forças com os outros grupos de exploradores. A diferença entre, por um lado, a taxa média de evolução dos preços e, por outro, as taxas de juro, no que diz respeito aos depósitos praticados por capitalistas, e os dividendos daquelas ações que constituam títulos efetivos à detenção de capital veicula a desigualdade com que os vários estratos e grupos de capitalistas conseguem, ou não, reproduzir a sua posição na repartição da mais-valia e na apropriação do capital. Historicamente, o grupo social que controla diretamente os investimentos e que hoje se recruta majoritariamente na classe dos gestores, tem sido beneficiado relativamente aos grupos de capitalistas que assumem a posição passiva de meros depositantes ou acionistas. Mas isso se dá precisamente porque aqueles que comandam os aspectos principais da vida econômica detêm também o controle das instituições financeiras, ou influenciam-nas decisivamente. Não é uma aritmética monetária cega que beneficia uns capitalistas e prejudica os outros; ao contrário, a atuação lúcida dos favorecidos na repartição da mais-valia determina uma política financeira mediante a qual os juros e os dividendos evoluem, relativamente à taxa média dos preços, por forma a deteriorar o estatuto social de quem se limita à situação de rentista. E esta uma das formas por que as séries dos preços operam, no interior de cada país, a filtragem nas fileiras capitalistas.

6. Reprodução em escala ampliada do capital

6.1. Reprodução extensiva do capital

O valor só se mantém como tal quando reinserido em processos de valorização, o que significa que o capital é a reprodução do capital. Nos termos do progresso econômico, a passagem do *output* de um estágio do processo de trabalho a *input* de um estágio seguinte opera-se mediante os mecanismos do acréscimo da produtividade, o que torna a reprodução do capital numa reprodução em escala ampliada. Esta implica socialmente o aumento da proletarianização. Quanto mais completa e profundamente os trabalhadores se inserirem nos mecanismos da mais-valia relativa, tanto mais desenvolverão o seu caráter de trabalhadores produtivos, de reprodutores do capital. Mas o aumento da proletarianização significa também o crescimento numérico da classe trabalhadora. Quanto mais se ampliou a reprodução do capital, quanto maior foi o volume da mais-valia e, ao mesmo tempo, mais se aceleraram os mecanismos da produtividade, tanto mais fortes se tornaram as pressões para que o capitalismo convertesse esse lucro em lucros maiores e só pôde fazê-lo aumentando o trabalho produtivo, precisamente o único que converte valor em mais valor. Se não há progresso no capitalismo, que não seja o da reprodução em escala ampliada, então um dos aspectos obrigatórios do desenvolvimento deste modo de produção é a ampliação da área que ele socialmente cobre, mediante o aumento do número de pessoas condicionadas para trabalharem a crescente massa de valores de modo a torná-la cada vez maior.

É este o quadro teórico que permite passar da análise da estrutura de uma economia de submissão, à qual procedo desde a segunda seção, para a descrição, em traços forçosamente muito gerais, do seu desenrolar cronológico. É porque o capitalismo, nas áreas de maior desenvolvimento assimila os conflitos sociais, que pode ampliar a sua área de vigência global; por seu turno esta ampliação, permitindo-lhe sustentar e acelerar os mecanismos da produtividade, facilita-lhe a recuperação dos conflitos. A descrição do aumento extensivo do sistema é, por isso, um aspecto inseparável da análise da estrutura do sistema e a ampliação das suas fronteiras é um dos componentes da mais-valia relativa. O progresso da produtividade não requer apenas, para aumentar o *output* global, o acréscimo do volume de matérias-primas a consumir; como, além disso, implica a divisão e a especialização dos processos de fabricação e

a criação de ramos novos, exige o recurso a novas matérias-primas. Da conjugação destes dois aspectos resulta que, para o desenvolvimento do capitalismo, é tecnicamente imprescindível a expansão da sua área de influência e a crescente integração recíproca das regiões importadoras e das exportadoras de matérias-primas, mediante vias e meios de transporte cada vez mais rápidos e capazes de deslocarem maiores volumes. Por si só, aliás, o aumento do *output* global pressiona em direção à ampliação do mercado, sem o que não se podem efetivar as economias de escala que vão, por sua vez, sustentar o incremento da produtividade. Este é outro dos fatores técnicos que conduz à extensão da influência capitalista. Tanto sob o ponto de vista das importações, permitindo o acréscimo e a diversificação do *output*, como sob o das exportações, facilitando as economias de escala, o comércio externo é um dos fatores que exerce efeitos contrários à tendência declinante da taxa de lucro. Os mecanismos de desenvolvimento do capitalismo exercem, portanto, pressões convergentes para a amplificação do comércio externo e, assim, para a ampliação da área de influência do capital.

Nunca houve, por isso, na história deste modo de produção, uma primeira fase, circunscrita a fronteiras nacionais, que só posteriormente fosse sucedida por uma fase de expansão, correntemente denominada imperialismo. A expansão é uma necessidade estrutural do capitalismo, que desde a sua gênese existiu como articulação de processos produtivos situados no interior de fronteiras nacionais e outros implantados no exterior. Aliás, a expansão geográfica caracterizara já o regime senhorial, sendo os períodos de crescimento econômico os do alargamento do seu âmbito. Assim, o capitalismo começou a desenvolver-se no contexto de uma economia em que já se articulavam metrópoles e vastos espaços subordinados. O colonialismo foi indispensável à gênese do capital, ao que Marx denominou a acumulação primitiva, e continuou indispensável ao desenvolvimento do modo de produção. O imperialismo não constitui qualquer problema específico, cuja compreensão requeira uma elaboração teórica especial. A explicação do imperialismo é a mesma que justifica as próprias condições mais simples e básicas da existência do capitalismo. Por um lado, quanto às relações entre os trabalhadores e os capitalistas, o imperialismo constitui um dos aspectos do aumento da proletarianização que sustenta a reprodução alargada do capital. Por outro lado, quanto às relações dos capitalistas entre si, o imperialismo explica-se inteiramente pela desigual repartição da mais-valia; vimos, no capítulo em que abordei a questão, que os frutos da exploração se repartem em escala mundial em detrimento dos detentores daquelas empresas que se estabelecem exclusivamente nas grandes áreas sujeitas à mais-valia absoluta e que parte do valor por eles não aproveitado sustenta o sobrelucro que cabe aos capitalistas sediados nas áreas mais

progressivas. Se, em termos de desenvolvimento, a reprodução do capital é uma reprodução em escala ampliada, o capitalismo não pode manifestar-se senão como imperialismo. O imperialismo não é uma etapa do capitalismo, mas um aspecto que o caracteriza em qualquer das suas etapas. Tudo o que haverá, então, a descrever é a constituição de vastas áreas sujeitas a regimes de exploração distintos e a evolução de cada uma delas e da sua articulação recíproca. E, como não se trata aqui dos meros aspectos técnicos do comércio externo, mas da própria expansão social do modo de produção, pela ampliação da classe trabalhadora e correlata ampliação das classes capitalistas, temos de partir da descrição da forma concreta como se expandiu a proletarização.

Karl Marx considerava que a expansão do capitalismo e a destruição dos regimes econômicos pré-capitalistas se processavam fundamentalmente mediante o mercado. Neste processo, inter-relacionar-se-iam o aumento da quantidade das unidades de *output* e a diminuição do seu valor. Antes de tudo, o desenvolvimento da produtividade, levando ao acréscimo da produção, implicou a expansão do mercado e, assim, a ampliação de um campo que confrontava o capitalismo com outros regimes econômicos. Além disso, o desenvolvimento da produtividade levava ao declínio do valor das unidades do *output* e, ao mesmo tempo, conduzia ao aperfeiçoamento das vias de comunicação e dos meios de transporte, com o conseqüente declínio do valor acrescentado aos produtos durante essa operação, o que implicava a progressiva redução do valor dos bens exportados, mesmo que o fossem a grande distância. Daqui deduzia Marx que a capacidade concorrencial dos produtos do capitalismo seria cada vez maior e que, quanto mais este modo de produção entrasse em contato mercantil com outros sistemas, tanto mais aumentava a sua capacidade de com eles competir vitoriosamente. O inevitável resultado seria a falência dos produtores pré-capitalistas, absolutamente incapazes de atingir a necessária produtividade, indo então a produção capitalista ocupar o lugar deixado vago pelos outros sistemas econômicos em recuo. Em resumo, na opinião de Marx, o capitalismo, no processo da sua expansão, generalizaria primeiro a produção de mercadorias para, em seguida, transformar gradualmente toda a produção de mercadorias em produção capitalista.

Este modelo explicativo relaciona-se intimamente com as teses que dão ao mercado um lugar central, nomeadamente para a atribuição de um carácter social aos produtos no capitalismo. Temos agora aqui uma extensão das mesmas funções, conferindo o mercado o carácter social à relação entre regimes econômicos distintos. Compreende-se assim o papel teórico daquele mito da "produção mercantil simples", que serviu a Marx para fundar num passado histórico

imaginário a errada convicção de que o mercado teria uma estrutura idêntica nos regimes mais díspares. E isto, apesar de o próprio Marx indicar a existência de sistemas pré-capitalistas em que era apenas comercializado o excedente sobre o consumo pessoal, o qual constituía por isso o objetivo principal da produção. Marx deixou por explicar o aspecto crucial deste seu modelo. Como pôde o mercado capitalista expandir-se tanto, como puderam as massas populacionais integradas em outros regimes econômicos entrar em relação com esse mercado, quando apenas de maneira acessória e marginal recorriam à forma mercantil para obter artigos de que necessitavam? Mesmo não devendo exagerar-se o caráter autárquico de muitos dos regimes pré-capitalistas, o certo é que em grande parte deles, ainda que ocorresse o escoamento mercantil de excedentes, a produção não canalizava todo o *output* especificamente para o mercado. Portanto, se o capitalismo tivesse permanecido estritamente no quadro da oferta mercantil dos seus produtos, não teria tido qualquer oportunidade de alargar a superfície de contato com os outros regimes econômicos. E esta impossibilidade deve formular-se em termos ainda mais drásticos. Em muitíssimos casos, o mercado existia apenas entre grupos populacionais, sem que houvesse um sistema de mercado no interior de cada grupo. Em muitos outros casos distinguíam-se duas estruturas inteiramente diferentes de mercado, uma interna a cada grupo e a outra nas relações entre eles; quando tal sucedia, freqüentemente o comum dos elementos de cada grupo não se relacionava diretamente com o outro. Ou se seguia o sistema do mercado silencioso, quando os bens a trocar eram colocados em terreno neutro, sem que os intervenientes de cada um dos lados se encontrassem ou sequer se vissem; ou o comércio externo passava pelas autoridades do grupo, que detinham a exclusividade de tais relações. Assim, relativamente aos regimes econômicos em que o papel do mercado era acessório para o grosso das atividades cotidianas, limitando-se ao escoamento de excedentes e à obtenção de bens especializados, não teria o capitalismo oportunidade para demonstrar o caráter concorrencial dos seus produtos — isto supondo que as populações pudessem estar interessadas nos produtos do capitalismo. Na realidade, o conteúdo do consumo e da procura não constitui uma categoria supra-histórica nem decorre de impulsos psicológicos eternos. Cada um consome e deseja consumir aquilo, e isso apenas, para que está condicionado pela variedade das relações sociais em que se insere. Por isso não conseguiu o capitalismo estender a outras civilizações o mercado dos seus produtos sem uma colossal promoção extramercantil destes bens, mediante a imposição dos padrões culturais europeus. Esse resultado só pôde ser obtido mediante confrontos diretamente sociais e foi prévio à extensão do contato mercantil propriamente dito, de que constituiu uma das condições. Se estes eram os problemas que se levantavam aos capitalistas do lado da oferta, do lado da procura surgiam outros são menores. O

aumento da escala da produção e, depois, o desenvolvimento da produtividade requeriam um volume crescente de matérias-primas, o que não se compadecia com a mera oferta de excedentes por parte de muitos regimes não-capitalistas. Nem o contato em nível do mercado era bastante, nem era mesmo o fator decisivo numa situação em que ao capitalismo se tornava necessário mudar primeiro os próprios sistemas de produção das outras civilizações.

Coexistiam, em suma, até no interior dos mesmos sistemas econômicos, tipos de mercado com estruturas distintas. E cada regime, cada modo de produção, determina dadas formas de mercado, que são um dos aspectos de relações sociais mais vastas. Enquanto essas relações duraram e foram sólidas, aqueles que do exterior pretendiam transacionar bens tiveram de se submeter às formas mercantis em vigor. Foi o que sucedeu com gerações e gerações de comerciantes europeus que, ao negociarem em outros continentes, faziam-no conforme cada uma das variadas estruturas de mercado aí prevalecentes. Se se tivesse limitado a este tipo de contatos, nunca o capitalismo teria podido expandir-se e integrar populações que antes lhe eram estranhas. Aqueles que obedecem a dadas formas de mercado não vão se inserir em mercados de outro tipo sem que nada mais aconteça.

A expansão do mercado capitalista, nem ocorreu em nível puramente mercantil, nem constituiu um processo pacífico. Para que as massas populacionais inseridas em outros sistemas econômicos pudessem constatar diretamente a variedade de produtos que o capitalismo tinha para vender, a elevada produtividade de que resultavam e a sua imbatível capacidade concorrencial, tiveram primeiro de ser obrigadas a fazê-lo. O processo fundamental foi um único e sempre o mesmo: o capitalismo despossuiu o grosso das populações daqueles meios de produção que lhes asseguravam a existência básica e com que proviam as necessidades correntes. A este desapossamento chama-se proletarização. Para isso, tanto nas metrópoles européias como a partir dos pólos de penetração coloniais implantados em outros continentes, teve de desarticular, recorrendo a várias formas de violência — todas elas extramercantis os sistemas econômicos em vigor. Contra o campesinato europeu, um processo decisivo consistiu na apropriação privada, pelos maiores donos de terras, dos espaços incultos até então abertos ao uso comum. Rompeu-se assim uma estrutura de produção agrária multissecular e que ao longo do regime senhorial se reforçara e se consolidara. Lançaram-se na miséria mais extrema largas camadas do campesinato pobre, destruíram-se-lhes as possibilidades de angariar estavelmente o sustento, foram transformados em vadios e, a partir de então, impiedosamente perseguidos por vadiarem, obrigados pelo poder político central a assalariarem-se, presos e forçados a trabalhar gratuitamente se resistissem ao assalariamento. Foi deste modo que o

capitalismo obteve nos seus países de origem uma vasta força de trabalho, antes de lhe dar sequer a oportunidade de experimentar diretamente a capacidade concorrencial dos produtos do capital. Não foi como consumidores no mercado, mas pelo outro lado, como produtores no processo de trabalho, que toda esta população primeiro se relacionou com o capitalismo. O seu caráter de consumidores no mercado capitalista de bens correntes foi uma mera consequência da prévia, e radical, conversão em produtores assalariados, isto é, desprovidos da capacidade de produzir para autoconsumo e providos, ao mesmo tempo, de um salário destinado à aquisição de bens fabricados em sistema capitalista. Não foi nunca uma transformação pacífica e tantas vezes os milhares e milhares de furores individuais convergiram em amplas lutas, epopéias de coragem coletiva de que os camponeses saíram derrotados. E mais tarde, na passagem da terceira para a quarta década do século XX, a estatização da propriedade agrícola na União Soviética reproduziu o processo, proletarizando subitamente vários milhões de camponeses, que permitiram a rápida expansão da produção capitalista e serviram de mercado para os bens de consumo.

Esta proletarização extensiva das metrópoles fez com que às migrações transoceânicas pouco densas dos séculos anteriores se sucedessem movimentos maciços, um fluxo permanente de camponeses que fugiam ao mesmo tempo à dissolução do regime senhorial e à expansão da economia capitalista para procurarem implantar, no Norte do continente americano, na Austrália, no Sul da África também, uma sociedade de pequenos proprietários e de pequenos produtores independentes, que consubstanciasse os seus ideais e ilusões. A generalização da proletarização no século XVIII e ao longo do século XIX acentuou mais ainda o movimento migratório, de tal modo que entre os meados do século XIX e o início da quarta década do século XX emigrou quase metade do aumento populacional nas Ilhas Britânicas e entre 30% e 40% do verificado na Itália, na Espanha e em Portugal. Ocorreu deste modo um declínio da taxa de crescimento demográfico real na Europa, facilitando as condições para que se desenvolvesse aí a mais-valia relativa.

Estas migrações tiveram outros efeitos ainda, que trouxeram ao capitalismo um redobrado benefício. O desespero com que abandonavam os países de origem, a esperança que os animava a estabelecer tão longe uma autarcia de iguais encontravam equivalente apenas no furor com que perseguiram e chacinavam as populações autóctones, o mais imediato obstáculo a essa utópica experiência de ressurreição social. As sociedades indígenas entraram maciçamente em contato com o novo modo de produção, não tanto nos mercados mas, sobretudo, nas escaramuças e assaltos e devastações. E não foi a produtividade na fabricação das armas de

fogo que as levou a serem procuradas pelos chefes da resistência antieuropeia, mas a superior eficácia bélica, em comparação com o armamento tradicional. Foi este um dos pontos por que o mercado capitalista atraiu populações que não só dele se afastavam, como o combatiam ativamente.

A sociedade que estes migrantes ansiavam por estabelecer não era mais, afinal, do que a idealização daquelas contradições que na Europa haviam conduzido, e ali inevitavelmente conduziam também, ao aparecimento e expansão do capitalismo. Não foram só pessoas humanas a emigrar, mas consigo levaram padrões de relacionamento e as inerentes contradições. Além de não terem conseguido fazer ressurgir uma sociedade de pequenos proprietários e produtores independentes, chacinaram as populações indígenas e de tal modo desarticularam os sistemas socioeconômicos autóctones que deixaram sem entraves a expansão capitalista. É elucidativa a comparação com o sucedido na América Latina. Também aí foi maciça a imigração europeia, mas o aniquilamento e a marginalização dos indígenas deu lugar à importação a partir da África de uma numerosíssima força de trabalho escrava, que veio depois a constituir um pesado obstáculo à expansão das relações de assalariamento, prejudicando nestes países o arranque capitalista. Por isso, de todas as áreas colonizadas foi no Norte do continente americano e na Austrália, de certo modo também no Sul da África, que a proletarização ocorreu mais velozmente e com efeitos mais drásticos. O capitalismo cresceu nas próprias cinzas do regime senhorial e o que restava da produção artesanal, ou destinava-se ao consumo de luxo das classes dominantes, mantendo-se exterior aos ciclos do capital, ou, destinando-se ao consumo dos trabalhadores, era inteiramente circunscrito pelo mercado capitalista, obedecia aos ritmos impostos pelos novos critérios da produtividade e sobrevivia apenas pelo extenuante trabalho familiar. Em qualquer caso, nenhuma destas formas de produção tradicionais oferecia à força de trabalho proletarizada um horizonte social independente do capitalismo. Enquanto na Europa e no Japão o capitalismo proveio imediatamente do agravamento das contradições do regime econômico precedente, ao mesmo resultado, embora de maneira indireta, chegou-se naquelas áreas coloniais onde os nativos foram chacinados e marginalizados pelos migrantes europeus, que passaram a constituir aí a esmagadora maioria da população. Por isso, desde cedo, os conflitos sociais nestas áreas começaram a ocorrer exclusivamente no quadro do novo modo de produção. Rapidamente a força de trabalho deixou de se revoltar enquanto antigos camponeses, enquanto artesãos desapossados, para reivindicar enquanto produtora de mais-valia. Pelo mesmo motivo, desde cedo também, os capitalistas sentiram a pressão para responder às reivindicações mediante os mecanismos de incremento da

produtividade. Sendo estas, em suma, as áreas onde o capitalismo desde o início conquistou a exclusividade, é aí que a contestação popular pôde incidir, direta ou indiretamente, na questão da mais-valia, desencadeando, portanto, mais depressa e cabalmente os mecanismos da mais-valia relativa. São estas, em meu entender, as razões históricas que levaram este conjunto de países a encabeçar o progresso econômico.

Reproduzindo os mitos colonialistas, a historiografia dominante faz crer que apenas na Europa, e acessoriamente no Japão, teria ocorrido a evolução direta das estruturas sociais no sentido do capitalismo. E, como na América no Norte e na Austrália foram migrantes europeus que desenvolveram a nova economia, as conotações racistas desta tese estão sempre presentes, ainda que eventualmente de maneira mitigada. No entanto, uma opinião corrente não é por isso menos errada, e no continente asiático, nos seus dois mais vastos conjuntos civilizacionais, encontravam-se no século XVIII instituições que indubitavelmente evoluíam no sentido do capitalismo industrial. A Índia era então um importante produtor de manufaturas, que manifestava já a tendência para incorporar o artesanato rural nos estabelecimentos de fabricação urbanos. E na China, ao mesmo tempo que as colheitas eram comercializadas em larga escala, difundiam-se as manufaturas em ramos variados. No têxtil chegara-se mesmo a uma divisão muito acentuada do trabalho, quase em transição para a fase industrial propriamente dita. Tal como havia sucedido na Europa, uma camada de empresários privados era enquadrada e supervisionada pela burocracia estatal, num sistema certamente aparentado com o mercantilismo.

Apesar destas favoráveis condições de penetração econômica, não foi pelo aproveitamento das relações de mercado, mas pela recorrência à ação política direta, que as potências colonizadoras aí se introduziram e reiniciaram, nos seus termos próprios, o desenvolvimento capitalista. A administração britânica na Índia recorreu a um conjunto de medidas de pressão política e a pautas aduaneiras que, enquanto oneravam as exportações dos têxteis indianos para a Grã-Bretanha, simultaneamente estimulavam a importação indiana das manufaturas têxteis britânicas. Foi assim que conseguiu desarticular na Índia a produção manufatureira autóctone e converter o país, que antes fora um importante exportador de bens fabricados, em importador de tecidos e exportador de produtos agrícolas e de matérias-primas. Deste modo, ao mesmo tempo que era travada a evolução especificamente indiana no sentido do capitalismo, desencadeava-se no mesmo sentido um processo de evolução diferente, estreitamente dependente do que entretanto ocorria no Reino Unido. Foi comparável nos seus efeitos o sucedido na China. Para equilibrarem a balança comercial deficitária com a China, os

capitalistas britânicos recorreram nos finais do século XVIII ao contrabando para esse país de ópio proveniente, sobretudo, da Índia, suplantando nesta atividade os negociantes portugueses que desde o início do século a ela se dedicavam, embora em menor escala — naquela que podiam. Em troca do ópio, os exportadores britânicos obtinham prata e ouro e este tráfico alcançou, apesar de proibido pelas autoridades chinesas, dimensões tais que passou a constituir para elas uma séria preocupação. Não se tratava apenas do enfraquecimento das classes dominantes do império devido ao crescente consumo de estupefaciente pela burocracia mandarinal e pelos militares, mas também das profundas perturbações financeiras e econômicas acarretadas pela drenagem de metais preciosos. Quando as autoridades imperiais pretenderam seriamente travar o contrabando de ópio, não foi aos mecanismos da produtividade nem aos automatismos do mercado que o capitalismo britânico recorreu, mas à guerra. Por duas vezes durante o século XIX, sendo a segunda na companhia do capitalismo francês, os colonialistas britânicos desencadearam contra a China aquelas que ficaram conhecidas como as Guerras do Ópio. E com a vitória conseguiram muito mais do que prosseguir um comércio antes ilegal. Data de então o começo da abertura generalizada da China às economias européias e, depois também, à nipônica, que travou a evolução autóctone no sentido do capitalismo e reiniciou esse processo, mas em dependência do ocorrido nas metrópoles. Entre as abjeções de que é tão rica a expansão da cultura européia, é difícil disputar a primazia a este colossal empreendimento, prosseguido pelos antepassados daqueles mesmos que hoje dão tanto relevo nos meios de informação à luta contra traficantes de droga em bem mais modesta escala.

O que se passou afinal, tanto na China como na Índia, foi o recurso a meios políticos e à violência sistemática para substituir, no processo de desenvolvimento capitalista autóctone, os aparelhos de Estado indígenas pelos dos colonizadores, recomeçando assim esse processo em novos termos, subordinado às economias metropolitanas. E, como as administrações européias e depois também as nipônicas, estabelecidas nas áreas a colonizar, dispunham de uma autoridade muito mais plena e concentrada do que a que caracterizava os aparelhos de Estado clássicos nas metrópoles, puderam dar um enorme escopo à sua ação. Pelo fato de ser exterior ao mercado, ela não deve de modo algum entender-se como extra-econômica. No modelo integrado que proponho, os aparelhos políticos são uma instância constitutiva da esfera econômica e a ação colonizadora do Estado R foi crucial enquanto CGP. Desarticulavam-se os sistemas de produção existentes para, ao mesmo tempo, travar os processos de evolução capitalista autóctones e libertar força de trabalho que permitisse retomar o desenvolvimento do capitalismo, mas em muito maior escala e orientado agora segundo os interesses das economias

colonizadoras. A desestruturação das sociedades autóctones correspondeu à expropriação de vastas camadas populacionais, que perderam o acesso às formas pelos quais até então tinham satisfeito as suas necessidades correntes. Não basta, porém, dispor de proletários, eles em nada servirão ao capitalismo se forem vadios. Ao mesmo tempo que a proletarização ocorre, é necessário desenvolver-se estruturas para enquadrar a força de trabalho potencial e obrigá-la a converter-se em efetivos assalariados. Foi este o objetivo cumprido pelas administrações coloniais, enquanto CGP. O resultado pode considerar-se alcançado a partir do momento em que a força de trabalho assalariada não só se reproduz, mas produz ela própria novas gerações de trabalhadores. É a partir de então que o capitalismo assenta em fundações sólidas.

A desarticulação das economias autóctones não implicou, porém, a liquidação de todas as suas formas componentes. Uma estrutura coerente é extinta quando, apesar de muitos dos seus elementos se manterem, eles perderam o inter-relacionamento direto. A desarticulação de um sistema econômico implica a sua desorganização social e, portanto, a desorganização das suas formas de luta. Perante o colonialismo em expansão, a resistência dos que procuravam defender a civilização tradicional era enfraquecida precisamente porque essa sociedade não aparecia já como tal. Não foram as diferenças técnicas de armamento que deram aos colonialistas a vitória, porque jamais a obtiveram antes de haverem anulado o eixo central, o sistema coordenador, das sociedades que defrontavam. A profunda derrota de todos os que procuraram defender as civilizações tradicionais resultou, acima de tudo, da sua desorganização social.

Porém aqueles trabalhadores que, embora pressionados a laborar enquanto produtores de mais-valia, mantinham-se ainda ligados, pessoal ou familiarmente, a formas econômicas tradicionais, concentravam os esforços de luta num objetivo único, o de preservar os modos de vida do passado. Ou não apresentavam reivindicações relativas à produção de mais-valia, ou exerciam aí um mínimo apenas de pressões. Neutralizava-se assim a luta daquele bom número de trabalhadores para quem a economia dos colonizadores aparecia na continuação do quadro social autóctone embrionariamente capitalista em que eles ou, antes deles, as suas famílias, haviam laborado. Estes, quando contestavam, faziam-no nos termos específicos de reivindicações relacionadas com a produção de mais-valia. Mas os seus efeitos sobre os mecanismos da produtividade eram atenuados por se encontrar à disposição do patronato a numerosíssima força de trabalho cuja ação reivindicativa se limitava à preservação de formas arcaicas e artesanais. Este é o quadro de conflitos propenso à mais-valia absoluta. E, como neste regime de exploração a remuneração da força de trabalho é com frequência insuficiente

para lhe garantir a sobrevivência fisiológica, os trabalhadores têm de se dedicar complementarmente a atividades tradicionais. Parecia, assim, que a luta pela preservação das antigas formas econômicas encontrava êxito, precisamente quando, ao contrário, confirmava-se a sua desestruturação relativamente ao sistema a que haviam pertencido e a sua conversão em elementos subsidiários do capitalismo. É um círculo vicioso, pois a mera existência de um tão extenso setor de sobrevivência, vindo na continuação direta de formas tradicionais, oferece à força de trabalho um horizonte organizacional extracapitalista, desviando a contestação do campo da produção de mais-valia. E, quanto menores são as pressões exercidas no quadro específico do capitalismo, tanto menos necessário se torna o desenvolvimento da produtividade e mais se perpetuam as formas estagnantes da mais-valia absoluta. Como esta estagnação é a condição da permanência de elementos econômicos arcaicos, inteiramente subordinados ao capital, a capacidade contestatária revelada pelos trabalhadores neste campo tradicional ficava seriamente comprometida nos seus efeitos. A exploração podia manter-se no regime de mais-valia absoluta sem que, nem por um lado nem pelo outro, as pressões dos trabalhadores levassem ao aumento da produtividade. Historicamente, foi este o principal resultado da desarticulação das economias tradicionais que o colonialismo operou nestas civilizações. O fato de a evolução capitalista autóctone ter sido substituída por um processo estreitamente subordinado às metrópoles suscitou ou, pelo menos, agravou a dualidade destas economias, criando-se assim o quadro que as condicionou a ocupar no atual contexto mundial uma posição intermédia. O mais fácil desenvolvimento capitalista, decorrente do fato de ter-se processado já antes da penetração colonial, foi em boa parte contrabalançado pelo prevalecimento de um regime de mais-valia absoluta.

Se comparamos o processo ocorrido na Europa e no Japão com o que embrionariamente se esboçava na Índia e na China, ou ainda com o que se verificou no império otomano, podemos concluir que o capitalismo foi um objetivo de evolução das sociedades providas de Estados fortes e centralizados, com uma burocracia numerosa. O papel do Estado e do que podemos considerar como uma camada de protogestores parece ter sido o fator determinante, e não qualquer particularização e dispersão de iniciativas empresariais, como pretendem os apologistas do mito livre-concorrencial. Uma vez que todas estas sociedades dotadas de Estados despóticos estavam lançadas numa evolução que a prazo as conduziria ao capitalismo, o fator decisivo passou a ser o ritmo das transformações operadas em cada uma. A que primeiro conseguisse reorganizar-se cabalmente nos moldes do novo modo de produção poderia substituir às outras a sua própria via de evolução, adquirindo uma superioridade decisiva

e tornando-se, portanto, potência colonizadora. Foi o que sucedeu.

As sociedades da África subsaariana não se incluem neste quadro. Para muitos dos povos aí existentes, nem o poder era suficientemente centralizado, nem o seu exercício suficientemente especializado, para que pudesse definir-se a vigência de aparelhos estatais. Nos outros casos, embora fosse indubitável a presença do Estado, ele não atingiu nunca um grau de centralização que implicasse a supervisão despótica de uma área de poder, com a conseqüente proliferação burocrática. Mesmo os grandes impérios da África ao Sul do Saara foram, na realidade, federações um tanto frouxas de múltiplas sociedades locais, com uma pirâmide hierárquica ampla na base e de vértice não muito elevado. Não ocorria, por isso, qualquer desenvolvimento autóctone, por mais tênue ou embrionário que fosse, no sentido do capitalismo. As potências colonizadoras não puderam, portanto, empregar os mesmos métodos que aplicaram na China e na Índia, ou ainda nas nações em que se fragmentou o antigo império otomano. O capitalismo aqui só podia resultar — como resultou — da completa desarticulação das sociedades indígenas, não encontrando réplica em nenhum dos seus eixos estruturais.

Foi por isso que na África se travaram as lutas mais vastas, mais maciças e duradouras, pela preservação dos sistemas tradicionais. O colonizador não aproveitava as contradições destes sistemas para consolidar instituições que pudessem servir de eixo a um reinício da evolução capitalista e dispersar as restantes. Sem quaisquer raízes próprias nestas sociedades, o capitalismo suscitava a sua oposição em bloco, o que tenderia, portanto, a reforçar-lhes a coesão. Foi de outro modo que a colonização europeia, ao longo dos séculos anteriores, agravou as contradições existentes em várias sociedades africanas e entre elas, e a todas minou a força e a capacidade econômica: mediante a ampliação do tráfico de escravos, levados uns para a Europa, a grande parte para as Américas. Não foram os europeus que o inventaram na África, mas deram-lhe dimensões sem comum proporção com o que anteriormente era praticado e conferiram-lhe formas novas. Este aumento da procura de escravos não se deveu aos mecanismos estritos do mercado e teve como fundamento as relações de poder estabelecidas com chefes locais, cujo apoio aos traficantes agudizou as contradições nas sociedades africanas e, ao mesmo tempo, contribuiu para depauperá-las da sua força de trabalho. Mas esta foi a fase pré-capitalista da expansão colonial europeia. Quando o novo modo de produção passou a prevalecer nas metrópoles e os colonizadores pretenderam expandi-lo a estas sociedades, não era de escravos que precisavam, mas de formar trabalhadores capazes de laborar em regime de assalariamento. Na medida em que enfraquecera as sociedades africanas, a ampliação do tráfico humano favoreceu a ação colonizadora, mas depois, quando se tratava de implantar outro

modo de produção, erguia-se como um obstáculo. Por isso as campanhas abolicionistas, propagandeadas como um esforço humanitário, foram o indispensável complemento de todas aquelas medidas, não menos violentas e atroztes do que a anterior caça ao homem, que tinham como objetivo a proletarização maciça dos indígenas.

À medida que iam afirmando sobre vastos espaços um poder centralizado, as potências coloniais iniciaram, com o aparelho repressivo de que dispunham, a cobrança generalizada de uma taxa a que em português se chamou “imposto de palhota”, tradução literal do *hut tax* inaugurado pelos britânicos, que ditaram as vias de modernização do colonialismo. Pelo menos nos territórios sob a administração colonial portuguesa, as primeiras tentativas de cobrança desse imposto admitiam uma fase transitória, em que podia ser pago com gêneros, devendo depois a obrigação ser cumprida unicamente em dinheiro. Ora, a questão crucial — que resultava de uma imposição absolutamente exterior à esfera do mercado — consistia no fato de o único tipo de dinheiro aceito pela potência colonizadora para o pagamento do imposto ser aquele por ela emitido, o que obrigava os africanos a venderem previamente algo no mercado dominado pelos europeus, único lugar onde podiam obter esse dinheiro. Como, nos regimes econômicos em que viviam e onde era acessória a produção para o mercado, não conseguiam obter o montante monetário requerido em troca apenas dos excedentes de que pudessem dispor, restava-lhes uma única coisa para vender: a utilização da sua força de trabalho. Na origem deste processo esteve, portanto, a repressão política direta, que obrigou os africanos a assalariarem-se enquanto única forma de conseguirem as rodelas de metal cunhadas pelo colonizador, cujo pagamento este lhes exigia. Quanto mais sistematicamente o imposto era cobrado, maior o número dos que tinham de se assalariar ao serviço do patronato europeu, quer fosse a administração colonial, quer as grandes companhias, ou ainda capitalistas particulares; e, quanto maior fosse o tempo de trabalho total dedicado ao assalariamento, mais declinava a produção destinada ao autoconsumo e mais as famílias africanas tinham de se abastecer no mercado capitalista. Foi assim que este mercado desenvolveu o seu âmbito, não como o estágio inicial de um processo, mas, ao contrário, como um dos resultados terminais. Só a partir de então começaram a ter efeito os mecanismos puramente mercantis e começou a produtividade superior do capitalismo a concorrer os pequenos produtores, reduzindo o seu número e, conseqüentemente, multiplicando os que se assalariavam. Ao mesmo resultado procuraram ainda os colonialistas chegar por outras vias, nomeadamente confinando as populações autóctones em reservas de terra insuficientes para produzir o que necessitavam, de maneira a obrigá-las a assalariar-se fora de tais reservas. A expansão do mercado capitalista e o reforço da

sua capacidade concorrencial só se converteram, portanto, em processos efetivos após a prévia desarticulação dos regimes econômicos existentes. E nessa desarticulação o mecanismo central e primordial foi constituído pelo processo de proletarização. Em todos os casos, o capitalismo implantou-se e expandiu-se porque o grosso da população foi afastado das formas econômicas em que havia previamente organizado a sua subsistência. A proletarização que prosseguira nas metrópoles, e que aí continuava, foi desenvolvida ou iniciada nos espaços coloniais, num processo integrado.

Absolutamente alheia a quaisquer formas autóctones de desenvolvimento do capitalismo, a África subsaariana sofreu um processo de proletarização que resultou exclusivamente da desarticulação das economias tradicionais. Foi por isso que aqui as administrações coloniais mais demoraram a subverter as estruturas existentes, depararam mais com as revoltas freqüentes e repetidas, e recorreram mais sistematicamente à violência generalizada e à extrema crueldade nos casos individuais. Na lista dos horrores resultantes de cinco milênios de sociedades estatais, será difícil ultrapassar em atrocidade aquilo que por feroz ironia foi denominado de Estado Independente do Congo. Essas lutas visavam, porém, a preservação das sociedades tradicionais e, quanto mais ampla fosse a sua desarticulação, mais aquele objetivo se apresentava como único. O que significa que, de todas as áreas de colonização, foi nesta que os conflitos sociais menos incidiram na produção de mais-valia, sendo aqui, portanto, mínimas as pressões para o aumento da produtividade. Por seu turno, quanto menos produtivos forem os processos de fabricação e mais se mantiver o regime de mais-valia absoluta, mais a exploração capitalista terá de se conjugar com a manutenção de formas arcaicas, destinadas a assegurar à população trabalhadora uma subsistência para a qual a massa salarial é insuficiente. Além disso, quanto menos enraizado for o hábito do assalariamento, mais baixo deverão os patrões manter o nível salarial, de maneira a impedir que os trabalhadores interrompam a venda da utilização da sua força de trabalho; e este mecanismo reforça o recurso às formas de subsistência tradicionais. A presença dos elementos econômicos arcaicos, reciprocamente desestruturados e subordinados ao capitalismo, confirma o aniquilamento das sociedades a que pertenciam; mas, na medida em que subsistem, estes elementos criam entre a população a ilusão de que é possível lutar pelo reforço dos quadros tradicionais e contribuem para atenuar os conflitos relativos à mais-valia, reproduzindo, portanto, o atraso e a estagnação do capitalismo. As populações africanas pagam hoje, com a miséria material resultante de um desenvolvimento capitalista tardio e difícil, os milênios de uma civilização mais harmônica, porque desprovida de despotismo estatal.

Procurei mostrar, na segunda seção, como a mais-valia relativa não tem deixado de se articular, por formas várias, com a mais-valia absoluta. Pudemos agora ver que essa articulação ocorre desde os primórdios do modo de produção, enquanto um dos aspectos decorrentes da necessária manifestação do capitalismo como imperialismo. Se o capital é o processo de extorsão da mais-valia, então a proletarização é a condição da existência do capital; e, se o capitalismo é um imperialismo porque a reprodução do capital é uma reprodução em escala ampliada, então a condição dessa expansão é o alargamento da proletarização; e, se no capitalismo e, portanto, no capitalismo em desenvolvimento não têm deixado de conjugar-se os dois tipos de mais-valia, a expansão da força de trabalho reparte-se também por ambos os regimes de exploração. Foram as grandes lutas sociais em que se processou a gênese do capitalismo, a sua expansão inaugural e a assimilação das sociedades colonizadas que definiram os grandes espaços geoeconômicos mundiais. E desde então as lutas dos trabalhadores não conseguiram ultrapassar esses quadros; ao contrário, têm reproduzido os seus limites. E, como no interior de cada um deles, um tipo genérico de articulação entre ambos os regimes de exploração determina o tipo de formação da nova força de trabalho, os efeitos das lutas sociais repercutem de pais para filhos, indo condicionar as novas ondas de conflitos. Grandes mudanças ocorreram, e o perfil destas sociedades parece hoje tão diferente do que era nos primeiros tempos da colonização capitalista, mas os traços mais característicos de cada grande área geoeconômica têm-se mantido, assim como as suas distâncias relativas.

Na época colonial propriamente dita, cada metrópole formava um conjunto com os espaços colonizados que administrava e que lhe serviam tanto de mercado reservado para a exportação de bens, como de fonte de matérias-primas alimentares e industriais. A gritante disparidade social resultava, economicamente, num conjunto harmonioso. O desenvolvimento geral do capitalismo suscitou, porém, dois processos paralelos, cujos resultados depois se combinaram. Por um lado, os mecanismos do acréscimo da produtividade nas metrópoles determinaram aí a concentração crescente, com a internacionalização das economias e a integração transnacional de grandes empresas, inclusive a transnacionalização da extração ou plantação de matérias-primas. Os conjuntos até então formados por cada metrópole com as suas colônias respectivas foram rompidos em virtude de um processo ocorrido no nível das próprias metrópoles. Sobretudo entre as duas guerras mundiais, cada área colonial passa de um estado de dependência unilateral relativamente à metrópole para uma dependência multilateral em relação ao conjunto das economias mais produtivas. Os vínculos coloniais clássicos puderam assim começar a romper-se. Por outro lado, o próprio desenvolvimento do capitalismo nas áreas

colonizadas, ao ultrapassar o quadro fornecido pelo patronato de origem metropolitana, suscitou o crescimento de classes capitalistas autóctones; não tanto de uma burguesia privada, pois foram sempre reduzidas as possibilidades de acumulação indígena do capital, mas sobretudo da classe dos gestores, integrada por aqueles elementos da população local que secundavam os colonialistas no aparelho administrativo, nas forças militares e repressivas, na própria organização das empresas. E assim a tendência das colônias a quebrarem os laços tradicionais com as metrópoles respectivas encontrou nessas classes capitalistas autóctones um corpo social capaz de sustentar novas vias de evolução e de lutar por elas.

A articulação destes dois fatores explica o caráter, à primeira vista paradoxal, assumido pela independência das antigas colônias. Podia com efeito esperar-se que, numa época de integração transnacional dos processos econômicos, os espaços coloniais alcançassem a independência na forma de vastos blocos, sobretudo aqueles que não haviam constituído nações previamente à colonização. E na década de 1950 parecia ser assim que, na África, os acontecimentos se encaminhavam. Foi, porém, a própria multilateralização da dependência colonial que levou à fragmentação das áreas colonizadas. O passado capitalista fora demasiado breve para lhes conferir uma unidade econômica, muito menos social. Por isso as independências africanas repartiram-se por antigas províncias coloniais e, por sua vez, cada um destes novos países tem-se revelado incapaz de se constituir numa unidade nacional. Cada setor econômico de um destes países, por vezes mesmo cada um dos ramos de produção, articula-se mais estreitamente com o conjunto econômico formado pelos países onde impera a mais-valia relativa do que se combina com os outros setores e ramos nacionais. E, quando parece estreitar-se a integração no interior dos países recém-independentes, é porque tal articulação tem como eixo uma empresa transnacional, agravando-se a fragmentação do país, nas suas relações econômicas com os centros mais desenvolvidos. O que antes se integrara num conjunto economicamente harmônico — se bem que rasgado por disparidades sociais profundíssimas — constitui hoje, no quadro de fictícia autonomia trazido pelas independências, um amontoado econômico disforme. E tanto mais que as independências, acabando de cortar a relação administrativa das colônias com as antigas metrópoles, provocaram uma fuga rápida de muitos capitais, precisamente daqueles que viam no clássico espaço colonial integrado a condição da sua rentabilidade. Ora, os novos capitais oriundos da pluralidade de centros mundiais que, sob a forma de créditos ou de investimentos diretos, dirigem-se para as áreas recém-independentes, só o fazem a ritmo lento, tanto mais que, como já mostrei num capítulo anterior, as baixas taxas de mais-valia aí reinantes não são atrativas. Assim, a saída rápida de

capitais não encontrou para compensá-la senão um afluxo lento. E isto precisamente na altura em que é mais necessário proceder à reorganização das economias coloniais, em função da situação nova em que se encontram. Daí a penosa fase constituída pelas últimas décadas, em que à estagnação resultante do peso assumido pela mais-valia absoluta se acrescenta a heterogeneidade econômica, com o conseqüente agravamento das disparidades sociais, e uma forte descapitalização.

Neste contexto, qualquer veleidade protecionista por parte das classes capitalistas nos países recém-independentes condena-se desde o início ao insucesso. Na época clássica do colonialismo, a livre-concorrência imposta pelas metrópoles no comércio intercontinental significou na realidade que, enquanto o Estado R metropolitano era inteiramente capaz de se abrigar atrás de barreiras protecionistas, a fraqueza política das nações semicolonizadas não lhes permitia fazer o mesmo e, quanto às colônias propriamente ditas, as administrações atuavam evidentemente em sentido complementar do protecionismo metropolitano. De qualquer modo, o prevalecimento da mais-valia absoluta, arrastando a baixíssima capacidade de compra da esmagadora maioria da população colonizada, não tornava rentável o investimento sistemático numa indústria autóctone destinada a suprir o mercado interno. Quanto às áreas semicolonizadas, apenas em ocasiões de retração nas economias metropolitanas pareceram as medidas protecionistas surtir efeito. Durante a I Guerra Mundial, a mobilização da indústria europeia para o esforço bélico, interrompendo os seus tradicionais fluxos de exportação, permitiu aos países semicolonizados incentivarem a produção própria em substituição das importações, ou estimulou-os até nesse sentido. Mais importantes ainda, porque mais prolongadas e gerais, foram as conseqüências da crise econômica desencadeada em 1929, que, em primeiro lugar, levou à retração dos investimentos metropolitanos, abrindo assim uma área mais ampla de atividade aos investimentos autóctones; e a depressão nas metrópoles, levando, em segundo lugar, à diminuição das suas importações e, portanto, das exportações provenientes das áreas colonizadas e semicolonizadas, reduziu o fluxo de divisas de que as classes dominantes dessas áreas podiam dispor para proceder às suas importações e criou deste modo condições favoráveis à fabricação autóctone de bens que substituíssem os habitualmente importados. As transformações não se deveram, portanto, a qualquer eficácia das medidas protecionistas tomadas em países semicolonizados, mas apenas aos efeitos de processos econômicos ocorridos nas metrópoles. O protecionismo não passou, aliás, neste contexto, de uma expressão do sucedido nos principais centros capitalistas, mas transfigurada, idealizada pelas classes dominantes dos países semicolonizados.

Desde a II Guerra Mundial e mais ainda nas últimas décadas, o protecionismo perdeu completamente qualquer razão prática de ser, que não a de mera demagogia eleitoral de certas facções das classes capitalistas. Como pode vigorar, com efeito, uma política protecionista de desenvolvimento numa época em que os Estados nacionais, que são forçosamente Estados R, têm poderes muito diminuídos e em decréscimo e quando o Estado A, que se reforça, tem como eixo as grandes empresas transnacionais? Qualquer crescimento econômico interno acentua a integração do país na economia mundial. É a partir de agora, neste quadro novo resultante da transnacionalização das empresas e dos próprios processos produtivos, que poderemos ver se as lutas dos trabalhadores hão de pressionar, ou não, pela ultrapassagem da dualidade dos espaços geoeconômicos, fundindo cada vez mais em movimentos comuns a força de trabalho predominantemente sujeita a cada um dos regimes de exploração. Mas esta não é a história, e sim o futuro. que apenas a prática dos trabalhadores permitirá desvendar.

6.2. Reprodução intensiva do capital

O fundamento da reprodução em escala ampliada do capital é a expansão da força de trabalho. Enquanto a mais-valia absoluta foi um componente importante dessa reprodução, o número de trabalhadores assalariados aumentava na medida em que se alargavam geograficamente as fronteiras do modo de produção. Foi o que sucedeu numa fase inicial, para a qual pode dizer-se que a força de trabalho se desenvolveu extensivamente. À medida, porém, que a mais-valia relativa hegemonizou os principais centros do capitalismo, este tipo de expansão tornou-se inadequado e, de qualquer modo, o sistema econômico passara já a abranger a totalidade do globo, sendo impossível recorrer ao aumento da sua área. Desde então, o desenvolvimento da força de trabalho tornou-se intensivo, o que quer dizer que, num dado conjunto populacional já globalmente inserido no capitalismo, aumenta o número dos trabalhadores produtivos e que, relativamente a cada um deles, o seu caráter produtivo é reforçado. Neste perfil histórico do modo de produção temos, por conseguinte, uma fase em que predomina o aumento do número de novos explorados, seguida pela fase em que é o aumento da exploração das famílias trabalhadoras já existentes que passa a prevalecer.

Opera-se, em primeiro lugar, uma transformação gradual na constituição orgânica da força de trabalho. Num estágio inicial assalariava-se em empresas apenas um número reduzido de pessoas por família, os elementos masculinos geralmente. As formas de mais-valia absoluta

predominavam, os salários ficavam com frequência aquém do nível de subsistência do agregado familiar e os seus membros não-assalariados dedicavam-se então ao trabalho de sobrevivência, em formas tradicionais exteriores ao âmbito capitalista estritamente considerado. A partir do momento, porém, em que se acentuou o desenvolvimento da mais-valia relativa, e nas áreas onde ela se desenvolveu, esgotada já a possibilidade de ampliar as fronteiras do modo de produção, a proletarização intensificou-se mediante o aumento do número relativo de assalariados por família. Em condições consideradas normais, isto é, em que os salários cubram as necessidades médias de cada conjunto familiar, tendem a equivaler-se as capacidades de consumo social efetivo garantidas às famílias no estágio inicial, quando apenas alguns dos seus membros se assalariavam em empresas, e no estágio posterior, em que o faz a totalidade dos elementos com idade para isso. Relativamente às necessidades médias socialmente definidas, são os conjuntos de salários familiares, e não cada um dos salários individuais, que tendem a equivaler-se. Poderia então parecer, à primeira vista, que esta equivalência cobria meramente a passagem dos membros da família do trabalho no âmbito doméstico para o trabalho em empresas, sem que em nada ficasse alterada a intensidade da exploração. Mas é o contrário que sucede. Na medida em que a deslocação de pessoal aumenta o coletivo dos trabalhadores na esfera das empresas, reforça as condições sociais que permitem remodelações tecnológicas capazes de explorar as economias de escala da força de trabalho. Mas não ficará esta intensificação da exploração numa das esferas compensada pela sua atenuação na outra? Não corresponderá ao acréscimo da intensidade da exploração nas empresas o aumento de porosidade do trabalho familiar? Na verdade, porém, a porosidade do trabalho doméstico tem-se reduzido. Mesmo levando em conta que, neste contexto de mais-valia relativa, uma parte crescente da formação das novas gerações de trabalhadores se deve a serviços especializados extrafamiliares, isso ocorre no quadro de um aumento do tempo de trabalho dedicado a essa formação, pelo que o tempo de trabalho que com esta finalidade se processa na esfera doméstica diminui em um ritmo menor do que aquele a que se reduz o tempo total que os elementos assalariados de cada família dispõem para o conjunto das atividades domésticas. E, quanto à reprodução da força de trabalho já operacional, mesmo levando em consideração a crescente recorrência a serviços externos e à aquisição de artigos confeccionados e de novos tipos de aparelhos que permitem acelerar a execução das tarefas domésticas, verifica-se que a redução do tempo disponível para estas atividades é superior ao tempo que se poupa pelos meios indicados. Na verdade, não é por terem começado a propor serviços especializados no campo doméstico e alimentos já cozidos que diminui o tempo dedicado familiarmente a este gênero de trabalho. O processo causal é exatamente o inverso. É porque o assalariamento nas

empresas aumenta e o tempo de trabalho doméstico se reduz e se intensifica que surgiu a necessidade desses serviços especializados e desses artigos já prontos. O aumento de intensidade do trabalho doméstico é aqui o mecanismo motor, é ele que exerce a pressão e por isso é, aos poucos, superior à diminuição da intensidade permitida pelos referidos serviços e bens. Tanto para o trabalho doméstico de formação como para o de reprodução da força de trabalho a porosidade diminui e, por conseguinte, intensifica-se a exploração.

A intensificação do trabalho doméstico arrasta, pelas necessidades criadas, a existência de um segundo campo de desenvolvimento intensivo da força de trabalho. Quanto mais as famílias de trabalhadores se virem pressionadas a recorrer, para a reprodução e para a produção de força de trabalho, à aquisição de bens e serviços exteriores às respectivas domesticidades, tanto mais se acrescem as pressões para o aumento da produtividade na elaboração desses bens e serviços. Dito de outra maneira, os mecanismos da mais-valia relativa ao mesmo tempo levam à intensificação do trabalho doméstico e ao crescimento da produtividade nos ramos que substituem atividades familiares. Enquanto o ritmo de desenvolvimento da mais-valia relativa não for muito rápido, poderá manter-se um setor pré-capitalista na produção de bens de consumo dos trabalhadores. Graças a um elevado desgaste de energias, que não são contabilizadas no custo do produto, e a uma extensão do trabalho de tipo familiar, estas unidades pré-capitalistas conseguem concorrer com os setores de produção capitalistas. Porém, à medida que o aumento da exploração torna necessário acelerar a desvalorização dos *outputs* da força de trabalho, a produtividade nestes ramos atinge dimensões tais que, por mais que nas unidades pré-capitalistas se restrinjam os ganhos e se multipliquem os esforços, a concorrência do modo de produção dominante é imbatível. Se o inevitável encerramento, ou até a falência, ocorrer enquanto os proprietários estiverem em idade ativa, serão obrigados a proletarizar-se; se conseguirem manter o negócio até se reformarem, a proletarização ocorrerá então na passagem de gerações, convertendo-se os filhos destes artesãos ou negociantes familiares em trabalhadores produtivos. É esta uma outra forma por que a proletarização se intensifica no interior de áreas onde de há muito já era hegemônico o sistema capitalista, fundamentando-se assim socialmente a reprodução alargada do capital.

Um terceiro campo de intensificação da proletarização resulta do aumento das qualificações com que é formada cada nova geração da força de trabalho. Sob este ponto de vista, a passagem de trabalhador *output* para trabalhador em exercício corresponde à conversão do aumento de qualificações em aumento da complexidade do trabalho executado. Escrevi e reiterarei que todo trabalho tem um componente manual e outro intelectual e que apenas mitos

elitistas, tentando conferir a certas formas sociais de exploração uma caução natural, podem pretender o absurdo de uma realização meramente intelectual. Se é uma constante a articulação destes dois componentes, não o tem sido, porém, a importância relativa de cada um e, numa fase inicial, foi sobretudo para a força muscular dos trabalhadores que o capitalismo orientou as tecnologias da exploração. Durante esse período em que o capital explorou sobretudo o esforço físico, o aumento da produtividade no decurso do processo de trabalho obteve-se fundamentalmente pelas formas da mecanização, que a certa altura atingiram dimensões tais, tornando-se capazes de multiplicar de tal modo a força dos trabalhadores, que o esforço físico começou a perder grande parte do seu significado. Abriu-se a partir de então outro campo para a exploração capitalista, o da vertente intelectual do trabalho. Nesta fase, que começamos hoje a percorrer, desenvolvem-se tecnologias novas, voltadas sobretudo para a exploração do esforço mental. A fase em que as inovações se operavam no quadro da mecanização, sucede a fase em que passam a surgir nas formas da automatização, mediante a qual são multiplicados os efeitos do aspecto mental das operações de trabalho.

Este processo implica uma vasta reorganização da classe trabalhadora, que em termos correntes é referido geralmente como o aumento da importância dos serviços. Trata-se de uma terminologia de todo imprópria. A palavra *serviços* tem sido empregada para caracterizar aquelas atividades cujo resultado não se submete à lei da gravidade, o que tem interesse muito reduzido, pois não se trata aqui de apreciações físicas, mas do estudo de relações sociais. E, na medida em que os resultados puramente intelectuais do processo de trabalho ponderáveis, encontram-se confundidos numa mesma categoria as atividades de transporte e mercantis, por exemplo, que deslocam material e socialmente, um produto sem lhe alterarem a qualidade física. Aliás, o interesse desta terminologia consiste precisamente no que confunde e não no que explica, pois é usada pelos apologistas do capitalismo para proclamar a próxima extinção da classe trabalhadora e até a superação do antagonismo das classes. Este tipo de demagogia é o complemento indispensável daquela outra que considerava o trabalho do operário clássico como meramente manual e a atividade de organização e controle econômico como meramente intelectual; de maneira que agora, quando uma importância crescente cabe ao aspecto mental do trabalho, esta transformação é entendida como negação da atividade manual e assimila-se à atividade dos gestores a vertente intelectual do trabalho produtivo. Extinguir-se-ia assim a classe dos trabalhadores, que só sobreviveria hoje como relíquia, e ao mesmo tempo se confundiria toda a população numa mesma classe dominante. É esta a função exata que a palavra *serviços* ocupa nas ideologias apologéticas do capitalismo contemporâneo. Que a exploração passe a

tomar como alvo preferencial o aspecto mental da atividade produtiva constitui, sem dúvida, uma remodelação profunda nas condições de existência da classe trabalhadora, quero dizer, na sua orgânica interna e no modo específico de relacionamento com os capitalistas. Mas esta reorganização não significa o término da classe trabalhadora. Ao contrário, resulta de um novo estágio no aprofundamento intensivo do processo de proletarização. A vertente intelectual da atividade produtiva surge aos capitalistas como um campo ilimitado para acrescer a complexidade do trabalho e, portanto, para expandir e acelerar os mecanismos da mais-valia relativa. É, com efeito, mediante o reforço do componente mental do trabalho que hoje tem na grande parte dos casos, aumentado o grau da sua complexidade. É este o cerne da questão.

As transformações sociais operam sempre, porém, mediante desequilíbrios e defasagens, e a abertura de novos campos de exploração e de novas tecnologias pode ser mais ampla do que o número de trabalhadores formados e preparados, para laborarem nos novos moldes. Isto sucede hoje, quando o capitalismo, num surto histórico de produtividade, alarga de tal modo as condições para a exploração do aspecto intelectual do trabalho e produz em número tão colossal a maquinaria automatizada e os meios da informática, que para aproveitá-los plenamente tem de assimilar formas de atividade que até agora tinham se mantido exteriores a este modo de produção. As velhas profissões liberais, que continuavam ainda a tradição do sistema medieval, são hoje integradas pelo capitalismo, proletarizando-se e passando a constituir uma força de trabalho altamente qualificada, capaz de um labor muito complexo e sustentando, portanto, novos estágios na mais-valia relativa. Esta intensificação da proletarização opera, assim, duplamente, pois ao mesmo tempo que agrava as condições de exploração da força de trabalho já tradicionalmente constituída, aumenta o número de trabalhadores no interior de sociedades onde o capitalismo já era, de há muito, consagrado hegemônico. E que se trata de um domínio cheio de potencialidades futuras, que mal se inauguram, pode constatar-se pelo atraso da tecnologia relativamente às condições de trabalho. Se a experiência do Reino Unido puder servir de indicador, é neste setor chamado dos serviços que as taxas de absentéismo atingem maiores proporções. Abre-se por isso aqui um vasto campo a inovações tecnológicas que materializem o novo estágio da exploração.

Intimamente relacionado com as formas como se desenvolve hoje esse terceiro campo de intensificação da proletarização, está um quarto campo, que resulta da redução relativa das classes capitalistas. Num período anterior, quando a burguesia ia perdendo progressivamente as posições dominantes em benefício dos gestores, sucedia que proprietários de empresas levadas à falência ou ao encerramento se convertessem em gestores. Penso que seria esta até a regra,

sendo certamente raros os casos de proletarização de burgueses ou dos seus descendentes imediatos. Tratava-se de um declínio nas hierarquias capitalistas, pois aqueles que haviam sido os proprietários de dadas unidades econômicas passavam daí em diante a desempenhar funções de gestão em estabelecimentos — talvez até nos mesmos — que se encontravam integrados subordinadamente em conjuntos empresariais mais vastos. Mas o declínio não assumia então a forma de uma perda do estatuto improdutivo, o que se explica pela convergência de dois fatores: por um lado a ascensão da classe gestorial implicava o seu reforço numérico; por outro, a reprodução do capital encontrava ainda vastas reservas para proletarização. Porém, à medida que se desenvolve o processo de concentração e de centralização, e num período em que a hegemonia gestorial está já decisivamente assegurada, tende-se à redução relativa desta classe capitalista. Quanto mais hegemônica for uma classe exploradora, menos homogênea será, multiplicando-se no seu interior as hierarquias. Ora, a hegemonia gestorial é um resultado do desenvolvimento da mais-valia relativa e, quanto mais intensivo for este tipo de exploração, tanto menos possibilidades existirão de encontrar formas meramente extensivas para expandir a força de trabalho. A intensificação da proletarização e a proliferação de camadas inferiores na classe gestorial são duas faces de um mesmo problema e conjugam-se para solucioná-lo. Como os mecanismos da produtividade e da concentração do capital implicam a crescente desigualdade na repartição da mais-valia, as camadas capitalistas inferiores não se encontram em situação para resistir eficazmente às pressões da proletarização. Além disso, o número dos que se ocupam da gestão de dadas unidades econômicas integradas numa mesma unidade de propriedade pode ser menor do que aquele que seria necessário se cada uma dessas unidades econômicas constituísse uma empresa independente; isto permite às camadas superiores dos gestores, à medida que o processo de concentração avança, dispensar largas porções de gestores subalternos. E assim o desenvolvimento da mais-valia relativa cria condições para que os capitalistas de baixa hierarquia sejam precipitados na classe trabalhadora.

Como esta redução relativa das classes capitalistas atinge hoje em especial os gestores, a proletarização ocorre, não pela perda de qualquer propriedade particular sobre o capital, mas pela perda do controle, enquanto capacidade de participação na propriedade coletiva gestorial dos meios de produção. E por isso mesmo estes elementos podem mudar de classe sem, por assim dizer, mudarem fisicamente de lugar. Na classe gestorial as hierarquias estabelecem-se entre âmbitos de controle, entre limites no interior dos quais se pode decidir; quanto mais elevado é o nível de um gestor, mais amplos são o seu controle e autonomia de decisões, mais

forte é a sua posição na repartição da mais-valia. Quando, porém, as cadeias empresariais de comando se reorganizam e deslocam, de forma a inibir a capacidade decisória de certas camadas, estas encontram-se expulsas da classe gestorial, mesmo que continuem a sentar-se no mesmo lugar. São as próprias funções que executam que são despromovidas e aqueles escriturários, aqueles contabilistas, aquelas secretárias que antes constituíam uma camada de gestores, inferior mas dotada de um efetivo, embora reduzido, poder de controle e de deliberação, deixam de controlar o que quer que seja e passam a ser trabalhadores produtivos no ramo das informações. Onde antes tomavam decisões, limitam-se agora a recolher, manusear e veicular informações fragmentadas que hão de servir aos gestores que delas se apropriam e as reúnem numa informação global e provida de sentido, para tomarem eles as suas decisões. Para os antigos gestores assim despromovidos, a organização do trabalho alterou-se radicalmente. Novos tipos de disciplina passaram a ser-lhes impostos, novas formas de relação se estabeleceram entre eles, outros ritmos e, sobretudo, ritmos mais intensos pautam agora o seu trabalho.

Constituindo esta mudança de classe uma das conseqüências do processo geral da mais-valia relativa, o qual leva por outro lado cada nova geração de trabalhadores a possuir uma qualificação crescente, resulta daqui que o novo campo aberto à atividade produtiva pela despromoção de elementos saídos da classe gestorial pode ser preenchido também por elementos das novas gerações oriundos de famílias trabalhadoras. Esta convergência social ocorre, aliás, tanto mais maciçamente quanto, saídos aqueles ramos profissionais da esfera da gestão e passados à atividade produtiva, as suas operações tendem então a expandir-se, como qualquer outro setor produtivo no capitalismo em desenvolvimento. Pode a produtividade tornar-se aqui crescente e, portanto, diminuir a relação entre o número de trabalhadores e o *output*, mas este mesmo mecanismo leva a uma ampliação maior ainda do setor e à multiplicação dos seus ramos, com o conseqüente aumento em termo absolutos da força de trabalho empregada. E como este processo ocorre apenas em áreas onde prevalece a mais-valia relativa, o acréscimo do número de trabalhadores nos ramos em expansão só poderá resultar de uma intensificação da proletarização. Por isso aí convergem, junto com os elementos despromovidos da classe gestorial e os criados em tradicionais famílias trabalhadoras, outros que resultam da proletarização de famílias até então dedicadas a atividades extracapitalistas.

A convergência social converteu este novo setor produtivo num dos locais privilegiados de ilusão ideológica. Na Inglaterra dos princípios do século XIX, os *luddites* revoltaram-se contra a exploração de que eram vítimas e contra a desvalorização da sua força de trabalho, destruindo

a maquinaria em que se materializavam os novos sistemas de fabricação. É hoje a uma forma muito mais espantosa de fetichismo, e muitíssimo mais maciça, que assistimos. A transformação de um setor profissional inicialmente gestorial em produtivo processou-se mediante a reorganização dos seus sistemas de atividade, o que acarretou, como não poderia deixar de suceder, a introdução de novas formas tecnológicas. Os computadores constituem precisamente a tecnologia adequada, por um lado, ao processamento de informações altamente fragmentadas e, assim, inteiramente desprovidas de significado para quem as recolhe e manuseia; é recebendo um número crescente de informações fragmentárias que as sucessivas hierarquias gestorais podem reunir uma imagem cada vez mais global e significativa. Esta é uma das bases materiais da gestão. Os computadores constituem ainda, por outro lado, uma tecnologia que permite a execução das referidas funções com uma produtividade crescente. São, em suma, uma forma tecnológica que exprime de maneira muito clara o mais recente estágio de desenvolvimento capitalista. Como, porém, a capacidade de manusear computadores sustenta, por um lado, a arrogância da nova geração da força de trabalho, que assim vinca uma distinção mais marcada relativamente às anteriores, e, por outro lado, serve aos elementos recém-proletarizados para mascararem o declínio social sob a forma do acesso a uma nova tecnologia, os computadores e a informática em geral converteram-se hoje no tema predileto da ascensão social imaginária. E assim se desenvolveu uma forma perversa de fetichismo, um prodigioso antiludismo, mediante o qual a tecnologia com que se transforma o processamento de informações em produção de mais-valia e com que se intensifica a exploração da força de trabalho é ideologicamente promovida e tomada como ponto de referência de não sei que mítica distinção. Só o desenvolvimento deste processo poderá repor a lucidez no devido lugar e retirar à informática a aura que lhe é atribuída, como aliás já começa a suceder nos centros capitalistas mais avançados. Aí os computadores tem-se tornado nos últimos anos objeto de múltiplas formas de sabotagem, o que indica o caminho que virá a ser seguido.

Em conclusão, se a expansão da força de trabalho fundamenta a reprodução do capital em escala ampliada, esta, por seu turno, intensifica a proletarização. É entre estes dois movimentos conjugados que se define o desenvolvimento futuro dos processos sociais.

7. Economia dos processos revolucionários

7.1. Marxismo ortodoxo e marxismo heterodoxo

Ao longo deste livro, nunca os conflitos sociais deixaram de estar presentes, explicando o desenvolvimento do capitalismo e pautando o ritmo da sua dinâmica. Sendo o capital uma relação social contraditória e sendo a luta de classes essa contradição, os conflitos sociais aparecem assim no cerne do modo de produção. Nas lutas dos trabalhadores, porém, analisei unicamente os efeitos da sua assimilação e recuperação, pela mais-valia relativa ou da sua repressão e esmagamento, pela mais-valia absoluta. Nesta perspectiva, o estudo do resultado dos conflitos sociais limita-se à análise de uma economia da submissão. Os modos de produção, porém, nunca foram eternos. São as classes exploradoras, enquanto gozam estavelmente essa situação, que projetam a solidez episódica do seu domínio na utopia de uma duração sem fim. E são as classes exploradas, enquanto descrentes de uma alternativa possível, que projetam ideologicamente as repetidas derrotas como uma interminável submissão. Mas a história não vive destas representações ideológicas, nem é por elas explicada antes as explica. As lutas sociais têm feito os modos de produção mudar, entrar em crise, transformar-se em outros. E ninguém ignora que várias vezes ao longo da história do capitalismo enormes massas de trabalhadores colocaram de forma prática e generalizada a questão da ruptura deste modo de produção e do aparecimento de um novo; e que então os capitalistas abandonam a crença na eternidade do seu domínio, sem prescindirem no entanto das mesmas premissas ideológicas, pois que a ameaça do fim deste sistema é por eles entendida como prenúncio do fim do mundo, do fim do seu mundo, daquilo a que chamam civilização. E assim os longos períodos em que os conflitos sociais sustentam uma economia de submissão são pontuados por irrupções revolucionárias, recalçadas depois para o subconsciente das ameaças temidas ou das esperanças frustradas. Essas repetidas rupturas, que pretendem fundar um modo de produção novo, obrigam a definir qual o elemento que, no interior do regime atual, permitirá a eclosão de um outro sistema econômico e social.

Em resposta a esta questão, desenvolveram-se no marxismo duas correntes distintas e que se confirmaram como antagônicas. Simplificando, chamarei a uma marxismo das forças produtivas, à outra, marxismo das relações de produção. Na obra de Karl Marx, ambas se

articulam contraditoriamente numa doutrina unificada. A análise deste sistema e a definição do campo de práticas sociais a que correspondia foram o meu objetivo ao escrever os volumes do *Marx Crítico de Marx*. Não vou agora repetir-me, nem é a possibilidade que Marx teve de articular teses contraditórias que aqui sobretudo nos deve interessar, pois o desenvolvimento histórico em breve romperia aquele campo comum, levando à divergência das suas práticas e impossibilitando que fossem pensadas num sistema unificado. É, por isso, enquanto correntes ideológicas opostas que hoje nos aparecem e que devemos analisá-las, e é isto mesmo que nos permite perceber o caráter contraditório do sistema de Marx, invisível na época.

A corrente do marxismo das forças produtivas continua e desenvolve aquelas teses em que Marx conferia ao mercado o lugar privilegiado na definição do capitalismo, considerando que só nesse nível o produto adquiriria um caráter social. Como, por razões já analisadas, Marx foi levado a conceber o mercado segundo o mito da livre-concorrência, afirmava então que nesse lugar central do capitalismo reinaria o acaso e o arbitrário. Nesta tese assimilam-se, portanto, capitalismo, mercado livre-concorrencial e arbitrariedade econômica. Em contraposição Marx era encomiástico quanto à planificação reinante no interior das unidades de produção. Aí ao acaso substituía-se a ordem, e os equilíbrios como meras médias *a posteriori* davam lugar ao cálculo *a priori*. Segundo Karl Marx, o capitalismo articularia contraditoriamente a desorganização do mercado e a organização fabril e seria esta última que, desenvolvendo-se, constituiria a base da passagem ao modo de produção futuro, ao socialismo. Aquilo que de mais específico o capitalismo apresentaria foi assimilado ao mercado livre-concorrencial, e o sistema de organização das empresas, as técnicas de gestão, a disciplina da força de trabalho, a maquinaria, embora nascidos e criados no capitalismo, fundamentariam a sua ultrapassagem e conteriam em germe as características do futuro modo de produção. Por isso denomino esta corrente de marxismo das forças produtivas. Seriam elas a da ruptura e da transformação. Marx teve, para tal, de neutralizar a tecnologia, tanto a gestão e a organização do trabalho como a maquinaria, torná-la independente das determinações do capitalismo, de maneira a fazê-la sustentar um modo de produção oposto àquele em que começara a sua existência. Criticou o uso que os capitalistas faziam da tecnologia, ou seja, afinal, criticou a articulação dessa tecnologia com um mercado supostamente livre-concorrencial, mas apreciou favoravelmente a própria tecnologia, que poderia, segundo ele, servir para outros fins. Deste tipo de teses resulta o mito da inocência da máquina. A tecnologia poderia ser um lugar de lutas sociais, mas sem que ela mesma fosse elemento constitutivo das lutas. E, assim, o desenvolvimento da organização fabril arrastaria, no interior do capitalismo, a ultrapassagem potencial deste modo de produção.

Tanto mais que a concentração e centralização crescentes do capital, além de expandirem o âmbito da organização fabril, desenvolvem o sistema de crédito, o qual, para Karl Marx, suprimindo o caráter privado dos capitais dispersos, conteria também em potência a própria supressão do capital. O desenvolvimento gradual das forças produtivas sustentaria o declínio deste modo de produção e a passagem ao seguinte.

O marxismo das forças produtivas é inteiramente alheio à questão da mais-valia. A organização das unidades de produção é precisamente a organização da produção e da extorsão da mais-valia e, ao neutralizarem as forças produtivas, essas teses de Marx ocultam o ponto crucial das relações da exploração e, portanto, de todo o sistema econômico. A lei do valor é, assim, desestruturada, porque alheada do seu fundamento, o tempo de trabalho incorporado só se converte no elemento determinante do valor porque — e enquanto — a relação da mais-valia coloca a defasagem entre tempos de trabalho no centro do modo de produção. Mas a partir do momento em que foi ideologicamente tornada independente da mais-valia, que é o seu axioma lógico, a lei do valor foi transposta para o mítico mercado livre-concorrencial, cuja existência histórica Marx considerava muito mais ampla do que a do capitalismo. E, como sempre acontece quando se pretende atribuir a uma lei uma validade supra-histórica, ela é naturalizada, abandona o seu fundamento social. A neutralização das forças produtivas, implicando a escamoteação da mais-valia, tem como corolário a naturalização da Lei do valor. Karl Marx, nessas suas teses, e o grupo dos continuadores, ao proporem as forças produtivas existentes no capitalismo enquanto fundamento do modo de produção futuro, estão afinal supondo que o socialismo se baseie num sistema de organização das unidades econômicas cujo fulcro não é senão a mais-valia.

Longe de serem independentes das determinações do capitalismo, as forças produtivas constituem, ao contrário, uma expressão material e direta das relações sociais do capital. A mais-valia resulta da capacidade que a força de trabalho tem de despender no processo de produção um tempo de trabalho superior àquele que em si incorpora. O processo de produção é o próprio lugar desta relação contraditória, e a sua organização é, por isso, a organização desta contradição. As técnicas de gestão, os tipos de disciplina no trabalho, a maquinaria, nas suas sucessivas remodelações, têm como objetivo aumentar o tempo de sobretrabalho e reduzir o do trabalho necessário. Estas forças produtivas não são neutras, porque constituem a própria forma material e social como o processo de produção ocorre enquanto produção de mais-valia e como dessa mais-valia os trabalhadores são despossuídos. Se se estudar a gênese da tecnologia capitalista, vê-se que resultou precisamente da profunda ruptura social operada relativamente ao

artesanato. Extinto o sistema de trabalho e inaugurada uma nova estrutura da exploração, desenvolveram-se formas inovadoras de organização dos trabalhadores e novos maquinismos, ao mesmo tempo determinados pelo novo modo de produção e constituindo a condição da sua reprodução futura. Cada modo de produção produz uma tecnologia específica, expressão e realização das suas contradições próprias. Os sistemas econômicos que tiveram por base grandes concentrações de escravos desenvolveram tecnologias, tipos de organização de trabalho, tipos de instrumentos e utensílios, que ficaram sem efeito quando vastas lutas sociais acarretaram o fim de grandes impérios despóticos e implantaram regimes baseados em formas de trabalho de âmbito e estrutura familiares. Foi assim que, por exemplo, no que é hoje a Europa, a derrocada do império romano e o aparecimento do regime senhorial se realizaram materialmente mediante uma reorganização tecnológica profunda.

É certo que elementos de uma tecnologia, tanto tipos particulares de organização como utensílios e máquinas, podem vir a ser isolados do contexto geral em que surgiram e a que haviam pertencido e passarem a integrar outras tecnologias, de que se tornam então elementos componentes. Porém, em primeiro lugar, isso acontece exclusivamente com técnicas particulares, e nunca com o sistema tecnológico globalmente considerado. Não há qualquer caso de um modo de produção fundado sobre o sistema de forças produtivas do modo de produção anterior. Em segundo lugar, nem todas as técnicas são suscetíveis de tal processo de desestruturação e reestruturação, e a análise histórica mostra que isso tem até ocorrido com um número relativamente reduzido de técnicas particulares. Em terceiro lugar, cada técnica não é uma forma estagnada e definitivamente fixada, mas caracteriza-se precisamente pela evolução e pelas mudanças que sofre, no interior das transformações globais do sistema tecnológico em que se integra. Isolada do sistema converte-se num fóssil. E, integrada em outro sistema, passa a desenvolver-se de outro modo, para em breve se tornar uma técnica diferente. Uma técnica como qualquer elemento social é definível apenas pelo sistema — um ou outro — em que ocupa um lugar. As forças produtivas capitalistas não são um amontoado de técnicas fragmentárias e reciprocamente isoladas, mas uma estrutura coerente que enquanto tal, reproduz e realiza a estrutura do modo de produção, nas suas contradições.

O caráter internamente planejado, organizado e integrador, que Karl Marx encontrou no sistema fabril e no crédito, e de que fez a apologia, é o próprio caráter da classe dos gestores e da sua função social. A expansão da organização empresarial como modelo de sociedade deve-se ao aumento da coesão do Estado A e ao alargamento do seu âmbito de poderes. Em suma, o desenvolvimento das forças produtivas a que se refere toda esta corrente do marxismo é o

desenvolvimento da classe gestorial e, por isso, as previsões que nesta perspectiva Marx efetuou quanto à inevitabilidade do socialismo confirmaram-se, afinal, como antecipação da inelutável hegemonia da classe dos gestores. Na pretensa contradição entre a arbitrariedade e a desorganização atribuídas ao mercado livre-concorrencial e à organização e planificação das unidades de produção, e na superação das primeiras destas formas pelas outras, Marx pensou, na realidade, a contradição entre as classes burguesa e gestorial e a hegemonia obtida por esta última. Marx e todos os que o seguem nesta corrente assimilam o socialismo ao triunfo dos gestores no interior do capitalismo e, ao mesmo tempo, identificam o capitalismo com o domínio de um tipo de mercado supostamente regido pela livre-concorrência. Cada uma destas confusões é necessária condição ideológica da outra. Por isso todos — todos sem exceção — os que continuam hoje a restringir o capitalismo à sua fase miticamente livre-concorrencial, ou seja, na realidade, aos períodos iniciais do processo de concentração e de centralização, estão a atribuir à classe dos gestores a capacidade histórica de ter transformado o capitalismo em um outro modo de produção. Podem fazê-lo elogiosamente, enaltecendo as formas do capitalismo desenvolvido como se constituíssem o triunfo da razão econômica; ou fazem-no criticamente, quer porque exprimam os interesses da burguesia já ultrapassada, quer porque denunciem sob a hegemonia gestorial a exploração e a opressão. Qualquer que seja o seu objetivo prático, basta, porém, que uma tese assimile o desenvolvimento da organização empresarial a um novo modo de produção para, por aí, considerar as forças produtivas como fundamento dessa pretensa transformação de um em outro sistema econômico. Ao contrário, ao considerar os gestores como uma classe capitalista, contemporânea do próprio início deste modo de produção e reforçando-se com o seu desenvolvimento, considero as formas mais organizadas e integradoras do sistema empresarial como absolutamente incapazes de ultrapassar o capitalismo, de que constituem um aspecto fundamental. Quando julga pensar a passagem a um futuro modo de produção, o marxismo das forças produtivas mais não faz, afinal, do que conceber as transformações sofridas internamente pelo capitalismo

E foi a razão por que esta corrente se estabeleceu como o marxismo ortodoxo. Aí se inspiraram os gestores em numerosos países, para idealizar o seu próprio triunfo e, por isso, tanto a burguesia eliminada ou marginalizada como a classe trabalhadora cuja exploração se reforçou reduziram também o marxismo à antecipação do que acabara por ser, de fato, a hegemonia gestorial. O marxismo das forças produtivas é uma ideologia do poder ou, mais exatamente, uma das ideologias da reorganização e do desenvolvimento do poder capitalista. E as decisões do poder são o único critério por que pode aferir-se uma ortodoxia. Neste campo

ideológico, são ortodoxas aquelas teses com que os vitoriosos concebem a vitória e a proclamam como tal.

Mas no sistema de Karl Marx encontram-se ainda teses de outro tipo, cujo desenvolvimento seguiu um caminho bem diferente. Quase todos aqueles — e são tantos, a quase totalidade — que se pretendem seguidores da doutrina de Marx ou nela se inspiram procuram dar às suas opiniões próprias a caução que lhes adviria da autoridade do mestre. Nas polêmicas entre discípulos, cada um partidário de uma tendência, por cada citação que surge em abono de uma posição em detrimento das restantes, logo outras 10, ou 20, ou 100, tudo depende do tempo, da paciência e do grau de instrução, são lançadas com o objetivo exatamente inverso, o de confirmar cada uma das outras tendências e pôr em causa todas as demais. O exercício é fácil, afinal, porque qualquer doutrina, a de Marx também, é atravessada pelas contradições que exprimem o campo prático a que se refere e, agravadas com o tempo essas contradições, o que primeiro parecia um sistema unificado e coerente surge, depois, como uma articulação de teses opostas. E, porque fácil, é infantil. Cada qual procura fazer vingar em seu benefício uma tão desejada quão impossível coerência doutrinária do mestre. E, como todos o fazem ao mesmo tempo e em direções inversas, juntos acabam por demonstrar exatamente o contrário do que cada um pretendia, patenteando a pluralidade das teses de Marx sobre os mesmos assuntos e a freqüente contraditoriedade entre elas. Não procedo a tal leitura redutora. Há muitos anos deixei de fazê-lo. Quero, ao contrário, afirmar que na obra de Marx, paralelamente às teses em que se fundamenta a atual ortodoxia, e expostas com não menos vigor, encontram-se outras de caráter distinto, cujo desenvolvimento deu lugar a uma corrente oposta.

Nestas teses, Marx atribui à mais-valia o lugar central e, portanto, concebe o modo de produção, acima de tudo, como um modo de exploração, definindo-se como seu fundamento dadas relações sociais. São então as relações sociais que explicam as forças produtivas às quais seria logicamente impossível atribuir, neste contexto, qualquer neutralidade ou autonomia de desenvolvimento. Desempenhando as relações sociais de produção um papel de tal modo global e determinante, só no seu nível poderá ser analisada a problemática da passagem ao modo de produção seguinte. O que significa que, como as relações de produção se estruturam pela mais-valia e são, portanto, contraditórias, é no nível das lutas sociais que tal problemática deverá ser analisada. Os capitalistas estão interessados na perpetuação da forma de exploração existente e, por conseguinte, são nos conflitos um agente da manutenção do modo de produção, e não da passagem a novos sistemas econômicos e sociais. Mas os explorados não podem, a

longo prazo, estar interessados em continuar um regime que os despossui de parte crescente da sua própria atividade; por isso são eles, nos conflitos básicos, o agente da passagem a um novo modo de produção, em que a exploração seja abolida. E, como é apenas enquanto lutam contra a exploração que os trabalhadores afirmam o seu antagonismo a este sistema econômico, o agente da passagem ao novo modo de produção serão os explorados em luta. Em resumo, é na contradição fundamental que atravessa as relações sociais de produção e que constitui a classe trabalhadora, em conflito contra o capital, como base da passagem ao socialismo, que esta corrente do marxismo encontra resposta à problemática que agora nos ocupa. Por isso lhe chamo, simplifadamente, marxismo das relações de produção.

Esta corrente tem inspirado todos os que, no campo do marxismo, assumem uma posição de crítica às instituições do poder. Concentrar a atenção nas relações de produção significa averiguar, em cada caso, se a exploração existe e quais são as suas formas. Por isso esta corrente não identifica o socialismo com quaisquer sistemas de organização e de planificação que retirem aos trabalhadores o controle sobre os processos de trabalho e sobre a organização global da economia. Enquanto os gestores que se reivindicam do marxismo proclamam o caráter socialista dos regimes onde eles prevalecem, argumentando que estes regimes assentam no desenvolvimento das forças produtivas e que tomam a disciplina empresarial como modelo de organização social, os críticos que se reivindicam do marxismo respondem que esse pretendo socialismo mais não é do que a continuação da extorsão da mais-valia, em formas de capitalismo mais concentradas e centralizadas e nas quais a propriedade do capital, mediante o exercício do controle, tornou-se coletiva à classe dos gestores. Enquanto os defensores do marxismo das forças produtivas apresentam estes regimes como socialistas, por serem planificados, os que defendem o marxismo das relações de produção argumentam que esse tipo de planificação é o instrumento do capital, porque retira o controle à classe trabalhadora para reservá-lo aos exploradores. Por isso, por ser hostil a todas as formas de capitalismo, e não menos àquelas cuja organização e desenvolvimento têm sido concebidos mediante teses marxistas, esta corrente constitui o marxismo heterodoxo. Se é a vitória no poder que permite em cada caso definir a ortodoxia, então os críticos do poder não podem senão ser heterodoxos. É este o único sentido das palavras.

O desenvolvimento do antagonismo ideológico entre as duas grandes correntes do marxismo tem sido uma das expressões da crescente oposição prática entre a classe dos trabalhadores e a classe dos gestores. É na linhagem do marxismo das relações de produção que eu plenamente me insiro.

7.2. Relações sociais novas

Escrevi, abrindo a segunda seção, que as lutas dos trabalhadores conjugam dois aspectos indissociáveis mas, ao mesmo tempo, inconfundíveis.

a) Por um lado, do seu conteúdo programático, ou seja, das reivindicações formuladas, resultam de imediato pressões, que visam reduzir o tempo de trabalho despendido no processo de produção e incorporar na força de trabalho *inputs* de melhor qualidade, ou em maior número, sendo esses artigos de consumo considerados sob o ponto de vista do uso, e não do valor.

b) Por outro lado, a decisão de apresentar dadas reivindicações ou de passar imediatamente à prática dadas pressões decorre da forma de organização adotada. Reivindicações similares podem ter sido deliberadas em sistemas organizativos muito diferentes, e a pressão que de imediato resulta da apresentação de reivindicações, ou que é exercida independentemente de qualquer reclamação explícita, pode ser posta em prática de acordo com formas de organização muito variadas. Todos aqueles que se importam, sobretudo, ou mesmo exclusivamente, com as ideologias e os labirintos da consciência, se interessam pelas reivindicações formuladas e subestimam, ou ignoram, as formas de organização. Na perspectiva de análise que aqui pretendo seguir, porém, é decisivo o fato de que as mesmas reivindicações possam processar-se mediante formas de organização diferentes, por vezes mesmo antagônicas. Só depois, a prazo, é que a identidade ideológica inicial, revelada na formulação reivindicativa comum, diferencia-se em ideologias distintas ou antagônicas, que expressam diferentes formas organizativas. Mas, como até agora as situações mais freqüentes têm sido aquelas em que os processos reivindicativos não duram o suficiente para originar uma expressão ideológica eventualmente distinta da inicial, todos os que se limitam a analisar o nível ideológico ficam sem qualquer possibilidade de perceber a diferença entre as formas de organização. E é esta, na perspectiva de uma economia dos processos revolucionários, a questão fundamental.

Parece-me possível incluir qualquer das formas de organização adotadas pelos trabalhadores em luta no interior de parâmetros delimitados por quatro aspectos extremos:



Sob o ponto de vista social, a integração dos trabalhadores no capitalismo é sinônimo da

fragmentação da força de trabalho. No organograma de uma empresa, cada trabalhador encontra-se inteiramente individualizado e só lhe seria consentido um relacionamento direto com a direção ou, pelo menos, apenas dentro do quadro oficialmente determinado poderiam os trabalhadores estabelecer entre si relações diretas; as relações entre os trabalhadores seriam autorizadas na medida somente em que decorressem das necessidades do processo de trabalho, ou seja, mediante a prévia relação de cada trabalhador com as respectivas chefias. Neste esquema ideal, que constitui o sonho de qualquer capitalista, a permanente interferência da direção da empresa, esforçando-se para que o relacionamento entre trabalhadores seja apenas indireto, resultado das relações diretas de cada um com a chefia, é a garantia da individualização dos trabalhadores, da sua fragmentação. Este quadro social inspira o sistema tecnológico vigente e é por ele reproduzido. O relacionamento recíproco dos trabalhadores durante o processo material de trabalho decorre da relação de cada um com a maquinaria, que é globalmente controlada, pela administração capitalista. Explicam-se assim os sistemas salariais que dividem os trabalhadores numa quantidade tão grande de subcategorias que cada uma quase tende a ser preenchida por um indivíduo apenas, de maneira a estimular a concorrência e os conflitos internos à força de trabalho. De um modo geral, o capitalismo lança mão de todas as tradições culturais e preconceitos, desde o racismo até o bairrismo, capazes de acentuar a fragmentação da classe trabalhadora e o individualismo dos seus membros. E, como se trata de um sistema econômico totalizante, que não rege apenas a produção de bens, mas também a própria produção de força de trabalho, tendendo, portanto a desenvolver extensiva e intensivamente até abranger a globalidade da sociedade, a individualização dos trabalhadores encontra-se reproduzida na individualização dos cidadãos. A nação ideal se firmaria no relacionamento de cada cidadão com as instituições políticas e só esta prévia subordinação à autoridade inspiraria cada um a relacionar-se com os outros. O povo, para esses tipos de concepções e de práticas, não é uma teia de solidariedade, mas uma adição de unidades individualizadas. E assim se passou da velha definição do cidadão como animal social à sua definição como ser psicológico, em função precisamente daquele aspecto que opõe cada um aos restantes. Se na cidade grega todo animal social podia vir a ser um dirigente político, na nação contemporânea cada ente psicológico é potencialmente um ente patológico. É este o estágio último da individuação.

Por isso todas as formas de organização individual dos conflitos condenam-se de antemão a não ultrapassar o âmbito do capitalismo e a não contestar o seu principal fundamento. Note-se que podem ser praticadas por grandes massas de trabalhadores ao mesmo tempo, e

geralmente o são. O seu caráter individualista não implica que de cada vez se restrinjam a um único indivíduo, do mesmo modo que a individualização dos trabalhadores e dos cidadãos atinge a todos simultaneamente. Qualquer conflito é organizado individualmente desde que seja posto em prática particularizadamente, não surgindo os seus agentes como um organismo único, mas constituindo cada um deles o ponto de referência último.

As formas de organização individuais e passivas incluem a preguiça, o absenteísmo, o alcoolismo, o uso de entorpecentes, em suma, todos os modos práticos de reduzir o tempo de trabalho despendido sem para isso entrar em conflito aberto com o patronato — daí o caráter passivo desta organização dos conflitos; e sem que tal atitude resulte de uma deliberação conjunta dos trabalhadores — daí o seu caráter individual.

Nas formas de organização individuais e ativas, cada trabalhador arrisca o conflito aberto, ainda que consiga por vezes dissimulá-lo; mas os que assim se empenham na luta não a decidem em conjunto, por isso não há uma complementaridade tática entre as suas ações. É o que sucede com as sabotagens individuais da produção ou o roubo de meios de produção ou matérias-primas, por exemplo; ou ainda com as agressões individuais a contramestres ou fiscais particularmente odiados e tantas outras ações do mesmo gênero.

Em qualquer conflito, os trabalhadores rompem a disciplina da empresa, na medida em que violam as normas de produção. Quando, porém, adotam formas individuais de organização, reproduzem ao mesmo tempo a fragmentação em que se encontram e, por aí, reforçam as próprias bases disciplinares do capitalismo. Na realidade, sendo permanente a existência de conflitos sociais, a disciplina da empresa é um processo contraditório, de um lado a imposição de normas, do outro a sua contestação, de maneira que a disciplina acaba por ser, em cada momento, o resultado desta contradição. E pode manter-se enquanto a contestação for individualizada. Os conflitos individuais põem apenas em causa normas específicas ou dados agentes do patronato, mas, ao mesmo tempo, reproduzem o fundamento comum a todas as regras disciplinares e a todas as autoridades capitalistas, que é a individualização dos que se lhe sujeitam. Mostrei, na segunda seção, como o capitalismo em desenvolvimento pode recuperar, mediante os mecanismos da produtividade, as reivindicações e pressões dos trabalhadores. Vemos agora que recupera igualmente as formas individualizadas de organização dos conflitos. Ou, quando as condições econômicas tornam essa assimilação impossível, a repressão é facilitada pela própria fragmentação dos trabalhadores. Em qualquer caso, de uma contestação que ocorra em formas individualizadas nada resta, pois reproduziram-se as características fundamentais em que se baseia a autoridade capitalista. Não é, então, apenas o conteúdo

programático da luta a ser recuperado, mas também estas suas formas organizativas.

Contrariamente às formas individuais de conflito, nas formas coletivas os trabalhadores reúnem-se num organismo único, de modo que a luta não tem como ponto de referência cada um dos participantes, mas sim a globalidade dos que nela estão empenhados. Definem-se, no entanto, duas situações extremas, cujas conseqüências são profundamente diferentes.

Os conflitos obedecem a formas de organização coletivas e passivas sempre que a sua condução se deve à burocracia sindical ou a quaisquer outros dirigentes que mantêm com a massa trabalhadora um tipo de relação em que lhes cabe a eles a iniciativa da luta, a qual orientam sem consultar os trabalhadores, quando muito referendando as suas decisões em assembléias gerais onde as massas se limitam a aclamar os dirigentes. Os processos deste tipo ocorrem exclusivamente no nível dos aparelhos burocráticos e, em caso de greve, os piquetes estão a cargo da burocracia sindical central ou da empresa, contentando-se os grevistas em ausentar-se do trabalho e em recolher-se aos respectivos domicílios. Quanto mais vincadas forem estas características e quanto mais um conflito a elas se resumir, tanto mais passivas serão as formas de organização coletiva e, portanto, tanto maior poder conseguirão os dirigentes burocráticos. Por isso se esforçam por afastar os trabalhadores da ação direta. Se o coletivo dos trabalhadores em luta pretender participar da condução do processo, a burocracia sindical e política procurará converter as reuniões e assembléias em meros plebiscitos, em que caiba às massas dar a vitória a oradores selecionados; se se desencadear uma greve, a todo o custo tentará distanciar os trabalhadores da empresa e dispersá-los pelos lugares de residência; e, se eles insistirem em se concentrar, dando corpo e expressão ao coletivo de luta, esforçar-se-á então por afastá-los do interior da empresa, convocando manifestações de rua rigidamente organizadas, enquadradas pelo serviço de ordem sindical, onde os megafones anulam qualquer criatividade própria dos participantes. Mesmo em circunstâncias em que as manifestações de rua implicam maiores riscos de repressão do que uma presença ativa na empresa, a burocracia sindical e política prefere organizar esses desfiles, que se sabe mais facilmente capaz de controlar. E se a insistência dos trabalhadores em luta for tanta que consigam impor a ocupação da empresa, os dirigentes burocráticos tudo farão então para encerrá-la ao exterior, mantendo o encasernamento das unidades de produção, de maneira que a sua liderança não seja posta em perigo pela eventual influência de outros processos de luta. As formas coletivas e passivas caracterizam-se, em suma, por reproduzirem o isolamento entre os trabalhadores, cujo relacionamento recíproco só ocorreria indiretamente, na medida em que cada um entrasse em relação direta com a burocracia sindical ou política. E caracterizam-se também por reproduzirem

a fragmentação entre coletivos, na medida em que mantêm o isolamento de cada luta em face das demais ou, pelo menos, impedem o seu contato direto, devendo a burocracia servir obrigatoriamente de mediadora.

Se as formas individuais de organização dos conflitos não rompem com o quadro de autoridade do capitalismo, as formas coletivas e passivas reproduzem-se no seu interior. Também aqui o capitalismo em desenvolvimento recupera não apenas o conteúdo das reivindicações, mas ainda a sua forma organizativa, convertendo-a num dos agentes da disciplina social. Os sindicatos burocráticos têm um lugar bem marcado na gestão da força de trabalho e, portanto, na organização dos processos produtivos, como um canal autorizado, para a expressão de reivindicações. E é precisamente porque constituem um elemento integrante dessa disciplina que obedecem à regra do fracionamento dos seus membros, cujo relacionamento recíproco decorre das relações estabelecidas por cada um com o aparelho sindical. Como sempre, um agente de reprodução é ele próprio, internamente, reproduzidor. O único sistema organizativo que conhecem é o da delegação, e os postos são ocupados por períodos de tempo fixos e até, por vezes, vitaliciamente. A delegação sistemática, a representatividade perene, a criação de uma camada inamovível de representantes profissionais são a expressão institucional da passividade das bases.

Inteiramente oposto é o resultado das lutas organizadas de forma coletiva e ativa, em que cada participante tende a empenhar-se tão ativamente como o próprio organismo enquanto coletivo. Esta forma de organizar os conflitos tem um escopo amplo, podendo cobrir campos de atuação muito diferentes.

No decurso de processos normais de trabalho, em que o conflito não é superficialmente aparente, sucede que trabalhadores, por iniciativa própria, laborem segundo formas e ritmos por eles decididos, em violação das normas estabelecidas pela direção da empresa; e, ao entrar assim num outro tipo de relação com o maquinismo, cada um estabelece com os colegas um relacionamento diferente do previsto no organograma oficial. Segundo especialistas, nos países tecnologicamente mais evoluídos, entre 50% e 80% da atuação dos trabalhadores no decurso do processo de trabalho desrespeita as normas indicadas pela administração. Daqui resulta, por um lado, um aumento da produtividade, porque os trabalhadores laboram mais e melhor num ambiente que eles próprios criam. Não consiste, aliás, a greve de zelo no escrupuloso cumprimento das normas? Esta faceta da luta é assimilada pelo capitalismo, mas há outro aspecto, absolutamente contraditório com o modo de produção vigente e que este é incapaz de recuperar. Ao organizarem-se, por iniciativa própria, em violação das normas, os trabalhadores

estão a afirmar a vontade de decidirem o seu inter-relacionamento durante o trabalho e, portanto, manifestam uma tendência prática ao controle dos processos econômicos. É neste sentido que se trata de uma forma de luta. E é uma forma coletiva, pois um dado trabalhador dificilmente poderá modificar o seu comportamento de trabalho sem o conjugar com a remodelação do dos colegas. É, portanto, uma forma ativa, pressupondo a iniciativa e a participação interessada de todos os que colaboram. Na medida em que daqui resultar um aumento da produtividade, esta atuação conjunta mantém-se no quadro da disciplina capitalista; mas, na medida em que rompem com as normas estabelecidas e iniciam espontaneamente e em seu próprio nível um novo relacionamento, sem o submeter à prévia aprovação das chefias, estes trabalhadores negam a disciplina capitalista da empresa e constituem grupos informais. É curioso considerar que os membros da revista *Socialisme ou Barbarie*, em especial Cornelius Castoriadis, pelo menos durante uma certa fase da sua evolução ideológica, destacando a relevância destes grupos informais, pareciam atribuir-lhes, sobretudo a capacidade de fazerem funcionar o capitalismo, mais do que a de romperem com ele. Mostravam que a constituição dos grupos informais implicava um corte com a disciplina vigente nas empresas, mas, na análise dos seus efeitos, era, sobretudo a recuperação capitalista que salientavam, e não as implicações práticas imediatas destas formas de contestação coletivas e ativas. Certamente refletiam assim as circunstâncias da década de 1950, quando as novas manifestações dessa ruptura não se haviam ainda feito sentir. Depois, vários membros do grupo, Castoriadis entre eles, foram vítimas também daquelas circunstâncias, condenando-se à evolução que os viria a caracterizar.

A dualidade dos grupos informais resultantes da iniciativa dos trabalhadores é particularmente notória quando vemos que, ao mesmo tempo que servem para reordenar o processo de trabalho, podem servir também para sabotá-lo. Pelo menos a partir do momento em que os trabalhadores são natos e criados numa economia industrial, a sabotagem não exprime qualquer ignorância do maquinismo, mas, ao contrário, exige um conhecimento profundo das técnicas, que permita atingir pontos nevrálgicos da linha de produção, mantendo-se as avarias o maior tempo possível dissimuladas e impunes os responsáveis. Neste sentido, a sabotagem revela, embora inversamente, o desejo por parte dos trabalhadores de controlarem o processo econômico. Situados no ponto em que a obrigatoriedade da disciplina de empresa se cruza com a sua ruptura, estes grupos informais constituem o quadro em que podem desde o início surgir como coletivas formas de sabotagem que, sem eles, permaneceriam meramente individuais. E assim se duplica a potencialidade anticapitalista dos grupos informais, pois, além de afirmarem a vontade de controle do processo de trabalho no decurso desse processo, afirmam-na também

pela sua eventual suspensão.

No entanto, a organização coletiva da sabotagem, se manifesta o desejo de controle do processo econômico pela classe trabalhadora, pára antes de esse controle se efetivar numa forma positiva, mediante a reorganização do trabalho na produção e na distribuição. E o mesmo pode afirmar-se relativamente às greves. Quando todos os participantes nelas se empenham ativamente, não sendo conduzidas, ou não o sendo exclusivamente, por aparelhos burocráticos, os coletivos de grevistas não reproduzem no seu interior a hierarquia capitalista, mas, ao contrário, permitem o inter-relacionamento dos trabalhadores em seu próprio nível, minando portanto os fundamentos da disciplina vigente nas empresas. E, como o fazem num âmbito muito mais vasto do que o dos grupos informais, são mais amplos os elos de solidariedade assim tecidos no interior da classe trabalhadora, a qual se reforça portanto enquanto coletivo, defrontando-se mais claramente com as classes capitalistas. Além disso, uma greve é uma manifestação explícita que permite, se obedecer a formas ativas, aprofundar a tomada de consciência das novas relações, o que só dificilmente sucede com os grupos informais, cuja maleabilidade os condena a uma certa superficialidade nas relações de solidariedade. Apesar de tudo isto, porém, as greves tal como a sabotagem coletiva, limitam-se a opor à realidade dos processos de trabalho capitalistas as potencialidades decorrentes de um outro tipo de relacionamento entre os trabalhadores, sem que essa virtualidade se efetive em novos tipos de processo de produção, estruturados conforme o modelo das relações sociais que presidem às lutas coletivas e ativas.

O problema da remodelação dos processos de trabalho levanta-se só quando, numa greve em que todos participem ativamente, os trabalhadores ocupam a empresa e passam a reorganizar a produção, ou a distribuição. As formas coletivas e ativas de luta são antagônicas da disciplina capitalista e, por isso, se na luta passam a incluir-se processos de trabalho, é impossível que não rompam com o conjunto das normas vigentes na empresa e não instituem outras regras, decorrentes modelo coletivo e ativo. Mas estes têm sido, até hoje, casos extremos. Precisamente por isso são muito importantes para a análise e neles me fundamentarei nos dois capítulos seguintes, sem esquecer, porém que as suas implicações se encontram já inteiramente contidas nas formas mais maleáveis e embrionárias, nomeadamente nos grupos informais.

Como o capitalismo é um sistema totalizante, que não se restringe ao âmbito das empresas e tende a abarcar a globalidade da vida social, mesmo fora das unidades de produção uma forma coletiva e ativa de luta rompe a disciplina vigente e desenvolve relações de outro tipo,

anticapitalistas. Não posso deixar de recordar que no terceiro dos *Manuscritos Parisienses*, ditos de 1844, Karl Marx foi capaz de distinguir entre o conteúdo programático das reuniões e assembléias políticas operárias e a forma social em que decorriam; e mostrou como aquilo que parecia ser o meio se convertia em objetivo, a fraternidade implícita nessas formas de relacionamento tornando-se a finalidade superior da própria reunião e a sua mensagem principal. Esta observação parecia-lhe então suficientemente importante para nela insistir em 11 de agosto de 1844, numa carta a Feuerbach, e para de novo a consignar no sexto capítulo de *A Sagrada Família*. É elucidativo do seu percurso doutrinário que tenha esquecido a questão em *O Capital*, para aí entronizar a disciplina capitalista de empresa. Precisamente ao desenvolverem, fora das empresas, sistemas de relacionamento antagônicos do capitalismo, os trabalhadores empenhados ativamente num movimento coletivo visam a esfera da produção de nova força de trabalho e rompem o contexto da disciplina social genérica, que vimos constituir uma das CGP em que se baseia o processo de trabalho propriamente dito.

Qualquer que seja o campo em que os conflitos se organizem de maneira coletiva e ativa, eles rompem, não negativamente, mas positivamente, com a disciplina capitalista, substituindo-lhe um outro sistema de relacionamento social. É esta a definição da autonomia dos trabalhadores na luta. Nos casos mais freqüentes, um conflito coletivo não se processa em moldes exclusivamente ativos, mas combina em graus e maneiras variadas a passividade e o ativismo. Mesmo então, a autonomia é um dos componentes do processo de luta, influenciando no seu desenvolvimento tendencial. A autonomia é o resultado prático de uma forma de luta que às relações sociais capitalistas opõe outro tipo de relação. Enquanto se mantiver, de um modo ou de outro, sujeita à disciplina capitalista, a classe trabalhadora só se constituirá como tal mediante a dependência de cada um dos seus membros relativamente às autoridades estabelecidas. Apenas num confronto coletivo e ativo com o capital os trabalhadores ultrapassam o fracionamento, e a atividade de cada um fundamenta uma nova unificação da classe no interior do coletivo, em vez da dispersão pela passividade. É impossível, portanto, que uma luta rompa efetivamente com a disciplina capitalista sem ao mesmo tempo, no mesmo gesto, constituir um novo modo de relações sociais. E, por isso, quando um conflito se desenvolve como ativo e coletivo, a sua forma torna-se o seu mais importante conteúdo. São as relações sociais novas então surgidas que constituem o elemento de transição possível para um modo de produção futuro. É esta, para uma economia da revolução, a questão crucial. O comunismo não é um ideal a longo prazo, nem estabelecido graças a deduções de intelectuais profissionais, nem derivado de anseios psicológicos. O comunismo resulta da afirmação presente, e repetida ano após ano

ao longo de renovadas lutas coletivas e ativas, as quais implicam sempre relações sociais novas, opostas ao capitalismo, alternativas ao capitalismo. Não é uma utopia, mas algo que, nas suas formas embrionárias e gestacionais, tem uma existência comprovada. Vemos agora como o antagonismo é completo entre o marxismo das forças produtivas, que faz a apologia das relações sociais integradoras da disciplina de empresa, e o marxismo das relações de produção, atento à ruptura dos trabalhadores com o sistema disciplinar das empresas e da qual surgem as relações sociais novas.

Por isso o critério do radicalismo de uma luta não é o seu conteúdo programático inicial, as reivindicações primeiro formuladas. Se estas forem tão avançadas que sejam apenas entendidas por uma minoria, incapaz de se ampliar num movimento mais amplo, servirão então apenas para confirmar o isolamento da minoria e, portanto, para manter a fragmentação dos trabalhadores. Nesse caso, contrariamente às aparências, tais programas e reivindicações nem são avançados nem radicais e constituem um componente da passividade e do fracionamento que atinge a grande parte da classe trabalhadora. Ao contrário, reivindicações que digam imediatamente respeito à massa dos trabalhadores e sejam passadas ativamente à prática pelo coletivo da força de trabalho servem para que cada um aprenda a autocondução dos processos de luta. Permitem que as relações sociais novas deixem de ser palavras incompreendidas de programas ignorados e passem a constituir o resultado de uma prática conjunta. É nesta perspectiva e neste nível que a problemática do radicalismo deve ser colocada.

Em nada interessam aqui os nomes que têm tido, e os que venham a ter as instituições criadas no desenvolvimento das formas coletivas e ativas de organização — quando elas conseguem desenvolver-se. Cada contexto histórico, explicando a sua gênese concreta, justificará a denominação escolhida. Não é o rol dos nomes que agora importa, mas a forma de funcionamento que caracteriza todas estas instituições. No interior de cada empresa e no conjunto de uma nação, prevalece a verticalidade nas relações, o que não significa apenas que o relacionamento de um trabalhador com outro, de um cidadão com outro, é filtrado pelas autoridades, mas ainda que se introduz uma hierarquia no interior da força de trabalho. Os trabalhadores não se encontram só particularizados, mas também reciprocamente hierarquizados, e as diferenças de estatuto que assim os distinguem são a expressão da autoridade capitalista sobre todos eles. É a este quadro geral que se opõem àquelas formas coletivas de organização das lutas onde a participação dos intervenientes seja ativa. A hierarquização no interior da força de trabalho surge então como alternativa ao igualitarismo — todos iguais perante a exploração e a opressão do capital. O igualitarismo é a condição e, ao

mesmo tempo, o resultado do empenho ativo dos trabalhadores na luta. Se, na condução do conflito, as decisões e o controle são abertos à participação de todos, todos podem ser igualmente ativos e tornam-se, portanto, iguais enquanto lutadores contra o capital. O igualitarismo é o primeiro dos aspectos que caracterizam as instituições decorrentes das novas relações sociais implicadas na forma coletiva e ativa de luta. O coletivismo é o segundo destes aspectos todos juntos contra o divisionismo do capital, contra a fragmentação e a particularização a que está sujeita a força de trabalho. O coletivismo é a condição e, simultaneamente, o resultado do caráter ativo da participação. Se cada um desenvolver ativamente a contestação, então os seus efeitos ultrapassarão os promotores individualmente considerados e irão abrangê-los a todos; e como os promotores do movimento não se mantêm passivos, mas intervêm ativamente, os efeitos das suas contestações abrangem também os outros trabalhadores. Só a atividade de cada um confere o caráter de coletivismo a uma instituição de luta, pois nas formas coletivas e passivas a hierarquização interna suscita a fragmentação a dispersão, que são o oposto do coletivismo. Com a organização ativa dos conflitos, a intervenção coletiva é uma interação, de tal modo que, se a globalidade dos participantes é o ponto de referência da luta, cada um tende a aparecer como a expressão desse ponto de referência conjunto.

*“O navio de espelhos
não navega, cavalga
[...]
Seus dez mil capitães
têm o mesmo rosto
A mesma cinta escura
o mesmo grau e posto
Quando um se revolta
há dez mil insurrectos
(Como os olhos da mosca
reflectem os objectos [...])”*

Mário Cesariny de Vasconcelos em *A Cidade Queimada*.

O igualitarismo e o coletivismo são as características formais mais sintéticas dos movimentos coletivos em que todos os participantes são ativos. Analiticamente, isso significa que a luta, qualquer que seja, é desencadeada pelo conjunto dos trabalhadores, organizada pelos próprios trabalhadores, que controlam o seu processo e assumem as decisões necessárias ao

seu desenrolar. Daí a importância crucial das assembleias. A primeira das condições é que sejam abertas a todos os trabalhadores de um dado conjunto, e não apenas aos filiados em qualquer sindicato. Este é um passo decisivo na ultrapassagem dos aparelhos burocráticos. Mas assembleias abertas à participação de todos os intervenientes não permanecem muito tempo na mesma forma. A sua inércia institucional revela-se mínima e se repartem em grupos e comissões, depressa dissolvidos, reconstituídos depois com outro perfil, outras tarefas, outros intervenientes, enquanto os primeiros participam em outros grupos, até que episodicamente se fundam de novo numa assembleia conjunta, que depois outra vez se transforma e reparte. E assim, se o igualitarismo e o coletivismo exprimem a ultrapassagem da fragmentação dos trabalhadores e a unificação da classe na luta, as assembleias em que este tipo de movimento se constitui tendem não apenas à maleabilidade interna, mas também a atenuar a sua linha de demarcação, abrindo-se o coletivo a participações ativas do exterior. O encasernamento de cada unidade de produção, as fronteiras entre nações são elementos apenas da disciplina social capitalista.

Estas não são regras idealizadas por qualquer cérebro bem ou mal-intencionado, mas a mera constatação do que tem sucedido ao longo da história do capitalismo, em todas as formas, desde que um pouco desenvolvidas, de luta coletiva e ativa. Nem se trata de descrever uma situação idílica, pois estes modos de organização dos conflitos não têm dispensado um aparelho próprio de disciplina e de repressão. O voto de braço erguido, por exemplo, representa um sistema deliberativo que favorece os grupos mais ativos e resolutos, intimidando os hesitantes e aumentando assim a rapidez com que o movimento evolui e o grau da sua coesão. Nem estas formas de luta poderiam dar sequer os primeiros passos se os fura-greve não fossem reprimidos, obrigados a acatar as decisões da luta ou expulsos dos locais. É necessário não confundir três sistemas distintos de autoridade e de disciplina. Um é o exercido pelos capitalistas sobre os trabalhadores, que tenho procurado analisar ao longo deste livro. Outro é interno às classes capitalistas, assegurando-lhes a coesão necessária ao exercício da hegemonia. E para o terceiro que pretendo agora chamar a atenção, e esse é interno à classe trabalhadora. Não me refiro à hierarquização decorrente da disciplina de empresa, que é um mero aspecto da autoridade dos capitalistas sobre a força de trabalho. Pretendo agora lembrar que há também formas de disciplina necessárias à coesão da classe trabalhadora quando esta luta de maneira autónoma.

Apresentando-se como alternativa às relações capitalistas, as relações sociais surgidas nas lutas coletivas e ativas tem-se distinguido por um aspecto que todos parecem considerar como a melhor síntese da sua novidade. A estrutura capitalista de poder pressupõe a

passividade da base e, portanto, a independência dos dirigentes. A situação é a oposta quando a própria base desenvolve a sua autonomia. Escrevi há pouco, a propósito dos sindicatos burocratizados, que a passividade tem como expressão institucional a delegação sistemática e a representatividade perene. A participação ativa, ao contrário, só é compatível com a eleição de delegados para tarefas determinadas e durante os prazos que elas exigirem; determina a responsabilidade permanente dos delegados perante aqueles que os elegeram; e justifica a revogação dos eleitos em qualquer momento, enquanto consequência do controle permanente exercido pelos trabalhadores sobre os organismos de luta. A revogabilidade permanente é a forma básica de funcionamento das instituições regidas pelo igualitarismo e pelo coletivismo. Enquanto permanecem estas características, os eleitos são delegados, mas não dirigentes. O movimento autônomo, ao longo dos séculos XIX e XX, tem evoluído em aspectos decisivos, como procurarei analisar no último capítulo, e assumido formas consideravelmente diferentes. Todas elas, porém, aparecem como realizações distintas de um quadro comum, caracterizado pelo igualitarismo e o coletivismo e cujo funcionamento tem como eixo principal a revogabilidade dos delegados. É esta constância para além das diferenças que permite definir as relações sociais surgidas nas formas de luta coletivas e ativas, não só como antagônicas do capitalismo, mas ainda como constituindo, desde já, o germe de um futuro modo de produção.

O problema crucial que se levanta no conjunto dos vários processos de luta é, portanto, o seguinte: como se torna possível a passagem das outras formas de conflito às formas coletivas e ativas? Quanto mais rápida e sistematicamente essa passagem se efetuar, tanto menos longa será a vida do capitalismo.

A observação dos casos conhecidos revela ser possível a transformação dos conflitos individuais e ativos em ativos e coletivos. Mesmo quando é praticada num âmbito exclusivamente pessoal, sem ser combinada no interior de grupos informais, a sabotagem tem freqüentemente efeitos que ultrapassam o seu autor. Se se repercute na linha de produção, por exemplo, não reduz apenas o tempo de trabalho na máquina diretamente viciada, mas em todos os outros postos que com ela se relacionam. E o contramestre surrado por um trabalhador, que tomou esta decisão isolado dos colegas, passará muito provavelmente a temer todos os restantes. Mesmo que os responsáveis por lutas ativas não as realizem coletivamente, os efeitos podem ultrapassar o âmbito individual, estimulando, para o futuro, formas de organização conjunta.

Por outro lado, se não é freqüente a completa conversão de uma luta passiva e coletiva em outra inteiramente ativa e coletiva, verificam-se no entanto um sem-número de casos em que

ambas as formas se articulam, podendo então o seu peso relativo variar com o desenvolvimento do conflito. Quanto mais o acesso aos aparelhos sindicais, no nível das empresas ou das unidades de produção, for aberto a todos os trabalhadores, independentemente de serem ou não filiados, tanto mais facilmente poderá a burocracia ser ultrapassada na condução de uma luta, que tende então a caracterizar-se por um forte componente ativo. E, mesmo que a burocracia sindical mantenha um completo controle sobre a condução de uma greve e consiga para isso afastar os trabalhadores do local de trabalho, é possível, em certas condições, que a ajuda prestada entre as famílias dos grevistas desencadeie outras manifestações ativas de solidariedade, o que levará a uma redução do peso da burocracia no cômputo global do movimento e, portanto, ao reforço das formas ativas. É raro, em suma, que a burocracia sindical seja inteiramente ultrapassada, mas é freqüente que o seja parcialmente. Daí que evitar as greves corresponda tanto ao interesse dos patrões como ao dos dirigentes sindicais. Estes só precisam das greves, enquanto suporte nas negociações com o patronato, numa situação em que o desenvolvimento da mais-valia relativa não chegou ainda a uma fase tal que permita a completa integração do aparelho sindical nos demais órgãos de gestão da força de trabalho. Procurei mostrar, num dos capítulos da segunda seção, que é este o estágio que hoje se inicia nos centros capitalistas mais desenvolvidos. Por isso é ainda tão corrente o receio patronal de que as direções dos sindicatos sejam incapazes de manter os grevistas nos limites da passividade; e por isso a burocracia sindical pensa não duas, mas muito mais vezes antes de apelar à greve. Não são os efeitos da greve sobre o volume de produção que importam aos capitalistas, mas as suas possíveis repercussões sociais. Na República Federal Alemã, por exemplo, durante os grandes conflitos trabalhistas ocorridos nas décadas de 1960 e 1970, o número de trabalhadores paralisados em virtude do *lockout* patronal foi muito superior ao dos imobilizados pelas greves. Os capitalistas sabem que a redução do *output* durante esse período será compensada depois, graças ao aumento da produtividade. Mas temem que não consigam recuperar tão facilmente as conseqüências sociais do conflito, se neste se acentuarem as formas ativas.

Se verificarmos também o que se passa nas economias onde prevalece a mais-valia absoluta, concluímos que as formas de entreajuda prestadas pelas famílias obrigadas a prosseguir trabalhos de sobrevivência podem facilitar a solidariedade no desencadeamento de contestações coletivas e ativas.

Deste conjunto de observações conclui-se que é através da característica ativa que as formas de luta individuais e ativas se convertem em ativas e coletivas. E é mediante a

característica coletiva que as formas passivas e coletivas podem passar a coletivas e ativas. Apenas a partir da organização individual e passiva dos conflitos não se verificam quaisquer casos de transformação direta em lutas coletivas e ativas. Cada luta só pode entender-se tendo em conta ambos os pólos sociais relacionados, os trabalhadores e os capitalistas. Se as transformações orgânicas de uma classe são inseparáveis das restantes, isso não significa que todas apresentem, no mesmo momento, um aspecto equivalente. Em termos muito genéricos, os elementos de coesão de um dos campos, quando opostos aos elementos de dispersão e de fragmentação do outro, permitirão levar mais longe a assimilação ou a repressão das lutas, se o campo que se beneficia da maior coesão for o dos capitalistas; ou, se for o dos trabalhadores, desenvolver as formas mais radicais de conflito. São as lutas individuais e passivas as que melhor revelam a integração na disciplina social capitalista e, portanto, as que denotam situações de maior fragmentação da classe trabalhadora, o que por si só implica, por oposição, uma maior coesão relativa dos capitalistas. Compreende-se então que, neste jogo de forças, os trabalhadores sejam demasiado fracos para converter diretamente as formas individuais e passivas de contestação em formas ativas e coletivas. Por isso o capitalismo procura, na recuperação ou na repressão dos conflitos, reduzir o quadro das lutas exclusivamente às individuais e passivas. Quanto mais rápido for o desenvolvimento da mais-valia relativa, tanto mais fáceis serão as condições que permitem aos capitalistas assimilar as lutas dos trabalhadores e, assim, impedir ou travar a sua conversão em formas coletivas e ativas. E em situação de mais-valia absoluta, quanto maior for a coesão entre as várias camadas de capitalistas, tanto mais eficazmente poderão conduzir a repressão e desarticular os organismos de luta constituídos pela classe trabalhadora. E quanto mais facilmente cada luta for assimilada ou reprimida, tanto mais se diversificarão as condições de trabalho e de remuneração contribuindo assim, pelo menos como ponto de partida, para a fragmentação e o caráter individualista das contestações. Além disso, sobretudo nos regimes onde prevalece a mais-valia absoluta, uma derrota cabal implica uma profunda desorganização social dos trabalhadores e, portanto, durante um período que pode ser consideravelmente longo, estes lutarão principalmente em formas individualistas e passivas. Uma vez mais, o princípio a que obedece a estratégia capitalista não é o de evitar quaisquer custos imediatos em termos de *output*, mas o de assegurar vantagens sociais a longo prazo. Os capitalistas não ignoram que, quanto mais o quadro das lutas se reduzir às formas individuais e passivas, mais aumentarão o alcoolismo e o consumo de entorpecentes, o desinteresse pelo trabalho, o absentéismo. Mas, enquanto procuram, por um lado, combater estas manifestações, esforçam-se, por outro, por canalizar os conflitos num sentido que inevitavelmente as reforçará. No Reino Unido, por exemplo, as horas

de trabalho perdidas em virtude do absenteísmo têm sido muito superior às perdas em consequência de greves e, no entanto, são estes últimos movimentos que os capitalistas se esforçam sobretudo por desarticular, ainda que saibam que daí resultará precisamente o agravamento do absenteísmo. É que as manifestações de conflito são inelutáveis, tanto quanto as contradições em que a sociedade se organiza, e só as formas individuais e passivas sustentam para os capitalistas uma hegemonia sem risco.

Por isso os trabalhadores se empenham, no seu dia-a-dia, em tecer uma rede de relações que permita a coletivização das contestações ativas e a ativação das contestações coletivas. No interior das empresas, os grupos informais constituem um quadro deste inter-relacionamento social mais genérico e, ao mesmo tempo, dele resultam. Grupos informais e relações humanas supraprofissionais são sistemas indissociáveis. Fora dos locais de trabalho, estas relações tecem-se em torno de pontos de convergência: as tabernas, os cafés, os bares, as associações musicais, desportivas ou recreativas; até a igreja, sobretudo quando os fiéis se recrutam apenas entre a população trabalhadora, não sendo a frequência interclassista; e os mais simples de todos, os jardins, a praça pública. Enquanto se restringem ao aspecto formal mais aparente, enquanto o convívio parece não ter outra função senão a da mera presença em conjunto, este inter-relacionamento é um fator de conformismo, pressionando os que freqüentam um mesmo pólo de concentração a obedecer a padrões de comportamento comuns. É, então, um fator de divisão entre grupos. Mas, quando os conflitos se desenvolvem, rapidamente estes aspectos são eliminados ou, pelo menos, secundarizados, servindo o inter-relacionamento social de quadro de radicalização.

Um correspondente anônimo de um obscuro jornal operário deu conta da generalização e da agudização dos conflitos trabalhistas na cidade espanhola de Reinosa, onde, durante meses, a partir de finais de 1986, as massas trabalhadoras enfrentaram unânime e ativamente, com a maior coragem e engenho, os grandes capitalistas que controlam as indústrias locais e os reforços policiais diariamente intensificados.

Espantava-se esse correspondente que uma povoação “que fazia dos bares o principal núcleo de relacionamento” e que fora até então conhecida como *“la ciudad de los cien bares”*, pudesse ter-se convertido na cidade onde todos lutavam como um só, sem precisarem aparentemente de nenhum tipo de organização nem de receberem indicações de ninguém. Não há razão para espantos, antes ao contrário. A freqüentação dos cem bares, repetida ao longo dos anos, criou entre os trabalhadores um inter-relacionamento tão estreito que permitiu, chegada a hora do confronto, que se afirmassem como um coletivo único e que a combatividade

de uns tantos se repercutisse em todos. A esta luz e invocando experiências tão diferentes como a polonesa e a brasileira, por exemplo, podemos perguntar se foi a Igreja que se radicalizou, ou se foi o fato de as igrejas servirem de quadro de inter-relacionamento que facilitou a ativação das lutas coletivas. Não teria sucedido com cem igrejas o mesmo que com os cem bares? É o que se passa, aliás, naqueles ramos econômicos, nas minas, por exemplo, em que a unidade habitacional mais ou menos se sobrepõe a um conjunto de unidades produtivas. A experiência inúmeras vezes comprovada mostra que nestes casos as lutas com frequência evoluem para formas coletivas e ativas e são capazes de manter-se com elevado grau de radicalismo durante períodos consideravelmente longos.

A estratégia dos capitalistas de redução dos conflitos ao quadro do individualismo e da passividade impõe-lhes, então, que tomem como alvo aquelas formas de inter-relacionamento social genérico. Para isso seguem duas vias, que podem alternar-se ou conjugar-se. Por vezes procuram retirar aos trabalhadores o controle dos pólos de inter-relacionamento, criando nas empresas clubes e centros recreativos ou conquistando, com subsídio e interesseiras benesses, aqueles que tenham sido fundados autonomamente. Em outros casos, tentam desarticular verdadeiramente as redes de inter-relacionamento genérico dos trabalhadores, destruindo por completo bairros tradicionais e forçando os habitantes a dispersarem-se por áreas residenciais novas, deliberadamente planejadas e construídas sem pontos de convergência, sem jardins e praças, sem cafés nem centros esportivos. Referi, no capítulo respectivo, as funções do urbanismo enquanto CGP. Vemos agora que o cuidadoso planejamento de cidades-dormitório é hoje uma condição geral para que o processo de produção possa ocorrer no quadro da redução dos conflitos às formas individuais e passivas. Desarticuladas assim as antigas teias de relacionamento, os capitalistas procuram obstar o aparecimento de outras, impondo um centro, de que detêm a exclusividade, como mediação obrigatória no contato dos trabalhadores ou dos cidadãos. Os ouvintes de rádio e, depois, os espectadores de televisão não se relacionam mutuamente, e cada um limita-se a receber mensagens emanadas de uma origem comum. É uma forma individual e passiva, que constitui, portanto, o quadro em que as contestações individuais e passivas podem ocorrer. A extrema pessoalização e a dependência comum de um centro de emissão único reproduzem fielmente o sistema da disciplina capitalista.

Em conclusão, se o capitalismo se esforça por orientar as lutas para formas estritamente individuais e passivas, tem de desagregar no mesmo sentido o inter-relacionamento social genérico dos trabalhadores. As condições que dificultam maximamente a passagem de quaisquer conflitos às formas coletivas e ativas podem, então, resumir-se da maneira seguinte:

unidades de produção isoladas das povoações; as habitações dos trabalhadores de cada unidade de produção dispersando-se por várias localidades ou bairros; ausência de centros de reunião para os trabalhadores fora dos locais e períodos de trabalho; transporte individual entre a empresa e a residência. Qual de nós não reconhece, nestas quatro características, o ideal capitalista de sociedade?

E vemos assim que o inter-relacionamento social genérico, se é objeto da estratégia dos capitalistas, converte-se ele próprio em campo da luta de classes onde, portanto, os trabalhadores conduzem uma ação com o objetivo de preservar, ou de restaurar, sistemas de inter-relacionamento. À desarticulação dos espaços públicos pelo novo urbanismo, opõe-se uma imaginosa recriação, o desvio de certos elementos urbanos da função prevista e o seu aproveitamento enquanto pólo de relações entre os moradores. E o controle absoluto detido pelos capitalistas sobre os centros de emissão radiofônica e televisiva pode ser contornado ou atenuado nos seus efeitos, mediante os cassetes, os discos e os videocassetes, que permitem ao espectador multiplicar mensagens e seleccioná-las. Só aparentemente o inter-relacionamento social genérico seria exterior aos conflitos. Na realidade, não só facilita a radicalização das suas formas, mas eles próprios o atravessam. O inter-relacionamento social genérico não é algo de já dado e que assim se mantenha. Contra a estratégia capitalista de avassalamento dos pólos de relação ou da sua desarticulação, só uma luta permanente e subterrânea da classe trabalhadora, não heróica, mas nem por isso menos difícil, tem podido manter e reconstituir os quadros de um relacionamento genérico coletivo.

Por isso, naquelas situações em que os trabalhadores têm aparecido até agora absolutamente cindidos e incapazes de qualquer luta em comum, precisamente quando se repartem por áreas geoeconômicas onde prevalecem regimes distintos de mais-valia, também não existem quaisquer redes de inter-relacionamento genérico em que ambas as áreas participem. Os bares e as praças de um gueto são elemento de consolidação das relações coletivas dos trabalhadores aí residentes, como o são os jardins e os bares do resto da cidade para os demais trabalhadores. A impossibilidade em que estão de entrar uns nos bares dos outros constitui o quadro negativo que condiciona a inexistência de lutas em comum. Vemos como neste nível se reproduz a problemática crucial, a fundamental limitação, do movimento social contemporâneo.

Esta limitação prática exprime-se numa insuficiência teórica. Não posso aqui senão enunciar processos diferenciados de conversão das formas de luta em coletivas e ativas, sem conseguir sintetizá-los em regras únicas. Fazê-lo não decorre apenas da elaboração mental, mas

fundamentalmente dos próprios avanços do movimento prático dos trabalhadores. As barreiras que até hoje se têm mantido intransponíveis no interior da classe trabalhadora não se limitam a impossibilitar uma teoria unificada da transformação das formas de conflito. O que é tragicamente grave é terem impedido a unificação prática destas transformações.

7.3. Desenvolvimento das relações sociais novas

O igualitarismo e o coletivismo presentes nas lutas organizadas de forma coletiva e ativa constituem os princípios de relações sociais novas. Para estudá-las nas suas virtualidades, tenho de analisar os casos em que melhor podem ser observadas, porque mais profundamente se desenvolveram e deram azo a uma gama mais vasta de implicações práticas. São todos eles casos contemporâneos, ocorridos desde o início da década de 1960 até os primeiros anos da de 1980. Afirmá-lo implica, evidentemente, que atribuo ao movimento da classe trabalhadora um progresso, uma evolução no sentido da crescente autonomia. No último capítulo procurarei fundamentar historicamente esta visão. No momento, interessa-me apenas sublinhar que a análise do desenvolvimento das novas relações sociais, se tem como material empírico de privilegiada observação as lutas contemporâneas, aplica-se a toda a história anterior da autonomia no movimento dos trabalhadores. Quanto mais genéricas são as regras que conseguimos deduzir das experiências em que uma dada prática se manifesta de maneira extremada, tanto mais elas abarcam a interpretação dos casos em que essa prática se mantém em formas menos desenvolvidas.

Uma luta coletivamente organizada e que conta com a participação ativa de todos inaugura uma situação caracterizada por dois aspectos gerais.

Em primeiro lugar, esta forma de luta permite aos trabalhadores entrar em contato com o fulcro do capitalismo. Enquanto se mantêm fragmentados pela disciplina de empresa e não a contestam globalmente, os trabalhadores, pelo mesmo processo em que são despossuídos de parte do seu tempo de trabalho, são afastados também de qualquer compreensão genérica dos mecanismos económicos. A exploração da mais-valia não é apenas uma extorsão de valor, mas uma privação de conhecimento. A compreensão que os capitalistas manifestam do modo de produção decorre da sua capacidade de comandá-lo e organizá-lo centralmente. Quanto mais elevada for a posição de um capitalista nas hierarquias da desigual repartição da mais-valia,

tanto mais diretamente controlará os centros econômicos decisivos e, assim, tanto mais global será o seu entendimento do modo de produção. Os trabalhadores, porém, só se romperem a disciplina vigente e implantarem relações de outro tipo poderão deparar com as esferas da decisão econômica. Enfrentar radicalmente o processo de produção e de expropriação da mais-valia é lutar contra o mecanismo central do capital, o que, permitindo a sua apreensão, possibilita a partir daí a compreensão do sistema de formação dos valores e a ruptura do véu monetário. O fundamento e, ao mesmo tempo, a base material desta nova tomada de conhecimento consiste no assalto aos arquivos da empresa, para averiguar as contas e a gestão. É curioso observar que aqueles intelectuais que tanto gostam de avaliar o radicalismo dos movimentos pelas formulações ideológicas e não, antes de tudo, pelas suas formas de organização e pelas relações sociais instauradas, são em regra geral omissos quanto às implicações ideológicas dos seqüestros de contabilidade e de documentação. E, no entanto, ações deste tipo revelam uma preocupação ideológica profunda, porque diretamente voltada para imperativos práticos. E, se o conhecimento da globalidade econômica não pode resultar, para os trabalhadores, senão de um processo radical de luta, então esse conhecimento tem forçosamente de ser crítico. Por isso toda a teoria econômica elaborada sob o ponto de vista do movimento da classe trabalhadora constitui uma crítica da economia. Mas, para que o pensamento se torne radical, é previamente necessário conduzir a luta de forma coletiva e ativa.

Em segundo lugar, ao desenvolver as formas radicais de luta em relações coletivistas e igualitárias, a classe trabalhadora apresenta um modelo social alternativo do capitalismo. A disciplina de empresa, baseada na individualização e na hierarquização, constitui o padrão da sociedade atual, tanto na esfera do Estado A como na do Estado R. Os capitalistas ocupam a posição oposta à dos trabalhadores nos vértices das cadeias hierárquicas e com um sistema de inter-relacionamento próprio suscitado pela integração econômica. Aliás, quanto maiores são a concentração e a centralização do capital, quanto mais a classe dos gestores se reforça, tanto mais estreitamente se inter-relacionam os capitalistas e mais se acentua a sua coesão. Mas estas formas de organização das classes dominantes não constituem nenhum modelo alternativo à organização da força de trabalho. Ao contrário, são a sua condição, pressupondo a fragmentação e a submissão hierárquica dos explorados. Ao passo que o coletivismo e o igualitarismo, a substituição da alienação perene dos poderes pela sua permanente revogabilidade, implicam por si mesmos a abolição da divisão da sociedade entre os condenados à submissão e os defensores da autoridade. Exigindo o controle ativo dos processos por todos os que neles intervêm, as formas autônomas requerem a abolição das classes, ou seja, a

inclusão do corpo social num sistema único. O que significa que, no desenvolvimento da luta radical contra o capital, a classe trabalhadora, ao mesmo tempo que ataca a razão de ser dos capitalistas, mina o fundamento da sua própria existência. Uma classe não existe senão em relação de oposição a outras, e é impossível aboli-la sem eliminar toda a estrutura em que se articula. As formulações ideológicas radicais do movimento dos trabalhadores, ao longo da história, têm sem exceção apresentado a emancipação dos explorados como uma anulação de qualquer divisão em classes, como a emancipação do corpo social. O coletivismo e o igualitarismo propõem-se como modelo de uma nova totalidade. É esta a razão das tão amplas repercussões práticas e ideológicas suscitadas pelas lutas coletivas e ativas. A vocação totalizante deste modelo de sociedade nova não lhe advém de ser, em cada momento, proposto por uma maioria. Embora a classe trabalhadora constitua a enorme parte da população, nunca até hoje uma luta radical ocupou, ao mesmo tempo, mais do que diminutas frações da classe, em escala mundial. E apesar disso o seu impacto, a repercussão das novas relações sociais desenvolvidas, alastra-se a um âmbito incomparavelmente mais vasto do que o da minoria que nelas ativamente participa. A concepção de um pretense poder decorrente das maiorias é uma ficção eleitoral do capitalismo, que entende por maioria a mera adição de indivíduos reciprocamente isolados e desejadamente amorfos. Nestas condições, a vitória eleitoral das maiorias é sempre o triunfo de uma minoria assentado na fragmentação da massa da população. A extraordinária repercussão das relações surgidas na luta coletiva e ativa resulta do fato de as minorias radicalmente anticapitalistas apresentarem um modelo de reorganização global da sociedade e, ao mesmo tempo, demonstrarem na prática que não se trata de um mero projeto ideológico, de nenhuma utopia simplesmente desejável, mas de algo que se constitui na realidade, de maneira verificável, nas relações coletivistas e igualitárias que entre si estabelecem os participantes nestas formas de luta.

A vocação totalizante dessas relações implica, desde o início, a tendência a expandirem-se além do local em que se deflagram. O trabalho produtivo exerce-se tanto no interior das empresas como na esfera doméstica, na formação de trabalho enquanto produção de mais-valia. O salário familiar, porém, do qual decorre o outro dos termos do processo, é exclusiva ou predominantemente recebido nas empresas. Por isso as reivindicações e conseqüentes pressões, qualquer que seja a esfera de atividade de onde resultem, começam por incidir sobretudo na esfera das empresas. Se as lutas ocorrem em formas individuais ou passivas, o capitalismo consegue recuperá-las ou reprimi-las sem que delas nada mais reste, pois desde o início é que se mantinham dentro dos limites da disciplina vigente, que portanto continua

incontestada. Passa-se o oposto com os conflitos coletivos e ativos. As suas reivindicações e pressões são recuperáveis, mas não o são as relações sociais novas a que dão lugar. Por isso, uma vez desencadeados, e se conseguirem assentar no âmbito das empresas um fundamento firme, os seus princípios organizativos manifestam-se como alternativa, não apenas no interior de dadas empresas em particular, mas perante a globalidade da sociedade capitalista, que passam então a enfrentar.

Nesta tendência à expansão, as novas relações sociais seguem em primeiro lugar os caminhos traçados pelo mais estreito quadro de articulação entre a esfera das empresas e o resto da sociedade, aquele que resulta da conjugação entre a produção genérica de bens e a produção e reprodução da força de trabalho. Por isso são muito fortes as pressões para que o coletivismo e o igualitarismo extravasem os problemas da disciplina do trabalho e se defrontem com os levantados na esfera familiar, na escola e no contexto urbano em geral. Aliás, quanto mais freqüente é o assalariamento feminino, menos tempo podem as mulheres dedicar às tarefas domésticas e maior é a pressão para que os homens participem nos trabalhos da casa. Mais facilmente será assim posta em causa a tradicional divisão de funções no interior das famílias trabalhadoras, com as respectivas relações de autoridade em que tem cabido ao marido e pai o papel dominante. Esta via de extensão do coletivismo e do igualitarismo é indissociável de uma outra, resultante das contradições do sistema escolar. Não é então apenas a hierarquia entre professores e alunos a ser contestada, nem sequer mesmo as formas da aprendizagem e o seu conteúdo, mas até a própria especificidade da escola. Estes tradicionais campos de fricção, o do conflito entre as funções desempenhadas por cada um dos sexos e o da clivagem de gerações, podem assim reorganizar-se num quadro novo, desenvolvido a partir das lutas coletivas e ativas iniciadas na esfera das empresas. E esta extensão é tanto mais veloz e ampla quanto mais se reforçam e unificam os aparelhos de poder baseados no Estado A. Quando o controle da cidade passa a caber aos capitalistas das maiores empresas aí estabelecidas, o confronto nos locais de produção não pode deixar de se alastrar em escala urbana. São estas, em termos capitalistas, as principais condicionantes da extensão das novas relações sociais surgidas na luta. Em termos desde o início tendencialmente anticapitalistas, porém, verifica-se outra condicionante, constituída pelo quadro de inter-relacionamento social genérico. Estas redes de contatos humanos, tão importantes para a conversão dos conflitos em formas coletivas e ativas, são igualmente decisivas para a extensão das novas relações sociais além do âmbito das empresas.

Quando as lutas coletivas e ativas mobilizam simultaneamente os trabalhadores de um

grande número de empresas e quando a sua duração lhes permite manifestarem-se como alternativa, podem então desenvolver-se instituições que consolidam a articulação entre o âmbito inicial do conflito e a sua extensão além da esfera empresarial. Foi o que sucedeu em maio e junho de 1968 em Nantes, por exemplo, ou ainda na Polónia, no segundo semestre de 1980. Aí, comitês de greve interempresas, formados autonomamente, coordenavam e controlavam a distribuição de bens e serviços essenciais, fiscalizavam preços praticados na venda a varejo e impediam açambarcamentos, cobrindo com esta atividade áreas por vezes muito vastas. Só é possível chegar a uma situação deste tipo quando a população trabalhadora se encontra autonomamente organizada também no nível dos bairros e quando a mobilização social inclui os camponeses. A análise destes casos confirma que o processo se iniciou no âmbito das empresas, mas que apenas a sua extensão lhe permitiu atingir formas tão desenvolvidas. O modelo das relações sociais surgidas na luta coletiva e ativa abarca assim, na sua proposta prática, a reorganização da globalidade da sociedade. É este o percurso concreto que seguem, a partir do local da sua eclosão. É esta a base prática da sua vocação totalizante. De relações sociais de luta, desenvolvem-se em relações sociais gerais.

A expansão deste novo tipo de relação implica uma crise no capitalismo. A partir do momento em que a forma de organização da luta deixa de poder ser recuperada, ou de qualquer modo mantida no quadro disciplinar do capital, então torna-se durável e reforça a base em que conseguem aumentar-se as reivindicações e acentuar-se as pressões. Esta espiral revolucionária tende a imobilizar os mecanismos da mais-valia relativa e, portanto, a paralisar os processos que permitem aos capitalistas a administração económica. A crise não é apenas no capitalismo, mas na própria autoridade do capital. Os patrões demitem-se do que até então consideravam ser as suas responsabilidades, refugiam-se nas sedes administrativas, se estas estiverem longe das unidades de produção, ou fecham-se em casa, ou fogem mesmo para outros países, os contramestres são ultrapassados, as cadeias de comando desrespeitadas. É a própria existência do capitalismo que se encontra comprometida.

Esta crise pode arrastar a paralisia das formas de produção capitalistas, mas não pode implicar a interrupção da produção *tout court*. Os trabalhadores são pessoas que, qualquer que seja o modo como se organizem para lutar, têm de comer para não morrer, e na sociedade verifica-se até, com o desenvolvimento das novas relações, o aparecimento de novas necessidades. Assim, se uns capitalistas são afastados da direção da economia e os outros dela se demitem, a pressão para a continuação da produção leva os trabalhadores a encarregarem-se de modo crescente da sua organização. Mas estes trabalhadores não se encontram já então

enquadrados pela disciplina empresarial, com que romperam quando começaram a movimentar-se de forma coletivista e igualitária. É, portanto, no quadro constituído por este novo tipo de relações que o processo de trabalho se vai reiniciar. Só recentemente, a partir de duas ou três experiências ocorridas na França em 1973, e desde então retomadas e ampliadas pelos trabalhadores de alguns outros países, é que se passou do estagio da ocupação simples de empresas, que pode ser considerado como um piquete de greve generalizado, para a ocupação com reorganização do processo produtivo. Não se conta, portanto, uma grande soma de experiências, mas ainda assim extraem-se as regras seguintes: os coletivos de trabalhadores em luta ativa, ao decidirem responsabilizar-se pela produção, começam por pôr em causa a hierarquização e a promulgação de decisões exteriores a quem as deve executar. Aqueles contramestres que não abandonaram a empresa e participam no movimento passam a trabalhar nas máquinas, e todos os trabalhadores rodam entre os postos de trabalho e os de responsabilidade. Em suma, a decisão coletiva da luta fundamenta a decisão coletiva do sistema e dos ritmos da produção, com a conseqüente reorganização do processo de trabalho. E compreendemos então que a extensão das relações sociais surgidas na luta, a partir do estágio em que ela conseguiu atingir suficiente amplitude e durabilidade, permita por seu turno começar aprofundar essas relações no âmbito das empresas, onde primeiro haviam surgido. É desta maneira que os conflitos articulam uma economia da submissão, que fundamenta a dinâmica do capitalismo, com uma economia da revolução, resultante do desenvolvimento das formas radicais de contestação. As relações sociais surgidas na luta autônoma desenvolvem-se em relações sociais gerais para se desenvolverem e se aprofundarem, neste último estágio, em verdadeiras relações sociais de produção.

Nos casos em que este estágio foi alcançado, a extensão das novas relações sociais para o exterior das empresas atingiu novas formas e implicações superiores. Para continuar a produzir é necessário escoar o *output*, e constituíram-se então o que, à falta de melhor termo, penso poder denominar: mercados de solidariedade. Se uma empresa onde os trabalhadores em luta reorganizaram os processos de fabricação produz bens de consumo corrente e os vende, quem os adquire não se limita a apoiar materialmente esses trabalhadores, mas exprime uma solidariedade mais profunda. Trabalhar autonomamente em instalações que não pertencem aos trabalhadores e com maquinaria, matérias-primas e *know-how* de que também o patrão é o legítimo proprietário, tudo isso constitui uma inversão de princípios jurídicos considerados básicos pelo capitalismo. Aqueles que participam nos mercados de solidariedade demonstram desse modo que apóiam, não só uma luta em particular, mas a remodelação geral da sociedade.

A vocação totalizante das novas relações sociais atinge aqui dimensões superiores. É que os trabalhadores têm uma clara consciência destas implicações demonstra-o o exemplo pioneiro da luta na Lip, quando, a 17 de julho de 1973, um negociante do Kuwait propôs a aquisição a pronto pagamento à vista de 30 mil relógios, montados autonomamente pelos grevistas. Sob o ponto de vista material, essa contribuição resolveria sem dúvida muitas dificuldades, mas, para os trabalhadores em luta, era o ponto de vista social o determinante, por isso recusaram a proposta e continuaram a vender os relógios diretamente aos trabalhadores de outras empresas. Aqueles bens não eram, aqui, incorporadores de valor, mas de um outro tipo de relações sociais, expressas na solidariedade. E assim eram entendidos. O mesmo ocorre no sentido inverso, quando a população dá aos trabalhadores em luta gêneros ou dinheiro que lhes permitam continuar e desenvolver o seu movimento. Não são elementos e símbolos de valor que assim se transferem, mas elos de novas relações solidárias. Até agora, o estágio superior nestes processos parece-me ter ocorrido naqueles — poucos — casos em que trabalhadores de empresas diferentes, tendo desencadeado simultaneamente movimentos de luta autônoma e tomado em mãos a produção, reorganizando-a segundo as novas relações sociais, trocam então entre si os produtos assim fabricados. Só mediante a generalização deste tipo de trocas poderão os mercados de solidariedade incluir, não apenas bens de uso corrente, mas todo gênero de produtos. Estamos certamente ainda muito longe desse estágio, que hoje mal se esboça. Mas desde já é possível afirmar, sem sombra de dúvida, que em todos os casos em que as formas de luta autônoma mais se aprofundaram e mais completamente se reorganizaram as relações de trabalho, isso só foi possível graças à existência subjacente de mercados de solidariedade.

Sob o ponto de vista da passagem a um modo de produção futuro, o que importa não é a criação prévia de condições estritamente materiais, como pretende o marxismo das forças produtivas, mas o desenvolvimento das condições sociais. Para que as experiências de aprofundamento das relações coletivistas e igualitárias possam reforçar-se e difundir-se, será necessária a amplificação e a diversificação dos mercados de solidariedade. É deste modo que toma corpo o modelo totalizante constituído pelas novas relações sociais. As condições materiais e tecnológicas de um dado modo de produção permitem apenas o funcionamento das relações sociais específicas desse modo de produção. Por isso a expansão de dadas forças produtivas facilita e apressa o desenvolvimento das relações sociais que as condicionam, e não de quaisquer outras. O desenvolvimento, das relações sociais de tipo novo, antagônicas das hoje prevalecentes, vai por seu turno constituir a condição prévia ao aparecimento de uma nova tecnologia. As experiências radicais de luta permitem compreender alguns dos parâmetros que

hão de presidir à criação de novas forças produtivas. A sabotagem, manifestação prática imediata de tantas contestações ativas, deve ser entendida como uma criação tecnológica negativa, visando sobretudo aqueles maquinismos que mais diretamente se opõem às reivindicações pretendidas. Do mesmo modo, quando numa empresa os trabalhadores em luta decidem encarregar-se autonomamente da fabricação dos bens e, ao reorganizarem os processos de trabalho, deixam sem utilização certos sistemas tecnológicos mais imediatamente impeditivos da remodelação social que estão a operar, podemos entender esta decisão como uma sabotagem coletiva, mas devemos vê-la também como o primeiro dos passos na instauração positiva de uma nova tecnologia. Relativamente frequente tem sido a utilização de meios elétricos e eletrônicos de comunicação, como telefones internos e externos, alto-falantes, computadores, com o fim de reforçar, ou de até alargar, o caráter coletivo do movimento. Para tal, os trabalhadores procedem de imediato a uma inversão no sentido de utilização dos circuitos, esboçando assim embrionariamente os princípios de uma nova tecnologia possível. A participação ativa de todos os intervenientes numa decisão coletiva impõe que as informações sejam veiculadas para as bases, para que estas mais facilmente possam inter-relacionar-se e deliberar, e, uma vez tomadas as decisões, sejam canalizadas para os delegados encarregados de executá-las. Estes sentidos de veiculação das mensagens são precisamente os inversos dos seguidos na sociedade capitalista e condicionam, portanto, transformações tecnológicas urgentes. Sem o desenvolvimento de forças produtivas de novo tipo, as relações coletivistas e igualitárias não poderão estabelecer-se efetivamente como um modo de produção. Para que as novas relações sociais, uma vez aprofundadas enquanto relações de produção, convertam-se num verdadeiro modo de produção, absolutamente totalizante, é necessário que fundamentem novas forças produtivas.

Porém é precisamente neste ponto, mal surgem, de maneira ainda tão difusa, esboços de novas forças produtivas, que têm parado os processos de desenvolvimento das relações sociais surgidas na luta em relações sociais de produção. A nova tecnologia não ultrapassou, até agora, ensaios fragmentários, não permitindo, portanto, a implantação do novo modo de produção. O que leva a esta repetida suspensão dos processos revolucionários?

7.4. Colapso das relações sociais novas

A repetida suspensão dos processos revolucionários não tem resultado da sua derrota

perante a repressão. É aqui decisiva uma análise atenta da cronologia, e os casos conhecidos mostram que, antes de os capitalistas contra-atacarem, já tinham entrado em desorganização as formas coletivistas e igualitárias surgidas na luta autônoma. É sempre essa desorganização prévia que suscita a investida capitalista. A derrota perante a repressão caracteriza apenas a fase do declínio final, quando o destino dos acontecimentos já está decidido. Basta a desarticulação das formas coletivas e ativas de relacionamento entre os trabalhadores para reforçar a disciplina tradicional de empresa, ficando assim facilitada a reação capitalista e garantindo-se-lhe o êxito; à repressão cabe apenas o golpe final, acabando por liquidar o que possa restar ainda das formas autônomas de luta. O fator decisivo encontra-se, portanto, na fase inicial do movimento. E, no entanto, era então que os trabalhadores pareciam ter tudo nas mãos, que as novas relações sociais se generalizavam e aprofundavam, que os capitalistas recuavam e se dispersavam. Que se passa, de cada vez, para travar assim um destes processos revolucionários?

O capitalismo é um sistema econômico integrado em escala mundial. Logo que os trabalhadores, com o desenvolvimento das formas organizativas saídas da luta autônoma e perante o recuo dos capitalistas, começam a tomar conta do aparelho produtivo e a reorganizá-lo segundo os novos critérios, deparam com o mercado mundial. Ao mesmo tempo que vão sendo reestruturados, estes processos de produção não deixam de necessitar dos *inputs* produzidos em empresas que continuam a ser organizadas de acordo com a disciplina capitalista; e, quanto ao seu *output*, em alguns casos pode escoar-se mediante os mercados de solidariedade, mas nos restantes defronta também o mercado mundial. Se só num pequeníssimo número de empresas economicamente isoladas os processos de trabalho se reestruturam em formas anticapitalistas, então as dimensões do mercado de solidariedade são muito reduzidas, limitando-se a bens de uso corrente. Se a produção autônoma alastra-se em toda uma região ou num país, então o mercado de solidariedade poderá estender-se às relações entre unidades produtivas e abranger meios de produção e matérias-primas; mesmo neste caso, porém, e admitindo que algumas unidades de produção conseguissem assim escoar todo o seu *output*, sem recorrerem a exportações para o mercado mundial, a grande parte não poderia fazê-lo e, de qualquer modo, terá sempre de se recorrer, direta ou indiretamente, ao mercado mundial para a obtenção de *inputs*. Não há aqui lugar para quaisquer sonhos de autarcia. As unidades produtivas em fase de reestruturação conforme os moldes propostos pelas relações coletivistas e igualitárias estão muito longe de poder formar circuitos econômicos auto-suficientes, precisamente porque não desenvolveram o sistema tecnológico específico das novas relações

sociais de produção. Só quando um modo de produção se constitui como tal é que se forma um verdadeiro organismo econômico totalizante, possível de um funcionamento global no interior dos seus limites. Mas nas unidades de produção que os trabalhadores em luta autônoma começam a reorganizar segundo os novos critérios o problema é precisamente o de mal ter iniciado a expansão deste tipo de relações à generalidade da vida social ou, na melhor das hipóteses, de se esboçarem apenas as tentativas, tão superficiais ainda, de criação das formas tecnológicas adequadas ao novo sistema. É antes, muito antes, de poderem inter-relacionar-se num novo organismo econômico coerente, possuidor de uma base tecnológica específica, que as unidades de produção controladas pelos trabalhadores em luta têm de se relacionar com o mercado mundial. É desde o primeiro dia que são obrigadas a fazê-lo, pois as pressões para a continuação da produção levam os trabalhadores a prosseguir a atividade no único campo em que pode ela decorrer. É este o problema crucial.

As unidades de produção reorganizadas segundo as novas relações sociais devem, por um lado, trabalhar de acordo com os critérios de produtividade decorrentes dessas relações sociais. Ao mesmo tempo defrontam o mercado mundial, que obedece a critérios de produtividade opostos, decorrentes das relações capitalistas. É fundamental ter em conta que não existe um critério único, supra-histórico, de produtividade. Esta pode definir-se como a forma de funcionamento de um modo de produção adequado ao seu desenvolvimento e ao seu reforço. Cada sistema econômico supõe, assim, diferentes mecanismos e critérios de produtividade. Num livro publicado há cerca de 15 anos, opus a lei do valor, enquanto regra da produtividade no modo de produção capitalista, ao que denominei lei do institucional, e que constituiria a regra da produtividade num modo de produção caracterizado pelo coletivismo e pelo igualitarismo. Não se trata, como tantas vezes é imaginado, de produzir menos para desfrutar longos ócios. Utopias deste tipo não abandonam a cisão puritana entre o dever e o lazer. E a enorme explosão de criatividade social que sempre caracteriza a atividade autônoma de massas suscita forçosamente, com novas possibilidades de produção, novas necessidades. O problema é, pois, o de que relações sociais diferentes implicam a produção de outros produtos, de outra maneira, para outro consumo. A produtividade inerente a este novo quadro social mede a adequação da produção às novas normas gerais em vigor. Pela lei do institucional, a regra da eficácia econômica seria o reforço do controle do coletivo social sobre a economia. Para que um sistema coletivista e igualitário funcionasse eficazmente e, portanto, segundo estes critérios, obedecesse aos seus mecanismos de produtividade, o controle do coletivo social teria de se exercer em nível do consumo, definindo os tipos de produto a fabricar e a utilizar; e em nível da organização dos

processos econômicos globais, para que o coletivo social pudesse reunir as informações que lhe permitissem deliberar com eficácia; e igualmente em nível dos próprios processos de trabalho, de maneira que a destruição de hierarquias e especializações permanentes fundamentasse eficazmente o igualitarismo. Basta este enunciado sumário para nos apercebermos de que qualquer destas regras contraria os critérios capitalistas de produtividade.

Em termos muito esquemáticos, a regra da eficácia econômica no capitalismo é a da redução, direta e indireta, do valor incorporado na força de trabalho e é este o seu critério de produtividade. Quando algum dos ideólogos do capital pretende propor uma regra diferente, não consegue mais do que reformulá-la em termos igualmente sinistros. Logo nas primeiras páginas da décima edição do seu celeberrimo manual, e retomando a questão num capítulo posterior, Samuelson contrapõe à conhecida medida do PNB *per capita* um outro indicador, que denomina NEW, *New Economic Welfare*, possível de traduzir por “bem-estar econômico líquido”, avaliado também *per capita*. A criação deste indicador dever-se-ia a William Nordhaus e James Tobin, que pretendiam levar em consideração os custos da poluição, as desamenidades da vida urbana, o problema dos ócios e outras questões do mesmo gênero, que têm em comum a exterioridade relativamente aos processos de trabalho. E o gráfico com que Samuelson acompanha tais explicações revela-nos que, embora em menor grau do que o PNB *per capita*, o novo indicador não deixa de assinalar, para os Estados Unidos, uma subida durante o período da II Guerra Mundial. Com efeito, melhorou-se então consideravelmente o bem-estar econômico líquido do capital, apesar — ou precisamente por causa — da aniquilação maciça de elementos do capital constante e do extermínio de força de trabalho, a única maneira de verdadeiramente ultrapassar a crise iniciada em 1929. Os critérios capitalistas de produtividade só podem hoje aparecer como naturais, como evidentes, porque gerações e gerações têm sido sistematicamente educadas dentro daquele princípio básico que a gestão capitalista partilha com o comando militar: o de que mortos, feridos e estropiados são contabilizados apenas em função de outros objetivos, considerados superiores. Um novo sistema de fabricação, um novo produto são avaliados em função da necessidade de diminuir o valor incorporado na força de trabalho, e só se o montante das indenizações a pagar pelos acidentes na produção ultrapassar o dos ganhos obtidos em virtude das novas tecnologias causadoras desses acidentes é que o problema da segurança da mão-de-obra começa a surgir. Por isso as únicas desamenidades que os economistas se dão ao luxo de indicar — e que o seu público é capaz de sentir — são as poluições exteriores ao processo de produção. Quanto ao processo de trabalho, que em sistemas de exploração é todo ele uma integral desamenidade, e quanto as suas vítimas, nada

disso é contabilizado nas matemáticas do capital. Cada quadro de relações sociais seleciona os fatores que considera significativos e atribui-lhes uma importância numérica, inversamente ponderada. Cada critério de produtividade supõe sempre esta seleção prévia, que o fundamenta.

Ora, o mercado mundial hoje vigente obedece de modo inteiramente sistemático e coerente à produtividade capitalista. E as unidades de produção onde se desenvolve a luta autônoma suscitam, por um lado, relações sociais novas, que exigem novos critérios de produtividade e, por outro, inscrevem-se num campo que as obriga a seguir os critérios capitalistas. O problema central tem sido, até agora, o da impossibilidade de estas unidades de produção desenvolverem relações exclusivamente recíprocas, pois, mesmo quando existem várias simultaneamente, estão muito longe de constituir um modo de produção global e coerente. A concorrência, ou seja a forma do inter-relacionamento econômico no contexto capitalista, não é um jogo de regras neutras. Está viciado desde o início. A mais concorrencial é a empresa que mais cabalmente aplica os mecanismos capitalistas de produtividade, que mais estritamente se lhes sujeita. E as unidades produtivas que os trabalhadores controlam e que pretendem reorganizar segundo um critério têm então de funcionar para um mercado onde a produção é avaliada segundo um critério antagônico. É esta contradição que acarreta o colapso das novas relações sociais coletivistas e igualitárias.

Essa contradição manifesta-se, antes de tudo no contraste entre a expansão e o aprofundamento das formas autônomas de luta no interior de tantas empresas e a raridade das experiências em que se atingiu qualquer autonomia na coordenação das diferentes lutas. Aparelhos burocráticos que, dentro das empresas, têm sido ultrapassados por um movimento coletivo e ativo continuam a controlar, pelo menos em grande parte, o inter-relacionamento das várias lutas. Apenas durante a fase de apogeu da Revolução Cultural na China e, mais recentemente, durante as grandes lutas de 1980 e 1981 na Polônia, puderam existir comissões interempresas com um forte caráter de autonomia. Esta dificuldade exprime e ao mesmo tempo reproduz uma situação em que as novas relações sociais, para entrarem reciprocamente em contato e para se articularem com o resto da economia, têm de recorrer ao mercado capitalista e, portanto, têm de se sujeitar às formas burocráticas de relacionamento. Mas por que razão o coletivismo e o igualitarismo entram em colapso mesmo no interior de cada uma das empresas e se desenvolve aí a burocratização?

Os exemplos conhecidos deixam presumir que, em princípio, os delegados eleitos pelos coletivos de trabalhadores em luta ativa se esforcem por aplicar os novos critérios sociais e, se tomada em mãos a produção, estimulem a reestruturação dos processos de trabalho consoante

a regras igualitárias e anti-hierárquicas. Aliás, se não o fizerem, o coletivo, enquanto permanecer ativo, irá substituí-los por outros, que ponham em prática os critérios decorrentes das novas relações. Porém, estas unidades de produção não podem de modo algum ser concorrenciais num mercado mundial organizado segundo os princípios capitalistas. E, não o sendo, nem obtêm *inputs* necessários, nem escoam todo o *output*, ou parte dele; a continuidade do trabalho fica comprometida e, com ela, a própria possibilidade de sustentar materialmente as novas formas sociais de organização. Os delegados eleitos encontram-se então repartidos entre duas pressões antagônicas, desejosos, por um lado, de passar à prática os princípios decorrentes de uma luta em que tão ativamente participam mas, por outro lado, cada vez mais cientes de que a empresa só pode ser concorrencial em termos capitalistas se renunciar ao novo sistema de organização dos processos de trabalho e reintroduzir as normas disciplinares que nesse tempo tivessem sido abolidas. Enquanto o conjunto dos trabalhadores da empresa continuar ativo na luta, os delegados que se inclinarem por este último tipo de pressão serão demitidos e substituídos por outros, que exprimam a tendência radical. Mas enquanto permanecer dominante o mercado capitalista mundial, não será no quadro da autonomia que se poderá competir aí com êxito. E assim o coletivo dos trabalhadores passa a encontrar, neste fracasso concorrencial, razões suficientes para demitir os delegados mais radicais, acusando-os de ineficácia na administração. A irresolvida contradição entre os dois critérios de produtividade determina, portanto, conflitos agudos no interior da classe trabalhadora, expressos pelas sucessivas substituições de delegados e pelas crescentes hesitações quanto à linha a adotar. Quanto mais as novas relações sociais se expandirem e aprofundarem, mais os trabalhadores procurarão dominar e reorganizar os processos de trabalho e mais terão, para isso, de se defrontar com o resto da economia, ou seja, nas circunstâncias presentes, com o mercado capitalista mundial. E, então, a empresa em luta poderá continuar a funcionar apenas a custo da anulação das relações sociais inerentes à autonomia coletiva. Neste ponto, a contradição é sentida como um conflito entre o "realismo", que consistiria em aplicar formas de organização que permitissem à empresa sobreviver e ser concorrencial nas regras capitalistas, e o "idealismo", que consistiria em defender e pretender reforçar as formas autônomas de luta. E este realismo é considerado como uma traição aos ideais, do mesmo modo que o idealismo é entendido como ineficaz na prática e incapaz de guiar a luta. Afinal, é a dinâmica relativa de cada um dos sistemas de produtividade que dita a solução do conflito. Enquanto a expansão das formas coletivas e ativas se revelar incapaz de pôr em causa, ou sequer de fazer retroceder, o mercado mundial capitalista, será este que acabará por impor ao jogo as suas regras. Para as massas trabalhadoras, a alternância de traições e de fracassos, pior, o aparente fracasso prático de todos os que não traem e o êxito

concorrencial obtido pelos que abandonam os critérios autônômicos, as revocações sucessivas sem que consiga definir-se uma orientação revolucionária economicamente vitoriosa, tudo isso aparece como batalhar contra um muro invisível.

É a partir daí que surge o desinteresse, e a apatia começa a instalar-se. Para que o coletivismo, para que a atividade de cada um nas reuniões e discussões, se as decisões tomadas parecem condenadas a degenerar perante o mercado capitalista? Para que o igualitarismo, se as pressões vitoriosas dos outros critérios de produtividade transformam os representantes eleitos em novos e verdadeiros dirigentes, que procuram reimpor a tradicional disciplina? É a repetição dos choques entre os eleitos e os coletivos em luta e, no seio destes, entre as grandes orientações que vão tomando corpo repercute na fragmentação dos trabalhadores. Vão-se reduzindo a uma minoria os que se esforçam por manter vivas as relações nascidas com aquele movimento autônomo, aumenta o número dos que a desilusão afasta. E a desilusão converte-se em desinteresse, que é o quadro da apatia e do individualismo, a base da disciplina capitalista na empresa, a condição do fracionamento dos trabalhadores e da sua integração nas cadeias de comando. E, assim, o mesmo processo que leva os delegados eleitos a degenerar em dirigentes degrada os coletivos de trabalhadores numa soma de elementos individualizados, criando-se simultaneamente os dois pólos necessários ao restabelecimento da disciplina empresarial.

Interrompida e invertida a reorganização dos processos de trabalho e restaurada a disciplina capitalista, fica quebrado o mecanismo motor do movimento revolucionário, que residia na luta no interior das empresas. Deste modo compromete-se a expansão das novas relações sociais e progressivamente aqueles mesmos conflitos sem saída entre a atividade da base e a renúncia dos dirigentes vão manifestar-se no âmbito das lutas escolares e nos bairros. É possível que, reinstalada nas empresas a antiga disciplina, o movimento autônomo nas escolas e nas áreas habitacionais dure ainda um certo tempo, mas como um crepúsculo apenas, assinalando as dificuldades da vitória capitalista, e não quaisquer condições para uma imediata ofensiva por parte dos trabalhadores. Os critérios do mercado mundial acabarão por de novo prevalecer também nestas esferas. À reorganização prática da vida familiar e interfamiliar e das instituições de ensino sucede então o reatar da tradição e do velho autoritarismo, acompanhado como sempre pelas formas insidiosas e individualizadas da luta contra o sexismo, contra a autoridade parental, contra o despotismo dos professores. Assim como os trabalhadores, ao reorganizarem-se autonomamente, aparecem como modelo perante o resto da sociedade, também a desarticulação do movimento acarreta a dissolução das novas relações sociais que se

havia expandido além dos limites das unidades de produção.

As abordagens moralizantes do processo revolucionário interpretam a degenerescência dos delegados eleitos em termos de corrupção pelo poder. O moralismo é supra-histórico e incapaz, por isso, de entender as transformações concretas, que ocorrem todas em condições historicamente determinadas. Aquele poder que neste caso corrompe não é o poder geral e abstrato — esse não existe —, mas o dos critérios de produtividade com que se estrutura o mercado mundial capitalista. E só a partir do momento em que as formas de organização saídas da luta autônoma começam a ser obrigadas a submeter-se às formas de organização impostas pelo mercado mundial que os delegados começam a degenerar em dirigentes. Restaurando a disciplina capitalista, imunizando as empresas relativamente às pressões do interesse coletivo dos trabalhadores e fazendo-as depender unicamente da produtividade capitalista, estes novos dirigentes convertem-se pela prática em verdadeiros gestores, em novos capitalistas. A mobilidade social ascendente é, assim, um inevitável corolário da freagem e da inversão dos processos revolucionários. A transformação de trabalhadores em membros da classe gestorial, por um lado, pressupõe que a classe trabalhadora tenda já de novo para a dispersão e o individualismo, pois só assim podem os eleitos libertar-se do controle coletivo e converter-se em dirigentes, passando a constituir um corpo cooptado. Por outro lado, esta transformação contribui para agravar a desorganização das lutas autônomas, para desmobilizar os que continuavam a promovê-las ativamente. Precisamente os elementos em quem maior confiança se depositava, os considerados mais inteligentes, ou mais experientes, e que por isso haviam sido eleitos, são quem se transforma em gestores, em capitalistas. Isto parece confirmar aos trabalhadores que aquele movimento revolucionário se encontra numa via sem saída e que nenhuma outra solução existe senão abandonar as formas coletivas e ativas de luta e regressar à contestação individualizada, ou passiva, inserida na disciplina empresarial.

É este o contexto em que contra-atacam os capitalistas tradicionais, aqueles proprietários particulares que, perante a tomada de controle das empresas pelos trabalhadores, haviam perdido ou largado a sua propriedade; e aqueles gestores, ocupando sobretudo postos de certa responsabilidade ou, no caso de pertencerem às hierarquias inferiores, quando se mostravam particularmente repressivos, que haviam abandonado as funções ou delas sido expulsos. O colapso das formas organizativas saídas da luta autônoma serve-lhes de sinal e, ao mesmo tempo, de justificação histórica para contra-atacarem. Invocam a desorganização dos coletivos de trabalhadores como argumento em abono da inviabilidade de qualquer regime social que não seja o capitalismo. E desta pretensa constatação histórica extraem outra conclusão, que

mais de perto lhes interessa: a de que, se o capitalismo é inevitável e eterno, então eles, os capitalistas tradicionais, têm o direito inato de continuar a sê-lo. A oposição que possa ser manifestada pelos trabalhadores ao seu regresso à atividade econômica é pouco significativa. As contradições no interior dos coletivos de trabalhadores estão já então suficientemente agudizadas e o restabelecimento da disciplina empresarial fracionara a força de trabalho até o ponto de impedi-la de apresentar qualquer frente coerente contra o regresso dos antigos capitalistas. A estes, não é por aqui que lhes surgem obstáculos, mas por outro lado.

O colapso das formas organizativas saídas da luta autônoma, se cria as condições para a reação dos capitalistas tradicionais, leva também os delegados dos trabalhadores, convertidos em dirigentes, a degenerar em novos membros da classe gestorial. Significa isto que o mesmo processo conduz a duas situações, agravando ambas, porque acentuam a desorganização das formas radicais de luta, mas sendo ao mesmo tempo, contraditórias entre si. Os novos gestores pretendem continuar a ocupar os seus postos, e nesse sentido invocam o direito que lhes adviria de terem sido eles os primeiros a contribuir para o restabelecimento das formas capitalistas de organização. Mas esses mesmos lugares haviam antes sido preenchidos por capitalistas tradicionais. O conflito pode ser mais agudo ainda quando, em virtude do movimento revolucionário, burgueses de qualquer maneira perderam o direito à propriedade de empresas. O colapso das formas autônomas de luta estabelece os representantes degenerados como gestores dessas empresas, e não como seus novos proprietários particulares. Nestes casos, então, ao conflito entre antigos e novos capitalistas acrescenta-se uma contradição de fundo, entre as formas de propriedade da classe burguesa e as formas de apropriação pelo controle que caracterizam a classe gestorial. Em resumo, é na fase final do declínio dos processos revolucionários que ocorrem surtos de reorganização profunda das classes capitalistas. O seu resultado não pode definir-se tendo apenas em conta o colapso das formas radicais de luta porque depende também, e talvez mesmo em grande medida, da situação anterior e do jogo de forças já existentes entre ambas as classes capitalistas e no interior da classe dos gestores. Mas o quadro geral que possibilita as vastas reorganizações internas das classes dominantes resulta, em última análise, da contradição entre as relações coletivistas e igualitárias e as relações capitalistas, numa situação em que as empresas controladas por coletivos de trabalhadores não podem articular-se reciprocamente enquanto modo de produção unificado e coerente e têm, por isso, de se integrar no mercado capitalista mundial.

Os ritmos e as formas dessa inserção e, portanto, do processo de colapso são variáveis e dependem de uma multiplicidade de aspectos. Antes de tudo, um fator inicial da maior

importância consiste na capacidade revelada, ou não, pelos trabalhadores de realizar assembléias verdadeiramente de massa, que permitem coletivizar o ativismo de cada participante, e de lhes assegurar uma freqüência tal que transforme a luta num autêntico movimento. Quanto mais amplas e repetidas forem as assembléias, tanto mais se atrasará a degenerescência do processo. Se compararmos o que sucedeu em dois contextos igualmente repressivos, como a Espanha franquista na década de 1960 e a Polónia no início da década de 1980, verificamos que, no primeiro caso, os trabalhadores não conseguiram impor contra o aparelho repressivo a realização em número suficiente de assembléias de massa, nem com suficiente regularidade, o que levou as Comisiones Obreras, de início organismos autônomos, a burocratizarem-se rapidamente; ao passo que na Polónia os trabalhadores conseguiram criar e manter um coletivismo de reuniões de tal modo amplo que uma forte autonomia de base pôde opor-se duravelmente à degenerescência de muitos aspectos do movimento. É certo que a classe trabalhadora polaca acumulava já a experiência das enormes lutas de 1956 e, sobretudo, das de 1970-1971 e de meados de 1976. E sucede, se repetidos processos de luta autônoma permitirem a compreensão dos mecanismos de integração no mercado capitalista mundial e das conseqüências daí resultantes, que os trabalhadores de um país se antecipem a essas pressões. Sabendo quais os limites com que não se podem contar, mais rapidamente os coletivos autônomos prescindem de aspectos que nessa conjuntura lhes é impossível defender duravelmente, para melhor preservarem o restante. Desenhou-se assim na Polónia uma estratégia de residência autônoma a longo prazo, em que pôde ser veloz a burocratização de representantes surgidos na luta, utilizados, porém, pelos trabalhadores como escudo contra o patronato tradicional, o que tem permitido manter durante muito mais tempo uma autonomia de base. O desânimo será, em suma, tanto menor quanto desde o início houver menos ilusões e talvez seja esta a principal diferença entre as grandes experiências autônomas portuguesa e polaca, que conheceram evoluções tão opostas, extinta da primeira até a memória viva entre os trabalhadores do país, enquanto as formas coletivas e ativas sempre continuam a ressurgir entre os trabalhadores na Polónia.

Relativamente a cada uma das empresas em luta, o fator principal de continuidade das formas autônomas é constituído pelos mercados de solidariedade, que resultam do relacionamento entre coletivos de trabalhadores prosseguido em um nível de autonomia. Só em casos muitíssimo raros, porém, mercados de solidariedade têm presidido à troca de *output* entre diferentes unidades de produção. E mesmo estes, tanto quanto os conheço, tiveram uma importância mais simbólica e programática, antecipadores de um estágio futuro, do que

quaisquer repercussões econômicas imediatas. Na generalidade dos casos, os mercados de solidariedade relacionaram um coletivo de produção com trabalhadores enquanto consumidores pessoais, o que os limitou à veiculação de bens de uso corrente. E constatamos então que, até agora, tem sido nas unidades produtoras de artigos de consumo que mais longe se tem levado as experiências de reorganização dos processos de trabalho segundo as novas relações sociais surgidas na luta e que mais duravelmente estes movimentos conseguiram manter-se. É uma tese corrente, entre os seguidores do marxismo das forças produtivas, a de que seria na indústria pesada, nas grandes unidades produtoras dos mais volumosos meios de produção, onde se concentram trabalhadores em elevado número, que deveriam ocorrer as experiências revolucionárias mais avançadas. O que na verdade interessa aos defensores desta concepção não são as relações sociais estabelecidas pelos trabalhadores em luta, mas a tecnologia capitalista, que supõem ser mais evoluída neste tipo de grandes empresas. A análise da organização coletiva e ativa das lutas mostra, ao contrário, que, quanto mais um ramo de produção se encontra na dependência direta e exclusiva do mercado capitalista mundial, como sucede com toda a indústria pesada, mais rápida é a degenerescência dos processos autônomos que aí ocorram. Para espanto de todos aqueles que, como o autor deste livro, foram educados no marxismo ortodoxo, é nas empresas produtoras de bens de consumo corrente, por vezes pequenos estabelecimentos com escassas dezenas de trabalhadores, se tanto, que mais longe têm sido levadas, na atual fase, as novas relações sociais. Os ramos econômicos em que laboram permitem-lhes manter uma relação menos direta com o mercado mundial e encontrar espaço para escoar o seu *output* mediante relações de solidariedade. Quanto mais profundas forem estas experiências e quanto mais tempo durarem, mais rapidamente poderão surgir numa próxima vez, nas mesmas empresas ou em outras, cujos trabalhadores tenham participado ativamente na rede dos mercados de solidariedade. Tanto mais se acelera, assim, a passagem do processo a estágios superiores. Por isso, apesar do colapso a que inevitavelmente se condenam as formas mais avançadas de luta autônoma enquanto continuar a prevalecer o mercado capitalista, a continuidade da resistência dos trabalhadores nada tem a ver com a heroicidade do desespero, com a estética aristocrática do suicídio social. À recorrência do movimento revolucionário preside, ao contrário, uma estratégia profundamente realista, porque cria as condições para o desenvolvimento de próximas lutas em moldes ainda mais radicais, capazes de alargar a rede dos mercados de solidariedade e, portanto, de se oporem à sujeição aos critérios de produtividade capitalistas.

Os trabalhadores não podem prosseguir a luta contra o mercado mundial no nível da

concorrência, pois as regras desse jogo implicam a aceitação das normas do capitalismo. A única maneira por que se afigura possível combater o mercado mundial é no nível onde os trabalhadores mantêm a supremacia, naquele nível em que vigoram e prevalecem os seus critérios próprios, ou seja, pela expansão e o aprofundamento das novas relações sociais surgidas na luta autônoma. Se o mercado mundial capitalista não pode ser combatido por dentro, deve ser apenas combatido de fora, pela redução do seu campo de vigência mediante a proliferação de processos simultâneos de luta autônoma. Até agora o desenvolvimento revolucionário dos conflitos, tal como o descrevi, não tem geralmente ultrapassado empresas isoladas e, mesmo quando se difunde numa escala plurinacional, como sucedeu durante a década de 1960 e parte da seguinte, não conseguiu sustentar formas autônomas de coordenação entre os vários focos de luta. Ora, como a urgência das pressões para a integração dos vários processos econômicos não se compadece com a demora no desenvolvimento das novas relações sociais, conclui-se que a internacionalização da luta autônoma não pode operar-se a partir de um único pólo de expansão, nem mesmo de um só país. Apenas o simultâneo desencadeamento de processos coletivos e ativos de contestação generalizada pelos trabalhadores de um número crescente de países poderá fazer recuar o mercado mundial e começar a pôr em xeque os seus critérios de produtividade. A partir de então, o desenvolvimento das relações sociais surgidas na luta radical poderá obedecer a percursos diferentes daqueles que aqui sistematizei. Mas essa será tão somente uma etapa futura. Até agora, mesmo quando se desencadeiam em unidades de produção de empresas transnacionais, estas lutas têm-se confinado localmente, sem se alastrarem às unidades da mesma empresa situadas em outros países. Isto implica uma enorme fraqueza tática dos trabalhadores, podendo evidentemente o patronato apoiar-se nas demais unidades do grupo, que continuam o seu funcionamento normal.

E fica assim de pé uma questão crucial: a de saber por que essa internacionalização dos focos de origem das lutas autônomas não ocorreu. Uma tentativa de resposta tem de partir da compreensão prévia de que as classes sociais não são invariantes. Evoluem com os próprios conflitos que pautam o desenvolvimento do modo de produção e nessa evolução interferem reciprocamente.

7.5. Ciclos longos da mais-valia relativa

Pretendi, ao longo da segunda seção, mostrar o permanente relacionamento entre as

classes capitalistas e a classe trabalhadora, operado mediante a assimilação ou a repressão dos conflitos. Como as classes não existem senão em luta, conclui-se que classes opostas evoluem com a evolução das lutas, transformando-se organicamente. Para compreendermos este processo, temos, uma vez mais, de distinguir entre os dois inseparáveis aspectos, o das reivindicações e conseqüentes pressões e o da forma de organização adotada. A cotidiana assimilação das reivindicações e pressões ritma aquelas flutuações econômicas a que chamo ciclos curtos da mais-valia relativa. Muito claramente, os ciclos de Juglar encontram-se em estreita relação com estes ciclos curtos. Ambos dizem respeito às flutuações no investimento em maquinaria e equipamento, apesar de nos ciclos curtos da mais-valia relativa eu dar também grande importância à reorganização dos processos de trabalho, descrida nas análises acadêmicas do ciclo de Juglar, como, aliás, de quaisquer outros tipos de ciclo, que se restringem aos aspectos materiais, palpáveis, das forças produtivas. Já quanto aos ciclos de Kuznets, o fato de se referirem à construção em geral, tanto de instalações empresariais como de habitações, torna-os impossíveis de aproveitar na perspectiva que aqui prossigo.

Mas não se limita a isto o processo de assimilação. O colapso das novas relações sociais não suscita apenas a integração na classe gestorial de antigos delegados dos trabalhadores degenerados em dirigentes. Não se trata somente, nem sobretudo, da absorção pelo capitalismo de pessoas ou de funções decorrentes do declínio das formas organizativas autônomas. São também as próprias instituições da luta autônoma a serem assimiladas, após o seu colapso lhes ter alterado profundamente a natureza social. Quando a derrota perante as pressões do mercado leva os trabalhadores a descreer da possibilidade de combaterem radicalmente o capital e a se afastarem da participação ativa nos órgãos de deliberação e de decisão, estes não desaparecem, sendo mantidos pelos antigos delegados convertidos em novos gestores, que neles encontram a justificação histórica das suas funções. Não são as instituições de participação coletiva e ativa que se mantêm, mas apenas a sua sombra, algo que delas conserva o nome, sem as relações sociais de tipo novo que lhes haviam conferido a absoluta originalidade inicial. Servem agora de quadro para a cooptação dos novos dirigentes e é com esta bagagem institucional que eles vão se inserir no capitalismo. O problema da assimilação não se coloca para as formas individuais de luta, nem para as passivas, pois essas desde o início se inscrevem nos quadros disciplinares vigentes, e é levantado apenas a partir do momento em que o prevailecimento dos critérios capitalistas de produtividade liquida o caráter coletivista e igualitário das formas de luta autônoma. O seu colapso implica, em suma, a recuperação das suas instituições, quando já degeneradas. Não se trata aqui, como nos ciclos

curtos da mais-valia relativa, da assimilação de aspectos pontuais que, embora exigindo o inter-relacionamento das empresas, ocorre no âmbito de cada uma delas. A assimilação das instituições resultantes do colapso das formas autônomas requer remodelações profundas, diretamente no nível das CGP. Qualquer reorganização geral das CGP ocasiona um acréscimo de produtividade englobando toda a economia, desde que cada ramo e cada empresa proceda às reestruturações tecnológicas necessárias para dele se beneficiar. Ora, isto implica investimentos muito mais volumosos e incidindo em níveis mais básicos do que os que sustentam os ciclos curtos da mais-valia relativa e requer ainda inovações de âmbito muito maior. Por isso considero que a assimilação das instituições degeneradas, surgidas nas formas autônomas de luta, ritma o que denomino ciclos longos da mais-valia relativa. Cada um define um período de desenvolvimento das contradições sociais e, portanto, implica um dado estágio orgânico das classes antagônicas, estabelecendo deste modo as condições em que, no seu interior, sucedem-se os ciclos curtos. A sobreposição de uma série de ciclos a um ciclo longo faz com que a estrutura orgânica de cada classe se reproduza, até que se opere a passagem para um novo ciclo longo. Estes ciclos longos correspondem, em boa medida, aos ciclos usualmente chamados de Kondratyev, com algumas importantes diferenças de concepção.

Em primeiro lugar, e contrariamente aos economistas que têm usado nas suas análises o ciclo de Kondratyev, não me limito a considerar a abertura de novos ramos de produção e o emprego de complexos de maquinaria, matéria-prima e processos técnicos inteiramente inovadores. Afirmo mais. A degenerescência das formas de organização da luta autônoma é assimilada pelo capitalismo enquanto formas de organização do processo de trabalho e da vida social em geral. Nem se trata de pretender meramente que, ao desenvolvimento de lutas coletivas e ativas, os capitalistas opõem novos sistemas de trabalho e de poder político. É a própria degenerescência das lutas autônomas que fornece o quadro de reorganização capitalista da disciplina de empresa e da disciplina social genérica, incluindo, portanto, o novo quadro de formação da força de trabalho. O aparecimento, a difusão e o declínio de cada um destes quadros gerais de assimilação definem um ciclo longo da mais-valia relativa.

Em segundo lugar, proponho uma diferente dinâmica de cada ciclo, analisado nas suas várias fases. Na seqüência de Schumpeter, inúmeros economistas têm dividido o ciclo nas fases de prosperidade, recessão, depressão e recuperação. Mudando o eixo da problemática para os conflitos sociais, a divisão deve ser outra. A fase de ascensão de formas autônomas de luta marca o início de um ciclo longo de mais-valia relativa. Os repetidos colapsos constituem, por si mesmos, o quadro em que essas formas degeneram-se e são assimiladas pelo capitalismo,

criando-se progressivamente mecanismos que permitem a assimilação cada vez mais fácil e rápida das lutas do mesmo tipo que venham a desencadear-se. É esta a segunda fase. Quanto mais solidamente a fase de assimilação parece estar implantada, mais começam, porém, a difundir-se novos tipos de luta autônoma, cuja recuperação é inviável no interior dos mecanismos já constituídos. A generalização destes novos tipos de luta marca o início da primeira fase do ciclo seguinte.

Regra geral, é impossível, portanto, estabelecer datas exatas para os limites extremos dos ciclos longos da mais-valia relativa, contrariamente ao que sucede com os ciclos de Kondratyev, medidos por índices de flutuações de preços ou do *output* industrial ou do investimento. É esta a terceira diferença. Além disso, e em termos muito genéricos, a fase que considero de ascensão de um dado tipo de luta autônoma corresponde às fases de recessão e depressão, sobrepondo-se a fase de assimilação plena às fases de recuperação e prosperidade. O que não deve espantar, porque os mecanismos motores do crescimento econômico são, no capitalismo, os mesmos que permitem a recuperação dos conflitos. Na medida, porém, em que os autores que utilizam o ciclo de Kondratyev o inauguram pela fase de prosperidade, o fato de eu iniciar cada ciclo longo da mais-valia relativa pela fase de ascensão das lutas autônomas, que corresponderia grosseiramente às fases de recessão e de depressão, faz com que a divisão cronológica se encontre um tanto deslocada de um para outro sistema; apesar disso a duração de cada ciclo é sensivelmente equivalente e, tal como a generalidade dos outros autores, eu considero que estamos a percorrer o quarto destes ciclos.

Na cronologia que proponho, deixo numa data incerta a abertura do primeiro ciclo, começando a fase de assimilação em torno do ano de 1848, para se esgotar nos meados da década de 1860, quando se passou ao segundo ciclo longo. Neste, a ascensão de novos tipos de luta autônoma processou-se até o princípio da década de 1870, iniciando-se a sua assimilação desde os meados dessa década até 1916 ou 1917. De 1917 até meados da década de 1930, teve lugar um surto ascensional de lutas autônomas, que foi plenamente assimilado desde então até os anos iniciais da década de 1960. Com o começo dessa década, inaugurou-se o quarto dos ciclos longos, cuja fase de ascensão das formas autônomas de luta julgo ter em geral ocorrido até meados da década de 1970, por vezes mesmo tocando os anos iniciais da década de 1980, parecendo-me que entrou já na fase de assimilação plena.

A primeira fase ascensional de lutas autônomas, a partir do momento em que o capitalismo se constituiu como modo de produção e em que a classe trabalhadora começou a manifestar uma posição social própria, caracterizou-se, na esfera do Estado R, pelo fato de a

aristocracia fundiária continuar a deter a supremacia. No âmbito mais genérico, incluindo tanto esta esfera política tradicional como a do Estado A, a característica decisiva consistia no fato de os gestores não se mostrarem socialmente como classe. O desenvolvimento incipiente da produtividade e da concentração, suscitando um grau de integração econômica ainda reduzido, repartia os gestores por campos variados e impedia-os de se comportarem homoganeamente nos conflitos sociais. Assim, enquanto na esfera das empresas a burguesia aparecia aos trabalhadores como o inimigo único, na esfera do Estado R o predomínio da velha aristocracia convertia-a em adversária comum da classe trabalhadora e da burguesia. Foi esta, muito possivelmente, a causa da dualidade de movimentos que assinalou o primeiro ciclo longo, em que nunca as lutas no âmbito do Estado R se unificaram com as processadas no âmbito do Estado A. As mesmas pessoas podiam participar em ambos os movimentos, mas estes continuaram, apesar disso, a manter-se distintos.

Na esfera do aparelho tradicional de Estado, a comum oposição dos trabalhadores e da burguesia à aristocracia levou as lutas dos trabalhadores a oscilarem entre uma verdadeira fusão com o movimento burguês pela preponderância política e a assunção de meios e perspectivas próprios no combate à aristocracia, o que representava a oscilação entre formas desde o início integradas nos quadros do capitalismo e outras que se afirmavam então como autônomas. A reforma do sufrágio significava apenas, para a burguesia, a sua substituição à aristocracia no controle do Estado R. Por outra parte a classe trabalhadora, quando propunha autonomamente a reorganização do parlamento e do sistema governativo, pretendia um verdadeiro igualitarismo político, expressão do coletivismo e do ativismo com que nesse sentido se manifestava. Pelo fato de as lutas nesta esfera não se terem nunca unificado, durante este primeiro ciclo longo, com as processadas no âmbito das empresas e, portanto, de este igualitarismo não ter encontrado diretamente um fundamento econômico, não devemos deixar de entendê-lo como uma verdadeira manifestação da solidariedade decorrente do coletivismo na luta.

Na esfera do Estado A, as greves revelavam então a capacidade de organização no nível dos conjuntos habitacionais, não repercutindo, porém, em nenhuma ocupação dos locais de trabalho. Estes puderam ser alvo de depredações, sem que isso implicasse qualquer tomada de controle sobre as unidades produtivas. Parece que o inter-relacionamento social genérico era capaz de capilarizar facilmente a autonomia de luta, não conseguindo no entanto sustentar, a partir daí, nenhuma tentativa de reorganização do processo de trabalho. Foi exteriormente aos conflitos no âmbito das empresas que puderam, nesta fase, as relações solidárias desenvolver-se em esboço de um modo de produção novo, dando corpo aos ensaios de constituição de

cooperativas de produção. E o sindicalismo esteve então estreitamente associado a este movimento, na medida em que os sindicatos se concebiam como tendendo a converter-se em organismos produtores.

Porém, como era no âmbito do Estado R, e não no do Estado A, que a economia nessa época se coordenava, ficavam condenadas ao fracasso tentativas de remodelação dos processos de produção que não podiam ultrapassar o particularismo de cada um. Para visar o seu inter-relacionamento recíproco, seria necessário projetar o conflito em direção ao Estado R, mas aí era outro o inimigo que surgia. E a luta autônoma pela universalização do sufrágio e do acesso à representação, sem conseguir encontrar bases econômicas próprias, pois não se unia com a luta nas empresas nem com o movimento cooperativo, não pôde gerar um verdadeiro igualitarismo prático. Foi este o quadro dos limites do movimento autônomo durante o primeiro ciclo longo, que determinou os seus repetidos fracassos, com a conseqüente assimilação pelo capitalismo.

Na recuperação do movimento pela igualdade do sufrágio e pelo acesso dos trabalhadores à função de representantes, o ano de 1848 constitui uma data decisiva. As revoluções que então tiveram lugar em todo o continente europeu marcaram o apogeu da integração do movimento nas pretensões políticas da burguesia e mesmo na Grã-Bretanha, onde a vaga das insurreições continentais não se alastrou; foi nesse ano que ocorreu o derradeiro grande surto do *chartism*. A burguesia obteve, a partir de então, a completa supremacia política sobre a aristocracia tradicional, ainda que durante algumas décadas os burgueses assim promovidos se adornassem com os antigos títulos nobiliárquicos. E, pouco a pouco, foi-se iniciando a progressiva extensão do sufrágio, assentando o novo quadro político na assimilação das formas degeneradas do antigo movimento igualitário. Também na recuperação da autonomia na esfera do Estado A, os anos de transição da década de 1840 para a seguinte constituíram o marco. Foi em 1851 que na Grã-Bretanha apareceu o primeiro sindicato hierarquizado e burocratizado, que se tornaria a norma daí em diante. Este primeiro ciclo longo encerrou-se com a conversão do movimento autônomo pelo sufrágio em hegemonia política da burguesia; e com a transformação do quadro sindical em sistema disciplinar reprodutor das hierarquias capitalistas.

Por comparação com o que sucedera no seu início, a grande transformação social operada no fim do primeiro ciclo longo consistiu no aparecimento da burguesia enquanto inimigo único da classe trabalhadora, em ambas as esferas do poder. E por isso o movimento autônomo, durante a fase ascensional no segundo ciclo longo, pôde encetar um primeiro esboço de unificação da luta no interior das empresas com a luta contra o Estado R. Foi a Primeira

Internacional a instituição em que essa convergência se operou. Mas o próprio fato de nela se terem sempre mantido distintas uma ala anarquista, que insistia no combate aos princípios organizativos específicos do Estado R, e uma ala marxista, voltada sobretudo para a luta no seio do Estado A, revelava que a unificação de ambos os campos de luta estava longe ainda de ser completa. A derrota da Comuna de Paris foi a expressão mais trágica disso.

Na origem da estreiteza de horizontes das formas autônomas de luta, no decurso do segundo ciclo longo, esteve a evolução sofrida pela classe dos gestores. Beneficiou-se de um reforço relativo, devido ao desenvolvimento da produtividade e da concentração do capital, agudizando-se o seu conflito com a burguesia. Ao mesmo tempo, essa concentração não era suficiente para que a agravada cisão entre as duas classes capitalistas se convertesse numa verdadeira unificação social dos gestores. Estes, se bem que entrando em crescente oposição à burguesia, não se comportavam ainda nessas lutas como uma classe unificada. O duplo fato de partilharem com a classe trabalhadora um mesmo inimigo, a burguesia, e de não aparecerem então como uma classe própria facilitou aos gestores o relacionamento com os trabalhadores. A esta aliança objetiva, complexa e contraditória, tenho, em livros e artigos, denominado ambigüidade do movimento operário. Foi a ambigüidade que caracterizou os aspectos decisivos deste segundo ciclo longo e do terceiro também. Não aparecendo à classe trabalhadora como antagonistas e, ao mesmo tempo, enfrentando visivelmente a burguesia, os gestores não foram nesta fase claramente distinguidos pelos trabalhadores em luta, que freqüentemente os escolhiam para seus delegados. Na realidade, como estes já se encarregavam de aspectos da organização econômica e social no mesmo âmbito de atividades em que eram eleitos, continuavam as funções que antes exerciam sob a autoridade da classe burguesa, mas com o aval agora da classe trabalhadora. Os trabalhadores em luta autônoma não viam, afinal, razões para não manterem nos seus postos pessoas cuja hostilidade à burguesia era conhecida e cujo antagonismo com a classe trabalhadora não haviam ainda experimentado praticamente. Mas, assim, as instituições criadas na luta coletiva e ativa eram desde o primeiro momento atravessadas por uma profunda contradição. Por um lado, caracterizava-as a revocabilidade dos eleitos. Por outro, o fato de estes serem com tanta freqüência gestores, que já antes se ocupavam da organização do capital, levava a que se mantivessem as estruturas hierárquicas e disciplinares do capitalismo. E, assim, muito depressa os princípios decorrentes das novas relações sociais se convertiam em critérios meramente formais, em direitos proclamados mas nunca executados e, portanto, em demagogia. O colapso dos processos revolucionários ocorreu durante este segundo ciclo, ficando, em cada luta, reduzido a um mínimo o período de

autonomia. Por isso a estratégia de greve geral, que começou a ser proposta nos últimos anos da década de 1860, era então concebida de maneira exclusivamente negativa, considerando os seus defensores que bastaria a suspensão unânime do trabalho para provocar a derrocada do modo de produção vigente. A incapacidade de compreender que um sistema econômico e social só cai quando contra ele se desenvolve outro antagônico é reveladora de uma incapacidade de expandir, na prática de luta, as novas relações sociais decorrentes da autonomia.

Limitadas desde o início pela ambigüidade da aliança com os gestores, as formas autônomas foram neste ciclo facilmente recuperadas, em ambas as esferas de poder. Quando, nas instituições de luta contra o patronato, os eleitos, sendo revocáveis, nunca o são, eles são na realidade, ao longo de todo o processo, verdadeiros dirigentes. Por isso os sindicatos muito rapidamente se burocratizaram, ou surgiram já burocratizados, reproduzindo no interior da força de trabalho em luta o mesmo sistema de cadeias de comando a que tinha de se submeter no dia-a-dia da produção. A disciplina capitalista saiu daqui muitíssimo reforçada, já que até as lutas inicialmente autônomas eram, afinal, incapazes de interrompê-la. Se a burocratização sindical foi a forma imediata de recuperação destas lutas, a sua assimilação mais profunda, enquanto estágio superior de recuperação, consistiu na remodelação dos próprios processos de trabalho, de maneira a aproveitar esse reforço disciplinar da mão-de-obra. Numa época em que se explorava sobretudo o componente físico do trabalho, mais do que o intelectual, o taylorismo foi a melhor ou, pelo menos, a mais conhecida sistematização dos novos princípios de organização das empresas, tornados possíveis pelo disciplinamento global da força de trabalho de que os sindicatos vinham a encarregar-se. Cada estágio de organização do processo de trabalho não é senão o resultado da assimilação de instituições surgidas originariamente com as lutas autônomas e cuja degenerescência, mediante a sua recuperação, constitui o próprio fundamento da remodelação do capital. O taylorismo foi um resultado da rápida e completa burocratização dos sindicatos, sem a qual nunca teria podido existir. A partir do momento em que se chegou a este grau tão pleno de assimilação, o reforço das relações hierarquizadas e autoritárias projetou-se para a própria formação da força de trabalho, passando a constituir o quadro em que se desenrolava, do berço à cova, toda a vida dos trabalhadores. Foi esta a fase em que se procedeu à burocratização geral do ensino destinado aos filhos das famílias trabalhadoras.

Do mesmo modo, no âmbito da luta contra o Estado R, os gestores, graças à hostilidade manifestada contra a burguesia, eram promovidos pelos trabalhadores a seus chefes políticos, desnaturando de imediato as implicações igualitárias do movimento, que passou a ser dominado por partidos altamente burocratizados e hierarquizados, providos de uma direção selecionada

por cooptação, e que encontram o perfeito modelo na Segunda Internacional. Ao mesmo tempo que continuavam a agitar antigas palavras de ordem de democratização e de universalidade do voto, pela sua própria existência estes partidos reforçavam no Estado R as formas organizativas mais hierarquizadas e autoritárias. Serviram, sem dúvida, para integrar progressivamente a classe dos gestores nos aparelhos de poder tradicionais, tal como o sindicalismo burocrático e o conseqüente taylorismo confirmou os gestores em posições de chefia na organização do processo de trabalho. E simultaneamente cavaram mais funda ainda a oposição entre o poder detido pela globalidade dos capitalistas e a sujeição da classe trabalhadora.

Assim como na sua breve fase ascensional a autonomia dos trabalhadores neste segundo ciclo esboçou a unificação de ambas as esferas de poder enquanto objetivo da luta, também na fase seguinte a unificação foi recuperada e assimilada. A Primeira Internacional pretendia articular a luta pela democratização do Estado R com a luta contra a burguesia no Estado A. A Segunda Internacional conjugou ambos os planos, na fase em que já se encontravam inteiramente recuperados. Não se tratou apenas da assimilação capitalista dos sindicatos burocráticos e dos partidos de tipo kautskiano, porque a Segunda Internacional foi mais do que a soma desses elementos. Em cada país, a estrutura da Segunda Internacional consistia numa verdadeira integração de um partido com vários sindicatos, e foi esta conjugação que o capitalismo assimilou, enquanto fundamento do corporativismo. A forma específica pela qual no segundo ciclo longo os mecanismos da produtividade recuperaram as lutas autônomas consistiu na inauguração de uma sistemática cooperação entre ambos os tipos de aparelho de poder. A Segunda Internacional operou a recuperação capitalista da autonomia esboçada na Primeira; e o corporativismo consagrou essa recuperação.

Foi neste contexto que tanto o conteúdo das aspirações mais profundas dos trabalhadores como o programa mais avançado do corporativismo começaram a ser definidos numa palavra: planificação. A planificação das atividades econômicas exprimia uma relação, que se afigurava coerente, mas que os ciclos posteriores revelaram ser antagônica, entre os trabalhadores organizados em luta autônoma e os gestores, cujo poder saía então reforçado por essa organização. E, como sempre, a ambigüidade da situação real requer a ambigüidade da palavra que a exprime. Para uns, a planificação seria o instrumento pelo qual a sociedade organizada como um coletivo faria prevalecer sobre os processos econômicos o critério da utilidade social. Para outros, a planificação constituía a antevisão de um capitalismo altamente concentrado, em que a classe dos gestores pudesse organizar globalmente a economia, ultrapassando para sempre o particularismo burguês. Ou seja, numa palavra única exprimiam-se

tanto o marxismo das forças produtivas como as teses heterodoxas assentadas na análise das relações de produção, que a prática das lutas sociais e o conseqüente desenvolvimento econômico não opunham ainda numa irredutível hostilidade.

Uma experiência planificatória sem precedentes ocorreu subitamente no final deste segundo ciclo longo, quando em 1914 se desencadeou a I Guerra Mundial. Uma guerra constitui sempre a forma superior de sujeição dos interesses de classe dos explorados aos dos exploradores, sem o que os capitalistas de um grupo de países não poderiam mobilizar os seus trabalhadores contra os restantes. Nessa época, aqueles que se mantiveram fiéis aos interesses internacionalistas da classe trabalhadora denunciaram o que consideravam ser “a traição” da Segunda Internacional, ao colaborar no esforço de guerra. Não houve aqui, na verdade, traição de espécie alguma, pois os aparelhos partidários e sindicais da Segunda Internacional desde o início se integravam no capitalismo, e não no campo da autonomia trabalhadora. Se alguma coisa este primeiro conflito mundial teve de peculiar, comparado com o segundo, foi a rapidez com que os trabalhadores conseguiram reconstituir internacionalmente a unidade que havia sido quebrada. Desde cedo, os elementos radicais mais ativos começaram a estabelecer contatos para além da beligerância que separava os respectivos países, assim como, em nível cultural, o dadaísmo, a primeira expressão artística absolutamente moderna, surgiu antes de tudo como um movimento contra a guerra e os patriotismos. Este nível superestrutural de atuação deixava transparecer o que mais profundamente se generalizava entre as grandes massas. A partir de finais de 1916, ambas as frentes foram rasgadas por revoltas entre os soldados, por vezes deserções coletivas, ou por fim revoluções. A guerra de 1914-1918, se nos dois primeiros anos culminou a fase de assimilação do segundo dos ciclos longos, nos dois anos seguintes abriu a importante fase de ascensão das lutas autônomas com que se iniciou o terceiro ciclo.

O corporativismo, enquanto resultado genérico da assimilação das formas autônomas de luta no segundo ciclo longo, constituiu o quadro de um inter-relacionamento cada vez mais estreito e sistemático entre os gestores ativos na esfera das empresas e os decorrentes do Estado R, criando-se assim as condições para a sua unificação social. Ao mesmo tempo, esta crescente concentração, consolidada pelo desenvolvimento dos mecanismos da produtividade, deu à classe dos gestores a força suficiente para pôr em causa a subalternização a que a burguesia a votava e para aspirar à hegemonia no interior do capitalismo. E a I Guerra Mundial, pelo extraordinário incentivo fornecido à concentração econômica, ao corporativismo e à planificação, acelerou bruscamente esta tendência. O terceiro ciclo longo da mais-valia relativa abriu-se, assim, num contexto em que, por um lado, a hostilidade irreprimível e global da classe

dos gestores à burguesia contribuía para confundi-la com a classe dos trabalhadores, agravando-se a ambigüidade. Por outro lado, porém, quanto mais forte era a coesão social dos gestores, tanto mais se opunham diretamente aos trabalhadores, tendendo, por aí, a ser posta em causa a ambigüidade. Estes parâmetros contraditórios esclarecem o que se passou no decurso do terceiro ciclo longo.

A partir dos anos decisivos de 1916-1917 e até uma data que, conforme os países, vai desde os meados da década de 1920 até aos finais da seguinte, o mundo plenamente capitalista, ou seja, então, a Europa, o Norte da América e certas regiões da América do Sul, viveu uma verdadeira guerra civil larvar e protelada. As insurreições e o clima geral de revolta nas frentes militares levaram à Revolução Russa e à proliferação de focos revolucionários na Alemanha e à difusão de novos tipos de organização autônoma das lutas. Criaram-se, ou reforçaram-se quando existiam já, comissões de delegados dos trabalhadores inteiramente independentes da estrutura sindical burocratizada, algumas com nomes que vieram a marcar indelevelmente a história da época, e decorrentes da movimentação no quadro das empresas. Foi esta, relativamente ao ciclo anterior, a característica decisiva do terceiro ciclo longo, resultante da duração muito maior revelada pela fase autônoma dos conflitos. A crescente oposição prática entre a classe dos gestores e a dos trabalhadores permitiu que, nas lutas coletivas e ativas, os delegados passassem a ser escolhidos entre os trabalhadores e garantiu assim uma maior resistência destas formas organizativas à recuperação e, portanto, o aprofundamento sem precedentes das experiências autonômicas. As ocupações dos locais de trabalho, tanto industriais como rurais, foram levadas a cabo em ondas sucessivas, envolvendo de cada vez centenas de milhar, milhões até, de pessoas, desde as convulsões que ditaram o fim dos impérios russo, alemão e austro-húngaro até o meio milhão de trabalhadores que em setembro de 1920 ocupou as indústrias mecânicas e siderúrgicas em Turim e Milão, as ocupações durante a greve geral de 1936 na França e as que finalmente se desenvolveram durante a guerra civil espanhola. Neste último caso, no encerramento da fase ascendente da autonomia, os trabalhadores começaram a tentar encarregar-se da organização efetiva da produção, mas a regra geral, na maior parte das experiências anteriores, foi a de que a ocupação das empresas desse uma oportunidade apenas negativa para o desenvolvimento das novas relações sociais, pela suspensão da disciplina empresarial, sem que lhe fossem substituídas formas novas de organização prática dos processos de trabalho.

O obstáculo mais imediatamente responsável por esta limitação resultou do outro dos aspectos inerentes à situação da classe dos gestores na época. Mesmo que fossem

ultrapassados pelo radicalismo das lutas em empresas particularmente consideradas, os gestores aproveitavam o caráter global da sua oposição à burguesia para recuperar centralmente as formas autônomicas. Estas podiam desenvolver-se, mas ao mesmo tempo, tanto no nível de topo da administração das empresas quanto no nível elevado do poder político tradicional, eram assimiladas e fundamentavam a reorganização econômica e política. Contrariamente ao que se passou no segundo ciclo longo no terceiro a assimilação da autonomia não se processou tanto a partir do seu interior, como sobretudo mediante a integração num quadro centralmente comandado. Contra a escola taylorista de organização do trabalho, a corrente iniciada por Elton Mayo e que encontra equivalente na esfera da URSS reconheceu a importância dos grupos informais constituídos no processo de produção e pretendeu, em vez de reprimi-los ou dissolvê-los, recuperá-los. Não procurava dispersar um coletivo no individualismo, mas tornar passivos os coletivos que antes haviam sido ativos, neles assentando um novo tipo de disciplina de empresa. Mayo reconheceu, por exemplo, numa das suas experiências célebres, que um movimento ativo de greve, reforçando a solidariedade entre os participantes, permitia ao patronato recuperá-lo, uma vez reiniciado o processo de trabalho, em formas superiores de cooperação, ou seja, assimilá-la enquanto acréscimo da produtividade. Esta recuperação da autonomia organizativa dos trabalhadores permitiu a intensificação da mais-valia relativa, estimulando consideravelmente os seus mecanismos. Foi mediante um processo idêntico que os aparelhos centrais de poder integraram o resultado dos sucessivos colapsos das experiências autônomicas, em especial o fracasso de ocupação de empresa restritas ao controle dos locais e onde a reorganização das relações de produção não era praticamente colocada. O corporativismo staliniano e o fascista foram formas desta assimilação, como o foi também o tipo de corporativismo desenvolvido em regimes parlamentares.

E, assim, este terceiro ciclo longo aparece como uma reencenação do segundo, mas em condições muito mais difíceis para os capitalistas, já que era menor a confusão entre gestores e trabalhadores nas lutas práticas. Por isso a Terceira Internacional retomou os objetivos últimos da Segunda, mas com superior violência tática, expressão da contraditoriedade mais aguda que articulava trabalhadores e gestores na hostilidade à burguesia. A conjugação corporativista entre partidos e sindicatos encontrou outro fôlego nos partidos leninistas, muito mais renitentes do que os kautskianos à conciliação com o poder burguês, e nos novos sindicatos, resultantes da degenerescência das instituições autônomicas que as insurreições e as ocupações de empresas a partir do período final da guerra haviam feito surgir. Em cada país, os dois pares articulados, partido e sindicatos, no quadro das Segunda e Terceira Internacionais, nas suas alternadas

rivalidades e alianças representavam as diferenças e as semelhanças entre as tendências de evolução no segundo e no terceiro ciclos. E que não se tratou de qualquer questão ideológica, mas de insuperáveis pressões práticas, revelam-no os acontecimentos espanhóis, quando a articulação entre a FAI e a CNT constituía a réplica exata da conjugação que em outros países ocorria entre partido e sindicatos leninistas.

As experiências de desenvolvimento do corporativismo, a partir da assimilação dos repetidos fracassos da luta autônoma, levadas a cabo em âmbitos estritamente nacionais, não se revelaram afinal capazes de conter duravelmente o renascimento do coletivismo e do ativismo dos trabalhadores, até que, na segunda metade da década de 1930, a guerra civil espanhola, o derradeiro dos grandes movimentos autônomos no decurso deste ciclo, ocasionou a internacionalização capitalista na repressão do conflito e na posterior assimilação dos seus resultados. Os acontecimentos da Península Ibérica foram o imediato prelúdio e o ensaio geral da II Guerra Mundial, que inaugurou a fase plenamente assimilatória deste terceiro ciclo longo.

Em 1939-1945, as classes dominantes de cada um dos campos em confronto atingiram um grau superior de unificação supranacional. Mas o aspecto aqui decisivo foi o de que tal integração ultrapassou mesmo as frentes de batalha, mantendo-se sempre durante a guerra, estreitamente ligados, os interesses capitalistas do Eixo e os dos Aliados. As destruições maciças que a aviação aliada provocou em território alemão atingiram acima de tudo as grandes concentrações habitacionais, em seguida as vias e nós de comunicação, só muito secundariamente visando o aparelho produtivo e, neste, a indústria pesada, a mais importante no quadro tecnológico da época, foi a menos atingida. Como escrevia, há quase 40 anos, com inigualável cinismo, André Piettre na sua monumental obra sobre *L'Économie Allemande Contemporaine (Allemagne Occidentale) 1945-1952*, "afigurava-se mais eficaz, para atingir uma indústria, visar o pessoal de preferência ao material". E os capitalistas alemães pagaram o favor, recusando-se destruir as instalações quando, na fase terminal da guerra, Hitler o ordenou. O relacionamento entre o grande capital de ambos os campos foi muito mais estreito ainda, porque direto e institucionalizado. Ao longo do conflito, o Banco de Pagamentos Internacionais, estabelecido na Suíça neutra, nunca deixou de incluir pessoal oriundo de todos os países beligerantes, o qual, sem exceção, recebeu ordem dos respectivos bancos centrais para colaborar na maior harmonia. Por isso este banco pôde servir para contatos políticos secretos entre as duas partes, muito para além da colaboração financeira que constituía a sua função corrente. E na altura já em que o resultado da guerra não oferecia dúvidas para as pessoas mais bem informadas de ambos os lados, foi ainda o Banco de Pagamentos Internacionais que serviu

de mediador na apresentação, aos futuros derrotados alemães, dos planos financeiros e econômicos que entre os aliados se discutiam em preparação dos acordos de Bretton Woods. Em contraste com esta supranacionalização das classes capitalistas no decurso da guerra, as divisões nacionalistas cavaram-se mais profundamente no interior da classe trabalhadora. A luta contra o capitalismo confundia-se então com a luta contra a ocupação estrangeira, ou com a resistência a essa ocupação. A recusa da exploração e da disciplina de empresa confundiu-se depois, na Europa ocupada pelas forças do Eixo, com a recusa do serviço de trabalho obrigatório na indústria de guerra alemã, o que levou a fuga a este tipo de atividade a ser assimilada à deserção militar e fez com que os trabalhadores que maciçamente a praticavam se integrassem nos grupos militarizados da Resistência. Foi assim que meia dúzia de ideólogos ultranacionalistas, inicialmente desprovidos de qualquer apoio de massas próprio, passaram a desfrutar de uma base durável entre a classe trabalhadora. Contrariamente ao que sucedeu na I Guerra Mundial, nesta os conflitos desenvolvidos pelos trabalhadores foram reforçar diretamente o quadro nacionalista, o que significa que desde o início se inseriram numa estreita aliança de classes.

Fundamentou-se assim a solidez social do capitalismo do pós-guerra. A supranacionalização das classes capitalistas, que o conflito não interrompera, estreitou-se com a paz. E a divisão nacionalista da classe trabalhadora tem sido, em primeiro lugar, fator decisivo do seu enfraquecimento perante a coesão manifestada na esfera mundial pelos capitalistas e, em segundo lugar, condição suficiente para a fácil recuperação dos conflitos, pois a nação não significa outra coisa senão os mecanismos assimilatórios do Estado. Este contexto ajuda a compreender como pôde a emancipação dos povos colonizados processar-se em termos nacionais, com o conseqüente agravamento da dualidade geoeconômica da classe trabalhadora, que veio acentuar ainda mais o divisionismo nacionalista. Foi necessária uma guerra mundial para transformar, neste terceiro ciclo longo, uma fase tão duradoura de repetição de experiências autonômicas na fase de mais completa assimilação dos conflitos, dando lugar ao período de mais acelerado desenvolvimento da mais-valia relativa.

O prevaecimento do Estado A criara uma conjuntura corporativista nova, em que progressivamente se fundiam as vias de evolução distintas, de maneira a caminhar-se para o neocorporativismo informal. E as formas mais repressivas de organização das empresas davam lugar, em toda a área sujeita à mais-valia relativa, a formas assimiladoras. Foi a partir de então que as teses de Elton Mayo começaram verdadeiramente a difundir-se e que a rivalidade entre as instituições herdadas da Segunda Internacional e as da Terceira deu lugar a um paralelismo,

em que todas colaboraram empenhadamente nas novas estruturas do poder. Esta segunda fase foi, assim, a imagem invertida da primeira.

Cada segunda fase de um ciclo longo, pelas mesmas razões por que constitui a assimilação das formas autonômicas ocorridas na fase anterior, inaugura um novo quadro de conflitos, que no seu desenvolvimento irão abrir um novo ciclo. Quanto mais o Estado A se afirma como o eixo das inovações políticas e a principal sede dos mecanismos do poder, tanto mais as empresas são alvo das formas mais radicais da luta autônoma. Num contexto, porém, de plena assimilação dos aparelhos sindicais, qualquer coletivismo de ação no interior das empresas só poderá desenvolver-se, ou freqüentemente mesmo só poderá vir à luz, se combater explicitamente as burocracias sindicais ou, pelo menos, se as deixar de lado. Foi assim que, a partir dos inícios da década de 1960, generalizaram-se greves sugestivamente apelidadas de selvagens, quer dizer, exteriores aos sindicatos oficiais, alheias aos mecanismos instituídos de recuperação dos conflitos. Com este movimento, inaugurou-se a primeira fase do quarto ciclo longo. Já na década de 1950, vinham realizar-se greves, tanto na esfera estadunidense como na soviética, em que as burocracias sindicais eram completamente ultrapassadas, mas foi apenas a partir dos primeiros anos da década seguinte que assumiram dimensões tais e uma tão ampla difusão que permitem defini-las como integrando um novo ciclo. Em todos os ramos de atividade, tanto nos mais evoluídos tecnologicamente como nos retardatários, generalizaram-se as formas de luta em que os trabalhadores elegem os seus próprios delegados, reúnem com a maior freqüência assembleias de massa e decidem eles próprios os objetivos e a tática a empregar. Este movimento obedeceu a um crescendo até conhecer, na França, em princípios de 1967, uma etapa nova, com a ocupação de uma empresa por mais de dez mil trabalhadores. Pouco mais de um ano depois, cerca de dez milhões de grevistas paralisavam o capitalismo na França, muito para além de quaisquer palavras de ordem das centrais sindicais, e cerca de cem empresas foram então ocupadas. Tratava-se ainda de mera ocupação, consolidando o controle coletivo sobre a luta, mas sem transpor-lo para as relações de produção. A partir do final de 1968, porém, esboçaram-se na Itália ocupações que incluíam formas de organização da produção e a partir de 1973 este tipo de movimento atingiu um estagio superior, com célebres experiências na França e, mais generalizadamente, em Portugal de 1974 e 1975. Foi neste último país que o movimento autônomo cunhou o termo "apartidarismo", neologismo reconhecido e aceito pelo menos nos países de expressão latina, que indica a capacidade de unificar a classe trabalhadora acima da, e freqüentemente contra, divisão em partidos. O apartidarismo é não só distinto do apoliticismo, como lhe é inteiramente oposto. Tratou-se, para o movimento autônomo, de se assumir

diretamente como político, sem para tal recorrer à mediação dos partidos. E pôde fazê-lo porque, com a hegemonia obtida pelo Estado A, o movimento anticapitalista só consegue expandir-se e aprofundar-se com a condição de pluricentrar os alvos. A vigência do quadro empresarial enquanto sede principal do poder não implica apenas que seja no seu interior que a experiência de luta mais pode se desenvolver, mas também que ela deve responder às características assumidas pelo inter-relacionamento dos capitalistas diretamente nesse nível. Estes aspectos foram confirmados pelo movimento que desde meados de 1980 até o final de 1981 agitou a totalidade da classe trabalhadora na Polônia e que coroou esta fase de ascensão da autonomia, ao mesmo tempo que parece ter constituído, por agora, o seu último episódio de relevo. E, se desde então as lutas aparentam ter entrado na fase de assimilação, isso deve-se precisamente aos problemas suscitados pelo inter-relacionamento direto dos capitalistas no nível das empresas, aos quais os trabalhadores não souberam responder.

Na medida em que o grau de coesão superior permite aos gestores uma concentração em escala supranacional, enquanto os trabalhadores continuam repartidos pelas fronteiras entre países e pela dualidade geoeconômica, gera-se uma forma nova de ambigüidade, decorrente da desigual repartição internacional da mais-valia e, no interior de cada país, da situação privilegiada dos gestores centrais relativamente aos periféricos. Quando se agudiza entre os capitalistas este tipo de contradições, criam-se plataformas de conciliação de classes, reunindo-se explorados e exploradores em torno do "desenvolvimentismo" ou do "antiimperialismo". As ambigüidades nacionalistas têm ocorrido tanto na área de poder estadunidense quanto na da União Soviética, onde, por exemplo, explicam a simpatia que os trabalhadores dos outros países membros do Comecon manifestam pelas posições descentralizadoras, contrárias a Moscou, defendidas por certas facções gestoriais, ou ainda, no interior da URSS, pelo apoio que os trabalhadores têm prestado nas nacionalidades periféricas à atuação dos gestores locais contra a burocracia central. Esta forma contemporânea de ambigüidade ocorre apenas, porém, no quadro de contradições internacionais ou inter-regionais, não se fazendo já sentir nos conflitos entre explorados e exploradores no âmbito de cada país ou região e, portanto, não se manifestando no nível de empresa. Esta situação deve-se ao outro dos aspectos decorrentes do elevado grau de coesão atingido pela classe dos gestores, com a conseqüente integração plena da burocracia sindical no capitalismo. A partir deste ponto, opera-se o seu corte profundo e definitivo relativamente à prática de luta dos trabalhadores nas empresas, expresso na generalização das greves selvagens e nas experiências de tomada em mãos da produção pelos coletivos de grevistas.

Resulta daqui, e apesar daquela importante limitação nacionalista, o decisivo avanço do movimento autônomo neste quarto ciclo, relativamente ao anterior. Mas resultam também, e em virtude do mesmo contexto geral, as limitações responsáveis pelo colapso destas formas de luta. Quando se iniciam e se difundem e parecem poder expandir-se sem obstáculos a toda uma esfera nacional, são travadas pelo fato de não se reproduzirem simultaneamente num número crescente de países. São os mecanismos do mercado mundial que provocam o colapso das novas relações sociais, mas é o fracionamento nacionalista da classe trabalhadora que cria as condições para que o mercado capitalista possa exercer vitoriosamente as suas pressões. O nacionalismo no interior da classe trabalhadora é, portanto, neste quarto ciclo em que hoje vivemos, a razão última do fracasso das formas autônomas. As camadas superiores dos capitalistas já estão absolutamente transnacionalizadas, devido à concentração do Estado A e à integração mundial da elite dos gestores. Mas esta supranacionalização da vida econômica e dos próprios processos de produção não repercutiu — ou não o fez ainda — nos processos de trabalho, que continuam estritamente contidos por fronteiras nacionais e limites regionais. À internacionalização dos estratos capitalistas dominantes, opõe-se o nacionalismo em que se reparte a classe trabalhadora. Enquanto isto ocorrer, a classe que luta unificadamente derrotará a que luta de maneira fracionada. Nos termos do desenvolvimento capitalista, esta problemática da fragmentação nacional dos processos de trabalho repercute em outra, a da possibilidade de generalizar, ou não, o arranque econômico nas áreas onde prevalece a mais-valia absoluta. E, por seu turno, enquanto continuar em vigor a dualidade geoeconômica, não vejo possibilidade de a classe trabalhadora unificar duravelmente as suas lutas em escala internacional.

É precisamente porque, em virtude da cisão consumada em cada país entre os gestores e os trabalhadores, as relações sociais de novo tipo beneficiam-se neste quarto ciclo longo de períodos de desenvolvimento mais demorados e, portanto, conseguem maior profundidade e extensão, que se tornam perceptíveis os mecanismos do seu confronto com o mercado mundial. Em aparente paradoxo, é aí mesmo que certas formas básicas de autonomia melhor se demonstram. É nesta etapa conturbada e complexa que a revocabilidade tem maiores oportunidades de se exercer, através das sucessivas demissões de equipes de delegados, afastando os que cedem às pressões da produtividade capitalista ou os que, não lhes cedendo, comprometem a viabilidade concorrencial. Além disso, a pluralidade dos focos de luta, tanto mais diversificados quanto o quadro das novas relações sociais ultrapassar o limite das empresas, permite continuar durante um certo tempo a aplicação prática destas novas relações, pelo menos em alguns dos seus aspectos, mesmo quando, uns atrás dos outros, os estabelecimentos em

produção autônoma vão cedendo às pressões do mercado mundial. E é então, no isolamento dos bastiões que restam, que a diversidade das frentes de luta autônoma mais se faz notar. No contexto geral de colapso dos processos anticapitalistas, não deixa de ser uma vitória da classe trabalhadora o fato de conseguir caminhar para a derrota num terreno que lhe é próprio, o da organização autônoma.

A crise de 1974 deu novo fôlego à estratégia da mais-valia relativa, permitindo aparentemente encetar a fase de assimilação. A experiência polaca de 1980-1981 parece ter sido a última da fase ascendente da autonomia, correspondendo a presente década de 1980 ao começo da segunda fase do quarto ciclo longo. Mas a assimilação destas formas de luta assume hoje uma feição nova. Não se trata de recuperar já instituições em que desde o início se articulava um forte componente de disciplina capitalista, mas formas organizativas desenvolvidas em efetiva autonomia. A sua natureza coletivista e igualitária degenera-se e extingue-se, mas a disposição dos trabalhadores para criá-las é assimilada pelo capital. A aptidão revelada para conduzirem eles próprios as lutas, para deliberar, decidir e controlar todos os seus passos, é assimilada enquanto capacidade intelectual da força de trabalho. É a partir de então que nas áreas sujeitas ao regime de mais-valia relativa o componente intelectual do esforço produtivo é cada vez mais explorado, relativamente ao componente muscular, no que constitui um enorme salto na complexidade do trabalho. Para que este novo contexto permita alcançar efetivamente estágios de produtividade superiores, tornam-se necessárias remodelações tecnológicas, o que explica a crescente automatização. Quando as máquinas passam a encarregar-se da realização de operações até então apenas mentais, a capacidade intelectual dos trabalhadores fica disponível para outros fins e multiplicada nos seus efeitos. A informática é um dos meios tecnológicos para realizar este acréscimo, intensivo e a longo prazo, da mais-valia relativa. Ao mesmo tempo os capitalistas procuram aumentar, com o recurso à informática, o carácter individual do trabalho, por oposição ao sistema de trabalho coletivo nas linhas de montagem, para tentarem a partir daí dissolver o coletivismo das lutas futuras; tratar-se-ia, em suma, de obter os resultados tecnológicos da cooperação da força de trabalho dispensando, no entanto, a sua concentração física e, portanto, tentando eliminar as conseqüências sociais dessa cooperação.

Contraditoriamente com esta tendência, porém, o capitalismo prossegue uma segunda forma de assimilação da autonomia. Ao mesmo tempo que a desmoralização e a apatia levam os trabalhadores a abandonar a participação ativa, fazendo, portanto, com que as instituições de luta percam o carácter originário, a capacidade que haviam inicialmente revelado é aproveitada

pelos capitalistas e serve-lhes para fundamentar um novo tipo de disciplina empresarial. Começa a difundir-se a constituição de grupos formalizados de trabalhadores, dotados de uma margem pré-definida de independência; capazes de organizar o processo de trabalho no interior do grupo, desde que em sujeição às normas gerais vigentes na empresa; responsáveis por uma percentagem do *output* da unidade de produção em que trabalham e pelo controle da sua qualidade. Procuram assim os capitalistas estimular e promover a iniciativa dos trabalhadores no processo de produção e fazer com eles próprios se fiscalizem. Como os prêmios de produção são atribuídos coletivamente, todo o grupo é responsabilizado pelas contestações individuais e as reprimirá enquanto não puser radicalmente em causa o próprio princípio da disciplina de empresa. Esta redução dos custos de fiscalização constitui um importante fator de aumento da produtividade.

É do mesmo modo que, no Estado A em geral, começam a difundir-se sistemas de autofiscalização por parte de grupos populacionais, o que acentua mais ainda o caráter informal do neocorporativismo. Os limites institucionais entre os opressores e os oprimidos apresentam-se ideologicamente diluídos desde que — e enquanto — os oprimidos participem no seu próprio controle. Esta extrema degradação do que fora a autonomia revolucionária é o principal conteúdo atual da demagogia capitalista da liberdade. E reduzem-se deste modo os custos daquelas CGP com funções mais diretamente repressivas e enquadradoras da força de trabalho, aumentando a produtividade global.

Conforme uma orientação similar é hoje defendida a reestruturação dos sistemas e do conteúdo do ensino das novas gerações de trabalhadores. A capacidade de auto-organização dos alunos, demonstrada ao incluírem-se na expansão dos processos de luta autônoma, é assimilada sob a forma de um autoritarismo dissimulado, em que os estudantes são conduzidos a fiscalizar-se e a examinar-se a eles próprios. Neste novo contexto disciplinar, por si já propício à recepção das formas sociais de que decorre a informática, ela é abundantemente introduzida nos currículos e, cada vez mais, nos próprios métodos de ensino. A partir deste ponto os mecanismos de acréscimo da produtividade, além de serem estimulados e acelerados pela recuperação das formas autônomas de luta caídas em colapso, reproduzem-se no interior do capitalismo pela mera formação de cada nova geração de trabalhadores, facilitando a assimilação. É a partir de então que esta segunda fase entra em pleno funcionamento.

Parece-me impossível disfarçar aquela que, sob o ponto de vista dos interesses sociais dos trabalhadores, é a terrível contradição em que hoje vivemos. Por um lado, as relações sociais-coletivistas e igualitárias, o próprio fundamento presente de um comunismo possível,

conseguem um desenvolvimento sem precedentes e tendem a aprofundar-se no sentido da remodelação das relações de produção. Por outro lado, porém, o colapso de cada um dos repetidos processos autonômicos e a recuperação dos restos degenerados das instituições deles resultantes têm dado ao capitalismo um novo fôlego, permitindo a intensificação da exploração. A enorme capacidade expansional que as formas de luta autônoma demonstraram neste quarto ciclo longo parece encontrar o seu recíproco na não menor capacidade de desenvolvimento experimentada pelas instituições resultantes da assimilação capitalista das derrotas dos trabalhadores. É este o fulcro da contradição do nacionalismo, atingindo os extremos mais paradoxais quando vemos, na última década, que a dinâmica das lutas nacionais ou de matiz nacionalizante, na África do Sul, na Palestina, em alguns estados na União Soviética e na Iugoslávia, tem cabido aos trabalhadores, que nesse processo alcançam uma autonomia crescente. Trata-se, então, do desenvolvimento das formas autonômicas? Do reforço das limitações nacionalistas?

Nesta perspectiva, o capitalismo está ainda em ascensão. E estará enquanto os capitalistas mantiverem a superioridade que resulta do fracionamento da classe trabalhadora. Só o desenvolvimento do quarto ciclo longo da mais-valia relativa permitirá verificar se evoluímos no sentido da internacionalização dos processos de trabalho. Não se tratará de uma constatação intelectual, mas antes de mais prática, observável na internacionalização, ou não, dos processos de luta autônoma. Se for esta a direção em que caminhamos, então com a superação do nacionalismo na classe trabalhadora iniciar-se-á um novo ciclo longo. Mas surgirão outras formas de fragmentação dos trabalhadores, em contraste com a centralização acrescida dos capitalistas e, em especial, da classe dos gestores? E, se surgirem, quais serão? É esta a questão central de que há de resultar, ou a destruição do capitalismo pelo desenvolvimento das relações sociais de tipo novo, até se constituírem num verdadeiro novo modo de produção; ou outro alento do capitalismo, mediante a assimilação de novas instituições decorrentes do colapso de lutas autônomas.

De certo modo, todas as lutas dos trabalhadores estão condenadas à derrota, exceto a última, o que deixa sem razão de ser a problemática, tantas vezes invocada, dos sucessos e fracassos. As permanentes reivindicações e as pressões cotidianas constituem o motor do desenvolvimento capitalista; e o seu pano de fundo, ritmando os vastos estágios orgânicos das classes em confronto, resulta da recuperação dos fracassos da autonomia. Os processos revolucionários podem considerar-se vitoriosos na medida apenas em que demonstram praticamente a possibilidade de um novo modo de produção, coletivista e igualitário. São eles

que mantêm o comunismo como algo do presente, e não como um vago projeto futuro. Nesta perspectiva tem havido um efetivo progresso no movimento dos trabalhadores. Não foi ocasionalmente que no terceiro capítulo desta seção, para analisar e ilustrar as relações sociais novas, parti da experiência da fase ascensional do presente ciclo longo. Quem ler uma história do movimento operário irá deparar, para os dois primeiros terços do século XIX, com episódios de repressão que ficaram celebrizados sob o nome de massacres. Quantos mortos? Meia dúzia, uma escassa dezena, números que hoje nem notícia são. A repressão já não contabiliza as baixas por dezenas, nem por centenas, mas em milhares, em dezenas ou centenas de milhar por vezes, e este ascendente gráfico de sangue assinala, em pouco mais de século e meio, a par da crescente crueldade do sistema capitalista, o reforço do movimento dos trabalhadores. Iguamente a assimilação em que assenta a mais-valia relativa já não requer somente a presença das tradicionais forças repressivas, mas exige, para marcar os limites do permitido e impedir que sejam extravasados, um conjunto sem precedentes de instrumentos e técnicas de fiscalização. A acumulação de armas do capital é o indício mais seguro do progressivo desenvolvimento das formas autônomas de luta. A afirmação prática da possibilidade de outras relações sociais, solidárias e igualitárias, tem-se clarificado de ciclo para ciclo, e o seu radical antagonismo com o capital tem-se aprofundado numa multiplicidade de novas facetas. Trata-se de um indesmentível progresso do movimento dos trabalhadores, no sentido da crescente presença do comunismo como alternativa. Mas as formas autônomas de luta cairão sempre em colapso enquanto a estrutura orgânica da classe trabalhadora não tender à unificação. E assim, assimiladas pelo capitalismo depois de degeneradas, essas arruinadas solidariedades são outros tantos marcos de derrota.

Os trabalhadores repartem-se entre duas vidas: a que se integra na reprodução do capital e a que o põe em causa. Qual dessas vidas destruirá a outra, é o que há de dizer esta longa guerra dos mil anos.

junho de 1987 – abril de 1989

Nota sobre a ausência de uma bibliografia

Vi, não me recordo onde, que tudo o que Keynes aconselhava os alunos a ler era Marshall e *The Times*. O primeiro era o Samuelson daquelas gerações, o autor do manual acadêmico corrente, que permitiria o enquadramento teórico dos fatos. E para estes, corpo e substância de qualquer visão lúcida do mundo, recorrer-se-ia ao jornal diário que servia então a elite britânica. Por mim, *O Capital* substitui com indubitável vantagem a *Economics* de Samuelson ou os outros manuais recomendados. E jornais e revistas há muitos, cada um escolhe os que prefere. No permanente confronto entre um livro de referência básico e as informações dia a dia mutáveis e parcelares sobre a sociedade em transformação, supera-se o ponto de vista episódico e mais ou menos superficial que é sempre o dos jornalistas; e, ao contrapormos à novidade dos fatos um corpo de doutrina elaborado a partir de situações já ultrapassadas, não podemos deixar de pôr também em causa as teses e a própria sistematicidade dessa obra teórica de referência. Não são de modo nenhum as ortodoxias que assim podem consolidar-se, por isso procurava Keynes garantir com aquela inusitada pedagogia a formação de mentalidades críticas, capazes de prolongar a ruptura por ele próprio iniciada. As correntes de pensamento acadêmico, de todos os matizes, subsistem apenas pela enésima ruminância de materiais já digeridos, o que explica a hostilidade com que depara nos meios universitários qualquer tentativa de entronizar a imprensa informativa como fonte de estudo principal. As referências de pé de página e a lista bibliográfica constituem usualmente a caução segura de uma ortodoxia — qualquer que seja — e garantem, aos leitores e sobretudo ao autor, que os riscos do imprevisto ficaram de antemão evitados.

Em carta à *Science*, que deu brado*, Wassily Leontief, baseando-se numa análise dos artigos publicados na *American Economic Review* no período de 1972 a 1981, concluía que só menos de um terço era constituído por estudos com efetiva base empírica. E comentava que “ao longo das suas páginas a imprensa econômica especializada enche-se de fórmulas matemáticas que conduzem o leitor de pressupostos mais ou menos plausíveis, mas inteiramente arbitrários, para conclusões formuladas com precisão, mas irrelevantes”. É este o ambiente que se reproduz nos principais centros de ensino. Um inquérito recentemente realizado nos Estados Unidos revelou que, para 57% dos alunos universitários, a competência em matemática era considerada da maior relevância para o êxito nas disciplinas econômicas, enquanto apenas 3% disseram o

* Não cito diretamente, mas a partir dos *The Economist* de 17 de julho de 1982, p. 65, e de 22 de setembro de 1984, p. 35.

mesmo relativamente a um conhecimento aprofundado dos fatos econômicos, o qual 68% considerou ser desprovido de importância*. Deste modo foi a teoria econômica convertida em teologia laica. A exposição de uma ordem lógica desejada — desejada por alguns — serve para obscurecer as ordenações reais e as suas rupturas.

E não se riam, de satisfeitos, aqueles que, à esquerda, pensam ter sido a “ideologia” neoclássica a única vítima dessa degradação, à qual se teria mantido imune a “ciência” econômica marxista. No seu livro sobre a luta armada no Brasil durante o período dos governos militares, Jacob Gorender revela como a esquerda pôde, em nome de princípios doutrinários correspondentes a uma realidade inteiramente caduca e, portanto, desprovidos já de fundamento empírico, ignorar a rápida expansão econômica da época[▲]. A liquidação física foi o trágico resultado desta inadequação ao real.

Procurei com este livro permitir a compreensão de situações contemporâneas e, sobretudo, daqueles aspectos que creio indicarem as vias de desenvolvimento mais inovadoras. Se consegui ou não explicá-los, isso é secundário, porque acima de tudo importa delimitar os principais problemas. Ao leitor não basta saber ler, é indispensável saber imaginar. Um livro apenas poderá ter conseqüências criativas quando os leitores enquadrarem dados fenômenos em modelos teóricos que o autor concebera por referência a fatos de outro tipo.

É certo que poderia, para me situar relativamente à variedade de correntes e autores de filiação marxista, ter citado, crítica ou apreciativamente, aquelas centenas de livros e artigos que documentam a conveniente erudição. Em meu entender, a única função útil das notas de rodapé e bibliografias, quando não constituem a fonte dos fatos empíricos invocados, é a de ajudarem a esclarecer o posicionamento do autor. Preferi, porém, situar-me diretamente em relação ao terreno comum — ao pensamento de Karl Marx na sua obra maior. Economizei tempo, espaço e paciência do leitor. Apenas por exceção citei outros autores e é para vincar o caráter acessório de tais referências que o fiz sem listagem bibliográfica.

Procuro, afinal, não desviar o leitor daquele que é aqui o meu objetivo único: o de suscitar um outro olhar sobre o cotidiano em que participamos e uma leitura mais atenta de boa parte da informação prestada pelos periódicos e que, não encontrando lugar em tantos modelos teóricos, muitos deixam de lado ou de que nem sequer se apercebem. Não foi uma crítica de teorias econômicas que neste livro pretendi elaborar, mas um quadro de referência que

* *The Economist*, 24 de dezembro de 1988, p. 92.

▲ *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*, 2ª ed., São Paulo: Ática, 1987, nomeadamente as pp. 73-76, 137-139, 195, 204-205 e sobretudo o 4º § da p. 221.

permitisse concentrar a atenção nos fenômenos que julgo irão marcar o futuro do capitalismo. E para este fim não pode recomendar-se melhor fonte do que a leitura dos jornais e revistas, a participação ativa nos conflitos do nosso tempo — em suma, andar na rua.

Posfácio à segunda edição

Este livro teve um destino curioso. Esgotou-se na primeira edição, o que significa que foi vendido. Não me apercebi, porém, de que tivesse sido realmente lido. Sei que algumas passagens, no máximo alguns capítulos, têm sido utilizados em salas de aula e em trabalhos acadêmicos. Mas, enquanto obra una e integral, o livro permanece ignorado. Ora, só a leitura completa permite compreender as teses principais de um autor e o eixo da argumentação. Em resposta a um entrevistador, Edgard Varèse, um dos principais compositores do século XX — o maior de todos, na minha opinião — observou que nenhuma obra antecipava sobre a sua época, embora pudessem existir públicos atrasados relativamente à época. Se isto for exato, então o *Economia dos Conflitos Sociais* perdeu a sua grande oportunidade, ou melhor, quem perdeu a oportunidade foram os leitores, e se o livro encontrar público um dia, será então tarde demais.

Quem se interesse pelo conjunto do meu trabalho terá porventura notado que este livro, apesar de grandes diferenças no estilo, na forma e no método de exposição, constitui uma outra versão do *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista*, a primeira obra que publiquei legalmente e sob o meu verdadeiro nome, depois da queda do fascismo em Portugal. Foi a repetida aplicação dos modelos propostos em *Para uma Teoria...* a experiências práticas mais variadas e a novos dados empíricos que me permitiu escrever o *Economia dos Conflitos Sociais*. Redigi-o durante os anos em que o refluxo das lutas mais acentuadamente se fez sentir, com a intenção de proceder ao resumo não só de tudo o que eu mesmo havia até então escrito e pensado acerca destes assuntos, mas também das lições acumuladas pelo movimento da classe trabalhadora. Aliás, relendo o livro para preparar este posfácio, fiquei perplexo com o fato de eu quase não ter citado a experiência portuguesa durante os anos revolucionários de 1974 e 1975, na qual participei muito ativamente, embora essa experiência esteja subjacente a boa parte do que expus nos capítulos 7.3 e 7.4. Qualquer que tivesse sido a razão de um tal silêncio, que agora não consigo sequer imaginar, ele parece-me descabido.

Sob o ponto de vista teórico, o aspecto mais significativo deste livro consiste em ter incluído num mesmo modelo de análise o funcionamento regular do capitalismo e os grandes surtos revolucionários que interrompem essa regularidade. O *Economia dos Conflitos Sociais* pretende mostrar que, graças ao modelo da mais-valia, é possível passar do estudo de uma economia capitalista assente na recuperação ou na repressão das lutas dos trabalhadores ao estudo de um movimento anticapitalista assente no desenvolvimento das formas solidárias de luta, ou ainda seguir o percurso inverso e passar do estudo da degenerescência destas formas

de luta para o estudo da sua recuperação pelo capitalismo, que inaugura assim um novo surto de exploração. Em suma, procurei apresentar em termos econômicos uma Teoria Geral da ordem e dos processos revolucionários.

Se para os capitalistas o objetivo último de qualquer teoria econômica é o de contribuir para explorar mais e melhor, então o objetivo último da crítica da economia deve ser o de contribuir para acentuar os fatores de ruptura no interior do capitalismo. Todos os movimentos de contestação que não incidam na exploração da força de trabalho enquanto problema fundamental estão pura e simplesmente — quaisquer que sejam as suas intenções expressas em palavras — a reforçar a capacidade de adaptação do capitalismo. Neste livro, como em toda a minha obra, procurei mostrar como os mecanismos da exploração regem a totalidade social. Mesmo as peripécias pecuniárias e financeiras e a heterogeneidade do comércio externo são apresentados neste livro como um componente direto dos conflitos entre classes, apesar de aparentemente só se relacionarem com eles de maneira indireta. Não se trata de dizer que a sociedade é determinada pela economia, no sentido vulgarmente atribuído a esta palavra, mas que a sociedade é determinada pelo processo de exploração, com tudo o que ele implica de econômico, de político e de ideológico. Desvendar a exploração deve ser o objetivo último da atividade crítica, assim como lutar contra a exploração deve ser o objetivo principal da ação prática.

Nesta perspectiva, a deficiência principal do livro consiste na ausência de uma lei capaz de explicar a conjugação das duas grandes modalidades da exploração capitalista. Com efeito, o capítulo em que abordei a articulação entre a mais-valia relativa e a mais-valia absoluta foi o único onde não consegui atingir o nível da formulação teórica, tendo de me manter num nível descritivo, e o fato de esta descrição estar organizada e sistematizada não significa que tivesse alcançado o grau de abstração necessário à formulação de leis teóricas. Mesmo o elo entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa, definido no capítulo acerca da concorrência na produção, não atingiu um grau de generalidade que lhe permitisse constituir o fundamento de uma teoria geral. A lacuna é tanto mais grave quanto a necessária conjugação da mais-valia absoluta com a mais-valia relativa impõe ao desenvolvimento econômico barreiras que até agora têm permanecido insuperáveis, encontrando-se assim no fulcro de todos os problemas que dizem respeito à dinâmica do modo de produção. Mas não creio que conseguisse fazer melhor hoje. A que se deve esta limitação?

Várias vezes ao longo do livro eu indiquei a necessidade de se unificarem, ou de por qualquer modo se conjugarem, as lutas dos trabalhadores submetidos à mais-valia absoluta e as

dos submetidos à mais-valia relativa. É certo que nos últimos anos temos visto em alguns países ou em algumas regiões estas lutas alternarem, por vezes desenvolverem-se paralelamente, mas apesar disso os seus pontos de contacto não têm ultrapassado um carácter esporádico nem se têm transformado numa conjugação sólida e permanente. Ora, talvez seja impossível, neste estado fragmentário das lutas, formular com a suficiente precisão as leis da heterogeneidade dos conflitos sociais, responsável última pela diversidade das formas de exploração. O recíproco desta limitação encontra-se na incapacidade de formular um corpo integrado de regras que explique todos os casos de conversão das várias modalidades de luta dos trabalhadores em lutas ativas e coletivas, tal como indiquei no final do capítulo 7.2. A atividade científica depende sempre da prática em que se gera o processo de conhecimento. Creio que as leis da conflituosidade social só serão estabelecidas com absoluto rigor no dia em que a luta dos trabalhadores conseguir eliminar o capitalismo. Até lá teremos de nos contentar com um misto de leis parciais e de descrições.

Algumas das mais recentes manifestações de luta social podem deixar-nos perplexos, especialmente o vigor assumido pelo fundamentalismo religioso em várias regiões quer de cultura islâmica quer de cultura cristã ou até hindu. O fundamentalismo religioso apresenta o mesmo carácter paradoxal de rebelião e de defesa da ordem que caracterizou o fascismo no período entre as duas guerras mundiais. Em sentido contrário, porém, as lutas que nos últimos anos os jovens têm conduzido nas regiões industrializadas revelam uma elevada continuidade relativamente ao movimento autonomista das décadas de 1960 e de 1970, que inspirou este livro. Tudo somado, posso dizer que o meu desejo se realizou e que a história construiu realmente uma ponte. Temas e formas de organização, que há 30 ou 40 anos atrás eram propostos por minorias, embora substanciais, no interior de movimentos mais amplos, mobilizam agora globalmente as novas lutas sociais e aparecem aos seus participantes como evidências que nem vale a pena demonstrar. Se a idéia de progresso tem algum cabimento em história, é este mesmo.

Um aspecto em que este livro está ultrapassado — e temos aqui um indício do agravamento das cisões sociais — é quando afirmo no capítulo 2.1 que os custos da multiplicação do aparelho fiscalizador são, a partir de certo ponto, incomportáveis para o capitalismo. Tal como mostrei detalhadamente no *Democracia Totalitária*, a ligação dos meios de produção à informática permitiu pela primeira vez na história da humanidade a fiscalização automática de todos os gestos de trabalho, e um grau de vigilância idêntico foi obtido com a conjugação entre a eletrônica e os lasers. Há 15 anos atrás, porém, quando ocorreu a primeira

edição deste livro, a eletrônica não era ainda utilizada generalizadamente com fins de vigilância, e ao reler as passagens do capítulo 3.2 onde descrevo as técnicas repressivas empregues no interior das empresas vejo que passamos a viver num mundo muitíssimo diferente. Bastam a crescente inquietação manifestada pelos dirigentes do capitalismo e a colossal rede de fiscalização eletrônica implantada tanto pelos governantes como pelos patrões para indicar as novas ameaças com que o capital se defronta em virtude do recrudescimento da combatividade dos trabalhadores. No entanto, nas últimas páginas do livro, ao descrever uma modalidade de recuperação das lutas sociais que se contava então entre as mais recentes, mencionei já a difusão de sistemas de autofiscalização, com a conseqüente redução dos custos da atividade repressiva. Aliás, no capítulo 3.1, quando enumerei as Condições Gerais da Realização Social da Exploração, insisti na estreita relação entre a repressão e o urbanismo, e com efeito foi este um dos lugares que as técnicas de fiscalização eletrônica vieram ocupar nos últimos anos.

Estamos ainda longe de nos aperceber das implicações que terá para as lutas sociais a íntima conjugação do aparelho repressivo com a tecnologia eletrônica. Ora, trata-se de um dos aspectos constitutivos do sistema de organização do trabalho a que hoje se chama toyotismo e do modelo neoliberal de controle dos ócios, o que revela até que ponto esta questão ocupa o cerne da sociedade contemporânea. Embora não sendo explicitamente designado pelo seu nome, o toyotismo tem um lugar claramente marcado neste livro. Ele insere-se na fase da assimilação das formas autônomas de luta no quarto ciclo longo da mais-valia relativa, tal como enunciei no último capítulo. E o fato de já a respeito de épocas anteriores eu ter analisado o fundamento social das economias de escala ou ter mostrado como a articulação entre empresas principais e empresas subcontratantes representa uma modalidade da conjugação entre mais-valia relativa e mais-valia absoluta ajuda a provar que o toyotismo não constitui uma novidade total, limitando-se a dar nova ênfase a aspectos que já antes estavam em vigor. Mas não devemos cair no erro oposto e imaginar que não tivesse ocorrido nada de verdadeiramente diferente.

Uma das passagens deste livro que poderia ter preparado o leitor atento para compreender a reestruturação operada recentemente pelo capitalismo é a crítica à noção de que exista alguma especificidade social dos serviços relativamente às demais atividades produtivas. Essa crítica sustenta um dos meus principais argumentos para definir o trabalho produtivo, mas agora interessa-me chamar a atenção para outro aspecto. Quando afirmei que o desenvolvimento da mais-valia relativa implicava que a economia tivesse um componente cada vez maior de serviços estava, na realidade, a indicar o declínio da especificidade dos serviços. E,

com efeito, o critério da impossibilidade de armazenar o *output*, a que tradicionalmente se recorria para caracterizar os serviços, deixou de ter validade quando os computadores se tornaram instrumentos de trabalho. Uma vez mais se confirma que, se dados conceituais são cientificamente corretos, eles permitem ampliar a compreensão teórica até incluir realidades práticas diferentes daquelas que originariamente haviam dado uma sustentação empírica a esses conceitos.

Um livro como este tem uma única validação, a capacidade de explicar a realidade. Embora, como indiquei na nota final, eu deliberadamente não o tenha recheado de referências e estatísticas, nenhuma afirmação, nenhuma descrição, nenhum enunciado deixou de se basear numa leitura crítica da principal bibliografia e sobretudo numa análise bastante minuciosa dos dados disponíveis. Todavia, a prova decisiva do livro não consiste na capacidade de resumir os fatos que o precederam, mas na capacidade de explicar os que vieram depois. Ora, exceptuando os raros casos em que redigi de novo duas ou três linhas que me pareceram confusas e em que introduzi algumas alterações mínimas de palavras ou de pontuação, além da inevitável correção de gralhas, esta edição em nada difere da anterior. Decidi que o livro se confronte com o teste do tempo. O leitor dirá se encontrou aqui esclarecimentos para o que aconteceu desde que a obra foi publicada pela primeira vez, e coloque-a no lixo se achar que ela não está à altura deste critério. Este tipo de livros não vale pela eventual coerência teórica interna mas unicamente pela aptidão para enfrentar a realidade exterior.

O *Economia dos Conflitos Sociais* foi escrito numa perspectiva que considera os regimes soviéticos como formas de capitalismo inteiramente compatíveis com as modalidades prevalentes na área de influência dos Estados Unidos. Por isso o derrube do muro de Berlim e a desagregação dos países da esfera soviética, que ditaram a completa falência do marxismo ortodoxo, não requerem qualquer alteração às teses que formulei. Esta é uma das mais decisivas confirmações da justeza dos meus pontos de vista. Nomeadamente, o parágrafo do capítulo 3.2 em que prevejo a evolução das estruturas políticas no que então era ainda a União Soviética mostra — uma vez mais — como os conceitos de Estado Amplo e de Estado Restrito sustentam um elevado rigor nas análises.

Quando hoje, depois de tudo o que sucedeu, há ainda quem pretenda confundir capitalismo de Estado com socialismo e apresentá-lo como a solução futura dos problemas da humanidade, é impossível admitir que se trate de ilusões e não posso senão concluir que nestes casos ocorre uma defesa despudorada dos interesses sociais dos gestores do Estado central contra os interesses dos trabalhadores. Na época atual, no entanto, caracterizada pelo declínio

das modalidades políticas clássicas e pelo prevailecimento do aparelho de poder das grandes empresas transnacionais, é, sobretudo no âmbito das Organizações Não Governamentais que se exerce a capacidade de dissimulação política sempre manifestada pelos gestores. Embora eu as tivesse mencionado uma única vez e elas se desenvolvessem prodigiosamente desde então, as Organizações Não Governamentais têm o seu quadro de análise marcado neste livro, em especial quando defini o Neocorporativismo Informal. O caráter progressista que hoje com frequência se lhes atribui é mais um dos jogos de engano em que a esquerda é fértil.

A propósito da expansão do poder dos gestores ao longo da última década e meia, no capítulo 3.5 haveria hoje lugar para analisar em que medida a difusão da subcontratação e da terceirização multiplica numericamente a classe burguesa e em que medida se recorre às formas jurídicas e ideológicas da burguesia para encobrir relações de verdadeiro assalariamento. Sob o ponto de vista teórico, é um dos mais fascinantes problemas atuais este novo fôlego — real ou fictício — da burguesia sob a égide dos gestores.

Ainda a respeito das relações de poder, no capítulo 4.2, depois de ter afirmado que a luta pela distribuição da mais-valia marca o quadro em que a política intercapitalista se integra na economia, admiti que o gangsterismo pudesse oferecer o modelo destes confrontos. Continuo sem ter procedido a um estudo empírico exaustivo que fundamente esta conjectura, mas a intervenção decisiva do crime organizado nas remodelações econômicas e políticas ocorridas na antiga esfera soviética e a enorme importância que ele aí continua a deter, bem como o crescente recurso a atuações ilícitas por parte de grandes empresas ocidentais, parecem mostrar que a hipótese não perdeu a pertinência.

Finalmente, uma observação que amanhã não terá qualquer importância, mas que hoje pode ter. Basta ler com atenção o que escrevi nos capítulos 7.3 e 7.4 acerca dos “mercados de solidariedade” para verificar que eu estava a caracterizar uma situação socialmente oposta àquela que Paul Singer e os seus pupilos viriam mais tarde a chamar Economia Solidária. Enquanto eu me referia ao desenvolvimento de um novo tipo de relações, que alteram a disciplina interna da empresa e as hierarquias de trabalho, e para as quais o *output* é considerado não em termos de valor mas de significado social, os defensores da Economia Solidária pretendem dar um fôlego novo à antiquada forma de cooperativa e, sem ter como critério qualquer reorganização efetiva das relações de trabalho, pretendem produzir valores que concorram enquanto valores no mercado capitalista. Num caso trata-se de pôr radicalmente em causa a existência de gestores e de inaugurar novos critérios de produtividade, distintos dos critérios capitalistas; no outro caso trata-se de criar incubadoras — estranha denominação! —

para formar gestores encarregados de administrar empresas à beira da falência, de acordo com os critérios de produtividade ditados pelo mercado capitalista. Eu nem julgaria sequer necessário chamar a atenção para este contraste, não fosse o fato de algumas pessoas, por razões que ignoro, invocarem certas passagens do *Economia dos Conflitos Sociais* em abono de teses e de orientações políticas de que discordo completamente.

maio de 2006